



Agenda de  
Desenvolvimento  
Territorial para a  
**região da  
BR-319**

fortalecendo  
territórios  
de bem viver

Agenda de desenvolvimento territorial para a região da BR-319: fortalecendo territórios de bem viver / Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas - São Paulo : FGVces, 2021.

439 p.

1. Planejamento regional - Amazônia. 2. Rodovias - Amazonas. 3. Governança. 4. Desenvolvimento regional - Amazonas. I. Centro de Estudos em Sustentabilidade. II. Fundação Getúlio Vargas.

CDU 352(811.3)

**Agenda de  
Desenvolvimento  
Territorial para a  
região da  
BR-319**

fortalecendo  
territórios  
de bem viver

## Expediente

### Título

Agenda de Desenvolvimento Territorial para a região da BR-319: fortalecendo territórios de bem viver

### Autores

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas – FGVces

### Organizadores

Ana Coelho, Carolina Derivi, Karine Julião, Daniela Gomes Pinto

### Pesquisadores

Ana Coelho, Carolina Derivi, Dionéia Ferreira, Guilherme Nunes, Jolemia Chagas, Karine Julião, Nara Perdigão, Nina de Almeida, Roberta Amaral, Samir Eid

### Engajamento comunitário

Angel Souza, Danilo Cerqueira, Fernando Torres, Francimara Araújo, Karem Pantoja, Luana Bezerra

### Edição

Eduardo Geraque

### Projeto Gráfico

Isac Barrios

### Revisão

Ana Maria Ferraz Tavares

### Fotos

Páginas 52, 112, 114, 150: Lalo de Almeida

Demais imagens: Ricardo Lisboa

### Foto da Capa

Ricardo Lisboa, Amazonas, 2021

### Contato

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas

Av. 9 de Julho, 2029 – 11º andar, CEP 01313-902 – São Paulo, SP - Brasil

**Projeto:** Promovendo transparência e governança territorial no contexto da instalação de rodovias na Amazônia brasileira – o caso da BR-319

**Período:** 2019 a 2021

**Realização:** Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces)

**Financiamento:** Fundação Gordon & Betty Moore

**Coordenação Geral FGVces:** Mario Monzoni

**Coordenação Programa Desenvolvimento local:** Daniela Gomes Pinto

**Coordenação Geral do Projeto:** Daniela Gomes Pinto

**Gestão do projeto:** Ana Coelho

**Gestão da pesquisa:** Carolina Derivi

**Pesquisadores:** Dionéia Ferreira, Guilherme Nunes, Jolemia Chagas, Karine Julião, Nara Perdigão, Nina Almeida, Roberta Amaral, Samir Eid, Juliana Miranda (parcial)

**Mobilizadores locais:** Angel Souza, Danilo Cerqueira, Fernando Torres, Francimara Araújo, Karem Pantoja, Luana Bezerra, Thiago Lima (parcial)

**Apoio mobilização local:** Aroldo de Souza Ferreira, Antonio Sergio Reis Rendeiro, Edenilton Marim Inacio, Francisco Marcelo Pereira de Melo, Francisco Raildo Furtado Nunes, Luciano Batista da Silva, Saulo Alberto Pereira, Tiago Pereira da Silva, Socorro dos Santos Silva

**Comunicação, logística e gestão administrativa:** Daniela Sanches, Isabella Fumeiro, Isabella Santiago, Maurício Jerozolimski, Oscar Xavier, Thiago Rosan

**Colaboração técnica:** Fernanda Carreira, Erika Araújo, Gabriela Alem, Jéssica Chryssafidis, Kena Chaves, Manuela Santos, Monica Monteiro, Paula Peirão, Rafael Oliva, Samuel Mello, Tais Brandão

## Parceiros:



# AGRADECIMENTOS

A construção da Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) para a região da BR-319 contou com a colaboração de muitos atores. Agradecemos comunitários, líderes de organizações de base, gestores públicos, representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSC) e especialistas de instituições de ensino e pesquisa, que se abriram para o diálogo e tornaram o processo rico em troca de saberes e conhecimentos sobre os desafios e as oportunidades para os territórios-alvo da ADT.

Em especial, agradecemos as comunidades locais mobilizadas em cada território. As comunidades constituíram o cenário dos primeiros passos que deram origem a ADT e permaneceram como lócus central no processo de elaboração da agenda. Dentro dos limites de participação colocados pela pandemia de COVID-19, diversas lideranças comunitárias, incluindo jovens e mulheres, contribuíram na apresentação de demandas e na proposição de soluções para os lugares onde vivem.

Agradecemos também a importante participação dos gestores públicos, nos níveis municipal, estadual e federal, na composição do diagnóstico sobre quais as capacidades públicas estão disponíveis e no desenho de quais as possibilidades de avanços na implementação de políticas públicas na região da BR-319. A experiência prática de quem atua na execução direta dos serviços públicos foi fundamental para traçar caminhos que dialoguem com a diversidade de realidades do contexto amazônico.

As instituições de ensino e pesquisa, bem como as OSCs, foram importante fonte de informação e de criatividade, colaborando com os diagnósticos e a proposição de ações para os territórios, contribuindo para o aprendizado de todos a partir de experiências que já vem sendo por eles implementadas e, com isso, inspirando caminhos.

Por fim, mas não menos importante, nosso agradecimento a pessoas que caminharam conosco nessa trajetória, confiando e abrindo caminhos, apontando críticas e carinhosamente nos conduzindo nesse processo, e que se transformaram em importantes parceiros no processo de construção da ADT: Andréia Martins, Josinaldo Aleixo, Dr. Rafael Rocha, Kristina McNeff, Monica Monteiro e Thiago Cavalli. Nosso muito obrigado.



# NO CAMINHO

Sou a história  
Minhas raízes  
Minha trajetória,

O sangue caboclo miscigenado  
Elos dos meus antepassados,  
Somos frutos da vida difícil,  
do Nordeste aos seringais  
da mata virgem e seus cantos místicos  
construíram nossos valores culturais

Sou filha do agricultor,  
Do canoeiro,  
Farinheiro.  
Descendente do negro  
meu avô  
Afro brasileiro

Caboclos,  
Curumins,  
Cunhantãs,  
Cunhã Poranga  
Na grande Amazônia  
Miscigenada  
Sou o nativo vivo,  
Que nas voltas dos rios  
A simplicidade a sua essência aparece  
em cada remada,

No caminho encontro meus irmãos,  
No Mamori pescando jaraqui está seu João,  
No Janauacá a família reunida na  
casa de farinha,  
E assim o rio reflete a vida ribeirinha,

No caminho do índio  
Me reconheço  
Esse caminho é minha casa  
Meu endereço,  
Sou cabocla amazonense  
E aos meus descendentes  
Que construíram este lugar  
Não vou embora  
Pois aqui é meu lar.

*Fran Araújo*  
*Amazonas, 2021*





# SUMÁRIO

Apresentação	10		
Por que construir agendas participativas na região sob influência da BR-319?	12		
Metodologia	18		
A CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS			
Careiro	24		
Igapó-açu	32		
Manicoré	40		
Realidade	50		
DIAGNÓSTICO DE POLÍTICAS SOCIAIS	58		
Política de saúde	59		
Política de assistência social	65		
Política de educação	71		
Política de lazer	77		
Política de segurança pública	83		
Desigualdade de gênero	89		
DIAGNÓSTICO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS	93		
DIAGNÓSTICO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL	115		
DIAGNÓSTICO DE INFRAESTRUTURA	151		
Energia	152		
Saneamento básico	160		
Conectividade digital	171		
CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O BEM VIVER	186		
Como ler as estratégias da ADT	194		
1. Capacidades para proteção ambiental e territorial	196		
		2. Sistemas da agrobiodiversidade promotores da segurança alimentar e nutricional	216
		3. Infraestrutura socioterritorial e qualidade ambiental	236
		4. Participação social e transparência para o acesso a políticas públicas	264
		5. Política de educação com participação social e inovação tecnológica	276
		6. Política de saúde integral, descentralizada e regionalizada	290
		7. Proteção social para crianças, jovens e adultos em situação de risco de violação de direitos	304
		8. Mecanismos de segurança pública para preservação da vida e do meio ambiente	316
		9. Democratização de espaços e iniciativas de lazer em diálogo com as culturas locais	330
		10. Equidade de gênero e garantia de direitos das mulheres	340
		11. Inclusão social e autonomia ao jovem	358
		12. Valorização das capacidades e competências das populações locais	374
		13. Promoção e conservação dos modos de vida para o bem viver	384
		Anexos	398

# APRESENTAÇÃO

Este projeto nasceu de uma indagação muito particular, elaborada a partir da provocação da Fundação Gordon & Betty Moore para o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces): há lugar para pactos sociais aglutinadores em contextos profundamente marcados por animosidade e clivagens, como tipicamente se constata quando entram em pauta grandes obras de infraestrutura na Amazônia? É possível construir pontes de diálogo, não em função de capitulações pragmáticas do mínimo possível, mas como a evidência própria de desafios que não se deixarão apagar? O que se pode erigir, coletivamente, quando o principal acontecimento em questão – a obra em si – provoca a conformação de lados opostos?

São perguntas que atravessam a atuação de múltiplos atores na Amazônia brasileira e que emergem, uma vez mais, diante da perspectiva de pavimentação de cerca de 400 quilômetros no chamado trecho do meio da rodovia BR-319 - uma área intensamente florestada, no centro do estado do Amazonas, entre as capitais Manaus e Porto Velho. Inevitavelmente, há diferentes respostas possíveis e estratégias resultantes. Há mais de 15 anos, o FGVces vem desenvolvendo ferramentas e facilitando articulações que evidenciem a recorrente inversão de prioridades: não é sobre a obra; é sobre o território. São as regiões e localidades amazônicas alvo de grandes investimentos que precisam entrar em pauta, com seus desejos de futuro, vocações e vulnerabilidades. Um todo para o qual o empreendimento é a parte. Nesse convite como ponto de partida, há muito mais espaço para atinar sinergias, assim como há, também, para a evidenciação de lutas.

O debate sobre desenvolvimento territorial surgiu na segunda metade do século XX justamente com essa orientação. Desvelou-se que receitas homogeneizantes nunca produzem os mesmos resultados em todos os lugares. Que o tecido social e a estrutura formada por história, memória e capacidades dos territórios importa para a promoção de oportunidades. E que esse caminhar não pode ser guiado senão pelos próprios atores locais, em articulação com outras escalas nas quais também estão inseridos. Como era de se esperar, o estudo do desenvolvimento territorial voltou-se sobretudo para as possibilidades de inclusão socioeconômica de localidades menos dinâmicas, geralmente interioranas. Ainda que atributos de sustentabilidade sejam considerados estratégicos nesses contextos, tem-se a ambição de transformação como motor principal.

# IDENTIFICAÇÃO

No entanto, a trajetória de construção desta Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) deparou-se com outro ideário, alternativo e preferido por muitos de seus principais contribuintes locais: o bem viver. Sem abrir mão do propósito de justiça social e da garantia de direitos, o bem viver ressalta, principalmente, a dimensão de proteção a modos de vida tradicionais que durante gerações produziram identidades e estratégias absolutamente bem sucedidas. No mesmo nível do desejo de mudança, há que se considerar o desejo – e o direito – à permanência.

Dezenas de entrevistas e consultas depois, das quais participaram centenas de pessoas das mais variadas instituições públicas e privadas, a ADT para a região da BR-319 é uma espécie de síntese das abordagens desses dois conceitos, a qual ainda não podemos nominar. Resta dizer que o resultado desse percurso que começou em 2019 não é senão o princípio de outro, em que interessa saber quais ações práticas, informadas e coordenadas, será capaz de motivar, numa realidade de planejamento sempre e obrigatoriamente dinâmica.

O trabalho adiante recusa ingenuidades. A organização de evidências e a busca de coalizões já fracassaram muitas vezes antes e outras ainda virão, como sabemos. A aposta é de que a ADT é um instrumento de diálogo, quando as condições para soluções negociadas se apresentam, e é também um instrumento de luta, quando o momento de resistência se impõe. Por algum tempo ainda, o FGVces seguirá atuando como facilitador de interlocuções e da produção de conhecimento a partir do imenso caldo de inteligência coletiva neste território que apesar de referenciado pela rodovia BR-319 está, sem dúvida alguma, para muito além dela.

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO LOCAL  
CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE  
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Casas flutuantes  
e de terra firme  
na Comunidade  
Jutaí, Resex Lago  
do Capanã Grande,  
Manicoré



**POR QUE  
CONSTRUIR  
UMA AGENDA  
PARTICIPATIVA  
NA REGIÃO  
SOB INFLUÊNCIA  
DA BR-319?**

# MAIS DO QUE UMA OBRA, PROSPERIDADE COMPARTILHADA

O asfaltamento de uma rodovia federal na Amazônia, assim como ocorre em outros projetos de infraestrutura, é inevitavelmente associado ao imaginário de progresso. A construção de estradas mobiliza um sentimento público favorável devido à imediata relação com o cotidiano da população. Seguramente é de acesso que se trata. Não simplesmente a Porto Velho, a Manaus, e às demais localidades, mas sobretudo a oportunidades, em termos de trabalho e renda, educação, saúde, garantia de serviços públicos essenciais e direitos socioambientais.

A premissa de que um único projeto, isoladamente, permite toda transformação é falaciosa. De modo geral, grandes investimentos em infraestrutura apresentam resultados discrepantes entre a escala nacional, onde se buscam objetivos macroeconômicos, e a escala local, onde se concentram os eventuais desdobramentos negativos<sup>1</sup>. Na Amazônia Brasileira, a abertura e a pavimentação de rodovias obedecem historicamente a motivações supralocais, em que muitas vezes o objetivo é escoar a produção de grãos em larga escala<sup>2</sup>. No nível sub-regional, são conhecidos os processos de especulação fundiária, avanço do desmatamento, expulsão de comunidades tradicionais no entorno das vias pavimentadas<sup>3</sup>. A avaliação sobre 75 projetos de rodovias na Pan-Amazônia concluiu que além dos impactos ambientais, 45% deles não proporcionaram o retorno econômico projetado para a região<sup>4</sup>.

O que de fato mobiliza as aspirações locais? A ideia de prosperidade precisa ser disputada e expandida para além das bordas do asfalto, criando uma dinâmica que coloca o território no centro, em lugar da obra.

1 HOCKSTETLER (2016)

2 BECKER (2005)

3 MARGARIT (2013)

4 IPAM (2020)

# GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA SÃO TERRITORIALMENTE CEGOS

A governança atual das grandes obras de infraestrutura dificilmente captura a vultosidade do que se passa nos locais onde os investimentos ocorrem. São processos territorialmente cegos<sup>5</sup>. Enquanto projetos se originam de políticas setoriais que pouco ou nenhuma vinculação apresentam com o planejamento de localidades e regiões, o diálogo com o território emerge somente na etapa final de implementação, timidamente orquestrado pelo licenciamento ambiental.

O que permanece em disputa é apenas o limite das responsabilidades do empreendedor, baseado exclusivamente na janela de tempo que compreende o acontecimento da obra. A preocupação se limita às diferenciações entre impactos considerados diretos e indiretos. Por consequência, fatos concretos que têm raízes históricas viram episódicos e perturbações que podem ter consequências permanentes são tratadas como transitórias.

É o caso, por exemplo, da comprovada dinâmica de espinha de peixe no entorno de rodovias pavimentadas e consequente aumento de violência e insegurança comunitária, seja pela grilagem, seja pelo acesso descontrolado a áreas de delicada estrutura socioambiental.

Independentemente dos limites impostos pelo mandato do licenciamento ambiental, os desafios colocados dizem respeito ao desenvolvimento dos territórios e das regiões. Demandam ação coordenada em múltiplas esferas do poder público, com participação da sociedade, o que implica enfrentar passivos estruturais, ao mesmo tempo em que se propõem estratégias de inclusão orientadas pelo longo prazo.

<sup>5</sup> LOTTA; FAVARETO (2018)

# MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Para além dos resultados finais do planejamento participativo, traduzidos no conteúdo de propostas e acordos, sabe-se que o processo de construção coletiva é um veículo para o desenvolvimento e a democratização de capacidades essenciais a qualquer sistema de governança<sup>6</sup>. Aspectos como acesso à informação, facilitação de diálogos e fortalecimento dos vínculos entre os atores promovem um legado de aprendizagem social, “ampliando a capacidade da sociedade local de adaptar-se e responder aos desafios e às mudanças globais”<sup>7</sup>.

Casos bem-sucedidos em desenvolvimento local inclusivo urbano são notoriamente fruto de planejamento estratégico que mobilizam todos os principais atores sociais na formulação de diagnósticos e objetivos compartilhados, assegurando, enfim, “adesão social ao projeto de cidade”<sup>8</sup>. Da mesma forma, no contexto rural, estudos recentes destacam a importância de coalizões territoriais transformadoras para localidades latino-americanas que lograram promover crescimento econômico, com inclusão social e sustentabilidade ambiental<sup>9</sup>. São articulações intersetoriais e entre sociedade e governos que mobilizam o conjunto dos recursos necessários à promoção do desenvolvimento desejado.

No contexto da BR-319, a construção participativa de uma agenda de desenvolvimento em territórios prioritários busca promover capacidades para a compreensão dos desafios e da ampliação das possibilidades de organização social e cooperação entre comunidades. Promove, ainda, incremento de força política, a partir de pactuações concretas, estruturadas e legitimadas coletivamente. E ainda busca inovar ao centrar o processo de planejamento nos próprios moradores locais. Vários outros atores são convidados a contribuir, como alternativa a processos participativos típicos que geralmente emanam das instâncias de governo, orientados pelos seus próprios termos, prazos e objetivos<sup>10</sup>. Ao fazer esse percurso, busca-se endereçar a flagrante desigualdade de voz no contexto da BR-319 e, simultaneamente, dar luz às formas de governança e ao conhecimento que existem no território vivido pelas comunidades locais.

6 HEALEY (2003)

7 BUARQUE (2008)

8 BORJA (1998)

9 BERDEGUE et al (2015)

10 PIRES (2011)



# PROMOÇÃO DE VIDA DIGNA LASTREIA PROTEÇÃO DA FLORESTA

A ameaça de conversão de florestas numa das regiões mais preservadas da Amazônia brasileira é um dos principais pontos que mobilizam a atenção de atores regionais, nacionais e internacionais para a proposta de pavimentação da BR-319. Naturalmente, ganha vulto o debate sobre comando e controle, em especial, no que diz respeito à proteção dos direitos de populações tradicionais e indígenas, e da própria proteção ambiental e florestal. Florestas de uso comunitário com direitos coletivos assegurados experimentam menores taxas de desmatamento e mantêm maiores níveis de biodiversidade<sup>11</sup>. No Amazonas, apenas as unidades de conservação estaduais abrigam cerca de 26 mil famílias distribuídas em mais de mil comunidades<sup>12</sup>.

No entanto, o direito à terra e à destinação de uso sustentável dos recursos florestais são parte de um conjunto maior de condições necessárias à permanência dessas populações em áreas florestais e à perpetuação de seus modos de vida. O Estado do Amazonas apresenta um quadro de aguda concentração dos serviços de saúde, educação e assistência social na capital, em prejuízo do interior.

Com exceção de Manaus, toda as demais regiões do Estado apresentam baixo desenvolvimento econômico e insuficiente oferta de serviços de saúde, enquanto a presença de médicos no interior é a menor entre todos os Estados da região Norte<sup>13</sup>.

Manaus abriga 24 dos 37 equipamentos socioassistenciais de alta complexidade disponíveis no Amazonas<sup>14</sup>. E 83% das matrículas de ensino médio estão localizadas somente em escolas urbanas<sup>15</sup>. Os dados ilustram a realidade da vida nas áreas florestais do Estado, onde a presença de populações que façam uso adequado dos recursos naturais é essencial.

A expectativa de que a pavimentação da BR-319 solucionaria o problema do acesso a bens e serviços públicos naturaliza as desigualdades estabelecidas entre os mundos rural e urbano. Desconsideram-se os custos derivados, sempre a cargo dos moradores, da necessidade permanente de percorrer longas distâncias. Num horizonte estratégico que se traduz em gerações, a perpetuação do conhecimento e dos modos de vida tradicionais requer, necessariamente, a evolução dos quadros de desenvolvimento humano nos territórios.

11 RICHTS RESOURCES (2018)

12 SES/AM (2020)

13 IDESAM (2020)

14 SES/AM (2020)

15 INEP (2020)

# METODOLOGIA

Comunitários  
reunidos no  
Centro Social do  
Ramal do Floresta



## PERCURSO METODOLÓGICO COMO FOI CONSTRUÍDA A ADT

A abordagem aqui descrita tem como referência o conceito de governança territorial, tido como processo de ação coletiva voltado a pactuar estratégias sobre o futuro desejável de um território<sup>1</sup>. Por meio da organização entre atores e interesses, busca-se o reconhecimento de objetivos compartilhados, a valorização de vocações e patrimônios próprios, a cooperação e a coordenação vertical e horizontal e a promoção de bens comuns<sup>2</sup>. Ao apoiar um processo eminentemente político, que procura democratizar o acesso à informação e a capacidade de influência sobre tomadores de decisão, este trabalho também evoca o conceito de desenvolvimento humano consagrado por Amartya Sen, para quem “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”<sup>3</sup>. Por fim, tem-se como pressuposto o desenvolvimento sustentável, com atenção ao uso responsável de recursos naturais e integração de dimensões sociais, ambientais, culturais e econômicas.

A construção da Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) para a região de influência da BR-319 contou com a participação de mais de 600 indivíduos de cerca de 150 organizações, representando moradores de 64 comunidades rurais, tradicionais e urbanas de quatro territórios-alvo, além de instituições públicas das três esferas administrativas, sociedade civil, academia e setor empresarial. A equipe multidisciplinar de 10 pesquisadores e 6 mobilizadores do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) reuniu tanto profissionais de São Paulo como da própria região da BR-319, incluindo lideranças locais. Além disso, o diálogo constante com parceiros institucionais tais como o Ministério Público Federal do Amazonas e organizações da sociedade civil que atuam na região foi fundamental para a constituição do trabalho e de sua própria metodologia. Finalmente,

o envolvimento da Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta) em toda a concepção e condução dos trabalhos é peça-chave para a esperada continuidade das discussões com vistas à apropriação da ADT pelo território.

## PASSO 1 IMERSÃO E PLANO DE AÇÃO

Os primeiros seis meses de projeto foram inteiramente dedicados à validação da proposta de trabalho e construção de um plano de ação junto a atores locais. A partir de uma viagem exploratória pela BR-319 realizada em janeiro de 2019, a equipe multidisciplinar partiu de Porto Velho e percorreu por dez dias os 885 km da rodovia até Manaus, parando em comunidades e distritos para um primeiro reconhecimento do território, com rodas de conversa e entrevistas não-estruturadas. Além de uma série de reuniões com atores institucionais públicos e privados em Manaus, o projeto realizou levantamento e análise de mais de 50 estudos e documentos públicos sobre a BR-319, de forma a complementar a sistematização de informações iniciais do território a partir da visita a campo.

## PASSO 2 DEFINIÇÃO DO TERRITÓRIO-ALVO

O recorte territorial da área de atuação do projeto foi definido coletivamente pelos pesquisadores e pela equipe de mobilizadores locais, tendo como referência perguntas centrais: com relação à rodovia BR-319, quais localidades já sofrem ou podem sofrer ameaças à conservação de seus recursos naturais e seus modos de vida? E quais já empreendem ou podem empreender estratégias de desenvolvimento sustentável e inclusivo? No conjunto dessas localidades, observam-se diversidade do ponto de vista de grupos sociais, práticas econômicas e grau de mobilidade em relação à estrada?

Assim, na porção sul do trecho da rodovia, foi selecionado o distrito de **Realidade**, no município de Humaitá, dado o forte avanço do desmatamento na região, além do rápido crescimento populacional; o município de **Manicoré**, englobando comunidades

1 DALLABRIDA (2020)

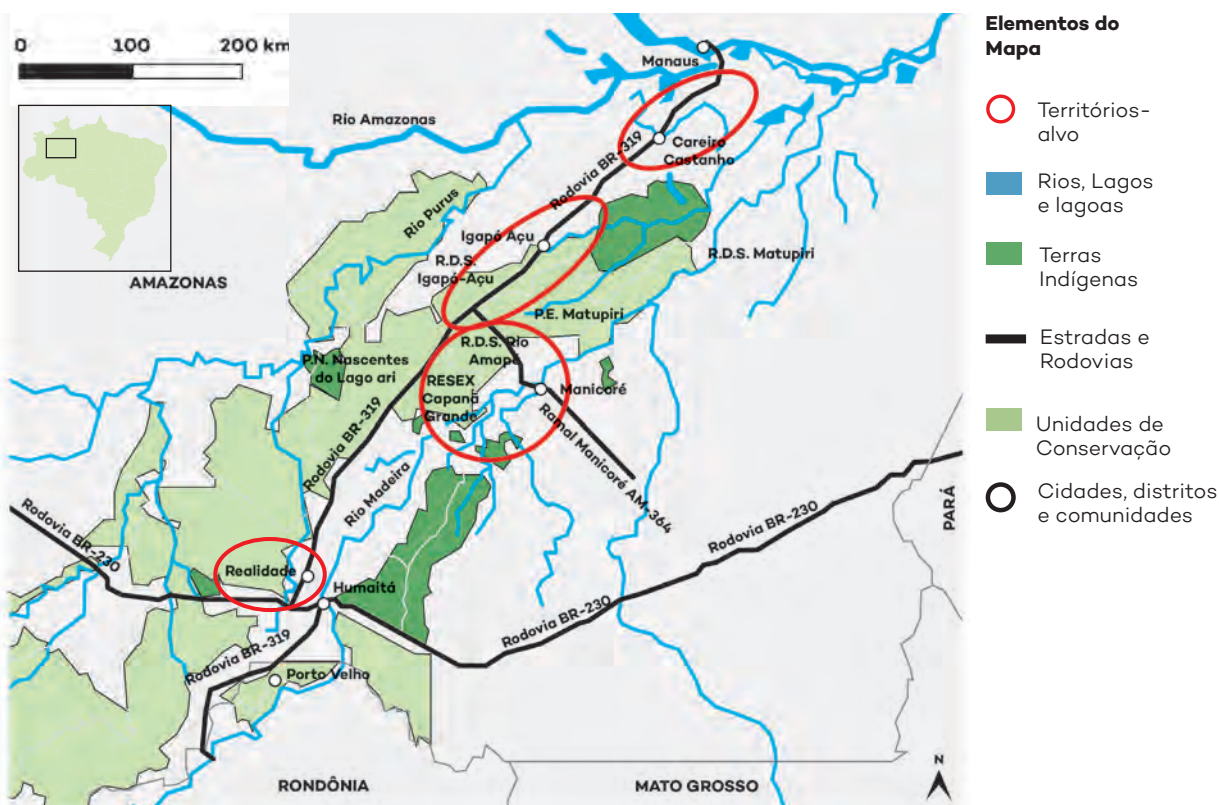
2 DAVOUDI ET AL (2008)

3 SEN (2010)

dentro e no entorno das áreas protegidas fronteiriças à BR-319, sob pressão de atividades predatórias de extração de madeira e garimpo; o território-alvo de **Igapó-Açu**, por compreender comunidades isoladas no trecho do meio da estrada até comunidades

dentro e no entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu; e o município de **Careiro**, em comunidades rurais caracterizadas pela proximidade de Manaus e que apresentam desafios do ponto de vista de ordenamento fundiário.

**Mapa 1.**  
Territórios-alvo para construção das ADTs e respectivas áreas de abrangência



### PASSO 3 RODADA DE OFICINAS

Como ponto de partida para o diálogo sobre desenvolvimento territorial, era preciso construir um apanhado dos desafios enfrentados pelas comunidades locais, assim como das principais demandas para melhoria da qualidade de vida – ou, conforme se diz localmente, para construção de um “território do bem

viver”. Assim, em novembro de 2019, foram realizadas sete oficinas para moradores dos territórios-alvo, com cerca de 200 participantes, conforme tabela abaixo. Além da apresentação do projeto e do alinhamento de expectativas, as atividades foram conduzidas de maneira a desconstruir ideias preconcebidas sobre desenvolvimento, orientando-se simplesmente pela reflexão: como se deseja transformar a vida neste território? E o que se deseja preservar?

**Tabela 1- Informações sobre a 1ª rodada de oficinas**

<b>Território</b>	<b>Data da oficina</b>	<b>Local</b>	<b>Comunidades Contempladas</b>	<b>Número de participantes</b>
Realidade/Humaitá	01/11	Distrito Realidade	Distrito Realidade	34
Manicoré	07/11	Comunidade Boa Esperança	Boa Esperança, Urucury, Água Azul e Santa Maria	22
	08/11	Comunidade de Democracia	Democracia, Santa Eva, Jatuarana, Vista Alegre, Pandegal e Aldeia Kamayúá	20
	09/11	PAE Jenipapo, Centro Comunitário	PAE Jenipapo, Braço Grande e Bracinho	18
	11/11	Resex Lago do Capanã Grande, Comunidade Fátima	Ponta do Campo, Jutai, Fátima, Aldeia Igapó Velho, Santa Civita, Aldeia Palmeira e Igarapé Grande	40
Careiro Castanho	15/11	Sede do Careiro Castanho	Araçá, São João, Km 22, Céu Azul, P.A Panelão, Ramal do Floresta, Comunidade Santo Antônio do Mamori	38
Igapó-Açu	18/11	Sede do Careiro Castanho	Rio Novo, Igapó-Açu, Jacaretinga, Tupana e Antônio da Farinha	30
<b>Total de participantes</b>				<b>202</b>

Fonte: Elaboração própria.

Todas as questões levantadas pelos participantes foram registradas em atas, cartazes e fotos e posteriormente agrupadas e categorizadas em dimensões temáticas. Inicialmente, o projeto se propunha a realizar outras três rodadas de oficinas de modo a avançar paulatinamente na capacitação para compreensão dos problemas e para cocriação de possíveis soluções. No entanto, com a deflagração da pandemia do novo coronavírus, às vésperas da segunda rodada de oficinas em março de 2020, foi preciso cancelar as atividades e reformular os meios de interação com o território.

## **PASSO 4 ADAPTAÇÃO DA METODOLOGIA: ENGAJAMENTO CONTÍNUO**

As restrições sanitárias demandaram que as atividades fossem substituídas, tanto quanto possível, por alternativas digitais. O projeto lançou mão de recursos como podcasts e encontros virtuais. Um percurso formativo virtual de 12 encontros (aproximadamente 50 horas), denominado “Trilha Criativa”, contemplou 20 jovens dos quatro

### **ESPAÇO DE MEDIAÇÃO E DEBATE: O FÓRUM DA BR-319**

Liderado pelo procurador do Ministério Público Federal do Amazonas, dr. Rafael Rocha, o “Fórum Permanente de Discussão sobre o Processo de Reabertura da Rodovia BR-319” promove, desde 2017, um espaço participativo de acompanhamento e debate sobre o licenciamento ambiental da rodovia e o planejamento de salvaguardas e de políticas públicas para proteção territorial. O alto engajamento de dezenas de instituições públicas nos três níveis de governo, além de cidadãos e movimentos da sociedade civil, motivou a participação da FGV com uma parceira do Fórum. Além do acompanhamento

das reuniões mensais, este projeto promoveu apoio logístico para participação de moradores de comunidades distantes, de modo a ampliar a visibilidade de assuntos de interesse do próprio território. E apoiou a realização de uma edição itinerante do Fórum, no município de Humaitá. Com o surgimento da pandemia, as atividades regulares do Fórum precisaram ser suspensas. Ainda assim, FGV e MPF realizaram a série de encontros virtuais “Debatendo Capacidades Públicas no Entorno da BR-319”, que mobilizou cerca de 150 participantes entre gestores públicos municipais, estaduais e federais e sociedade civil, para debate e coleta de percepções sobre políticas sociais, econômicas e ambientais.

territórios-alvo. Ao longo das sessões foram apresentados e discutidos conceitos como governança, conservação da natureza, ordenamento fundiário e direitos humanos, também com vistas à coleta de contribuições à ADT. Em parceria com a organização Casa do Rio, outro processo formativo promoveu intercâmbio entre jovens agricultores da região da BR-319 e de diferentes partes do país. Já o programa de áudio “Vias de Fato” promoveu debates entre estudiosos e lideranças de movimentos sociais sobre o licenciamento ambiental do projeto de repavimentação da rodovia BR-319, à luz da experiência de pavimentação de outras rodovias amazônicas. Em paralelo, com apoio técnico da equipe de pesquisa e seguindo protocolos de segurança, os mobilizadores locais mantiveram-se relativamente ativos nas comunidades em que vivem e nas quais normalmente circulam, compartilhando as atualizações do projeto e promovendo rodas de conversa reduzidas sobre licenciamento ambiental, atividades produtivas, juventude e gênero, entre outros temas.

## PASSO 5 DIAGNÓSTICO

Tendo como ponto de partida as demandas identificadas nas comunidades locais, a etapa de diagnóstico buscou compreender as raízes das vulnerabilidades apontadas, abarcando

também a situação político-institucional em quatro grandes dimensões: Políticas Públicas Sociais, Proteção Ambiental e Territorial, Infraestrutura e Atividades Produtivas. As dimensões “Participação e Organização Social” e “Proteção dos Modos de Vida” foram abordadas de forma transversal. A coleta de dados para construção do diagnóstico envolveu levantamento da literatura especializada para cada política pública, com o esforço de mapear os estudos que se debruçam sobre o contexto Amazônico e do Amazonas, entrevistas com gestores públicos estaduais e municipais e especialistas, além da leitura do Estudo de Impacto da Ambiental para repavimentação do trecho do meio da BR-319, com ênfase no componente socioeconômico.

A seguir, alguns pontos de atenção e especificidades no processo de elaboração dos diagnósticos:

- Triangulação de técnicas de coleta de dados: revisão bibliográfica; análise documental de legislações e publicações oficiais; levantamento de indicadores nas bases governamentais; entrevistas.
- Distintos níveis de análise: contexto Amazônia como pano de fundo, contexto estadual, contexto dos municípios que abrangem os territórios de atuação. Para Igapó-Açu foram considerados Beruri, Borba e Manaquiri e para Realidade, o município de Humaitá.

### INTERVENÇÕES PRÁTICAS

À medida em que os diagnósticos se consolidavam e as proposições de caminhos tomavam forma, foi ficando cada vez mais claro que algumas das soluções desejáveis poderiam ser perseguidas mesmo antes da conclusão do projeto. Trata-se de intervenções práticas que têm caráter de articulação interinstitucional e facilitação do diálogo entre a população local e as autoridades públicas. São exemplos de atividades dessa natureza apoiadas pelo projeto:

- Articulação contínua para incorporação da comunidade do Rio Novo no planejamento de gestão da RDS Rio Amapá.
- Apoio a grupo de mulheres do distrito de Realidade em articulação com secretários municipais de Educação, Saúde e Infraestrutura para que suas demandas fossem contempladas no Plano Plurianual (PPA) de Humaitá.
- Intermediação de reuniões entre o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e os beneficiários de assentamentos rurais de Manicoré e Careiro, para exposição de demandas e pedidos de esclarecimento sobre titulação de terras e infraestrutura local.

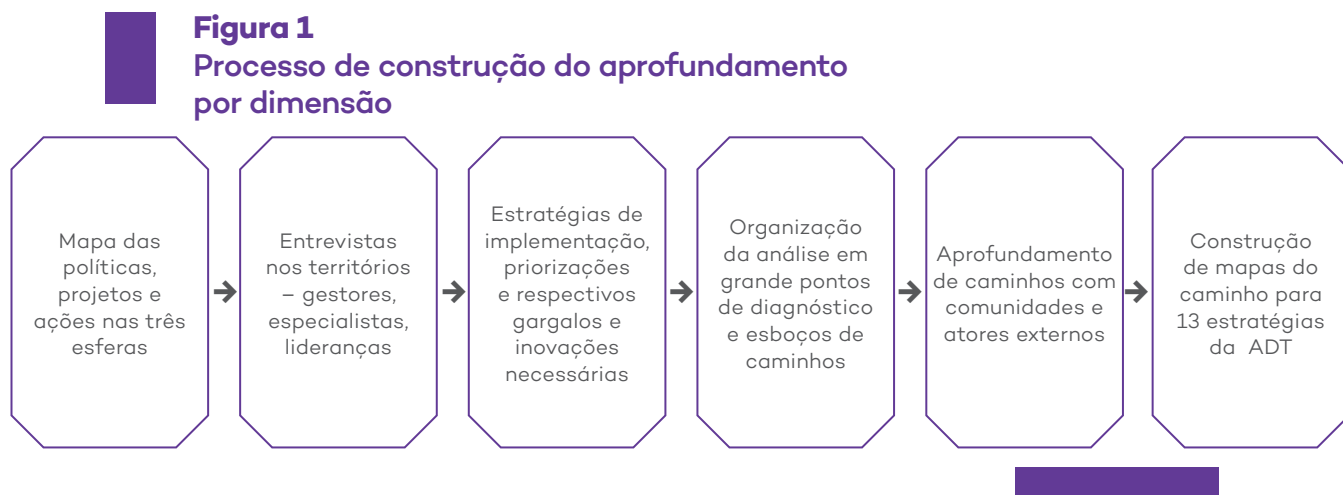
- Apoio logístico em expedição pelo Rio Manicoré com comunitários e gestores públicos para registro do desmatamento e abertura de estradas.
- Articulação junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Casa do Rio para criação de “associação mãe” na RDS Igapó-Açu. Essa instituição é condição para acesso das comunidades a programas e recursos específicos, como o benefício Bolsa-Floresta e o documento de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)
- Articulação e apoio logístico para visita de microscopistas em comunidades do Igapó-Açu

- Adaptações de estratégias de pesquisa para cada dimensão: a dimensão de políticas sociais foi facilitada pelas grandes bases de dados como Censo Escolar, Datasus e CensoSUAS, Estadic e Finbra; as demandas difusas ligadas à conservação e qualidade ambiental orientaram propostas mais abrangentes em nível de ordenamento (como regularização fundiária e fiscalização), que, por sua vez, são caracterizadas por um grande protagonismo do governo federal e falta ou dificuldade de acesso às informações; na dimensão de infraestrutura cada setor tem suas próprias características, de acordo com os produtos e/ou serviços de que se trata, mas possuem em comum o debate sobre a estatização e privatização, junto com a universalização dos serviços; as políticas ligadas às atividades produtivas são mais descentralizadas entre os três entes federativos e demandaram maior esforço para mapeamento e investigação quanto à implementação ou descontinuidade de cada iniciativa.

## PASSO 6 CAMINHOS POSSÍVEIS

O levantamento de políticas públicas e entrevistas com atores contidos no diagnóstico subsidiaram uma análise de conjuntura (identificação de ameaças e oportunidades) e de capacidades organizacionais (identificação de fraquezas e fortalezas) para o conjunto de prioridades coletadas. Ao confrontar a análise dessas quatro grandes dimensões com o resultado da ampla consulta e construção coletiva nos territórios-alvo, foram desenhados caminhos seguindo uma lógica de transversalidade temática, com a proposição de 13 estratégias.

Ao desenho inicial seguiu-se um amplo processo de checagem e aprimoramento, seja entre as comunidades locais, com apoio da equipe de mobilizadores, seja junto a gestores públicos e organizações da sociedade civil, a cargo da equipe de pesquisadores, por meio de reuniões de trabalho e entrevistas semiestruturadas.



# A CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Parte importante da construção de Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADT) é a compreensão da realidade na qual ela se insere. Esta caracterização tem o objetivo de apresentar as trajetórias e características dos territórios de atuação do Projeto, a partir da perspectiva de seus próprios atores. Dessa forma, a ideia é menos mobilizar um acúmulo de dados quantitativos e mais ser um espaço para as vozes de quem vive e forma os territórios do Careiro, Igapó-Açu, Manicoré e Realidade.

No total, 38 histórias de vida com moradores das comunidades de atuação do Projeto foram coletadas em todos os territórios. Também foram conduzidas 41 entrevistas, sendo 9 com atores que possuem vínculo com o poder público ou com organizações da sociedade civil. A escuta de jovens e mulheres também está assegurada.

## Territórios de atuação:

Careiro  
Igapó-Açu  
Manicoré  
Realidade

## Métodos de coleta de dados para Caracterização:

Histórias de vida, entrevistas, pesquisa bibliográfica, pesquisa nas bases de dados oficiais de indicadores.

## Nº de histórias de vida e entrevistas coletadas por território:

### Careiro

História de Vida: 9  
Entrevista: 13

### Igapó Açu

História de Vida: 13  
Entrevista: 7

### Manicoré

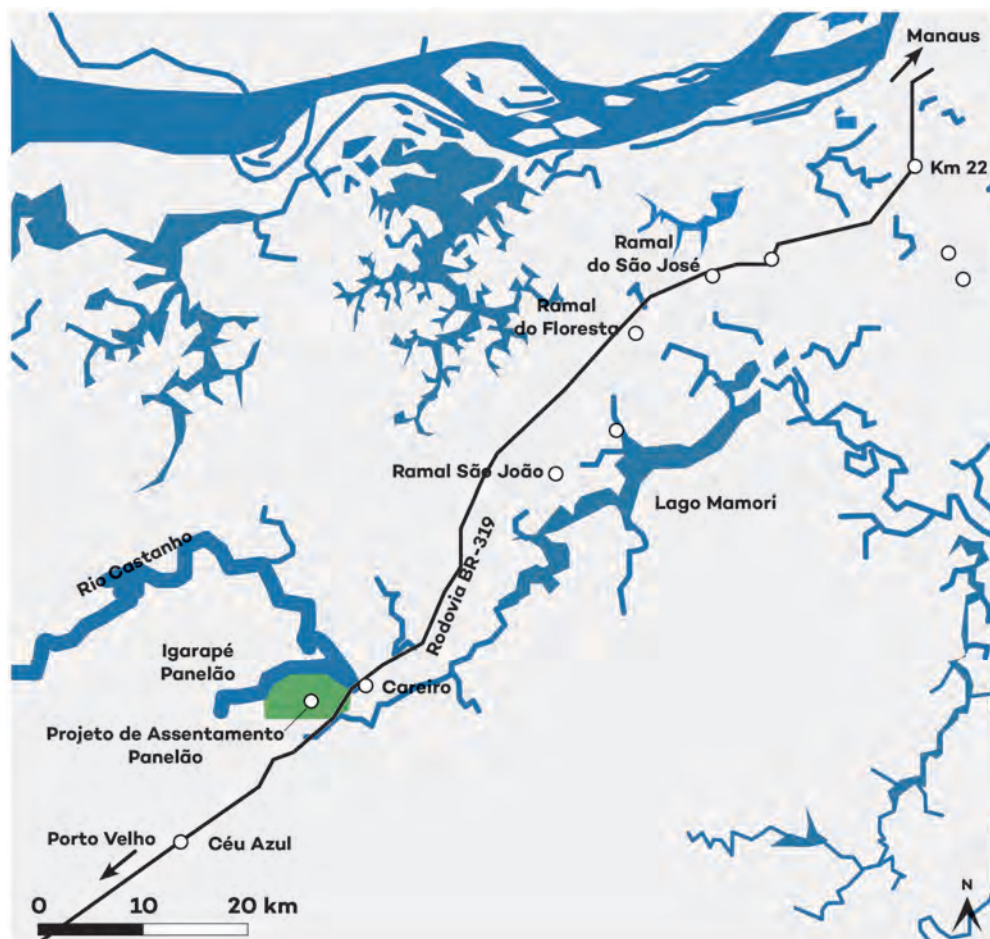
História de Vida: 10  
Entrevista: 12

### Realidade

História de Vida: 6  
Entrevista: 9



# CAREIRO



## Elementos do Mapa

 Rios, Lagos e lagoas

 Cidades, distritos e comunidades

 Estradas e Rodovias

 Assentamentos

### PÚBLICO-ALVO:

12 comunidades, totalizando aproximadamente 680 famílias, dentre assentamentos e comunidades rurais

### COMUNIDADES:

Céu Azul (descontinuada), Projeto de Assentamento Panelão, Ramal do São João, Santo Antônio do Mamori, Ramal do Floresta, Ramal do São José (comunidades Maranhenses e Três Poderes), Ramal do Capiranga, Araçá (descontinuada), Ramal do 14, Ramal do Pedra e KM 22

### PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS:

Psicultura e agricultura familiar para abastecimento do município e entorno

### PRINCIPAIS OPORTUNIDADES:

- Proximidade de Manaus como potencial mercado para escoamento da produção
- Diversificação da produção agrícola
- Potencial de ecoturismo de base comunitária
- Infraestrutura mais avançada de saúde e educação nas comunidades

### PRINCIPAIS RISCOS:

- Ocupação desordenada
- Conflitos fundiários e grilagem de terras
- Desmatamento florestal
- Aumento de violência, prostituição e tráfico de drogas
- Baixa perspectiva de desenvolvimento econômico local, especialmente para jovens e mulheres

## Entre o interior e a capital

Careiro está a 102 km de Manaus. Percursos que pode ser feito totalmente pelo rio ou por terra até Careiro da Várzea pela BR-319 e,

depois, por via fluvial.

Simbolicamente, a sede do município, às margens do Rio Castanho, está organizada no entorno da BR-319 desde a construção da estrada. Transformações econômicas

ocorreram no território por causa da obra, que facilitou o escoamento da produção dos agricultores familiares, como lembra Dona Marli: “Nós produzíamos abacaxi e banana, nós trabalhávamos com 12 a 18 milheiros de abacaxi.” No período em que a rodovia ficou intrafegável, houve diminuição e perda significativa da produção.

O perfil dos moradores do Careiro engloba amazonenses que vieram de outros municípios e migrantes do Sul e do Nordeste do país. Muitos chegaram com o ciclo da Borracha e com a construção da BR-319. Em comum, eles enxergaram no Careiro a oportunidade de ter acesso à terra e de viver da agricultura no interior, mesmo próximo a Manaus.

---

### **Vulnerabilidade socioambiental em um cenário com três rodovias**

Careiro não sofreu com o aumento significativo do desmatamento nos últimos anos, mas está pressionado por fatores que deixam o território vulnerável frente à repavimentação da rodovia BR-319: outras estradas, ramais e assentamentos, aspectos que facilitam a ocupação desordenada.

No trecho entre Careiro da Várzea, passando por Castanho, até a comunidade do Igapó-Açu, as ocupações são uma realidade, segundo Thiago Cavalli, fundador da ONG Casa do Rio. Os processos ocorrem por fases, ele explica. Primeiro são as pequenas casas, com moradores temporários, e depois entram as fazendas mais estruturadas, com áreas maiores, já abertas para o desmatamento. Outras duas rodovias presentes na região, a AM-254 e a AM-354, também favorecem a abertura de ramais<sup>1</sup>, usados para a escoar a produção de áreas da expansão agrícola.

Os assentamentos não consolidados, a maior parte projetos agroextrativistas, formam outro vetor de desmatamento no Careiro<sup>16</sup>. Segundo Seu Manoel, a presença do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão importante por causa das características locais de produção, está cada vez

menor no Projeto de Assentamento Panelão. O que pode ser explicado pela fragilização da Política Nacional de Reforma Agrária em todo o Brasil. A comunidade recebe apoio do governo municipal, mas ele é limitado às responsabilidades e capacidades das prefeituras.

---

### **Os dilemas de viver em um assentamento**

Dona Ângela e Seu Ezequiel são precisos sobre os problemas de viver em um assentamento. “Todo mundo quer ter um terreno, ser assentado, com título definitivo, porque quando a pessoa tem seu documento, pode chegar num banco e pedir financiamento para uma criação grande de galinha, de porco. Você vem com esse sonho de se documentar. Mas, depois, há pessoas que têm 20 anos e ainda não têm título definitivo”, diz Seu Ezequiel.

A dificuldade de “acesso à energia, água, locomoção, ao escoamento da produção e assistência técnica do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) provoca muita evasão. Por esses motivos os agricultores locais querem a emancipação do assentamento, processo que tornaria a comunidade um bairro do município de Careiro.

---

### **A Rede Transdisciplinar da Amazônia e uma governança a ser fortalecida**

As experiências em curso no Careiro têm o potencial de serem replicadas nos demais territórios da BR-319. A lista inclui ações como a da Casa do Rio, sobretudo a Escola Itinerante de Agroecologia (EIA); do Departamento de Organizações Comunitárias (DOC), vinculado à Secretaria de Produção Rural de Careiro; do coletivo Divas da Floresta, atrelado ao Projeto de Promotoras Legais Populares (PLPs), que auxiliam mulheres em situação de violação de direitos; e a articulação entre Projetos de Conservação (Programa Agente Ambiental Voluntário – AAV – e o Projeto Pé de Pincha) e ações que fortalecem a comunidade, como ocorre nas comunidades do Lago do Mamori.

<sup>1</sup> IDESAM (2018)

Esses atores que lideram essas ações fazem parte da Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta), formada por coletivos, organizações comunitárias, movimentos sociais, instituições governamentais e não governamentais que estão ao longo da BR-319<sup>2</sup>. Os quatro territórios de atuação do Projeto possuem representantes da Reta.

---

### **O fortalecimento da agricultura familiar e da mulher no campo**

A agricultura familiar é a principal atividade produtiva do Careiro. Ações combinadas entre a Casa do Rio e o DOC fortaleceram o setor mais recentemente.

O DOC atua apoiando os agricultores familiares na organização e no escoamento da produção desde 2017. A criação de uma feira de agricultores familiares e o incentivo à participação deles no Programa de Aquisição de Alimentos estão entre os avanços ao setor.

O principal desafio do DOC é ausência de assistência técnica no município, como explica Edilise, coordenadora do Departamento: “O Idam deveria atuar, mas é difícil. A ADAF deveria atender a produção animal, vegetal e florestal, mas mal atende a animal.”

O DOC e a Casa do Rio estão próximos às mulheres para reduzir a desigualdade de gênero no campo. Um dos resultados dessa iniciativa é o aumento de mulheres presidentas nas associações comunitárias.

Dona Neli e Dona Nilcinha são exemplos de mulheres agricultoras que assumiram a liderança das associações de suas comunidades. “Minha vó que dizia que eu era uma mulher com o pé no futuro e que a minha vida não seria fácil por conta das minhas visões”, comenta Nilcinha. No geral, os cargos de liderança comunitária são assumidos por homens mais velhos, o que acaba dificultando a possibilidade de participação das mulheres e dos jovens nas tomadas de decisões locais.

Apesar dos avanços transformadores, tanto

<sup>2</sup> IDESAM (2018)

## **SEU MANOEL**

### **História de vida**

**Nascido em Tapauá, Amazonas, sempre trabalhou na agricultura. Mudou para Manaus em busca de trabalho quando perdeu o pai. Encontrou emprego no Distrito Industrial da Capital, mas em uma das crises econômicas dos anos 1990 se viu sem renda. Em 1999, resolveu recomeçar, ao lado da família, na Comunidade do PA Panelão. A felicidade veio quando conseguiu voltar a trabalhar como agricultor ao lado da esposa. Há 22 anos no PA Panelão, vivenciou diversas transformações na comunidade, como a chegada do Programa Luz para Todos, da escola e do posto de saúde, mas ainda enfrenta diversos desafios pela ausência do Incra.**



Roda de conversa com moradores do PA Panelão

a Casa do Rio quanto o DOC atuam com equipes pequenas. Além disso, existe muita conexão entre a rotina da produção e a necessidade de ampliar a proteção à violação dos direitos femininos. Em Careiro existem movimentos sociais a favor das mulheres, mas há carência de instituições como o conselho municipal e uma delegacia especial para mulheres.

### O avanço e a desigualdade no acesso a políticas públicas

Careiro é o único território de atuação do Projeto que possui 100% de cobertura de atenção básica de saúde. Isso não significa que todas as comunidades apresentam uma Unidade Básica, mas que os comunitários conseguem ter acesso ao serviço, seja em comunidades próximas ou por visitas de equipes de saúde. Recentemente, o município reformou o Hospital Municipal. A proximidade de Manaus facilita o acesso aos serviços de saúde de maior complexidade.

Edilise pondera que o avanço em infraestrutura e acesso aos serviços ainda precisam ser acompanhados da melhoria da qualidade: “A saúde saiu do zero e está chegando no básico, porque Careiro não tinha nem o básico. Construir posto de saúde, por si, também não é avanço.”

Na área da educação, Careiro se destaca no número de professores com ensino superior. A proximidade de Manaus facilita a qualificação dos profissionais. O acesso à educação

## MOISÉS

### História de vida

**Jovem agricultor, morador do Lago do Mamorí. Filho de uma agricultora e de um professor que lhe inspiraram a estudar agroecologia, área que ele diz amar. Conheceu a Casa do Rio pela EIA. Hoje é um dos técnicos da Escola. Para ele, práticas agroecológicas precisam de maior incentivo público.**

melhorou no ensino fundamental, mas ainda é desigual. E também falta melhorar a qualidade. Assim como nos outros territórios, existe um descompasso na oferta de educação entre a zona rural e urbana. A falta de asfalto em alguns ramais gera dificuldade para o acesso a várias políticas sociais. Por isso, a pavimentação de algumas vicinais, em paralelo à da BR-319, é uma reivindicação local.

A falta de infraestrutura de comunicação é um dos motivos do êxodo de jovens que deixam as comunidades em busca de estudo e trabalho. “Com toda certeza, os idosos estão alavancando a agricultura familiar, porque os demais estão indo para a zona urbana”, avalia Seu Manoel.

A proximidade de Careiro de Manaus também assevera desafios, como o crescente tráfico de drogas. Processo que tende a aumentar com a repavimentação da BR-319.

“

“É um paraíso. Não precisa sair da comunidade para comprar peixe, farinha, verdura, frutas. Tem tudo na comunidade. Se quer comer um peixe, vai no rio e pega.”

**Seu Manoel**

“

“Jovem tão bonito, podendo, está fazendo outra coisa, poderia ser um agrônomo, aprendendo a mexer com a terra, plantar né, tirar pra ti o teu sustento [...]” Pra mim a prioridade aqui dentro é uma escola para esses jovens, e um técnico, uma pessoa que se interessasse em trabalhar com eles.”

**Dona Dora**

“

“Nós não temos políticas públicas para mulheres. Só temos no papel. Hoje nós podemos dizer que aqui as mulheres estão de fato sendo empoderadas, sabendo seu valor, o valor das plantas que elas cultivam.”

**Dona Nilcinha**

## **DONA ÂNGELA**

**Nasceu em Alenquer, no Pará, e é filha de agricultores. Ela mora no PA Panelão há 12 anos. Dona Ângela trabalha como Agente Comunitária de Saúde (ACS) da comunidade desde 2010, mas se divide entre o trabalho, a agricultura e presidência da Associação de Moradores do PA Panelão, desde 2020. Como agente comunitária, ela tem que fazer visitas domiciliares constantemente, mas enfrenta dificuldade com a falta de infraestrutura das ruas do assentamento. No inverno, a lama é o principal empecilho. No verão, há o aumento de doenças respiratórias por conta da poeira. Mesmo com esses desafios, Dona Ângela afirma que não trocaria a vida de agricultora no PA Panelão pela cidade grande. Com a família, ela planta e colhe: cupuaçu, açaí, andiroba, goiaba, manga, buriti e outras frutas.**



Criança em momento de lazer na Comunidade do Ramal do Floresta

## AÇÕES DE GOVERNANÇA:

### **Casa do Rio**

Desde 2014 atua na região da BR-319, com iniciativas que versam sobre desenvolvimento humano e territorial, por meio da educação, empreendedorismo e agroecologia.

### **Escola Itinerante de Agroecologia (EIA)**

Surgiu em 2017, com o objetivo de difundir práticas agroecológicas na produção e comercialização de alimentos, e com isso fortalecer as comunidades. Para driblar os desafios logísticos de Careiro, a EIA forma jovens monitores, que são os pontos de apoio nas comunidades.

## **DONA NELI** História de vida

Nasceu em Lago Preto, Amazonas. Anos depois mudou-se para a comunidade Ramal do São João. Hoje, é presidente da associação comunitária. Ela nunca tinha se envolvido com associativismo, mas, diante das demandas da comunidade, organizou uma diretoria composta por três mulheres, que conseguiu vários avanços com o apoio da Casa do Rio.

## **DONA NILCINHA** História de vida

É de Santarém, Pará. Moradora do Lago do Mamori, é umas das lideranças da associação comunitária da comunidade. Mudou-se para Careiro para realizar o trabalho de agente ambiental voluntária e militância pelos direitos das mulheres. Viu no associativismo uma oportunidade para unir as pessoas e falar sobre os potenciais desafios da comunidade, e, na agricultura, uma oportunidade de empoderamento da mulher.

# MAIS SOBRE CAREIRO

## **Ordenamento territorial:**

Careiro possui **22% de seu território** destinado a assentamentos e terras indígenas. Não há unidades de conservação.

## **Número de assentamentos:**

11, o que corresponde a **19% da área total de Careiro**. Quatro assentamentos possuem interação direta com a BR-319, sendo eles: PAE Castanho, PA Panelão, PDS Batata e PDS Lago do Mira.

## **Terras Indígenas:**

Correspondem a **3% da área total** de Careiro.

## **Desmatamento:**

Aumentou apenas **1% de 2012 a 2016**.

## **Principais atividades produtivas do Careiro:**

Agricultura familiar, piscicultura, turismo e movelaria.

## **Departamento de Organizações Comunitárias (DOC)**

O DOC atua em três frentes: gestão da Sala do Empreendedor, organização da Feira de Agricultores Familiares e gestão do Programa de Aquisição de Alimentos no município. O DOC dialoga com produtores individuais, mas sua interlocução e apoio são realizados, sobretudo, com as associações comunitárias.

**Número de Associações organizadas no Careiro: aproximadamente 40.**

**Número de mulheres presidentes de associações: aproximadamente 15.**

**Cobertura da atenção Básica de Saúde: 100%**

**Cobertura de ACS: 100%**

**Número de Unidades Básicas de Saúde: 14**

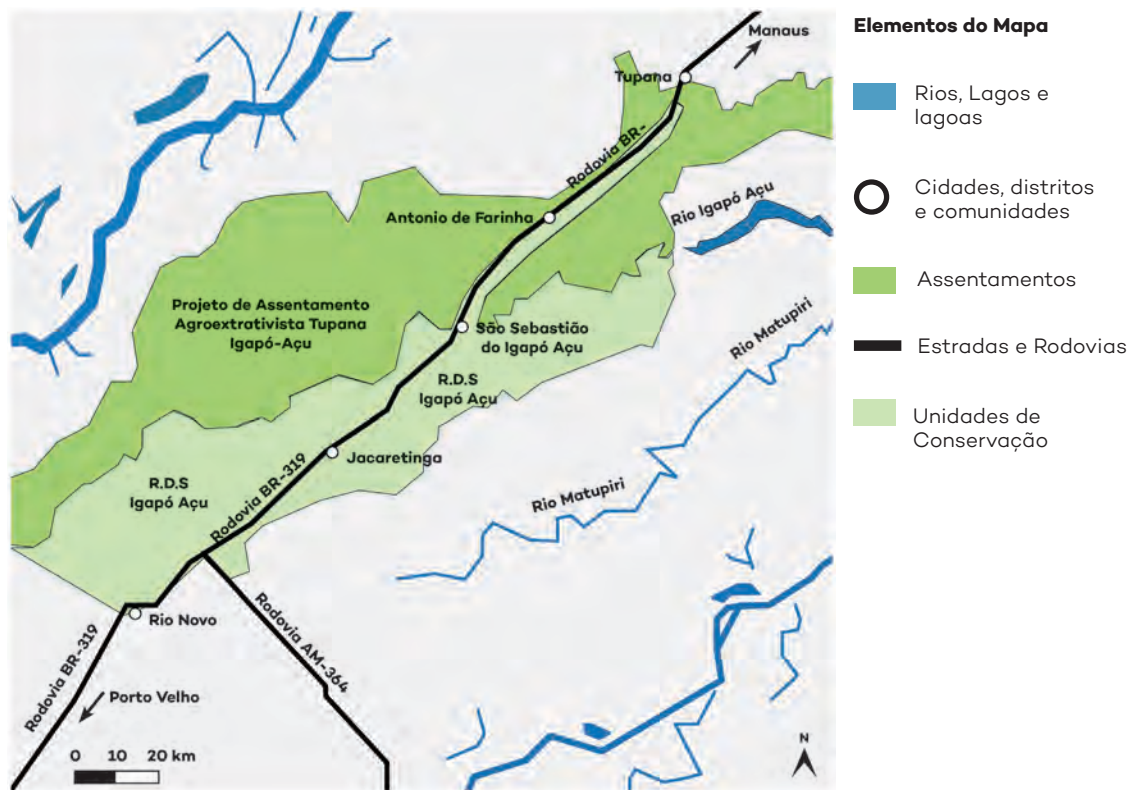
## **Êxodo rural:**

Do total da população do Careiro, **71% vivem na zona rural**, segundo censo de 2010. No entanto, a população urbana vem crescendo significativamente e mais do que dobrou nos últimos 20 anos.

## **Presença da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) em Careiro:**

A UEA oferta cursos na modalidade ensino mediado por tecnologia. Não há uma lista fixa de cursos ofertados. Os comunitários demandam a oferta de cursos voltados às ciências da terra como uma alternativa de possibilitar o acesso à assistência técnica e a permanência dos jovens no campo.

# IGAPÓ-AÇU



## PÚBLICO-ALVO:

5 comunidades, totalizando 55 famílias, entre assentamentos, comunidades rurais e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)

## COMUNIDADES:

Tupana, Antônio da Farinha, RDS Igapó-Açu, Jacaretinga, Rio Novo

## PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS:

Comércio e serviços locais, agricultura familiar de subsistência

## PRINCIPAIS OPORTUNIDADES:

- Potencial de ecoturismo de base comunitária
- Proximidade da BR para profissionalização dos serviços, comércio local e produção agrícola
- Proximidade da BR para acesso a serviços públicos
- Proteção territorial pela existência da unidade de conservação

## PRINCIPAIS RISCOS:

- Ocupação desordenada
- Conflitos fundiários e grilagem de terras
- Desmatamento florestal
- Aumento de violência, prostituição e tráfico de drogas

## Igapó-Açu: Quem Cuida das Comunidades da BR-319?

Um conjunto de comunidades forma o território de atuação Igapó-Açu: São Sebastião de Igapó-Açu, Antônio da Farinha, Jacaretinga, Rio Novo e Tupana. Localizadas ao lado da rodovia, são conhecidas como as comunidades da BR-319. Tupana é a única ao lado de um trecho pavimentado – de um total de 198 km.

A presença do Estado é frágil por causa da distância que existe entre as comunidades e

as sedes dos municípios. Não é incomum essas localidades serem atendidas por prefeituras diferentes. Careiro é o município que as comunidades mais acessam. Rio Novo e Antônio da Farinha não têm nenhum serviço público dentro do próprio território.

Antônio da Farinha é o nome do lugar, mas também da liderança local, que mora ao lado de dois familiares. O baixo número de pessoas dificulta o acesso à saúde e à educação.

Jacaretinga tem um número maior de famílias. A comunidade tem a professora, Dona



Cícera, e a microscopista Dona Sandra. Uma sala de aula chegou ao local no início de 2021. Após cinco anos realizando o exame diagnóstico de malária, Sandra, agente voluntária de saúde, desistiu porque nenhum município resolveu pagar pelo serviço.

Rio Novo é a comunidade que mais sofre com a flutuação do número de famílias no período de chuvas, quando a BR fica com condições muito ruins de tráfego. São 15 famílias residentes, mas apenas 5 permaneceram no inverno de 2020. As palavras de Seu Paulo, morador de Rio Novo, revelam um problema crônico na região, a constância da malária. “Quase todo ano a gente sofre com ela [...], quando começam as primeiras chuvas é a época que ela aparece, ela fica praticamente o inverno quase todo aqui e a gente sempre batendo na tecla, pedindo uma pessoa pra vir aqui fazer uma fumaça”. Para o diagnóstico da doença, os moradores dependem do deslocamento de um microscopista que mora em Igapó-Açu.

A área do Tupana abrange quatro municípios: Careiro, Beruri, Borba e Manaquiri. O acesso mais fácil é para Careiro, mas a prefeitura de Manaquiri é a responsável pelo lugar. Os moradores reivindicam que a prefeitura de Careiro, que já oferece o ensino médio, assuma a responsabilidade da escola de ensino fundamental. Hoje, há um transporte escolar público que leva os alunos do Tupana até a cidade, mas nem sempre foi assim.

Rayane é uma das jovens que não conseguiram estudar na comunidade e, por isso, teve que sair no ano passado. Nenhuma das comunidades do território possui ensino médio. No geral, os jovens de todas elas vão para Careiro ou Manaus.

Dona Nazaré é uma das moradoras que deseja mudança. “Tinha muita vontade que isso aqui virasse Castanho de novo, porque se nós quisermos vender um produto é no Castanho, se a gente quiser comprar é no Castanho.” A comunidade sofre com um processo de esvaziamento e a própria Dona Nazaré deseja sair do Tupana. O motivo vai além da falta de diálogo com o poder público. O avanço do tráfico de drogas, após a repavimentação da BR-319 e da proximidade com o Careiro, também pesa, segundo os moradores.

### **Antônio da Farinha:**

**3 famílias**

### **Jacaretinga:**

**9 famílias**

### **São Sebastião do Igapó-Açu:**

**75 famílias**

### **Rio Novo:**

**3 famílias**

### **Tupana:**

**35 famílias**

## **SANDRA** **História de vida**

**Ela mora em Jacaretinga desde o final dos anos 70. Seus pais, alagoanos, estavam no Paraná quando resolveram ir para região, no período em que a BR-319 estava recém-pavimentada. A comunidade nunca teve escola. Ela e a família passaram períodos em Porto Velho e Careiro para estudar. Anos depois, passou novamente por isso com os filhos. Sandra é microscopista e poderia auxiliar a comunidade. Trabalhou cinco anos como voluntária. Voltaria a trabalhar se algum município contribuísse com o salário. “Nem relógio trabalha de graça.”**

### Quadro 1 - Informações gerais sobre as comunidades

Comunidade	Comércio/ Pousada/ Restaurante	Associação Comunitária	Acesso à comunicação	Outras informações
São Sebastião de Igapó-Açu	4 comércios/ restaurante e 3 pousadas	Ativa	6 pontos de internet particular, Wifi público, 1 orelhão e 1 rádio	4 igrejas e 1 poço artesiano  Acesso à energia elétrica
Tupana	1 comércio e 1 pousada	Inativa	2 pontos de Internet particular com valor para acesso	1 igreja e  1 poço artesiano  Acesso à energia elétrica
Jacaretinga	1 pousada e 3 restaurantes	Inativa	2 pontos de Internet particular com valor para acesso  Rádio com funcionamento precário	1 igreja  Sem acesso à energia elétrica
Rio Novo	2 restaurantes	Inativa	1 ponto de Internet particular com valor para acesso	Sem acesso à energia elétrica
Antônio da Farinha	1 comércio	Inativa	1 ponto de Internet particular com valor para acesso	Acesso à energia elétrica

### Quadro 2 – Sobreposição de responsabilidades municipais nas comunidades

Comunidade	Município a qual pertence	Área de política pública		
		Educação	Saúde	Assistência Social
São Sebastião do Igapó-Açu	Manicoré	Manicoré mantém a escola e professores. Borba mantém um professor	Manicoré mantém o microscopista. Borba mantém o Agente Comunitário de Saúde (ACS)	Careiro oferta atividades, mas sem frequência
Tupana	Manaquiri é o município responsável por Tupana, mas a área da comunidade alcança outros três:  Borba, Beruri e Manaquiri	Manaquiri oferta ensino fundamental. Careiro oferta ensino médio	Manaquiri mantém ACS e microscopista	Manaquiri oferta atividades, mas sem frequência
Jacaretinga	Manicoré	Manicoré mantém um anexo da escola de Igapó desde o início de 2019	Está em negociação com o município de Manicoré a oferta de um ACS	Não há nenhuma atividade
Rio Novo	Manicoré	Não há nenhuma atividade frequente	Não há nenhuma atividade frequente	Não há nenhuma atividade
Antônio da Farinha	Beruri	Borba e Careiro contribuíram, no passado, com a manutenção de uma sala de aula	Não há nenhuma atividade frequente	Não há nenhuma atividade

## Número de servidores e espaços públicos nas comunidades

### **Antônio da Farinha:**

Não tem servidores nem espaços públicos.

### **Jararetinga:**

1 professora. 1 sala de aula.

### **São Sebastião do Igapó-Açu:**

Total de 7 servidores, sendo 4 professores e 1 auxiliar de serviço da escola, 1 microscopista e 1 ACS.

Possui 1 escola. 1 centro de convivência.

1 posto de saúde em construção.

### **Rio Novo:**

Não tem servidores nem espaços públicos.

### **Tupana:**

Total de 6, sendo 1 ACS e 1 microscopista e mais 5 professores.

Possui 1 quadra de futsal e 1 escola.

## **RAYANE** História de vida

A jovem nasceu na comunidade Tupana. Sempre trabalhou na agricultura com a família. Terminou o ensino fundamental na comunidade e depois mudou-se para Careiro para concluir o ensino médio. Formou-se técnica de agropecuária pelo Ifam, mas sua paixão é pelo trabalho dos seus pais, a agricultura. Hoje é técnica do Idam. Conseguiu melhorar a qualidade de vida da família. O pai trocou o cultivo de cultura de ciclos longos pelo plantio de graviola e acerola. Segundo Rayane, dá menos trabalho do que todo ano derrubar roçado e queimar.

São Sebastião do Igapó-Açu é a comunidade que tem o maior acesso a políticas públicas. Na escola, o ensino vai até o 9º ano. Os moradores têm microscopista e agente comunitário à disposição. Além disso, um posto de saúde está em construção.

A presença de uma associação comuni-

tária ativa também faz a diferença na comparação com as outras localidades. Igapó, entretanto, também sofre com o avanço da violência e do tráfico de drogas. Em um caso recente, um morador teve a casa invadida por membros de facções criminosas.

---

## BR, Unidades de Conservação e Assentamento Agroextrativista

A pavimentação da BR-319 na década de 1970 atraiu muitos moradores para a região. Migrantes de outros lugares do Amazonas e da região Norte, além de pessoas vindas do Nordeste e do Sul do Brasil chegaram para trabalhar na obra. Muitos dos habitantes atuais nasceram nas próprias comunidades.

A rodovia ficou sem nenhuma manutenção entre 1998 e 2014. As comunidades ficaram isoladas e com dificuldades de terem acesso a políticas públicas, como lembra Seu Paulo: “Isolados totalmente, andava de bicicleta ou às vezes a pé. O mato forrou a estrada inteira [...] o resto o cipoal cobriu tudo.”

Tanto antes quanto agora a agricultura de subsistência está presente. Tupana chegou a ser um dos maiores produtores de abacaxi do Amazonas antes de a BR-319 ficar sem manutenção e provocar a perda de toda a produção, como também ocorreu no Careiro.

Após a retomada da rodovia, os pequenos comércios e serviços locais, além dos postos de trabalho criados pela empresa que faz a manutenção da via, tornaram-se as principais fontes de renda das comunidades.

Rio Novo e Igapó-Açu são paradas dos ônibus e caminhões que circulam pela BR-319. Em Rio Novo há um restaurante e Seu Paulo sonha em construir uma pousada. A estrutura em Igapó-Açu voltada ao turismo é mais avançada. Um dos pontos mais conhecidos é o restaurante da Dona Mocinha.

As mudanças na BR-319 trouxeram e trazem transformações para as comunidades. Assim como a criação de Unidades de Conservação (UC). A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu é de 2009, enquanto a RDS Rio Amapá, de 2005.

Os comunitários avaliam como positiva a criação das UCs: “Para mim foi muito bom entrar nessa batalha da reserva, porque [...] com a chegada dela as pessoas passaram a respeitar mais a gente, respeitar mais nosso lugar. Nós tivemos mais autoridade, vieram vários cursos, muita coisa a gente aprendeu”, afirma Dona Dora. O Seu Paulo está à espe-

ra da inclusão da comunidade Rio Novo no plano de gestão da RDS Rio Amapá, mesmo desejo da Dona Sandra. Para eles, com isso, haverá mais proteção contra invasões. A comunidade também reivindica uma presença mais frequente dos gestores das UCs.

Apesar de duas comunidades do território pertencerem ao Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Tupana Igapó-Açu, não há atuação do Incra ou do Idam na região, assim como nos outros territórios.

---

## Mulheres que movimentam as comunidades da BR-319

A agricultora, a professora, a parteira, a agente de saúde, a artesã, a liderança comunitária, a comerciante, a principal responsável pela casa e pelos filhos. Esses são muitos dos papéis que as mulheres assumem nas comunidades da BR-319. Na contramão, as oportunidades, os espaços, os incentivos e a proteção em situações de violação dos direitos ainda são poucos. Essas mulheres lidaram e lidam com os desafios de viver em comunidades que passaram os últimos anos isoladas e que ainda continuam com baixa presença do Estado.

Outro ponto em comum entre elas é que são mulheres que gostam da tranquilidade da vida no campo e da relação próxima com a fatura da floresta. Duas dessas mulheres são Dona Maria do Saião e Dona Terezinha: “Eu não gosto da cidade, eu gosto do interior. Aqui é que eu vivo, aqui eu respiro ar puro”.

Fernanda também escolheu viver no interior. Cresceu em Manaus, mas se mudou com sua família para o Tupana. É artesã desde os 9 anos de idade e consegue vender seus produtos com a ajuda das irmãs que moram em Manaus. No entanto, reivindica mais ações para melhorar a renda das mulheres nos territórios.

---

## A presença do jovem no campo em São Sebastião do Igapó-Açu

A trajetória da Comunidade São Sebastião do Igapó-Açu nos ensina que há uma relação

## **DONA MOCINHA**

### **História de vida**

**Nilda dos Santos, mais conhecida como Dona Mocinha, é presidente da Associação Comunitária da Comunidade São Sebastião do Igapó-Açu, onde mora há 40 anos. Chegou no período em que a BR-319 ainda estava pavimentada. Na fase em que a estrada estava sem manutenção, segundo ela, o percurso até o Careiro demorava dois dias de barco. Dona Mocinha sempre trabalhou com restaurante e pousada. Acompanhou as transformações de Igapó e se orgulha de ter contribuído com a associação da comunidade. Segundo ela, a retomada da manutenção da BR-319 facilitou alguns avanços, como a construção da escola, o acesso à internet, e a presença da microscopista e do agente de saúde. Um outro fator muito importante foi a parceria entre a comunidade e a Casa do Rio, que ajudou na escola de Igapó-Açu e no posto de saúde ainda em construção.**

entre o avanço da infraestrutura nas comunidades e a diminuição do êxodo da juventude rural. Thiago Cavalli, fundador da ONG Casa do Rio, sintetiza esse aprendizado: “É interessante ver a experiência do Igapó. Quando chegaram luz e internet, os jovens voltaram. É uma questão de investimento atrelada à infraestrutura. A escola rural, sem isso, não consegue construir uma comunidade de aprendizagem, que seria um processo muito rico na formação de crianças e jovens para eles verem as oportunidades de seus lugares”.

Hoje existe acesso à internet, poço artesiano, energia elétrica e escola. Boa parte dessas conquistas foram alcançadas com apoio de jovens lideranças da comunidade. Jovens que tiveram a oportunidade de participar do Projeto Tupigá, coordenado pela Casa do Rio<sup>3</sup>.

Floiran participou do Tupigá em Igapó-Açu e hoje é professor na comunidade. Fernanda, outra jovem liderança, partilha: “O Tupigá foi um meio de transformação da juventude e possibilitou aos jovens fazer cursos de lideranças e depois buscarem melhorias para a comunidade.”

“

“Antigamente a gente saía do Igapó-Açu às 6h e a pessoa não sabia que horas chegava no Careiro Castanho porque a estrada estava muito ruim, muito atoleiro. Nós fomos abandonados por todos.”

**Floiran**

“

“A alimentação, cultura, a gente tem aqui, o negócio é educação e saúde, porque nós não temos uma escola de qualidade, adequada para atender as crianças. Nós não temos ajuda de governo algum.”

**Fernanda**

### **Ordenamento territorial:**

#### **RDS Igapó-Açu:**

Contempla as comunidades de São Sebastião de Igapó-Açu e Jacaretinga.

#### **RDS Rio Amapá:**

Contempla a comunidade Rio Novo. Mas a comunidade ainda está em processo de inclusão no plano de gestão da RDS.

#### **PAE Tupana Igapó-Açu:**

Contempla as comunidades Antônio da Farinha e Tupana.

### **Principais atividades produtivas do território Igapó-Açu:**

Comércio, serviços locais, manutenção da BR-319 e agricultura familiar de subsistência.

## **DONA DORA**

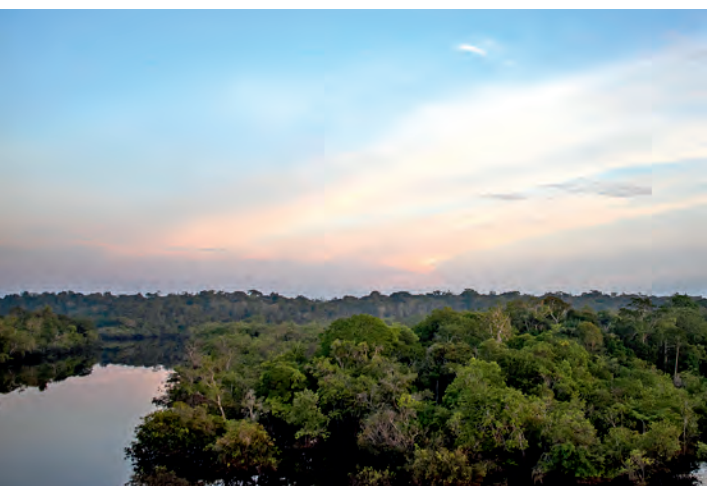
### **História de vida**

Chegou na comunidade Igapó-Açu em 1983. Hoje, é a agente de saúde da comunidade, mas tem 28 anos de experiência como pescadora. Quando a comunidade ficou isolada, seus pais foram embora e ela ficou com os filhos. Como muitas mães das comunidades da BR-319, teve que mudar para o Careiro para as crianças estudarem.

## **FLOIRAN**

### **História de vida**

Com 22 anos, ele é o professor da comunidade Igapó-Açu. Antes da docência, trabalhou como agricultor e pescador. Em boa parte da vida, a BR-319 não estava trafegável. Estudou até o 9º ano na comunidade. Com apoio da mãe, mudou para o Careiro e concluiu o ensino médio em 2018. Em 2019, iniciou a faculdade e virou pai. Hoje mora com a família em Igapó-Açu. “Sou morador daqui com muito orgulho.”



Barco produzido  
por morador da  
Comunidade de  
Igapó-Açu



## **DONA MARIA DO SAIÃO**

### **História de vida**

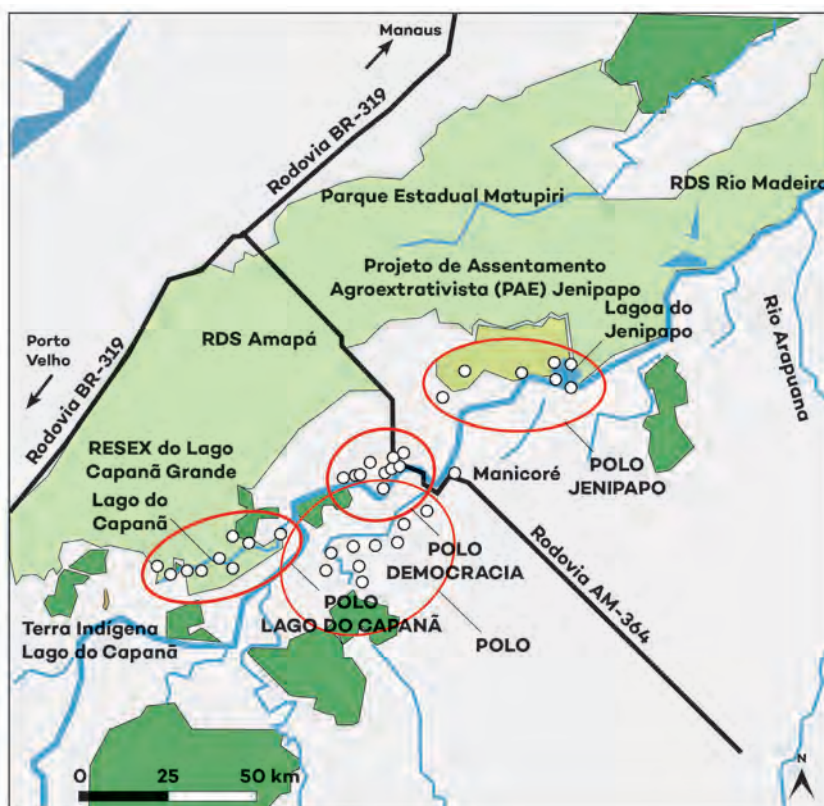
Maria de Jesus, conhecida como Dona Maria do Saião, nasceu em Alagoas, mas morou em Curitiba antes de se mudar para Jacaretinga. Viu o esvaziamento da comunidade com a BR-319 sem manutenção. Trabalhou sempre como agricultora, mas sem assistência técnica e escoamento da produção, vendia doce e colorau para manter uma renda. Há 10 anos cuida de uma pequena pousada na comunidade.

## **DONA TEREZINHA**

### **História de vida**

Dona Terezinha é a parteira de Igapó-Açu. Mora há 35 anos na comunidade. Conduziu o parto da maioria dos jovens de Igapó, e ainda parteja. Chegou quando a BR-319 estava pavimentada. Antes de se fixar, trabalhou como cozinheira em Manaus, mas não gosta da agitação da cidade. Ela prefere a tranquilidade e a fartura do interior.

# MANICORÉ



## Elementos do Mapa

- Polos Regionais
- Rios, Lagos e lagoas
- Terras Indígenas
- Estradas e Rodovias
- Unidades de Conservação
- Cidades, distritos e comunidades
- Assentamentos

## PÚBLICO-ALVO

45 comunidades, totalizando 920 famílias, dentre Projetos de Assentamento, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Extrativista e Terra Indígena

## COMUNIDADES:

RDS Amapá (Água Azul, Boa Esperança, Santa Maria, Urucury, Pandegal, Democracia, Jatuarana, Santa Éva, Vista Alegre, Terra Preta e Aldeia Camaiaú), PAE Jenipapo (Braço Grande, Bracinho, Repartimento I, Repartimento II, São José do Miriti, Santa Maria do Poço, Matupirizinho), Aldeias Indígenas da TI Lago do Capanã (Traíra, Monte Claro, São Carlos, Guariba II, Bom Que Dói, Palmeira, Igarapé Grande), PAE Matupiri – entorno da Resex Capanã Grande (São José do Cumã, São Sebastião do Cumã), Resex Lago do Capanã (Jutaí, São Raimundo, Ponta do Campo, Santa Civita, Nossa Senhora de Fátima), Comunidade do Rio Manicoré (Maloca, Vera Cruz, Boa Fé, Três Estrelas, Paraíso, São Pedro Cardoso, Terra Preta, Mocambo, Esperança, Estirão, Bom Fim, Santa Rita de Cássia, Barro Alto/Parintintin, Lago dos Remédios e Lago do Maranhoto)

## PRINCIPAIS ATIVIDADE PRODUTIVAS:

Extrativismo vegetal e mineral, agricultura familiar para abastecimento da região

## PRINCIPAIS OPORTUNIDADES

- Fortalecimento da atividade agroextrativista com ênfase na oportunidade de beneficiamento e venda da produção;
- Eliminação de atravessadores e mais agilidade no transporte e escoamento da produção de menor custo;
- Absorção de profissionais de assistência técnica rural e florestal e egressos da agroecologia Fortalecimento do turismo de base comunitária com ênfase nas vocações turísticas locais
- Proteção territorial por meio da criação e gestão de áreas protegidas e assentamentos
- Reconhecimento dos produtos da sociobiodiversidade pelas políticas públicas;

## PRINCIPAIS RISCOS

Conflito fundiário e grilagem de terra; Desmatamento florestal;

Ocupação desordenada;

Aumento da violência, prostituição, alcoolismo, tráfico de drogas; Impactos socioambientais decorrentes do garimpo.

## Diversidade de identidades e a partilha do comum

Manicoré é um município localizado no Sul do Amazonas, às margens do Rio Madei-

ra e distante 390 km de Manaus. O acesso ao município se dá principalmente por meio fluvial, mas o território possui conexão com a BR-319 por meio da rodovia não pavimentada AM-364, mais conhecida como Ramal da Democracia. O território também dispõe de



**População:**  
**aproximadamente**  
56.583 habitantes em  
2020/ 9º município mais  
populoso do Amazonas.

**Número de comunidades:**  
212

**Área territorial:**  
48.315,023 km<sup>2</sup>/ 11º  
município do Amazonas  
em tamanho.

**Tempo de deslocamento  
à Manaus por meio fluvial:**  
dois dias de barco  
e 12h de lancha.

**8 terras indígenas  
no território:**  
Ariramba, Lago Capanã,  
Lago Jauari, Torá,  
Tenharim Marmelos,  
Sepoti, Rio Manicoré,  
Pinatuba.

**Aldeia Camaiauí:**  
o povo Camaiauí se  
reconhece indígena,  
mas não possui terra  
demarcada.

Fonte: FUNAI, 2020

um pequeno aeroporto, no entanto, o valor das passagens aéreas é pouco acessível para a maioria dos moradores.

Apesar do crescimento da população urbana de Manicoré nos últimos anos, a maior parte dos moradores ainda está nas zonas rurais, acessadas, em sua maioria, pelos rios. A comunidade é uma organização política e social importante para o território. Boa parte dos moradores nasceu onde mora ou em áreas próximas.

## **DONA NELMA** **História de vida**

Nascida na comunidade Jatuarana. Trabalha na agricultura com o marido, mas sua jornada começa mais cedo e termina mais tarde. Deixa o café pronto antes da roça e no final do dia cuida da casa e dos filhos. Segundo ela, todos contribuem de alguma forma na comunidade: dando aulas, na liderança social ou auxiliando na igreja.

## **SEU MANOEL** **História de vida**

Nascido na Comunidade de Fátima, localizada na Resex Lago do Capanã Grande. Desde muito jovem atua como líder. Começou como catequista. Em 2003, tornou-se líder da Associação Comunitária de Fátima e agente ambiental voluntário, por meio do Ibama. No ano seguinte, tornou-se presidente da Associação dos Moradores das Comunidades da Resex. Seu Manoel auxiliou pesquisadores do Inpa como piloto de lancha; fez parcerias com o CNS a partir da associação comunitária; participou de formação do IEB e hoje apoia a atuação do ICMBio na Resex Lago no Capanã.

O encontro de pessoas com diferentes perfis ocorre nas comunidades. São principalmente extrativistas, agricultores, assentados rurais, ribeirinhos ou pescadores. Na prática, diz Dona Nelma, da comunidade Jatuarã, são identidades que se misturam.

A presença de diferentes etnias indígenas em Manicoré aparece no hábito dos moradores locais. A identidade das comunidades é construída em torno do que partilham em comum: o rio, o lago, o castanhal. O casamento entre pessoas de comunidades diferentes, segundo Dona Nelma, é o que mais gera migração local. “Sempre foi a questão da igreja, na agricultura, nas festas, tudo isso influencia. As pessoas vão lá, namoram, e acabam ficando na comunidade”.

Quanto mais longe da área urbana, maior é a reciprocidade entre famílias. Os comunitários promovem mutirões para limpar a sede da comunidade, caminhos de passagem e caminhos de castanhal. Ou como falam no dia a dia, fazem “ajuri”.

Em outras comunidades, os mutirões já não são mais tão frequentes. Dona Zuleide, moradora de Água Azul, lembra com saudade: “Aí vinha esse monte de gente, eles me ajudavam a terminar aquele monte de trabalho. Aí eu ficava só pagando a diária aos outros que tinham me ajudado. Agora é mais difícil fazer isso”.

---

### Atividades produtivas e as mudanças provocadas pelo garimpo

Nas comunidades rurais, a agricultura familiar, a pesca e o extrativismo são as atividades produtivas do território. A autonomia no trabalho é muito valorizada pelos moradores.

A mandioca, a banana e a melancia são as principais culturas trabalhadas. Boa parte da pesca de Manicoré abastece o mercado de Manaus. O açaí, o cupuaçu, a borracha, o cacau e a castanha são os principais produtos extrativistas, mas nem sempre foram comercializados. Essa é uma mudança relativamente recente no território, como explica Seu Manoel: “Antes, atividade mesmo era



Criança pescando com arco e flecha na Comunidade São José do Miriti, PAE Jenipapo, Manicoré

roça, borracha, castanha. Aí tinha um açaí, mas nem se falava, né? Era só para alimento mesmo. Hoje já entra açaí, né?” Quanto mais distante da sede de Manicoré, maior a dificuldade de escoar a produção. Por isso, a agricultura e a pesca são mais para a subsistência ou então geram produtos que serão vendidos por meio de atravessadores.

Os comunitários sofrem com a ausência de assistência técnica. Manicoré possui um Idam local, mas, como ocorre no restante do Amazonas, o número de funcionários é pequeno para a demanda.

Com todas as dificuldades para executar as atividades produtivas tradicionais do território, o garimpo aparece como uma alternativa atraente de renda. Os comunitários executam o trabalho final, mas não são os efetivos condutores da atividade, ganhando uma porcentagem a partir do volume extraído.

A atividade atinge, por exemplo, as comunidades que fazem parte do Lago do Capanã Grande, Pandegal e Água Azul, e vem alterando a dinâmica de trabalho local. Dona Zuleide testemunha isso: “Aí quando já foi do ano passado para cá, todo mundo mudou para o garimpo. Então abandonou a roça, deixou a banana, a melancia. Tem algum pessoal lá que ainda trabalha na banana. Na farinha trabalhavam quase todos eles, agora estão só nas balsinhas de garimpo”.



**Principais atividades produtivas de Manicoré:** extrativismo, agricultura familiar, pesca, exploração da madeira, garimpo, pecuária, comércio e serviços na sede do município.

**Arranjo institucional local voltado à produção rural:** Secretaria municipal de Produção Rural, Idam Local, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), cooperativas e organizações socioambientais.

**O extrativismo vegetal cresceu 4,4 vezes em 10 anos, arrecadando mais de R\$12 milhões em 2014:** produtos oriundos da atividade madeireira, açaí, castanha-do-Brasil, óleos e lenha.

Fonte: IDAM, 2018

O avanço da atividade acarreta diversos problemas nas comunidades, como o aumento da prostituição, tráfico de drogas e aumento dos níveis de mercúrio nos rios. Mas os jovens vão ao garimpo motivados pela possibilidade de aumento de renda, explica um jovem garimpeiro da Resex do Lago do Capanã. A atividade e os impactos ambientais que ela gera não são fiscalizados.

### **Muitas instituições e a necessidade de avançar na governança local**

Muitas comunidades enfrentam o desafio da ausência de apoios institucionais, sobretudo as de difícil acesso, como o PAE Jenipapo. Em época de seca o acesso é feito por uma caminhada de várias horas pelo chamado Caminho Grande de acesso ao Rio Madeira. O escoamento da produção segue o mesmo fluxo.

A história de vida do Seu Manoel, da Comunidade Fátima, realça como as instituições operam no território<sup>4</sup>. Existem diferenças fundamentais entre essa comunidade e a do PAE Jenipapo. Fátima faz parte de uma reserva extrativista federal, o que significa apoio por parte do gestor da unidade. E também está inserida em um Projeto de Assentamento Agroextrativista construído pelo Incra.

Segundo Jolemia Chagas, articuladora da Reta no município, “onde há unidade de conservação, há uma situação melhor, pela articulação entre gestores das unidades de conservação e poder público”. Nos assentamentos, o problema é a falta de presença do Incra. “Não chegam informações nos territórios.”

O fortalecimento da governança entre as diferentes instituições do território, mesmo com a falta de recursos humanos, é algo importante, afirma Jolemia. Para isso, os projetos precisam envolver os comunitários e buscar deixar legados reais nas localidades.

As associações comunitárias, de um modo geral, representam os moradores frente ao poder público e às demais organizações. Em Democracia, segundo João Wilson, a insti-

4 CASA DO RIO (2020)

Garimpo no  
Rio Madeira,  
Manicoré



tuição sofre com diversas limitações, como endividamento, falta de assessoria para elaboração de projetos e ausência de um tecido social fortalecido. Apesar dos desafios, Dona Zuleide aprova a iniciativa: “A comunidade de Água Azul foi beneficiada com os projetos de motor de luz, de motor rabeta, do forno. Quando surgiu essa Associação começou a chegar as coisas na comunidade”.

Em Fátima, a implantação de energia solar veio por meio de parcerias feitas pela associação, mas outros benefícios práticos também chegaram, segundo Seu Manoel. Entre eles, o auxílio jurídico. “Dentro da unidade dá para fazer o auxílio-maternidade”, explica o morador. Outro processo que ficou mais fácil é a obtenção de uma declaração para que o cidadão consiga o cadastro no Bolsa Família.

### Invisibilidade das mulheres

Nas comunidades rurais de Manicoré, assim como os homens, as mulheres também trabalham ativamente na agricultura, explica Dona Neuma. Soma-se a essa jornada no campo o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos.

Além dessa carga invisível de afazeres, as mulheres também não recebem apoio do poder público ou de organizações da sociedade civil em suas atividades. Não existe na região nenhum grupo, associação ou cooperativa exclusiva de mulheres.

### Expansão do garimpo:

Em 2013, aproximadamente 100 balsas e mais de 200 garimpeiros realizavam a extração e venda de ouro próximo ao município, de forma ilegal.

Fonte: IDAM, 2018

## RELATO DE UM JOVEM GARIMPEIRO:

**Não há trabalho na comunidade que pague como o garimpo. O garimpeiro ganha mais do que um professor. Na balsa tem comida diferente, tem bebida, tem festa.**

**Em compensação, não se usa nenhum material de proteção. Além disso, os longos períodos nas balsas de garimpo o deixam isolado da família. Ele compreende os malefícios do garimpo para o meio ambiente e para o corpo, mas a renda, maior até que a da agricultura, chama a atenção. Ele ajuda a custear o tratamento médico do pai que precisa ser feito na capital Manaus.**



Algumas moradoras locais participam de associações comunitárias. Mas segundo Silvia Helena, representante do CNS no município, os homens ainda formam o maior número de associados e assumem comumente os cargos de liderança.

Mesmo na área urbana de Manicoré não há articulação coletiva de mulheres. O município não dispõe de um Conselho Municipal de Mulheres ou delegacia especializada. O Centro de Referência e Assistência Social (Cras) do território atende mulheres em situação de risco e vulnerabilidade social, mas segundo a coordenadora do Cras, o Centro só é capaz de atender denúncias espontâneas de violência ou casos identificados nas visitas às comunidades. Dada a invisibilidade da violência contra a mulher na sociedade e a incapacidade estrutural do Cras em atender todas as comunidades, há uma subnotificação de casos no território.

---

### **O Distrito Matupi e o aumento da exploração da madeira e da pecuária**

Em 2017, Manicoré passou a fazer parte dos municípios amazônicos em que o combate ao desmatamento se tornou prioritário. O aumento expressivo da derrubada florestal nos últimos anos está associado à exploração de madeira e de pecuária no Distrito Santo Antônio do Matupi, localizado no sul de Manicoré<sup>5</sup>.

5 ALGUMAS INSTITUIÇÕES: CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS (CNS), INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDU-

## **JOÃO WILSON** **História de vida**

**Comunidade de Democracia. Saiu para estudar e retornou como professor, em 1993, e lá leciona até hoje. Em 2001, tornou-se presidente da associação da comunidade, e, posteriormente, da Central das Associações Agroextrativistas de Democracia (CAAD), permanecendo no cargo até 2019. Em sua trajetória, ele destaca o papel das associações na transformação das comunidades, sobretudo em relação à organização coletiva necessária para o desenvolvimento das atividades produtivas e do diálogo com o poder público para atração de projetos.**

Os primeiros moradores do Matupi chegaram com a abertura da Transamazônica, em 1970. Em 1975, o Incra criou o assentamento Santo Antônio do Matupi, atraindo migrantes, sobretudo do Sul do país. Hoje o distrito possui 12 mil habitantes e, nos últimos anos, a exploração da pecuária<sup>6</sup> vem crescendo.

Outra região de Manicoré que pode se tornar um vetor de desmatamento é AM-364 (Ramal de Democracia), que liga a BR-319 ao Rio Madeira. Manicoré possui 57,8% de áreas protegidas e boa parte da rodovia faz limite com UCs. Contudo, a parte final da estrada, mais próxima ao rio, está dentro de áreas não destinadas e privadas. Nesse local, onde está a Comunidade Democracia, vem ocorrendo a abertura de diversos ramais<sup>7</sup>.

Os moradores da região reivindicam a pavimentação da AM-364 para o escoamento da produção. João Wilson, um dos moradores, deseja a pavimentação, mas pondera: “A abertura da rodovia e do ramal da Democracia, em 2014 ou 2015, trouxe bastante expectativa para os comunitários, mas antes não tinha ameaça de segurança, era tudo tranquilo”.

### O êxodo rural de jovens e idosos

As comunidades rurais de Manicoré, sobretudo as mais distantes da sede, enfrentam desafios de acesso a políticas públicas. A educação é a área que conta com maior capilaridade no território. Ainda assim, transporte escolar é uma dificuldade. O secretário de Educação de Manicoré afirma que o governo municipal, por causa dos altos custos da logística, só consegue atender 75% da demanda por transporte escolar no município. Segundo a população, faltam professores e mais pontos de ensino. Mas Dona Nira tem motivos para se alegrar com a chegada da escola a São José do Miriti. Afinal, um dos professores é o filho dela.

CAÇÃO DO BRASIL (IEB), FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS), UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAZONAS (UEA), ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS TORÁ, TENHARIM, APURINÁ, MURA, PARINTINTIM E PIRAHÁ (OPITTAMPP) CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS DE DEMOCRACIA (CAAD) INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO).

<sup>6</sup> IDESAM (2018)

<sup>7</sup> OECO (2020)

### Cobertura da atenção Básica:

74,26%

### Cobertura de ACS:

100%

### Número de UBSF:

1

Fonte: E-GESTOR AB.

## DONA NIRA

### História de vida

Nascida na comunidade de São José do Miriti onde permanece até hoje. Foi lá que conheceu o marido e teve quatro filhos. Sempre trabalhou como agricultora e é presidente da Associação da comunidade. Trabalhou muito para os filhos estudarem. Na época não havia nenhuma escola na comunidade. Um dos filhos, Ricardo, foi morar com o padrinho na sede de Manicoré e conseguiu finalizar os estudos. Uma das maiores alegrias de Dona Nira é ver o filho voltar para São José do Miriti como professor da escola da comunidade.




### **A experiência de biojoias, em Jatuarana:**

É um exemplo de iniciativa que mobiliza mulheres das comunidades rurais do território, mas não possui a assistência técnica e financeira necessária para a organização do trabalho e inserção no mercado. A Biojatur consiste na fabricação de biojoias por mulheres da comunidade de Jatuarana. As mulheres coletam e compartilham sementes da Floresta, matéria-prima para a fabricação das biojoias.

### **O trabalho com medicinas da Floresta:**

Nas comunidades as mulheres também atuam como as responsáveis por manter os conhecimentos sobre a medicina natural. No entanto, esse conhecimento não é valorizado ou visto como um trabalho, mas sim como um serviço acessório. Aqui, há possibilidade de trocas de aprendizados entre Careiro e Manicoré.



Lago do Matupiri,  
Comunidade São  
José do Miriti,  
PAE Jenipapo,  
Manicoré

A situação é delicada principalmente no ensino médio. A política estadual de educação é mediada pela tecnologia, mas ela não atinge a todos de forma irrestrita. Por esse motivo, muitos jovens, como o filho da Dona Nira, tiveram que sair para estudar na sede de Manicoré. A falta de trabalho e as condições precárias de infraestrutura de comunicação muitas vezes impedem a volta dos jovens para as comunidades rurais. Vários locais nem sequer possuem telefone rural.

Se os jovens vão em busca de educação, os idosos perseguem o acesso à saúde. As comunidades de Manicoré não possuem uma cobertura completa dos serviços de atenção básica de saúde. Existem agentes comunitários nas áreas rurais, mas falta material básico de trabalho. A pressão sobre a infraestrutura de educação e saúde tende a aumentar com a repavimentação da BR-319.

“

“Esse lugar, o território, ele representa um modo de vida. A gente se sente feliz ali. A gente está dentro de uma floresta respirando um ar puro, tem a floresta para tirar a madeira para construir um abrigo, construir a canoa, o remo. E para tirar um peixe saudável, que não passa no freezer, pelo gelo. Isso aí faz bem para gente, é isso.”

**Seu Manoel**

“

“A comunidade de Democracia já foi afetada diretamente pela BR-319, mesmo não estando às margens da rodovia.”

**João Wilson**

**Desmatamento:**

Aumentou 46% de 2005 a 2016.

**A extração legal de madeira:**

Aumentou 1.164% de 2005 a 2016.

**Rebanho bovino:**

Em 11 anos, cresceu 7,4 vezes, saltando para 95.100 cabeças de gado.

**Ordenamento territorial:**

Manicoré possui 57,8% (2.793.300 ha) em áreas protegidas e assentamentos.

**Número de UCs:**

11, corresponde a 35% das áreas protegidas.

**Número de assentamentos:**

10, corresponde a 6% das áreas protegidas.

Fonte: IDESAM, 2018

**Rio Manicoré**

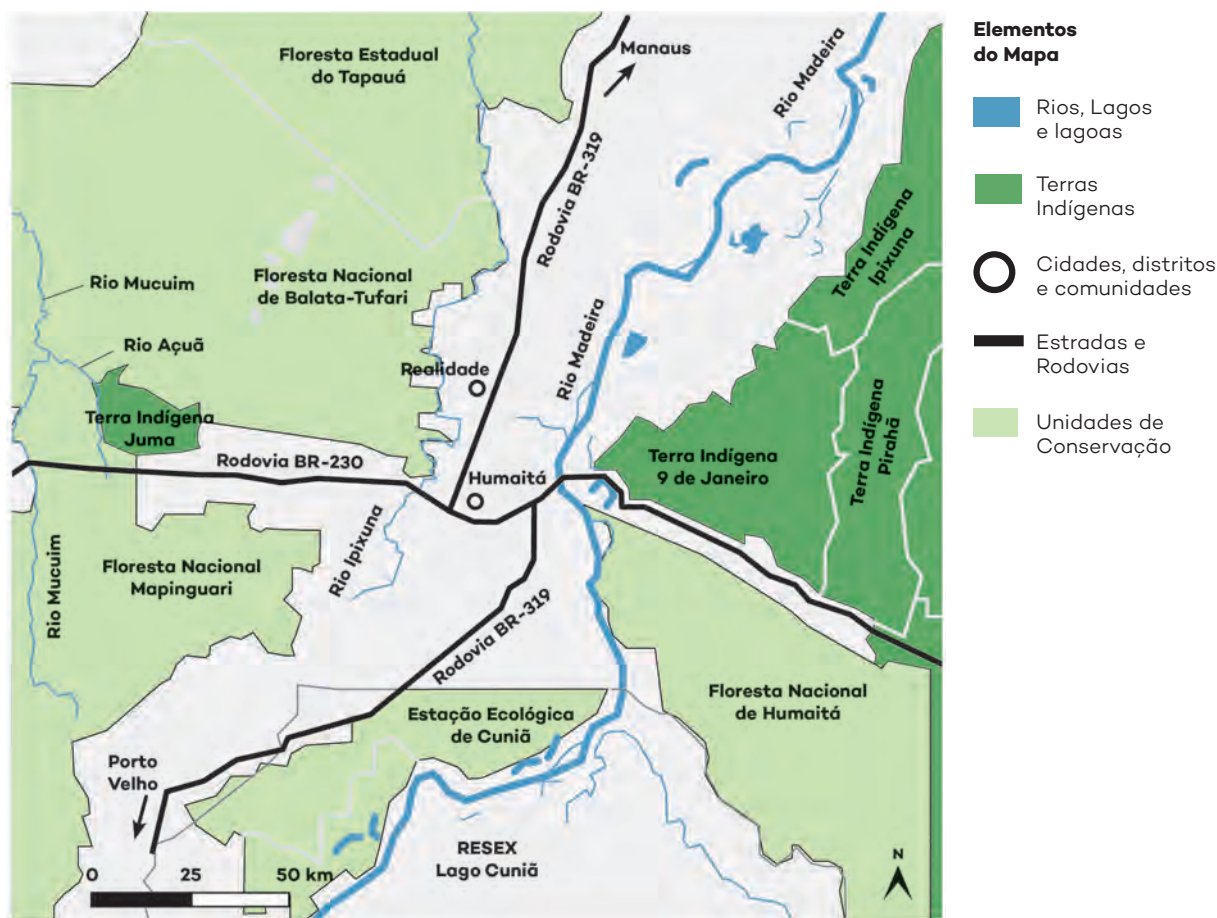
Após a 1ª rodada de oficinas, 16 comunidades ao longo do rio Manicoré foram engajadas no processo de construção da ADT com foco em mobilização para a criação de uma RDS em seu território, que hoje é uma gleba do estado.





Seringueiro na  
Comunidade São  
José do Miriti,  
PAE Jenipapo,  
Manicoré

# REALIDADE



## PÚBLICO-ALVO:

Distrito de Realidade: 1.123 famílias

## PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS:

Atividade madeira e agricultura familiar de subsistência

## PRINCIPAIS RISCOS:

- Ocupação desordenada
- Conflitos fundiários e grilagem de terras
- Desmatamento florestal
- Aumento de violência e tráfico de drogas

## PRINCIPAIS OPORTUNIDADES:

- Fortalecimento da agricultura familiar para abastecimento da região
- Manejo florestal madeireiro sustentável
- Proximidade da BR para profissionalização dos serviços e comércio local

## Realidade: de vila a cidade?

Realidade é um Distrito do município de Humaitá, no Sul do Amazonas, localizado a 100 km da sede da cidade, às margens da BR-319 e próximo aos limites dos municípios de Tapauá e Manicoré, região de forte pressão

pela exploração dos recursos naturais<sup>8</sup>.

Dona Iraci, uma das primeiras moradoras do território, diz que o Distrito surgiu com três moradores, em 1972. No entanto, ela se refere à organização que hoje tem características mais “urbanas” e está estruturada em torno do eixo

8 IDESAM (2018)

### **População:**

Por volta de 7 mil habitantes.

### **Número de famílias:**

1.123.

### **Localização:**

aproximadamente no km 570 da BR-319.

## **DONA IRACI**

### **História de vida**

**Chegou ao território antes da abertura da BR. Ainda era mata fechada de seringal e castanhal. A moradora mais antiga de Realidade foi levada pelo companheiro, já falecido. Na região, havia apenas a família dela e dois vizinhos distantes. Perto do rio Ipixuna, ela lembra, já havia movimentação de pessoas. Dona Iraci acompanhou a chegada do canteiro de obra da Empresa Gutierrez, responsável pela construção da rodovia, e considera a abertura da Floresta uma das coisas mais impressionantes que viu na vida.**

da rodovia. Anteriormente, os rios Madeira e Ipixuna já atraíam fluxos de pessoas.

Com a abertura da BR-319, Realidade passou a receber migrantes, mas sofreu com o esvaziamento populacional no período em que a rodovia ficou intrafegável, como ocorreu com outros territórios.

Com o retorno da manutenção da estrada, em 2013, a migração também voltou. Realidade é um lugar jovem, mas representa um processo de ocupação antigo na Amazônia. Nas palavras da Pastora Márcia, o “lugar representa um recomeço, a esperança de uma vida melhor”.

A facilidade de acesso à terra é o que mais atrai as pessoas. O perfil dos moradores é formado por amazonenses, mas, sobretudo, pelos rondonienses ou por pessoas que migraram do Sul do país ao Centro Oeste, especialmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. É gente envolvida no processo de expansão da fronteira agropecuária.

A expansão do território foi acelerada, movida por um movimento ativo dos próprios moradores. Dona Luciene fala desse processo: “As ruas abertas são as pessoas que vão fazendo com seus próprios maquinários, o povo vai se ajudando e vai abrindo rua e limpando”. Esse movimento, com apoio da prefeitura e da Câmara de Humaitá, culminou na aprovação da Lei Municipal n. 818, de 27 de março de 2019, que elevou Realidade a Distrito. Atualmente, alguns moradores já passaram a chamar o território de cidade, sendo este o objetivo deles para um futuro próximo.

---

### **A expansão da atividade madeireira a partir da reabertura da BR-319**

A melhoria na estrada mudou não só a dinâmica de locomoção (hoje há quatro linhas de ônibus circulando e serviços de transporte particular), mas também alterou as atividades produtivas de Realidade. No que se refere à agricultura e ao extrativismo, como havia uma maior dificuldade para acessar mercados em Humaitá, todos os produtos eram apenas para subsistência das famílias. Segundo Dona Raimundinha, “na época era castanha, caça para



Vista aérea  
do distrito de  
Realidade

comer. Tinha bastante açaí, mas ninguém comprava, não tinha mercado”, indicando que, em comparação a hoje, a situação melhorou.

Os moradores naturais do Amazonas são os que mais se dedicam exclusivamente à agricultura e ao extrativismo. A terra é cultivada no chamado setor chacareiro de Realidade, localizado nas vicinias do Distrito. Há pessoas que moram nas chácaras, sítios, e outras que se dividem entre propriedades nesse setor e na “área urbana” do território.

Nos últimos anos, apesar de lentamente, o comércio local vem crescendo. Há dois mercados, duas drogarias, uma papelaria e um posto de gasolina no território. A partir de 2013, com a volta da manutenção da estrada, a exploração de madeira passou a ser a principal atividade produtiva na região. Alguns moradores têm planos de manejo para atuarem na floresta, mas a maioria desenvolve ações ilegais.

Normalmente, a extração das toras vem antes da pecuária, atividade que vem crescendo em Realidade. Segundo Dionéia Ferreira, articuladora Reta no Distrito, “a atividade não é a madeira, mas a madeira está em cima do pasto. Nem todos trabalhavam com madeira, muitos estão ali para estabelecer a agropecuária”.

Realidade contempla uma considerável extensão de áreas não destinadas de Humaitá. O quadro engloba ainda ausência de órgãos ambientais de comando e controle, grilagem de terras e uma conexão terrestre pela BR-230 ao Distrito de Matupi. Todo esse contexto transforma a região em uma das mais vulneráveis (se não a

mais) ao desmatamento no entorno da BR-319<sup>9</sup>.

A governança socioambiental da área está cada vez mais fragilizada. O cenário piorou em outubro de 2017, quando garimpeiros incendiaram os escritórios do ICMBio e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na sede de Humaitá. O ato foi uma retaliação à operação de combate ao garimpo ilegal no Rio Madeira. Carros e uma balsa recém adquirida pelo governo também foram atingidos<sup>10</sup>.

O crescimento desordenado de Realidade tende a aumentar o processo de desmatamento, alerta Dona Raimundinha. “Se não acabar com o desmatamento, vai virar uma cidade, tem muita gente chegando. Tem gente aqui que tem mais de 300 ou 400 alqueires. Acabaram com tudo entre a estrada e o Ipixuna. Tem muita gente que invade a terra dos outros, vão entrando e não estão nem aí.”

---

### A conquista do acesso à educação e à saúde

Dona Iraci doou o terreno à prefeitura de Humaitá para a construção da Escola Manoel de Oliveira Santos e de um posto de saúde no Distrito. Para Dona Raimundinha, as construções são as principais conquistas do território.

A escola é a única presença permanente do Estado em Realidade. São 18 professores em 10 salas de aula. No total, 470 alunos divididos em

9 WWF (2017)

10 IDESAM (2018)



## **Principais atividades produtivas de Realidade:**

**Extrativismo, agricultura familiar de subsistência, atividade madeireira, pequenos comércios.**

## **PASTORA MÁRCIA** **História de vida**

**Há 7 anos, ela se mudou com a família de Rondônia para Realidade em busca de um recomeço. Levaram mercadorias para montar um comércio, mas, na época, Realidade não tinha muita demanda. Ainda assim, construíram um espaço com estrutura para parada de ônibus, na esperança de que linhas rodoviárias e caminhões voltassem a trafegar na BR-319. Anos depois, a empresa Eucatur voltou a circular e, em seguida, outras três empresas retomaram as atividades. Hoje, ela cuida de um restaurante, vislumbra uma futura rodoviária para o território e já não se refere mais a Realidade como Distrito, e sim, como cidade.**

20 turmas frequentam a Pré-Escola, o Ensino Fundamental e o Ensino de Jovens e Adultos.

Segundo o secretário de Educação de Humaitá, Realidade é o local que mais cresce no município. “Atualmente a escola já demanda ampliação. Com certeza, em menos de 5 anos, teremos a necessidade de uma outra escola com o dobro da capacidade do que temos atualmente.”

Os moradores admitem a importância da construção da escola, mas reivindicam melhorias. Uma delas é a melhor qualificação dos professores em relação às disciplinas que ministram. Na instituição de ensino falta biblioteca, sala de estudos, laboratórios de informática e acesso à internet. Um total de 61,54% das escolas de Humaitá possuem desempenho superior à escola de Realidade no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), nos anos finais do Fundamental<sup>11,12</sup>.

O posto de saúde de Realidade conta com uma equipe completa de Saúde da Família. São 12 profissionais, dentre eles: um médico, enfermeiras, cirurgião dentista, agentes de saúde e microscopista. Há também uma ambulância à disposição. Apesar dessa estrutura, os moradores dizem que a oferta dos serviços de saúde é frágil. Os profissionais, de acordo com a população, nem sempre estão disponíveis, principalmente o médico. A demanda também é maior do que a capacidade do posto.

Se houve avanços nas áreas de educação e saúde, existe demanda reprimida em outros setores. A cobertura do Programa Bolsa Família, segundo o secretário de Assistência Social de Humaitá, não atende a todos que precisam, por exemplo. Por causa dos casos de violações de direitos no Distrito, a Pastora Marcia indica a necessidade de uma base do Conselho de Criança e Adolescente no local.

A falta de saneamento básico é outro impasse vivido pelos moradores. Não há saneamento e nem coleta de lixo. Os poços, única forma de acesso à água, exigem constante manutenção por parte do poder público, que nem sempre consegue atuar de forma rápida.

A oferta de energia elétrica também é

11 IDESAM (2018)

12 INEP (2020)

instável. As madeiras, pelo alto consumo, pressionam demais a rede elétrica. O que faz as residências sofrerem constantes quedas de energia. Sem luz, a comunicação via internet, que já é precária, piora ainda mais. Para o vereador Rai Santos, uma das lideranças políticas de Realidade, a saída é a construção de uma subestação de energia no Distrito.

## Atuação das mulheres em Realidade

Dona Iraci, Dona Raimundinha e Dona Vera, além de outras mulheres de Realidade, têm um ponto em comum. A mudança para o território ocorreu porque os companheiros buscavam novas oportunidades de trabalho. Quem tinha uma atividade remunerada nos locais de origem acabou perdendo o vínculo.

As mulheres são peças-chave para a atividade madeira. Enquanto os homens estão nas serrarias, elas cuidam da organização da casa, dos filhos e da alimentação. São as mais atuantes na agricultura de subsistência. A família é a base do trabalho.

Mulheres e crianças não atuam diretamente nas serrarias porque, segundo Cassiane, moradora e agente comunitária de saúde de Realidade, o local “tem todo um risco de se acidentar e então muitos dos pais preferem ir sozinhos, do que levar a família, levar os filhos, pelo risco que corre”.

Apesar de serem essenciais para a dinâmica econômica do território, não há oportunidades para as mulheres desenvolverem atividades remuneradas. A maior fonte de recursos é o Programa Bolsa Família. Falta assistência técnica para transformar a agricultura de subsistência numa fonte efetiva renda. O Idam não possui uma atuação efetiva na região. Há produção, mas não há identificação de mercados estruturados para o escoamento da colheita.

O caso de Elizangela é exemplar. Ela tinha atividade remunerada antes de se mudar para Realidade. Hoje, trabalha apenas na agricultura de subsistência. “O sítio ainda não traz nenhuma renda, mas é importante para a família. Os planos são plantar açaí para vender.” Elizangela gosta muito de Re-

### Exploração de madeira:

Há 6 madeiras em Realidade.

### Desmatamento

Entre 2000 e 2016, a taxa de desmatamento aumentou em **62% em Realidade**. Apenas em 2016, 10.991 ha de floresta foram derrubados. Aproximadamente **14% do desmatamento de Humaitá** estão relacionados ao Distrito.

### Queimadas:

443 registros de focos de queimadas entre 2000 a 2016.

### Ramais:

Mais de 305 km abertos na região sob influência do Distrito.

### Proximidade ao Distrito do Matupi, em Manicoré:

Exploração ilegal de madeira em Realidade está acelerada e conta com empresas e pessoas que exploravam a floresta em Matupi.

Fonte: IDESAM, 2018

alidade, mas reivindica oportunidades de trabalho também para as mulheres. Para que isso ocorra, segundo a pastora Márcia, um dos caminhos é a oferta de cursos profissionalizantes para as mulheres. Segundo ela, o comércio local tem potencial de gerar oportunidades de emprego.

## **DONA RAIMUNDINHA**

### **História de vida**

Nasceu em Canutama, Amazonas, mas mora há 26 anos em Realidade. A primeira vez que visitou o território, tinha 11 anos. Mudou em definitivo para o Distrito depois do casamento. No local moravam apenas Seu Cuiabano, Dona Iraci, sua sogra, e um cunhado. Dona Raimundinha lembra as dificuldades de transporte para os serviços públicos. Durante uma forte epidemia de malária apenas o serviço de transporte particular do Seu Guerreiro levava quem precisava fazer exames até Humaitá.

## **DONA VERA**

### **História de vida**

Nascida em Minas Gerais mudou-se aos 15 anos para Ariquemes, Rondônia. Em 2006, depois de o marido passar temporadas de trabalho em Realidade, mudou-se definitivamente para o Distrito com a família. Durante a adaptação, achou desafiadores os primeiros contatos com pessoas de costumes tão diferentes, até mesmo com os amazonenses, que estão geograficamente perto de Rondônia. As comidas tinham temperos mais fortes. Logo que chegou, tinha festa todo final de semana, na casa de cada morador. Hoje, Dona Vera gosta das comemorações que ocorrem nos torneios de futebol. As mulheres treinam das 15h às 17h. A partir desse horário, os homens começam a treinar. Dona Vera não joga futebol, mas sempre vai assistir.



Humaitá é um dos municípios com melhor infraestrutura de educação superior e profissional no interior do Amazonas. Mas essa capacidade não chega até a distante Realidade. Uma alternativa pode ser a oferta de ensino mediado por tecnologia no território.

---

### A diversidade de pessoas e o papel da igreja como um espaço de encontro

Realidade é um território formado por pessoas com origens diversas. Essa diversidade de identidades, segundo a Irmã Socorro, assim como o foco muito grande no trabalho, acaba dificultando a construção de espaços institucionalizados de luta coletiva, como as associações.

O esporte movimenta o território, mas faltam espaços públicos de convivência. Uma praça é o desejo de muitos moradores. As igrejas protestantes e católica são atores importantes para sociabilização e articulação coletiva.

O tráfico de drogas já chegou ao território e alcança sobretudo os jovens. Inexistem espaços de incentivo à cultura e convivência. Esse contexto social desafiador pode ser agravado pela repavimentação da BR-319.

“

“Vontade de um recomeço. Pessoas que querem recomeçar. Pessoas que não têm condições de comprar terras em outros lugares e chegam para trabalhar.”

**Pastora Marcia**

“

“Muitas famílias mais simples já migraram daqui para outro lugar e outras famílias vieram na intenção de criar gado. Não são pessoas economicamente fragilizadas, já chegam com sua carreta de gado.”

**Irmã Socorro**

## ELIZANGELA

### História de vida

Nasceu em Realidade, mas se mudou para Porto Velho ainda criança. Só voltava nas férias, quando o pai ia quebrar castanha. Já adulta, trabalhou em Porto Velho como cozinheira. O sonho que carregava de morar em Realidade foi concretizado em 2006. Passou a viver no Distrito com o marido e os filhos. A experiência durou dois anos. Elizangela voltou a ficar solteira e enfrentava desafios para manter uma renda. Quando passava a época da castanha e do açaí, não havia trabalho para mulher. Voltou para Porto Velho, trabalhou como faxineira e atendente. Em 2013, retornou para Realidade, para escapar das transformações que Porto Velho tinha sofrido com a instalação das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau: aumento da violência, prostituição, roubos e aumento do preço do aluguel.



**Ideb da escola de Realidade:** 3,7 nos anos iniciais do Fundamental (2017). E 3,1 nos anos finais, resultado abaixo da média esperada para 2019.

**27,5% das disciplinas** são ministradas por professores sem ensino superior nos anos iniciais do Fundamental.

**16,7% das disciplinas** são ministradas por **professores** sem ensino superior nos anos finais do Fundamental, e **35,2% são dadas por professores** sem formação compatível com as disciplinas que lecionam.

Fonte: INEP, 2020

## IRMÃ SOCORRO

### História de vida

Natural de Exu, Pernambuco. Chegou a Realidade em 2017 e já vê muitas mudanças no território. Antes, trabalhava com formação de jovens no instituto religioso ao qual é vinculada, em Vitória da Conquista, Bahia. Em 2017, foi convidada para desenvolver atividades na Amazônia, em Realidade. Ela lembra que, quando chegou, ainda sentia o frescor da mata no percurso entre Humaitá e Realidade, pois o desmatamento ainda não tinha avançado tanto. Irmã Socorro atua em Realidade com a Irmã Layse, trabalhando sobretudo com mulheres e jovens.

“

“Por um lado, a estrada vai ser boa, mas também vai acontecer coisa ruim. As meninas daqui vão se entusiasmar com os caras de fora. Aqui é um local de paz, mas um dia pode não ser mais.”

**Elizangela**

# DIAGNÓSTICO DE POLÍTICAS SOCIAIS

As chamadas políticas sociais - educação, saúde, assistência social, lazer e segurança pública - definem a capacidade dos territórios em alcançarem desenvolvimento humano e resiliência - sanitária, climática e social, aliando desenvolvimento e conservação. Nesse contexto, a partir de entrevistas com atores-chave e análise de dados secundários e em diálogo com as demandas dos territórios, construiu-se o diagnóstico das raízes das vulnerabilidades e oportunidades de avanços nessas áreas de políticas públicas.

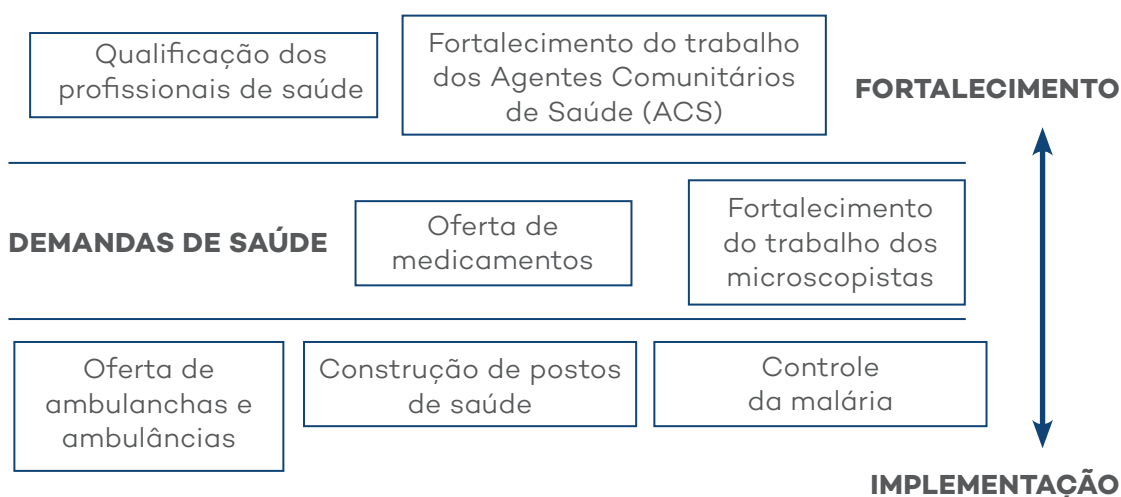
# POLÍTICA DE SAÚDE

A oferta da política de saúde está organizada em atenção: básica, média e de alta complexidade, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

O governo federal é responsável por formular as regras nacionais, financiar o sistema e executar serviços de alta complexidade, em caráter de exceção. Enquanto o governo estadual deve coordenar o proces-

so de regionalização da saúde, executar serviços de média e alta complexidade e investir 12% de sua arrecadação de impostos. Os municípios, por sua vez, são responsáveis por executar os serviços de atenção básica (ATB) e investir 12% de sua arrecadação. A lógica de organização sistêmica da política pressupõe coordenação e cooperação entre as esferas governamentais.

## DE ONDE PARTIMOS: AS DEMANDAS DE SAÚDE NOS TERRITÓRIOS



Fonte: Elaboração própria a partir da sistematização da 1ª rodada de oficinas nos territórios-alvo, em novembro de 2019.

As demandas de saúde identificadas entre os comunitários, nos territórios-alvo da ADT, estão mais direcionadas para o nível de atenção básica. Dado o caráter emergencial do acesso aos serviços básicos, as demandas por serviços mais complexos ficam em segundo plano. No entanto, a necessária integralidade entre os níveis da política exige pensar, de maneira coordenada, o avanço entre os níveis de saúde e as responsabilidades governamentais.

## O papel do estado na regionalização da política de saúde

A regionalização da saúde ainda é frágil no Amazonas, mas o estado não é um caso isolado no Brasil. A fragilidade se dá pela escassez de receitas entre os municípios de uma mesma região de saúde, o que torna a cooperação regional pouco racional para alguns gestores

municipais, e pelas características geográficas amazenses. O Amazonas está dividido em nove regiões de saúde, de acordo com as calhas dos principais rios do estado.

A Secretaria Estadual de Saúde (SES-AM) e os municípios questionam essa divisão, dados os desafios de dispersão populacional, extensão territorial e locomoção<sup>1</sup>. A Secretaria Executiva Adjunta de Políticas em Saúde (Seaps) da SES-AM pontuou que o desenho de regionalização atual não é efetivo porque as pessoas seguem, de fato, os cursos dos rios, que vão além das calhas. Ademais, os fluxos dos pacientes se alteram em épocas de cheias e vazantes.

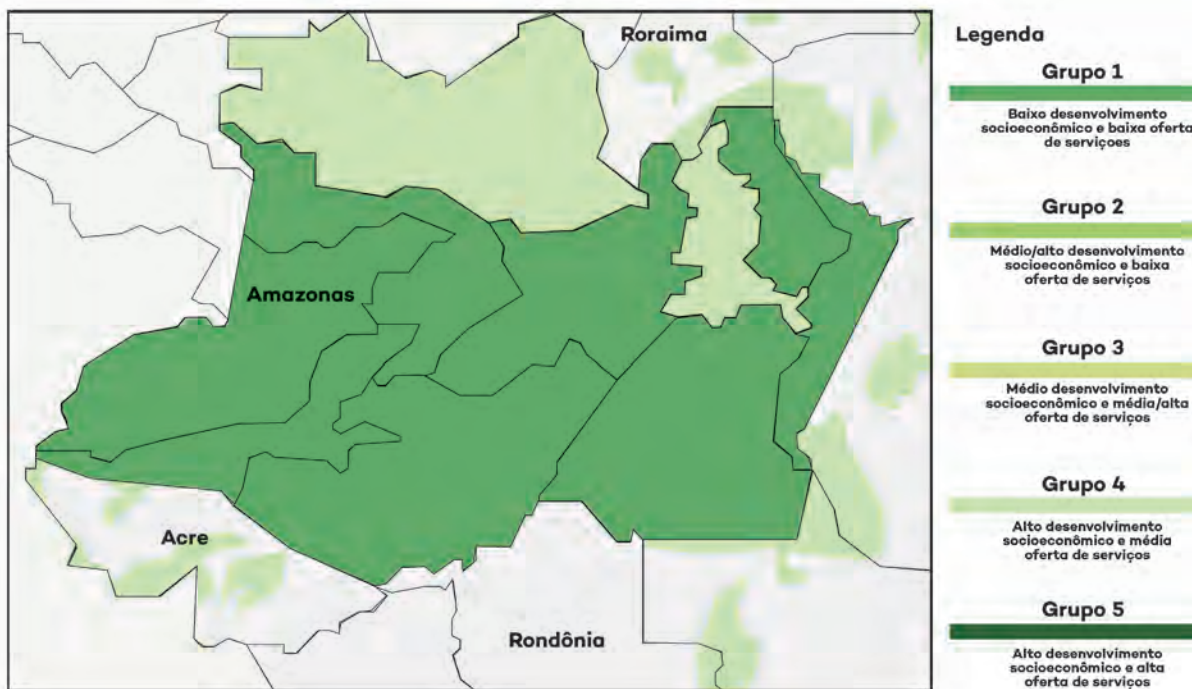
Outros desafios são a distância entre os municípios e a concentração em Manaus dos serviços de média e alta complexidade, concen-

trados em Manaus. A lógica de interação entre os outros municípios e Manaus é binária e não em rede. A capital contempla mais de 300 estabelecimentos de saúde, todos os serviços de alta complexidade do estado e aproximadamente 89% de média complexidade<sup>2</sup>.

Essa concentração eleva os gastos do estado e dos municípios com traslado. Ainda que o governo estadual ofereça serviço de táxi aéreo, a Secretaria de Saúde de Manicoré aponta que o maior desafio do município hoje, na saúde, é atender à demanda de encaminhamentos de média e alta complexidade para a capital.

Além da dificuldade de interiorizar equipamentos, há o problema de fixar profissionais de saúde nos municípios de menor porte<sup>3</sup>, devido às condições de infraestrutura. Das nove

**Figura 1**  
Distribuição das regiões segundo cinco grupos socioeconômicos



Fonte: Pesquisa Regiões e Redes, 2020.

1 KADRI (2019)

2 GARNELO; SOUSA; SILVA (2020)

3 KADRI (2019)



Agente  
Comunitário de  
Saúde (ACS) que  
atua no território  
Igarapé-Açu

regiões do estado, apenas Manaus e entorno possuem alto desenvolvimento socioeconômico e média oferta de serviços. A situação é avançada pela capital, que contribui com 77,7% do PIB do Amazonas. Todas as demais regiões possuem baixo desenvolvimento socioeconômico e baixa oferta de serviços<sup>4</sup> (Figura 1).

A regionalização da saúde no Amazonas ainda está em andamento e acumula vazios assistenciais nos territórios. Ela carece de ajustes básicos, como a reformulação do próprio desenho. Enfrentar estes desafios exige a coordenação entre estado e municípios. O governo estadual assume a execução dos serviços de média e alta complexidade, mas pode avançar no seu papel de coordenação regional, o que parece ser o movimento atual.

Em setembro de 2020, o Governo Estadual aprovou o Programa Saúde Amazonas, que tem como principal objetivo a reestruturação e descentralização da política de saúde. Um dos resultados imediatos foi a reestruturação da SES-AM, com a ampliação da equipe gerencial e a criação de novas subsecretarias, a Seaps e a

Secretaria Adjunta em Descentralização e Regionalização Assistencial do Interior<sup>5</sup>.

Em entrevista, membros da Seaps destacaram que a nova estrutura busca superar a fragmentação entre as ofertas dos serviços nos três níveis de complexidade, que era reforçada pela ausência de diálogo entre as secretarias executivas da capital e do interior. A Seaps se coloca como ponto transversal, incorporando o Departamento de Atenção Básica e Ações Estratégicas (Dabe), dialogando com a Secretaria Adjunta de Descentralização e Regionalização Assistencial do Interior e organizando as redes temáticas.

O Projeto Saúde nas Calhas, dentro do Programa Saúde Amazonas, coloca em discussão a reorganização das regiões de saúde, com reforço tecnológico e assistencial de cinco cidades-pólo: Itacoatiara, Manacapuru, Parintins, Tabatinga e Tefé, por meio da contratação de recursos humanos, reformas e aquisição de equipamentos<sup>6</sup>.

4 VIANA; LIMA; FERREIRA (2010)

5 G1 (2020)  
6 SES-AM (2020)

## A oferta da atenção básica

O SUS conta com espaços de negociação intergovernamentais: Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Comissão Intergestores Bipartites (CIB) e Comissões Intergestores Regionais (CIR). A CIR é a instância de articulação entre os municípios que compõem uma região de saúde e entre estes e o estado. A articulação intermunicipal é um fator que facilita a coordenação estadual<sup>7</sup>. No entanto, “assim como no restante da Amazônia, a implantação de mecanismos de gestão colegiada e regionalizada no Amazonas tem sido lenta<sup>8</sup>”. Segundo a Seaps, faltou priorização das CIR na SES-AM, causada pelos fatores logísticos já apontados, mas também pela ausência de prioridade municipal.

A literatura de cooperação intergovernamental aponta a existência de braços do governo estadual nas regiões como determinante para o fortalecimento da CIR<sup>9</sup>, o que não ocorre no Amazonas, pois as gerências regionais ficam concentradas em Manaus. Houve a discussão da implantação de escritórios regionais no estado em 2013, mas o tema não avançou.

Seguindo o lastro das demandas dos territórios, que são voltadas para o nível de ATB, foram entrevistados membros do Dabe. O Dabe faz a interlocução entre o governo federal e os

municípios, promove formação técnica e atua nas propostas de desenvolvimento das estruturas de regulação, redes e regionalização.

Apesar dos desafios, as entrevistas apontaram que os municípios do interior possuem uma cobertura da ATB melhor do que na capital, que tem cobertura de 64,09%. No entanto, os indicadores revelam um descompasso entre cobertura e resultados, pois Manaus apresenta índices semelhantes aos do interior, com cobertura mais próxima de 100%.

Considerando apenas os municípios que cobrem as comunidades dos territórios-alvo, somente Careiro possui uma cobertura de ATB 100% (Tabela 1). Os agentes comunitários de saúde (ACS) são os principais agentes da ATB nas comunidades e possuem uma cobertura de 100% em todos os municípios dos territórios-alvo. No entanto, os comunitários apontam a precarização do trabalho do ACS.

Dada a existência prévia de uma demanda reprimida, o possível aumento da migração para esses territórios com a repavimentação da BR-319 pode agravar o cenário de oferta dos serviços básicos. O fluxo de pessoas em busca de trabalho pode promover pressão sobre as infraestruturas públicas dos municípios, que não têm condições adequadas de acesso à saúde.

**Tabela 1**  
**Cobertura da atenção básica e (ACS) nos municípios que cobrem as comunidades de atuação do Projeto**

Município	População	Nº EqSF Cob.	Estim. Pop. Cob. EqSF	Cober-tura EqSF	Estim. Pop. Cob. AB	Cober-tura AB	Nº ACS Cob	Estim. Pop. Cob ACS	Cober-tura ACS
Careiro	37.869	11	37.869	100%	37.869	100%	110	37.869	100%
Manicoré	55.751	12	41.400	74,26%	41.400	74,26%	141	55.751	100%
Manaquiri	32.105	5	17.250	53,73%	20.250	63,07%	58	32.105	100%
Borba	41.161	8	27.600	67,05%	27.600	67,05%	86	41.161	100%
Beruri	19.679	3	10.350	52,59%	10.350	52,59%	36	19.679	100%
Humaitá	55.080	14	48.300	87,69%	51.300	93,14%	147	55.080	100%

Fonte: E-Gestor Atenção Básica (Jun/2020).

7 JULIÃO (2018)

8 VIANA et al (2010)

9 JULIÃO (2018)

Dentre os estados da Região Norte, o Amazonas dispunha de um menor percentual de médicos no interior, 6,9% em 2013. Enquanto a proporção era de 2,0 médicos/1000 habitantes na capital; no interior, havia uma redução para 0,2/1000 habitantes<sup>10</sup>. Segundo o Dabe, o médico é o profissional mais caro da Amazônia e a formação das equipes é prejudicada porque os profissionais não se fixam em um município.

No que se refere ao número de estabelecimentos de saúde da atenção básica, Manicoré dispõe de cerca da metade do número de estabelecimentos de saúde frente à Humaitá, mesmo possuindo número de habitantes relativamente maior. De acordo com os secretários de Saúde de Manicoré e Humaitá, levar serviços de saúde para zonas rurais é caro.

As mudanças no financiamento da Atenção Primária no SUS, aprovada em 2019, vão tornar o cenário ainda pior, segundo o Dabe<sup>11</sup>, pois o novo modelo desconsidera ainda mais a realidade amazônica.

Como alternativas para ATB, o Dabe aponta:

- a) a revisão da lógica de cofinanciamento federal e estadual para ATB: a ideia é que o cofinanciamento possa ser utilizado como um vetor de desenvolvimento regional, considerando os diversos cenários sociais e geográficos;
- b) a construção de uma estratégia de Atenção Primária para o Amazonas;
- c) o processo de planificação operacional-

lizado pelo Dabe, dentro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-SUS): o Dabe está conduzindo um processo piloto no Baixo Amazonas, que atua na rede materno-infantil. A proposta é um ambulatório gerenciado por um consórcio formado pelo estado e por municípios;

- d) o fomento à integração tecnológica sem agressão à floresta: é preciso usar a tecnologia como ferramenta de encurtamento das distâncias geográficas, utilizando a experiência da telemedicina. O desafio é a baixa infraestrutura de comunicação e energia e o acesso à tecnologia no interior do Amazonas. O Projeto Saúde Digital, dentro do Programa Saúde Amazonas, tem o objetivo de fortalecer a Telemedicina;
- e) a integração entre Universidades e Dabe: as expertises em saúde estão muitas vezes na academia. Também é importante aproveitar a capilaridade das universidades no interior;
- f) a expansão das Unidades Básicas de Saúde Fluviais e Flutuantes (UBSF): a UBSF é uma alternativa para oferta de serviços nos lugares de acesso fluvial. No entanto, há os desafios do período de seca dos rios; custo de manutenção da equipe; e concentração dos estaleiros de construção de UBSF em Manaus. Dos territórios de atuação do projeto, Manicoré e Humaitá possuem uma UBSF para cada um dos seus territórios.

**Tabela 2**  
**Estabelecimentos de saúde da atenção básica**

Tipo de estabelecimento	Careiro	Beruri	Borba	Manaquiri	Humaitá	Manicoré
Centro de saúde/unidade básica de saúde	14	-	9	3	12	8
Posto de saúde	-	1	-	-	-	-
Unidade de atenção à saúde indígena	1	1	1	1	4	-
Unidade móvel fluvial	-	-	1	1	1	1
Unidade móvel terrestre	1	-	-	-	-	-
Total	16	2	11	4	17	9

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

10 GARNELO; SOUSA, SILVA (2020)

11 MASSUDA (2020)

A literatura de cooperação intergovernamental na saúde aponta a formação de consórcios intermunicipais de saúde e/ou entre municípios e estado como estratégia de fortalecimento da articulação intermunicipal, preenchimento do vazio assistencial das regiões de saúde e aumento da coordenação estadual. Segundo entrevista com a Associação dos Municípios do Amazonas (AAM), a única experiência consolidada de consórcio de saúde no estado foi o Consórcio Alto Solimões Saúde (Asavida). A análise das atas da Assembleia do Asavida revela baixa sensibilização dos municípios à cooperação; ausência da coordenação estadual; estrutura financeira frágil; e falta de diálogo com as estruturas do SUS, CIR e CIB. Havia o interesse dos municípios em compar-

tilhar médicos especialistas, mas não houve consenso em relação ao formato da oferta.

Em relação à participação social na política de saúde, todos os municípios possuem Conselhos Municipais de Saúde ativos, mas enfrentam desafios para promoção de um engajamento social efetivo. A Secretaria Municipal de Saúde Manicoré aponta que é preciso formar lideranças comunitárias sobre a importância dos conselhos. Em 2021, Manicoré avançou na realização da Conferência Municipal de Saúde, em formato descentralizado nas áreas rurais do município, por uma parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A experiência pode inspirar os demais territórios no fortalecimento da participação social.

Roda de conversa com comunitários do PA Panelão, Careiro





# POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

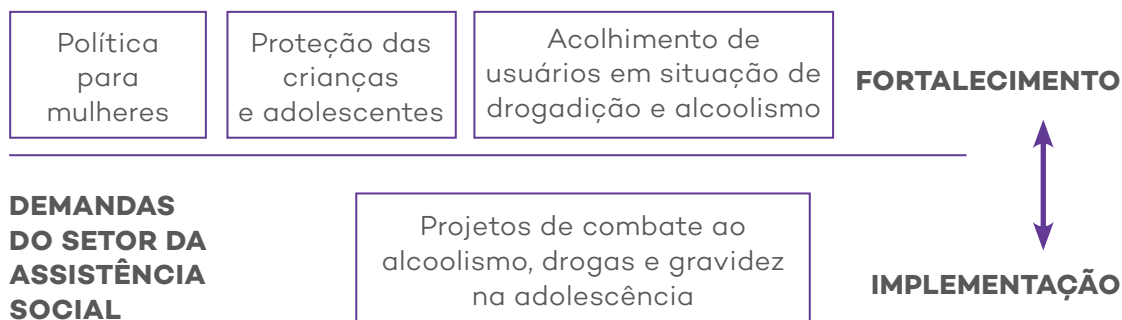
A política de assistência social está baseada na oferta de serviços e benefícios socioassistenciais. Os benefícios são necessários quando indivíduos e famílias não conseguem se sustentar ou ocorrem eventos inesperados que aumentam o risco social. Os serviços são ações que buscam garantir tipos de segurança, como acolhida, convivência e proteção contra riscos circunstanciais.

A política está organizada em dois níveis de proteção social: a básica, ofertada para indivíduos vulneráveis e operacionalizada pelos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e a especial de média e alta complexidades, implementadas pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

O governo federal é responsável por estabelecer as diretrizes básicas da política, auxiliar no financiamento de estados e municípios e ofertar os benefícios sociais: Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os estados apoiam os municípios na implementação dos serviços e no cofinanciamento da política. Os municípios são responsáveis por implementar os serviços socioassistenciais e gerir os Cras e Creas.

Além das demandas apresentadas, interações com gestores municipais dos territórios de atuação do projeto indicam a necessidade de ampliação da população no PBF, equipes volantes insuficientes e escassez de recursos para deslocamento das equipes, além da necessidade de construção de Cras em áreas mais distantes dos centros urbanos.

## DE ONDE PARTIMOS: AS DEMANDAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS



Fonte: Elaboração própria a partir da sistematização da 1ª rodada de oficinas nos territórios-alvo para a construção participativa de ADTs, em novembro de 2019.

## A política de assistência social em institucionalização no estado

No Brasil, a estruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um fenômeno recente, iniciado em meados dos anos 2000<sup>12</sup>. No Amazonas, a institucionalização

da política começou em 2017, quando foi promulgada a Lei estadual nº 4.509, que regulamenta o Suas no estado.

A Secretaria Estadual de Assistência Social (Seas) iniciou a elaboração de um Plano Estadual de Assistência Social (Peas) há alguns anos, mas sofre para concluí-lo, em razão do número reduzido de profissionais atuantes no órgão e de mudanças contínuas nessas fi-

12 BICHIR (2020)

guras. Essa rotatividade é apontada como desafio por diversas secretarias do Amazonas<sup>13</sup>, mas o cenário é mais desafiador na Seas. Os dados do Censo Suas 2019 revelam que apenas 27% dos trabalhadores da pasta são servidores efetivos, segundo o Gráfico 1. Por essa razão, há o planejamento de um concurso público exclusivo para o setor nos próximos anos, o que não é realizado desde 1995. Somam-se a essa questão, desafios logísticos e de recursos para deslocamentos pelo estado, o que gera empecilhos para que a Seas se torne coordenadora regional das ações municipais na assistência social.

O Amazonas também não possui um Plano Estadual de Capacitação dos profissionais do Suas, mas realiza capacitações e assessoramento técnico aos servidores municipais. Em 2018, apenas 38 cidades do estado receberam visitas técnicas e o planejamento de apoio técnico aos municípios não foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite<sup>14</sup>. O governo estadual ainda investe pouco na política, custeando, basicamente, os salários dos servidores. Para realizar investimentos, depende quase inteiramente de recursos do governo federal.

Embora não seja competência estadual, a Seas executa diretamente serviços de proteção social básica (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) e proteção especial (Serviço de Acolhimento Institucional)<sup>15</sup>, quase toda oferta ocorre em Manaus. Na alta complexidade, a pasta implementa 37 serviços, 24 desses na capital e 13 em outros 8 municípios. Destes equipamentos, 21 são administrados pela gestão municipal ou estadual e 16 são conveniados com Organizações da Sociedade Civil (OSCs)<sup>16</sup>.

A oferta de serviços em parceria com as OSCs é uma das alternativas adotadas pelo poder público para ampliar a rede de serviços socioassistenciais. Para isso, é necessário haver maior capilarização das OSCs pelo estado. O Amazonas possui 117 OSCs inscritas no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) e apenas 27,45% dos municípios amazonenses tem OSCs com

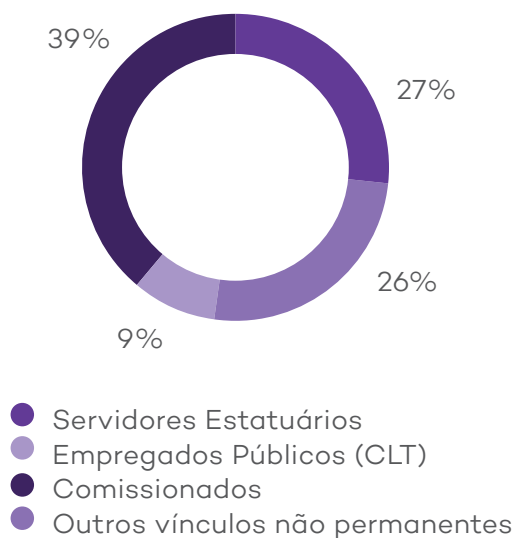
13 Entrevista com Departamento De Gestão Ambiental, Territorial e Recursos Hídricos (DEGAT) e com a Coordenação de Educação do Campo da Secretaria e Estadual de Educação (SEDUC).

14 Censo SUSAS (2019)

15 O governo estadual também executa os programas Apoio Cidadão e Criança Feliz.

16 SEAS (2019)

**Gráfico 1**  
Distribuição dos trabalhadores do Amazonas por tipo de vínculo



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Suas (2019).

inscrição no CNEAS<sup>17</sup>. Em paralelo, as OSCs precisam receber capacitação sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e os municípios devem qualificar suas habilidades para regular os serviços parceiros, a fim de que sejam mantidos padrões estabelecidos pelo Suas<sup>18</sup>.

Em síntese, os entrevistados da Seas apontam alguns desafios para a política de assistência social no Amazonas. Primeiro, a redução do financiamento do Suas pelo governo federal nos últimos anos e a desconsideração do chamado “Fator Amazônico”, que encarece os custos com logística, infraestrutura e profissionais na oferta das políticas.

Segundo, há uma ausência de infraestrutura de comunicação que facilite o diálogo entre governos estadual e atores locais. A maior parte dos municípios tem acesso precário à internet, o que dificulta a operação dos sistemas de gerenciamento da política, como o Cadastro Único (CadÚnico).

Há ainda uma dificuldade das burocracias municipais em executar recursos, por não te-

17 SEAS (2019)

18 PEREIRA (2019)



Roda de conversa  
na Comunidade  
de Civita, Resex  
Capanã Grande,  
Manicoré

rem clareza da legislação. A distância geográfica entre os municípios é outro desafio, que dificulta a oferta de serviços mais regionalizados<sup>19</sup>.

No contexto de repavimentação da BR-319, pode haver maior acesso a serviços públicos, como educação e saúde, e redução das vulnerabilidades locais. Por outro lado, a operação da obra e o funcionamento da estrada podem aumentar os casos de vulnerabilidade de crianças, adolescentes e mulheres e aumentar as demandas por serviços locais. Como alternativa, os gestores consideram que é preciso a construção de um pacto intergovernamental para os territórios da BR-319. Seria preciso, sobretudo, ampliar a intersetorialidade nas políticas sociais.

No contexto de pandemia, a Seas e as Secretarias Municipais de Assistência Social sofreram com aumento da demanda por serviços. Dado o avanço no número de pessoas em situação de pobreza, o governo estadual lançou o Programa Cartão Cidadão, que beneficiou famílias cadastradas no CadÚnico com transferências direta de renda por três meses. O es-

tado também disponibilizou um benefício para famílias afetadas por enchentes em 2021.

A Seas ainda está em processo de formulação de um programa de transferência de renda continuado. O planejamento é atender 300 mil famílias, com público-alvo formado por indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza, pessoas com deficiência e mulheres chefes de família. A pasta está articulando discussões com a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (Seduc) e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), para pensar em ações intersetoriais no novo programa.

---

### **O contexto municipal: a necessidade de avançar em aspectos gerenciais e aumentar a capilaridade dos serviços**

Os municípios amazonenses alvo das ADTs apresentam uma grande diversidade sociocultural. O Quadro 2 mostra os povos e as comunidades inseridos nos municípios dos territórios-alvo das ADTs.

19 SEAS 2019

## Quadro 2

### Povos e comunidades nos municípios dos territórios-alvo das ADTs

Município	Tipo de Equipamento	Povos e comunidades no território de abrangência do Cras
Beruri	Cras	Povos indígenas, comunidade ribeirinha, povos ciganos, extrativistas
Borba	Cras Frei Geraldo King Tor	Comunidades rurais, povos indígenas, comunidade ribeirinha, assentamentos
Careiro	Cras Careiro	Povos indígenas, comunidade ribeirinha, extrativistas, assentamentos
Careiro	Cras Purupuru Careiro	Povos indígenas, comunidade ribeirinha, extrativistas
Humaitá	Cras Casa Da Família	Comunidades rurais, povos indígenas, comunidade ribeirinha
Manaquiri	Cras	Comunidades rurais, povos indígenas, comunidade quilombola, comunidade ribeirinha, extrativistas
Manicoré	Cras Padre Ricardo Lorezoni	Povos indígenas, comunidade quilombola, comunidade ribeirinha, povos de matriz africana e de terreiro, extrativistas, assentamentos

Fonte: Adaptação dos dados do Censo Suas 2019.

Para acessar esses grupos, os municípios dispõem de equipes volantes, com exceção de Beruri<sup>20</sup>. Em Manicoré, o deslocamento até o Distrito de Matupi é um dos principais gargalos. O custo logístico é alto e a demanda elevada, pois o distrito conta com 12 mil habitantes. Para atender essas famílias, seria necessário a implantação de um Cras no território. A insuficiência de recursos para deslocamento é apontada por quase todos os gestores como um problema.

Em Humaitá, há a demanda de inclusão de famílias das comunidades de Cristolândia e Ipixuna e do Distrito de Realidade no PBF. O município tem aproximadamente 12 mil famílias referenciadas no CadÚnico, das quais somente 7.089 são contempladas com o PBF.

No que se refere ao número de Cras e Creas no estado, todos os municípios possuem Cras, totalizando 91 no estado. Há 54 Creas distribuídos em 49 municípios. Os normativos do Suas não exigem a implantação de Creas em municípios de até 20 mil habitantes. Nessas cidades, a proteção especial deve ser referenciada por Creas Regionais, gerenciados pelo governo es-

tadual. Todos os municípios dos territórios-alvo das ADTs possuem Cras e Creas.

Os municípios enfrentam desafios semelhantes ao estado. Há 25 cidades amazonenses que ainda não possuem Lei Municipal de Regulamentação do Suas, inclusive Careiro, Manaquiri e Manicoré. Apesar do avanço na implantação dos equipamentos, induzidos pelo governo federal desde 2005, as burocracias locais ainda carecem de qualidade e quantidade. Assim como no governo estadual, as equipes municipais são formadas, em sua maioria, por trabalhadores com vínculos não permanentes, como revela a Tabela 3. Entretanto, quase todos os municípios amazonenses possuem secretarias exclusivas para assistência social, o que revela adesão aos normativos do Suas.

A maior parte dos funcionários dos Cras possui apenas ensino médio e nenhum dos municípios amazonenses possuem planos próprios de educação permanente dos trabalhadores. A Tabela 4 mostra o cenário para os municípios de atuação do Projeto.

O Suas conta com o Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência

<sup>20</sup> Censo SUAS (2019)



Professora e criança moradores da Comunidade Jacaretinga, RDS Igapó-Açu

**Tabela 3**  
Trabalhadores da assistência nos municípios por tipo de vínculo

Município	Cras	População do município	Número de Servidores Estatutários	Número de Empregados Públicos (CLT)	Número de Comissionados	Número de profissionais com outros vínculos não permanentes	Total de trabalhadores no Cras
Beruri	Cras	19.679	1		3	7	11
Borba	Cras Frei Geraldo King Tor	41.161	6	1	1	28	36
Careiro	Cras Careiro	37.869	5		4	23	32
Careiro	Cras Purupuru Careiro	37.869	Não respondeu				
Humaitá	Cras Casa da Família	55.080	Não respondeu		9	15	24
Manaquiri	Cras	32.105	4		3	4	11
Manicoré	Cras Padre Ricardo Lorezoni	55.751	2	2	15	20	39

Fonte: Censo Suas, 2019.

**Tabela 4**  
Escolaridade dos profissionais da assistência nos municípios

Município	Nome do Cras	Trabalhadores de Nível fundamental	Trabalhadores de Nível médio	Trabalhadores de Nível superior
Beruri	Cras		7	4
Borba	Cras Frei Geraldo King Tor	3	25	8
Careiro	Cras Careiro		20	12
Careiro	Cras Purupuru Careiro			
Humaitá	Cras Casa da Família	2	11	11
Manaquiri	Cras		6	5
Manicoré	Cras Padre Ricardo Lorezoni	2	28	9

Fonte: Censo SUAS, 2019.

### Quadro 3 Vulnerabilidades/Conflitos presentes nos territórios

Município	Cras	Vulnerabilidades/Conflitos presentes no território
Beruri	Cras	Violência vinculada ao tráfico de drogas, exploração sexual de crianças e adolescentes, altos índices de abuso de drogas
Borba	Cras Frei Geraldo King Tor	Violência vinculada ao tráfico de drogas, exploração sexual de crianças e adolescentes
Careiro	Cras Careiro	Violência vinculada ao tráfico de drogas, presença de migrantes/refugiados, altos índices de abuso de drogas
Careiro	Cras Purupuru Careiro	Violência vinculada ao tráfico de drogas, altos índices de abuso de drogas, abuso, negligência e maus-tratos contra crianças, adolescentes e idosos
Humaitá	Cras Casa da Família	Não respondeu
Manaquiri	Cras	Não respondeu
Manicoré	Cras Padre Ricardo Lorezoni	Violência vinculada ao tráfico de drogas, exploração sexual de crianças e adolescentes, altos índices de abuso de drogas, altos índices de violência doméstica/intrafamiliar

Fonte: Censo Suas, 2019.

Social (CapacitaSuas), que contempla ações de capacitação e formação. Os estados devem colaborar com o processo de monitoramento do programa, orientando as instituições de ensino que estiverem executando os cursos. O Censo Suas aponta que apenas Beruri, Manaquiri e Humaitá tiveram trabalhadores da assistência social que participaram de algum curso do CapacitaSuas em 2018. A Seas demorou de 2013 ao início de 2018 para oferecer a primeira fase do programa em todos os polos estaduais, e ainda está na segunda fase.

Das vulnerabilidades mapeadas nos municípios do projeto, o tráfico de drogas e a exploração e os maus-tratos de crianças são os mais recorrentes, como mostra o Quadro 3. No período de 2016 a 2018, na Região do Rio Madeira, Humaitá apresentou os maiores índices de violência contra crianças e adolescentes, violência intrafamiliar e abuso sexual. Manicoré enfrentou a maior incidência de violação de direitos de crianças e adolescentes usuárias de drogas.

Dois conflitos ficam “invisibilizados” nos dados: a violência contra mulher e as decorrentes de conflitos agrário e fundiário. Há dificuldades em lidar com o primeiro sem uma estrutura institucional consolidada (ausência de Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Casa Abrigo para Mulher, Delegacia para Mulher). O segundo exige o fortalecimento

das capacidades institucionais dos órgãos de proteção ambiental e regularização fundiária. A repavimentação da rodovia poderá agravar esses conflitos.

Todos os municípios do projeto ofertam benefícios eventuais, mas em quantidade insuficiente para a demanda. Manicoré, além dos benefícios eventuais, oferece um benefício próprio de assistência social, a “Renda Cidadã”, que funciona nos mesmos moldes do PBF. Em contrapartida ao benefício de R\$ 100,00, os usuários devem manter crianças na escola e participar de cursos/eventos profissionalizantes (cabeleireiro e manicure, por exemplo). O desafio é a concentração da oferta na zona urbana. O benefício de R\$ 100,00 não compensa frente aos custos de deslocamento para quem mora na zona rural.

O Diagnóstico Socioterritorial preliminar da Seas indica a fragilidade nos espaços de participação social da política. Nos conselhos municipais, há uma carência de “funcionários que possam se dedicar exclusivamente à organização dos materiais, do atendimento diário nos locais onde funcionam os conselhos, à prestação de informações e, principalmente, ao assessoramento dos conselheiros”<sup>21</sup>.

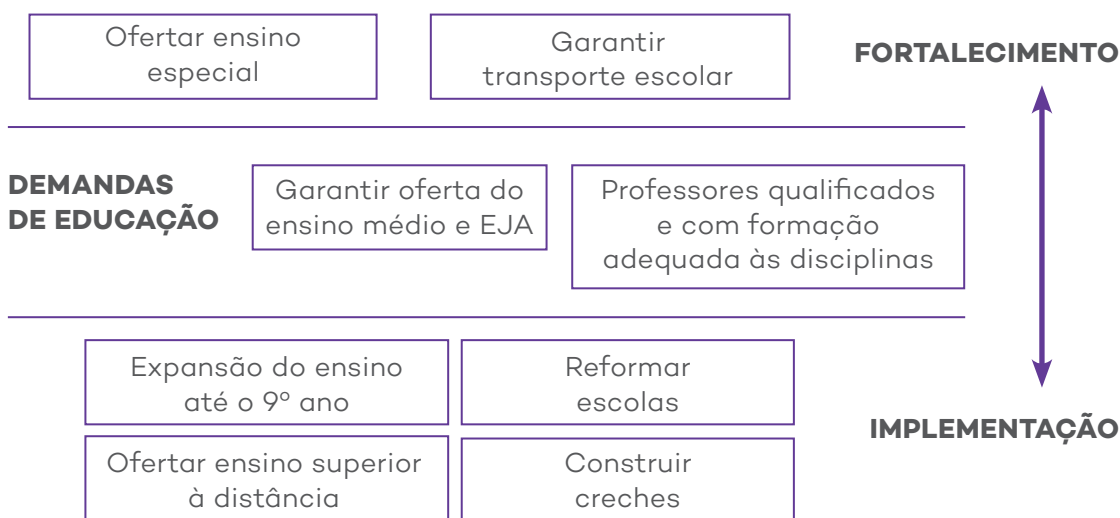
21 SEAS (2019)

# POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A política de educação está dividida em dois níveis de ensino: educação básica e educação superior. A educação básica compreende três etapas: educação infantil (EI), ensino fundamental (EF) e ensino médio (EM). O governo federal é responsável por formular as regras nacionais, investir o mínimo de 18% das receitas de impostos em educação e ofertar ensino superior. O governo estadual deve elaborar

políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes nacionais, coordenando suas ações e as dos seus municípios; definir, com os municípios, formas de colaboração na oferta do EF; e ofertar, com prioridade, o EM. O município é responsável por oferecer a EI, e, com prioridade, o EF. Estados e municípios devem investir o mínimo de 25 % da arrecadação de impostos em educação.

## DE ONDE PARTIMOS: AS DEMANDAS DE EDUCAÇÃO NOS TERRITÓRIOS



Fonte: Elaboração própria a partir da sistematização da 1ª rodada de oficinas nos territórios-alvo para a construção participativa de ADTs, em novembro de 2019.

As demandas levantadas nos territórios-alvo estão direcionadas a todos níveis e etapas educacionais e vinculadas às responsabilidades das três esferas governamentais. A demanda por construção de creches possui relação direta com a possibilidade de as mulheres terem maior autonomia em suas atividades. A demanda por ensino superior só aparece em territórios já atendidos com a oferta do ensino básico, evidenciando escalas

de prioridades dos territórios a partir do que classificam como de maior urgência. Destaca-se que os desafios da política de educação do Amazonas são representativos da realidade brasileira e que, mesmo com desafios, é a política que mais alcança os cidadãos<sup>22</sup>.

22 FAS (2020)

## A colaboração entre estado e municípios não institucionalizada

Diferentemente da saúde e assistência social, a política de educação não está organizada em um sistema nacional. A falta de clareza no regime de colaboração entre os entes federativos é mais evidente entre estados e municípios, sobretudo na oferta do EF de sexto a nono ano, no qual as duas esferas dividem responsabilidades. Por um lado, estados que optaram pela municipalização do EF têm maior colaboração com os municípios<sup>23</sup>. Por outro, os estados devem complementar a oferta, no cenário em que seus municípios não suprem a demanda.

No Amazonas, estado e municípios dividem a oferta do EF, mas o município é o principal responsável, com 84,3% das escolas<sup>24</sup>. O “oferecimento das condições de operacionalização e manutenção do processo de municipalização da educação, em parceria com os municípios”, é uma das responsabilidades da Secretaria Estadual de Educação e Desporto (Seduc)<sup>25</sup>.

A cooperação entre o Estado do Amazonas e municípios é restrita a ações pouco institucionalizadas, voltadas ao transporte escolar e à formação, através do Centro de Formação de Profissional “Padre José Anchieta” (Cepan), aberto à participação dos servidores municipais<sup>26</sup>. O Amazonas não é um caso isolado, as relações entre estados e municípios tendem a ser frágeis em todo o Brasil.

Um dos desafios para os estados assumirem o papel de coordenador na educação é a inexistência de instâncias institucionalizadas de negociação com os municípios. O Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Undime de cada estado possuem natureza horizontal.

A articulação intermunicipal aparece como um caminho para viabilizar estratégias de otimização de recursos e fortalecimento das diversidades regionais, como a compra de merenda

escolar e a distribuição de livros didáticos. O papel do estado é fundamental para coordenar essa articulação. Em entrevista, representantes da Associação dos Municípios do Amazonas (AAM) ponderam que não há uma cultura de cooperação intermunicipal no estado, devido à distância geográfica e a carência de profissionais qualificados na área nos municípios. Assim, a solução seria a adoção de consórcios verticais, formado pelo Estado e municípios, capitaneados pelo primeiro, dada sua maior capacidade de estruturação, sensibilização política dos governos locais e logística. Posteriormente, a AAM poderia ser acionada para auxiliar na coordenação.

Um dos pontos positivos do Amazonas é a existência de Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) em todos municípios, ligadas à estrutura da Seduc. O objetivo das coordenadorias é descentralizar ações e possibilitar o acompanhamento de políticas executadas nos municípios, mas ainda é necessário avançar na definição de quais ações devem ser descentralizadas e qual deve ser o aporte estadual para o plano local/regional<sup>27</sup>.

O fortalecimento das CRE pode ser o caminho para facilitar a institucionalização de iniciativas que fortaleçam a relação estado e municípios. Estados que assumem o papel de coordenadores podem avançar no estabelecimento de padrões mínimos de condições institucionais entre os municípios e, assim, reduzir as desigualdades e promover as diversidades intermunicipais.

## Educação infantil

Os municípios podem contar com cooperação técnica e financeira dos governos federal e estadual na Educação Infantil (EI). No entanto, o cenário de oferta ainda é restrito no Brasil.

Desde 2007, o governo federal realiza o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). Houve avanços no número de matrículas no país com o Proinfância, mas o percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em cre-

23 SILVA (2020)

24 INEP (2020)

25 SEDUC-AM (2020)

26 SEGATTO (2015)

27 SILVA (2017)



ches no Brasil ainda foi de 35,7%, em 2018. A Região Norte apresentou uma porcentagem de apenas 19,2%, com 14,2% no Amazonas. O percentual melhorou para crianças de 4 e 5 anos matriculadas em Pré-Escolas. Em 2018, o Brasil teve 93,8%, a Região Norte alcançou 88,0% e o Amazonas 87,8%.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) prevê o investimento em EI. Entretanto, em 2019, o investimento do governo federal em creches e pré-escolas foi o mais baixo dos últimos dez anos. Segundo a Secretária de Educação de Manicoré, o recurso do Fundeb é insuficiente. O município não possui nenhuma creche, apenas escolas que atendem crianças entre 4 e 5 anos. A Secretaria de Educação de Humaitá aponta que possui planos de expandir o número de creches. Um Novo Fundeb foi aprovado em 2020 e a expectativa é que haja um aumento dos recursos disponíveis<sup>28</sup> (Tabela 5).

Não há nenhuma política institucionalizada do governo estadual de apoio aos municípios na oferta da EI, apenas iniciativas pontuais em alguns municípios, como a parceria entre o estado e o governo municipal de Novo Airão para reforma da creche municipal.<sup>29</sup>

## Ensino fundamental

Os municípios possuem um número consideravelmente maior de matrículas nos anos iniciais do EF, mas o estado supera nos anos finais. No EF, atuam 31.991 professores no Amazonas, sendo 16.287 alocados nos anos iniciais e 18.526 na etapa final. Do total de docentes dos anos iniciais, 80,8% têm nível superior completo e 7,3% têm EM normal/magistério. Foram identificados ainda 11,9% com nível médio ou inferior<sup>30</sup>.

**Tabela 6**  
Percentual de funções docentes com curso superior no ensino fundamental - Municípios – 2019

Município	Ensino Fundamental		
	Total	Anos Iniciais	Anos Finais
Beruri	60,1	55,1	67,3
Borba	59,3	62,5	58,4
Careiro	76,0	80,4	72,5
Humaitá	86,1	83,7	89,5
Manaquiri	77,9	80,7	77,8
Manicoré	72,6	71,1	73,6

Fonte: Censo Escolar, 2019.

**Tabela 5**  
Número de Estabelecimentos da Creche Regular, por Localização e Dependência Administrativa, segundo o Município – 2019

Município	Número de Estabelecimentos da Creche						
	Total	Urbana			Rural		
		Total	Municipal	Privada	Total	Municipal	Privada
Beruri	3	-	-	-	3	3	-
Borba	71	4	4	-	67	67	-
Careiro	17	2	1	1	15	15	-
Humaitá	7	7	3	4	-	-	-
Manaquiri	2	1	1	-	1	1	-
Manicoré	91	6	6	-	85	85	-

Fonte: Censo Escolar, 2019.

28 PERES (2020)  
29 AMAZONAS (2020b)

30 INEP (2019)

**Tabela 7**  
**Percentual de Adequação**  
**da Formação do Docente no**  
**Ensino Fundamental -**  
**Municípios – 2019**

Município	Ensino Fundamental				
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Beruri	24,7	1,5	30,0	2,7	41,1
Borba	32,2	0,0	22,9	2,7	42,2
Careiro	36,3	0,3	34,4	2,9	26,1
Humaitá	45,7	0,3	29,8	9,9	14,3
Manaquiri	23,4	0,5	44,7	9,7	21,7
Manicoré	32,7	0,0	35,1	0,7	31,5

Fonte: Censo Escolar, 2019.

**Tabela 8**  
**Taxa de Distorção**  
**Idade-Série no Ensino**  
**Fundamental - Municípios – 2019**

Município	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos		
	Total	Anos Iniciais	Anos Finais
Beruri	36,4	26,6	48,9
Borba	26,3	14,4	40,8
Careiro	26,7	19,7	36,6
Humaitá	24	16,7	33,1
Manaquiri	21	13,1	31,1
Manicoré	22,6	13,9	33,1

Fonte: Censo Escolar, 2019.

Aprofundando nos territórios-alvo das ADTs, Humaitá é o município que possui o maior percentual de professores com ensino superior. Borba, por sua vez, possui o menor. Todos os municípios têm um ponto em comum: o maior número de professores com ensino superior está na rede estadual e na área urbana (Tabela 6).

Além do desafio dos professores sem ensino superior, é considerável o número de disciplinas lecionadas por professores sem formação compatível para a área (Tabela 7). Nos anos finais do EF apenas 39,1% possuem adequação professor/disciplina estado<sup>31</sup>. Todos os municípios dos territórios-alvo possuem patamares inferiores a 50% de adequação. O número de disciplinas ministradas por professores sem formação superior na área rural é expressivo e a compatibilidade de disciplina é muito menor nas redes municipais.

Um outro desafio que existe é revelado pela taxa de distorção idade-série, isto é, percentuais de alunos com idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados. A Tabela 8 indica que, dos municípios que contemplam os territórios-alvo, Beruri é o que possui maior taxa de distorção idade-série. As taxas quase que duplicam na área rural em relação à urbana em todos os municípios; e são bem menores nas escolas estaduais.

O estado possui um “Programa de Correção de Fluxo Escolar da rede estadual – o Projeto Avançar”<sup>32</sup>, implantado em 2005, com o objetivo de regularizar o fluxo escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública estadual, no EF e médio<sup>33</sup>. A questão é que as maiores taxas de distorção estão nas redes de ensino municipais.

Há uma forte demanda de expansão do EF e de transporte escolar nos territórios. Segundo a Secretaria de Educação de Borba, os principais desafios são a abrangência territorial dos municípios, a dispersão populacional e o alto custo de deslocamento pela região. A Secretaria de Manicoré informa que, com os recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e recursos próprios, só consegue atender 75% da demanda por transporte. Outro desafio é a natural variação do volume de águas dos

31 TODOS PELA EDUCAÇÃO (2020)

32 SEDUC-AM (2018)

33 BARBOSA (2015)



Professora e alunos na Comunidade Jacaretinga, RDS Igapó-Açu

rios, que alterna entre períodos de vazante, nos quais o traslado é fluvial; e de seca, que exigem dos alunos longas caminhadas.<sup>34</sup>

### Ensino médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional e Ensino Superior

No Amazonas, a oferta do EM é excludente no acesso e distribuição. Enquanto a taxa de atendimento do EF é de 97,6%, a do EM é de 65,9%. No que se refere ao número de matrículas, 83,6% estão localizados em escolas urbanas. Nos últimos anos, o estado avançou no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o EF, porém apresentou queda para o EM. Apenas 1,9% e 14,5% dos alunos amazonenses de EM aprendem o esperado em Matemática e Língua Portuguesa, respectivamente, na rede pública<sup>35</sup>.

As entrevistas com os comunitários dos territórios-alvo revelam que a concentração da oferta no EM nas zonas urbanas provoca o abandono escolar dos alunos das áreas rurais. Ao precisarem obrigatoriamente morar nas sedes dos municípios, os estudantes vão precisar de apoio familiar para conseguir se manter. Um dos principais motivos do abandono é a dificuldade de atrelar estudo e trabalho.

O número de professores que possuem ensino superior e a quantidade de disciplinas ministradas por docentes com formação compatível com a área de atuação são bem maiores no EM, quando comparando ao EF. Por outro lado, essa etapa de ensino possui as

**Tabela 9**  
Percentual de Funções Docentes com Curso Superior no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos, por Municípios – 2019

Município	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos (EJA)
Beruri	100,0	91,3
Borba	98,1	74,3
Careiro	100,0	74,3
Humaitá	99,0	92,6
Manaquiri	100,0	53,8
Manicoré	96,1	91,5

Fonte: Censo Escolar, 2019

maiores taxas de distorção idade-série, com patamares acima de 40% nos municípios dos territórios-alvo<sup>36</sup>.

No que se refere ao EJA, as quedas de 23,1% no número de matrículas, entre 2015 a 2019, para o EJA Ensino Médio e de 10,2% para o EJA Fundamental, entre 2018 e 2019, apontam também a problemática da evasão. Assim como no EM, a modalidade possui um percentual elevado de professores com curso superior (Tabela 9)

Frente à dificuldade de ofertar EM e EJA no interior do estado, sobretudo nas áreas rurais, o estado criou, em 2007, o Centro de Mídias de Educação do Amazonas (Cemeam), que também oferece aulas do 6 ao 9º ano do EF. O Cemeam disponibiliza aulas em tempo real, diariamente, por meio do sistema de IPTV (Internet por Televisão).

34 SILVA (2015)

35 TODOS PELA EDUCAÇÃO (2020)

36 INEP (2019)



Escola Municipal da Comunidade São José do Miriti, PAE Jenipapo, Manicoré

O Cemeam enfrenta algumas dificuldades: ausência de professores das próprias comunidades, o que exige um longo deslocamento dos docentes ou mudança de moradia; o não domínio da língua portuguesa em algumas comunidades indígenas e a insuficiência de estrutura para fornecimento de energia elétrica nas áreas rurais.

A alternativa de ensino presencial mediado por tecnologia também é utilizada pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), em Beruri, Borba e Manaquiri. A tecnologia faz com que a Universidade esteja em todos os municípios do estado. Além da sua estrutura em Manaus, a UEA possui Centros de Estudo Superiores em seis municípios do interior; e Núcleos de Ensino Superior em 12 municípios, dentre eles: Careiro, Manicoré e Humaitá<sup>41</sup>.

A UEA promoveu um forte processo de interiorização inclusive do ensino superior nos últimos 20 anos. Ainda assim, a porcentagem de amazonenses de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior em relação à população dessa faixa etária foi de 19,3%, em 2019. As entrevistas com atores locais dos territórios apontaram uma demanda pela adaptação dos cursos da UEA às vocações locais e a capilarização do serviço para áreas rurais dos municípios. Um outro desafio é a ausência de estratégias de absorção dos egressos pelo mercado de trabalho.

## A educação no campo

No Brasil, a educação no campo teve avanços por meio de articulações de movimentos

sociais e entidades rurais, como a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Porém, nos últimos anos, essas políticas foram desarticuladas, com a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC), que coordenava o Procampo e Pronacampo; e a extinção do Pronera, atrelada à fragilidade do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra).

As escolas rurais do Amazonas possuem dificuldades no acesso à água potável, à energia e a esgoto. Ademais, não há pedagogia, currículo e materiais adaptados à realidade do campo. Em entrevista, a Coordenadoria de Educação do Campo (Cecampo), vinculada à Seduc, destaca a construção de uma proposta pedagógica para as escolas rurais, no entanto, o currículo ainda permanece o mesmo da área urbana. O ideal é a formulação de uma Política Estadual de Educação no Campo, com proposta pedagógica e curricular específica.

O diálogo entre estruturas públicas e da sociedade civil pode resultar em ações inter-setoriais para educação no Amazonas, pois os problemas ultrapassam os limites do campo educacional. Um exemplo é a possibilidade do Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Prema) e do Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (Promove), vinculados à Seduc e à Secretaria de estado da Produção Rural (Sepror), beneficiarem jovens produtores rurais, alunos do EM e EJA.

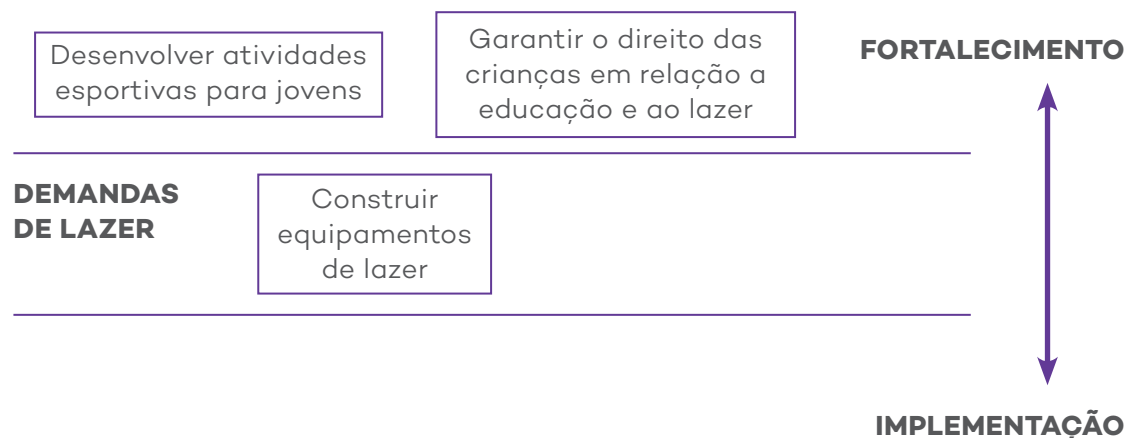
# POLÍTICA DE LAZER

O acesso ao lazer é um direito social tal qual o acesso à educação, saúde e assistência social, mas, diferente dessas áreas, a CF de 1988 não estabeleceu uma definição clara das competências dos entes federativos para a política de lazer, o que fortalece a inação governamental na área. O mesmo desafio acontece para o acesso ao esporte, umas das principais modalidades de lazer no Brasil.

As demandas de lazer identificadas com os

comunitários estão direcionadas ao acesso a iniciativas voltadas a crianças, adolescentes e jovens e à implementação de infraestruturas de lazer nas comunidades rurais. Os comunitários apontam também demandas para o público adulto, especialmente, mulheres e idosos. As Secretarias Municipais de Lazer de Manicoré e de Humaitá assinalam a necessidade de revitalizar infraestruturas nas sedes dos municípios e avançar em ações intersetoriais com outras pastas das prefeituras.

## DE ONDE PARTIMOS: AS DEMANDAS DE LAZER NOS TERRITÓRIOS



Fonte: Elaboração própria a partir da sistematização da 1ª rodada de oficinas nos territórios-alvo para a construção participativa de ADTs, em novembro de 2019.

## O lazer como um direito social

Apesar de o lazer ser um direito social presente da CF de 1988, a política para esse segmento ainda carece de formulação de diretrizes nacionais, de definição de uma lógica de cofinanciamento federativo e da estabilidade de estruturas governamentais especializadas no tema. As prioridades políticas de cada governo condicionam

os incentivos ao lazer e esporte. A construção de um sistema nacional<sup>37</sup> é um caminho para avançar em coordenação e cooperação federativa.

Em 2019, o Ministério do Esporte foi transformado em uma Secretaria do Ministério da Cidadania. Na trajetória do extinto ministério, foram criados dois programas principais de esporte e lazer voltados à democratização de acesso e inclusão social: o Programa Segun-

37 CARNEIRO (2021)

do Tempo (PST) e o Programa Lazer e Esporte na Cidade (PLEC). O primeiro, descontinuado, preocupava-se com o fortalecimento do acesso ao esporte como meio educacional<sup>38</sup>.

O segundo, ainda vigente, visa implantar núcleos recreativos e de lazer em áreas urbanas, rurais, comunidades de povos tradicionais e indígenas, para estímulo da convivência social, formação de gestores e lideranças e fomento da pesquisa e socialização do conhecimento.<sup>39</sup> As Secretarias de Manicoré e Humaitá não estão acessando o PLEC.

Reconhece-se o avanço do PTS e PLEC na discussão de uma oferta mais inclusiva da política de lazer, mas ainda é preciso pontuar a centralidade do esporte em detrimento dos diversos componentes possíveis que podem ser mobilizados nessa área. Esse é um processo, inclusive, que é replicado nas ações de governos estaduais e municipais em todo o Brasil.

O Governo do Amazonas e os governos municipais dos territórios-alvo do Projeto acompanham essa tendência. Sendo o lazer uma dimensão da cultura e, assim, entrelaçado aos valores da sociedade<sup>40</sup>, ele pode mobilizar diferentes componentes culturais, como: artístico, físico-esportivo, intelectual, manual, social<sup>41</sup> e turístico<sup>42</sup>.

---

## O estado na política de lazer

No final de 2019, por meio de uma reforma administrativa, o Governo do Amazonas extinguiu, dentre outras secretarias, a Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer (Sejel). As atribuições da Sejel deveriam ser absorvidas pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc). Este movimento foi comum em outros estados, no mesmo período, e reflete a extinção do Ministério de Esporte no plano federal.

No mesmo período de extinção da Sejel, o governo do Amazonas instituiu a Fundação Amazonas de Alto Rendimento (Faar),

com a “finalidade de elaborar estudos, planejar, coordenar, supervisionar o desenvolvimento do esporte de alto rendimento e executar ações para a promoção de eventos esportivos”<sup>43</sup>. A criação da Faar revela como o governo estadual priorizou o esporte de alto rendimento.

A incorporação das atribuições da Sejel, pela Seduc, não foi efetivada com a criação de estruturas e projetos voltados ao esporte e ao lazer. Atualmente, a Seduc conta com uma Coordenação de Educação Física e Artes (Cefa), que atua na proposição de conteúdos pedagógicos para escolas estaduais da rede pública de ensino, através de dois programas: o Programa de Apoio Didático e Pedagógico à Educação Física Escolar da Rede de Ensino do Estado do Amazonas (ProEFE) e o Programa de Apoio ao Ensino da Arte nas Escolas da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas (Proenarte).

Há uma estratégia de fortalecimento de exercício de práticas corporais na escola, em que o professor de Educação Física pode disponibilizar duas horas de sua carga horária para o exercício de práticas corporais pelos alunos. A ideia é que, no futuro, também seja definida parte da carga dos professores de artes para práticas artísticas.

Os programas têm potencial para fortalecer o acesso ao lazer, dentro da escola, em diálogo com referências culturais dos territórios. Não há relação institucionalizada entre a Cefa e os governos municipais, mas há a possibilidade dos municípios receberem orientações para construção de projetos, pelas CRE.

Com a exclusão da Sejel, a Cefa passou a receber um número maior de demandas por atividades de lazer, como jogos escolares da rede pública estadual, que vão além da capacidade da Coordenação. Por esse motivo, a recriação da ação da Sejel apresenta-se necessária. Tramita na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam) uma proposta de recriação da Secretaria. As justificativas são a paralisação de programas, que eram desenvolvidos pela Sejel, a descontinuidade da manutenção de infraestruturas de espor-

38 BARNABÉ (2015)

39 GOV.BR (2020)

40 MARCELINO (2015)

41 DUMAZEDIER (1980)

42 CAMARGO (2003)

43FAAR (2020)



Crianças  
brincando em  
igarapé da  
Comunidade de  
Jacaretinga, RDS  
Igapó-Açu

te no estado e a necessidade de capilarizar projetos para o interior do Amazonas<sup>44</sup>.

A recriação da Sejel é uma oportunidade para pensar o lazer para além do seu componente esportivo de alto rendimento; fortalecer a articulação com os municípios, dialogando com referências culturais de cada local; e estabelecer intersetorialidade com outras secretarias estaduais, como de Educação, Saúde, Assistência Social, Produção e Infraestrutura.

Um dos maiores desafios da implementação da política de lazer é a ausência de quadros capacitados no plano municipal<sup>45</sup>. A Sejel poderia atuar na criação de uma política estadual de capacitação de agentes sociais de lazer e esporte, em parceria com a Universidade Estadual do Amazonas, que possui infraestruturas de ensino mediado em todo território estadual, e com o Centro de Educa-

ção Tecnológica do Amazonas (Cetam), que possui ampla cobertura de infraestrutura física nos municípios do interior do estado.

É preciso ponderar os desafios para manutenção de uma secretaria estadual voltada ao lazer. No geral, estados e municípios precisam de emendas parlamentares para execução de programas na área, tendência que também ocorre no Amazonas e nos territórios-alvo do Projeto. Enquanto o governo federal não avança na formulação de uma lógica de cofinanciamento federativo para lazer e esporte, o acesso aos recursos da Lei Federal Pelé, o fortalecimento do Fundo Estadual do Esporte e Lazer (Feel) e os destaques orçamentários de outras secretarias direcionadas à futura Sejel são alternativas para a implementação de ações intersetoriais.

44 INFORME MANAUS (2021)

45 MARCELINO (2015)

## A atuação municipal

Todos os municípios dos territórios-alvo da ADT possuem secretarias municipais voltadas ao lazer. A maioria das comunidades do território de Igapó-Açu não recebe assistência em relação ao lazer e ao esporte. Diferentemente da comunidade São Sebastião de Igapó-Açu que recebe apoio da Prefeitura Municipal de Manicoré. Enquanto a secretaria de Manicoré possui 29 funcionários, a secretaria de Humaitá tem cinco, com plano de expansão.

As secretarias municipais enfrentam desafios de financiamento, que se asseveram com os custos de locomoção e a ausência de conectividade digital nas comunidades rurais. Os municípios dependem de emendas parlamentares para execução de programas, uma vez que, saúde, educação e assistência social são prioridades no orçamento municipal. Como alternativa, a secretaria de Manicoré vem discutindo a criação de um Fundo Municipal de Esporte e Lazer, capaz de receber financiamento de outras fontes de recursos.

Promover participação Social também é um outro desafio nos territórios-alvo. Nenhum deles possui Conselho Municipal de Esporte e Lazer. Humaitá planeja a criação desse órgão para este ano. Manicoré busca promover engajamento social por meio de congressos técnicos que definem o calendário esportivo do município. A criação do Conselho é fundamental para fiscalização de um futuro Fundo de Esporte e Lazer nos municípios

Como a organização de um conselho possui claros limites institucionais e a promoção do lazer não é nem deve ser exclusivamente governamental<sup>46</sup>, a formação de redes de iniciativas de lazer, esporte e cultura, por território e com participação de associações comunitárias, pode ser uma alternativa para a troca de experiências, capazes de munir ações governamentais mais alinhadas com demandas e aspectos culturais das áreas urbanas e rurais dos territórios.

Os territórios-alvo concentram as infraestruturas públicas de lazer e de esporte nas áreas urbanas dos municípios. A maior parte

da construção de equipamentos não é realizada com recursos municipais próprios. As secretarias municipais apontam a necessidade de recursos para manutenção e revitalização de infraestruturas. O Quadro 4 apresenta os equipamentos públicos de lazer nas sedes dos municípios e no Território de Igapó-Açu.

Uma alternativa para expansão das infraestruturas de esporte e lazer para as áreas rurais dos territórios-alvo é o acesso ao Programa Federal Brasil em Campo do Ministério da Cidadania, aprovado em 2020, que prevê a criação de infraestrutura esportiva e paradesportiva em todo o território nacional. Destaca-se um ponto no programa: a iluminação dos espaços será realizada por meio de placas fotovoltaicas, algo importante para o contexto de baixo acesso à energia elétrica das comunidades rurais do territórios-alvo do Projeto<sup>47</sup>.

## O tempo e o espaço no contexto rural

As comunidades têm suas formas de lazer que são integradas às histórias, cultura e dinâmica de trabalho local. A característica de autonomia na organização social faz com que haja uma divisão menos rígida entre tempo de trabalho e tempo disponível para lazer na área rural do Amazonas, em comparação às áreas urbanas.

O rural é visto não somente como o espaço de produção agrícola e outras atividades produtivas, mas como o local onde a vida acontece em suas diversas dimensões. “O lazer é simbolizado pelos vínculos com as práticas das sociedades tradicionais, através de laços afetivos, relações pessoais e presença em comunidade, mas também pelas características da sociedade moderna com a organização do tempo, dos espaços, atitudes e interesses<sup>48</sup>”.

A maior parte das comunidades realiza atividades de lazer nas sedes das associações comunitárias, chapéus de palha e escolas, mas nem todas possuem esses espaços. Para algumas comunidades, os rios e a floresta e suas próprias casas são os espaços exclusivos para o lazer. A realização de festas tradicio-

46 MARCELINO (2015)

47 MINISTÉRIO DA CIDADANIA (2020)

48 MARTIGNONI (2013)



## Quadro 4

### Infraestruturas públicas de lazer nas áreas urbanas dos territórios-alvo e única infraestrutura pública de lazer no território Igapó-Açu

Careiro	Igapó-Açu	Manicoré	Humaitá
- Praça da Juventude	- Quadra poliesportiva na comunidade Tupana	- Ginásio municipal	- Orla do Rio Madeira
- Estádio Afonso		- Academia ao ar livre	- Quatro campos de grama sintética
- Ginásios poliesportivos		- Quatro quadras em escolas municipais urbanas	- Quatro quadras poliesportivas
- Praça três poderes		- Vias públicas para caminhada	- Praça da matriz
- Parque Castanheiras		- Praça	- Parque de exposição Pereira Gonçalves
- Centro do Idoso			

Fonte: Elaboração própria.

nais é a iniciativa comunitária de lazer mais consolidada. Cada comunidade possui uma ou mais festas, como é o caso das Festas do Boto e Tucunaré, em São Sebastião do Igapó-Açu. Os comunitários participam das festas realizadas em comunidades vizinhas, mesmo com os desafios dos custos de locomoção.

A maioria das comunidades possui campos de futebol improvisados e participa de campeonatos municipais, realizados pelas secretarias municipais. O futebol é o esporte mais praticado, mas as secretarias de Manicoré e Humaitá apontam que está crescendo a demanda por diversificação de esportes e a inclusão de outras práticas corporais. Poucas comunidades rurais possuem quadras poliesportivas, é o Caso de Tupana no Território de Igapó-Açu e da comunidade Km 22 em Careiro. Manicoré mantém três quadras na área rural dos municípios. O Distrito de Realidade ainda não possui quadra.

Capilarizar experiências urbanas para a área rural é uma alternativa, mas também um desafio para as secretarias municipais. O apoio de iniciativas de esporte, cultura e lazer da sociedade civil e a construção de ações intersetoriais podem auxiliar no alcance às comunidades. Para isso, os municípios podem construir um Programa Municipal de Esporte e Lazer<sup>49</sup>, a partir de um diagnóstico participativo dos territórios e da formação

de um espaço de governança intersetorial com diferentes pastas, como cultura, educação, saúde, assistência social, infraestrutura e produção. Alguns pontos podem ser considerados no Programa:

- a) a relação lazer e educação: a escola é um espaço com capilaridade nas áreas rurais, que também pode ser utilizado para práticas de lazer, esporte e cultura. É importante pensar o diálogo com referências culturais de cada comunidade.
- b) a relação lazer e atividades econômicas: o lazer não se resume a uma mercadoria, mas sendo um elemento integrado às demais dimensões da vida, pode auxiliar no fortalecimento de dinâmicas econômicas do território, por exemplo, campeonatos de futebol viabilizam a venda de produtos locais das comunidades, assim como as festas tradicionais realizadas nas sedes municípios também dinamizam a economia local.
- c) a relação lazer e cultura: as secretarias municipais de lazer e cultura podem colaborar em ações de difusão e convivência comunitária de elementos como músicas, danças, artesanatos e festas tradicionais.
- d) a relação lazer e gênero: há diferença no tempo disponível para o lazer entre homens e mulheres, sobretudo nas áreas rurais. As mulheres se dividem

49 MARCELINO (2015)



Primeiros moradores da Comunidade Jacaretinga, RDS Igapó-Açu

em jornadas de trabalho fora e dentro de casa. Um exemplo é que homens tem prioridade nos horários de menor incidência do Sol para o uso dos campos em algumas comunidades.

- e) a relação lazer e idade: o lazer é apontado como um fator de permanência e reprodução social no meio rural. A ausência de iniciativas e espaços de lazer no campo pode ser um dos motivos para o êxodo rural de jovens<sup>50</sup>. Crianças e idosos também não dispõem de incentivos de lazer e culturas nas comunidades.

As políticas de lazer devem democratizar o acesso aos espaços e às iniciativas de lazer, especialmente para que não haja uma apropriação desigual das cidades e benefícios dos investimentos públicos. Ao mesmo tempo, não devem ser criadas formas excessivamente estruturadas para o lazer, se sobrepondo à realidade dos territórios. A questão central é garantir acesso e respeito à autonomia das comunidades.

50 MAZIERO (2019).

# POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A política de segurança pública deve ser considerada uma política social, pois é um serviço que o Estado deve oferecer à sociedade, com o objetivo de proporcionar ambientes e espaços onde as pessoas sintam-se seguras. Para isso, a área é composta por cinco dimensões: controle do crime; controle da violência; aprimoramento das agências de segurança pública; justiça criminal e pre-

venção<sup>51</sup>. Atualmente, o setor possui maior envolvimento do governo federal e dos governos estaduais, por controlarem as instituições policiais, enquanto os municípios coordenam as guardas municipais. No presente diagnóstico, será abordada a situação da segurança pública e da violência no estado do Amazonas e nos municípios foco de atuação do Projeto.

51 PERES (2014).

## DE ONDE PARTIMOS: AS DEMANDAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS TERRITÓRIOS

Construir um posto policial nas comunidades

Proteger as comunidades frente ao asfaltamento dos ramais

Desenvolver projetos sobre alcoolismo, drogas e gravidez na adolescência

Preservar a tranquilidade no território e liberdade de andar sem medo

Combater a grilagem de terras e os mineradores

Fonte: Elaboração própria a partir da sistematização da 1ª rodada de oficinas nos territórios-alvo para a construção participativa de ADTs, em novembro de 2019.

Roda de conversa com moradores da Resex Lago do Capanã Grande, Manicoré



As demandas levantadas nos territórios-alvo (ver página anterior) estão relacionadas a ações preventivas de segurança pública e revelam a sensação de haver poucos conflitos violentos nas comunidades con-

sultadas, combinado com baixa presença de aparato policial. Entretanto, trechos de falas dos comunitários obtidas nas oficinas ilustram a sensação de insegurança nos territórios.

---

### Aumento do policiamento nas comunidades



“Policiamento para a comunidade porque hoje em dia passa gente para todo lugar. Os jovens estão muito vulnerável a pedofilia, drogas e ninguém fala disso. Na escola deveria ter pessoas para falar sobre isso”

**(1ª Rodada de Oficinas para construção das ADTs. Moradora da comunidade Tupana, Careiro Castanho)**

---

### Preservação da paz



“Todo canto tem droga e violência, mas lá tem certa paz. Até agora não teve morte por violência”. (1ª Rodada de Oficinas para construção das ADTs. Morador do ramal do Floresta, Careiro Castanho)

Para nós aqui, o Luz para todos é um grande desenvolvimento, mas por mim, esse ramal não vai ficar pronto. Porque com o ramal vai aparecer bandidos de tudo o que é jeito”

**(1ª Rodada de Oficinas para construção das ADTs. Morador da comunidade de Boa Esperança, RDS do Rio Amapá, Manicoré)**

---

### Drogas e atividades ilegais



“A droga está chegando porque as pessoas estão trazendo. Merendeira da escola vi garrafas de cerveja, vinho, pontas de diversos cigarros. Soube que foram os garimpeiros que trouxe. Moradores de fora e os próprios alunos”

**Comunidade de Boa Esperança, RDS do Rio Amapá, Manicoré**

“Tráfico de drogas que é um problema generalizado”

**Morador do ramal do Floresta. Careiro Castanho**

---

### Riscos para a juventude



“Renda para jovens, que estão se perdendo nas drogas. Não há um projeto específico para eles. A floresta é tão rica de coisas, mas não tem projetos específicos para os jovens. Não há cursos na região. São coisas que estão sendo desperdiçadas na região. Tem flora e água o ano inteiro na região. A falta de recursos para os jovens leva ao problema das drogas. Nas festas se consomem droga como água nas comunidades. Isso já é uma realidade”

**(1ª Rodada de Oficinas para construção das ADTs. Comunidade de Boa Esperança, RDS do Rio Amapá, Manicoré)**

A seguir, pontos relevantes sobre a segurança pública no Amazonas.

### Ausência de coordenação federativa na política de segurança pública

Ao longo da história republicana brasileira, o sistema policial acompanhou as oscilações da federação: nos momentos autoritários, as polícias ficavam submetidas ao poder central, em períodos democráticos, simbolizavam a autonomia das elites regionais<sup>52</sup>.

Na Constituição Federal de 1988 (CF de 1988) não ficou definido o conceito de segurança pública, nem os papéis de cada nível de governo<sup>53</sup>. Foram apenas listadas quais organizações policiais atuam em cada tema e sob responsabilidade de qual ente federativo<sup>54</sup>. O governo federal ficou responsável pela gestão da Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF), enquanto os governos estaduais ficaram com o comando da Polícia Militar (PM) e da Polícia Civil (PC). A PM é responsável pela prestação dos serviços de segurança, proteção social e prevenção criminal e a PC pela investigação criminal e coleta de provas para subsidiar a atuação do Poder Judiciário. Os municípios ficaram com a opção de criar guardas civis municipais<sup>55</sup>.

Este modelo fez dos estados os protagonistas da segurança pública no país e os principais responsáveis pela execução de despesas no setor<sup>56</sup>, tendo em vista o peso dos salários de PMs e PCs. Os municípios, por sua vez, incrementaram sua importância nos últimos anos, em razão do aumento da violência nas cidades médias e pequenas. Desde os anos 2000, foram criadas guardas civis municipais e secretarias municipais de segurança, que resultaram em um contingente de quase 100 mil guardas municipais, em mais de mil municípios brasileiros<sup>57</sup>.

No caso do governo federal, além da gestão das polícias federais, havia uma expectativa de que ele assumisse o papel de coordenador na-



Jovem moradora da Comunidade de Cívita, Resex Lago do Capanã Grande, Manicoré

cional do setor, inclusive com a criação de um sistema nacional. Entretanto, o que foi visto desde a CF de 1988 foram iniciativas isoladas e descontinuadas de transferir recursos para os estados investirem nas PMs. Ainda, houve tentativas de promover maior alinhamento nacional entre os sistemas estaduais de segurança, mas todas sem sucesso<sup>58</sup>, assim como as tentativas fracassadas de criação de um Sistema Nacional de Segurança Pública<sup>59</sup>.

Combinado à ausência de coordenação federativa, o estado do Amazonas convive com dificuldades em articular as diferentes polícias que atuam no mesmo território, a saber: PM, PC, PF e PRF. Há uma ausência de regulamentação das funções de cada polícia, que produz diversos ordenamentos para solução de problemas similares de violência<sup>60</sup>. Um dos exemplos que ilustra essa desarticulação é o fato da PM e da PRF que atuam no estado não colaborarem para o policiamento das rodo-

52 COSTA, A; GROSSI, B. (2007)

53 PERES et al (2014)

54 LIMA, R. S. D.; BUENO, S; MINGARDI, G. (2016)

55 PERES et al (2016)

56 PERES et al (2016)

57 PERES et al (2016)

58 PERES et al (2016)

59 CANO (2006)

60 LIMA et al (2016)



Liderança  
comunitária  
caminha na  
vicinal da  
Comunidade São  
João, Careiro

vias federais que cortam o Amazonas. A elevada quantidade de núcleos populacionais que demandam policiamento ostensivo, amplifica esses desafios, pois gera dilemas de sobreposição de atribuições e ausência de qualquer força policial nesses territórios.

### Desafios atuais na gestão da Segurança Pública no Amazonas

A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) é responsável pela coordenação geral de todas as atividades do sistema de segurança pública. O que envolve vários órgãos: PM, PC, Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Corpo de Bombeiros, Corregedoria-Geral, Secretaria-Executiva-Adjunta de Inteligência e o Instituto Integrado de Ensino e Segurança Pública (Iesp). De acordo com o IBGE<sup>61</sup>, a SSP-AM também possui um Conselho Estadual de Segurança Pública, um Fundo Estadual de Segurança Pública e um Plano Estadual de Segurança Pública. Contudo, não foram encontradas informações sobre estes espaços.

Em termos orçamentários, no agregado de 2015 a 2018, o setor de segurança pública foi responsável por 9,86% das despesas totais do Amazonas, atrás apenas da saúde e educação<sup>62</sup>. A principal parcela dessas despesas vai para o pagamento de policiais. Apesar do peso no pagamento de salários, o estado tem sofrido com a diminuição do quadro policial, em razão da aposentadoria dos agentes. A SSP-AM não realiza concurso para contratação de policiais há 11 anos, o que gera defasagem na distribuição desses profissionais pelas regiões do Amazonas<sup>63</sup>.

Agrava ainda esta situação, a escassez de recursos para realizar a manutenção administrativa dos batalhões da PM pelo interior do estado e também para garantir a logística de transporte, alimentação e hospedagem de policiais que são deslocados dos seus municípios de moradia. Tal carência obriga as prefeituras e até moradores de comunidades remotas a organizarem rateios para apoiar a ida de PMs a esses territórios.

61 ESTADIC (2019)

62 SINCONFI  
63 D24Amazonas (2021)

A SSP-AM ainda enfrenta dificuldades para alimentar o Sistema Integrado de Segurança Pública (Sisp), onde se registram as ocorrências criminais. Não há uma integração no registro de violências que ocorrem no interior e em áreas que não possuem acesso à internet. Desse modo, as informações apresentadas na ferramenta SSP Dados, além de não estarem disponíveis em formato editável, possuem altas taxas de subnotificação.

### Aumento da violência no estado do Amazonas

Desde o final dos anos 2000, o Amazonas foi palco de um aumento sensível nas ocorrências criminais, especialmente de homicídios. A cidade de Manaus se tornou um ponto importante para o controle e distribuição de drogas na região, pois é o principal entreposto da chamada “Rota dos Solimões”, um dos principais corredores de drogas que chegam ao Brasil, oriundas do Peru e da Colômbia, via Rio Solimões. Essa importância estratégica, somada a um conflito entre o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital (PCC)<sup>64</sup> para controlar o mercado de droga em toda a Região Norte do Brasil, fez aumentar o número de homicídios no estado e na região, conforme ilustrado no Gráfico 2.

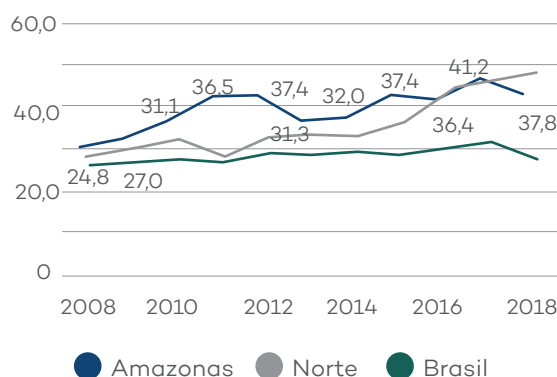
Os efeitos desses conflitos são sentidos também nas diversas regiões do interior do estado. Especificamente nos municípios de atuação do Projeto, Humaitá e Manicoré, o número de mortes em valores absolutos é pequeno, mas ao analisar a taxa por 100 mil habitantes, nota-se que o município de Careiro apresenta valores semelhantes aos encontrados no estado. Como usualmente ocorre em contextos de violência, esses homicídios são principalmente contra homens de 15 a 29 anos, tanto em nível estadual quanto municipal (Gráfico 3).

Além do crescimento nos homicídios, o estado do Amazonas presenciou aumento exponencial nos índices de queimadas e des-

64 O PCC é uma organização criminosa oriunda do Estado de São Paulo, que já teve o controle da distribuição de drogas na região Norte.

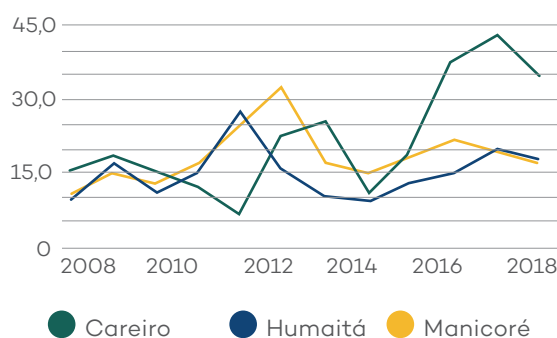
## Gráfico 2

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Amazonas e na Região Norte



## Gráfico 3

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes nos municípios do Projeto



Fonte: Elaboração própria, a partir de informações sobre mortes violentas obtidas no Datasus”

matamento entre os anos de 2019 e 2020<sup>65</sup>, inclusive nos municípios de influência da BR-319 e terras indígenas da região<sup>66</sup>. Preocupa o fato de pesquisas apontarem relação positiva entre desmatamento e homicídios em municípios da Amazônia Legal<sup>67</sup>.

## A violência de gênero no Amazonas

A violência de gênero é um problema antigo e estrutural na sociedade brasileira, que

65 TERRABRASILIS (2021)

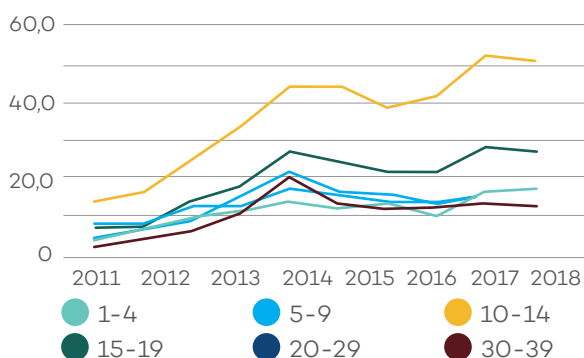
66 Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (2020)

67 SANT'ANNA (2010)

afeta mulheres e meninas de todas as idades e de diferentes classes sociais. Quando analisado o Amazonas, nota-se um crescimento no número de casos de violência registrados nos últimos anos da análise, sempre com predominância de vítimas mulheres. Essas variações e o crescimento no número absoluto a partir de 2009 podem estar relacionados a um aumento nos registros de violência no estado. Agrava esse quadro, a distribuição das ocorrências por faixa etária, que aponta meninas de 10 a 14 anos como as que mais sofrem crimes desse tipo, o que aumenta a probabilidade de as agressões ocorrerem dentro do núcleo familiar (Gráfico 4).

**Gráfico 4**

Registros de violência por faixa etária a cada 10 mil mulheres no Amazonas

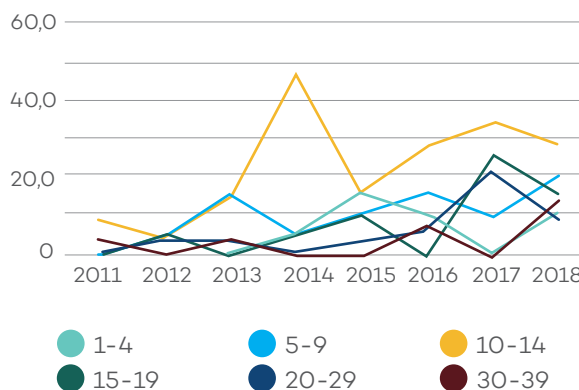


Fonte: Elaboração própria, a partir de informações sobre violências sofridas e atendidas pelo SUS, retiradas do Datasus”.

Ao descer a lupa e analisar, especificamente, os municípios alvo do Projeto, é possível encontrar um cenário semelhante em relação à violência de gênero. As mulheres são as principais vítimas das agressões em Careiro Castanho e Humaitá (Gráfico 5, Gráfico 6). No Careiro, as meninas de 10 a 14 anos continuam a ser as que mais sofrem com esses casos. Em Hu-

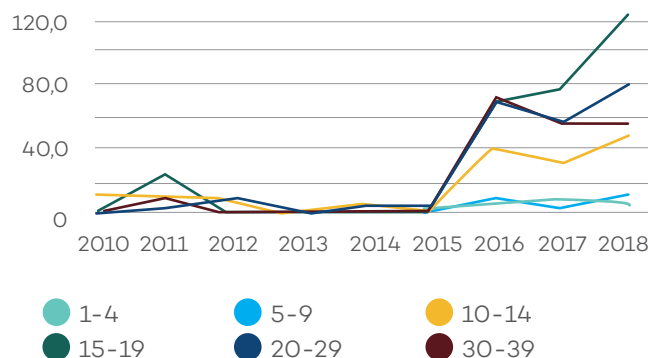
**Gráfico 5**

Registros de violência contra mulher, por faixa etária, a cada 10 mil mulheres, no Careiro



**Gráfico 6**

Registros de violência contra mulher, por faixa etária, a cada 10 mil mulheres, em Humaitá



maitá as principais vítimas são mulheres jovens de 20 a 29 anos.

Desde 2011 as equipes do SUS registram esse tipo de ocorrência no Careiro. Em Humaitá, a prática de registro sistemático começou em 2015. No município de Manicoré, os registros até 2018 são erráticos e apontam erros na contabilização.



# DESIGUALDADE DE GÊNERO



Liderança comunitária em atividade cotidiana na Comunidade São José do Miriti, PAE Jenipapo, Manicoré

## Os desafios da promoção de equidade de gênero nas políticas sociais

As desigualdades que decorrem de questões de gênero se reproduzem nas diferentes esferas da vida em sociedade, no espaço privado e no espaço público, inclusive no campo das políticas sociais. As mulheres são quem vivenciam de forma mais acentuada esse quadro de opressão<sup>68</sup>.

No Amazonas, quanto mais distante a mulher viver dos centros urbanos, mais ela vai sentir a desigualdade de gênero presente em seu cotidiano. Contribui para isso, o fato de os serviços de atenção e defesa dos direitos das amazonenses serem gerenciados pelo governo estadual, mas concentrados na capital. Assim, as 808 mil mulheres que residem nos outros 61 municípios do estado ficam descobertas<sup>69</sup>.

A dificuldade se amplifica pelo fato de o transporte hidroviário ser o principal meio de loco-

moção da população pelo território estadual, peculiaridade não incorporada na implementação dos serviços de defesa dos direitos para mulheres<sup>70</sup>. A título de exemplo, a Secretaria Executiva de Política para as Mulheres (SPM), vinculada à Secretaria do Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, possui dois ônibus doados pelo governo federal para realizar a oferta do programa chamado Ônibus da Mulher. A iniciativa tinha como objetivo realizar atendimentos sociais (com apoio de profissionais da saúde e assistência social) e orientações sobre violência doméstica para mulheres. Mesmo sendo itinerante, o serviço ficava restrito a zona metropolitana de Manaus, devido à dificuldade de circulação rodoviária pelo estado.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres prevê como um dos requisitos da transversalidade da política, a responsabilidade dos governos locais na criação de Organismos de Políticas para as Mulheres (OPM)<sup>71</sup>.

70 Idem.

71 As secretarias, coordenadorias, superintendências, diretorias e gerências de políticas para as mulheres no âmbito dos Estados e municípios são identificadas como OPM.

68 GASPAROTTO(2017)

69 LIMA (2020)

No Amazonas, apenas 12 municípios contam com instituições deste tipo. Nos territórios de atuação do projeto, somente Careiro possui uma coordenadoria de política para as mulheres, ligada ao gabinete do prefeito.

Consequentemente, os principais serviços públicos acessados pelas mulheres amazonenses do interior são restritos aos equipamentos da assistência social, os Cras e Creas. Os Centros Estaduais de Referência e Apoio à Mulher (Cream), o Serviço de Apoio Emergencial à Mulher (Sapem) e o Serviço de Apoio à Mulher, Idoso e Criança Casa de Maria (Samics), todos administrados pelo governo estadual, funcionam apenas na capital.

As políticas desenvolvidas pela SPM e as ações realizadas por outras pastas, muitas vezes acabam sendo políticas de mulheres e não políticas de gênero. Nesse sentido, há uma centralidade no feminino e na reprodução social e manutenção da família. Logo, tais iniciativas apenas reforçam normas patriarcais<sup>72</sup>. Dessa forma, muitos atores tratam a violência contra a mulher nela mesma e não a partir dos padrões de comportamento entre os sexos<sup>73</sup>.

As políticas de gênero, por outro lado, partem da premissa de que as instituições estatais fazem parte da construção política e social dos gêneros. Portanto, devem combater a desigualdade entre homens e mulheres, e respeitar estas como sujeitos autônomos, portadores de direitos, ativos e participantes, superando os papéis sexuais naturalizados<sup>74</sup>.

O compromisso com a abordagem de gênero torna necessário implantar ações transversais entre as pastas de saúde, de educação, do trabalho e da assistência social<sup>75</sup>. Entretanto, no Amazonas, há baixa articulação entre estes setores. É comum que as secretarias tratem das necessidades de mulheres e homens apenas como melhorias na vida cotidiana, com qualificação do acesso a água, transportes, dentre outros. Embora sejam aspectos fundamentais, estas ações não transformam os papéis e as relações em função do sexo<sup>76</sup>.

Nesse sentido, para alavancar a autono-



mia econômica das mulheres, é necessário promover oportunidades no mercado de trabalho, e socializar os trabalhos domésticos atribuídos às mulheres, para que possuam igualdade de condições dentro e fora de suas casas. Para isso, é fundamental a ampliação das vagas em creches e no ensino infantil, além de sua participação em arenas de governança e espaços de lazer. Nos territórios de atuação do Projeto, a ausência de creches se mostrou um entrave para a o envolvimento de mulheres em atividades não ligadas aos afazeres domésticos e cuidado com os filhos.

Para promover a transversalidade das ações de gênero, a política de saúde é fundamental. A saúde da mulher não se resume às questões materno-infantis, mas também integra aspectos sócio-históricos e culturais, a exemplo das violências vividas por elas<sup>77</sup>. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher preconiza a ampliação do olhar sobre as necessidades sociais das mulheres, entre elas: sexualidade, reprodução, planejamento familiar, aborto e combate à violência doméstica e sexual. A despeito de ser uma política abrangente, ainda aparece de forma tímida nos territórios, principalmente na vida de mulheres em ambientes rurais<sup>78</sup>.

72 BANDEIRA; ALMEIDA (2013)

73 BANDEIRA; ALMEIDA (2013)

74 BANDEIRA; ALMEIDA (2013)

75 BANDEIRA; ALMEIDA (2013)

76 PNUD (2019)

77 TEIXEIRA (2018)

78 IPEA (2017)



Mulheres em roda de conversa no Ramal do Floresta, Careiro

Por serem “portas de entrada” para os casos de violência, pela sua proximidade com a comunidade através da Estratégia de Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, a atenção básica atua na prevenção das violências e promoção da saúde da mulher.

Um indicador importante sobre a saúde da mulher é a taxa específica de fecundidade entre mulheres de 15 a 19 anos de idade. No Brasil, em 2019, esta taxa era de 59,0 nascimentos a cada mil mulheres nessa faixa etária. O que chama atenção é a diferença entre as taxas de fecundidade dos estados: o Sudeste e Sul, possuíam, em 2019, taxa de fecundidade adolescente de 49,4 e 50,0, respectivamente. O Centro-Oeste e Nordeste de 62,7 e 65,2. Na região Norte, a taxa era de 84,5 nascimentos, sendo a do Amazonas 93,2<sup>79</sup>.

Nos territórios de atuação do Projeto, a gravidez precoce é recorrente, mas abordada a partir de uma perspectiva que não leva em consideração as normas e padrões sociais patriarcais que regem a vida das meninas. Assim, as ações realizadas como forma de prevenir a gravidez não quebram o ciclo de

poder que promove as desigualdades. A contracepção é importante para a manutenção de uma boa saúde sexual e reprodutiva, e de ganho de autonomia por essa jovem, porém não pode ser a única solução<sup>80</sup>.

Os casos de violência sexual e doméstica são também fatos recorrentes nos territórios. Apesar disso, atividades promovidas na área de educação, para promoção de mudança de valores e comportamento nas escolas, não têm continuidade e são insuficientes. Há desarticulação entre a SPM e a Seduc, além de o tema não estar na agenda prioritária das secretarias municipais e estaduais de educação.

Mesmo frente à baixa capilaridade dos serviços de proteção e de combate à violência contra a mulher, os professores, agentes importantes no combate à violência, não estão envolvidos nessa rede de amparo e prevenção. Muitos não estão aptos a lidarem com questões de violência sexual ou com as denúncias que podem chegar pela escola, além de não promoverem atividades de prevenção à violência sexual.

79 IBGE (2021)

80 PNUD (2019)



Agricultor na sua  
produção de farinha,  
Comunidade Monte  
Claro, Lago do  
Capanã Grande,  
Manicoré

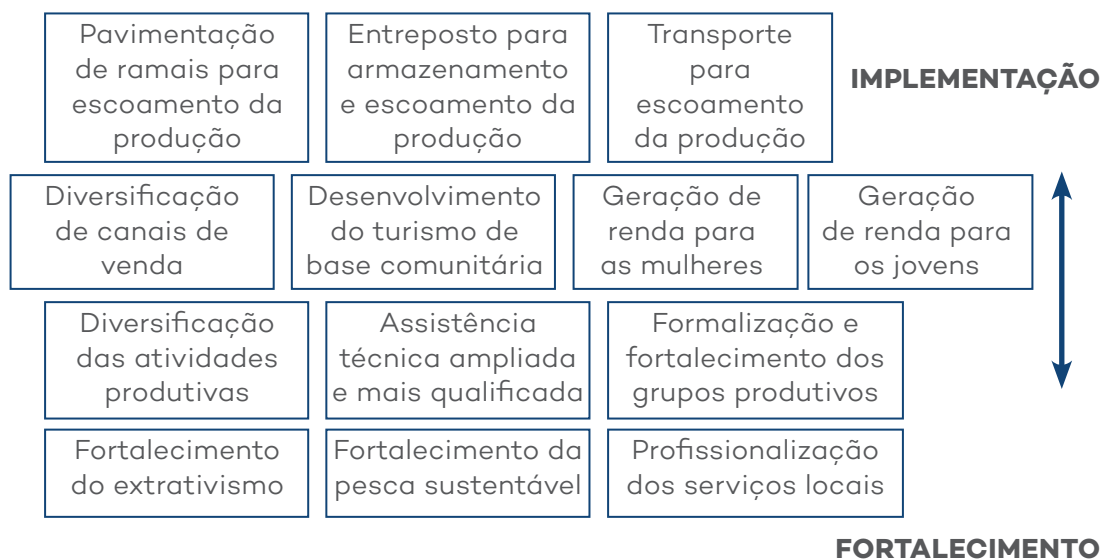
# DIAGNÓSTICO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS

O diagnóstico sobre as Atividades Produtivas abarca a necessidade de fortalecimento dos potenciais produtivos e de diversificação das atividades econômicas dos territórios.

O tema possui transversalidade com as demais dimensões, uma vez que o desenvolvimento das cadeias produtivas locais está atrelado: (i) ao contexto de conservação e proteção ambiental e territorial e dos modos de vida amazônicos; (ii) à necessidade de organização comunitária; (iii) à demanda por infraestrutura produtiva e de transporte para escoamento da produção; (iv) à ampliação e qualificação da educação no campo; dentre outras intersecções.



## DE ONDE PARTIMOS: AS DEMANDAS POR GERAÇÃO DE RENDA E PERSPECTIVA DE FUTURO NOS TERRITÓRIOS



Fonte: Elaboração própria a partir da sistematização da 1ª rodada de oficinas nos territórios-alvo para a construção participativa de ADTs, em novembro de 2019.

### Modelos econômicos no Amazonas

Historicamente, dois modelos econômicos no Amazonas ganharam destaque: os ciclos da borracha e o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (ZFM), por meio da implantação de três polos econômicos, o Polo Industrial de Manaus (PIM), e os polos comercial e agropecuário da Amazônia administrados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)<sup>1</sup>.

A ZFM existe no Estado desde os anos 1960 com o objetivo de Promover a integração nacional e, após o declínio do modelo dos ciclos da borracha, gerar emprego e renda<sup>2</sup>.

Os modelos, contudo, concentraram a população, a riqueza e a renda na capital. Nem mesmo os municípios da região metropolitana de Manaus (RMM) se beneficiaram com o desenvolvimento econômico. Manaus, sozinha, responde por 78,97% do PIB per capita do Estado, que, desde 1990, mantém taxas de

1 INSTITUTO ESCOLHAS (2019)

2 INSTITUTO ESCOLHAS (2019)



Mulheres  
cozinhando na  
Comunidade São  
José do Miriti, PAE  
Jenipapo, Manicoré

crescimento superiores aos demais entes da Federação, inclusive São Paulo<sup>3</sup>.

Uma das principais vulnerabilidades da ZFM é o seu custo expressivo, que acaba dividido nacionalmente, enquanto os benefícios são restritos a sua área de atuação. Em 2015, o total arrecadado pelo Governo Federal na região foi de R\$ 14 bilhões comparados a R\$ 25 bilhões de incentivos fiscais<sup>4</sup>. Historicamente, esses recursos pouco contribuíram para a redução das vulnerabilidades socioeconômicas e de infraestrutura da região, como água tratada e esgotamento sanitário<sup>5</sup>.

Além disso, não há evidências claras sobre o impacto do modelo da ZFM no combate ao desmatamento. Ainda que não rejeite tal hipótese, estudo realizado pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV) calculou que a capacidade da ZFM em reduzir o desmatamento é “bastante modesta”: a cada 1% de aumento da população empregada nas indústrias da ZFM, existe uma redução de 0,006% na taxa do desmatamento<sup>6</sup>.

Com a sobrevivência dependente da concessão de incentivos fiscais, o PIM é um modelo vulnerável às crises e à condução da po-

## BIOECONOMIA

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a “bioeconomia” é a “produção, utilização e conservação de recursos biológicos, incluindo os conhecimentos relacionados, ciência, tecnologia e inovação, para fornecer informações, produtos, processos e serviços em todos os setores econômicos, visando uma economia sustentável” (FAO, 2019). O termo tornou-se popular na primeira década do século XXI, depois de utilizado pela União Europeia (UE) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como marco para promover o uso da biotecnologia no desenvolvimento de novos produtos e mercados. No Brasil, segundo levantamento feito em 2018 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), a bioeconomia movimenta um mercado de US\$ 326 bilhões (SEDECTI, 2021)(a). Contudo, esse número considera setores produtivos como a agropecuária, que representa 53% da receita, tornando-se necessário, assim, qualificar as atividades relacionadas para mostrar que uma “bioeconomia sustentável” ainda requer investimentos com características específicas (SEDECTI, 2021)(a).

3 EESP-FGV (2019)

4 EESP-FGV (2019)

5 OLIVEIRA; MEDEIROS (2019)

6 EESP-FGV (2019)



lítica econômica<sup>7</sup>. O governo do Amazonas tem buscado, nos últimos anos, a construção de um modelo econômico complementar que possa contribuir com a redução da distorção econômica entre capital e interior, a ampliação da diversidade produtiva de todo o Estado e a identificação de novas oportunidades para alavancar as atividades econômicas que estejam em sintonia com a “vocação” da região<sup>8</sup>.

Acadêmicos, organizações da sociedade civil, setor empresarial e poder público vêm desenvolvendo discussões e propondo ações para a consolidação da bioeconomia como estratégia de desenvolvimento na Amazônia. Em junho de 2021, o governo do Estado do Amazonas Promoveu o “Fórum de Inovação em Investimentos na Bioeconomia Amazônica” (F2iBAM)<sup>9</sup> com representantes dos nove Estados da Amazônia Legal. O F2iBAM foi proposto como um evento anual permanen-

### BIÓPOLIS AMAZONAS

É um dos programas estruturantes do Plano Plurianual (PPA 2020-2023) que busca converter a sociobiodiversidade amazônica em ativos econômicos-financeiros ancorada numa política industrial. Envolve várias Secretarias Estaduais e abarca um conjunto de políticas para diversificar e fortalecer a matriz econômica existente ancorada na ZFM, além de dinamizar as cidades do interior a partir do incentivo ao processamento local de produtos e insumos e de investimento em infraestrutura (SEDECTI, 2020).

7 INSTITUTO ESCOLHAS (2019)

8 SEDECTI (2020)

9 SEDECTI (2021)(a)

### INOVASOCIOBIO AMAZONAS

Viabilizado por um convênio entre o MAPA e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), o projeto visa ao fortalecimento e à inovação em três cadeias da sociobiodiversidade priorizadas: castanha-do-Brasil, guaraná e pirarucu selvagem. As ações estão voltadas a garantir acesso à informação, crédito e inovação nas cadeias. Em relação aos municípios do interflúvio Purus-Madeira, o projeto estima impactar diretamente Beruri; e indiretamente Borba, com a cadeia da castanha e Tapauá, com a cadeia do pirarucu.

te, integrando o calendário do “Plano Recuperação Verde da Amazônia Legal” (PRV)<sup>10</sup>.

O “Projeto Amazônia 4.0”, desenvolvido por especialistas, prevê a utilização das tecnologias da Indústria 4.0 para transformar os recursos naturais em produtos de maior valor agregado, com o objetivo principal de beneficiar as comunidades locais<sup>11</sup>. As ações do Amazônia 4.0 estarão concentradas na desconhecida e pouco utilizada diversidade biológica e no processamento externo, concentrado no setor de alimentos e bebidas, da maior parte dos produtos da floresta amazônica<sup>12</sup>.

10 CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL (2021)

11 FUNDAÇÃO FHC (2019)

12 INSTITUTO ESCOLHAS (2019)



No âmbito das políticas estaduais, o governo estadual do Amazonas, liderado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) também trabalha na construção de políticas públicas para fomentar os mercados da bioeconomia, setor considerado como prioritário. As ações estão alinhadas com instituições como a Suframa e a Sudam<sup>13</sup>.

Dentro do “Projeto InovaSociobio” laboratórios de certificação fitossanitária da castanha serão construídos na Universidade de Federal do Amazonas (Ufam) e na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em Tefé. Neles, cooperativas e produtores poderão realizar testes para o monitorar a qualidade da produção<sup>14</sup>.

O secretário estadual da Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror) é o atual gestor do projeto da Zona de Desenvolvimento Sustentável dos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia (Amacro), iniciativa interestadual capitaneada pela Suframa, Sudam e outras instituições. Lançado em abril de 2021, o projeto visa a oferecer soluções aos problemas socioeconômicos do sul do Amazonas, noroeste de Rondônia e leste do Acre, por meio do desenvolvimento da bioeconomia<sup>15</sup>.

#### AMACRO

Para alcançar os objetivos da iniciativa, algumas das ferramentas envolvem o fomento à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Tecnologia da Informação e Comunicação e capacitação. A intenção é que a iniciativa sirva como um “projeto-piloto” para outras regiões, tais como a Transamazônica, Alto Solimões e o Marajó (EM TEMPO, 2021).

Instituições que fazem parte de estrutura da Sepror também atuam na implantação de sistemas agroflorestais (SAFs), no fomento à pesca manejada, com ênfase no pirarucu e na criação de uma “Base de Dados Integrada” do setor primário com informações georreferenciadas e integradas sobre as proprie-

dades rurais e documentos dos produtores como Cartão do Produtor Primário e Cadastro Ambiental Rural - CAR<sup>16</sup>.

#### Agricultura familiar e Amazônia

Enquanto em todo o território nacional 77% das propriedades que produzem quase tudo que chega à mesa dos brasileiros são de origem familiar, no Amazonas essa índice é de mais de 80%. É a principal atividade econômica do Estado, empregando e gerando renda para mais de 300 mil pessoas<sup>17</sup>. A agricultura familiar na Amazônia é plural e multifuncional porque gera uma produção diversificada de alimentos e outros produtos, cultivados ou fruto da extração. O manejo sustenta a conservação da agrobiodiversida-

16 JORNAL DO COMMERCIO (2021)  
17 IBGE (2017)



13 SEDECTI (2021)(a)  
14 SEDECTI (2021)(b)  
15 EM TEMPO (2021)

de e os serviços ambientais<sup>18</sup>. A mandioca e o abacaxi estão entre as culturas mais cultivadas na região<sup>19</sup>.

No extrativismo vegetal, os principais produtos florestais não madeireiros (PFNM) são a castanha, o açaí e a borracha natural<sup>20</sup>. A Lei Estadual nº2.611, de julho de 2000, assegura ao agricultor familiar/seringueiro o recebimento da subvenção no valor de R\$ 1,00 por quilo de Cernambi Virgem Prensado (CVP), ou látex processado, comercializado. Manicoré e Humaitá estão entre os municípios considerados prioritários pelo Idam para fortalecimento da cadeia de borracha.

O Amazonas é o segundo maior produtor nacional de açaí, perdendo para o Pará, que é responsável por quase 90% da produção<sup>21</sup>. Os maiores produtores são agroextrativistas familiares. Manicoré e Humaitá também são considerados prioritários pelo Idam em se tratando da cadeia do açaí.

#### PROGRAMA CADEIAS PRIORITÁRIAS (IDAM/SEPROR)

O programa visa a aumentar a produção e produtividade de 21 cadeias produtivas prioritárias por meio da ampliação e qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater). As escolhas das cadeias e dos municípios onde serão fortalecidas seguem critérios como: impacto na qualidade de vida e geração de renda; infraestrutura de beneficiamento; condições de mercado; produção expressiva (IDAM, 2019).

Após o declínio da borracha, a castanha se tornou o mais importante produto extrativista do Estado. O gargalo atual envolve a recomposição e ampliação dos castanhais, que estão envelhecendo, processo que provoca a queda anual da produção<sup>22</sup>. A estratégia do governo para reverter o quadro envolve o credenciamento de viveiros e a produção de mudas por instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação<sup>23</sup>.

18 DOS SANTOS PEREIRA et al (2015)

19 Idam (2019)

20 CONAB (2020)

21 CONAB (2020)

22 AMAZONIA LATITUDE (/2021)

23 OCA (2021)



Colheita de banana na Comunidade Santo Antônio do Mamori, Careiro

A pesca também faz parte das atividades da agricultura familiar amazônica. Os peixes, produtos da sociobiodiversidade, são a principal fonte de proteína animal das populações amazônicas, além de uma fonte de renda, vinculada a um importante segmento produtivo na região<sup>24</sup>. Para o governo estadual, a piscicultura é estratégica para a manutenção da produção de peixes e para o atendimento da demanda local no período da entressafra, além de manter a oferta nos grandes centros urbanos constante. Apesar de alguns entraves, como problemas sanitários e burocracia excessiva para a legalização da atividade, ela foi a que mais cresceu do setor primário no Estado, principalmente pela criação do tambaqui. Humaitá e Careiro estão entre os municípios

24 IDAM (2019)



prioritários para o aporte de tecnologias e melhoria de gestão por parte da Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura (Sepa), vinculada à Sepror.

### **Políticas Públicas para a agricultura familiar e a sociobiodiversidade: avanços e desafios**

A partir da década de 90, tendo o “Grito da Terra Brasil” como marco referencial, e ao longo dos anos 2000, a agricultura familiar ganhou força no Brasil, o que gerou políticas públicas específicas para o setor<sup>25</sup>.

25 DINIZ; NETO; HESPANHOL (2016)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) surgiu em 1999 e, dois anos depois, ocorreu a criação da Secretaria da Agricultura Familiar.

O MDA foi extinto na reforma administrativa realizada em 2016, sendo absorvido inicialmente pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil<sup>26</sup>. Em 2020, outra mudança. Tudo passou para a administração da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)<sup>27</sup>.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1995, em vigor até hoje, representa uma das principais políticas do setor<sup>28</sup>. Ao lado de outras, como a de garantias de preços mínimos, seguros e venda da produção. Em 2004, passou a vigorar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)<sup>29</sup> para a agricultura familiar e reforma agrária. A Lei da Agricultura Familiar é de 2006<sup>30</sup>.

No contexto amazônico, algumas políticas adquiriram especial importância para o agricultor familiar, como o “Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB)”. Elaborada em 2009, a estratégia visa promover a conservação e o desenvolvimento sustentável, a geração de renda e a justiça social pelo fortalecimento das cadeias dos produtos da “sociobiodiversidade”<sup>31</sup>.

#### **POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS PARA OS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE (PGPM-BIO)**

Oferece uma subvenção direta, pagando ao extrativista um bônus quando ele comercializa seu produto por um valor inferior ao mínimo fixado pelo governo federal. Este instrumento permite a sustentabilidade social, ambiental e econômica junto às comunidades que vivem preservando as matas nativas de suas regiões (CONAB, 2021).

26 BRASIL (2016)(a)

27 BRASIL (2020)

28 BNDES (2021)

29 BRASIL (2010)

30 BRASIL (2006)

31 BRASIL (2009)(a)

A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) também é importante para o fortalecimento das cadeias extrativistas<sup>32</sup>. Mesmo rendendo mais de R\$ 30 milhões de subvenção econômica em todos biomas em 2020, a PGPM-Bio é ainda pouco acessada para alguns produtos. Isso ocorre, em parte, pela dificuldade na emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP). Mas também pelo fato de que alguns preços praticados podem não se ajustar à realidade do mercado de certos produtos, como a castanha, que tem os preços baseados nas unidades de trabalho (“diárias”)<sup>33</sup>.

Outra dificuldade em relação à castanha, especificamente, diz respeito à sobretaxação do produto, o que dificulta a inserção e manutenção das cooperativas e dos grupos produtivos familiares nas cadeias formais. Nesse sentido, um reajuste fiscal com diminuição das taxas, poderia significar um incentivo à cadeia produtiva<sup>34</sup>.

De forma geral, a garantia de um seguro produtivo (à semelhança do Conab Seguro Rural), que auxiliasse o produtor familiar no ofício e na manutenção no território, pode ser uma boa estratégia para as cadeias da sociobiodiversidade. A vulnerabilidade social e as situações de emergência estão sempre presentes na região. A coleta e a sistematização de dados territoriais, além daquelas coletadas nos relatórios da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs), é outro gargalo que precisa ser enfrentado.

Também existem lacunas nas informações sobre produtos agrícolas cultivados da agricultura familiar, como mencionado em entrevista com a Secretaria Municipal de Agricultura Pesca e Aquicultura de Humaitá. A ausência de um diagnóstico produtivo, também em outros municípios, é resultado da insuficiência de técnicos, tanto nas Secretarias Municipais de Produção, quanto nas unidades locais do Idam. Em Humaitá, município mencionado como prioritário na maior parte das políticas públicas do Estado, havia oito técnicos atuando no município, e apenas um no Distrito de Realidade, atendendo aproximadamente 1.000 famílias, à época da entrevista. Apesar

das recentes contratações, o número ainda é insuficiente para as quase 7 mil famílias que deveriam ser atendidas.

Em 2019, o governo federal incorporou o conceito de bioeconomia aos produtos da biodiversidade, lançando o “Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade”<sup>35</sup>, que tem como objetivo Promover parcerias entre poder público, setor empresarial e empreendimentos dos grupos da sociobiodiversidade, para a estruturação de sistemas produtivos que utilizem energia de fontes renováveis<sup>36</sup>.

#### **PROGRAMA BIOECONOMIA BRASIL SOCIODIVERSIDADE**

Coordenado pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), em articulação com as demais unidades do MAPA, e realizado com o apoio técnico e financeiro de organismos internacionais, fundos e bancos de desenvolvimento, instituições de pesquisa, entidades da sociedade civil, outros ministérios, entes federativos e setor empresarial. As ações são executadas por meio de chamadas públicas específicas e outros instrumentos jurídicos de contratação necessários para viabilizar o financiamento dos projetos, além da integração de políticas públicas já existentes que apoiam as ações de bioeconomia (MAPA, 2019).

#### **Mercados institucionais**

Na década de 1990, surgiram políticas e mecanismos de compras públicas para realizar intervenções específicas, como a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de populações em situação de risco e vulnerabilidade social ou a valorização da compra de alimentos provenientes de produção orgânica de base agroecológica<sup>37</sup>.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, reúne um conjunto de estratégias para a aquisição de produtos da agricultura

32 CONAB (2021)

33 OCA (2021)

34 OCA (2021)

35 BRASIL (2019)

36 MAPA (2019)

37 PEREZ-CASSARINO et al (2018)

familiar e atuação nos circuitos curtos de comercialização, por meio da distribuição de alimentos às populações em situação de insegurança alimentar<sup>38</sup>. O PAA funciona por operações em modalidades de compra: doação simultânea, compra institucional, PAA Leite, compra direta, aquisição de estoques e aquisição de sementes<sup>39</sup>.

A modalidade de compra institucional, estabelecida a partir de 2012, permitiu que instituições federais, estaduais e municipais adquirissem alimentos em chamadas públicas, com níveis de exigência nesses processos licitatórios inferiores às previstas em lei<sup>40</sup> para compras públicas. No Estado do Amazonas, além da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) o governo do Estado, pelo convênio com o ministério da Cidadania e a Sepror, também executa o programa.

#### **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)**

Promove a compra de alimentos sem necessidade de licitação e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por uma série de equipamentos públicos, como creches e asilos. Para fornecer ao PAA, é necessário ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) em dia e sua operacionalização é garantida por Estados, municípios e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2003).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existe desde a década de 1950. A partir de 2009, por meio da Lei nº 11.947<sup>41</sup>, pelo menos 30% dos recursos repassados aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) precisam ser usados na compra direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar, por intermédio de chamadas públicas.

À semelhança do PNAE, foi criado em 2004 em nível estadual o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme)<sup>42</sup>. A ação promove a compra e distribuição de mais de 50

itens regionais que serão usados na merenda escolar da rede estadual. A lista inclui produtos como batata-doce, macaxeira, pirarucu, açaí, banana pacovã, farinha de tapioca, batata cará e abóbora. Em 2020, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) destinou R\$ 40 milhões ao Preme. Pelo menos 1% desse montante, isto é, R\$ 400 mil, foram destinados exclusivamente para a compra de produtos orgânicos, cujos valores podem ser até 30% maiores do que os produtos convencionais<sup>43</sup>.

#### **PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)**

Prevê recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para que Estados, municípios e escolas federais adquiram alimentos para compor a merenda de creches e escolas. Para fornecer para os editais lançados pelas prefeituras, os agricultores também precisam ter a DAP e o critério de seleção, para ser mais inclusivo, leva em conta, em primeiro lugar, o proponente ser de assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. O segundo critério de seleção favorece produtos orgânicos. Outro critério a ser aplicado é a localização, dando prioridade àqueles proponentes situados no município da entidade compradora (BRASIL, 2009b).

#### **PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR (PREME)**

Executado desde 2004 pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc) em parceria com a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), vinculada à Sepror, para que itens regionais componham a merenda escolar da rede estadual do Amazonas. Os recursos da Secretaria de Estado de Educação são gerenciados pela ADS, responsável pela contratação de cooperativas regionais e repasse rotineiro dos itens alimentícios às escolas do Estado. O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Preme, sendo um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento (SEDUC, 2021).

38 PEREZ-CASSARINO et al (2018)

39 BRASIL (2003)

40 BRASIL (1993)

41 BRASIL (2009)(b)

42 SEDUC (2021)

43 ADS (2020)

Apesar dos avanços, várias dessas políticas precisam ser adequadas. Um dos desafios ainda envolve a inserção e a manutenção dos agricultores familiares em vários dos programas. O que ocorre pela falta de conhecimento de como proceder, pela burocracia no acesso ou pela dificuldade de adaptação às normas sanitárias ou de classificação dos produtos<sup>44</sup>. O atraso no pagamento e a descontinuidade na liberação dos recursos são também problema enfrentados pelos participantes do PAA, como relatado em entrevistas e também apontado pela literatura<sup>45</sup>.

No contexto da BR-319, as péssimas condições de trafegabilidade das vias de acesso às comunidades, o que dificulta o escoamento da produção ainda mais durante o inverno amazônico de chuvas intensas, são um gargalo adicional. Essa questão logística faz com que os preços praticados

pelos programas sejam baixos diante dos custos elevados de produção e transporte, quando não inviabilizam a entrega dos produtos. Nas chamadas públicas, o que vale é a média de mercado auferida a partir de pelo menos três pesquisas de preço nos mercados regionais. Porém, os editais, em muitos casos, são elaborados levando em conta os valores mais baixos encontrados, tornando os preços desinteressantes para os agricultores familiares, que muitas vezes não conseguem os mesmos ganhos em escala obtidos pelas grandes empresas<sup>46</sup>.

Tanto a dificuldade de acesso quanto a falta de infraestrutura para, por exemplo, beneficiamento de produtos, foram demandas relatadas principalmente por comunidades dos ramais do município de Careiro Castanho, do Distrito de Realidade e daquelas às margens da BR-319.

44 NETO; HESPANHOL (2016)

45 NETO; HESPANHOL (2016)

46 ASSIS; FRANÇA; COELHO (2019)

#### **VIAS DE ACESSO: CIRCULAÇÃO E PRODUÇÃO<sup>47</sup>**

Para garantir a inserção da produção de pequenos produtores e produtoras rurais e do fortalecimento da agricultura familiar, são necessárias políticas públicas integradas que ofereçam apoio desde a produção até a comercialização. Isso pressupõe a conectividade entre os espaços rurais e urbanos e depende das condições de trafegabilidade das vias de acesso às áreas de produção e moradia das populações rurais que não contam com outras alternativas de mobilidade. Nessas situações, a má qualidade das vias de acesso existentes é utilizada como justificativa pela omissão do poder público na ausência de equipamentos de educação e saúde (como escolas e postos de saúde) e interfere no escoamento e custo da produção, impedindo que os produtores e produtoras rurais participem dos espaços de comercialização, como as feiras municipais e mercados institucionais de compras públicas. O governo do Amazonas, por intermédio da Secretaria Executiva Adjunta de Política Agrícola, Pecuária e Florestal do Amazonas (Seapaf/Sepror) executa, desde 2020, o Programa “S.O.S. Vicinais”, visando a recuperação de trechos de ramais em situação precária (Sepror, 2021). No seu primeiro ano de execução o S.O.S. Vicinais contou com recursos de R\$ 1,9 milhão, beneficiando famílias na região metropolitana de Manaus, ao longo da BR-174 e AM-010. Em 2021 foi aprovada a continuidade do programa, que será aplicado em três fases: a primeira contemplará os municípios de Itacoatiara, Rio Preto da Eva e Presidente

Figueiredo; a segunda o sul do Amazonas, incluindo Humaitá, Canutama, Lábrea e Boca do Acre e a terceira os municípios de Manacapuru e Beruri. Ainda que a iniciativa tenha relevância, alguns pontos devem ser debatidos. A Seapaf/Sepror aplica critérios específicos para a escolha das vias a serem contempladas pelo programa, que incluem a composição e importância da produção, número de famílias beneficiadas e existência de infraestruturas básicas, como escolas e postos de saúde nas adjacências. Tais critérios podem significar um fator de exclusão de parte dos produtores e produtoras rurais, como em Careiro, onde existe um movimento para a produção orgânica e agroecológica mesmo diante das dificuldades de acesso à zona rural do município. Além disso, essas informações são fornecidas diretamente pelo Idam, sem intermediação das secretarias municipais de produção. Outras políticas de apoio a produção (como a assistência técnica oferecida nos locais), acesso à mercados (como o PAA, Preme) e espaços de comercialização (como as feiras municipais e Feirão da Sepror) se tornam ineficientes, perdem o seu potencial ou deixam de ser acessadas. Pensar a produção a partir da circulação não é restringir a política em ações de garantia de trafegabilidade, mas sim compreender as cadeias produtivas dos ramais inseridos nos municípios, e tornar a política pública capaz de garantir meios de subsunção e reprodução social para além do escoamento da produção e a favor do fortalecimento da agricultura familiar e dos modelos de desenvolvimento local.

47 SEPROR (2021)



**Final do trecho  
pavimentado**



The image shows a road with a gravel shoulder in the foreground and a paved section further ahead. Utility poles line the left side of the road, and there is dense vegetation on both sides. The sky is clear and blue. A yellow sign with black text is positioned on the right side of the road, indicating the end of the paved section.



Embarcações na Comunidade São Sebastião de Igapó-Açu

## Crédito produtivo

O Pronaf é a principal política de crédito rural para a agricultura familiar. A dificuldade na obtenção ou renovação de documentos considerados pré-requisitos, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)<sup>48</sup>, é um dos gargalos para o acesso ao crédito. Em alguns casos, o desconhecimento dos agricultores sobre os programas existentes também os impede de acessar os recursos, especialmente as linhas voltadas ao financiamento para mulheres, jovens e sistemas agroecológicos<sup>49</sup>.

### PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Política de financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da produção, beneficiamento, industrialização e de serviços para estabelecimentos rurais. É estruturada em subprogramas, que são linhas específicas de financiamento, como Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Bioeconomia e Pronaf Eco. Para acessar os financiamentos do programa, o agricultor precisa ter a DAP (BNDES, 2021).

O endividamento dos agricultores e das agricultoras também afeta a obtenção do crédito rural. Entrevistas com representantes do

### DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF (DAP) E CADASTRO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR (CAF)

A DAP é um cadastro que funciona como mecanismo regulatório para a identificação de agricultores e agricultoras familiares, para o acesso a pelo menos 15 diferentes políticas públicas além do Pronaf, como créditos da reforma agrária, programas de habitação rural, certificações de produtos (selos), cursos profissionalizantes (Pronatec), e mercados institucionais. A DAP é gratuita e sua renovação é obrigatória a cada dois anos ou sempre que algum dado for alterado. Para acessar o programa por meio de uma associação, a mesma deve ser representada pela DAP jurídica e para isso o quadro de associados deve ser constituído por mais da metade de agricultores com a DAP ativa. Sem rotinas administrativas e processuais claramente definidas, o seu processo de emissão ficou difuso entre os anos 1995 e 2000. Atualmente esse processo é realizado por um sistema descentralizado, envolvendo instituições determinadas ou habilitadas pelo governo federal, incluindo órgãos públicos como o Incra, ICMBio, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (Semas) e entidades de Ater, assim como outras instituições da sociedade civil, caso dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). A DAP sofreu alterações recentemente, sendo substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

48 BRASIL (1995)  
49 FGVCS (2019)(a)



Idam revelaram que o crescimento das taxas de inadimplência está relacionado a uma lista de fatores: liberação de recursos de forma massificada, sem acompanhamento técnico e fiscalização dos projetos; danos às roças ocasionados por eventos extremos, como enchentes; e o uso do dinheiro para outros fins frente à falta de capital de giro para se manter entre o cultivo e a venda da produção. A inadimplência também acaba impedindo o agricultor de acessar outros benefícios.

O Idam atua com operações de crédito rural sob demanda e não há ações específicas previstas para os territórios da BR-319. Há vários critérios que precisam ser seguidos para a conclusão das operações: enquadramento como produtor familiar; vistoria na propriedade e avaliação técnica sobre a necessidade da contratação do crédito, podendo ser recomendada a melhoria de infraestruturas e da qualidade da produção em detrimento do financiamento. Para que as demandas por acesso ao crédito sejam levadas em consideração no planejamento anual do órgão, elas devem ser previstas durante as reuniões realizadas nas unidades locais. O Idam possui apenas três técnicos especializados em crédito rural que apoiam as 66 unidades locais (UnLoc), que por sua vez também contam com poucos técnicos para cobrir outras demandas.

Outro gargalo importante é a regularização fundiária e ambiental. Quando os produtores não conseguem obter a dispensa de apresentação do documento da terra, o processo é inviabilizado. Ainda que requisitos fundiários, técnicos e ambientais sempre tenham existido, o aumento das exigências gerou uma queda significativa nas operações de crédito. Enquanto em anos anteriores houve uma média de 2 mil operações de crédito por ano, o número caiu para 500 em 2019.

As falhas na liberação de crédito na região amazônica, principalmente durante a colonização da região pela ditadura militar por meio dos assentamentos, deixaram um legado que, mesmo com a busca pelo seu aprimoramento ao longo dos anos, através de políticas como o Pronaf, não tem sido suficiente para alcançar o desenvolvimento sustentável da região<sup>50</sup>.

Uma análise das operações de créditos realizadas tanto para a agricultura familiar nacional

quanto para a Amazônia, revelou que na região sul do Amazonas, entre 2000 e 2015, 57% dos contratos do Pronaf estiveram concentrados nos municípios onde existem frentes de expansão da fronteira agropecuária. Segundo a análise, a maior parte dos recursos do programa na região foi direcionada para a pecuária de corte em detrimento das atividades tradicionais que “pressupõem a floresta em pé”<sup>51</sup>.

## Agricultores nos assentamentos rurais

Nos assentamentos rurais, os pequenos agricultores enfrentam desafios ainda mais críticos. Os locais, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sofrem com ações limitadas e falta de pessoal. A contingência de dinheiro se agravou ainda mais em 2021, quando o orçamento do órgão federal foi praticamente zerado<sup>52</sup>.

A falta de infraestrutura e de tecnologia leva os assentados a desenvolverem uma agricultura de baixa produtividade, o que induz a ocupação de novas áreas de floresta, aumentando o desmatamento<sup>49</sup>. Além disso, a instabilidade em relação à propriedade e a posse irregular da terra criam condições para a exploração predatória dos recursos, o abandono das áreas e a reconcentração de terras. A carência de assistência técnica impede que os recursos do governo possam ser aplicados em novos modelos de produções sustentáveis<sup>53</sup>.

A relação do assentado com a terra é frágil, processo que é agravado pelos problemas burocráticos e normativos constantes e pela falta de infraestrutura para o cultivo e escoamento da produção. Esse cenário é descrito, em entrevistas, por lideranças de alguns assentamentos. Tanto no Projeto de Assentamento (PA) Panelão (Careiro) quanto no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Jenipapo (Manicoré) muitos buscam outras formas de obter renda fora dos assentamentos. A falta de perspectiva de sobreviver da terra é uma das principais causas de evasão dos jovens que vivem nos assentamentos. Normalmente, eles migram para as zonas urbanas.

51 IEB (2016)

52 IPAM (2020)

53 IPAM (2016)

## Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)

Além da oferta dos serviços públicos ser baixa, ela normalmente também tem baixa qualidade. Esse contexto, seja nos territórios da BR-319, seja no sul do Amazonas, compromete a eficácia e a efetividade do Pronaf e de outras políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar<sup>54</sup>.

Uma deficiência recorrente nos serviços prestados pelo Idam é a precariedade das contratações. Por causa do regime temporário de trabalho existe muita descontinuidade dos serviços. A baixa quantidade de profissionais alocados nas UnLoc do órgão e alta demanda pelos serviços de Ater sobrecarregam os profissionais que atuam na região.

O Idam, em 2020, nomeou 227 servidores<sup>55</sup>. Desse total, três em Careiro, quatro em Manicoré e seis em Humaitá. Pelo fato de os técnicos serem responsáveis por executar ações também de outros órgãos esse aumento de pessoal nos territórios é insuficiente.

Por causa disso, as atividades dos servidores são voltadas para projetos pontuais, com um tempo definido de duração. Dessa forma, não se consegue uma melhoria contínua dos serviços no longo prazo e nem atender a demandas não contempladas pelas prioridades políticas do momento. As chamadas públicas de Ater, normalmente operacionalizadas pelo governo federal, refletem esses desafios regionais.

Nas entrevistas com lideranças comunitárias e gestores públicos emerge mais um gargalo. Os profissionais de ciências agrárias normalmente deslocados para trabalhar na região têm uma formação pouco adaptada a sistemas não convencionais de produção e à agricultura desenvolvida pelas comunidades tradicionais. Normalmente, os técnicos têm a visão tecnicista e produtivista mais usada na agricultura empresarial<sup>56</sup>.

Assim, apesar de os modos de vida das populações rurais e tradicionais amazônicas desempenharem papel fundamental na conservação ambiental e na preservação da agrobiodiversi-



Seringueiros cortando seringa na Comunidade São José do Miriti, PAE Jenipapo, Manicoré

dade (termo relacionado à manutenção da dinâmica evolutiva das espécies cultivadas e das paisagens dos agroecossistemas), muitas ações voltadas ao fortalecimento dos territórios não abarcam a complexa rede de capital imaterial local que essas comunidades detêm<sup>57</sup>.

A compreensão da realidade e dos modos de vida locais pelos órgãos de pesquisa e de assistência técnica resulta em uma série de práticas não homogeneizantes que vão contribuir com uma maior inserção da agricultura familiar do Amazonas nos mercados. Além de dinamizar a economia do meio rural, melhorar a produtividade, humanizar o trabalho e aumentar a qualidade de vida. Estes caminhos passam por adaptações nas soluções já existentes e pela harmonização das tecnologias com os aspectos culturais e hábitos de vida dos agricultores<sup>58</sup>.

Outro desafio mencionado pelos entrevistados que interfere nos serviços de Ater é o pouco conhecimento que se tem sobre os produtos florestais não madeireiros e também os de base agroecológica. Faltam ainda informações sobre a produção em geral e o potencial de mercado do que se produz. A estruturação dessas cadeias depende do fomento à produção e à disseminação de conhecimentos científicos sobre os produtos da floresta via pesquisa básica, aplicada e extensão universitária.

54 IEB (2016)

55 IDAM (2020)

56 PAULA et al (2014)

57 MARTINS (2016)

58 FGVCS (2019)(a)



### **Fortalecimento de empreendimentos comunitários e familiares**

Mais um item tem que ser adicionado à lista de desafios. Existe muita dificuldade, nos territórios, para conseguir a criação e gestão de associações e cooperativas para a organização e comercialização da produção.

A organização da produção na base das cadeias de valor é fundamental para melhorar a inserção econômica das famílias produtoras, ampliar a escala das operações comerciais e evitar a comercialização pulverizada de produtos de baixa qualidade a partir de preços desfavoráveis<sup>59</sup>. A organização produtiva facilita o acesso das famílias ao conjunto de políticas públicas existentes e auxilia na definição de estratégias comerciais para o aumento do poder de barganha das famílias frente aos atores intermediários da cadeia<sup>60</sup>.

Os laços de solidariedade e reciprocidade são os alicerces da organização comunitária. Processo que tanto depende quanto afeta os aspectos ligados à organização sociocultural e à vida cotidiana. Nesse sentido, a criação de associações como sendo estruturas meramente formais, feita por ações de fora para dentro e sem considerar as reais necessida-

des das famílias, comunidades e as relações previamente estabelecidas, é um problema existente na região<sup>61</sup>. São processos carentes de lastro na mobilização social.

As estruturas comunitárias que surgem em forma de associações ou sob a forma das cooperativas nesse contexto serão ineficazes e vão sofrer um desgaste como ferramenta para a luta social ou como proposta de autogestão de um grupo com interesses comuns<sup>62</sup>. Um sintoma desse quadro é a excessiva centralização das responsabilidades na figura do presidente, relatado por alguns entrevistados.

O fortalecimento da organização social e produtiva pelo associativismo e cooperativismo envolve dificuldades. Entre elas: custos da formalização e regularização; capacitação e formação dos quadros; conscientização dos associados sobre cooperativismo; acesso a informação sobre o mercado e seu funcionamento; estabelecimento de infraestrutura e o conhecimento do marco legal e das políticas para o setor. Somam-se a isso, os desafios administrativos e de gestão dos negócios, como o planejamento integrado da produção dos cooperados e a formulação de preços dos produtos<sup>63</sup>.

### **Alternativas para a geração de renda**

Uma das atividades florestais com potencial na Amazônia é o manejo florestal madeireiro. O Brasil desenvolveu, nos últimos 30 anos, um sistema técnico para a produção de madeira em florestas nativas que tem como o objetivo conciliar o uso e a conservação dos recursos naturais. Paralelamente, o país desenvolveu um marco regulatório que vem sendo aprimorado ao longo de anos e que inclui, por exemplo, a elaboração de Planos de Manejo Florestais Sustentáveis (PMFS)<sup>64</sup>.

O manejo florestal pode ser uma alternativa de renda para as famílias e comunidades extrativistas e rurais amazônicas. No entanto, o Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) enfrenta diversos entraves, como: a ausência de

59 IEB (2011)  
60 FGVCS (2018)

61 IEB (2011)  
62 IEB (2011)  
63 FGVCS (2018)  
64 IDAM (2019)

Mercearia na  
Comunidade São  
Sebastião de  
Igapó-Açu



regularização fundiária; dificuldade de acesso a linhas específicas de crédito; a lentidão na aprovação dos PMFS, a inadequação das exigências para aprovação à realidade dos comunitários, a reduzida escala de produção e a precária infraestrutura para garantir o fluxo e o beneficiamento dos produtos florestais<sup>65</sup>.

Para enfrentar esses desafios e fomentar o MFCE, o governo federal criou em 2009 o “Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar” (PMFC), que previa o lançamento, anualmente, de um Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC). Contudo, a construção desses planos foi realizada apenas nos anos de 2010 e 2011<sup>66</sup>. O programa não existe mais.

Em nível estadual, uma série de normativas estão sendo criadas para estimular o manejo florestal, inclusive ações para viabilizar atividades produtivas comunitárias e familiares de baixa intensidade de exploração. Nesse sentido, enquanto as autorizações para o ma-

nejo florestal em larga escala encontram-se suspensas desde 2020 pelo Ipaam, os planos de manejo em pequena escala e baixa intensidade continuam sendo uma opção.

No âmbito da comercialização da madeira, o governo estadual executa o Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (Promove), vinculado à Seduc e à Sepror, que estimula a produção madeireira local ao direcionar para as empresas da região os editais de compra do mobiliário das escolas públicas estaduais<sup>67</sup>. Recentemente também, foi aprovada uma normativa de apoio ao transporte da produção<sup>68</sup>.

O turismo é outra atividade com grande potencial para o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas, mas apresenta uma contribuição ainda pequena e concentrada na capital. Em 2018, a atividade gerou um total de 19.061 empregos, correspondentes a 3,19% do total de postos de trabalho no Estado<sup>69</sup>. Só Manaus foi responsável por 17.500 vagas, o que equivale a 93,67% do total.

O setor foi um dos mais impactados pela pandemia de Covid-19. Uma pesquisa realizada em 2020 mostrou que 86% das empresas turísticas do Amazonas registraram queda de faturamento entre janeiro e junho<sup>70</sup>. No último período de sondagem, de julho a dezembro de 2020, 20% dos empresários afirmaram que pensavam em ‘investir em outros negócios’ quando perguntados sobre o que eles achavam das perspectivas futuras dos negócios.

Nos territórios da BR-319, uma das atividades econômicas incipientes, mas considerada prioritária para algumas comunidades, é o Turismo de Base Comunitária (TBC). O TBC se diferencia de outras modalidades de turismo realizadas no estado por ser “uma forma de organização empresarial sustentada na propriedade, no cooperativismo, na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, no protagonismo comunitário que valoriza uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar”<sup>71</sup>.

67 SEDUC (2020)

68 AMAZONAS (2021)

69 SEDECTI (2018)

70 AMAZONASTUR (2020)

71 BARTHOLO et al (2009)

65 FAS (2020)

66 FAS (2020)

Em entrevista realizada com representantes do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica da Ufam, foi ressaltado que o interior do Estado do Amazonas tem o duplo desafio de concorrer com os destinos turísticos mais estruturados do Brasil e ainda se destacar sobre a capital. Apesar de a pandemia dificultar a atividade, apostar no turismo local pode ser viável.

Para isso, tão importante quanto garantir uma boa infraestrutura (água encanada, luz e cobertura de redes móveis de comunicação), é buscar desenvolver uma “proposta de valor” competitiva e comercialmente viável que possa ser traduzida em melhores resultados econômicos para a região.

### Educação e permanência dos jovens no campo

Se as dificuldades que o agricultor e a agricultora familiar enfrentam são muitas, o desafio para os jovens e as mulheres no contexto rural são ainda maiores. Em um cenário de rápidas transformações nos mercados e das tecnologias, as habilidades exigidas para o fortalecimento da agricultura familiar desafiam as tradições<sup>72</sup>.

Com as condições e ferramentas necessárias, os jovens têm o potencial de alavancar oportunidades com inovação, tornando o trabalho no campo mais eficiente e menos penoso. Além disso, “o ‘fazer diferente da juventude’ é capaz de dialogar com o desafio de diversificar as atividades desenvolvidas no campo, agregando valor aos cultivos agrícolas e possibilitando aumento e estabilidade na renda familiar”<sup>73</sup>.

Entretanto, é comum o desinteresse da juventude pela atividade agrícola e pela vida no meio rural. Muitos dos casos estão relacionados aos baixos e instáveis rendimentos da agricultura, às diárias e condições de trabalho pesadas, ao aprendizado no ensino formal (que pouco se aproxima da realidade dos agricultores) e às dificuldades materiais que desafiam a vida cotidiana das famílias no campo – em especial as estradas precárias e a



frequente falta de conexão com a internet<sup>74</sup>.

O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, instituído em 2016, mas descontinuado, orientava um conjunto de políticas públicas para garantir o acesso dos jovens às atividades produtivas com geração de renda e promoção do desenvolvimento sustentável e solidário<sup>75</sup>. As orientações voltadas aos governos (em suas diferentes esferas) envolvem: revitalização dos territórios rurais em termos de infraestrutura, oferta de serviços de lazer e cultura; e, principalmente, adaptação das escolas e iniciativas de formação, de modo que elas dialoguem com a realidade vivida pelos agricultores familiares.

As estratégias de permanência do jovem no campo passam pela necessidade de ampliação da oferta de ensino médio e de cursos profissionalizantes nas comunidades rurais. A concentração desses serviços nas zonas urbanas do Amazonas acarreta o abandono

72 FGVCES (2019)(b)  
73 FGVCES (2019)(b)

74 FGVCES (2019)(b)  
75 BRASIL (2016)(b)

escolar dos alunos das comunidades rurais<sup>76</sup>.

Nesse sentido, a Sedecti passou a priorizar em seu planejamento a infraestrutura de comunicação. Além de inclusão digital, as ações e os programas têm focado na inserção de temas relacionados às cadeias da bioeconomia no ensino médio e na oferta de cursos pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), como capacitação em viveiros para a agricultura familiar<sup>77</sup>.

A coordenadoria da Educação do Campo (Cecampo) da Seduc está trabalhando em uma proposta político-pedagógica específica para a realidade rural, embora a pasta curricular e o material didático permaneçam os mesmos das escolas urbanas. A adaptação e contextualização da educação no campo se tornou mais desafiadora diante da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC) por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019<sup>78</sup>.

A qualificação da educação e o acesso à infraestrutura e outros serviços públicos são condições fundamentais para viabilizar a permanência dos jovens no campo. Criar mecanismos para diversificar a renda das propriedades rurais e fomentar a participação da juventude em processos decisórios também são condicionantes para a sucessão rural. O potencial empreendedor dos mais novos pode ser despertado com a conexão a conteúdos de gestão e a iniciativas que inspirem um olhar para vocações locais.

### **Gênero e desigualdade no acesso às oportunidades produtivas e desenvolvimento rural**

Mesmo com as metas previstas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de reduzir a desigualdade de gênero até 2030, seriam necessários 202 anos, segundo dados do Pnud, para que a igualdade de gênero seja alcançada nas atividades econômicas<sup>79</sup>. Em muitos países em desenvolvimento, a maioria das mulheres com trabalho remunerado está



na economia informal. As assimetrias de poder entre homens e mulheres também estão reproduzidas no contexto rural. Essas desigualdades se refletem nas tomadas de decisões, na participação em assuntos de interesse público e coletivo, assim como no acesso às oportunidades produtivas<sup>80</sup>.

Nas zonas rurais, as mulheres têm os piores índices de emprego, contam com baixo acesso aos serviços básicos e predominam em trabalhos informais com baixa remuneração<sup>81</sup>. De todos os territórios-alvo das ADTs, o distrito de Realidade, em Humaitá, é o que mais ilustra este contexto. A alta ocorrência de gravidez precoce e depressão entre as mulheres registrada nas entrevistas e reuniões pode estar parcialmente associada à falta de perspectiva de vida e de alternativas de geração de renda.

Majoritariamente, as mulheres exercem

76 INEP (2019)

77 SEDECTI (2020)

78 JUSTIFICANDO (2019)

79 PNUD (2019)

80 STADUTO (2015)

81 FAO (2018)



Jovens em roda de conversa na Comunidade Santo Antônio do Mamori, Careiro

atividades invisíveis. Principalmente as que remetem ao conceito de reprodução social da família, como educação, cuidados dos filhos e idosos ou em situação de dependência. São tarefas pouco valorizadas, mas imprescindíveis para o equilíbrio e fortalecimento das atividades produtivas, principalmente no contexto da agricultura familiar, onde membros da família trabalham juntos no mesmo empreendimento<sup>82</sup>.

Dados da FAO mostram que 90% do que as mulheres lucram no campo é reinvestido na educação e no bem-estar da família<sup>83</sup>. Ou seja, um aumento da renda dessas mulheres, além de representar a conquista da autonomia e diminuir a relação de subordinação ao homem, pode favorecer o aumento da qualidade de vida no campo e o aprimoramento das atividades produtivas dos territórios.

Apesar de terem jornada dupla e trabalhem em média cerca de 12 horas semanais a mais do que os homens, somente 20% das mulheres são proprietárias das terras onde trabalham. Se tivessem o mesmo acesso aos recursos produtivos do que os homens, o rendimento de suas colheitas aumentaria em até 30%<sup>84</sup>. Essa desigualdade se reflete no acesso e, por consequência, nos impactos das políticas públicas. O Pronaf é um exemplo disso. Mesmo existindo uma linha específica de crédito para as mulheres (Pronaf mulher), poucas a acessam porque, em geral, não têm posse da terra. Isso faz com que tenham menor experiência na gestão e administração da propriedade rural<sup>85</sup>.

A mera existência de políticas com recorte de gênero não é suficiente para reduzir a desigualdade se as mulheres não tiverem autonomia<sup>86</sup>. Tornar visíveis as dificuldades enfrentadas por elas e valorizar o trabalho no meio rural (com a participação de governos, de organismos internacionais, do setor privado e de organizações da sociedade civil) é um processo fundamental para fortalecer a condição das mulheres e assim impactar positivamente o bem-estar nos territórios como um todo.

### Repavimentação e dinâmicas produtivas

Apesar da predominância da agricultura familiar e do extrativismo no Amazonas, e sua relevância para a segurança alimentar, conservação da floresta e manutenção dos modos de vida tradicionais, seu potencial de contribuição econômica é constantemente ameaçado pela expansão da agropecuária em larga escala praticada pelos estados vizinhos e que se espalha pelos municípios do sul do Estado<sup>87</sup>.

O avanço da agropecuária nos estados amazônicos pode ser constatado pelo crescimento vertiginoso da participação dos portos da Região Norte no escoamento de grãos. Enquanto o volume de minérios, derivados do petróleo e veículos permaneceu estável e abaixo das 10 milhões de toneladas [Mt] ao ano, o volume de soja e milho passou de 5 Mt em 2010 para

82 SARDENBERG (2020)  
83 FAO (2018)

84 FAO (2018)  
85 SPANEVELLO et al (2016)  
86 SPANEVELLO et al (2016)  
87 MAPBIOMAS (2020)

mais de 30 Mt em 2019<sup>88</sup>. Outra transformação constatada ao longo da década passada é o esvaziamento logístico do Rio Madeira. O corredor, que era o mais importante na Amazônia para embarque de grãos, passou a ser um entreposto alimentador com uma movimentação estagnada nos últimos três anos<sup>89</sup>.

Apesar de a BR-319 não ser considerada, a priori, um corredor para escoamento de grãos, pois existe uma logística consolidada no Rio Madeira, ela provocará muitas mudanças na dinâmica econômica dos municípios que ela atravessa, além de aumentar as pressões sociais e ambientais. Segundo o mais recente EIA/RIMA da BR-319 protocolado em julho de 2020, a realização da obra vai criar desenvolvimento econômico e aumento da qualidade de vida na região<sup>90</sup>. A melhoria da infraestrutura de acesso, de fato, tende a produzir um aquecimento econômico nos territórios, valorizando os imóveis e gerando maior circulação e oferta de produtos e serviços.

O que não se pode garantir é que o aquecimento previsto vai favorecer somente as atividades produtivas sustentáveis, tradicionais e legalizadas. É igualmente possível que a melhoria no acesso favoreça também atividades ilegais, como já vem ocorrendo com a exploração de madeira e o crescimento da pecuária, especialmente nos distritos de Realidade, em Humaitá, e Santo Antônio do Matupi, em Manicoré<sup>91</sup>. E como também mostra a experiência de outras estradas na Amazônia.

O principal discurso para a pavimentação da rodovia BR-174 (no trecho que liga Manaus a Boa Vista), por exemplo, era a possibilidade do escoamento dos produtos da Zona Franca de Manaus para países vizinhos. Algum aquecimento econômico de fato ocorreu como benefício secundário do projeto, como a abertura de Presidente Figueiredo ao turismo<sup>92</sup>.

No entanto, de modo geral, as melhorias na rodovia têm gerado grandes concentrações de movimentações econômicas em poucas cidades, como Boa Vista e Rorainópolis. Cidades portuárias, como Caracarái, perde-



Garimpo no Rio Madeira

ram a relevância econômica<sup>93</sup>. O declínio do transporte fluvial, substituído pelo rodoviário, afetou a dinâmica sócioeconômica-espacial das cidades portuárias, ocasionando grande desemprego e aumento da prostituição e do tráfico de mulheres<sup>94</sup>.

Na BR-163, o anúncio do asfaltamento da rodovia gerou uma alta recorde no preço da soja. Os dois fatores combinados aqueceram o mercado de terras griladas que, por sua vez, resultaram em índices de desmatamento nunca antes vistos na região<sup>95</sup>. O desmatamento para plantio de soja foi responsável por 17% da conversão de vegetação nativa entre os anos de 2001 e 2004 em Mato Grosso. O resultado demonstra uma mudança nos padrões típicos de uso da terra após a derrubada e queima da floresta. Sai a criação de gado e agricultura familiar para entrar os grandes plantios de grãos<sup>96</sup>.

A BR-317, também conhecida como “Inte-

88 IEMA (2021)

89 IEMA (2021)

90 IBAMA (2020)

91 IDESAM (2018)

92 KANAI et al (2012)

93 KANAI et al (2012)

94 OLIVEIRA (2008)

95 IAA (2017)

96 SCHITTINI (2009)



roceânica” por conectar o Brasil ao Peru, é outra promessa de crescimento econômico não cumprida. O comércio entre os dois países não foi notavelmente estimulado e a parcela de mercadorias transportadas pela rodovia permaneceu insignificante. Entretanto, a estrada intensificou o garimpo ilegal<sup>97</sup>.

Investigações mais profundas devem ser conduzidas sobre as mudanças nas dinâmicas produtivas na região da BR-319. No entanto, à luz das experiências das rodovias descritas anteriormente, não se pode afirmar que o único fator para que a produção na região se desenvolva é a melhoria do escoamento pela via asfaltada.

O progresso das atividades econômicas e da renda da população local, atrelado à melhoria na qualidade de vida e conservação ambiental, depende de muitos outros fatores como: educação qualificada, infraestrutura básica e conectividade, assistência técnica e acesso ao crédito, articulação intersetorial, capacidades locais fortalecidas e participação ativa.

#### **GARIMPO ILEGAL NO RIO MADEIRA**

O garimpo ou “extrativismo mineral”, passou a fazer parte das atividades econômicas de parte das famílias extrativistas do Rio Madeira nos últimos anos. A atividade ganhou força a partir da expedição temporária de licenças pelo estado, somado às perdas da produção extrativista, decorrentes da cheia histórica de 2014, aos baixos preços dos produtos, à falta de apoio e dificuldades na sucessão dos jovens no extrativismo. Sem números oficiais, estima-se que entre 2.000 a 6.000 garimpeiros realizam a atividade na região, contribuindo com até 70% da renda das famílias. Desde 2017, o garimpo se mantém como atividade ilegal por decisão da Justiça Federal, reforçada em 2021, em resposta a uma Ação Civil Pública. Atualmente se discute novamente a sua regulamentação no Conselho Es-

tadual de Meio Ambiente (Cema-AM). Em favor, são utilizados argumentos sobre geração de renda, tributação e arrecadação pela atividade, sendo pouco abordados os problemas socioambientais a ela associados. Em Manicoré, situações de violências contra mulheres, prostituição, abandono escolar, tráfico e uso de drogas são pouco visibilizados, mas relatados por entrevistados. No Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do licenciamento ambiental do “trecho do meio” da BR-319 consta como a segunda atividade relacionada a conflitos mais citada na região. Dentre os impactos levantados estão a interferência na pesca e na passagem de barcos, o ruído provocado pelas balsas e a contaminação por mercúrio, metal pesado com efeitos nocivos à saúde, desconhecidos muitas vezes pelos próprios garimpeiros.



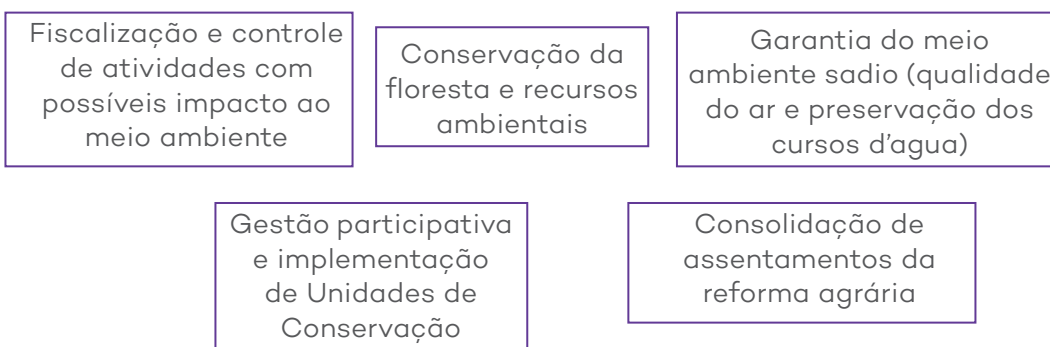
Área  
desmatada  
no distrito de  
Realidade

# DIAGNÓSTICO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

Esta dimensão engloba questões que se vinculam em maior medida ao ordenamento fundiário e à conservação da natureza dos territórios ao longo da BR-319.

Estes incluem: (i) implementação de áreas protegidas (especificamente unidades de conservação e terras indígenas) e consolidação de assentamentos da reforma agrária; (ii) monitoramento, controle e fiscalização ambiental. O diagnóstico parte do mapeamento de capacidades institucionais e instrumentos de política pública em âmbito federal, estadual e municipal, para então delinear os principais desafios fundiários e ambientais dos territórios.

## DE ONDE PARTIMOS: AS DEMANDAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL



Fonte: Elaboração própria a partir da sistematização da 1ª rodada de oficinas nos territórios-alvo para a construção participativa de ADTs, em novembro de 2019.

### Políticas Federais, fragilidades institucionais e mecanismos de investimentos para a proteção ambiental: do PPCDAM ao PAI/CNAL

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) representou o principal esforço do governo federal no âmbito de políticas de conservação na Amazônia nos últimos anos, e foi implementado de 2004 a 2020, em 4 quatro fases, a partir de ações divididas em cinco eixos: (I) Monitoramento e Controle; (II) Ordenamento Fundiário e Territorial; (III) Fomento a Atividades Sustentáveis; (IV) Instrumentos Econômicos e Normativos. O PPCDAM ganhou destaque pela sua inserção nas diretrizes e prioridades do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (PAS), e foi coordenado pela Casa Civil, integrando diferentes ministérios, sendo determinante para a redução em 83% das taxas de desmatamento na Amazônia entre 2004 e 2012<sup>1</sup>. Esses resultados, são creditados às ações de monitoramento e controle, e principalmente à possibilidade de cooperação dos entes federados na implementação do plano<sup>2</sup>. Em 2018, o PPCDAM foi regulamentado como um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC)<sup>3</sup>

que estabelece metas voluntárias de redução de gases de efeito estufa (GEEs).

Atualmente, o Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL)<sup>4</sup>, criado em 2020, vinculado à Presidência da República, é o órgão colegiado ao qual compete a coordenação e acompanhamento da implementação das políticas públicas relacionadas à Amazônia Legal. Possuem assento alguns ministérios do governo federal<sup>5</sup>, representados por 19 militares e quatro delegados da Polícia Federal, deixando de fora representantes da sociedade civil, povos indígenas e tradicionais, governadores da região Amazônica e órgãos estaduais do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama)<sup>6</sup>. As principais ações do governo federal para a região Amazônica constam no Plano de Ações Imediatas do Conselho da Amazônia Legal (PAI/CNAL).

Uma análise feita pelo Observatório do Clima (OC)<sup>7</sup> sobre o PAI/CNAL aponta que boa parte das 53 ações estratégicas elencadas são esvaziadas, na prática, por esforços do governo federal em sentido contrário<sup>8</sup>. O crescimento do desmatamen-

regulamentada pelo Decreto nº 7.390, de 2010, posteriormente substituído pelo Decreto nº 9.578, de 2018.

4 Instituído pelo Decreto no 10.239, de 11 de fevereiro de 2020.

5 Resolução nº 1, de 17 de junho de 2020.

6 Em razão de seu desenho, o CNAL foi alvo de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) movida pelos partidos PSB e PT (ADPF 744)

7 OC (2020b)

8 Por exemplo, a intenção de fortalecer órgãos estaduais e municipais é comprometida pela atual inviabilização do Fundo

1 OBSERVATÓRIO DO CLIMA (2020)

2 IPEA; CEPAL; GIZ (2011)

3 Instituída pela Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;



to na gestão atual aumentou em 9,6% as emissões brasileiras de GEEs em 2019<sup>9</sup> e as metas de clima foram virtualmente abandonadas<sup>10</sup>.

Também consta no PAI/CNAL a intenção do governo federal em “revisar” unidades de conservação (UCs) e terras indígenas (TIs) e quilombolas<sup>11</sup>, o que causava preocupação à época pelo risco de essas mudanças permitirem legitimação de posses irregulares em áreas de populações tradicionais e indígenas e de alta relevância para conservação<sup>12</sup>. A revisão de áreas protegidas faz parte de algumas recomendações expedidas em 2013 por tribunais de contas dos estados da Amazônia<sup>13</sup>, mas apenas de modo a resolver inconsistências nos seus limites.

Além da garantia de direitos territoriais das populações tradicionais e povos indíge-

nas e quilombolas, a criação de áreas protegidas, em especial as UCs, tem sido utilizada como estratégia contra o desmatamento. Admitindo-se que ações de monitoramento e controle são primordiais, mas não se bastam sozinhas, o PPCDAM incorporou estratégias vinculadas ao ordenamento fundiário e territorial e ao fomento de atividades produtivas sustentáveis. O marco regulatório das UCs no Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc)<sup>14</sup>, incentiva a realização atividades econômicas nas áreas de conservação, especialmente as geradoras de emprego e renda para as comunidades locais<sup>15</sup>. A criação do Snuc possibilitou um avanço importante no ordenamento territorial brasileiro, por unificar em um único instrumento jurídico legislações que antes estavam dispersas, o que contribuiu para que o número de UCs criadas fosse triplicado na comparação entre 2019 e 2000<sup>16</sup>.

Contudo, as alterações sofridas por unida-

Amazônia, anteriormente uma fonte crucial de recursos para os governos subnacionais. A ação “expropriar propriedades rurais e urbanas acometidas de crimes ambientais ou decorrentes de grilagem” foi publicamente rejeitada pelos Presidente e Vice-Presidente da República, após a publicação do plano (OC, 2020b)  
9 Valor Econômico (06/11/2020 - B)

10 OC (2020a)

11 OC (2020b)

12 IMAZON (2016)

13 TCU (2013)

14 Lei Federal nº 9.985/2000

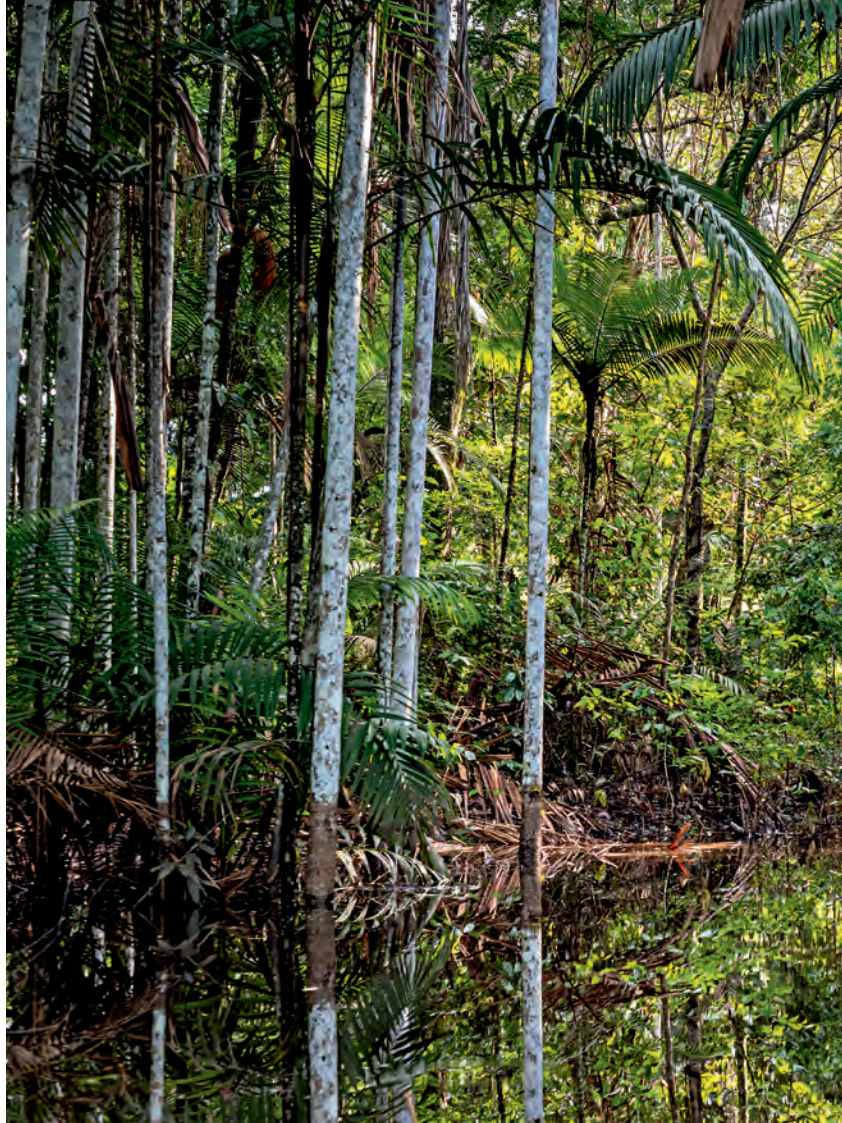
15 GÜRGELE et al. (2009)

16 Informações retiradas do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), o qual registrou um crescimento de quase 60% de UCs federais, 106% na esfera estadual e, 200% entre os municípios, na comparação entre 2000 e 2019

des de conservação para ceder espaço a empreendimentos e suas estruturas afins também tem se intensificado nos últimos anos. Cerca de 70% destas mudanças, identificadas como PADDD (em inglês, Protected Areas Downgrading, Downsizing and Degazette-ment), ocorreram apenas entre 2008 e 2014, período que coincide com uma inserção acentuada de grandes obras de infraestrutura na Amazônia, como pavimentação de rodovias e construção de hidrelétricas<sup>17</sup>, normalmente lideradas pelo governo federal. São áreas destinadas à conservação florestal que têm seu grau de proteção reduzido, de integral para uso sustentável, por exemplo, ou têm seus limites físicos reposicionados, o que também ameaça terras indígenas ainda não homologadas. O fenômeno também pode significar fragmentação de mosaicos de áreas protegidas, o que traz implicações severas tanto para a biodiversidade, que depende de conectividade no espaço, quanto para os povos e comunidades tradicionais do entorno.

A análise do OC (2020b) destacou ainda a priorização dada a ações de garantia da “soberania nacional” e “monitoramento das fronteiras” (que coincidem com as áreas do desmatamento em alguns pontos), e a referência expressa de garantir previsibilidade orçamentária apenas no item que menciona o Programa Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)<sup>18</sup>. O monitoramento ambiental, deslocado para controle do Ministério da Defesa<sup>19</sup>, desconsiderava a participação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima) do Ibama<sup>20</sup>.

Os documentos do PAI/CNAL incluíram também a referência expressa de promover a construção, pavimentação e manutenção de rodovias<sup>21</sup>, grandes vetores de desmatamento na Amazônia. Aliado a isso tem-se a aprovação pela Câmara do Deputados do Projeto de Lei (PL) 3.729/2004<sup>22</sup>, que trata do licenciamento ambiental e no momento espera aprovação pelo Senado. Por um lado, os defensores da



proposta alegam que ela traz “segurança jurídica” para “destravar investimentos”, além de considerar as “diferentes lógicas” dos setores de mineração, da infraestrutura e do agronegócio<sup>23</sup>. Por outro, é considerada por críticos - desde movimento sociais à parlamentares europeus - como “o fim” ou o “desmonte” do licenciamento ambiental<sup>24</sup>.

Dentre os pontos críticos, destacamos (i) a dispensa e/ou simplificação do licenciamento ambiental para uma série de atividades, incluindo atividades vinculadas ao saneamento básico, agropecuárias e florestais, consideradas de “interesse social”, mas que impactam diretamente a ocupação e uso do solo e proteção ambiental; (ii) insegurança jurídica para comunidades tradicionais e povos indígenas, com a exclusão de territórios não demarcados e/ou titulados da análise de impactos; (iii) limitação dos tempos e das instituições incluídas nos processos de participação social; (iv) a

17 BERNARD; PENNA; ARAÚJO (2014)

18 Página 18 do arquivo, item 2.2.4.1 (OC, 2020)

19 Páginas 49 e 50 referentes ao projeto Panorama e ao Sistema de Observação da Terra (OC, 2020)

20 OC (2020b)

21 Página 40 do documento, entre os tópicos da Infraestrutura (OC, 2020)

22 AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS (2021)

23 AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS (2021)

24 MAB (2021), GREENPEACE (2021); O GLOBO (2021)



renovação automática de licenças e a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), uma licença “autodeclaratória” para atividades que não causam “significativa degradação do meio ambiente”; entre outros.

Informações adicionais, relacionadas a outras políticas do governo federal como o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) e o Programa Floresta+ Carbono não tinham maior expressão no âmbito dos documentos do PAI/CNAL. O primeiro, criado em 2010, previa linhas de crédito para investimentos em tecnologias com baixa emissão de carbono, que atualmente são equivalentes a apenas 1% dos recursos do Plano Safra<sup>25</sup> - de incentivo à produção rural. O segundo teve como críticas iniciais as de que, sem ter um papel regulador, de fomento ou qualquer outra ação de implementação, o programa poderia se tornar “inexistente”

25 OC (2020b)

na prática<sup>26</sup>. Com o objetivo de consolidar o mercado de pagamento por serviços ambientais através da geração de créditos de carbono para exportação, o Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Programa Floresta+) foi lançado oficialmente em outubro de 2020<sup>27</sup>, poucos meses antes da aprovação da lei homônima no Congresso Nacional<sup>28</sup>.

O projeto-piloto do Programa Floresta+ na Amazônia Legal prevê mais de R\$ 500 milhões do “Green Climate Fund” (GCF) e é destinado a “pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, grupo familiar ou comunitário que, de forma direta ou por meio de terceiros, executam as atividades de serviços ambientais em áreas mantidas com cobertura de vegetação nativa ou sujeitas à sua recuperação”<sup>29</sup>. No entanto, o governo espera que os maiores beneficiados da movimentação de R\$ 1 bilhão por ano sejam grandes proprietários com floresta nativa conservada, como as grandes companhias de tecnologia e as petroleiras<sup>30</sup>.

#### BALANÇO CNAL

Um relatório assinado pelo vice-presidente da República e presidente do CNAL faz o balanço do primeiro ano de atividades da comissão, expõe os desafios encontrados para a sua operacionalização. Dentre eles, destacam-se os “problemas de coordenação” entre as Forças Armadas, empregadas nas operações “Verde Brasil 1 e 2” e os órgãos ambientais de fiscalização, problemas tidos como “naturais” (O GLOBO, 24/03/2021). O documento destaca também “resultados significativos”, a despeito dos sucessivos recordes de alertas de queimadas e desmatamento nos últimos meses. Durante o primeiro semestre de 2021, segundo o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), a região teve a maior área sob alertas dos últimos 06 anos: 3.325 km<sup>2</sup>, mais que o dobro da área da cidade de São Paulo (G1, 02/07/2021).

26 OC (2020b)

27 MMA (2020)

28 CONJUR (2021)

29 MMA (2020)

30 REVISTA EXAME (2020)



Agricultora  
do Km 22  
da BR-319,  
Careiro

A flexibilização das regras ambientais em nível federal, em curso desde a aprovação do novo Código Florestal<sup>31</sup> em 2012, passa a mensagem de que a ocupação ilegal de terras públicas é vantajosa. Como instrumento de regularização ambiental das propriedades rurais, o Código Florestal prevê dois instrumentos: o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA)<sup>32</sup>. O CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, que contém informações sobre a situação ambiental do imóvel. As informações registradas devem integrar o Sistema de Cadastro Ambiental (Sicar), uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento e combate ao desmatamento. O PRA, por sua vez, compreende o conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de regularização ambiental. Segundo a lei, a partir da resolução dos passivos – quando anteriores a julho de 2008 -, o CAR pode ser homologado e, o PRA implementado na propriedade, mediante um Termo de Compromisso realizado com os estados, que são os entes que ofertam o programa.

A despeito do seu potencial, e em um contexto amazônico, onde 28,5% do território não possuem informações sobre destinação fundiária<sup>33</sup>, o CAR se tornou um instrumento desvirtuado de regularização ambiental.

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), responsável em nível federal por apoiar a implantação e integrar as bases de dados ambientais do CAR junto aos órgãos estaduais, afirma que o país possui uma área total cadastrada superior à passível de cadastro<sup>34</sup>. Esta informação sinaliza que haveria fraudes na implementação do cadastro, incluindo terras públicas onde não é admitida a presença de imóveis rurais, como território de povos indígenas e quilombolas<sup>35</sup>.

Dentre as brechas encontradas por grileiros para a ocupação de terras públicas através do CAR estão o fato de o instrumento ser “autodeclaratório”, com a posse do declarante validada nos estados através de documentos frágeis<sup>36</sup>, e amparados pelo inciso específico da lei, que considera o instrumento efetivo enquanto não houver a manifestação dos órgãos competentes<sup>37</sup>. Em síntese, o CAR se confunde com instrumentos de regularização fundiária, tornando-se um veículo para o reconhecimento de posse ou propriedade e facilitando a grilagem de terras<sup>38</sup>.

34 SFB (2019)

35 IMAZON (2018)

36 Dentre estes documentos estão contratos de compra e venda e declarações de instituições que não dispõem de ferramentas para análise fundiária, como sindicatos de trabalhadores rurais e prefeituras municipais (Informações obtidas no “3º Conversatório” para elaboração do programa “FORMAR Fundiário”, liderado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB)

37 “Enquanto não houver manifestação do órgão competente acerca de pendências ou inconsistências nas informações declaradas e nos documentos apresentados para a inscrição no CAR, será considerada efetivada a inscrição do imóvel rural no CAR, para todos os fins previstos em lei” (§ 2º, Art. 7 do Decreto nº 7.830/2012).

38 TORRES (2018)

31 Lei federal nº 12.651/2012

32 Decreto nº 7.830/2012

33 IMAZON (2021)



As mudanças regulatórias, somadas às atuais fragilidades dos órgãos federais e ausência de planos, dificultam a implementação de diversas ações de ordenamento e proteção ambiental. O contexto aponta que o momento atual no Brasil é de dramática ameaça ambiental e aos direitos territoriais das populações tradicionais e indígenas, conjuntura agravada pela fragilidade institucional e diminuição orçamentária que dificultam a coordenação interfederativa, assim como a paralisação de investimentos e instrumentos destinados à conservação na Amazônia.

## Orçamento e órgãos federais

O orçamento previsto no Projeto de Lei Orçamentaria Anual (Ploa) para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2021 foi o menor dos últimos 21 anos<sup>39</sup>: R\$ 1,72 bilhão, destinados ao MMA, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela gestão das UCs federais, para cobrir todas as despesas, inclusive as obrigatórias<sup>40</sup>. Nesse contexto, a fiscalização do governo federal na Amazônia desde 2019 vem sendo realizada especialmente pelas Forças Armadas através da Garantia da Lei e da Ordem (GLO)<sup>41,42</sup>.

As operações de GLO, previstas na CF-88, contemplam a possibilidade do uso das Forças Armadas em situações específicas, de esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, ou também em grandes eventos e visitas de autoridades internacionais ao país, entre outros. Embora usada com menos frequência que nos governos anteriores<sup>43</sup>, durante o atual governo esse tipo de operação figura estratégia prioritária de enfrentamento às queimadas, o que dá margem a questionamentos. Um deles diz respeito à falta de conhecimento e experiência para a atuação do Exército em questões ambientais, sendo este um ponto levantado em mais de uma entrevista. Em uma delas, enfatizou-se

que, embora a presença da instituição sirva para inibir os infratores, a “estratégia de inteligência ambiental” acaba se perdendo. Com efeito, como parte das Forças Armadas, o Exército tem como objetivo principal o de responder a ameaças externas de outros países ao Brasil. Sendo assim, a ação de militares para outras atividades e que utilizam um aparato técnico distinto pode representar risco de baixa efetividade. Além disso, como destacado por outro entrevistado, ao ser pontual, a ação do Exército gera a expectativa no infrator de que o combate à ação será temporário, enfraquecendo o seu resultado.

### GLOS: BALANÇO E ORÇAMENTO

No dia 21 de julho de 2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) estipulou, em votação unânime, um prazo de 120 para que o Governo Federal apresentasse um plano de ação para “corrigir irregularidades” no combate ao desmatamento na Amazônia. Segundo os técnicos do Tribunal, as mensagens passadas em falas do presidente da República, assim como do ex-ministro do Meio Ambiente prejudicaram o trabalho das fiscalizações. O TCU determinou, ainda, uma “efetiva integração” com órgãos estaduais e organizações da sociedade civil para uma melhor definição das políticas de controle sobre o desmatamento (G1, 21/07/2021). Do total de 1 bilhão de reais do fundo criado após acordo da operação Lava Jato, o Ministério da Defesa recebeu R\$ 520 milhões para combater o desmatamento na Amazônia, enquanto que o Ibama, principal órgão ambiental federal recebeu um montante dez vezes menor: R\$ 50 milhões. O orçamento médio mensal de uma GLO na Amazônia é de R\$ 60 milhões de reais, similar ao orçamento anual do setor de fiscalização do IBAMA, hoje da ordem de R\$ 70 milhões (Infoamazônia, 09/07/2020).

Em 2021, para todas as suas ações, o Ibama conta com uma previsão orçamentária de R\$ 928 milhões (Figura 01)<sup>44</sup>.

39 G1 (2021)

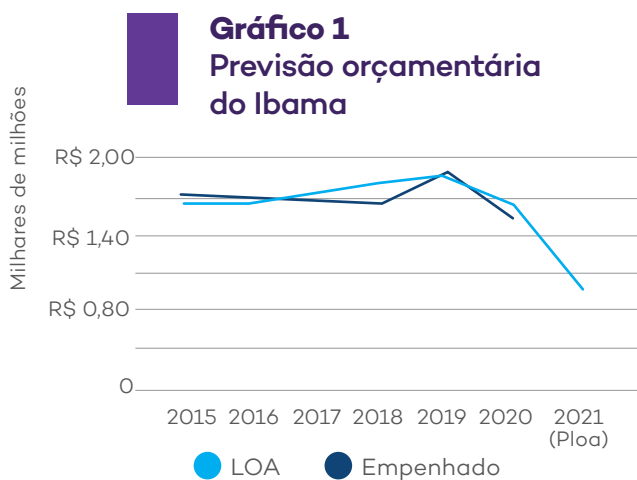
40 O ECO (2021)

41 REUTERS (2020); JORNAL NACIONAL (2021)

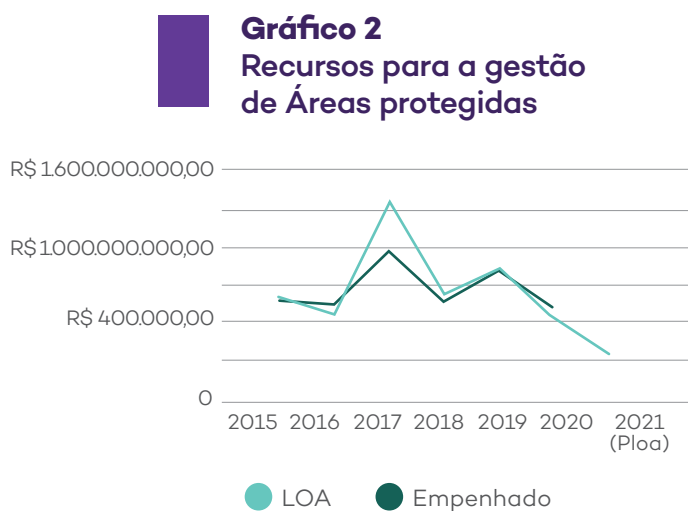
42 CNN BRASIL (2021)

43 LIMA; BUENO; MINGARDI (2016)

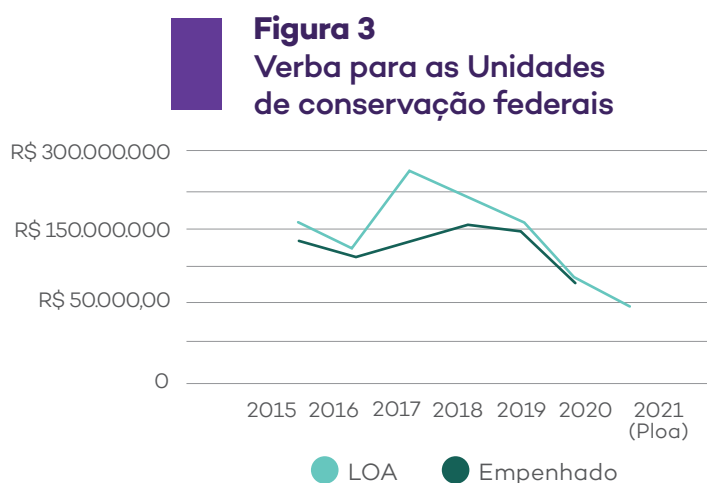
44 Todos os valores previstos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e de execução de despesas do período entre 2015 e 2020 foram atualizados em valores correntes, com referência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de dezembro de 2020



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Siop. Despesas empenhadas (2015-2020) e previsão da LOA para o Ibama em 2021



Fonte: elaboração própria<sup>44</sup>. Despesas totais do ICMBio previstas nos orçamentos de 2015 a 2021 (Ploa) e empenhados de 2015 a 2020



Fonte: elaboração própria. Despesas referentes à criação, gestão e implementação das UCs previstas nos orçamentos de 2015 a 2021 (Ploa) e empenhados de 2015 a 2020

A previsão de recursos para a gestão de áreas protegidas no âmbito federal também é claramente insuficiente<sup>45</sup> (Figura 02). O orçamento para o apoio à criação, gestão e implementação das UCs federais, sob responsabilidade do ICMBio caiu quase pela metade nos últimos três anos, sendo que a proposta da Lei Orçamentária de 2021 foi de R\$ 75 milhões. Nos últimos seis anos as despesas empenhadas pelo órgão para essa rubrica tiveram uma média de aproximadamente R\$ 161 milhões, com um mínimo de R\$ 111 milhões em 2019<sup>46</sup> (Figura 03).

Assim, o orçamento previsto para 2021 não chegava nem ao mínimo executado nos últimos anos. Isso pode significar tanto a redução na criação de novas UCs, impactando essa estratégia especificamente, como também a implementação das unidades existentes, afetando os direitos de comunidades tradicionais desses territórios, tendo em vista que a maioria das UCs da Amazônia não executa atividades que gerem renda para a sua gestão<sup>47</sup> e nem todas contam com apoio dos recursos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) para operação<sup>48,49</sup>.

Em momentos de escassez orçamentária, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima<sup>50</sup> (Fundo Clima) torna-se fundamental para ações de conservação, pois tem seus recursos oriundos da participação especial do Petróleo, alocado no Ministério do Meio Ambiente (MMA), mas desvinculados do seu orçamento. Para que haja um aumento dos recursos do fundo, estes devem estar alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo necessário um aditivo assinado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), instituição que faz a sua gestão. Além disso, os contratos devem ser previstos no Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR), aprovados pelo comitê gestor do fundo, instância de governança que con-

45 PODER360 (2020)

46 SIOP (2021)

47 TCU (2013)

48 Todos os valores previstos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e de execução de despesas do período entre 2015 e 2020 foram atualizados em valores correntes, com referência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de dezembro de 2020.

49 Todos os valores previstos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e de execução de despesas do período entre 2015 e 2020 foram atualizados em valores correntes, com referência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de dezembro de 2020.

50 Instituído pela Lei nº 12.114 em 09 de dezembro de 2009, regulamentado pelo Decreto nº 7.343, de 26/10/2010 e atualmente regido pelo Decreto nº 10.143, de 28 de novembro de 2019.



Sítio do Antônio da Farinha, Km 235 da BR-319

ta com o envolvimento dos Estados<sup>51</sup>. Desde 2019, contudo, organizações da sociedade civil denunciam a paralisação do Fundo Clima e seus recursos<sup>52</sup>.

Outro importante instrumento que também se encontra paralisado é o Fundo Amazônia<sup>53</sup>, criado em 2008 para a implementação das políticas públicas necessárias à tutela do meio ambiente do bioma amazônico, e que tem como principais doadores os governos da Noruega, Alemanha e, em menor escala, recursos da Petrobrás. Quando ativo, o fundo aportou recursos significativos em projetos de fiscalização e regularização ambiental, pesquisa e apoio as UCs e TIs. Com a sua paralisação, 40 projetos, representando 1,4 bilhão de reais, aguardavam, em outubro de 2020, um acordo entre o governo federal e doadores para sua continuidade<sup>54</sup>. Ambos o Fundo Clima e o Fundo Amazônia seguem paralisados em julho de 2021, período de finalização do presente documento.

#### DESMATAMENTO E COVID-19

Além da fragilidade dos órgãos ambientais, existem desafios intrínsecos à pandemia, tais como: o afastamento de um terço dos servidores do Ibama considerados grupo de risco; o remanejamento de recursos do Exército para o enfrentamento da pandemia, em detrimento das operações na Amazônia; e o aumento da expectativa de impunidade por parte dos grupos que avançam sobre a floresta (BBC, 26/04/2020; Revista Veja, 30/04/2020; Poder360, 19/02/2021).

O cenário é de incertezas, incluindo a própria estabilidade institucional da pasta ambiental. Desde 2020 existe um grupo de estudos no âmbito do MMA que estuda a fusão do ICMBio e do Ibama<sup>55</sup>, e especialistas afirmam que a menor dotação orçamentária do primeiro significaria um dos passos para a consolidação desta ação<sup>56</sup>.

51 José Mauro de Lima O' de Almeida, Secretário da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SemaS-PA) (STF, 2020).

52 José Mauro de Lima O' de Almeida, Secretário da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SemaS-PA) (STF, 2020).

53 Instituído pelo Decreto Federal nº 6.527, de 1º de agosto de 2008. 54 ESTADÃO (2020); VALOR ECONÔMICO (2020A)

55 O ECO (2021)

56 G1 (2021)

## FUSÃO ICMBIO E IBAMA

Em dezembro de 2019 o MMA indicou uma possível fusão entre o ICMBio e o Ibama, retrocedendo após críticas à esta ação. Em abril de 2020 o assunto voltou à tona e o governo federal não descartou a hipótese (G1, 22/01/2021). Recentemente, o tema foi motivo de audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal. Dentre os pontos levantados pelos participantes o principal diz respeito ao desconhecimento sobre a proposta do governo. Para além disso, contudo, os argumentos trazidos no debate alegaram melhorias na atuação de ambos os órgãos quando da separação de funções, pela especialização das mesmas, sem haver sobreposições. Por outro lado, e de forma similar, esperava-se uma especialização do Ibama e um ganho em eficiência que não ocorreu, mas que poderia ocorrer a partir da modernização da autarquia em contraposição a proposta de fusão entre os órgãos (MPF-AM, 01/02/2021)

## Políticas Estaduais do Amazonas: protagonismo estadual, planejamento, execução e perspectivas

### Políticas estaduais

Somado ao federalismo tributário brasileiro, que mantém boa parte dos recursos concentrados na União, a atual conjuntura impõe desafios financeiros para a ação dos governos estaduais da Amazônia, mas também abre oportunidades para o seu protagonismo. Estes têm lançado mão de estratégias para arrecadação de recursos como a elaboração de fundos próprios, a exemplo do “Fundo Amazônia Oriental”, cujo edital de seleção para o comitê gestor foi lançado recentemente pelo Estado do Pará<sup>57</sup>. Iniciativas como o Fórum de Governadores da Amazônia Legal<sup>58</sup> e a Força Tarefa de Governadores para o Clima e Florestas (TF-GCF)<sup>59</sup> também ganharam relevância.

57 AGÊNCIA PARÁ (11/03/2021)

58 Criado em 2008, no contexto do lançamento de outras ações como o Plano Amazônia Sustentável (PAS) o Fundo Amazônia, com o objetivo de promover a discussão de propostas de desenvolvimento sustentável comuns aos Estados que compõem a Amazônia Legal

59 Criada em 2008 como uma plataforma para os Estados avançassem em inovações de políticas subnacionais para ações de combate ao desmatamento e preservação da floresta. Fazem parte da TF-GCF: Brasil, Colômbia, Indonésia, Costa do Marfim, México, Nigéria, Equador, Peru, Espanha e Estados Unidos



Agricultor do Mamori, Careiro

No âmbito estadual, especificamente no Amazonas, uma das principais políticas de conservação é o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento do Amazonas (PPCD-AM), criado em 2009 em consonância com o PPCDAM, e que vem sendo implementado em três fases, com foco nos municípios mais críticos de desmatamento. Na primeira fase houve redução nas taxas de desmatamento anuais (mantendo-se próximas a 500 km<sup>2</sup>) até 2015, quando voltou a crescer (chegando a 1.421 km<sup>2</sup> em 2019<sup>60</sup>). A avaliação dessa fase do plano indicou um caráter de limitação setorial da política e paralela às políticas econômicas. Com escopo ampliado, as ações contempladas na segunda fase organizam-se em três eixos estratégicos, abarcando fomento às atividades produtivas sustentáveis, serviços ambientais, gestão ambiental, fortalecimento institucional, fiscalização ambiental, ordenamento territorial, regularização fundiária e desenvolvimento sustentável de terras e povos indígenas.

Devido a problemas de gestão, agravados com mudanças na estrutura governamental do Amazonas, a terceira fase constituiu-se como transitória, com um período curto para implementação das ações<sup>61</sup>. A terceira fase é atualmente coordenada pela Casa Civil do Estado e tem a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-AM) como órgão executivo. Outras mudanças ocorridas foram a previsão de ações com recortes territoriais bem definidos, com o foco de atuação no sul do estado, e a inclusão das queimadas nas ações de monitoramento, passando a ser designado como Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas (PPCDQ-AM).

Por um lado, o PPCDQ-AM prevê instâncias de planejamento que fortalecem a ação interinstitucional, como o Comitê de Prevenção de Incêndios Florestais, o Grupo de Trabalho (GT) Ação Emergencial de Combate às Queimadas e a Sala de Situação Interinstitucional. Por outro, a operacionalização da política se vê comprometida tanto pela fragilidade dos órgãos federais, quanto pela falta de recursos financeiros e humanos dos próprios órgãos estaduais. Além disso, segundo um dos entrevistados,

vem ocorrendo baixa coordenação por parte do governo federal com os órgãos estaduais. Ele considerou o modelo de integração “ideal” aquele que promove alinhamento e planejamento estratégico entre Sema-AM, Ipaam, Ibama, ICMBio, Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Batalhão Ambiental (BPA-PMAM) e Polícia Civil.

Nos últimos dois anos, o apoio federal às ações de combate às queimadas e desmatamento no Estado tem sido através da expedição de decretos de proibição de uso de fogo válido para toda a Amazônia, e que tem se mostrado pouco efetivas<sup>62</sup>; e das GLOs, estratégia pontual e que não fortalece os recursos humanos e financeiros dos órgãos federais e estaduais de controle.

Em março de 2021, com o lançamento da “Operação Integrada Tamoioatã”, tendo como região prioritária o sul do Estado, foram instaladas pelo governo estadual bases similares ao Centro Integrado de Comando e Controle (CICC)<sup>63</sup>, nos municípios de Humaitá e Apuí, com recursos tecnológicos e utilização de imagens de satélite em alta resolução para o apoio à fiscalização<sup>64</sup>. Em setembro de 2020, de forma complementar à estratégia do PPCDQ-AM, foi também lançado o Programa “Amazonas Mais Verde”, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) para execução das ações do PPCDQ-AM em uma estratégia integrada com outras quatro secretarias estaduais, além da Sedecti e Sema-AM, a Secretaria de Produção Rural (Sepror), a Secretaria de Segurança Pública (SSP-AM) e a Secretaria das Cidades e Territórios (Sect). Com recursos advindos da repatriação da operação Lava Jato, o Programa possui três frentes de ação<sup>65</sup>.

62 REVISTA VEJA (2020)

63 Os Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) foram implantados em 2014 em Manaus, pela Secretaria de Segurança Pública do Governo do Amazonas (SSP-AM) para a realização dos eventos da Copa do Mundo, para servir de apoio a um modelo de gestão de grandes eventos e situações de crise. O CICC reúne órgãos de segurança estadual e municipal em uma estrutura equipada com tecnologia e serviços de comunicação com o objetivo de dar respostas rápidas a situações emergenciais (GOVERNO DO AMAZONAS (2014))

64 Integram a ação a Sema-AM, a Secretaria de Segurança Pública (SSP-AM), o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), a Polícia e Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros (GOVERNO DO AMAZONAS (2021))

65 SEDECTI (2020)

60 SEMA-AM (2020)

61 SEMA-AM (2020)

A primeira busca melhorias no sistema de monitoramento da vegetação do Estado, através da aquisição de equipamentos, estruturação e treinamento das forças de segurança que atuam na prevenção e combate aos crimes ambientais, assim como do fortalecimento das secretarias municipais de Meio Ambiente da Região Metropolitana de Manaus (RMM) e municípios do sul do Amazonas, além da informatização e descentralização das atividades do Ipaam, para agilidade dos processos de licenciamento ambiental. A segunda visa à implantação de uma “Rede de Proteção, Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável do Estado”, por meio de assistência técnica e extensão rural (Ater); fomento à aquicultura e à implantação de Sistemas Agroflorestais e criação de uma “Base de Dados Integrada” (BDI) para o setor primário. Por fim, a última frente corresponde a modernização da estrutura física e de acervo da Seciti, tendo como meta a regularização de mais de 16 mil lotes em cidades do sul do Estado e RMM<sup>66</sup>, dentre as quais Manicoré e Humaitá, mas que não inclui o Careiro.

Além das ações de combate às queimadas e desmatamento, outras políticas ambientais incidem sobre a criação de instrumentos financeiros para a conservação. O Amazonas foi o primeiro Estado do país a ter uma lei específica para mudanças climáticas, a “Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas”<sup>67</sup>, promulgada em 2007 tendo em vista o seu enorme ativo ambiental, que concentra a maior área de florestas no país, sendo 97,4% preservadas<sup>68</sup>. Além disso, em conformidade e de forma a consolidar a sua política estadual ambiental, o Amazonas conta também desde 2007 com um Sistema Estadual de Unidade de Conservação (Seuc)<sup>69</sup>. O Seuc estabelece critérios e normas para criação e implantação e gestão das UCs estaduais, que atualmente totalizam 42 somando uma área de 18.787.397,29 ha (12,05% da área estadual)<sup>70</sup>.

66 Novo Aripuanã, Manicoré, Humaitá, Canutama, Lábrea, Boca do Acre, Pauini, Envira e Eirunepé, no sul do Amazonas; e Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Itacoatiara e Itapiranga na região metropolitana de Manaus

67 Lei Estadual nº 3.135/2007

68 IDESAM (2016b)

69 Lei Estadual Complementar nº 53, de 05/06/2007

70 Destas, 08 são de Proteção Integral e 34 de Uso Sustentável, com destaque para as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que totalizam 16 (GOVERNO DO AMAZONAS, 2019c)





Já a Política de Serviços Ambientais estadual<sup>71</sup>, criada em 2015, portanto antes da normativa similar em nível nacional, criou o “Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Serviços Ambientais”. Através da sua regulamentação, atualmente em processo, o estado poderá criar instrumentos econômicos e financeiros buscando menor dependência da Zona Franca de Manaus, além de direcionar atividades de mitigação e adaptação às mudanças climáticas<sup>72</sup>. Quando regulamentada, instituições públicas e privadas poderão aportar recursos para a implementação de projetos que pagarão por serviços ambientais prestados.

Por sua vez, a recente aprovação, em 2020, de alterações na Lei Estadual de Gestão de Florestas<sup>73</sup> também aponta caminhos para o fomento da produção florestal, o aumento do controle sobre florestas públicas estaduais e a geração de receitas. Corrigido o equívoco presente na norma anterior, que condicionava a aprovação do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam) e ao Congresso Nacional<sup>74</sup>, o governo do Estado espera gerar R\$ 1,3 bilhão com as concessões de oito florestas públicas ao longo de 40 anos, além de 29 mil empregos diretos e indiretos<sup>75</sup>. A lei também permite a concessão não onerosa a populações tradicionais, a concessão para serviços como o turismo, e cria mecanismos como o Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (FEDF) e o Cadastro Estadual de Florestas Públicas (CEFP).

Ressalta-se aqui também a importância da coordenação com outras políticas para o êxito do combate ao desmatamento, no âmbito do desenvolvimento social e incentivos econômicos<sup>76</sup>. Nesse sentido, as ações do governo estadual no sul do Estado vêm sendo direcionadas para estratégias como o desenvolvimento de um Distrito de Desenvolvimento Sustentável na região, e vinculadas à políticas de produção como o Biópolis, um dos projetos estruturantes do Plano Pluria-

71 Lei Estadual nº 4.266/2015

72 IDESAM (2016B)

73 Lei Estadual nº 4.415/2016 alterada pela Lei Estadual nº 5.225/2020

74 AMAZONAS ATUAL (2021)

75 G1-AM (2020)

76 Como a Política Estadual de Mudanças Climáticas e as mais recentes Política do Estado do Amazonas de Serviços Ambientais e Lei Estadual de Gestão de Florestas dependem dos resultados das políticas contra o desmatamento

nual (PPA 2020-2023), que tem como foco a exploração sustentável dos recursos da biodiversidade no Amazonas<sup>77</sup>.

No âmbito do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), mas com ações vinculadas às agendas ambientais desenvolvidas pela Sema-AM, foram encaminhados 44 projetos dentre os quais alguns relacionados ao cumprimento de condicionantes do licenciamento da BR-319, para fortalecimento das UCs e as concessões florestais na região sul do Estado.

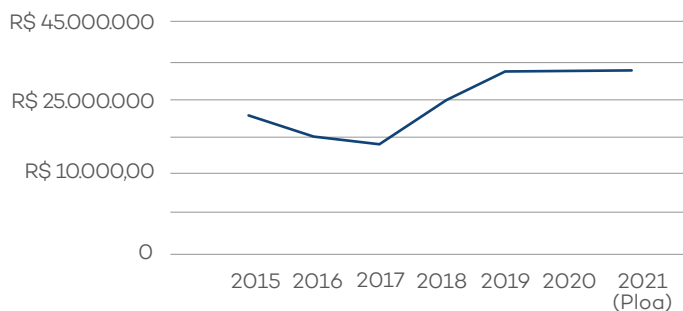
## Orçamento e órgãos estaduais

A Sema-AM padece historicamente da insuficiência de recursos humanos. De acordo com entrevistas realizadas com gestores atuais e antigos da Sema-AM, o orçamento atual é suficiente apenas para a manutenção dos processos administrativos e poucos funcionários. Parte deles, vinculados por contratos temporários específicos, vem sendo dispensados ao longo dos últimos anos, sem que haja perspectiva de recontrações ou uma modificação estrutural desse cenário. A contratação de funcionários permanentes na secretaria é uma demanda antiga. A falta de recursos humanos chegou a inviabilizar a renovação de acordos de cooperação pelo não cumprimento de contrapartidas, ocasionando a devolução de recursos de projetos.

Esse cenário é mais preocupante tendo em vista que a maior parte dos recursos operacionais da Sema-AM é externa, e em grande parte advém de parceria com instituições e órgãos de cooperação. As operações de fiscalização dentro do escopo do PPCDQ-AM até o final de 2021 estão sendo financiadas com recursos da Lava-Jato<sup>78</sup>. A ausência de uma

<sup>77</sup> O projeto contempla a criação de um complexo tecnológico com vertentes internacionais, educacional, cultural e econômica, envolvendo diferentes secretarias de Estado (Sema-AM, SEDECTI, Sepror, Seinfra e Sefaz). Tem como foco a participação majoritária de empresas privadas, para funcionar como um “hub” para o desenvolvimento, compartilhamento e uso de pesquisas, produtos e inovações, mas também agregando universidades e centros de formação profissional. Além disso, propõe a criação de uma bolsa de comercialização de ativos ambientais e um fundo de investimento em bioativos (GOVERNO DO AMAZONAS, 2019a; 2019b; 2019c)  
<sup>78</sup> AMAZONAS ATUAL (2021)

## Gráfico 4 Variação do Orçamento anual do Ipaam



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Portal da Transparência do governo estadual do Amazonas. Despesas empenhadas (2015-2020) e previsão da LOA para o Ipaam em 2021

estabilidade e independência financeira faz com que o combate ao desmatamento oriente as ações do órgão apenas em áreas críticas e em detrimento de outras ações de responsabilidade da secretaria e aquelas estratégicas em longo prazo<sup>79</sup>.

O orçamento previsto para o Ipaam em 2021 foi de R\$ 38.574.755,70, montante que não difere significativamente da execução financeira do órgão nos anos anteriores (Figura 04). Importante destacar que além das ações de fiscalização o Ipaam também possui responsabilidade sobre outras áreas de importância para a conservação e de interesse local nos territórios ao longo da rodovia, sendo um dos órgãos mais reivindicados durante as oficinas realizadas.

No âmbito do Programa Mais Verde Amazonas, as ações de modernização do Ipaam incluem o monitoramento com a utilização das imagens do satélite Planet por meio de um acordo de cooperação técnica com a PF e autuações e fiscalização remota, com base nas informações do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), e dados do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), Cadastro Ambiental Rural (CAR) e outras disponíveis. No âmbito da regularização ambiental, o órgão vem trabalhando a partir do ProjeCAR,

<sup>79</sup> Todos os valores previstos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e de execução de despesas do período entre 2015 e 2020 foram atualizados em valores correntes, com referência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de dezembro de 2020





por meio do qual adquiriu equipamentos e estruturou a sala de análise. Apesar do avanço nas ações, contudo, elas não são suficientes, pois acabam encontrando entraves na falta de estruturação do próprio órgão.

A estratégia do governo estadual é garantir presença do Ipaam nas cidades do interior através da estruturação polos do meio ambiente. Dessa forma, foram construídos três Centros Multifuncionais nos municípios de Humaitá, Apuí e Parintins, com recursos do Projeto de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Conservação da Floresta no Estado do Amazonas (Profloram), executado por um consórcio, o que garantiu agilidade e efetividade em sua execução. Os centros têm como objetivo também servir de apoio ao Programa Municípios Sustentáveis do Amazonas (PMS Amazonas)<sup>80</sup>, iniciativa estadual de combate ao desmatamento orientada por planos de ação com aderência dos governos municipais e operacionalizados com recursos do PPA 2020-2023, priorizados na Matriz Econômica Ambiental do Estado<sup>81</sup>.

80 Decreto Estadual nº 37.421/2016

81 A proposta de uma nova matriz econômica ambiental para o Estado surge da premissa de que, ao abrigar a maior floresta tropical do mundo, o Amazonas possui uma grande oportunidade para propor uma nova matriz de desenvolvimento econômico, que leve em consideração esse potencial natural, e diversifique a base econômica desenvolvida a partir da Zona Franca de Manaus. A ideia principal é a criação de um modelo econômico-ecológico que com base em serviços ambientais e no potencial produtivo que valorize o modo

Ainda assim, a contratação de equipe para alocação nesses centros, previstas também no âmbito do ProjeCAR, foi uma das atividades não realizadas, sendo um dos principais gargalos atuais. Segundo entrevistas, a diretoria técnica do órgão está pleiteando concursos para isso. Do quadro de servidores efetivos, que são os servidores a quem pode haver a delegação do poder de polícia, aproximadamente 75% encontra-se na área técnica (fiscalização e licenciamento), mas grande parte deles em via de se aposentar.

Algumas ações de estruturação dos órgãos de combate às queimadas relacionadas às brigadas civis e de bombeiros estavam previstas tanto pelo PPCDQ-AM como pelo PNAI/CNAL. No documento público do PPCDQ-AM constavam apenas duas ações de aquisição de equipamento para Corpo de Bombeiros do Amazonas (CBMAM/BIFMA) e brigadas civis de combate às queimadas, mas sem indicação da fonte de recursos. Da mesma forma, embora constasse no PAI/CNAL a dotação aos municípios de “meios aptos” para as brigadas civis, estes se demonstram inviáveis frente à atual crise fiscal e redução de orçamento da política ambiental federal<sup>82</sup>.

de vida tradicional e a manutenção da cobertura florestal, através da redução das taxas de desmatamento (Idesam, 2016). 82OC (2020b)



Varador em período de vazante do Lago do Jenipapo, Manicoré

## Políticas Municipais: descentralização ambiental

Assim como os Estados, as competências municipais em termos de gestão ambiental são previstas na Constituição Federal (CF-88), estando os órgãos municipais de meio ambiente incluídos no Sisnama, no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)<sup>83</sup>. O papel dos municípios é regulamentado pela Lei Complementar nº 140/2011 (LC 140) e possuem sistemas ambientais próprios, os Sistemas Municipais de Meio Ambiente (Sisumas), que devem estar estruturados para exercer suas competências relacionadas a atividades de licenciamento, monitoramento, fiscalização e educação ambiental. Para isso, devem contar com: uma Política Municipal de Meio Ambiente (PMMA) ou “Código Ambiental” Municipal; Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA); Sistema Municipal de Informação Ambiental; e Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA). Em termos de legislação ambiental, o município possui a atribuição de legislar sobre assuntos locais, quando couber, assim como suplementar a

legislação federal e estadual, sempre respeitando as normas federais e estaduais, de forma equivalente ou mais protetiva<sup>84</sup>.

Em todo o país existem desafios relacionados ao cumprimento desses requisitos, e os municípios sofrem com carência de pessoal, de infraestrutura e recursos financeiros<sup>85</sup>. Frente aos desafios e às demandas da população, os municípios tendem a priorizar pastas que têm recursos garantidos, como as sociais. Ainda que não seja possível a contratação de terceiros para o desempenho de suas atribuições, salvo em situações muito específicas, existem formas de fortalecimento da gestão ambiental, como os consórcios públicos e as comissões tripartites, constituídas por representantes de órgãos ambientais dos três níveis federativos<sup>86</sup>.

Nos municípios da BR-319 a situação não é diferente. De acordo com entrevistas, apesar de todos os municípios do Amazonas possuírem secretarias de meio ambiente, muitas vezes com apenas um funcionário, apenas Manaus exercia, à época das entrevistas, a maior parte das atividades de licenciamento e fiscalização. Em 2021, contudo, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) da capital amazonense repassou as atividades de licenciamento que realizava ao Ipaam<sup>87</sup>, sobrecarregando ainda mais o órgão.

Apesar de construídos os Centros Multifuncionais em Humaitá, Apuí e Parintins, é necessário a contratação de funcionários para poder funcionar, como mencionado anteriormente. Quando implementados, os centros podem servir de apoio ao Programa Municípios Sustentáveis do Amazonas (PMS Amazonas)<sup>88</sup>, através do qual os municípios que apresentam maior desmatamento no Estado (dentre eles Manicoré e Humaitá) firmam um compromisso para pactuar critérios de saída da lista de embargos do MMA. A inclusão dos municípios na lista prejudica desde a concessão de créditos por agências financeiras para atividades agropecuárias e florestais, até a emissão de novas autorizações de desmatamento<sup>89</sup>.

84 FIORILLO (2009) apud BARBOSA (2013)

85 MMA; MPBA (2018)

86 MMA; MPBA (2018)

87 AMAZONAS ATUAL (2021)

88 Decreto Estadual nº 37.421/2016

89 IDESAM (2018a); MMA; MPBA (2018)

83 Lei Federal nº 6.938/1981

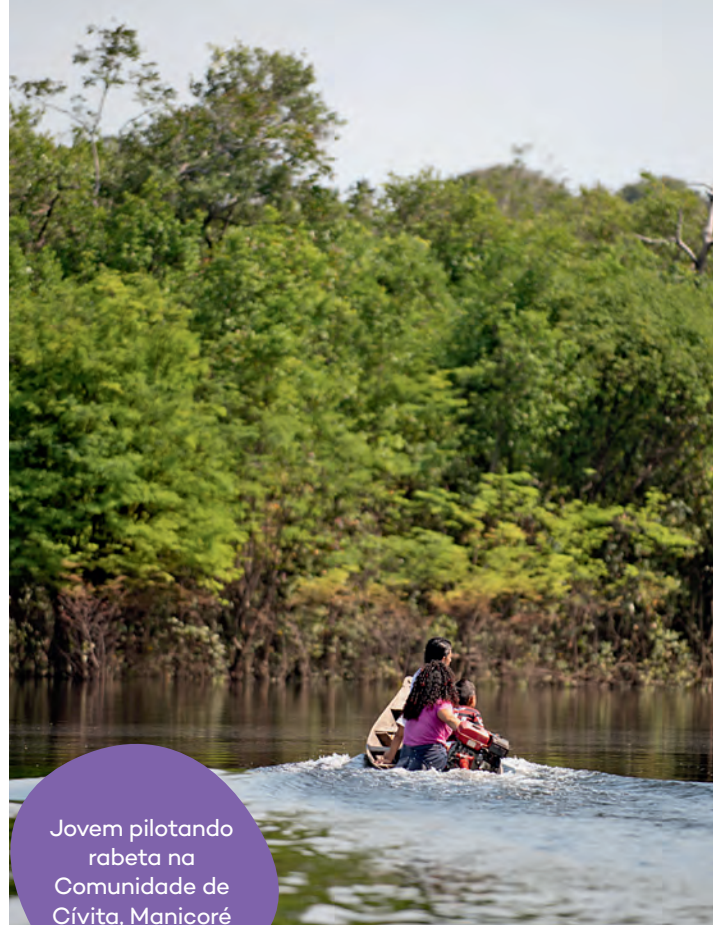
As duas principais instâncias de coordenação intermunicipal na área ambiental são a Associação Amazonense dos Municípios (AAM) para assessoria técnica na elaboração de políticas e projetos em diversos temas, incluindo a gestão ambiental; e o Fórum Permanente das Secretarias Municipais do Meio Ambiente do Amazonas (FOPES). Contudo, além das atividades de formação e capacitação de gestores, as experiências de apoio aos municípios pela Sema-AM não têm sido exitosas. Segundo um dos entrevistados, o apoio às atividades de combate às queimadas nos municípios, através do projeto Prevfogo, não avançou tanto devido à redução de recursos, como também pela “má experiência da gestão” junto aos municípios. Apesar de as atividades do Fopes não terem sido descontinuadas, a redução orçamentária da Sema-AM implicou diretamente a redução de recursos para ações de fortalecimento das Semmas. Uma possível solução para este problema, sugerida em entrevistas, foi a constituição de um “escritório de projetos” no âmbito do governo do Estado, responsável pela aplicação e fiscalização dos recursos junto aos municípios, de forma similar à implementação do Programa Arpa. A formação de consórcios intermunicipais, à semelhança do modelo formado por municípios ao longo da BR-230 no Pará seria outra possibilidade<sup>90</sup>.

Quanto aos recursos financeiros, algumas formas de arrecadação possíveis para os FMMAs, além da dotação orçamentária própria e das taxas de licenciamento, são: as multas advindas da fiscalização; doações; convênio; repasse de outros entes; pagamentos por serviços ambientais, entre outros.

As concessões onerosas de florestas públicas representam uma fonte em potencial. As Leis de Gestão de Florestas Públicas (LGFP)<sup>91</sup> federal e estadual estabelecem que parte do pagamento dos produtos e serviços explorados pelos concessionários retorne aos Estados e municípios para aplicação em uso sustentável dos recursos florestais. No caso das concessões em áreas federais, se estiver localizada em

90 O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu foi formado pelos municípios paraenses de Altamira, Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio e Brasil Novo, para planejar e implementar ações integradas para o desenvolvimento sustentável, voltado para a redução do desmatamento e queimadas (Ipam, 2011)

91 Lei Federal nº 11.284/2006



Jovem pilotando rabeta na Comunidade de Cívita, Manicoré

uma Floresta Nacional (Flona), o recurso destinado corresponde a 20% do valor pago pelo concessionário em função da produção; em outras unidades, 30%. Se a área sob concessão estiver em mais de um município ou Estado, os recursos devem ser divididos proporcionalmente, de acordo com a área da Unidade de Manejo Florestal (UMF) abrangida pelos respectivos limites territoriais<sup>92</sup>.

Apenas com a concessão em três Flonas no Amazonas, o governo federal prevê investimentos diretos pelos concessionários de R\$ 387 milhões, com geração estimada de 2,5 mil empregos diretos e 5 mil indiretos<sup>93</sup>. No âmbito estadual, com a recente regulamentação da Lei Estadual de Gestão de Florestas<sup>94</sup>, o governo do Estado espera gerar R\$ 1,3 bilhão com as concessões de oito florestas públicas ao longo de 40 anos, além de 29 mil empregos diretos e indiretos. A lei também permite a concessão para serviços como o turismo e concessão não onerosa a populações tradicionais.

No sul do Amazonas, incluindo a região da

92 IMAFLORA (2018)

93 MAPA (2020)

94 Lei Estadual nº 4.415/2016 alterada pela Lei Estadual nº 5.225/2020. Em 2020 foi corrigido um equívoco na norma anterior que condicionava a aprovação do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Alem) e ao Congresso Nacional (AMAZONAS ATUAL (27/08/2020)

BR-319, existem seis iniciativas de concessão florestal federais em curso, incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal<sup>95</sup>. Outras seis Florestas Estaduais (FlorEsta) são passíveis de concessão<sup>96</sup> e, segundo informações de entrevistados, existe a previsão de criação de uma nova Flona na região<sup>97</sup>. Atualmente existem duas iniciativas em curso na região da BR-319, a concessão da Flona de Humaitá<sup>98</sup> e da Gleba Castanho<sup>99</sup>, e uma terceira esperada a partir da regularização da legislação estadual, na Floresta Estadual (FlorEsta) de Tapauá. As duas primeiras constam como prioridade no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)<sup>100</sup> do governo federal, junto a um portfólio de 22 projetos, que visa à ampliação de contratos de parceria com a iniciativa privada e outras medidas de desestatização. Nessas áreas a participação e o controle social devem ter lugar em diversos momentos: desde o planejamento da concessão e/ou destinação de áreas para exploração dos recursos, antes da elaboração dos Planos Anuais de Outorga Florestal (Paof), nas audiências públicas realizadas antes das licitações e no controle social da concessão já iniciada.

Outro instrumento econômico importante em nível municipal é o “ICMS Ecológico” ou “ICMS Verde”, que consiste no redirecionamento de parte dos repasses da parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que cabe aos municípios, segundo critérios ambientais e com funções compensatória e incentivadora. No primeiro caso, para ressarcir os municípios que abrigam áreas protegidas; no segundo, estimulando a adoção de iniciativas de conservação e desenvolvimento sustentável. Nos Estados e municípios onde é regulamentado, ele é destacado para o FMMA. Além disso, pode ser

95 Flona de Humaitá (Humaitá), com estudos concluído e consulta pública em andamento; Gleba Castanho (Careiro), com estudos em andamento; Flona do Iquiri (Lábrea), com estudos em andamento; Flona Balata-Tufari (Canutama e Tapauá), com estudos em andamento; Flona Jatuarana (Apuí), com estudos em andamento; Flona do Pau Rosa (Borba), com estudos em andamento (GOVERNO FEDERAL, 2021)

96 Florest Canutama (Canutama e Tapauá), Floresta Estadual de Apuí (Apuí), Floresta Estadual de Manicoré (Novo Aripuanã), Floresta Estadual do Aripuanã (Apuí) e Floresta Estadual do Sucunduri (Apuí) (GOVERNO DO AMAZONAS, 2019c)

97 Esse tema foi debatido durante a 24ª Reunião do Conselho Deliberativo da RDS do Rio Amapá, realizada dia 14 de dezembro de 2020, em Manicoré

98 Mais informações em: <https://www.ppi.gov.br/concessao-da-floresta-de-humaita-am>

99 Mais informações em: <https://www.ppi.gov.br/concessao-da-floresta-de-castanho-am>

100 Instituído pela Lei Federal nº 13.334/2016

utilizado como um instrumento de coordenação estadual para distribuição condicionada de recursos.

Contudo, a falta de transparência e dificuldade de compreensão do cálculo nos Estados inibem a adesão dos municípios<sup>101</sup>. Dentre os Estados da região Norte, apenas Roraima e o Amazonas não possuem ICMS Verde implementado, sendo que neste último a sua regulamentação está em discussão na Assembleia Legislativa do Estado desde 2016<sup>102</sup>.

No Pará, por exemplo, os recursos do ICMS foram estimados em R\$ 140 milhões em 2016<sup>103</sup>, ainda que não tenham sido considerados para aplicação nas UCs<sup>104</sup>. Estudo sobre a criação do instrumento no Amazonas estimou um aumento de repasse de cerca de R\$ 34 milhões no terceiro ano, sendo R\$ 29 milhões apenas do município de Manaus, e os demais municípios teriam um aumento médio de 9,7%<sup>105</sup>. A experiência do Pará serve como ponto de partida para análise da efetividade desse instrumento, tendo em vista que a sua implementação não resultou na diminuição do desmatamento em alguns municípios, como Altamira<sup>106</sup>.

As questões ambientais e o planejamento urbano e rural municipal precisam se complementar no âmbito do planejamento e execução tanto das políticas de desenvolvimento municipais<sup>107</sup> quanto do ordenamento de qualquer território onde os municípios estejam inseridos. Dentre os instrumentos de gestão municipal importantes nestes temas estão a Lei Orgânica, o Plano Diretor e a Agenda 21 Local, mas que muitas vezes apresentam baixa execução.

Além disso, é importante considerar que as políticas de responsabilidade municipal como infraestrutura básica, saúde, educação, assistência social e produção, impactam diretamente a implementação de UCs de uso sustentável e assentamentos, sejam estaduais ou federais. Tendo em vista que a consolidação dessas áreas depende da aplicação dessas políticas e do pleno acesso pelos seus mora-

101 YOUNG; MEDEIROS (2018)

102 JORNAL A CRÍTICA (2016)

103 VEDOVETO et al. (2014)

104 IMAZON (2016)

105 IDESAM (2016a)

106 TUPIASSU; FADEL; DÉSOMEAUX (2019)

107 AVILA; MALHEIROS (2012)

dores, inclusive na região de influência da BR-319<sup>108</sup>, é necessário não apenas a articulação dos órgãos gestores junto aos órgãos executores de políticas, mas também o fortalecimento e a adaptação destes últimos para as características específicas desses territórios. Do contrário, UCs e assentamentos acabam fragilizados, sofrendo com a desmobilização social e questionamentos sobre a sua finalidade e eficácia<sup>109</sup>.

### Ordenamento e proteção territorial: desafios e perspectivas

No âmbito da PNMA o principal instrumento de gestão e planejamento territorial é o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE)<sup>110</sup>, que consiste na delimitação de zonas ambientais e atribuição de usos e atividades compatíveis segundo as características (potencialidades e restrições) de cada uma delas. O ZEE inicialmente foi previsto para ordenamento da Amazônia Legal, devido à sua visibilidade internacional e à expansão agrícola nessa região. Contudo, diante da necessidade o instrumento passou a ser elaborado para diferentes territórios e contextos.

Como instrumento de gestão, mais do que um estudo das condições físicas e socioeconômicas da microrregião, o ZEE pretende ser um instrumento de negociação e de ajuste entre as diversas visões locais sobre o desenvolvimento. Dessa forma, contém análises detalhadas das ações antrópicas nos territórios e seus impactos de forma a subsidiar as ações de ordenamento, devendo ser espacialmente integrados e incrementais à estratégia nacional, além de primar pela descentralização, conferindo possibilidade de autogovernança aos territórios<sup>111</sup>.

Apesar da existência do Macrozoneamento da Amazônia Legal, o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da sub-região do Purus, já aprovado, aguarda sua homologação pelo governo federal, e o ZEE da sub-região do Madeira ainda não foi concluído. Em 2017, o gover-



no do Estado contava com R\$ 1,5 milhão para execução de ambos os ZEEs, proveniente de doação do governo alemão<sup>112</sup>, através do Projeto Profloram, mas não conseguiu executar os recursos antes da sua finalização. Atualmente o ZEE da sub-região do Purus está desatualizado, e a Sema-AM, junto com a Sedecti, esta última sendo a secretaria responsável pelo ZEE, buscam recursos para dar seguimento à atualização e elaboração dos ZEEs das 09 sub-regiões do Estado.

A delimitação de um contorno espacial para ações coordenadas no contexto da BR-319, assim como ocorrido na BR-163, representou uma inovação no campo do ordenamento territorial no contexto de instalação de grandes projetos de infraestrutura. O estabelecimento de uma Área de Limitação Administrativa Provisória (Alap)<sup>113</sup> na região de influência da rodovia foi implementado através do PPCDAM, e foi essencial para estabelecer medidas relacionadas à proteção ambiental e territorial e de políticas relacionadas aos eixos estratégicos.

108 IDESAM (2018a)

109 IDESAM (2018a)

110 Decreto Federal nº 4.297/2002

111 FGVCS (2018)

112 GOVERNO DO AMAZONAS (05/02/2017)

113 Decreto de 2 de janeiro de 2006, instituído no âmbito da Lei Federal nº 11.132, de 4 de julho de 2005

Apesar das dificuldades de coordenação entre instrumentos e instituições de competência fundiária e ambiental na Amazônia, é possível promover avanços substanciais quando concentrados em territórios considerados críticos<sup>114</sup>. Através da Alap, as áreas protegidas na região cresceram de 20% para 55% da área total e os assentamentos da reforma agrária de 6% para 17%. Um Grupo de Trabalho foi criado (GT da BR-319)<sup>115</sup>, e, posteriormente um Comitê Gestor Interministerial da BR-319<sup>116</sup> (Comitê BR-319), para elaborar diretrizes e acompanhar o processo de licenciamento ambiental da rodovia, e concebeu algumas medidas preventivas relacionadas aos impactos da possível pavimentação. À época, foram também celebrados termos de compromisso entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e órgãos ambientais, garantindo recursos financeiros excepcionais para a implementação inicial das UCs.

A mudança no cenário político-institucional somada às dinâmicas territoriais, contudo, impõem enormes desafios tanto à efetividade dos instrumentos pensados para o ordenamento e gestão territorial, quanto para continuidade das estratégias e implementação de políticas públicas. De fato, o descompasso de tempo entre a elaboração e implementação de políticas e instrumentos de ordenamento, como o ZEE, em contraponto às dinâmicas dos territórios, é um dos desafios apontados na literatura e por pesquisadores que trabalham em territórios hospedeiros de obras de infraestrutura<sup>117</sup>. Grandes obras de infraestrutura, assim como políticas públicas nos mais diversos âmbitos, são capazes de atuar na organização territorial, sendo as primeiras especialmente influentes na atração de fluxos migratórios com desdobramentos sobre ocupação e uso da terra, conflitos fundiários e socioambientais.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da BR-319, finalizado em 2020, corrobora essa

tendência<sup>118</sup>, trazendo impactos pela realização da obra como a especulação fundiária, ocupação ilegal de terras públicas (grilagem) e aumento da pressão sobre áreas protegidas, alguns dos quais já vêm ocorrendo desde a reabertura parcial do tráfego na rodovia.

### **Dinâmicas territoriais e desmatamento na BR-319**

Somado à invisibilização dos impactos já observados ao longo da rodovia, certos recortes territoriais podem fragmentar a ação das políticas públicas. É o caso do PPCDQ-AM, limitando-se muitas vezes às áreas sob maior pressão do desmatamento – neste caso especificamente, o sul do Amazonas -, e a divisões territoriais e administrativas preestabelecidas, ignorando as dinâmicas de ocupação e uso do solo, sem atingir de forma efetiva a prevenção do desmatamento. Diante dos recursos escassos, existe uma priorização de medidas de curto prazo para literalmente “apagar incêndios”, em detrimento de ações estratégicas que contribuam para o ordenamento e proteção territorial pensando no futuro.

De acordo com o diagnóstico do PPCDQ-AM (2020-2022), a maior parte do desmatamento de 2008 a 2019 no Amazonas ocorreu em áreas federais (glebas federais e assentamentos) e áreas sem informações, abrangendo tanto a região sul do Estado como a Região Metropolitana de Manaus (RMM).

No sul do Amazonas, o desmatamento acumulado nesse período corresponde a 73% do total do Estado, decorrente principalmente da extração de madeira para conversão de áreas de floresta em pastagens e o corte e queima da floresta para cultivos anuais. Os municípios de Lábrea, Apuí e o Novo Aripuanã foram os que mais contribuíram para o total, estando todos presentes na lista dos municípios prioritários do MMA<sup>119</sup>. Quanto aos focos de queimadas na região, os municípios que mais contribuíram foram estes, se-

114 FGVCS (2020)

115 Instituído pela Portaria MMA nº 295/2008. Era composto por representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) além de representantes convidados do Ministério dos Transportes, do Ministério da Integração Nacional e do Governo do Estado do Amazonas

116 Portarias Interministerial nº 001/2009 e nº 002/12/2009 (CEDHE, 2021)

117 BECKER (2001); FGVCS (2018)

118 EIA BR-319 (2020)

119 A listagem de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento na Amazônia foi instituída pelo Decreto nº 6.321/2007. Os critérios de inclusão de municípios na lista de prioritários são estabelecidos por Portarias do Ministério do Meio Ambiente, e consideram a dinâmica do desmatamento (MMA, 2021)



Agricultor no ramal do Mamori

guidos pelos municípios de Manicoré, Boca do Acre, Humaitá, Maués e Canutama<sup>120</sup>.

Na RMM, por sua vez, o desmatamento resulta principalmente da especulação imobiliária, assim como da implantação de pequenas produções agropecuárias. Entre 2008 e 2019, o incremento de desmatamento na região correspondeu a 10% do total no Amazonas, capitaneados pelos municípios de Autazes e Itacoatiara. Quanto aos focos de queimadas, os municípios que mais contribuíram foram Autazes, Careiro da Várzea, Careiro, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Iranduba, Manaquiri, Silves, Itapiranga, Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Manaus e Novo Airão<sup>121</sup>.

As distintas regiões que contribuem com o aumento do desmatamento são reconhecidas e priorizadas pelas ações do PPCDQ-AM. Da mesma forma, existe o reconhecimento de “categorias territoriais” para fins de quantificação do desmatamento, assim como por “ator social”, mas sem necessariamente haver estratégias diferenciadas para as dinâmicas inerentes a cada uma delas, como os assentamentos.

O investimento na recuperação de ramais no Estado vem crescendo nos últimos anos, principalmente nos municípios da RMM – mas não somente, como evidenciado pela incorporação do Distrito de Realidade no Programa “SOS Vicinais”, da Secretaria de Produção Rural do Amazonas (Sepror)<sup>122</sup>, para viabilizar o escoamento e a redução dos custos de transporte da produção da

zona rural para a zona urbana<sup>123</sup>. Esses investimentos devem ser acompanhados de salvaguardas que enderecem o problema da especulação imobiliária. Um levantamento compartilhado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus (Seinfra) evidencia a existência de 1.010 ramais nos 62 municípios do Amazonas, sendo 57 ramais em Careiro, 35 em Manicoré e 7 em Humaitá<sup>124</sup>. De acordo com a Seinfra, em todo o Estado há 29 ramais “pavimentados” pela Secretaria, ação esta que não se confunde com a “recuperação” de ramais realizadas pela Sepror<sup>125</sup>.

Um estudo realizado em 2018 para compreender a evolução do desmatamento nos 13 municípios sob influência da BR-319 definiu seis categorias de análise, de acordo com o levantamento das dinâmicas de desmatamento encontrados em literatura<sup>126</sup>: (i) perímetro urbano; (ii) estradas federais e estaduais; (iii) assentamentos; (iv) ramais; (v) massa d’água de rios; (vi) áreas protegidas. De acordo com essa categorização, os ramais e as estradas foram os principais vetores de desmatamento na região, sendo que nos municípios de Careiro, Manicoré e Humaitá a categoria “estradas” liderou o desmatamento seguido pelos “ramais”<sup>127</sup>.

Em paralelo às estradas e ramais oficiais, há também a abertura de ilegal de vias<sup>128</sup>. Os

120 SEMA-AM (2020)

121 SEMA-AM (2020)

122 Ver também o documento de “Dimensão Atividades Produtivas”

123 IDESAM (2018b)

124 SEINFRA (2018)

125 SEINFRA (2018)

126 IDESAM (2018b). A metodologia também considerou uma “hierarquia” entre as categorias, a partir das dinâmicas estabelecidas entre elas, para evitar a sobreposição na contagem do desmatamento. Para mais informações ver Idesam (2018b).

127 IDESAM (2018b)

128 LAMEIRA; ALMEIDA; VIEIRA (2010)



Produção artesanal  
de Canoa na  
Comunidade Jutaí,  
Resex Lago do  
Capanã, Manicoré

ramais “não-oficiais” viabilizam o acesso a extensas áreas de florestas conservadas<sup>129</sup>, facilitam a grilagem e geram graves impactos ambientais e socioeconômicos, intensificando os conflitos pela posse de terra<sup>130</sup>. Na região da BR-319, há alguns anos vem sendo aberto um ramal ilegal, nas cabeceiras do Lago do Capanã Grande, impactando tanto a Resex do Capanã Grande quanto a Terra Indígena Lago do Capanã. Esse fato é noticiado e conhecido pelo poder público há anos e, ainda assim, não foram tomadas ações para barrar esse fenômeno. Se ramais ilegais são primeiramente motivados por atividades predatórias, ao longo do tempo, outros grupos sociais também terminam por instalar-se ao longo dessas vias, demandando ações do poder público para a sua manutenção, assim como para instalação de equipamentos públicos. Estes podem apoiar a formulação e implementação de soluções inclusive para a proteção ambiental, quando amparados por espaços de governança fortalecida<sup>131</sup>. Nesse sentido, ações de regularização fundiária, e políticas de crédito a pequenos produtores rurais podem contribuir para o fortalecimento dos diferentes grupos sociais localizados nesses espaços.

129 IMAZON (01/02/2013); IDESAM (2018b)

130 IDESAM (2018b)

131 MÁKI; KALLIOLA; VUORINEN (2001); CALDAS; ARIMA; WALKER (2007)

### Unidades de Conservação: desproteção e caminhos possíveis

No contexto da BR-319, a delimitação do contorno espacial para ações coordenadas entre órgãos governamentais foram estruturantes no ordenamento territorial da região. Contudo, a existência de áreas protegidas por si só não pode ser considerada como garantia de proteção ambiental e territorial. Há que se considerar a conjuntura institucional que envolve a implementação e proteção dessas áreas, e os efeitos mais amplos e a longo prazo dos cenários de desmatamento na região.

A criação de áreas protegidas, especificamente UCs e TIs tem sido uma das principais estratégias para a garantia de direitos territoriais às populações tradicionais e indígenas e contenção do desmatamento na Amazônia. Nos municípios localizados na área de influência da BR-319<sup>132</sup> as UCs representam 34% da área (13.400.000 ha), as Terras Indígenas (TIs) 20% (8.100.000 ha) e os assentamentos 9% (3.700.000 ha)<sup>133</sup>. Do total da área das UCs cerca de 9.200.000 ha é de UCs federais e 4.200.000 ha de UCs estaduais<sup>134</sup>.

132 Considerados por Idesam (2018a) quando parte do território municipal é atravessado pela rodovia (Manaus, Careiro da Várzea, Careiro, Manaquiri, Beruri, Borba, Manicoré, Tapauá, Canutama, Humaitá e Porto Velho) ou na existência de conexão do município com a BR-319 por outras rodovias (Autazes e Lábrea)

133 IDESAM (2018a)

134 IDESAM (2018a)



## CRIAÇÃO E REDUÇÃO DE UCS NO EIXO DA BR-319

Enquanto no Amazonas o cenário de criação de UCs não é favorável – vide, por exemplo, a estagnação do processo de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Manicoré, no município de mesmo nome, desde 2014 –, no Estado vizinho de Rondônia, a luta contra a desafetação de Unidades de Conservação (UCs) é uma realidade constante. Em 2018, a Assembleia Legislativa do Estado reverteu a criação de 11 UCs decretadas pelo governador à época (O ECO, 29/03/2019), e recentemente foi aprovada (Lei Estadual nº 1.089/2021) a alteração e revogação de limites de UCs em uma área de 220 mil hectares, maior que a cidade de São Paulo. Segundo o MPE-RO, a desafetação dessas áreas afeta os povos indígenas em isolamento voluntário (O ECO, 24/04/2021). Esse movimento resultou em um Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pelo Ministério Público Federal de Rondônia (MPF-RO) (O ECO, 08/07/2021), o que não impediu que, posteriormente, houvesse uma nova redução dos limites de uma RDS e revogação da criação de um Parque Estadual (O ECO, 14/07/2021).

As invasões e pressões sobre as UCs da região, que tem a BR-319 como impulsionadora, já são sentidas há alguns anos, vindas principalmente do Mato Grosso e Rondônia, mas também de Roraima. Segundo relatos de servidores da Sema-AM, os chefes das UCs da região, após denúncias, conseguiram evitar a instalação de grileiros em alguns pontos do território. Contudo, pela ausência de um monitoramento posterior, há receio de que as mesmas áreas, antes controladas, tenham sido invadidas.

Os servidores entrevistados demonstraram preocupação também com o crescimento populacional das UCs. Em 2012, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Igapó-Açu tinha aproximadamente dez famílias, e atualmente conta com mais de 50. Segundo eles, os moradores levam seus parentes, que acreditam que irão se beneficiar com a pavimentação da rodovia.

Auditoria realizada em 2013 pelos Tribunais de Contas da União (TCU) e Tribunais de Contas Estaduais (TCEs) de nove Estados da Amazônia indicou já à época que apenas 4% das UCs possuíam alto grau de implementação e que 92% das mais desmatadas entre 2012 e 2014 possuíam baixo ou médio grau de implementação. A auditoria enfatizou a situação crítica das UCs estaduais, das quais quase 60% apresentaram grau de implementação baixo ou nulo<sup>135</sup>. As principais recomendações, similares a quase todas as situações, foram: o estabelecimento de parcerias, o aumento e a capacitação dos recursos humanos, a elaboração de implementação de Planos de Manejo (PMs) e ações para a regularização fundiária<sup>136</sup>.

Estudo realizado pelo Imazon (2016), por sua vez, avaliou a resposta dos governos federal e estaduais a essas auditorias. Constatou-se que apenas 4% das ações propostas continham um plano de implementação e, em geral, os órgãos ambientais apresentaram ações pontuais para resolver apenas parte dos problemas, em prejuízo de estratégias que demandam longos períodos para resolução, como a regularização fundiária. Nenhum órgão ambiental apresentou um plano de ação completo, com cronogramas, metas e prioridades claros o suficiente para dar conta dos problemas apontados pelos tribunais de contas<sup>137</sup>.

Uma análise mais recente realizada pelo Idesam (2018b), com a mesma metodologia e indicadores adaptados do TCU, mostrou diferenças na implementação das UCs estaduais e federais, localizadas em uma distância de até 50 km das margens da BR-319. A análise constatou avanços significativos na gestão de UCs estaduais criadas na região, enquanto as federais apresentavam baixo nível de implementação<sup>138</sup>.

135 TCU (2013)

136 TCU (2013)

137 IMAZON (2016)

138 IDESAM (2018b)



## Instrumentos de gestão e políticas públicas

Os Conselhos Gestores (CG) das UCs devem ser estabelecidos logo após a sua criação<sup>139</sup>, sendo um dos principais instrumentos de governança e cogestão das mesmas. Porém, o cenário existente no Brasil é que, quando não ausentes, eles são muitas vezes inoperantes ou ineficientes. Nesse sentido, é preciso haver estratégias de fortalecimento dessas instâncias, cujos resultados invariavelmente dependerão da presença e eficiência do poder público para a consolidação dessas áreas.

Todas as UCs estaduais na região da BR-319 avaliadas pelo Idesam em 2018 possuíam, à época, seus Planos de Manejo (ou “Planos de Gestão”) em via de implementação. Das federais, apenas uma possuía seu plano de gestão publicado à época, com grau médio de implementação<sup>140</sup>; e os das demais foram publicados nos anos subsequentes. Todas as UCs já possuíam conselhos gestores criados, tendo sido a maioria avaliada como apresentando “boa representatividade”, mas apenas um foi considerado como “muito atuante” à época da realização do estudo<sup>141</sup>. Os conselhos gestores encontravam-se paralisados em 2020, devido à pandemia da Covid-19.

139 Lei Federal nº 9.985/2000

140 IDESAM (2018b)

141 IDESAM (2018b)

## ESTRATÉGIA DE COGESTÃO FUNDIÁRIA EM UCS

Protagonizada por seu Conselho Gestor, na RDS Rio Amapá, em Manicoré, houve a discussão da redelimitação territorial da UC, representando uma estratégia potente de diálogo e cogestão. A estratégia consistiu na criação de “Plantões Fundiários”, um processo de levantamento in loco e documental de títulos de terras incidentes nos limites da UC. Foram realizadas convocações nos meios de comunicação locais para a localização e organização desses títulos, alguns dos quais pertencentes aos próprios comunitários da RDS. Existiam inúmeras dúvidas quanto aos direitos de ocupação e uso. Nem todas as dúvidas puderam ser dirimidas devido à ausência de participação de alguns órgãos fundiários no processo, mas as comunidades contribuíram para o mapeamento do território e participaram de grupos de estudos para discutir os novos limites da UC. A partir disso, e com a assessoria de departamento de populações tradicionais da Sema-AM, foi elaborada uma Nota Técnica e um mapa com os novos limites, sendo direcionada aos chefes dos órgãos ambiental e fundiários competentes. Devido à suspensão das reuniões do CG no contexto da pandemia COVID19, contudo, o processo aguarda o seu desfecho, e a descontinuidade e nova configuração da gestão das UCs pela Sema-AM podem constituir em um desafio.

Os Planos de Manejo (ou “Planos de Gestão”) das UCs, por sua vez, devem ser elaborados até cinco anos após a sua criação, e revistos a cada cinco anos, de acordo com procedimentos estabelecidos legalmente<sup>142</sup>. A sua inexistência ou implementação inadequada faz com que a UC exista apenas no papel, podendo gerar disputas ao manejo dos recursos, uso das terras, bem como conflitos entre os costumes populações locais<sup>143</sup>. Um dos grandes desafios, contudo, é que esses instrumentos sejam pouco funcionais, muito descritivos e não condizentes com a realidade do entorno<sup>144</sup>. Na avaliação realizada em 2018, a maioria dos planos de gestão estaduais foi considerada “adequada à realidade das UCs” e estava em implementação, enquanto que nas UCs federais o único plano publicado foi avaliado com “grau médio de implementação”<sup>145</sup>.

Dentre os programas implementados nas UCs estaduais, três foram destacados entre as comunidades e entrevistados: o Programa de Monitoramento da Biodiversidade e uso dos recursos naturais (ProBUC), o Programa Bolsa Floresta e o Programa Agente Ambiental Voluntário (AAV). Este último tem como objetivo fortalecer, valorizar e reconhecer o papel dos moradores das UC na defesa para a conservação e proteção dos recursos naturais por meio de ações de educação ambiental, e tem grande importância para os moradores dos territórios da BR-319. Durante as oficinas de construção das ADTs, contudo, foi relatado o desafio em ser um AAV sem o apoio das instituições responsáveis pelas UCs.

Se por um lado os recursos orçamentários para o cumprimento das responsabilidades administrativas dos órgãos ambientais são

insuficientes, por outro, políticas voltadas à captação de recursos, como o recém-lançado Programa “Adote um Parque”<sup>146</sup>, geraram críticas. Recentemente, um grupo de 45 organizações não-governamentais e representativas de populações tradicionais de UCs se manifestaram contra a iniciativa e pela exclusão das UCs de uso sustentável da proposta. Estas organizações avaliam o programa como uma iniciativa de “privatização da política pública ambiental”, e destacam como preocupação, entre outras, a possibilidade de “apropriação indevida dos territórios pelos ‘adotantes’”, tendo em vista que as regras seriam “poucas e frágeis”<sup>147</sup>.

## Recursos humanos e financeiros

Em 2018, os recursos humanos destinados às UCs da BR-319 não eram suficientes para atender plenamente às demandas de nenhuma das UCs da região. Havia, à época, 11 gestores e 2 técnicos administrativos para realizar a gestão de 11 UCs estaduais e federais da região do “trecho do meio” da rodovia<sup>148</sup>. No caso das estaduais, havia situações em que um mesmo gestor se responsabilizava por mais de uma UC. Esse número representa uma média de 616.900 ha de área de gestão por servidor, não atendendo nem parcialmente às necessidades de gestão e, mesmo considerando um aumento para 50 servidores, a média da região seria de 135.700 ha/servidor, aproximadamente o dobro da média federal para a Amazônia<sup>149</sup>.

A insuficiência de recursos humanos e

142 Lei Federal nº 9.985/2000

143 DIAS; PEREIRA (2010)

144 BARROS; LEUZINGER (2018)

145 IDESAM (2018a)

146 Decreto Federal nº 10.623/2021

147 BIODIVERSIDADLA (2021); AMAZON NEWS (2021)

148 IDESAM (2018b)

149 IDESAM (2018b)



Comunidade Jutai,  
Resex Capanã  
Grande, Manicoré

financeiros compromete todas as demais ações, desde a implementação dos planos de gestão das UCs, passando pela fiscalização e proteção ambiental e territorial até o desenvolvimento de pesquisas. A situação se agrava nas UCs estaduais que tendem a ter menos recursos e cujos gestores não têm atribuição de fiscalização, diferentemente das federais.

No caso das federais, a persistente evasão de gestores poderia ser suprida com incentivos à permanência, concursos específicos para a região, fortalecimento dos Núcleos de Gestão Integrada (NGIs) e a implementação de cargos comissionados<sup>150</sup>.

Recentemente houve uma reorganização administrativa no ICMBio<sup>151</sup> e foram extintos 42 postos de chefia. Antes da medida, alguns gestores já cuidavam de até duas unidades e atualmente um único gestor pode ter ficado responsável por até seis unidades<sup>152</sup>. As 11 Coordenações Regionais (CRs) se transformaram em cinco Gerências Regionais (GRs), uma para cada região do Brasil, e a gerência para a Região Norte passou a ser sediada em Santarém, no Pará. Da mesma forma foram reestruturadas os Núcleos de Gestão Integra-

da (NGIs) (Tabela 01), estruturas das quais fazem parte a maior parte das UCs ao longo da BR-319<sup>153</sup>. Com o novo desenho, cada gerência passou a ter um número maior de UCs sob sua responsabilidade, podendo chegar a mais de 120, quando antes não passava de 41<sup>154</sup>.

O estudo realizado em 2018 constatou que apesar de todas as áreas protegidas estaduais da região possuírem à época planos de proteção ou manejo de fogo, a minoria contava com recursos materiais para as atividades de fiscalização e combate a emergências ambientais. Assim, as ações planejadas não vinham sendo efetivadas<sup>155</sup>.

No mesmo ano, em resposta a um ofício do MPF-AM<sup>156</sup>, as antigas Coordenações Regionais (CRs) do ICMBio listaram a necessidade de mais servidores, bases avançadas, equipamentos e veículos. Foram destacadas como prioritárias as unidades do antigo NGI Humaitá (atual NGI Porto Velho) e a Resex Lago do Capanã Grande, tendo em vista que o cenário de repavimentação da BR-319 exigiria uma expansão do número de profis-

153 Pelo menos uma NGI foi suspensa pela Justiça Federal sob alegação de que centralizar ações antes realizadas presencialmente nas respectivas UCs em outra localidade, representaria um retrocesso ambiental (O ECO, 10/06/2020)

154 O ECO (2020)

155 IDESAM (2018b)

156 IDESAM (2018b)

150 IDESAM (2018b)

151 Decreto Federal nº 10.234 de 12/02/2020

152 G1 (2020)

**Tabela 01**  
NGIs e UCs na região da BR-319 de acordo com a reestruturação administrativa do ICMBio.

NGI	UCs
<b>NGI Humaitá<sup>1</sup></b> Sede: Porto Velho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- APA dos Campos de Manicoré (AM)</li> <li>- Flona de Urupadi (AM)</li> <li>- Flona do Aripuanã (AM)</li> <li>- Flona do Jatuarana (AM)</li> <li>- Parna do Acari (AM)</li> <li>- Rebio Manicoré (AM)</li> <li>- Parna dos Campos Amazônicos (RO)</li> </ul>
<b>NGI Porto Velho<sup>2</sup></b> Sede: Porto Velho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Flona Balata-Tufari (AM)</li> <li>- Flona de Humaitá (AM)</li> <li>- Parna Nascentes do Lago Jari (AM)</li> <li>- Flona do Bom Futuro (RO)</li> <li>- Flona do Jamari (RO)</li> <li>- Parna do Mapinguari (AM)</li> </ul>

1 PORTARIA nº 424 (2020)

2 PORTARIA nº 425 (2020)

sionais para a gestão da política ambiental. Durante as oficinas, as comunidades do Lago do Capanã Grande e entorno (Resex, TI e Assentamento) foram as que mais enfatizaram a necessidade dos órgãos fiscalizadores, devido a invasões e abertura de ramais nas áreas do território próximas à rodovia.

Os servidores do ICMBio entrevistados reafirmaram que, com os recursos humanos e financeiros atuais, não são capazes de fazer frente às ameaças que vêm ganhando força principalmente no entorno das UCs, mas que avançam rapidamente sobre as áreas protegidas de forma geral. Destacaram o crescimento dos “pedidos de manifestação” em processos de licenciamento para planos de manejo pelo Ipaam nos últimos anos, considerado um “indicativo” de maior ocupação de terras públicas na região. Já na esfera estadual, segundo entrevistas com funcionários da Sema-AM, a ausência histórica de servidores concursados no quadro da instituição acarreta a descontinuidade na gestão do conhecimento e o descumprimento de contrapartidas com parceiros e doadores, sendo imprescindível, neste caso, o lançamento de um concurso público.

Nesse cenário, a gestão integrada e os mosaicos de áreas protegidas vêm sendo impulsionados como estratégias de atuação<sup>157</sup>. Durante as oficinas para a construção das ADTs, um dos moradores do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Jenipapo, em Manicoré reforçou essa ideia, indicando que o assentamento é protegido pela UC vizinha, o Parque Estadual do Matupiri: “isso nos protege dos invasores na frente e somos os protetores da parte de trás.” Contudo, é necessário haver recursos mínimos, sob o risco de se tornar uma prática simplista de administração de recursos escassos, em detrimento do foco das ações com abordagem territorial e visão de futuro. Os recursos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (“Programa Arpa”), com os quais as UCs contempladas implementam suas ações na ausência de orçamento, é tido como um êxito pelos entrevistados, e o seu modelo operacional visto como uma grande inovação. Ainda assim, a falta de gestores também interfere na operacionalização do programa. Além disso, o

sistema é adaptado ao modelo de gestão de uma única UC, de forma individual, o que dificulta a aplicação dos recursos para a gestão compartilhada e no entorno dessas áreas. Atualmente está sendo testado um modelo piloto de Plano Operacional Anual (POA) unificado, de forma a abranger as especificidades dos recursos em uma NGI.

Além dos recursos do Programa Arpa, outras possíveis fontes de recursos para as UCs são as multas ambientais, venda de terras públicas ocupadas irregularmente fora das UCs, taxas advindas do uso público e as concessões onerosas das florestas públicas<sup>158</sup>. Mas para que essas alternativas sejam viáveis, é necessário resolver problemas relativos principalmente aos recursos humanos, regulamentação fundiária e atuação dos Conselhos Gestores das UCs.

#### PROGRAMA ARPA

O Programa Arpa foi constituído em 2002 com o objetivo de fortalecer o Snuc para criação e consolidação de UCs, com previsão de duração de 25 anos. É financiado com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) do Banco Mundial do governo da Alemanha (Banco de Desenvolvimento da Alemanha – kfw), do WWF Brasil (parceiro técnico e doador), Fundo Amazônia (gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), sendo a gestão financeira realizada pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). Estruturado em três fases, na “fase I”, de 2003 a 2009, o Programa apoiou a criação de 23 milhões de hectares de áreas protegidas, na “fase II”, de 2010 a 2017, ampliou sua atuação e apoiou a consolidação de 95 unidades de conservação (UCs), cerca de 52,2 milhões de hectares, e em 2014, teve início a “fase III” atual, denominada de Fundo de Transição (FT). O corte de orçamento vem na contramão do período atual, onde a criação de UCs está presente, mas não como prioridade, e dentre os objetivos estão a “consolidação de UCs” já criadas, e o aumento dos “recursos fornecidos pelos governos” ao Programa para que, eles financiem “cem por cento dos custos”, sem suporte adicional.

157 MPF-AM (2018)

158 MPF-AM (2018)

Se somadas, as áreas protegidas e assentamentos correspondem a 63% (25.100.000 ha) da área total de abrangência dos municípios da BR-319<sup>159</sup>. Os projetos de assentamentos chamados de “convencionais” (PAs) podem se tornar vetores de conversão de florestas, chegando a contribuir com 30% das áreas desmatadas na Amazônia entre 2010 e 2015<sup>160</sup>.

Estudo compreensivo do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam) em 2016 aponta que a dinâmica do desmatamento nessas áreas segue o mesmo padrão da Amazônia como um todo: abertura de estradas, exploração madeireira e conversão do uso do solo, normalmente para áreas agrícolas ou pastagens. Uma peculiaridade, contudo, é o da predominância dessa conversão (72%) em polígonos individuais com mais de 10 ha, indicando um padrão distinto do praticado pela agricultura familiar (em média de 1 a 3 ha por ano), bem como a tendência de reconcentração de terra por agentes externos sem perfil de beneficiário das políticas de reforma agrária<sup>161</sup>.

No Amazonas, 29% do desmatamento entre 2008 a 2019 ocorreram em Projetos de Assentamentos, sendo os que apresentaram maiores taxas o PA Rio Juma (Apuí), PA Monte (Boca do Acre), PA Acari (Novo Aripuanã), Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Antimari (Boca do Acre) e PA Matupi (Manicoré), respectivamente<sup>162</sup>.

Em Apuí, Manicoré e Novo Aripuanã o desmatamento se concentra principalmente nas áreas de assentamentos estabelecidos ao longo da BR-230, onde a migração de Rondônia para os trechos de Manicoré e Apuí da rodovia é historicamente expressiva<sup>163</sup>. Nos municípios na área de influência da BR-319, o desmatamento ocorre principalmente nos ramais e estradas, seguido pelos assentamentos, rios, áreas protegidas e perímetro urbano, em ordem decrescente<sup>164</sup>.

### ASSENTAMENTOS: NECESSIDADE VS. AMEAÇA

Historicamente, a política de assentamentos na Amazônia esteve conectada com os projetos de colonização da região, sendo o desmatamento condição necessária para comprovação do uso do solo. Somente a partir da década de 90, impulsionado pelos movimentos sociais amazônicos, aliados aos debates sobre conservação ambiental, foram criadas modalidades de assentamento “ambientalmente diferenciadas”, tais como Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF). Nesse contexto, os assentamentos “convencionais” (PAs) são os que em maior medida estão conectados às dinâmicas de desmatamento, o que, somado à falta de infraestrutura, assistência técnica, créditos e de políticas de ordenamento e regulação fundiária contribui para a insustentabilidade dessas áreas. Sem a implementação real de uma política de reforma agrária as demandas e necessidades dos assentados são invisibilizadas. Aqueles que se mantêm na terra demandam a implantação e manutenção das vias de acesso para viabilizar a sua permanência e desenvolvimento de atividades produtivas.

Dos 75 assentamentos presentes no trecho da BR-319, 43 são ambientalmente diferenciados, das categorias Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAEs), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projetos de Assentamento Florestal (PAF), e 32 são convencionais, sendo todos federais. Esses números indicam a importância de considerar as dinâmicas específicas dessas áreas e sua inclusão em planejamentos no contexto da repavimentação da BR-319.

Os problemas para a consolidação dos assentamentos de forma sustentável, que acabam por estigmatizar os beneficiários da reforma agrária, são inúmeros e diversos. Incorrem a carência de políticas de assistência técnica, de crédito produtivo e de infraestrutura básica para que se cumpra a função para

159 TCU (2013); Idesam (2018b)

160 IMAZON (2016)

161 IDESAM (2018b)

162 IPAM (2016)

163 IPAM (2016)

164 SEMA-AM (2020)

a qual foram criados. Há descompasso entre o perfil dos beneficiários dos PAs e a lógica de produção num contexto florestal, assim como inadequação de políticas públicas federais aos modos de vida no contexto amazônico<sup>165</sup>, além da inoperância do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pelos assentamentos no âmbito federal.

Parte da solução passa pelo investimento e priorização da política nacional de reforma agrária<sup>166</sup>, mas o cenário não é promissor. Em 2020 o governo federal enviou ao Congresso uma proposta de orçamento para o Incra que praticamente reduziu a zero a verba de 2021 para algumas das principais ações destinadas à melhorias dos assentamentos<sup>167</sup>. Ainda que em comparação a LOA 2020, o Ploa 2021 contemple um aumento, passando de R\$ 3,2 para R\$3,4 milhões (Figura 05), esse aumento foi devido à rubrica específica de “Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombola”, que passou de R\$ 29 milhões, empenhados em 2020, para uma previsão de aproximadamente R\$ 329 milhões para 2021<sup>168</sup>. Esses recursos estarão destinados ao pagamento de precatórios, isto é, o pagamento de dívidas de propriedades desapropriadas por improdutividade<sup>169</sup>.

Tendo em vista esse cenário, alguns partidos em conjunto com duas confederações dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar ajuizaram uma ADPF no Supremo Tribunal Federal (STF), em razão da “paralisação da reforma agrária” no país<sup>170</sup>.

Diante desse cenário, algumas das estratégias que vinham sendo desenvolvidas incluíam o fortalecimento da gestão compartilhada (cogestão) e o estabelecimento de parcerias entre o Incra, o setor privado, ONGs e governos estaduais e municipais<sup>171</sup>. Análises recentes indicam que a maior parte das áreas em situação de atenção para o combate ao desmatamento são de domínio federal, seja na forma assentamentos, UCs, TIs ou glebas pública. Com efeito, as principais áreas desmatadas no Amazonas, depois dos assentamentos, são as áreas sem informação

165 IDESAM (2018a)

166 IDESAM (2018a)

167 IPAM (2016)

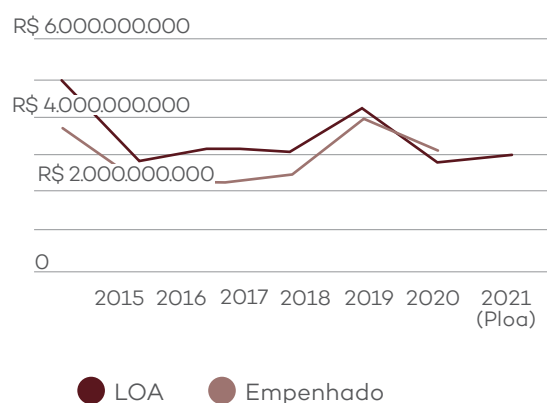
168 IPAM (2016)

169 SIOP (2021); FOLHA DE SÃO PAULO (2020). PODER360 (2020)

170 SIOP (2021)

171 FOLHA DE SÃO PAULO (2020)

## Gráfico 5 Variação do Orçamento anual do Incra



Fonte: elaboração própria. Despesas totais do Incra previstas no orçamento de 2015 a 2021 (Ploa) e empenhados de 2015 a 2020.

(23%), glebas federais (16%) e áreas particulares (14%)<sup>172</sup>.

As ações que apontem à regularização fundiária e emancipação dos assentamentos não podem ser encaradas de forma isolada e sem as validações e cuidados necessários, sob o risco de se converterem em mecanismos de oferta de terra barata ao mercado, de facilitarem a grilagem de terras públicas e a reconcentração de áreas que deveriam estar destinadas a produtores com perfil de reforma agrária<sup>173</sup>.

No final de 2020, o governo federal lançou o Programa Titula Brasil<sup>174</sup>, que abre a possibilidade de descentralização, de forma voluntária e por meio de parceria, da regularização fundiária em áreas da União para os municípios. Para sua execução, a Portaria prevê a criação de um “Núcleo Municipal de Regularização Fundiária” (NMRF), composto por “recursos humanos disponibilizados

172 ADPF 769, ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (Psol), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Rede Sustentabilidade, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf-Brasil) (STF, 26/09/2020). Em junho de 2021, o STF julgou improcedente a ação

173 Todos os valores previstos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e de execução de despesas do período entre 2015 e 2020 foram atualizados em valores correntes, com referência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de dezembro de 2020

174 IPAM (2016)

pelo município”, sendo os “serviços organizados e executados conforme dispuser” o Incra. A este último cabe a coordenação das ações, capacitação de funcionários e elaboração de regulamentos operacionais e de planejamento. À Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (Seaf/MAPA), cabe a aprovação dos regulamentos, a formulação e normatização das diretrizes do Programa e a supervisão e monitoramento dos resultados.

Ainda que o objetivo do Programa seja promovido como “aumentar a capacidade operacional”<sup>175</sup> para a regularização fundiária, a política não vem acompanhada com ações de fortalecimento das capacidades do órgão responsável, nominalmente o Incra, e também não é previsto o repasse de recursos aos municípios. Segundo servidores da autarquia federal, a descentralização dessas atividades faz com que a titulação fique mais sujeita às pressões políticas locais e relações de poder locais, uma vez que são realizadas por servidores públicos municipais<sup>176</sup>. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do MPF instituiu em junho de 2021, uma ação coordenada para acompanhar as ações do Programa. O MPF vem buscando o cumprimento da “legislação sobre reforma agrária e regularização fundiária, o zelo pelo patrimônio público federal, e o respeito aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais”, por meio da expedição de recomendações às superintendências estaduais do Incra e aos municípios<sup>177</sup>.

Dentre outras ações, o Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA) expediu recomendações para que os municípios realizem vistorias técnicas in loco, emitam atestados de função social da propriedade rural, analisem possíveis sobreposições de áreas no CAR, conflitos fundiários e/ou incidência sobre áreas reivindicadas por povos e comunidades tradicionais e indígenas<sup>178</sup>.

## Áreas públicas não destinadas

Por fim, cabe destacar a situação das áreas

públicas não destinadas, que são as mais suscetíveis: 25% do desmatamento ocorrido na Amazônia de 2005 a 2010 concentrou-se nessas áreas<sup>179</sup>. Além de impedir a injeção de ativos formais na economia, a falta de destinação impede o acesso a serviços fundamentais para as atividades produtivas (como o acesso a crédito e assistência técnica), encarece custos transacionais, estimula o desmatamento, a grilagem, especulação fundiária e está na base da violência no campo<sup>180</sup>.

Estudo recente estimou que 37,5% da área do Estado do Amazonas é não destinada ou sem informação de destinação<sup>181</sup>. Com base em dados de 2017, o estudo indicou que a maior parte dessas áreas, 79% (ou 44,7 milhões de hectares) pertence ao governo estadual e apenas 21%, ao governo federal<sup>182</sup>.

Segundo estimativa de um estudo anterior, as áreas não destinadas na região da BR-319 totalizam mais de 11.694.867 ha, e estariam localizadas principalmente nos limites municipais ou próximas aos rios, onde estão mais vulneráveis a invasões pela facilidade de acesso<sup>183</sup>. As possibilidades de destinação são acompanhadas por desafios intrínsecos a cada uma delas.

Nas áreas devolutas federais, a legislação prevê a regularização das ocupações em terras de até 2.500 ha<sup>184</sup>, caso demonstrada a posse mansa e pacífica e comprovação da utilização da terra com práticas agropecuárias anterior a julho de 2008. Anteriormente, essa função estava a cargo do Programa Terra Legal, executado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Serfal), vinculado ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Hoje as ações passaram a ser de responsabilidade do Incra e continuam sofrendo consideráveis modificações.

Tendo em vista que os governos estaduais são os principais responsáveis pelas áreas sem definição fundiária da região, cabe aos governos estaduais articular ações que culminem na arrecadação e destinação das terras<sup>185</sup>. O

175 IPAM (2016)  
176 SEMA-AM (2020)  
177 SEMA-AM (2020)  
178 IPAM (2016)

179 PORTARIA CONJUNTA Mapa/Incra N° 1 (2020)  
180 GOVERNO FEDERAL (2020)  
181 A PÚBLICA (2021)  
182 MPF (2021)  
183 IDESAM (2018a)  
184 FGVCS (2018)  
185 IMAZON (2021)



órgão responsável pela questão fundiária no Amazonas é a Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (Sect). Criada em 2019<sup>186</sup>, a Sect assumiu as responsabilidades da Secretaria de Política Fundiária (SPF), que anteriormente compartilhava as responsabilidades sobre a questão fundiária estadual com o Instituto de Terras do Amazonas (Iteam).

De acordo com entrevistas, a atuação da secretaria nos territórios da BR-319 se limita à regularização fundiária em UCs, uma vez que as demais áreas estariam sob responsabilidade do Incra, incluindo as faixas marginais de ambos os lados da rodovia e aquelas não destinadas no “trecho do meio”. A atuação da secretaria na região, dessa forma, estaria sendo realizada em parceria com a Sema-AM para a expedição de contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRUs), além da parceria com o Incra para a regularização fundiária em áreas sob o domínio desta autarquia.

Assim como os demais órgãos estaduais, a situação dos recursos humanos e financeiros da Sect também é deficiente. Segundo entrevistas, a secretaria conta com aproximadamente 30% dos seus técnicos estatutários, sendo a maior parte da equipe técnica em cargos comissionados. Parte dos recursos com os quais estão trabalhando atualmente provém de um convenio com a Petrobrás para aquisição de equipamento e recursos humanos. Da mesma forma que o Ipaam, a Sect também está solicitando concurso público e aumento da contratação por cargos comissionados.

Em relação a sua estruturação para atuação de forma geral no Estado, a Secretaria trabalha atualmente em “passivos de gestões anteriores”, que contabilizam aproximadamente 200 mil processos, uma vez que a extinta SPF era “completamente analógica”. Nesse sentido, as ações atuais estão sendo direcionadas para a digitalização dos processos e verificação das bases cartográficas, para que permaneçam no sistema apenas os títulos considerados válidos. Sem o primeiro, o desafio é principalmente lentidão dos processos e de resposta às consultas de outros

órgãos; e sem o segundo, a falta de segurança jurídica que os processos oferecem.

Isso interfere diretamente nas ações de regularização ambiental executadas pelo Ipaam através do CAR, tendo em vista que, na prática, existe uma confusão entre as regularizações fundiária e ambiental, e que parte do problema da ocupação irregular é a falta de verificação fundiária. Em paralelo ao trabalho da Sect, o Ipaam designou um setor específico fazer as verificações do CAR. Nos municípios da BR-319 foram verificados em 2018 a sobreposição de imóveis autodeclarados no CAR com áreas protegidas no montante de 6.798.522 ha em UCs e 22.967 ha em TIs<sup>187</sup>.

As ações atuais e previstas pelo governo federal vão na contramão da solução dos problemas. Em 2019 o governo editou a Medida Provisória (MP) 910, que incentivava a grilagem de terras públicas, e em 2020 expediu a Instrução Normativa (IN) 09, que facilitaria a ocupação de TIs ainda não demarcadas, tendo a primeira perdido sua validade e a segunda sido derrubada por sucessivas decisões na Justiça<sup>188</sup>. Diversos pontos da MP 910, contudo, foram reeditados no PL 2.633/2020, aprovado recentemente em “regime de urgência” pela Câmara dos deputados e atualmente em análise pelo Senado, e no PL 510/2021, atualmente em debate no Senado Federal.

O PL 2.633/2020 incide sobre as normas de ocupação das terras públicas federais, especificamente a Lei 11.952/2009, e busca a legalização de ocupações irregulares. Dentre as críticas, estão: (i) a ampliação da dispensa de vistoria prévia no processo de titulação de médias e grandes propriedades, aumentando o risco de conflitos; (ii) a dispensa de regularização ambiental para propriedades em que não houve atuação antes da titulação, possibilitando a titulação em áreas desmatadas ilegalmente e fragilizando o cumprimento da legislação ambiental; e (iii) não endereça problemas complementares à questão fundiária, como as capacidades institucionais dos órgãos responsáveis, a garantia de transparência nos processos e ausência de critérios claros para obtenção de terras via

186 Havia em 2018, contudo, uma discrepância em relação aos dados do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), corrigido em 2019 (Imazon, 2021). Para informações sobre a metodologia utilizada ver Imazon (2021)

187 De acordo com a Portaria MMA no 463/2018 (IMAZON, 2021)

188 IDESAM (2018a)

licitação<sup>189</sup>. Na mesma linha, o PL 510/2021 propõe ampliar o marco temporal para a demonstração de ocupação das terras públicas e facilita a regularização da posse de grandes propriedades sem vistoria, entre outros benefícios para médio e grandes proprietários.

### PRIVATIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS E DIREITOS TERRITORIAIS

Segundo o Imazon (2020), a falta de clareza sobre o direito à terra abrange 33% da Amazônia Legal, algo que compromete decisivamente a segurança jurídica da terra, a geração de renda e o desenvolvimento. O movimento que se observa em nível federal, contudo, é a priorização da regularização fundiária como um fim em si mesmo e a privatização das terras públicas, por meio do avanço da emissão de títulos de terra sem os mecanismos necessários para detectar e prevenir irregularidades. É necessário primordialmente obedecer às prioridades estabelecidas na Constituição Federal (CF-88) para destinação de terras públicas mediante função social, incluindo os territórios de povos indígenas, populações quilombolas e tradicionais e as áreas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais (IMAZON, 2020).

Complementarmente, a partir de uma demanda apresentada pelo CNAL, o governo anunciou no final de 2020 que o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o Ministério da Defesa (MD) iriam elaborar um Plano de Ordenamento e Ocupação do Solo para o entorno da BR-163 e BR-319. Em oito meses os órgãos deveriam propor diretrizes e estratégias para a “harmonização” dos usos dos territórios, “mediação de conflitos” e promoção do “desenvolvimento econômico e sustentável” para as regiões<sup>190</sup>. Para os territórios que recebem grandes obras, os investimentos em ordenamento inequivocamente devem ser preventivos, antes que a fase de instalação tenha início<sup>191</sup>. Mesmo antes do início de tal ação, contudo, o processo de repavimentação da BR-319 já havia sido anun-

ciado, com obras previstas já para 2021<sup>192</sup>. Até o momento, o andamento do “Plano de Ordenamento e Ocupação do Solo” para as duas rodovias permanece desconhecido da sociedade em geral.

### MONITORAMENTO DE RAMAIS

Os órgãos públicos enfrentam desafios para o monitoramento e a fiscalização de ramais devido a sua capacidade técnica e institucional limitada. Em entrevistas com servidores da Sema-AM, Ipaam e ICMBio, constatou-se a ausência de estratégias para atuação nessas áreas. Além do planejamento de políticas públicas de ordenamento e produção específicas, faz-se necessário a construção de metodologias de sensoriamento remoto, para garantir tanto o mapeamento na abertura de novas vias quanto o monitoramento daquelas já existentes. Ao mesmo tempo, o fortalecimento das Semmas, é fundamental para a recepção de denúncias e realização de fiscalização in loco, para a complementação do monitoramento remoto e compartilhamento de informações entre órgãos ambientais. Uma estratégia de desenvolvimento de protocolos integrados de controle, monitoramento e fiscalização entre órgãos ambientais (Semmas, Sema-AM, Ipaam, Ibama e ICMBio) e de segurança (PF, PRF e BPA-AM), contudo, apenas será efetivo com o fortalecimento destes órgãos. Estratégias de inteligência que contemplem o estudo das transformações da ocupação e uso do solo, como o avanço das atividades produtivas que mais demandam as aberturas de ramais devem subsidiar as estratégias de fiscalização para otimizar recursos humanos e financeiros.

### Terras indígenas

A Fundação Nacional do Índio (Funai) é o órgão indigenista do Estado, vinculado ao atualmente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. A Funai perdeu 9,9% dos servidores em dois anos e, assim como Ibama e ICMBio, a realização de concursos para o órgão depende do aval do Ministério da Economia. O processo

189 Lei nº 11.952/2009; alterada pela Lei nº 13.465/2017

190 IMAZON (2021)

191 Lei Delegada Estadual nº 122/2019

192 IDESAM (2018a)

de demarcação de terras indígenas realizado pela Funai é um ato administrativo do Estado<sup>193</sup> de identificação e delimitação dos territórios indígenas, parte do reconhecimento dos direitos dos povos originários estipulados pelo Artigo 231 da Constituição Federal (CF-88).

Apesar disso, existem atualmente mais de 90 povos indígenas reivindicando territórios no Amazonas, que sequer possuem processos abertos na Funai. De acordo com o Centro Indigenista Missionário (Cimi)<sup>194</sup>, existem 418 territórios com pendências de reconhecimento sendo reivindicados na Amazônia, sendo 199 no Amazonas, que não tiveram nenhuma ação por parte do Estado. A Funai criou uma categoria administrativa nova, não regulamentada que é a “qualificação de terras indígenas”, etapa que ocorre no âmbito das Coordenações Regionais (CRs) sem a participação indígena.

As TIs foram um dos territórios mais afetados pelo avanço da grilagem através da sobreposição de CAR, o que fez aumentar o desmatamento nessas áreas a partir de 2018<sup>195</sup>. Esse fato possui uma particularidade e pode ser explicado pela vulnerabilidade na qual se encontram as principais TIs afetadas, devido às disputas jurídicas existentes em torno de suas delimitações. Nesse sentido, a redução do desmatamento nas mesmas áreas, em 2020, pode ser atribuída pelo retorno pontual das operações do Ibama, que tiveram como resultado a desarticulação de quadrilhas de grilagem<sup>196</sup>. Nos territórios da BR-319, por sua vez, no mesmo período foi detectado uma mudança no padrão do desmatamento e registrados alertas de desmatamento em TIs, pela primeira vez desde 2010<sup>197</sup>.

O Projeto de Lei (PL) 490/2007, por sua vez, propõe alterações no Estatuto do Índio e atualiza o texto da antiga Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que tem na tese conhecida como “marco temporal” a sua fundamentação. Segundo a tese do marco temporal, só teriam direito à terra os povos indígenas que estivessem em sua posse, na data da promulgação da CF-88 (5 de outubro de 1988), ou que, à época, estivessem em disputa judicial ou conflito

direto com invasores. Contudo essa condição ignora a tutela dos indígenas pelo Estado até a promulgação da CF-88 e o contexto do histórico de expulsões, remoções forçadas e violências cometidas, em especial durante a ditadura, que inviabilizam esse tipo de comprovações<sup>198</sup>. Na prática, o PL 490/2007 inviabiliza a demarcação de TIs e relativiza o “usufruto exclusivo” dos povos indígenas nas áreas “cuja ocupação atenda a relevante interesse público da União”, possibilitando a sua abertura para diversos empreendimentos econômicos<sup>199</sup>. A abertura e relativização do uso exclusivo das TIs vai ao encontro aos projetos de mineração em TIs, um dos projetos prioritários do governo federal<sup>200</sup>.

Segue em disputa, ainda, a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da qual o Brasil é signatário, tendo sido ratificada em 2002<sup>201</sup>. Segundo a Convenção, como sujeitos de direitos, os povos indígenas e tribais podem decidir livremente sobre seu presente e futuro, e para que isso ocorra, os Estados devem obrigatoriamente consultá-los quando afetados por medidas administrativas e legislativas capazes de alterar seus direitos, através de um processo de Consulta e/ou Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPLI)<sup>202</sup>. Nesse sentido, tais processos devem: (i) ser “livres”, de qualquer pressão política, econômica ou moral; (ii) contar com representatividade, respeitando as formas próprias de organização e tomada de decisão dos grupos consultados; (iii) ser vinculantes, isto é, os resultados do processo devem incorporar e respeitar a decisão tomada pelos grupos consultados; (iv) ser de responsabilidade pública, realizados pelo Estado, que deve proporcionar os recursos necessários para a realização do processo, inclusive a articulação com os grupos afetados; (v) e ter suas regras definidas em conjunto entre estes últimos e o Estado. Apesar disso, a nova lei do licenciamento ambiental, como exposto anteriormente, propõe a extinção da obrigatoriedade da consulta a esses grupos<sup>203</sup>.

193 CIMI (2020)

194 O ECO (2021); AMAZON (2020)

195 SENADO FEDERAL (2021)

196 MDR (2020)

197 MDR (2020)

198 FGVCS (2018)

199 AGÊNCIA BRASIL (2020)

200 FOLHA DIRIGIDA (2021)

201 Decreto Federal nº 1775/96

202 Para mais informações sobre o processo ver Cimi, 2021

203 Informações obtidas no “2º Conversatório” para elaboração do Programa “FORMAR Fundiário”, liderado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

## TERRAS INDÍGENAS NA BR-319

As TIs demarcadas nos territórios da BR-319 vêm sendo afetadas pela construção de ramais ilegais a partir da rodovia, como o que avança rumo ao Lago do Capanã Grande, onde estão localizadas uma Resex e uma TI de mesmo nome. Em oficinas realizadas por organizações da sociedade civil junto ao MPF-AM, em 2019, na presença de mais de 100 lideranças das etnias Mura, Diahui, Apurinã, Paumari, Deni, Tenharim e Juma, foram registrados depoimentos que indicavam pressões aos territórios indígenas do entorno da BR-319, tais como: invasões de terras, roubo de madeira, assoreamento de igarapés, poluição, desmatamento ilegal e ameaças aos indígenas. No processo de licenciamento ambiental da BR-319 alguns pontos principais causam preocupação: as constantes mudanças quanto às TIs consideradas no Estudo do Componente Indígenas (ECI), os impactos sobre territórios indígenas não reconhecidos e a ausência da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI).

O primeiro termo de referência emitido pela Funai para o ECI em 2007 contemplava as Terras Indígenas Lago do Barrigudo, Cunhã-Sapucaia, Lago Capanã, Ariramba e Apurinã do Igarapé Tauamirim. Com a rejeição do primeiro EIA elaborado, em 2011,

o órgão emitiu novo termo de referência que incluía 47 TIs. Segundo a Funai, esse número levou em consideração a expectativa de demarcação e regularização desses territórios. Contudo, quando solicitado um novo termo de referência, em 2015, houve modificação das TIs contempladas, segundo o órgão, pelo fato de que os interesses haviam mudado, e não caberia abarcar grandes extensões de terras no âmbito do procedimento (CEDHE, 2021). Assim, foram incluídas no novo ECI as TIs Lago Capanã, Nove de Janeiro, Ariramba, Apurinã do Igarapé Tauamirim, Apurinã do Igarapé São João e Ipixuna, esta última retirada do estudo a pedido do empreendedor, o Dnit (Idesam, 2021). Em maio de 2017 foi firmado um contrato entre o Dnit e o Consórcio executor do ECI, para realização dos estudos que foram entregues recentemente, em 2020. Em junho de 2021, a FUNAI se manifestou ao Dnit pedindo maiores esclarecimentos sobre diversos pontos do estudo, assim como a reinserção da TI Ipixuna (Parintintin) e a inclusão das comunidades Montes Claros, Bom que Dói, São Carlos, Traíra, Igarapé Grande e Guaiíba (Mura) nos estudos (Idesam, 2021).

Até o momento a CLPI não foi realizada, e o entendimento do Dnit é de que estas estariam sendo realizadas no âmbito do próprio ECI.

Diante de tantas ameaças e da paralisação do reconhecimento e demarcação dos seus territórios, os povos indígenas vêm implementando estratégias autônomas de identificação e proteção territorial. As autodemarcações são previstas no procedimento de regularização fundiária de TIs na etapa posterior aos estudos, mas atualmente os povos indígenas vêm adiantando esse processo. As estratégias de autodemarcação podem ter desdobramentos no âmbito judiciário, como no caso do território do povo Maraguá, no rio Abacaxis, Amazonas, cujo território foi reconhecido pela Justiça a partir de um processo de cartografia participativa elaborado com apoio do Cimi<sup>204</sup>.

Outra estratégia importante é a elaboração de Protocolos Autônomos de Consulta, instrumento que surge a partir da estagnação e dificuldades evidenciadas para a regulamentação do dever do Estado de consulta aos povos indígenas e tradicionais. Os protocolos definem e explicitam a forma adequada de consulta, tais como os representantes de cada povo ou comunidade envolvida no processo, quanto tempo e de que forma se construirão os consensos internos, qual a melhor forma de dialogar com o Estado, entre outros<sup>205</sup>. Atualmente existem mais de 30 protocolos de consulta elaborados em todo o Brasil.

204 Informações obtidas no “2º Conversatório” para elaboração do programa “FORMAR Fundiário”, liderado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

205 RCB (2019)

Área de  
acesso ao  
Lago do  
Matupiri,  
Manicoré





REFORME  
DANIFICA-LO  
AR.  
OU AVISAR DONA HELEN  
IMBRATEL DE MURMATA  
TE DO SR GABRIEL

AMOR  
NELSON  
SIDINEIA  
A GATA  
DER-C

Orelhão no distrito de Realidade

# DIAGNÓSTICO DE INFRAESTRUTURA

A região Norte é a que apresenta taxas menores de oferta dos serviços de energia, saneamento básico e conectividade digital, inclusive no Amazonas. Ao longo deste diagnóstico, serão detalhadas as condições de oferta dos serviços de infraestrutura no estado.

# INTRODUÇÃO

O conceito de infraestrutura é dinâmico, varia no tempo e no espaço, e depende das condições sociais, culturais e produtivas de um território<sup>1</sup>. Neste diagnóstico, o termo será utilizado para tratar de um conjunto de serviços essenciais para garantir condições de uma vida digna em contextos urbanos e rurais, a saber: energia, saneamento básico e conectividade digital.

É comum que sejam necessários altos montantes de recursos financeiros para realizar a instalação, gestão e manutenção dessas estruturas<sup>2</sup>. No Brasil, esses investimentos são historicamente baixos, mesmo em períodos de maior envolvimento estatal. A título de exemplo, em 2010, auge de implantação Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) os investimentos alcançaram a marca de 3,27% do produto interno bruto (PIB) brasileiro<sup>3</sup>. Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por sua vez, a média em inversões nessas infraestruturas foram de 4,1% em 2009<sup>4</sup>.

Além da ausência de recursos, a instalação desses serviços padece de outros problemas no país, como dificuldades políticas e administrativas, em razão do nosso modelo institucional e atrasos constantes que elevam os custos das obras<sup>5</sup>. Ainda, tais iniciativas são formuladas sem articulação com os governos subnacionais, o que gera projetos territorialmente cegos<sup>6</sup>.

A região Norte é a que apresenta taxas menores de oferta dos serviços de energia, saneamento básico e conectividade digital<sup>7</sup>, inclusive no Amazonas. Ao longo deste diagnóstico, serão detalhadas as condições de oferta dos serviços de infraestrutura no estado.

## ENERGIA

### DE ONDE PARTIMOS: AS DEMANDAS DE ENERGIA NOS TERRITÓRIOS

#### IMPLEMENTAÇÃO

Infraestrutura de energia que possibilite permanentemente o acesso ao serviço

#### ACESSO E MONITORAMENTO

Acesso constante que permita a conservação dos produtos e luz para todos

#### FORTELECIMENTO

Garantir uma rede elétrica de qualidade

Fonte: Elaboração própria a partir da sistematização da 1ª rodada de oficinas nos territórios-alvo para a construção participativa de ADTs, em novembro de 2019.

1 MORAIS; COSTA (2010)  
2 MORAIS; COSTA (2010)  
3 GOMIDE; PEREIRA (2018)  
4 ANHEIER; ALTER (2016)

5 GOMIDE; PEREIRA (2018)  
6 LOTTA; FAVARETO (2018)  
7 MARQUES (2015)





O acesso à energia, um direito garantido pela Constituição Federal (CF), é legislado pela União. Em linhas gerais, o setor é dividido em geração, transmissão e distribuição. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), é a responsável pela regulação e fiscalização da produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal. Um dos principais instrumentos para o planejamento do setor são os Planos Nacionais de Energia (PNE).

Apesar das responsabilidades do governo federal<sup>8,9</sup>, conforme prevê o art.22<sup>9</sup>, os Estados podem legislar sobre questões específicas por lei complementar<sup>10</sup>, excluída energia nuclear e petróleo, em que o governo federal possui monopólio<sup>11</sup>. No Brasil, há uma concentração do papel da União na execução da política energética<sup>12</sup>.

As demandas em relação à energia identificadas no processo participativo de construção das ADTs nos territórios-alvo variam desde a necessidade de implementação de infraestrutura e serviços que ainda não existem em alguns territórios até o fortalecimento e monitoramento de serviços já prestados, mas ainda de maneira inconsistente. As comunidades demandam fundamentalmente estabilidade no fornecimento

de energia. E reivindicam instalação de redes de energia elétrica, de serviço de iluminação pública e aquisição de geradores de energia.

---

### Os Sistemas Isolados demandam planejamento que elabore uma política energética para a realidade amazônica

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, 99,8% dos domicílios do país possuíam acesso à energia elétrica<sup>13</sup>. Ainda que a cobertura seja praticamente total, em boa parte da Amazônia o acesso à energia não se encontra universalizado. Na Amazônia Legal, 3,5% da população estão sem acesso à energia elétrica. No Amazonas, a porcentagem é de 3,9%<sup>14</sup>.

No Brasil, a geração e distribuição energética está organizada pelo Sistema Interligado Nacional (SIN) que é o principal conjunto de equipamentos e instalações que abastece as regiões integradas à ele. Há os Sistemas Isolados (Sisol) que provêm energia para as regiões desconectadas do SIN. E as comunidades remotas, que não contam com o fornecimento nem do SIN quanto do Sisol<sup>15</sup>.

A região Norte é uma grande produtora de energia, sendo responsável por 18% da capa-

8 BRASIL (1988)

9 O art. 22 da CF afirma que compete privativamente à União legislar sobre, dentre vinte e nove pontos, águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

10 BRASIL (1988)

11 SILVA (2013)

12 MATIELLO et al (2018)

13 IBGE (2019)

14 IEMA (2021)

15 IEMA (2020)

cidade instalada do país e por 23% da geração exclusivamente hidrelétrica. No entanto, a população responde por apenas 7% do consumo nacional<sup>16</sup>. O fornecimento energético na região é deficitário, principalmente nos Sisol<sup>17</sup>, onde 90% da potência instalada está nas usinas a diesel.

O planejamento dos serviços de energia dos Sisol é de responsabilidade do Grupo Técnico Operacional da Região Norte (GTON), composto por representantes de empresas públicas e privadas, sendo coordenado pela Eletrobrás<sup>18</sup>. Há também o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão interministerial de assessoramento do governo federal, que tem como principal atribuição formular políticas e diretrizes de energia, sendo que para os Sisol, o CNPE deve formular políticas e diretrizes de energia, assim como ações que garantam o suprimento de insumos energéticos para as regiões isoladas ou de difícil acesso<sup>19</sup>.

O sistema energético nacional contempla de forma ineficiente a região amazônica, que apresenta características e desafios específicos para o setor<sup>20</sup>. Convênios entre governos estaduais e a Aneel para monitorar o sistema e o fortalecimento dos Estados na políticas do Sisol são processos que precisam ser mais bem estruturados<sup>21</sup>. O CNPE, por sua vez, não atinge os objetivos em formular políticas que assegurem o acesso à energia tanto para o Sisol quanto para as regiões remotas<sup>22</sup>.

Apesar da carga total dos Sisol ter um baixo impacto no sistema energético brasileiro em comparação com o SIN, esse tipo de geração, subsidiado pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), além de cara, não garante um abastecimento seguro. A perda na distribuição é da ordem de 35%<sup>23</sup>. A tarifa energética para os consumidores dos Sisol é compatível com a cobrada no restante da rede<sup>24</sup>. Em 2020, o orçamento da CCC foi de R\$ 7,49 bilhões<sup>25</sup>, o que indica que os custos de geração de energia elétrica nos Sisol estão

entre os mais altos do país. Grande parte do recurso da CCC é destinada a pagar as empresas de geração de energia pela compra de aquisição de combustível e transporte, ainda que a CCC também autorize projetos de geração de energia renovável<sup>26</sup>.

A CCC não contribui para a substituição do parque termelétrico amazônico, além de não diminuir os altos custos de manutenção que oneram a região<sup>27</sup>. O combustível importado apresenta uma logística complexa e está desvinculado da economia local. Neste contexto, um dos desafios atuais é o desenvolvimento de políticas públicas para estimular a produção de combustíveis renováveis.

O setor energético do Amazonas está privatizado desde 2019. A Amazonas Energia, administrada pela Oliveira Energia, executa dois importantes programas federais: o “Luz Para Todos” (PLpT) e o recém-criado Programa “Mais Luz para a Amazônia” (MLA)<sup>28</sup>.

O PLpT, criado em 2003, atende a comunidades sem acesso à energia. Ele já alcançou 137 mil domicílios no Amazonas (Tabela 1, Gráfico 1) e a estimativa é atender mais 30 mil domicílios até 2022<sup>29</sup>, data prevista para o término do programa federal, financiado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e pelas concessionárias. O PLpT se baseia no atendimento convencional, a partir de extensão de rede, ou pela criação de sistemas de geração descentralizadas.

**Tabela 1**  
**Números do PLpT no recorte do projeto e Amazonas**

Municípios	Domicílios atendidos	Investimento (R\$)
Careiro (2005 – 2021)	7378	58.947.872,11
Humaitá (2007 – 2020)	2546	29.706.354,03
Manicoré (2007 – 2020)	4370	42.059.332,24
Amazonas (2004 – 2021)	137632	1.181.530.573,57

Fonte: Amazonas Energia<sup>30</sup>

16 IEMA (2018)

17 IEMA, (2018)

18 MATIELLO et al (2018)

19 ANDRADE (2010)

20 IEMA, (2018). MATIELLO et al (2018)

21 SOUZA (2010)

22 ANDRADE (2010)

23 EPE (2018)

24 ELS; VIANNA; JÚNIOR (2012)

25 ABDIB (2019)

26 IEMA (2018)

27 ANDRADE (2010)

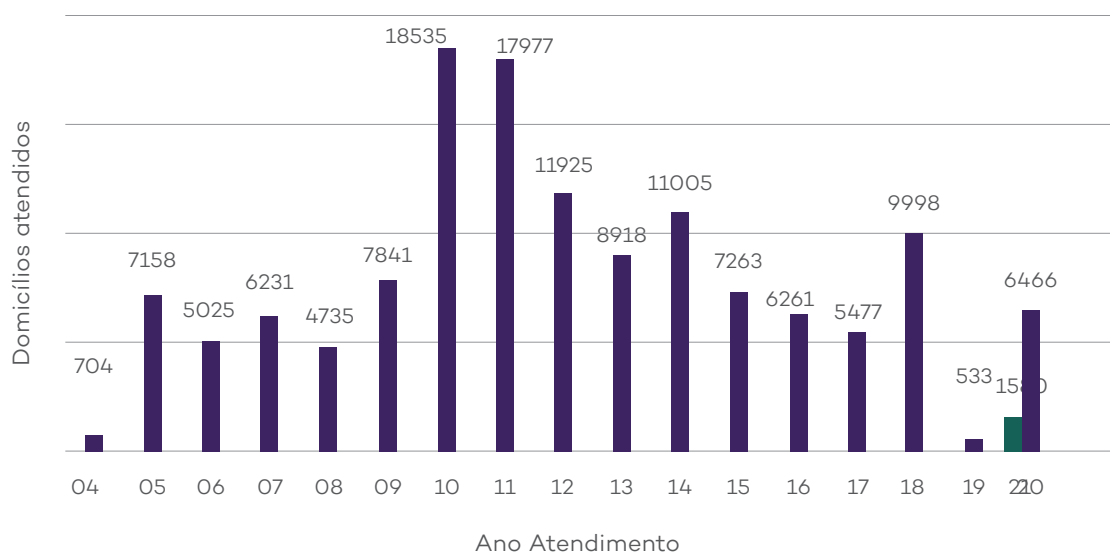
28 Os Estados atendidos pelo MLA são o Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

29 Informações adquiridas por intermédio de entrevista com representante do setor.

30 AMAZONAS ENERGIA (s.d.)

## Gráfico 1

### Domicílios Atendidos pelo PLpT entre 2004 - 2021



Fonte: Amazonas Energia<sup>1</sup>

No PLpT, as concessionárias são responsáveis pela concepção técnica e financeira das obras, assim como sua implementação. Como as concessionárias não possuem vocação para políticas de eletrificação<sup>31</sup>, o desenho do programa tem esse ponto frágil, que dificulta a real efetividade das ações nos territórios.

O PLpT se mostra ainda ineficiente na construção de canais de consulta com as comunidades para que ocorra a participação de todos na implantação do programa. Há parcerias para o emprego de mão de obra local na montagem da infraestrutura, em situações precárias de trabalho<sup>32</sup>. Segundo as comunidades dos territórios-alvo do projeto, houve a participação de mão de obra comunitária no PLpT, como a abertura de ramais na entrada da floresta para retirada de madeira e buracos para a instalação dos postes. Outro ponto sinalizado pelos beneficiários

do PLpT nos territórios é a ausência de monitoramento e assistência técnica dos equipamentos das redes.

A Aneel, por intermédio da Resolução Normativa nº 488/2012, estipula os critérios a serem seguidos pelas concessionárias. Um deles indica que para garantir a qualidade do atendimento, a distribuidora deve planejar a extensão da rede a partir da rentabilidade da obra ou quando a unidade consumidora estiver localizada em até cinco quilômetros da rede de distribuição mais próxima. Nesse contexto, o programa MLA, criado em 2020, visa a atender os consumidores que estão localizados além do estipulado pela Aneel. Os recursos para o funcionamento do MLA advêm da CDE. Desta forma, há dois programas para a universalização do atendimento, sendo que o MLA ainda se encontra em processo de estruturação.

Em entrevista com o Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (CDEAM/Ufam), com a World Wide Fund For Nature Brasil

31 AMAZONAS ENERGIA (s.d.)

31 ELS; VIANNA; JÚNIOR (2012). CAVALCANTE (2015). SOUZA (2010)

32 CAVALCANTE (2015). MOREIRA; SIQUEIRA; IRIGARAY (2016)

(WWF-Brasil) e Amazonas Energia foi salientado a ausência de um comitê na estrutura do MLA. O PLpT conta com o Comitê Gestor Nacional de Universalização (CGN) e os Comitês Gestores Estaduais (CGE), que exercem a gestão compartilhada do PLpT. Ambos os espaços são coordenados pelo MME. A ausência dessas instâncias na estrutura do MLA enfraquece a efetividade do programa.

A falta de correlação das ações, tanto no PLpT quanto no MLA, para a geração de renda, a integração e o fortalecimento do desenvolvimento rural<sup>33</sup> também é um ponto importante a ser analisado. Ao PLpT carece olhar para a energia como um vetor de produtividade<sup>34</sup>. O MLA, por sua vez, se propõe a articular o acesso à energia ao fortalecimento do desenvolvimento social e econômico das comunidades beneficiadas pelo programa. No entanto, conforme mostram as entrevistas com integrantes do CDEAM/Ufam e WWF-Brasil não existe um plano no âmbito do MLA com ações a serem desenvolvidas para que os objetivos possam ser cumpridos.

Outro ponto de atenção e preocupação, compartilhado pelos entrevistados, é com a eventual privatização da Eletrobrás, o que levanta dúvidas sobre a continuidade dos programas. Atualmente tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4248/2020, que propõe antecipar a meta de universalização da energia na Amazônia Legal até 2023, com pelo menos a instalação de um sistema de energia coletiva em comunidades.

---

### Os municípios como atores importantes na criação de políticas energéticas

Os municípios de Careiro, Humaitá e Manicoré são abastecidos por usinas termelétricas a diesel. A forma de contratação da geração de energia nos Sisol é feita por intermédio de leilões, sendo a Amazonas Energia a responsável pela geração, transmissão, distribuição e comercialização da energia no Estado.

33 CAVALCANTE; QUEIROZ (2012). SOUZA (2010). FREITAS; OLIVEIRA (2017)

34 IEMA (2018)



Desde 2020, o Amazonas tem a secretaria Executiva de Mineração, Energia, Petróleo e Gás (Semep) para cuidar do setor energético, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti). Na esfera municipal o tema energia é tratado pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo (Semour) em Careiro, pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminfra) em Manicoré, e pela Secretaria de Infraestrutura (SEMINF) em Humaitá.

Careiro tem duas termelétricas em operação, que também garantem o fornecimento para Igapó-Açu, por intermédio do PLpT. Manicoré conta com uma usina para o abastecimento energético. A termelétrica de Humaitá também atende o distrito de Realidade. Apesar da infraestrutura em operação nos territórios analisados, há registros de instabilidades no abastecimento, tanto por questões técnicas (postes danificados e redes de fiação precárias), como informado em entrevistas com técnicos das secretarias municipais, quanto pelo mau dimensionamento dos usos e da capacidade das redes. No distrito de Realidade, por exemplo, a instabilidade é provocada pela alta demanda das atividades das serrarias.



Neste sentido, as políticas energéticas municipais exigem planejamento. O caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uatumã é emblemático. A reserva está próxima da Usina de Balbina, mas não tem acesso à energia. Por isso, atividades econômicas ligadas ao turismo ou às cadeias produtivas locais dependem de geradores a diesel. A chegada de uma grande obra de infraestrutura na região, como ficou evidente nas entrevistas com representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-AM), não melhorou o acesso à energia nos territórios. O mesmo raciocínio pode ser levado para o contexto da BR-319.

As prefeituras, na maioria das vezes, não contam com meios adequados para conceber e apoiar programas e projetos concebidos em esferas administrativas superiores<sup>35</sup>. Dos 772 municípios amazônicos, 161 possuem comunidades remotas sem acesso à eletricidade convencional<sup>36</sup>.

O desenvolvimento de Planos de Desenvolvimento Energéticos Municipais (PDEM), responsáveis por mostrar áreas estratégicas e ações

possíveis de serem operacionalizadas pelas políticas energéticas, é um caminho possível. O PDEM viria ao encontro com a necessidade de criação e fortalecimento de marcos legais para o ordenamento jurídico de políticas energéticas, que também precisam ser transversais<sup>37</sup>.

O PDEM deve ser estruturado a partir de eixos que direcionem as estratégias voltadas para o cumprimento dos objetivos traçados pelo poder público. Cada ação deve ser acompanhada de uma previsão orçamentária, assim como indicadores qualitativos, horizonte de tempo e quem serão os responsáveis pela implementação<sup>38</sup>. Nas entrevistas com as secretarias dos municípios, não se notou conhecimento sobre a possibilidade de desenvolvimento de um PDEM. A atuação das prefeituras é mais direcionada à oferta de iluminação pública.

Diante desse quadro a lista de desafios para a elaboração de planos energéticos municipais tem vários itens. O baixo acesso a equipamentos que incentivem o uso de fontes renováveis, a pouca experiência na formulação de políticas públicas no setor energético, as dificuldades de estabelecer planos alinhados com os obstáculos que precisam ser transpostos em um contexto amazônico e o pouco apoio estadual estão entre eles.

Uma mudança importante em nível municipal seria o surgimento dos Conselhos Energéticos Municipais, que poderiam auxiliar na elaboração do PDEM. No âmbito estadual, havia o Conselho Estadual de Energia<sup>39</sup>, que foi descontinuado.

A Universidade Federal do Amazonas (Ufam) criou, em 2019, o Fórum Permanente de Energia (FPE), coordenado pelo CDEAM/Ufam, com o objetivo de estabelecer parcerias e propor políticas para o desenvolvimento do setor energético do Amazonas. O FPE vem construindo um importante espaço de discussão da política energética do Estado, tendo auxiliado a Semep/Sedecti na elaboração da recém-aprovada Lei nº 5.350/2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia e Eficiência Energética.

35 INEDES (2021)  
36 WWF (2021)

37 INEDES (2021)  
38 INEDES (2021)  
39 Criado pelo Decreto nº 32.968/2012.

Essa Lei estadual foca na criação de instrumentos para execução de uma política de eficiência energética e de incentivo ao investimento e usos de fontes renováveis no Amazonas. Ela prevê, por exemplo, a criação de um Fundo de Desenvolvimento Energético. Em entrevista, integrantes da Semep/Sedecti afirmam que a implantação dessa legislação contribui para a segurança jurídica ao incentivar que empresas a desenvolver tecnologias para frente ao que é exigido pelo contexto amazônico..

A Lei nº 5.350/2020 também evidencia a necessidade da política energética a ser construída de forma ampla, articulando os investimentos em eficiência energética e de incentivo aos sistemas energéticos de renováveis ao fortalecimento da produção e das políticas sociais. De acordo com as entrevistas, o grande objetivo desse arcabouço legal é efetivar uma transição energética no Estado.

No mais, é preciso o estímulo aos municípios para compor espaços e ações que articulem a política energética. Um dos caminhos possíveis é por intermédio da eficiência energética, que pode auxiliar o espraiamento da importância do planejamento energético. O envolvimento do poder público em projetos e políticas energéticas pode se conformar em uma boa prática capaz de sinalizar, tanto ao poder público quanto o privado, que o investimento em energia é um horizonte interessante a ser percorrido.

---

### **Os desafios e a importância da inclusão energética das comunidades remotas**

O acesso à energia na região amazônica vai além da dimensão tecnológica. Ela é referente às narrativas que permeiam as políticas públicas que enxergam o acesso como um fim em si, e não como um vetor de desenvolvimento, que não cumpre seu papel<sup>40</sup> se não possibilitar o atendimento às necessidades básicas que garantam o exercício de cidadania.

Os chamados excluídos do setor de energia representam 3,9% da população do Amazo-

nas<sup>41</sup>. Essas regiões não conectadas ao sistema convencional de energia têm pouca visibilidade para o poder público, além de, em alguns casos, estarem em locais de difícil acesso. São comunidades dependentes da energia gerada por pequenos sistemas a diesel.

Mesmo os Sisol apresentam lacunas territoriais, concentrando o atendimento às demandas urbanas dos centros não integrados ao SIN. O quadro institucional e normativo para o atendimento de áreas rurais dos Sisol é ineficiente. Questões como: as tarifas que esses consumidores pagam (que estão acima das tarifas das concessionárias e não refletem o consumo real pela inexistência de medidas de mensuração<sup>42</sup>) e o framework do setor (que não considera muito as dinâmicas específicas para estes territórios<sup>43</sup>) demonstram a ausência de um planejamento específico para os territórios.

O acesso à energia no meio rural, que necessita de ações que contemplem suas especificidades<sup>44</sup>, é diretamente afetado. A chegada das usinas a diesel ocorreu por causa da baixa necessidade de manutenção e por ter custos menores ao fornecimento por via convencional. O uso do diesel (alternativa com a qual as comunidades possuem mais familiaridade) é, em muitos casos, uma das únicas possibilidades<sup>45</sup> para garantir o fornecimento de energia.

No entanto, a aquisição do diesel, além de um impacto ambiental alto, também pesa no orçamento das comunidades. Por causa da limitação financeira, os geradores operam poucas horas, engessando atividades que podem ser feitas durante o período noturno, como estudos e o lazer. O uso dos lampiões ainda afeta a saúde das pessoas por gerar muita fumaça.

A almejada universalização do serviço depende da combinação de ações efetivas de acesso à energia com políticas de estímulo. O fato de o diesel ser mais barato gera uma competição desigual com as fontes renováveis nas comunidades remotas. Por isso, esse tipo de investimento não pode ser baseado em critérios convencionais de análise de ren-

40 MATIELLO et al (2018)

41 WWF (2021)

42 ELS; VIANNA; JÚNIOR (2012)

43 ELS; VIANNA; JÚNIOR (2012)

44 IICA (2011)

45 IEMA (2018)

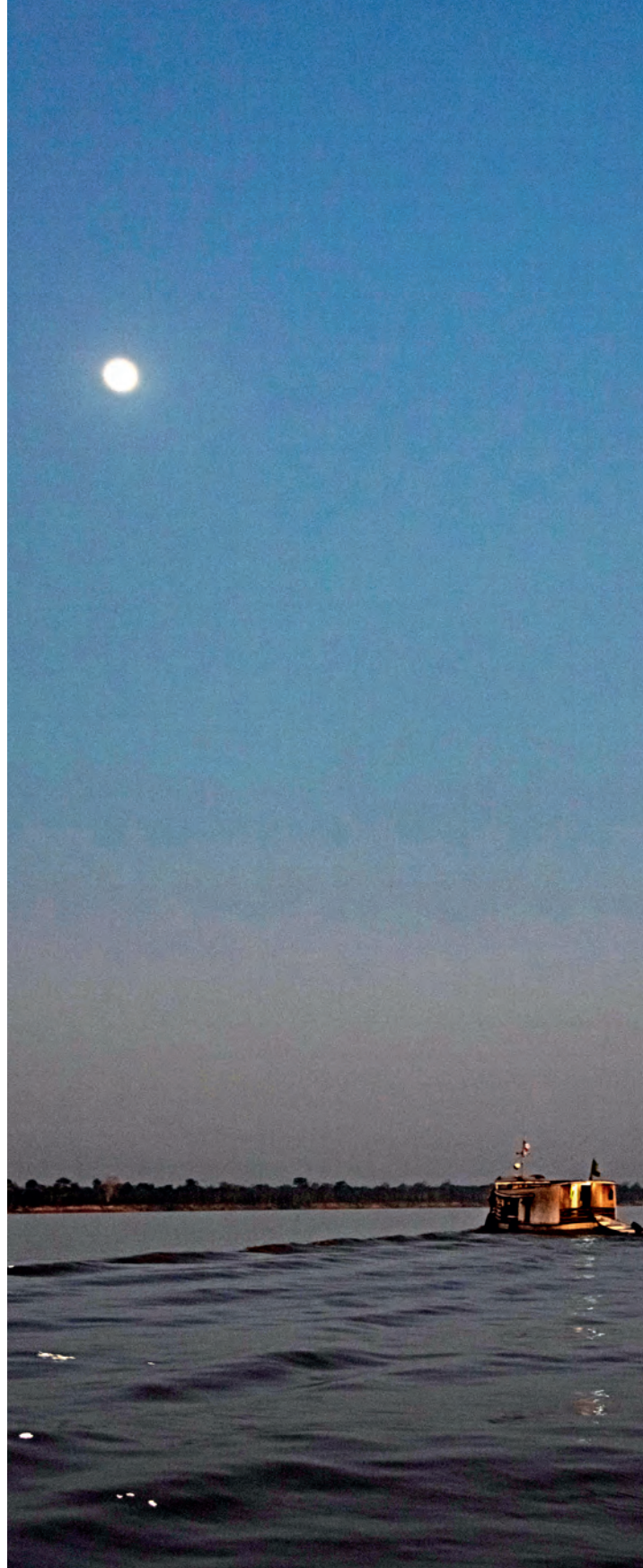
tabilidade<sup>46</sup>. A questão energética, nesse contexto amazônico, precisa fazer parte de uma visão integrada de desenvolvimento local, segundo entrevistas com o CDEAM/ Ufam.

Um ponto importante é a integração de toda a comunidade ao projeto desde o início. O entendimento da importância da iniciativa pelos moradores ajuda na gestão coletiva dos sistemas de energia renovável. É preciso, nesse caso, que as comunidades sejam se familiarizem com as discussões sobre as energias renováveis e de como esses sistemas podem ajudar nas demandas locais. Entre o processo de escolha das tecnologias e o início das operações há o período de adaptação, em que os responsáveis pela instalação avaliam a sustentabilidade e funcionalidade dos sistemas para as comunidades.

Os sistemas fotovoltaicos, por exemplo, exigem monitoramento constante. Os que são off-grid, dependentes de baterias, possuem um tempo de funcionamento restrito, o que gera mais custo por causa das trocas mais constantes de baterias. Os desafios de logística para acesso aos territórios também aumentam os gastos com peças e serviços. Faz parte do planejamento dos projetos, portanto, formar os próprios beneficiários para que compreendam eventuais problemas nos sistemas e consigam trocar as baterias dos equipamentos. Além da montagem de uma rede de profissionais que possa ser acionada com rapidez durante as eventualidades.

Nas entrevistas, tanto os integrantes da WWF-Brasil quanto do Instituto Mamirauá apontam que o Brasil avançou no acesso a tecnologias de energia por renováveis. São processos que fizeram os preços caírem e, mesmo assim, o acesso ainda é difícil, especialmente para cooperativas e comunidades.

Se o fortalecimento da bioeconomia na Amazônia é um caminho importante a ser trilhado<sup>47</sup>, a questão energética mostra que é preciso, em muitos casos, resolver antes de mais nada as demandas mais básicas da população. O que precisa ser feito por meio de políticas públicas que garantam o acesso e a democratização dos sistemas de geração de



energias por renováveis<sup>48</sup>. Uma visão transversal e articulada entre estado, prefeituras e comunidades, a partir de políticas públicas nacionais, é a chave para a universalização da energia em áreas remotas da Amazônia.

46 ANDRADE (2010)

47 WWF (2021)

48 IEMA (2018)

# SANEAMENTO BÁSICO

A política de saneamento básico no Brasil agrega um conjunto de serviços relacionados ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Em razão das características dos municípios abordados neste projeto, serão discutidos, apenas, os serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

No setor, o principal programa lançado pelo poder público brasileiro antes da Constituição Federal de 1988 (CF de 1988) foi o Banco Nacional de Habitação, criado durante a ditadura militar para financiar políticas de habitação e saneamento básico. Neste período, foi adotado um modelo estatal centralizado, em que o governo federal era responsável pela formulação da política e 44 companhias municipais, além de 27 estaduais, realizavam a oferta dos serviços no setor<sup>49</sup>.

Após a CF de 1988, consolidou-se a interpretação de que os municípios são os principais responsáveis pela oferta dos serviços de saneamento básico. Desde então, a governança do setor tornou-se complexa, pois os três níveis de governo podem desenvolver ações na oferta deste serviço, além das empresas concessionadas. O governo federal possui a Agência Nacional de Águas (ANA), responsável por regular o setor e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que realiza projetos em municípios de até 50 mil habitantes.

Os governos estaduais, por um legado deixado pelo BNH, são responsáveis por realizar cerca de 70% dos serviços de abastecimento de água e esgoto dos municípios. As companhias estaduais são contratadas por concessões municipais<sup>50</sup>. Há outros modelos também comuns no Brasil, como a execução direta dos serviços pelos municípios, a concessão dos serviços a empresas privadas e a criação de consórcios intermunicipais.

## DE ONDE PARTIMOS: AS DEMANDAS DE SANEAMENTO BÁSICO NOS TERRITÓRIOS

### IMPLANTAR UMA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO

Construir e melhorar poços artesianos

Garantir o acesso à água de boa qualidade, encanada e potável

Desenvolver uma política de gestão de resíduos sólidos

Fonte: Elaboração própria a partir da sistematização da 1ª rodada de oficinas nos territórios-alvo para a construção participativa de ADTs, em novembro de 2019.

49 ARRETCHÉ (2002)

50 SANTOS et al (2020)



No ano de 2020 foi aprovada a Lei 14.026/2020, que impôs um novo marco regulatório para o saneamento básico no Brasil. A legislação tornou obrigatória a realização de licitações para contratação de empresas públicas ou privadas interessadas em operar no setor. A ideia por trás dessa obrigatoriedade é facilitar a privatização dos serviços, ao obrigar que as companhias estaduais disputem licitações para realizá-los. Os grupos de pressão a favor do marco regulatório esperam que ocorra maior flexibilidade na privatização dos serviços, o que faria o interesse de empresas concessionárias aumentar, pois elas poderiam ganhar mais na cobrança pelos serviços, algo que também contribuiria para a expansão da oferta do saneamento básico no país<sup>51</sup>.

Contudo, há outro grupo de especialistas que alerta para o fato de que o novo marco pode, de fato, aumentar o interesse das empresas em operar nos municípios mais ricos e superavitários, mas diminuir o interesse em cidades pobres<sup>52</sup>. Os municípios amazonenses, em especial, os que são foco de atuação deste projeto, tendem a estar no grupo dos municípios mais pobres e com menos recursos para atrair investimentos empresariais.

## A política de saneamento básico na região Norte e no Amazonas

A região Norte, berço da Amazônia, possui os índices mais baixos dos serviços de saneamento no país, conforme aponta a Tabela 1. Neste levantamento, alguns dados são alarmantes, a exemplo da baixa oferta dos serviços de coleta e tratamento do esgoto, que agride o bioma amazônico<sup>53</sup>. Ainda mais grave é o quadro de doenças que a falta de tratamento adequado dos serviços de saneamento pode gerar. No ano de 2019, foram registrados 4.519 casos de internações por doenças de veiculação hídrica no Amazonas e 30 óbitos<sup>54</sup>.

Para detalhar a situação do estado e nos municípios de atuação do projeto, serão analisados três tipos de serviços: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e gestão dos resíduos sólidos.

**Tabela 1**  
Cobertura dos serviços de saneamento básico por domicílio

Regiões	Atendimento com rede de água	Água potável não contabilizada ou perdida na distribuição	Atendimento com rede de esgoto	Esgoto tratado	Cobertura de coleta domiciliar	Municípios com coleta seletiva
<b>Norte</b>	57,1%	55%	10,5%	21,7%	83,6%	14,2%
<b>Nordeste</b>	74,2%	46%	28%	36%	86,1%	10%
<b>Sudeste</b>	91%	34%	79%	50%	96%	47%
<b>Sul</b>	90%	37%	45%	45%	91%	58%
<b>Centro - Oeste</b>	89%	35%	52%	53%	92%	28%
<b>Brasil</b>	83,6%	38%	53,2%	46,3%	86%	38%

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, em 2018, elaboração própria.

51 PULHEZ (2020)  
52 PULHEZ (2020)

53 TRATA BRASIL (2020)  
54 DATASUS (2019)

## Abastecimento de água

Os serviços de abastecimento de água são um conjunto de obras, ferramentas e atividades que visam levar água potável para consumo humano em domicílios, indústrias ou órgãos do poder público<sup>55</sup>. Desde a CF de 1988, há uma interpretação consolidada no Brasil de que os municípios são os responsáveis pela oferta desse serviço.

Em detrimento da responsabilidade dos governos locais, o legado histórico deixado pelo BNH faz com que quase 70% dos municípios no Brasil realizem contratos de concessão com companhias estaduais de saneamento para oferta dos serviços de abastecimento de água. Nesse modelo, muito comum até o ano de 2020, quando foi criado o novo Marco do Saneamento, esperava-se que houvesse um subsídio financeiro cruzado dos governos estaduais, que equilibrasse as contas entre cidades superavitárias e cidades menores.

No Amazonas, a Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas (Cosama), empresa de economia mista criada em 1969, é o órgão responsável por captar, tratar e distribuir água para consumo humano no estado. Entretanto, ao longo da década de 1990, houve uma transferência na gestão dos serviços para prefeituras, de modo que, atualmente, a Cosama opera apenas em 14 muni-

cípios, nenhum deles os de foco do projeto<sup>56</sup>.

Nos dois modelos mais comuns – realizados em concessão com a Cosama ou ofertados diretamente pelos municípios – há ausência de infraestrutura básica para tratamento e abastecimento de água. Um relatório da ANA, elaborado em 2010, apontou que apenas 17 municípios amazonenses apresentavam condições satisfatórias na oferta de água<sup>57</sup>. Dentre os 62 municípios do estado, 44 são abastecidos exclusivamente por águas subterrâneas, 10 por mananciais e 8 por forma mista. As águas subterrâneas são mais fáceis de serem exploradas, pois exigem baixos custos operacionais, porém demandam cuidado maior no tratamento.

Especificamente nos municípios foco deste projeto, a captação e oferta dos serviços de abastecimento de água é feita diretamente pela administração pública municipal. Careiro, Humaitá e Manicoré haviam conseguido quase universalizar, em 2010, o abastecimento de água para a população que vive nas zonas urbanas. Na zona rural, a taxa de acesso a água era baixa em 2010 e segue com padrões semelhantes, conforme ilustrado pela Tabela 2.

Na zona urbana dos três municípios, a água distribuída, que não passa por nenhum tipo de tratamento, é obtida de fontes subterrâneas, por meio dos poços artesianos rasos. Essas infraestruturas passam por limpeza e manutenção uma vez a cada seis meses. A água é distribuída

**Tabela 2**  
**Abastecimento de água nos territórios-alvo (2010)**

	Rede Geral	Poço ou nascente na propriedade	Água da Chuva Armazenada em Cisterna	Outra forma de abastecimento de água	
URBANO	Humaitá	97%	2%	0%	1%
	Careiro	93%	1%	0%	6%
	Manicoré	80%	15%	0%	5%
RURAL	Humaitá	15%	19%	0%	66%
	Careiro	11%	29%	0%	59%
	Manicoré	6%	34%	0%	61%

Fonte: Infosnbas, s.d. Elaboração própria.



Infraestrutura de captação de água do Rio do Tupana, Comunidade Tupana

por bombas alimentadas a energia elétrica, que demandam manutenção constante.

No município de Careiro, o órgão responsável pelo abastecimento de água é o Departamento de Distribuição de Água do Careiro (Dediac). A Dediac possui cerca de 20 servidores e é mantida com recursos oriundos da cobrança de tarifa pelo serviço da água – em julho de 2021 o valor único era de R\$ 15,30. Atualmente, são 4 mil domicílios cadastrados, todos na zona urbana, e apenas 50% pagam tarifa corretamente.

Na zona rural, além da perfuração de poços, também é comum a captação de água dos rios, sem tratamento algum. Um projeto recente da Funasa apoiou a instalação do filtro Salta-z em 14 comunidades rurais de Careiro para melhorar a qualidade da água. O filtro é de fácil operação, com estrutura simplificada, de fácil aplicação, instalação e apropriação<sup>58</sup>, que torna possível captar água para consumo diretamente dos rios e mananciais da região.

Embora seja uma quantidade irrisória de comunidades contempladas, é uma experiência que se destaca como um bom exemplo do que pode ser realizado para melhorar o acesso à água em comunidades

rurais na Amazônia. Além disso, servidores do Careiro foram capacitados para fazerem a manutenção dos equipamentos. A capacitação aumentou o interesse dos gestores municipais em aplicar a experiência em outras comunidades.

Em Humaitá, o órgão responsável pelo abastecimento de água é a Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico (Cohsab). A Cohsab possui 21 servidores e funciona sob o modelo de autarquia, financiada por recursos próprios obtidos com a tarifa cobrada aos consumidores do serviço de abastecimento de água. Até julho de 2021, o valor único da tarifa era de R\$ 18,38. Dos aproximadamente 10 mil domicílios cadastrados, apenas 40% pagam a conta com regularidade. Alguns estudos em locais específicos da cidade<sup>59</sup> apontam que a qualidade da água distribuída em Humaitá está em desacordo com regras nacionais<sup>60</sup>.

Na zona rural de Humaitá, a prefeitura não realiza projetos de apoio à oferta de água nas comunidades. No distrito de Realidade, apenas as ruas principais possuem domicílios com encanamento. Nas demais, a tubulação é externa e o abastecimento feito por poço artesiano.

58 SANTOS; CARVALHO (2018)

59 PINTO (2016)  
60 SANTOS et al (2019)

Em Manicoré, o Sistema de Abastecimento de Água (Sisagua) é o departamento responsável pela gestão das águas. O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2019 indica que a cobertura do abastecimento aumentou para 88,52% da população na zona urbana, sem estratégias de tratamento. Outras informações retiradas do SNIS apontam que o consumo de água em 2018 foi maior (385,71 l/hab/dia) do que as médias, estadual (94,79 l/hab/dia) e nacional (153,87 l/hab/dia).

Na zona rural, as estratégias de acesso a água são as mesmas dos outros dois municípios. Em consulta a lideranças comunitárias, foi possível notar que a principal forma de abastecimento de água nas comunidades mais isoladas do município são os poços artesianos e a água é ofertada sem tratamento e sem qualidade para consumo, em algumas comunidades. A gestão municipal não oferece apoio às comunidades rurais na ampliação desse serviço.

No território de Igapó-Açu, não há nenhum tipo de oferta de abastecimento de água pelo poder público. Como alternativa, os comunitários adotam duas estratégias: captam água diretamente das margens do rio e a utilizam para banho e também recorrem a um poço artesiano instalado em uma escola, distante 1,5 km da sede da comunidade.

Em síntese, os desafios para garantir a distribuição de água com qualidade adequada nos três municípios são semelhantes. De um lado, as zonas urbanas atingiram quase a universalidade na oferta do serviço. De outro, a água distribuída não passa por tratamento adequado.

Nas comunidades rurais, é mais comum que sejam utilizados sistemas isolados, de captação em águas superficiais ou poços artesianos. Na primeira possibilidade, o custo para consumir a água se eleva, em razão da necessidade de utilizar combustíveis fósseis para alimentar as bombas que levam as águas dos rios até os domicílios. Nos dois casos, permanece o desafio da ausência de tratamento da água.

---

## Esgotamento sanitário

O esgoto sanitário é resultado das impure-

zas que a água incorpora após a realização de atividades domésticas e industriais. Um sistema de esgotamento sanitário é o conjunto de infraestruturas, equipamentos e serviços criados para coletar e tratar o esgoto doméstico e industrial, de modo a evitar a proliferação de doenças e a poluição de corpos hídricos<sup>61</sup>.

Nos grandes centros urbanos, o modelo de gestão e oferta dos serviços de esgotamento sanitário são semelhantes ao de abastecimento de água, pois ambos são realizados pelas mesmas companhias estaduais<sup>62</sup>. No Amazonas, a Cosama também era responsável pelos serviços de coleta e tratamento do esgoto, mas transferiu essa responsabilidade para os governos municipais na década de 1990. Entretanto, a oferta do serviço sempre foi deficitária no estado, em razão dos custos elevados para instalação do sistema. Por isso, quase 85% dos amazonenses não tinham acesso ao serviço em 2019<sup>63</sup>.

Nos municípios alvo desse projeto, os números de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário são piores do que a média do Amazonas, conforme indica a Tabela 3. Nota-se que as proporções apresentadas para a rede geral de esgoto são quase inexistentes, porque, de fato, nenhum dos três municípios possui estrutura de coleta e tratamento de esgoto. Além disso, o setor das prefeituras que faz a gestão dos serviços de abastecimento de água, a Dediac, em Careiro, a Cohsab, em Humaitá, e o Sisagua, em Manicoré, não possuem atenção voltada para os serviços de esgoto sanitário.

No Igapó-Açu, não há sistema de esgoto para toda a comunidade. Neste território, as condições de infraestrutura para este serviço são muito precárias, pois grande parte dos comunitários não possuem estrutura de banheiro adequada, nem nenhum tipo de tratamento do esgoto. Assim, acabam despejando os dejetos em uma lagoa próxima à comunidade. Outro complicador, é o fato de o território alagar por cerca de quatro meses durante o ano, no inverno. Essa situação aumenta os riscos de contaminação da água consumida, em razão do contato que ela pode ter com os dejetos dos domicílios. Nessa comunidade, é necessário pensar em soluções que prevejam a constância dos alagamentos.

61 SNIS (2019)

62 ARRETICHE (2002)

63 SNIS (2019)



Banheiro de fossa rudimentar na Comunidade São José do Miriti, Resex Capanã Grande, Manicoré

**Tabela 3**  
Esgotamento Sanitário nos territórios-alvo (2010)

	Rede Geral de Esgoto ou Pluvial	Fossa Séptica	Fossa Rudimentar	Vala	Rio, Lago ou Mar	Outro Escoadouro	Não Tinham
<b>URBANO</b>	<b>Humaitá</b>	7%	15%	49%	19%	3%	7%
	<b>Careiro</b>	9%	19%	45%	2%	9%	10%
	<b>Manicoré</b>	2%	16%	76%	3%	0%	1%
<b>RURAL</b>	<b>Humaitá</b>	1%	4%	58%	7%	1%	19%
	<b>Careiro</b>	0%	9%	71%	9%	6%	3%
	<b>Manicoré</b>	0%	1%	65%	7%	1%	13%

Fonte: Infosnbas, s.d. Elaboração própria

Nos territórios analisados, as ações voltadas à melhoria ou ao tratamento dos serviços de esgotamento sanitário são realizadas por organizações da sociedade civil (OSC) ou pela Funasa. O poder público municipal, nos três casos, não reúne capacidades para desenvolver projetos de melhoria dos serviços.

Atualmente, a principal forma de destinação do esgoto são as valas e as fossas rudimentares, buracos abertos no solo onde os dejetos são jogados sem nenhum tipo de tratamento. A fossa rudimentar consiste em um buraco aberto no solo para onde são direcionados os dejetos. Este modelo não conta com tratamento do efluente. Assim, o risco de contaminação do solo e do lençol freático é alto, o que pode gerar cerca de 50 infecções distintas aos seres humanos<sup>64</sup>.

As fossas sépticas, por sua vez, são tanques vedados e enterrados no subterrâneo, para depuração de compostos residuais domésticos, que passam por tratamento adequado para não contaminar o solo ou a água. Parte desse tratamento envolve a utilização de filtros anaeróbicos que depuram os efluentes. Atualmente, existem diferentes tipos de fossas sépticas, todas são alternativas melhores do que as rudimentares para a saúde<sup>65</sup>.

Ao analisar as características geográficas do território amazônico, é importante destacar algumas dificuldades ao planejar sistemas de esgotamento sanitário. Nas áreas urbanas dos municípios é necessário construir um sistema completo, composto por coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos. A rede pode ser um sistema público convencional ou sistema condominial. Embora o segundo tipo seja menos custoso, ambos exigem altos investimentos<sup>66</sup>.

Nas comunidades rurais, especialmente aquelas mais distantes dos centros urbanos ou de difícil acesso, o ideal é criar sistemas isolados de esgotamento, que permita às comunidades certa autonomia na gestão, na manutenção e nos pequenos reparos dos sistemas.



Liderança da comunidade São Sebastião do Igapó Açú, RDS Igapó Açú

## Coleta de lixo e a gestão integrada de resíduos sólidos

Os resíduos sólidos são “um conjunto heterogêneo de materiais, substâncias, objetos ou bens descartados resultantes das atividades humanas em sociedade”<sup>67</sup>. Seu descarte exige soluções técnicas ou economicamente viáveis a depender da melhor tecnologia disponível<sup>68</sup>. A gestão integrada de resíduos sólidos, por sua vez, pode ser definida como “um conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política,

64 BRASIL (2020B)

65 BRASIL (2020B)

66 BRASIL (2019)

67 BRASIL (2019)

68 BRASIL (2019)



econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável<sup>69</sup>.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) prevê esforços para a não geração, redução e reutilização dos resíduos, além da criação de soluções integradas para coleta seletiva, reciclagem, compostagem e destinação final de materiais reciclados. A adoção desses princípios tende a diminuir os índices de poluição e contaminação do meio ambiente. A PNRS também defende a ideia de logística reversa, em que o setor empresarial passa a ser o responsável pela coleta e resti-

tuição dos resíduos sólidos gerados em suas linhas de produção<sup>70</sup>.

A oferta dos serviços da coleta de lixo e gestão dos resíduos sólidos é responsabilidade dos municípios. No Brasil, 192 milhões de pessoas possuem acesso a serviços de coleta de lixo<sup>71</sup>. A região Sudeste é a que apresenta maior cobertura, de 96,2%, e a região Norte a menor, com 84,4%. O mesmo painel indica que atualmente o país conta com 31,5 mil catadores envolvidos nos serviços de gestão dos resíduos sólidos.

No Amazonas, a cobertura dos serviços de coleta de resíduos sólidos na zona urbana, em 2019, era de 97,3%, o que aponta um panorama satisfatório, inclusive no interior. Quanto à disposição final dos resíduos, a situação é mais complexa, pois 56 dos 62 municípios do estado depositavam esse material em lixões a céu aberto, três municípios possuíam aterro controlado e apenas Manaus tinha um aterro licenciado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam). É um cenário que aponta a necessidade de realizar uma transição dos lixões a céu aberto para aterro controlado no curto prazo e para aterro sanitário no médio e longo prazo<sup>72</sup>.

O mais recente Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Amazonas (PERS-AM), elaborado em 2015 pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) apresenta um diagnóstico importante sobre o segmento. Em linhas gerais, as principais carências apresentadas pelo diagnóstico são: persistência do descarte de resíduos em lixeiras e vazadouros; baixa cobertura dos serviços de coleta de resíduos nas zonas rurais; baixa taxa de reuso e reciclagem dos materiais coletados; pouco apoio municipal e estadual a grupos organizados de materiais recicláveis; baixo número de profissionais capacitados e integrados aos sistemas municipais de limpeza urbana e manejo de resíduos; falta de consolidação sistemática de informações sobre a oferta desse serviços nos municípios.

Ao analisar especificamente os municípios de atuação do projeto, a situação é semelhante ao quadro desenhado para o estado, conforme ilustrado na Tabela 4.

69 BRASIL (2019)

70 BRASIL (2019B)

71 SNIS (2019)

72 AMAZONAS (2015)

**Tabela 4:**  
**Destinação do Lixo nos territórios-alvo (2010)**

	Coletado por Serviço de Limpeza	Queima-do Na Propriedade	Coletado em Caçamba de Serviço de Limpeza	Jogado em terreno Baldio ou Logradouro	Enterra-do na Propriedade	Jogado em rio, Lago ou Mar	Outro destino
<b>URBANO</b>	<b>Humaitá</b>	65%	6%	29%	0%	0%	0%
	<b>Careiro</b>	63%	1%	35%	0%	0%	0%
	<b>Manicoré</b>	76%	9%	13%	1%	1%	0%
<b>RURAL</b>	<b>Humaitá</b>	7%	78%	3%	4%	4%	1%
	<b>Careiro</b>	6%	83%	6%	1%	3%	1%
	<b>Manicoré</b>	17%	69%	0%	4%	4%	1%

Fonte: Infosanbas, s.d. Elaboração própria.

No município de Careiro, a Secretaria Municipal de Obras é o órgão responsável pela gestão e operacionalização do serviço de coleta de lixo. A prefeitura possui cerca de 46 trabalhadores destinados a operar a coleta na zona urbana e em algumas comunidades rurais da cidade, além de quatro caminhões para carregar os resíduos.

Na zona urbana, os relatos são de que o serviço é realizado diariamente. Na zona rural, a coleta é semanal em determinadas comunidades e em outras não é feita. Alguns territórios não possuem acesso por terra. Assim, os comunitários levam os resíduos até um ramal próximo, para serem coletados pela prefeitura. Nas comunidades que não recebem nenhum tipo de coleta, é comum o lixo ser queimado ou enterrado.

A disposição final dos resíduos no município, até 2020, era realizada em um lixão a céu aberto que estava a 7 km de distância da área urbana. O terreno era próximo de um corpo hídrico, não era cercado e nem possuía guarita de segurança<sup>73</sup>. Recentemente, a prefeitura desativou o antigo lixão para abrir um novo. No novo terreno, há um esforço da prefeitura, em uma ação conjunta

entre a Secretaria de Obras e a Secretaria de Meio Ambiente, para regularizar a nova área no Ipaam. A gestão municipal criou um departamento dentro da pasta de Meio Ambiente para apoiar a associação de catadores de materiais recicláveis da cidade. A iniciativa engloba um funcionário e dois caminhões.

Em Humaitá, o órgão responsável pela gestão e operacionalização dos serviços de coleta de resíduos sólidos é a Secretaria Municipal de Infraestrutura. O município possui cerca de 115 trabalhadores e 5 caminhões no setor. Na zona urbana, dados do SNIS de 2019 indicam uma cobertura dos serviços de coleta de lixo de 99,77%. Na zona rural, o cenário não se alterou de maneira estrutural desde o Censo mais recente. Não há uma política de coleta nas comunidades rurais do município. No Distrito de Realidade, há uma pequena carreta que recolhe parte dos resíduos para descartar toda a carga em um pequeno lixão no território.

A disposição final dos resíduos da zona urbana de Humaitá é feita em um lixão a céu aberto, a cerca de 8km do centro da cidade. O terreno não possui guarita de controle, cerca ou muro de proteção, o que torna fácil o acesso de pessoas e animais. No local, além dos resíduos coletados pelo município, par-

73 AMAZONAS (2015)





Liderança em sua casa na Comunidade do KM 22, Careiro

ticulares também despejam materiais. Valas são abertas na área na tentativa de diminuir o volume de lixo sobre o terreno. Como o lixão está a 3,1 km do aeródromo do município, existe ainda o risco de colisões entre aeronaves e as aves que sobrevoam o local<sup>74</sup>.

Como tentativa de solucionar parte dos problemas, a atual gestão do município tentou mudar o lixão de lugar. A iniciativa, entretanto, foi vetada. Atualmente, a prefeitura procura um terreno mais adequado para instalar o lixão, em que os riscos de contaminação do solo sejam menores.

Sobre as iniciativas de reciclagem, as entrevistas com os representantes da Secretaria de Infraestrutura indicam que não há nenhum caso consolidado de associação de catadores ou programa da prefeitura para incentivar a coleta seletiva ou o reaproveitamento de qualquer tipo de material. Amostra disso, é o indicador de quantidade de massa de resíduos sólidos recuperados por meio de reciclagem na cidade, que alcança o número de 1,16kg/habitante/ano, valor muito inferior à média do Amazonas, de 5,39 kg/hab/ano e a média nacional, de 7.61kg/hab/ano.

Em Manicoré, o serviço de coleta do lixo foi terceirizado para uma empresa privada em 2021. Essa licitação foi organizada e gerenciada diretamente pelo prefeito. A empresa possui dois caminhões e cerca de 14 funcionários para realizar a coleta do lixo. Além disso, a prefeitura, por meio da Secretaria de Infraestrutura, continua responsável pela coleta de entulho.

No SNIS de 2019, a coleta de lixo na cidade é apontada como universalizada. Na zona rural, não há nenhuma iniciativa da prefeitura na gestão dos resíduos. Os modos mais comuns de descarte do lixo são despejá-lo a céu aberto, enterrá-lo ou queimá-lo. Excepcionalmente no distrito de Democracia, há uma iniciativa dos comunitários de vender os materiais recicláveis para catadores que vão até o local retirar esse material para complementar a renda.

Manicoré também dispõe os resíduos em um lixão a céu aberto, localizado a cerca de 4 km da área urbana, em um terreno de propriedade da prefeitura. A área do lixão não possui cerca ou muro. Os resíduos são dispostos sem segregação e não são descarregados de forma ordenada. O local está a 4,3 km do aeródromo do município e existe risco de colisões entre aeronaves e aves que sobrevoam o lixão<sup>75</sup>.

74 AMAZONAS (2015)

75 AMAZONAS (2015)

Embora a prefeitura não tenha nenhuma estratégia sistemática para apoiar iniciativas de coleta seletiva, o município possui a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Solidária de Manicoré. Em 2018, a iniciativa abrigava 25 associados, nenhum maquinário e não tinha espaço adequado para armazenar o material coletado. A associação sofre para conseguir comercializar o material coletado, em razão das dificuldades de acesso a Manaus e pelo fato de precisar transpor algumas distâncias de barco<sup>76</sup>. Contudo, os números mostram resultados interessantes sobre a reciclagem em Manicoré. Segundo dados de SNIS de 2019, o valor da massa de lixo recuperada por meio de reciclagem chegou a 15,21 kg/hab/ano, média maior do que a estadual e a nacional.

Em relação ao território de Igapó-Açú, a comunidade não é atendida pelos governos municipais ao seu redor. Como solução, os comunitários, em parceria com a Sema e com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), fizeram um acordo com a empresa terceirizada que atua na manutenção e terraplanagem da BR-319. Assim, a empresa realiza a coleta de lixo na comunidade quinzenalmente e despeja os resíduos no lixão de Careiro. Além disso, é uma prática comum entre os comunitários a venda de materiais recicláveis como alumínio e plástico, com o objetivo de complementar a renda das famílias.



76 OLIVEIRA; MEDEIROS (2019)

# CONECTIVIDADE DIGITAL

A Lei nº 13.116/2015 estabelece que a “regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações é competência exclusiva da União”. O governo federal, por lei, pode explorar os serviços de forma direta ou mediante autorização, concessão e permissão. O papel da União, nesse caso, é estimular e regular a expansão de redes e serviços, incluindo acesso, qualidade e tarifas com preços razoáveis, por meio do Ministério das Comunicações (MCOM) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)<sup>77</sup>. Apesar de não poderem editar leis sobre redes e serviços de telecomunicações, estados e municípios podem atuar, a partir das diretrizes federais, em estratégias para o avanço da conectividade digital em seus territórios.

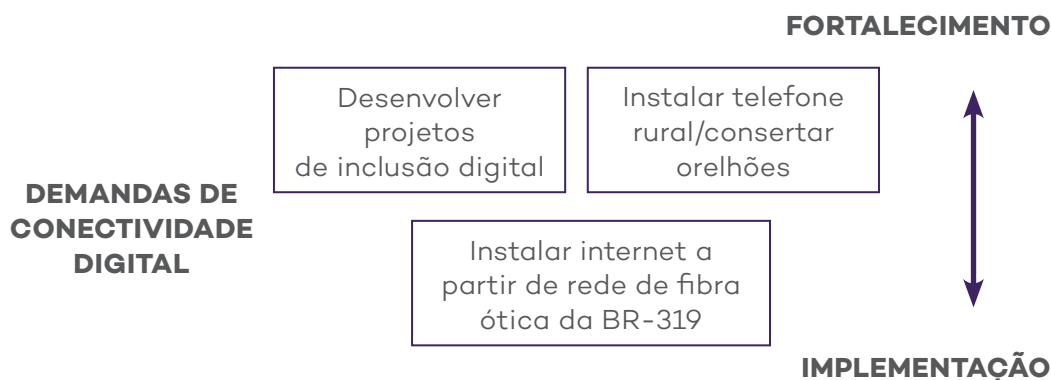
As demandas de conectividade coletadas entre os comunitários, nos territórios-alvo da ADT, estão direcionadas à implementação de infraestruturas para acesso à internet em

áreas rurais e de projetos para a inclusão digital. As áreas urbanas também demandam aprimoramento das redes de conexão, dada a frequente instabilidade do acesso. Optamos por apresentar as demandas por telefones rurais e orelhões para manter a rastreabilidade de todas as demandas coletadas, porém, este diagnóstico se debruçará sobre a análise dos desafios e das oportunidades para o acesso à conectividade digital.

## O território, a renda e a escolarização no acesso à internet

De 2017 para 2018, o número de domicílios que utiliza internet no Brasil subiu de 74,9% para 79,1%<sup>78</sup>, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad-2018), ainda assim, o “Brasil está longe de ser um país digital”. A expansão do acesso à

## DE ONDE PARTIMOS: AS DEMANDAS DE CONECTIVIDADE DIGITAL NOS TERRITÓRIOS



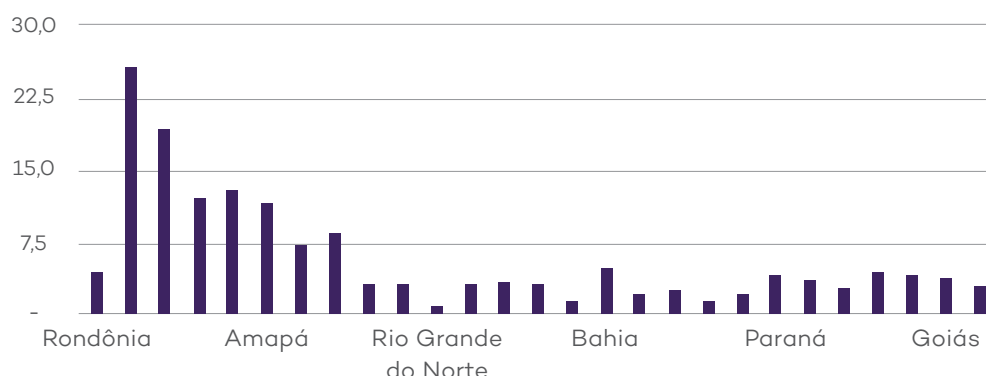
Fonte: Elaboração própria a partir da sistematização da 1ª rodada de oficinas nos territórios-alvo para a construção participativa de ADTs, em novembro de 2019.

77 BRASIL (1997)

78 IBGE (2020)

## Gráfico 1

Percentual de pessoas, na população de 10 anos ou mais de idade, que não acessaram internet porque o serviço não estava disponível nos locais que costumavam frequentar, por unidade da federação - 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do Pnad 2018

internet é marcada por desigualdades de naturezas individuais e territoriais, que impactam a inserção das pessoas em circuitos produtivos<sup>79</sup>, mas, além disso, afetam o alcance a todas as demais políticas públicas e a participação nos espaços sociopolíticos.

Três fatores importam para análise dessas desigualdades: o território, a renda e a escolarização. O território importa porque o local onde a pessoa mora pode oferecer oportunidades diferentes para inserção ao mundo digital. Entre as grandes regiões do Brasil, nas mais ricas, o principal motivo da não-inserção está relacionado às escolhas dos indivíduos. Nas regiões com menor desenvolvimento socioeconômico, sobretudo Norte e Nordeste, os desafios são a incapacidade de pagamento ou a carência de oferta<sup>80</sup>.

A desigualdade de acesso à internet entre áreas urbanas e rurais do país é maior na região Norte. Em 2018, 83% dos domicílios possuíam acesso na área urbana e 33% na área rural. Outro agravante da região é a qualidade da transmissão de dados. Apenas 3% dos domicílios possuem acesso com velocidade de conexão acima dos 10 Megabits por segundo<sup>81</sup>. A maior parte dos domicílios utiliza banda larga móvel (3G e 4G). Os estados da Região Norte apresentam maiores percentuais de pessoas que não utilizaram a internet pela ausência da oferta do serviço. O percentual de

19,3% do Amazonas foi o segundo maior entre todos os estados do Brasil (Gráfico 1).

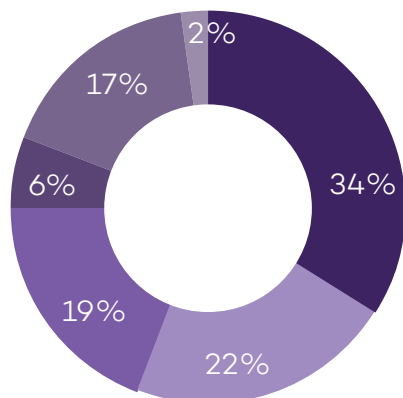
Um segundo fator que afeta a desigualdade no acesso ao mundo digital é a renda<sup>82</sup>. Segundo a Pnad 2018, o rendimento real médio per capita dos domicílios brasileiros em que havia utilização da internet foi aproximadamente o dobro dos que não utilizavam<sup>83</sup>. No Amazonas, os altos custos tanto do serviço de acesso à internet quanto dos equipamentos eletrônicos são os principais motivos para o não acesso à internet, seguido de serviço indisponível. Do total de domicílios amazonenses, 70,5% não possuíam microcomputadores. Em todos domicílios havia celular<sup>84</sup>, principal meio de acesso no estado e no Brasil (Gráfico 2).

A escolarização é o terceiro fator que afeta o acesso à internet<sup>85</sup>. Em 2018, a Pnad apontou que “97,4% das pessoas com nível superior e 98,3% com nível superior incompleto acessavam à internet; enquanto apenas 12,1% das pessoas sem instrução acessavam essa rede [...] Quanto maior a escolaridade, maior o acesso à internet”<sup>86</sup> e maior o percentual de pessoas com posse de celular. No Amazonas, 93,5% das pessoas com ensino superior acessavam a internet, enquanto apenas 35,6% das pessoas sem instrução e ensino fundamental incompleto realizaram acesso<sup>87</sup> (Gráfico 3).

79 ARRETCHÉ (2019)  
80 ARRETCHÉ (2019)  
81 TCU (2019)

82 ARRETCHÉ (2019)  
83 IBGE (2020)  
84 PNAD (2018)  
85 ARRETCHÉ (2019)  
86 AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS (2020)  
87 IBGE (2020)

**Gráfico 2**  
**Percentual de pessoas, na população de 10 anos ou mais de idade, que não acessaram internet no Amazonas, por motivo declarado - 2018**



- Serviço de acesso a internet era caro
- Equipamento eletrônico necessário era caro
- Serviço de acesso a internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar
- Falta de interesse em acessar a internet
- Não sabiam usar a internet
- Outro motivo

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do Pnad 2018

O acesso à escolarização é capaz de influenciar o desenvolvimento de habilidades para a cidadania digital, por exemplo: constatação de fake news<sup>88</sup>, compreensão de instrumentos de transparência pública e participação social qualificada.

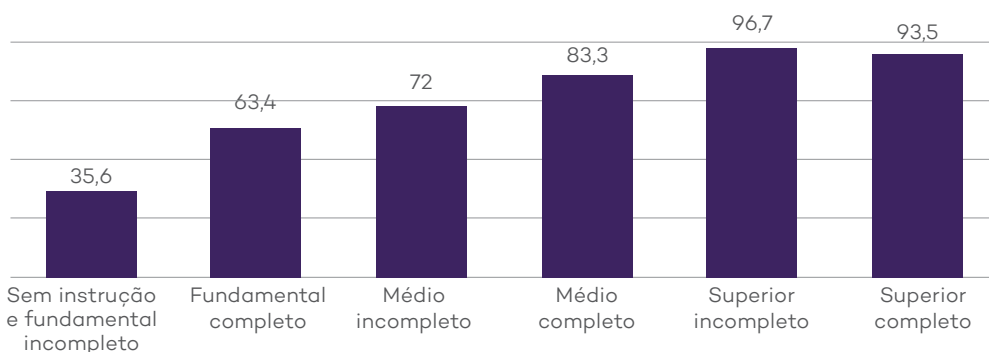
### A descoordenação entre os programas federais

Um dos principais motivos para os desafios de acesso à internet da Região Norte é a própria ausência de infraestruturas robustas, tanto de backbone quanto de backhaul. A disponibilidade de banda larga fixa em municípios com backhaul de fibra óptica é superior a dos locais em que não há a rede.

“Pode se definir backbone como o núcleo da rede de telecomunicações que interconecta várias partes de outras redes possibilitando a troca de informações. Por **backhaul** consideram-se as ramificações das redes de telecomunicações que conectam as redes locais (**redes de acesso**) ao núcleo da rede (**backbone**). A rede de acesso, também conhecida como última milha, é a infraestrutura da rede que conecta os usuários finais, por exemplo, os fios de cobre, as Estações Rádio Base (ERBs) da telefonia celular ou mesmo redes de acesso de fibra óptica (TCU, 2019)”.

88 SANTOS; ALMEIDA (2020)

**Gráfico 3**  
**Percentual de pessoas que utilizaram a internet no Amazonas, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução - 2018**



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do Pnad 2018

A falta da infraestrutura encarece o serviço, além de deixá-lo inacessível. O uso de internet por telefonia móvel passa a ser única opção. Entre os municípios que não contam com infraestrutura de backhaul de fibra ótica, 53% estão nas regiões Norte e Nordeste. No Amazonas, apenas 37,1% dos municípios estão equipados<sup>89</sup>.

O estado conta com apenas quatro backbones de fibra: linhão que liga Manaus à Boa Vista; linhão do Tucuruí, que liga Tucuruí, no Pará, a Manaus; linhão que liga Manaus a Coari, no Amazonas; linhão da BR-319, que liga Porto Velho, em Rondônia, à Manaus. Este último é administrado pela operadora Claro e deveria atender os territórios-alvo do Projeto.

Nos últimos anos, o governo federal apresentou dois programas de expansão das infraestruturas de conectividade na região Norte: o Programa Amazônia Conectada (PAC) e o Programa Norte Conectado. Porém, são iniciativas marcadas pela descoordenação entre os órgãos federais envolvidos nos processos de planejamento e implementação.

---

### Programa Amazônia Conectada

O PAC<sup>90</sup> foi instituído em 2015, no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e, em tese, é uma parceria entre os Ministérios da Defesa, MCOM e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Na prática, possui uma atuação mais forte do Exército. O PAC visa à implantação de backbone de fibra óptica nos leitos dos rios da bacia Amazônica que cruzam o estado do Amazonas: Solimões, Negro, Purus, Juruá e Madeira. O planejamento previa o lançamento de 7,8 km de cabos nas cinco infovias<sup>91</sup>.

Ao auditar o PAC, em 2019, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que o planejamento da instalação da rede ignorou as especificidades de cada rio. O programa par-

tiu de uma experiência piloto no Rio Negro. A replicação em outros rios, como no Solimões, não foi bem-sucedida<sup>92</sup>. O TCU constatou problemas de governança associados à descontinuidade do PAC em 2017: ausência de planos e objetivos de expansão; escassez de recursos para implementação, operação e manutenção das infraestruturas; falta de coordenação entre os atores federais responsáveis e com atores parceiros.<sup>93</sup>

No Amazonas, o PAC lançou apenas 850 km de cabos subfluviais, interligando os municípios de Manaus, Manacapuru, Coari, Tefé, Novo Airão e Iranduba, 10% do que foram planejados. O Programa foi reativado em 2020 e, em 2021, o Governo do Amazonas institucionalizou parceria com o Exército e a Empresa de Processamento de Dados do Amazonas (Prodam), através da Secretaria de Estado de Administração e Gestão (Sead), para fortalecer o PAC. A proposta é a criação de 7 mil km de rede de óptica subfluvial no Amazonas.<sup>94</sup> Nessa nova fase, contemplou equipamentos de saúde do município de Barcelos.

Uma última crítica ao Programa é que a implantação do backbone é insuficiente para promover inclusão digital, pois o PAC não prevê a disponibilidade de redes de acesso, infraestrutura que conecta os usuários finais à rede. A garantia da distribuição para o usuário final é importante para analisar o contexto de conectividade dos territórios-alvo da ADT.

O linhão da BR-319, concessionado para a Claro, passa pelo Distrito de Realidade, em Humaitá; pelas comunidades do Território Igapó-Açu e pelo município de Careiro. Além disso, Manicoré se conecta à BR-319 pela AM-364, que poderia ser canal para ramificação da conexão do Linhão da Claro ao município. No entanto, os territórios não são atendidos.

Um representante da área de operacionalização de serviços da Claro na região da BR-319 indicou, por meio de entrevista, que a operadora enfrenta dois desafios para ofertar serviços de telecomunicação ao longo da rodovia: a ausência de infraestrutura de energia e as con-

89 ANATEL (2019)

90 G1 (2020). O Programa Amazônia Conectada surgiu a partir do projeto de tese de doutorado do professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam), Guilherme Moraes. Em 2010, o pesquisador apresentou o projeto em um seminário do Exército, que resolveu executar a proposta.

91 TCU (2019)

92 TCU (2019)

93 TCU (2019)

94 G1 (2021)



Casa com antenas na Comunidade São Sebastião de Igapó-Açu

dições ruins de trafegabilidade da BR-319. Em entrevista, um provedor local de Manicoré disse que tentou o diálogo com a Claro para o acesso ao Linhão, mas não obteve sucesso. Ele apresentou uma proposta para driblar o problema de acesso à energia. Poderia ser implantada uma subestação com estrutura de usina solar na região, que faria decomposição e recomposição do sinal para ramificação da BR-319 à Manicoré. Os custos de manutenção seriam pagos pelo provedor local. Segundo ele, a Claro não aceitou a proposta.

De acordo com professor do Instituto de Computação (Icomp) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), as dificuldades de relacionamento da Claro com provedores locais passam pelo desafio da regulação dos serviços de telecomunicação no Brasil. As operadoras apontam que o custo de investimento alto não compensa o retorno financeiro, em algumas regiões, sobretudo Norte. No caso da Claro, que alcança um bom retorno atendendo Manaus, a relação custo/benefício econômico seria menor ao longo da rodovia, dada a baixa densidade demográfica. O professor assinala que as operadoras devem ter responsabilidade social pelos serviços que entregam por concessão. Para os territórios-alvo do Projeto, é necessário avançar em um modelo de negócio entre a Claro e os provedores locais.

## Programa Norte Conectado

Em 2020, o governo federal criou o Programa Norte Conectado, composto pelo Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) e pelo Programa Amazônia Integrada e Sustentável (Pais). No ato de criação, a responsabilidade pelo Norte Conectado foi destinada ao extinto MCTIC mas, com a reestruturação da pasta, o MCOM passou a ser responsável pelo Programa<sup>95</sup>.

Assim como o PAC, o Pais busca implantar backbones de fibra óptica em rios amazônicos: Negro, Solimões, Madeira, Purus, Juruá e Rio Branco. Uma cobertura de aproximadamente 10 mil km, interligando 59 municípios, sendo 45 do Amazonas.<sup>96</sup> Os territórios-alvo do Projeto, Manicoré e Humaitá, serão contemplados na Fase 3 do Pais, infovia nº5 do Rio Madeira. Em entrevista, representantes da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (Sedecti), indicou que o planejamento do Pais avalia a possibilidade de o cabo passar pela BR-319, devido às características naturais do Rio Madeira.

95 MCTIC (2020)

96 MCTIC (2020)



Crianças utilizando celular na Comunidade São José do Miriti, PAE Jenipapo, Manicoré

Segundo o documento de orientação do Norte Conectado, de 2020, o País pretende absorver e integrar a infraestrutura do PAC.<sup>97</sup> No entanto, ainda não está claro esse processo de incorporação. O documento menciona que toda operação e manutenção da infraestrutura do Amazônia Conectada será realizada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), instituição responsável pela implantação e, inicialmente, operacionalização da infraestrutura do País. Contudo, o Exército fechou uma parceria com a Prodam, em 2021. Representante do Icomp/Ufam, da Secti e da Comissão de direito digital, startups e Inovação da OAB-AM apontam que é fundamental a integração entre os programas federais.

Os responsáveis pelo País procurou responder às críticas que o TCU fez ao PAC. A proposta é que o processo de governança do programa seja realizado pela Câmara Temática da Amazônia, formada por representantes dos órgãos que compõem o Programa Interministerial Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (PRO-RNP), coordenado pelo MCOM, representantes do Senado Federal, Anatel e das Secretarias de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) dos Estados.<sup>98</sup> A implantação da infraestrutura, a operação e manutenção serão responsabilidade da RNP, enquanto são realiza-

das as ações técnicas e administrativas. Após isso, será realizado um processo de seleção de operadora privada. O planejamento é que “em cada cidade atendida pela rede de backbone, haverá disponibilidade em atacado de acesso a redes de alta capacidade de transporte para provedores regionais e empresas de telecomunicações responsáveis pelo atendimento ao mercado”<sup>99</sup>.

Para o professor do Icomp/Ufam, o País pode enfrentar o mesmo desafio de financiamento do PAC porque o problema de financiamento de programas de telecomunicação passa pela ausência de uma origem comum de recursos. As ações são difusas porque as origens dos recursos são difusas. Como alternativa, o pesquisador aponta que o governo federal deveria criar um fundo para unificar os recursos das diversas estratégias de conectividade do país, além de montar uma agência gerenciadora de toda a verba.

Uma alternativa é estruturar o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) com respectiva agência, para desempenhar o papel de guarda-chuva do financiamento da conectividade no Brasil, incluindo implantação de infraestruturas, estímulos a pequenos provedores, progra-

97 MCTIC (2020)  
98 MCTIC (2020)

99 MCTIC (2020)





mas de inclusão digital, redução de impostos sobre os serviços e equipamentos e subsídios para populações vulneráveis ou residentes em áreas remotas. Atualmente, os recursos do Fust estão contingenciados<sup>100</sup>.

### Inclusão digital nas áreas rurais

Nos territórios-alvo da ADT, território, renda e escolarização também são importantes para explicar as disparidades de acesso. A conexão oscila com frequência nas sedes dos municípios, porém, comunidades rurais são as mais afetadas pela não oferta do serviço ou pelos valores não compatíveis com a renda local. Além disso, as áreas também não dispõem, no geral, de acesso à energia necessária para manter a conectividade.

Careiro possui cerca de cinco provedores de internet na sede do município. Claro, Oi e Vivo fornecem internet móvel e duas empresas menores fornecem banda larga fixa. Nas cinco comunidades nas quais o Projeto fez articulações, há uma única empresa que oferece o serviço via rádio, em alguns domicílios, devido ao preço elevado da internet para área rural.

No Território Igapó-Açu, a comunidade São Sebastião de Igapó-Açu possui seis pontos de internet particulares, um ponto de acesso público, implementado pelo Programa Gesac. As comunidades Tupana, Rio Novo e Antônio da Farinha possuem, cada uma, um ponto de acesso particular localizados em pousadas ou comércio, onde os proprietários cobram um valor para acesso. Jacaretinga possui dois pontos particulares de internet.

Em Manicoré, dois provedores locais fornecem internet banda larga fixa. Claro, Oi e Vivo fornecem banda larga móvel. Das 32 comunidades que o Projeto fez articulação no município, os comunitários só conseguem ter acesso à internet em 11 delas, sendo que, em duas destas os comunitários precisam se deslocar a uma comunidade vizinha. Em apenas cinco há pontos comunitários de conexão. No geral, provedores locais que ofertam o serviço em áreas rurais, utilizam a tecnologia via rádio.

No Distrito de Realidade, em Humaitá, há um número maior de domicílios com acesso à internet. O maior desafio para conexão no Distrito é a instabilidade de energia. Há quedas de energia frequentes que, conseqüentemente, afetam o acesso de qualidade à internet. Não há nem um ponto de acesso público no território.

Além das barreiras de oferta de infraestrutura e do preço de acesso, outro desafio comum a todos os territórios é a demanda por projetos de letramento digital e compra de microcomputadores e, em algumas situações, celular.

No geral, pequenos municípios brasileiros, sobretudo das regiões Norte e Nordeste, não dispõem de recursos orçamentários para investimento em infraestrutura de conectividade digital. Segundo entrevista com professor da Icomp/Ufam, os municípios sofrem com o avanço da digitalização dos serviços públicos sem o devido avanço em instalação, operação e manutenção de infraestrutura de conectividade digital no plano local.

Três alternativas parecem viáveis para o territórios-alvo da ADT: adesão a programas federais; parceria com instituições de ensino; parceria com organizações da sociedade civil (OSC).

## Adesão aos programas federais: Wi-Fi Brasil e Educação Conectada

O Programa Wi-Fi Brasil é uma reformulação do Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC). O Wi-Fi Brasil tem objetivo de oferecer conexão gratuita à internet em banda larga por satélite e via terrestre. O Programa é desenvolvido pelo Ministério da Comunicação, em parceria com a Telebras, e deve priorizar comunidades em situação de vulnerabilidade social, através de duas modalidades: Wi-Fi Brasil (Gesac): “instalado em locais específicos como instituições públicas, escolas, bibliotecas, telecentros, unidades de saúde, comunidades quilombolas, aldeias indígenas, assentamentos rurais e outros; Wi-Fi Brasil (Livre): instalado normalmente em praças públicas com acesso livre e gratuito ao público em geral”<sup>101</sup> (Quadro 1).

**Quadro 1**  
**Número de pontos instalados do Programa Wi-Fi Brasil, por território-alvo do Projeto – 2018 a 2021**

Território-alvo	Número de pontos instalados pelo Programa Wi-Fi Brasil
Careiro	19 pontos instalados
Igapó-Açu	1 ponto instalado pelo Programa Gesac
Manicoré	18 pontos instalados
Distrito de Realidade, em Humaitá	17 pontos instalados no município de Humaitá. O Distrito de Realidade ainda não foi contemplado

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Ministério de Comunicações<sup>102</sup>

O Programa possui dificuldades de financiamento. O governo federal cortou R\$ 38 milhões do setor de inclusão digital no orçamento federal para 2021. Por esse motivo, em abril de 2021, houve alteração nas regras de financiamento do programa, que passa a permitir participação de órgãos e instituições públicas ou privadas.<sup>103</sup>

Os municípios também podem aderir ao Programa de Inovação Educação Conectada do Ministério da Educação (MEC). A iniciativa instituída em 2017 e sancionada em lei em 2021, como a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), tem como objetivo “apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade, por via terrestre e satelital, e fomentar o uso de tecnologia digital na Educação Básica<sup>104</sup>”.

O PIEC possui quatro dimensões: por visão – estimular o planejamento por Estados e municípios da inovação e tecnologia como elementos transformadores da educação; por formação – formar continuamente professores, gestores e articuladores locais, para incluir o componente tecnológico na formação inicial; recursos educacionais digitais – promover acesso a recursos educacionais digitais e apoiar a aquisição e socialização de recursos entre as redes de educação básica; e infraestrutura – promover a aquisição e contratação dos serviços e equipamentos tecnológicos nas escolas públicas.

Para execução da PIEC, órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais podem firmar parcerias de diversas naturezas com o MCOM. As fontes de recursos para custeio da política podem ser: dotações orçamentárias da União consignadas aos órgãos e às entidades envolvidos na Política; recursos do Fust; recursos provenientes de entidades públicas e privadas<sup>105</sup> (Quadro 2).

101 MCOM (2021)  
102 MCOM (2021)

103 GOV.BR (2021)  
104 MEC (2021) (a)  
105 BRASIL (2021)

**Quadro 2**  
**Número de pontos instalados do Programa Wi-Fi Brasil, por território-alvo do Projeto – 2018 a 2021**

<b>Território-alvo</b>	<b>Número de pontos instalados pelo Programa Wi-Fi Brasil</b>
Careiro	19 pontos instalados
Igapó-Açu	Nenhum ponto instalado
Manicoré	22 pontos instalados
Distrito de Realidade, em Humaitá	23 pontos instalados no município de Humaitá. A escola municipal do Distrito de Realidade está em processo de avaliação para ser contemplada com o Programa

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Ministério de Comunicações<sup>106</sup>

Ressalta-se o Programa Wi-Fi Brasil e o Educação Conectada utilizam o Satélite Geo-estacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1), operado pela Telebras. Por esse motivo, um mesmo ponto instalado pode ter sido considerado nos Quadros 1 e 2.

**Parceria com instituições de ensino para construção de formações voltadas ao uso das TICs**

A inclusão digital passa pelo uso qualificado das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Os municípios podem estabelecer parcerias com instituições de ensino para construir com as comunidades formações sobre uso e aplicabilidade da conectividade digital. Uma das instituições nos territórios-alvo da ADT é o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam). Porém, o Cetam tem pouca capacidade de descentralizar sua atuação para áreas rurais sozinho.

Em entrevista, um representante do Cetam Careiro apontou que a capilarização de formações para áreas rurais demanda parceria com governos municipais e associações

comunitárias. A instituição sugere um termo de cooperação com os municípios para viabilizar a logística e a parceria com as associações para acolhimento dos professores. É importante que os processos de planejamento e execução das formações tenha participação das comunidades.

**Parceria com Organizações Sociedade Civil (OSC)**

Com a crise novo coronavírus, algumas OSCs que atuam na BR-319 tiveram que implantar infraestruturas de conectividade digital em comunidades rurais para realizar suas atividades. Pode-se destacar duas experiências institucionais em Manicoré: a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

A atuação da FAS se dá na comunidade Boa Esperança, localizada da RDS Rio Amapá. A FAS implanta laboratório de informática em áreas de Unidades de Conservação do Amazonas. A comunidade Boa Esperança foi contemplada com um SolarLab, laboratório de informática com infraestrutura de painéis solares.

O IEB atua na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, localizada na Resex Lago do Capanã Grande, e na Aldeia Palmeiras, localizada na TI Capanã, através do Projeto Salvaguardas Sociais e Planejamento Territorial na rodovia BR 319. O IEB implantou equipamentos para captar sinal, via satélite, por meio de infraestrutura de painéis solares.

A publicação “Conectividade digital em comunidades ribeirinhas remotas no interior do Estado do Amazonas” da FAS e entrevistas com dois representantes da instituição; o Boletim nº 14 do Observatório da BR-319<sup>107</sup>, que elucida o Projeto do IEB; e entrevistas com comunitários beneficiados pela atuação das duas instituições, indicam alguns aprendizados:

- a. a implantação conjunta das infraestruturas de energia e de conectividade digital é necessária para viabilizar o

106 MEC (2021) (b)

107 OBSERVATÓRIO BR-319 (2020)

acesso à internet. Várias comunidades têm acesso à energia apenas à base de combustível, limitado ao período da noite.

- b. cada localidade pode demandar tecnologias diferentes, como: satélite, rádio, cabo. Ainda assim, o satélite se mostrou a solução mais adequada para comunidades em áreas remotas<sup>108</sup>. É necessária a redundância entre as tecnologias.
- c. o envolvimento das comunidades em todo o processo de planejamento, implantação, gerenciamento e manutenção das infraestruturas de conectividade é imprescindível para sustentabilidade da infraestrutura, sobretudo, quando se refere aos espaços coletivo de acesso à internet.
- d. a facilitação de processos de aprendizados sobre uso de TICs entre os comunitários deve acontecer para otimizar o acesso à conectividade. Os processos formativos devem partir da realidade de cada comunidade e das demandas que elas possuem.
- e. a conectividade digital é capaz de facilitar o acesso a outras políticas públicas que não chegam ou chegam de maneira insatisfatória nas comunidades, como: educação, saúde, atividades

produtivas e gestão ambiental e territorial.<sup>109</sup> O diálogo com o Estado e os municípios é necessário para isso se efetivar.

- f. a conectividade possibilita não só que as comunidades recebam informações e serviços externos, mas é uma oportunidade de elas comunicarem suas próprias narrativas sobre seus territórios.

### **A necessidade de avançar na governança estadual voltada à conectividade**

O estado do Amazonas possui grande extensão territorial, baixa densidade demográfica e particularidades geográficas, socioculturais e econômicas que demandam a compreensão das diferentes realidades municipais que afetam a implantação, manutenção e expansão de infraestruturas e a implementação de projetos de inclusão digital. É nesse contexto que atuação do governo estadual, como uma coordenação intermediária entre governo federal e municípios, é importante. No entanto, para isso, é necessário fortalecer a governança estadual voltada à conectividade digital.

108 FAS (2021)

109 FAS (2021)



Atualmente, a Sedecti é a instituição que olha para políticas públicas no setor de conectividade do Amazonas, por intermédio da Secti. A instituição compreende conectividade digital como instrumento para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Pode se pensar o fortalecimento da governança estadual para conectividade por três vias: a construção de arranjo intersetorial para discussão da temática e proposições de soluções; o desenvolvimento de pesquisa aplicada para conectividade digital no Amazonas; a construção de articulações com os governos municipais para discutir propostas a serem submetidas ao Fust, para execução quando o fundo for descontingenciado.

---

### Intersectorialidade na discussão sobre conectividade digital

Há vários órgãos públicos e instituições que discutem sobre conectividade digital no Amazonas, mas inexistente um espaço formal e permanente para realização das discussões. As articulações entre elas existem, mas para a execução de iniciativas específicas e temporárias. Até mesmo o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (Conecti) está desativado.

Segundo a Secti, há dois arranjos de discussão atualmente. Um deles é o Grupo de Trabalho coordenado pela Sedecti e RNP, em que secretarias estaduais, instituições de ensino, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), a Associação Polo Digital de Manaus (APDM) e a Prodam, entre outras instituições, foram convidadas para o debate de propostas de conectividade digital para o Amazonas até o final de 2021. O segundo arranjo ainda está em organização: uma articulação entre secretarias de Estado do Governo do Amazonas para acompanhar a implementação País.

Essas experiências podem inspirar um arranjo intersetorial permanente para discussão e construção de propostas sobre conectividade. Além de avaliar o apoio estadual na implementação dos programas federais PAC e País, a articulação pode ser útil nos debates sobre a implementação dos Programas Wi-Fi Brasil e Educação Conectada. Assim como no entendimento do papel da conectividade nas transformações econômicas do Amazonas e na construção de propostas para captação de recursos externos, como a linha de crédito Brasil Mais Digital, disponibilizada pelo BID, para melhoria de infraestrutura de conectividade no Brasil<sup>110</sup>.

Apesar de a regulação dos serviços concessionados de telecomunicação ser competência exclusiva da União, o arranjo pode também intermediar um diálogo entre a Claro e os provedores locais dos territórios próximos à BR-319.

---

### Desenvolvimento de pesquisa aplicada para conectividade digital no Amazonas

É consenso entre as instituições que atuam com conectividade no Amazonas que o estado demandará uma estrutura híbrida de infraestruturas para avançar na capilarização do acesso à internet para o interior, dada a existência de realidades muito distintas. Mesmo com implantação de infraestrutura de fibra ótica, será preciso a redundância



Equipe local do projeto em atividade de campo no Careiro

110 GOV.BR (2021)

desta com outras infraestruturas para alcançar comunidades remotas.

Nesse sentido, a Secti/Sedecti realizou o painel “Conectividade Digital: Inovações tecnológicas como alternativas para potencializar o alcance da internet em regiões remotas do Amazonas”, na Semana de Ciência e Tecnologia do Amazonas (SCT) 2020. O evento discutiu algumas soluções tecnológicas para o Estado: aplicação de aeróstatos (balões), desafios para as redes 5G em áreas remotas e potencial de satélites de órbita média (Medium Earth Orbit - MEO)<sup>111</sup>.

Não há um diagnóstico das diferentes realidades de conexão no Estado. Por esse motivo, é importante avançar em pesquisas aplicadas sobre conectividade no Amazonas, que pode se dar por dois meios: priorizar recursos da Fapeam para o financiamento de pesquisas, com articulações com Ifam, UEA e Ufam para estímulo à formação de grupos de pesquisas e assegurar o investimento das empresas da Zona Franca de Manaus (ZFM), previsto pela Lei de Informática Nacional e Estadual, em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

---

### Articulações com os municípios e as propostas ao Fust

A Lei nº 14.109/2020 estabelece que os recursos do Fust poderão ser utilizados diretamente pela União, mas também por estados e municípios, “para financiar programas e ações relativos à implementação e ao desenvolvimento da transformação digital dos serviços públicos, [...] inclusive à construção de infraestrutura necessária para conectividade”.<sup>111</sup> Nos processos de seleção de iniciativas, terão prioridades as que envolvam o poder público, a iniciativa privada, as cooperativas, as organizações da sociedade civil e os estabelecimentos públicos de ensino, bem como escolas sem fins lucrativos que atendam a pessoas com deficiência.

A Lei nº 14.172/2021 também prevê que estados poderão atuar em regime de colaboração com seus municípios na aplicação

de recursos do Fust, com fins educacionais. A aproximação entre estado, municípios e organizações da sociedade civil, incluindo associações comunitárias, é o caminho para territorializar iniciativas de inclusão digital.

---

### Por uma infraestrutura socioterritorial

Conforme verificado neste diagnóstico, ainda é limitada a infraestrutura de serviços básicos no território amazônico. Contribuem para esse quadro, os investimentos escassos no setor, dificuldades administrativas para sua instalação e a as características geográficas da região, que impedem a adoção de soluções tradicionais.

Como tentativa de construir um modelo alternativo para ampliação da cobertura desses serviços nos territórios-alvo, será proposta uma maneira distinta de qualificar o conceito de infraestrutura, chamada de infraestrutura socioterritorial, que articula princípios de outros dois conceitos: redes socioterritoriais e tecnologia social.

Dentro da infraestrutura, a variação “infraestrutura verde” indica que os serviços devem ser ofertados visando manter os processos ecológicos, e preservando também a qualidade do ar e dos recursos hídricos<sup>112</sup>. Outra variação, “infraestrutura sustentável”, indica que os serviços devem ser planejados e operados para garantir sustentabilidade institucional, econômica, social e ambiental nos projetos<sup>113</sup>. Ambas as variações serão utilizadas como premissas para a infraestrutura socioterritorial.

A ideia de redes socioterritoriais, por sua vez, trata do compartilhamento de conhecimentos, técnicas e ferramentas entre atores, por meio das interações políticas, econômicas, culturais e ambientais de um território. Essas redes devem ser construídas de maneira conjunta entre atores do poder público e da sociedade civil. Adotar esta concepção significa considerar a necessidade de construir soluções para infraestrutura com os recursos compartilhados entre as pessoas que vivem

111 BRASIL (2020)

112 SOLERA et al (2020)

113 BID (2018)



e atuam nesses territórios. Caso inexistassem essas soluções, elas devem ser elaboradas a partir do diálogo entre toda a sociedade, especialmente, os usuários das iniciativas.

O conceito de tecnologia social, definido como um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a melhoria das condições de vida”<sup>114</sup> também será mobilizado. A tecnologia social volta-se para a construção de soluções que emancipem os atores envolvidos.

A partir da articulação desses conceitos, foram definidos princípios que servem de base para a ideia de infraestrutura socioterritorial:

- Garantir condições mínimas de vida às populações que vivem nos territórios-alvo.
- Preservar os recursos ecológicos, hídricos e a qualidade do ar.
- Garantir sustentabilidade econômica, social, ambiental e institucional ao projeto.

- Compartilhar conhecimentos, recursos, técnicas e ferramentas no planejamento, implantação e manutenção dos serviços de infraestrutura.
- Construir soluções que respeitem e dialoguem com as dinâmicas sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas de um território.
- Fortalecer a governança territorial no planejamento, implantação e manutenção dos equipamentos de infraestrutura.
- Elaborar soluções que atendam às demandas identificadas pela população e incentivar a apropriação dessas soluções pela população afetada.

A síntese desse princípio pode ser assim definida: um conjunto de atividades e equipamentos que atendam às necessidades básicas dos moradores de um território, por meio de serviços como energia, saneamento básico e conectividade. Esses serviços devem preservar a qualidade do ar, os recursos hídricos e ter sustentabilidade financeira e social. As técnicas e ferramentas utilizadas devem ser compartilhadas entre os diferentes tipos de atores do território, sem discriminação nas diferenças de saberes e recursos e atender às demandas de seus usuários.

114 RODRIGUES; BARBIERI (2008)









# AS ESTRATÉGIAS:

## **CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O BEM VIVER**



# ATÉEGIAS

O desejo de um território de bem viver para a região da BR-319 é a ideia comum que emerge da construção participativa de uma agenda baseada nas prioridades elencadas pela população. A partir das histórias de vida de pessoas que moram na área de estudo, e das características gerais dos territórios-alvo apresentadas nas páginas anteriores, se consegue um norte. A partir dele, e de um mergulho profundo nas capacidades político-institucionais de toda a região da BR-319, se consegue saber o que deve ser preservado e o que precisa ser transformado de forma real.

Nas próximas páginas, serão apresentados os mapas dos caminhos para a Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT), organizados em 13 estratégias. Esse robusto conjunto de ações está ancorado em premissas construídas a partir dos desejos dos moradores locais e construído coletivamente com uma ampla gama de instituições, e orientado por uma visão de futuro.

## UMA ADT QUE BUSCA FORTALECER TERRITÓRIOS DE BEM VIVER

As Agendas de Desenvolvimento Territorial são ferramentas de planejamento que representam uma visão comum de objetivos e estratégias desejáveis, pactuadas entre os atores implicados<sup>1</sup>. A visão de futuro desta ADT é que a região da BR-319 se consolide como um “lugar de bem viver”, com qualidade de vida digna, garantia de direitos, conservação ambiental por meio da proteção dos modos de vida, e oportunidades e perspectivas de futuro.

O conceito de bem viver é oriundo da região andina, a partir de uma visão que “enaltece o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza”<sup>2</sup>.

Neste trabalho, as aspirações de desenvolvimento encontram no bem viver outra camada de complexidade, porque também é preciso reconhecer as organizações sociais cujas necessidades são atendidas pelos recursos naturais e culturais existentes, em que o trabalho não envolve hierarquia nem competição<sup>3</sup>. O bem viver ressalta, ainda, as mulheres como detentoras de saberes que conservam recursos genéticos e conhecimentos essenciais para os cuidados com os outros, com a fertilidade da terra, com a família e a vida em comunidade, numa lógica de diversidade e abundância que os ciclos sazonais traduzem<sup>4</sup>. E reconhece a juventude como detentora desse legado e aliada para a preservação dos bens comuns essenciais à vida e à organização comunitária.

A escolha do bem viver como meta a se alcançar se contrapõe à própria ideia de desenvolvimento, muitas vezes atrelada a uma mudança a se fazer para dinamizar territórios. O bem viver incute também a conservação e proteção do que se tem. Não por acaso, na construção da Agenda com as comunidades, a pergunta orientadora procurava saber das comunidades o que elas queriam proteger em seus territórios, e não apenas o que precisaria mudar.

1 FGVCES (2017)

2 ALCÁNTARA; SAMPAIO (2017)

3 CHAGAS (2019)

4 CHAGAS (2019)

As premissas que orientaram o processo de construção do conhecimento têm origem nas características próprias do desenvolvimento territorial.

### **PROTAGONISMO LOCAL**

a identificação de desafios comuns e a formulação de soluções partem essencialmente do conhecimento dos atores locais, a começar pelos moradores do entorno da BR-319, mas também gestores públicos, pesquisadores e a sociedade civil organizada. Envolve acesso à informação, facilitação de diálogos e fortalecimento dos vínculos entre os atores, promovendo um legado de aprendizagem social<sup>5</sup>.

### **INTERSETORIALIDADE**

a elaboração das estratégias procura ressaltar o caráter transversal dos desafios colocados e também a coordenação entre as diferentes instituições públicas e privadas para seu enfrentamento, pressupondo que o caminho para as soluções é um caminho de diálogo.

### **ENDOGENEIDADE**

reconhece a existência de potencialidades e vocações próprias dos territórios e assegura que as recomendações estejam adequadas à realidade de recursos e às capacidades disponíveis, com a mobilização de uma vasta gama de atores para caminhos possíveis.

### **MULTIESCALARIDADE**

de forma complementar ao caráter endógeno do desenvolvimento, ressaltam-se as imbricações com outras escalas de gestão supralocais, como estadual e federal e outros recortes regionais, na compreensão de que o território não é isolado do mundo, e influencia e é influenciado por outras escalas socioespaciais.

# Região da BR-319 como

**VIDA DIGNA,**  
qualidade de vida e garantia de direitos

**CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**  
pela proteção dos modos de vida

**OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS DE FUTURO**

**...POR MEIO DE 13 ESTRATÉGIAS**

1 

**CAPACIDADES**  
para proteção ambiental e territorial

2 

**SISTEMAS DA AGROBIODIVERSIDADE**  
promotores da segurança alimentar e nutricional

3 

**INFRAESTRUTURA**  
socioterritorial e qualidade ambiental

6 

**POLÍTICA DE SAÚDE INTEGRAL,**  
descentralizada e regionalizada

5 

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO**  
com participação social e inovação tecnológica

4 

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL**  
e transparência para o acesso a políticas públicas

# um território de bem viver



**PROTEÇÃO SOCIAL**  
para crianças,  
jovens e adultos em  
situação de risco de  
violação de direitos



**MECANISMOS DE  
SEGURANÇA PÚBLICA**  
para preservação  
da vida e do meio  
ambiente



**DEMOCRATIZAÇÃO DE  
ESPAÇOS E INICIATIVAS DE  
LAZER** em diálogo com as  
culturas locais



**EQUIDADE  
DE GÊNERO**  
e garantia de direitos  
das mulheres



**INCLUSÃO SOCIAL** e  
autonomia ao jovem



**PROMOÇÃO E  
CONSERVAÇÃO DOS  
MODOS DE VIDA**  
para o bem viver



**VALORIZAÇÃO DAS  
CAPACIDADES** e  
competências das  
populações locais

e baseadas  
em premissas  
MULTIESCALARIDADE  
ENDOGENEIDADE  
INTERSETORIALIDADE  
PROTAGONISMO  
LOCAL

## MAPAS DOS CAMINHOS PARA 13 ESTRATÉGIAS

A definição das estratégias seguiu as vozes das comunidades dos territórios, dando assim luz a temas prementes para a população em torno da BR-319. É nessa construção que surgem, portanto, estratégias específicas a grupos mais vulnerabilizados, como jovens e mulheres, ênfase nos processos de proteção dos modos de vida e valorização da cultura local, bem como dos riscos mais pungentes para as comunidades, como segurança pública.

Não por acaso, o tema da conservação ambiental aparece de forma integrada e transversal nos diversos caminhos propostos, seja para a infraestrutura socioterritorial, atividades produtivas, fortalecimento das capacidades, e a própria intervenção nas políticas, programas e ações socioambientais.

Cada estratégia é composta por ações voltadas ao poder público, sociedade civil e setor privado, e abarca diferentes temas e setores de políticas públicas. Embora o ponto de partida sejam as demandas coletadas de quatro territórios-alvo, alguns caminhos apontam a necessidade de cooperação entre municípios para além de Humaitá, Manicoré e Careiro, ou focam em outras territorialidades, como o interflúvio Purus-Madeira e o sul do Amazonas. Há ações específicas para o fortalecimento e a constituição de unidades de conservação, mas o conjunto de caminhos é orientado às comunidades e populações existentes no território, seja em área protegida ou entorno, seja em zona rural ou urbana.

As estratégias foram aprofundadas, complementadas e validadas não só com os moradores dos territórios-alvo para construção da ADT, mas também por um conjunto de atores do poder público, sociedade civil organizada e instituições de ensino e pesquisa (ver lista completa de organizações envolvidas no anexo). O processo de checa-

gem buscou responder a três perguntas: i) os caminhos propostos estão adequados à realidade dos territórios-alvo do projeto? ii) Quais ações são necessárias para o alcance de cada estratégia? iii) Quem deve se envolver na implementação?

A checagem dos caminhos com moradores dos territórios se deu por meio de rodas de conversa, orientadas por roteiros semiestruturados e conduzidas pela equipe local do projeto com pequenos grupos de lideranças de cada comunidade. Também foram realizadas rodas de conversa específicas com jovens e mulheres desses territórios. A checagem com atores externos se deu por meio de entrevistas bilaterais, orientadas por roteiros semiestruturados, ou reuniões de trabalho em grupos maiores, todas virtuais.

As reuniões de trabalho foram conduzidas em dois formatos, de acordo com a disponibilidade das instituições: o primeiro com apresentação dos “mapas dos caminhos” pela equipe de pesquisadores do projeto intercalada com a escuta da percepção dos atores; o segundo com a escuta da apresentação das próprias instituições sobre as possibilidades de diálogo entre o mapa de caminho e as estratégias/políticas já executadas ou em planejamento.

Por fim, os momentos de checagem também possibilitaram a elaboração de ações localizadas, com recomendações específicas a um território-alvo ou comunidade individual. Elas refletem demandas e desafios muito particulares que emergiram ao longo do processo e que não poderiam ser generalizadas. Dada a abrangência das 13 estratégias propostas, no entanto, não foi possível chegar a esse nível de detalhamento em todos os caminhos. Apesar disso, a ADT é uma ferramenta que se pretende dinâmica, a partir da qual se possa avançar, futuramente, em planejamentos cada vez mais operacionais e particularizados.





# COMO LER AS ESTRATÉGIAS DA ADT

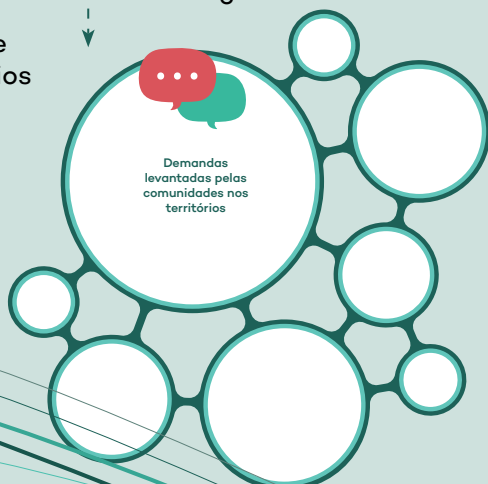
Conforme apresentado na visão da ADT, as estratégias refletem grandes marcos do que se quer conquistar nos territórios para que os mesmos sejam lugares do bem viver. Elas não possuem delimitações temáticas rígidas porque as oportunidades e os desafios dos territórios dialogam de forma transversal. O mapa do caminho de cada uma das estratégias está organizado em seis partes.

## 1 Por que isso é importante?

Apresenta informações que justificam a relevância da estratégia para os territórios. Traz o contexto dos territórios em relação aos temas que a estratégia aborda, dialogando com a capacidade de resposta das políticas públicas, com as experiências de autonomia dos territórios e ações da sociedade civil implementadas.

## 2 Demandas levantadas

Exibe o conjunto de demandas apresentadas pelos comunitários no processo participativo de construção da ADT. Uma mesma demanda pode aparecer em mais de uma estratégia.



## 3 Bancos de areia de problemas mapeados

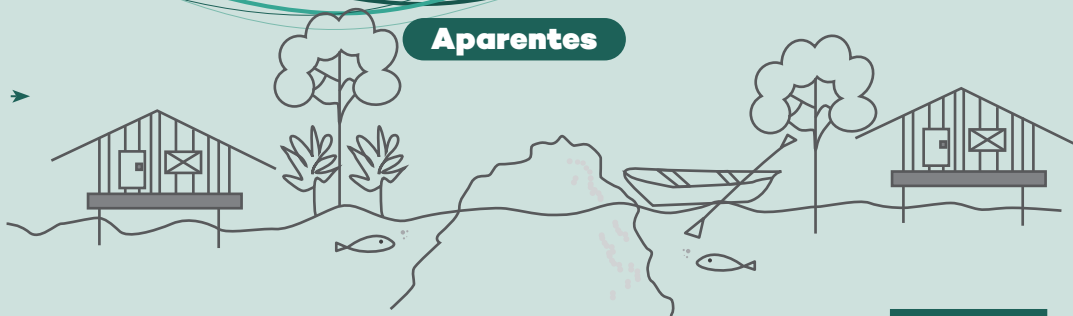
Essa seção expõe os problemas que desafiam os territórios e são apontados pela literatura especializada, gestores públicos e atores da sociedade civil organizada e não organizada como motivos para o não atendimento das demandas levantadas. Os problemas são apresentados no formato de um banco de areia de um rio amazônico e se dividem em aparentes e estruturantes.

### Aparentes

Os problemas aparentes constituem a fração de terra visível do banco de areia por já serem visíveis e/ou emergentes nos territórios. Eles são causados pelos problemas estruturantes

### Estruturantes

Os problemas estruturantes estão submersos por não serem facilmente identificados, mas são eles as causas dos problemas mais visíveis para sociedade civil



**Aparentes**

4

**Transformação esperada**

Apresenta a visão de futuro para os territórios. Há uma correspondência entre a transformação esperada e a proposta de respostas às demandas levantadas no processo participativo de construção da ADT, que são os objetivos específicos construídos para cada estratégia.



**Estruturantes**

**Objetivos específicos**

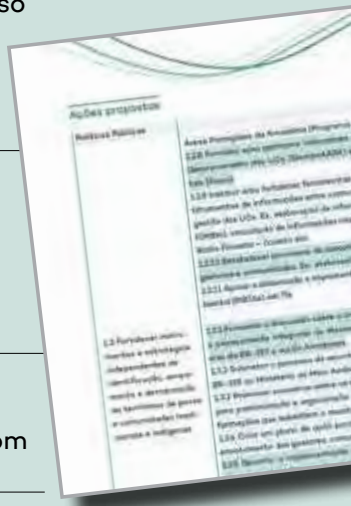
Os objetivos específicos detalham a proposta de caminhos da estratégia para os territórios. Um caminho pode consistir em uma única ação ou demandar mais de uma ação. Os caminhos estão organizados em três categorias, que se diferenciam pelos variados atores que podem viabilizar seu processo de implementação, são elas:

**CATEGORIA**

**Execução de Políticas Públicas** - caminhos para ampliar o acesso e/ou qualidade das políticas; propostas de novas políticas públicas ou adequação de políticas existentes

**Sociedade Civil** - caminhos propostos em parceria com ou para organizações não-governamentais, organizações de base, ou instituições de ensino e pesquisa

**Setor Empresarial** - caminhos propostos em parceria com ou para organizações privadas com fins lucrativos



6

**Ações localizadas**

São atividades específicas a serem implementadas (pelo poder público, pela sociedade civil ou pelo setor privado) em determinado território-alvo ou comunidade específica, e refletem demandas e desafios particulares. Nem sempre foi possível chegar a esse nível de detalhamento em todas as estratégias, mas é um convite para que a ADT avance cada vez mais em planejamentos operacionais e particularizados.





1

**CAPACIDADES  
PARA PROTEÇÃO  
AMBIENTAL E  
TERRITORIAL**



# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

Na região amazônica, a contínua incorporação de terras e de recursos sempre esteve na base no “desenvolvimento” promovido pelo Estado, a partir de um padrão de economia de fronteira. Esse desenvolvimento tido como sinônimo de crescimento econômico, realizado a partir da exploração cíclica dos recursos<sup>1</sup>, não garantiu a permanência de riquezas geradas para a melhoria da qualidade de vida das populações, mas contribuiu para a formação de conflitos socioterritoriais e culturais pelas disputas das riquezas já existentes na região, marginalização econômica e inviabilização de pequenos produtores, povos e comunidades tradicionais e indígenas<sup>2</sup>.

Esse tipo de “desenvolvimento” persiste e continua a ser praticado nos dias atuais. Tratar de proteção ambiental e territorial na Amazônia, nesse contexto, significa garantir direitos básicos para as populações locais – incluindo direitos sociais e ambientais ameaçados pelas formas predatórias de uso da terra e de exploração dos recursos naturais –, como moradia, segurança, meio ambiente sadio e equilibrado, e saúde; para a reprodução social e o bem viver dos diferentes grupos que coabitam e conservam os territórios amazônicos.

1 BECKER (2005)  
2 LITTLE (2003)

Nesse sentido, as ações a serem trabalhadas se relacionam principalmente às de ordenamento e gestão territorial, tais como a criação, implementação e gestão de áreas protegidas, os instrumentos de regularização e gestão ambiental e fundiária, assim como mecanismos de consulta, participação e controle social. Indissociáveis dessas questões, existem aquelas vinculadas a infraestrutura socioterritorial e cadeias produtivas da sociobiodiversidade, para a reprodução socioeconômica dos diversos grupos e a manutenção dos ecossistemas da região<sup>3</sup>.

Dessa forma, é importante que ações voltadas para o aprimoramento da atuação do Estado e para o fortalecimento da participação da sociedade civil e da autonomia dos povos e das comunidades tradicionais e indígenas sejam implementadas. Nesse sentido, a seguinte lista de propostas contempla ações de reconhecimento e/ou aprimoramento de instrumentos de proteção existentes, oficiais ou não, assim como ações complementares de fortalecimento de mecanismos que evitem os retrocessos nos avanços conquistados.

3 Ver Estratégias referentes a esses tópicos na presente ADT



## Demandas levantadas pelas comunidades nos territórios

Conservação dos recursos extrativistas

Realizar fiscalizações contra invasões, desmatamento, extração ilegal de madeira, grilagem e mineradores

Conservação da fauna próxima às comunidades e combate à caça ilegal

Obtenção de título da terra

Fiscalização das ações dos governos e combate à legalização e o incentivo a atividades predatórias e que causam danos ao meio ambiente

Ter apoio dos órgãos ambientais: Secretarias de Meio Ambiente (Semas), Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema-AM), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Fazer controle para evitar a poluição e contaminação das águas, principalmente por mercúrio e lixo

Regulação da criação de gado onde existe a atividade

Implementação e fortalecimento de estratégias de conservação do meio ambiente (Projeto Pé de Pincha, Agentes Ambientais Voluntários, estudos sobre a qualidade da água e do solo)

Construir bases de fiscalização em Unidades de Conservação (UCs) e assentamentos

Fortalecimento da participação dos comunitários e da gestão das Unidades de Conservação, para garantir a vida numa área protegida

Estratégias para conservar a qualidade da água (proteção das nascentes dos rios e tributários)

Fazer controle para evitar a contaminação do ar (combate às queimadas, evitar grandes indústrias)

Evitar deslocamento compulsório de famílias e comunidades

Estratégias para conservar os recursos pesqueiros (ordenamento e fiscalização da pesca e exploração sustentável do rio)

## Banco de ideia de problemas mapeados



### Objetivos estratégicos

#### OE01 - Promover gestão integrada e cogestão de unidades de conservação e assentamentos da reforma agrária

As áreas protegidas na Amazônia, especificamente Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), além do reconhecimento dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e indígenas pelo Estado, favorecem a conservação ambiental e a contenção do desmatamento na região<sup>4</sup>. No caso das TIs, ainda são constantes as ameaças às normativas

e processos de demarcação e homologação desses territórios pelo Estado. Em relação às UCs, apesar dos avanços, a criação, implementação e gestão dessas áreas nem sempre são suficientes para alcançar os resultados esperados em termos de proteção ambiental, territorial e dos modos de vida tradicionais.

Nos assentamentos, a ausência do Estado e a paralisação da reforma agrária, combinados ao legado da política de colonização na Amazônia, deixam as áreas vulneráveis a pressões constantes sobre a terra e os recursos. Ações implementadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de combate ao desmatamento, como o Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assenta-

4 FAO; FILAC (2021)



mentos da Amazônia (PPCADI Amazônia), o Projeto Assentamentos Verdes (PAV) e, mais recentemente, de regularização fundiária pelo Programa Titula Brasil, esbarram em desafios estruturais como a falta de recursos humanos e orçamentários para a manutenção do próprio órgão e continuidade das ações.

Os desafios para a consolidação dessas áreas vão desde a motivação para sua criação, muitas vezes a partir de conflitos em detrimento do reconhecimento de direitos, ignorando ou alterando dinâmicas tradicionais de uso do território, até a sua implementação, que passa pelas fragilidades institucionais dos órgãos públicos e a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de cogestão e participação. Além disso, ainda que recortes

territoriais e delimitações administrativas facilitem a implementação de políticas públicas e a atuação do Estado, há o risco de a ação pública ocorrer de forma desconectada da realidade dos territórios. Nesse sentido, a gestão integrada e a cogestão de UCs e o reconhecimento de mosaicos de áreas protegidas possibilitam aumentar a efetividade na proteção dessas áreas, mas também organizar uma articulação espacial mais ampla frente às ameaças à conservação dos recursos e dos territórios tradicionais. Contudo, é necessário haver recursos humanos e financeiros mínimos, sob o risco de as ações entrarem na lógica de uma prática simplista de administração de recursos escassos em vez de estarem focadas em uma abordagem integrada e com visão de futuro.

## Ações propostas

Políticas Públicas	
1.1 Garantir infraestrutura e recursos humanos para a gestão das UCs federais e estaduais	<p>1.1.1 Reestruturar os escritórios e a atuação do ICMBio e Ibama em Manicoré e Humaitá</p> <p>1.1.2 Realizar concursos públicos para ampliação do quadro de servidores do ICMBio e Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de UCS (Demuc/Sema-AM) das UCs em Manicoré e Humaitá</p>
1.2 Fortalecer instrumentos e espaços para a cogestão das áreas protegidas	<p>1.2.1 Implementar estratégias de fixação de servidores nas UCs federais nos municípios do interflúvio Purus-Madeira (Ministério do Meio Ambiente - MMA)</p> <p>1.2.2 Implementar o número mínimo de servidores para garantir a efetividade dos Núcleos de Gestão Integrada (NGIs) do ICMBio</p> <p>1.2.3 Implementar estrutura física e aquisição de equipamentos para os NGIs (ICMBio)</p> <p>1.2.4 Estabelecer protocolos de segurança para garantir a proteção e integridade física dos servidores e patrimônio público na gestão das UCs em Manicoré e Humaitá</p>
Aprimorar e elaborar estratégias de gestão de UCs e proteção de áreas protegidas	
1.3 Consolidar os assentamentos da reforma agrária com garantia da proteção de direitos ambientais e territoriais e cumprimento da função socioambiental da terra	<p>1.3.1 Tornar o fortalecimento das organizações sociais ação prioritária nas estratégias de gestão das UCs</p> <p>1.3.2 Instituir uma estratégia de revisão participativa e eficiente dos Planos de Gestão das UCs</p> <p>1.3.3 Incorporar processos de busca ativa para identificação e formação de lideranças comunitárias para o processo de cogestão de UCs</p> <p>1.3.4 Implementar programas de formação continuada para conselheiros das UCs</p> <p>1.3.5 Implementar estratégias de formação continuada sobre ferramentas de cogestão para gestores de áreas protegidas federais e estaduais no âmbito da Academia Nacional da Biodiversidade (Acadefbio/ICMBio) e Sema-AM</p> <p>1.3.6 Debater e condicionar à aprovação dos Conselhos Gestores das UCs, e consultas prévias, no caso de povos e comunidades tradicionais, as iniciativas de geração de recursos através de instrumentos econômicos para conservação. Ex.: Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), Pagamento por Serviços Ecossistêmicos (PSE) e REDD+</p>



## Ações propostas

Políticas Públicas	
	<p>1.3.7 Aprimorar as estratégias de orçamento participativo das UCs pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Programa Arpa)</p> <p>1.3.8 Formular e/ou aprimorar indicadores para a gestão das UCs. Ex.: Sistema de Gerenciamento das UCs (SisArpa) e Sistema de Indicadores Socioambientais (Sisuc)</p> <p>1.3.9 Instituir e/ou fortalecer ferramentas e canais de comunicação para compartilhamentos de informações entre comunitários e organizações relevantes para a gestão das UCs. Ex.: elaboração de informativos virtuais e impressos (Sema-AM e ICMBio); vinculação de informações nos informativos do Observatório da BR-319, Rádio Floresta – Careiro etc.</p> <p>1.3.10 Estabelecer processos de apropriação dos Planos de Gestão das UCs pelos gestores e comunidades. Ex.: elaboração de cartilhas em linguagem acessível</p> <p>1.3.11 Apoiar a elaboração e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em TIs</p>
1.4 Fortalecer instrumentos e estratégias independentes de identificação, zoneamento e demarcação de territórios de povos e comunidades tradicionais e indígenas	<p>1.4.1 Fomentar a discussão sobre a criação de uma instância de coordenação para o planejamento integrado do Mosaico de Áreas protegidas e assentamentos do eixo da BR-319 e sul do Amazonas</p> <p>1.4.2 Submeter o processo de reconhecimento do Mosaico de Áreas Protegidas da BR-319 ao Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p> <p>1.4.3 Promover encontros entre as redes de organizações atuantes nos territórios para padronização e organização de dados já existentes para a produção de informações que subsidiem o monitoramento de pressões e ameaças</p> <p>1.4.4 Criar um plano de ação para o monitoramento de pressões e ameaças com envolvimento dos gestores, comunidades e demais parceiros</p> <p>1.4.5 Garantir a implementação e o alcance dos recursos do Programa Arpa de integração das UCs com áreas de entorno</p>
1.5 Consolidar os assentamentos da reforma agrária com garantia da proteção de direitos ambientais e territoriais e cumprimento da função socioambiental da terra	<p>1.5.1 Elaborar e divulgar relatório com informações sobre o “estado da arte” da implementação dos assentamentos nos territórios da BR-319 (Incrá)</p> <p>1.5.2 Elaborar um Plano de Consolidação dos Assentamentos com estratégias diferenciadas para cada modalidade, levando em consideração as dinâmicas territoriais e de forma a garantir a função socioambiental da terra, com metas, prazos e fontes de recursos para sua implementação, pelo Incra e assentados, com acompanhamento do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM)</p> <p>1.5.3 Elaborar um modelo de gestão e controle social para implementação do Plano de Consolidação dos Assentamentos (incluindo convênios firmados entre Incra e Prefeituras; ações de vistoria e atualização de beneficiários; subsídios para discussões no Fórum, etc.)</p> <p>1.5.4 Revisar e implementar os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) dos assentamentos convencionais e Planos de Utilização nos assentamentos diferenciados, de forma participativa com os assentados</p> <p>1.5.5 Promover discussões sobre as atuais regras de emancipação e regularização fundiária nos assentamentos e as garantias de apoio à permanência das famílias nessas áreas (Incrá, MPF-AM e organizações representativas de agricultores e agricultoras familiares e populações tradicionais)</p> <p>1.5.6 Cumprir as recomendações da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF (PFDC-MPF) para a implementação do Programa Titula Brasil (ver item 3.3)</p> <p>1.5.7 Dar ampla visibilidade às ações de regularização ambiental e fundiária nos assentamentos (Incrá)</p> <p>1.5.8 Garantir salvaguardas sociais e de proteção ambiental e dos territórios coletivos na regularização fundiária em assentamentos convencionais e diferenciados (Incrá)</p>



## Ações propostas

<p>Políticas Públicas</p>	<p>1.5.9 Revisar as metas anuais de redução do desmatamento nos assentamentos e elaborar um Sistema de Monitoramento com capacitação de servidores do Incra para emissão de relatórios (Incra, em parceria com organizações da sociedade civil)</p> <p>1.5.10 Garantir recursos contínuos para ações de apoio à produção sustentável nos assentamentos convencionais e diferenciados (Incra)</p> <p>1.5.11 Garantir recursos contínuos para o estabelecimento de convênios e/ou Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com poder público e/ou organizações da sociedade civil para realização de Assistência Técnica e Extensão Rural e Florestal (Aterf) entre o Incra e o organizações de Aterf, incluindo o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam)</p> <p>1.5.12 Garantir recursos para o estabelecimento de convênios e parcerias para implementar infraestrutura e serviços de telecomunicações nos assentamentos, seguindo o modelo de gestão e controle social estabelecido nos assentamentos (Incra, prefeituras, assentados e organizações da sociedade civil)</p>
<p>Sociedade Civil</p> <p>1.6 Fortalecer instrumentos e estratégias independentes de identificação, zoneamento e demarcação de territórios de povos e comunidades tradicionais e indígenas</p>	<p>1.6.1 Realizar formações sobre direitos e reconhecimento territorial para povos e comunidades tradicionais e indígenas</p> <p>1.6.2 Realizar formações sobre protocolos de consulta para povos e comunidades tradicionais e indígenas</p> <p>1.6.3 Apoiar a elaboração de protocolos de consulta para povos e comunidades tradicionais e indígenas</p> <p>1.6.4 Realizar cursos e oficinas sobre ferramentas e tecnologias para zoneamentos e mapeamentos territoriais. Ex.: cartografia social, utilização de drones, GPS e elaboração de mapas</p> <p>1.6.5 Apoiar a elaboração de zoneamentos e mapeamentos territoriais independentes e de áreas protegidas. Ex. cartografias sociais e etnomapeamentos</p>



## Ações localizadas

- Desenvolver estrutura para manutenção e posse de informações estratégicas nas organizações sociais locais: “Centros Sociais de Informações sub-regionais” (Humaitá, Manicoré e Carreiro)
- Elaborar um mapeamento participativo dos recursos extrativistas (castanhais e outros de uso comum) no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Jenipapo em Manicoré (comunidades do assentamento e Aldeia Kamauíá)
- Reestruturar e reequipar os escritórios da Funai, ICMBio e Ibama em Humaitá
- Reestruturar e reequipar o escritório do ICMBio em Manicoré
- Revisar o Plano de Gestão da Resex Capanã Grande (Manicoré)
- Criar e implementar a RDS do Rio Manicoré (Manicoré)
- Expandir o alcance dos recursos do Programa Arpa, por meio de ações integradas de UCs já inseridas no Programa, às Florestas Estaduais de Tapauá e Canutama
- Realizar encontros (virtuais e/ou presenciais, com protocolos sanitários) com as comunidades locais nas áreas protegidas, conselhos e órgãos gestores e organizações da sociedade civil para implementação do Mosaico de Áreas Protegidas da BR-319 (UCs estaduais e federais de Beruri, Borba, Manicoré, Tapauá, Lábrea, Canutama e Humaitá)

## COGESTÃO FUNDIÁRIA NA RDS DO RIO AMAPÁ

Protagonizada por seu Conselho Gestor, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Amapá, em Manicoré, houve a discussão da redelimitação territorial da UC, representando uma estratégia potente de diálogo e cogestão. A estratégia consistiu na criação de “Plantões Fundiários”, um processo de levantamento in loco e documental de títulos de terras incidentes nos limites da UC. Com a peculiaridades de ser uma das poucas UCs estaduais criadas sem as comunidades dentro de seus limites, devido presença de títulos definitivos nas áreas de ocupação e moradia, a estratégia contou com apoio massivo destas comunidades. Foram realizadas convocações nos meios de comunicação locais para a localização e organização desses títulos, alguns dos quais pertencentes aos próprios comunitários da RDS. Existiam inúmeras dúvidas tanto em relação aos seus direitos de ocupação e uso, tendo em vista a existência desses documentos individuais e o histórico fundiário da área, parte da qual havia sido de propriedade de uma empresa, depois vendida para um investidor estrangeiro. Nem todas as dúvidas puderam ser dirimidas devido à ausência de participação de alguns órgãos fundiários no processo, mas as comunidades contribuíram para o mapeamento do território e participaram de grupos de estudos para discutir os novos limites da UC. A partir das discussões nesses grupos, e com a assessoria de departamento de populações tradicionais da Sema-AM, foi elaborada uma Nota Técnica e um mapa com os novos limites, sendo direcionada aos chefes dos órgãos ambientais e fundiários competentes. Devido à suspensão das reuniões do CG no contexto da pandemia COVID-19, contudo, o processo aguarda o seu desfecho, e a descontinuidade e nova configuração da gestão das UCs pela Sema-AM podem constituir um desafio para isso.



## OE02 - Garantir capacidade do estado para o ordenamento territorial e a transparência da gestão ambiental e fundiária

O poder público, principalmente o estadual e o federal, é responsável pelas principais ações de ordenamento territorial. Ao mesmo tempo, a responsabilidade pelas gestões ambiental e territorial - da qual depende a implementação das ações de ordenamento - está descentralizada entre os entes federativos, e dividida entre órgãos com acessos diferentes aos recursos e às estratégias. Os órgãos estaduais e federais, historicamente, não conseguem executar todas as ações planejadas, pelas limitações de estrutura. É um fato especialmente preocupante para as ações governamentais que dependem do apoio de projetos e o aporte de recursos externos aos orçamentos públicos. Sem resultados efetivos,

os recursos federais também correm o risco de serem cortados.

Os municípios do Amazonas contam com baixa infraestrutura, poucos recursos financeiros e capacidades técnicas instaladas limitadas nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente (Semmas), órgãos que tendem a compartilhar a gestão ambiental e territorial com outras pastas, como a de Produção ou Turismo. Nesse sentido, mesmo que haja um planejamento e uma coordenação interinstitucional entre órgãos, as ações seguem sendo insuficientes. Complementarmente, as deficiências de instrumentos de apoio, como os de regularização fundiária e ambiental, assim como a baixa transparência das ações governamentais, dificultam também a governança, a gestão de áreas protegidas e a participação da sociedade civil na construção de soluções.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
2.1 Estruturar os órgãos ambientais municipais para a gestão ambiental e territorial	<p>2.1.1 Apoiar a realização de diagnósticos e levantamentos sobre as Semmas e respectivos Sistemas Municipais de Meio Ambiente (Sismumas) com apoio do Fórum Permanente das Secretarias de Meio Ambiente do Amazonas (Fopes)</p> <p>2.1.2 Elaborar e/ou revisar os Planos Municipais de Meio Ambiente e Sistemas Municipais de Meio Ambiente para definição de programas e ações estratégicas</p> <p>2.1.3 Reativar e/ou fortalecer os Conselhos e Fundos Municipais de Meio Ambiente</p> <p>2.1.4 Fortalecer o Fórum Permanente das Secretarias de Meio Ambiente do Amazonas (Fopes) (Sema-AM)</p> <p>2.1.5 Reativar a Comissão Temática sobre Desenvolvimento municipal no âmbito do Fórum da BR-319</p> <p>2.1.6 Promover discussões sobre instrumentos econômicos para a conservação e qualidade ambiental nas áreas rurais e urbanas municipais, especificamente sobre a implementação do ICMS Verde e o Programa Cidades Sustentáveis (Sema -AM)</p> <p>2.1.7 Ampliar a divulgação e garantir a transparência para acesso a recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema)</p> <p>2.1.8 Captar recursos para implementação dos Planos Municipais de Meio Ambiente (Semmas)</p> <p>2.1.9 Captar recursos para a elaboração e execução dos Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas (PPCDQ) municipais (Sema-AM e Semmas)</p> <p>2.1.10 Realizar concursos e contratações para garantir corpo técnico para a execução do licenciamento ambiental pelas Semmas</p>
2.2 Aumentar a eficiência e aderência dos instrumentos de planejamento e zoneamento territorial	<p>2.2.1 Realizar avaliação sobre o funcionamento e efetividade dos instrumentos de ordenamento vigentes nos municípios</p> <p>2.2.2 Atualizar a legislação municipal com incidência sobre o ordenamento territorial, como: Código de Postura, Código Ambiental, Lei de Parcelamento de Solos, dentre outros</p>

## Ações propostas

Políticas Públicas	
<p>2.3 Fortalecer a coordenação institucional para as ações de controle e fiscalização</p>	<p>2.2.3 Promover eventos e formações sobre planejamento e instrumentos de ordenamento Territorial Municipal para servidores municipais</p> <p>2.2.4 Promover discussões sobre instrumentos de gestão e zoneamento para operadores de políticas públicas. Ex.: Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), Planos de Gestão de Unidades de Conservação, Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs), instrumentos municipais e mapeamentos participativos.</p> <p>2.2.5 Incorporar os Protocolos de Consulta dos povos e comunidades tradicionais e indígenas no planejamento e execução de políticas intersetoriais</p> <p>2.2.6 Elaborar e/ou revisar os Planos Diretores municipais (avaliação e revisão de critérios e elaboração de diagnóstico incluindo áreas rurais e suas especificidades)</p> <p>2.2.7 Elaborar uma metodologia simplificada e com participação social para elaboração do ZEE da sub-região do Madeira e revisão do ZEE do contexto do Rio Purus</p> <p>2.3.1 Elaborar um Programa de Formação contínuo de brigadistas locais coordenados pelas Semmas</p> <p>2.3.2 Elaborar um desenho estratégico e intersetorial de monitoramento e fiscalização periódica de abertura de ramais entre Sema-AM, Ipaam, Ibama, ICMBio, Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Batalhão da Polícia Ambiental da Polícia Militar do Amazonas (BPA-PMAM)</p> <p>2.3.3 Desenvolver protocolos integrados de controle, monitoramento e fiscalização entre órgãos e de segurança ambientais para ilícitos ambientais (Sema-AM, Ipaam, Ibama, ICMBio, PF, PRF e BPA-PMAM) envolvendo as populações locais a partir de mecanismos para facilitar denúncias</p> <p>2.3.4 Desenvolver uma estrutura para monitoramento e comunicação de pressões e ameaças ambientais em parceria com as Associações Comunitárias</p> <p>2.3.5 Elaborar e implementar estratégias de fiscalização da pesca em parceria com organizações comunitárias e da sociedade civil e estratégias de vigilância e monitoramento independente (Sema-AM, Ipaam, Ibama, ICMBio, PF, PRF e BPA-PMAM)</p>
<p>2.4 Aumentar as capacidades estatais e fortalecer a infraestrutura dos órgãos ambientais e fundiários</p>	<p>2.4.1 Estabelecer portais de controle previstos no âmbito das pré-condicionantes do licenciamento ambiental da BR-319, envolvendo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Sema-AM, Ipaam, Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (DAF), MPF-AM</p> <p>2.4.2 Elaborar estratégias de captação de recursos contínuos e em longo prazo para estruturação da Sema-AM (Governo do Estado do Amazonas, Tribunais de Contas Estaduais)</p> <p>2.4.3 Garantir recursos para a realização de concursos públicos para a estruturação dos órgãos ambientais e fundiários: Incra, IBAMA, ICMBio, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ipaam, e Demuc/Sema-AM</p> <p>2.4.4 Apoiar a descentralização da gestão ambiental inicialmente através de “polos sub-regionais”, com equipe multidisciplinar exigida pela Lei Complementar nº. 140, cedida pelos órgãos ambientais municipais e estaduais, para realização do licenciamento ambiental em nível municipal (Humaitá, Manicoré, Apuí e/ou Lábrea) (PAAM e Semmas)</p> <p>2.4.5 Consolidar a estratégia e operacionalização dos Centros Multifuncionais no interior para o licenciamento ambiental em nível estadual em apoio à descentralização da gestão ambiental (garantir os objetivos de contratação de profissionais e ampliação do escopo dos serviços ofertados) (Ipaam)</p> <p>2.4.6 Avaliar o cumprimento das recomendações do Imazon para melhoria das práticas fundiárias no Amazonas pela Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (SECT-AM)</p>



## Ações propostas

Políticas Públicas	
2.5 Promover a transparência dos processos ambientais e fundiários	<p>2.4.7 Terceirizar os serviços com demanda técnica de recursos humanos especializados, como os de cartografia, com supervisão e validação dos produtos por funcionários do órgão fundiário (SECT-AM)</p> <p>2.4.8 Definir metas anuais factíveis para as principais atividades da SECT-AM</p> <p>2.4.9 Concluir o processo de digitalização do acervo, especialmente dos documentos do antigo Instituto de Terras do Estado do Amazonas (Team) que ainda se encontram em papel (SECT-AM)</p> <p>2.4.10 Concluir o processo de organização e atualização da base de dados fundiária para o Sirgas 2000 (SECT-AM)</p> <p>2.4.11 Implementar uma Ouvidoria Agrária estadual para direcionamento de denúncias e resolução de conflitos (SECT-AM)</p> <p>2.5.1 Reativar as Comissões Temáticas sobre Comando e Controle e Gestão Ambiental e Territorial no âmbito do Fórum da BR-319, com ampla participação da sociedade civil e populações locais e organizações representativas dos municípios do interflúvio Purus-Madeira na região da BR-319</p> <p>2.5.2 Elaborar um relatório com cadastro de moradores da área “fundiária” (faixa de 2.000) ao longo do eixo da rodovia e estabelecer estratégias para o controle de ocupações e invasões (MPF-AM, DPE-AM, órgãos ambientais e fundiários, STTR e organizações representativas de comunidades e agricultores e agricultores familiares)</p> <p>2.5.3 Organizar e integrar as bases cadastrais ambientais e fundiárias estaduais e federais: Incra, SECT-AM, ICMBio, Ipaam, e Serviço Florestal Brasileiro (SFB)</p> <p>2.5.4 Sistematizar e disponibilizar dados e informações ambientais e fundiárias de acordo com o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI): Incra, SECT-AM, ICMBio, Ipaam, SFB</p> <p>2.5.5 Aprimorar a governança sobre a etapa de inscrição do CAR: SECT-AM, Ipaam, DAM e sociedade civil</p> <p>2.5.6 Realizar capacitações para o acesso e utilização de dados ambientais e fundiários com organizações do poder público e sociedade civil</p>
2.6 Cumprir as recomendações da PFDC-MPF na execução do Programa Titula Brasil quanto à transparência dos processos de atribuição do Incra	<p>2.6.1 Divulgar de forma ampla, acessível e sistematizada, inclusive por meio do Comitê Gestor do Programa (preferencialmente no site do Incra) informações sobre os municípios que aderiram ao Programa Titula Brasil e a integralidade dos Acordos de Cooperação Técnica firmados e Planos de Trabalho atualizados e eventualmente os já executados;</p> <p>2.6.2 Capacitar e habilitar os agentes públicos indicados pelos municípios como integrantes dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária (NMRF), condicionando-as ao efetivo início de exercício das funções operacionais no âmbito do Programa;</p> <p>2.6.3 Adotar as medidas necessárias para que nenhuma gleba federal seja objeto de regularização fundiária sem consulta e manifestação expressa de os órgãos e entidades a que alude o art. 12 do Decreto nº 10.592/2020, “não se atribuindo à ausência de manifestação, em hipótese alguma, efeitos de concordância tácita”.</p> <p>2.6.4 Fornecer aos municípios acesso direto aos sistemas e/ou bancos de dados que permitam atestar a aptidão da área para fins de regularização fundiária para aferir, por exemplo, sobreposições com Cadastros Ambientais Rurais (CAR), Unidades de Conservação (UCs), registros de conflitos na Câmara de Conciliação Agrária, reivindicação ou demarcação de território tradicional, entre outros</p> <p>2.6.5 Garantir nos Acordos de Cooperação Técnica a obrigatoriedade de cumprimento e a observância das ações recomendadas pelo MPF ao prefeito municipal, notadamente: a necessidade de que as ações a cargo do NMRF sejam executadas exclusivamente por servidores públicos efetivos; vedação dos servidores integrantes do NMRF e respectivos cônjuges, companheiros e companheiras como bene-</p>

## Ações propostas

Políticas Públicas	
2.7 Cumprir as recomendações da PFDC-MPF na execução do Programa Titula Brasil quanto à transparência dos processos de atribuição dos municípios	<p>ficiários da titulação no âmbito do Programa; o estabelecimento prévio e abstratamente, pelos municípios, de regras de impedimento e suspeição, que não sejam menos rígidas do que os eventuais parâmetros aplicáveis aos servidores do próprio Incra; e a observância dos instrumentos de transparência e participação social que prestigiem o controle local sobre a formulação e execução do plano de trabalho</p> <p>2.7.1 Adotar medidas administrativas municipais para impedir que agentes públicos municipais, especialmente os integrantes do NMRF e respectivos cônjuges, companheiros e companheiras figurem como beneficiários de regularização fundiária no âmbito do Programa, direta ou indiretamente, de acordo com a normativa (art. 5º, §1º, da Lei Federal nº 11.952/2009)</p> <p>2.7.2 Afastar a atuação de agentes municipais ocupantes de cargos em comissão, temporários ou terceirizados, escolhidos por meio de processo seletivo aberto a todos os interessados, ampla e previamente divulgado na realização de vistorias técnicas e revisões populacionais, inclusive coleta de dados, garantindo exclusividade de atuação aos servidores públicos efetivos do município</p> <p>2.7.3 Estabelecer, previamente ao início do Programa, regras de impedimento e/ou suspeição aplicáveis aos servidores públicos efetivos integrantes do NMRF que contemplem, em sua integralidade, os princípios da impessoalidade, moralidade e probidade administrativas</p> <p>2.7.4 Emitir atestados de cumprimento ou da função social da propriedade rural, fundamentados com a legislação pertinente, nas áreas passíveis de regularização fundiária</p> <p>2.7.5 Divulgar amplamente e de forma acessível as seguintes informações: áreas passíveis de regularização fundiária em glebas federais não destinadas e de titulação em projetos de assentamento; os Acordos de Cooperação Técnica formalizados com o Incra, em sua integralidade, inclusive nas páginas de internet dos municípios; e os resultados decorrentes da execução do plano de trabalho, de forma periódica e objetiva;</p> <p>2.7.6 Abster-se de análise de processos e pedidos de regularização fundiária nos casos em que forem constatadas as seguintes situações: a) sobreposição total ou parcial em qualquer percentual de qualquer espécie de CAR relativos à área objeto de solicitação; b) registro de conflito fundiário na Câmara de Conciliação Agrária, cujo resultado da consulta deve necessariamente constar do processo de titulação; c) incidência sobre áreas reivindicadas por povos e comunidades tradicionais, ainda que não demarcadas ou sem processo instaurado, ou sequer registradas no Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) do Incra</p> <p>2.7.7 Realizar vistorias técnicas in loco em todas as áreas submetidas a processo de regularização fundiária no âmbito dos NMRF, havendo ou não determinação ou indicação expressa do Incra, com observância da habilitação técnica necessária;</p> <p>2.7.8 Garantir que nos Acordos de Cooperação Técnica constem a obrigatoriedade de cumprimento e a observância das ações recomendadas pelo MPF aos prefeitos municipais, supracitados e notadamente: a) que as ações a cargo do NMRF sejam executadas exclusivamente por servidores públicos efetivos; b) a vedação de que servidores integrantes do NMRF e respectivos cônjuges, companheiros e companheiras figurem como beneficiários da titulação no âmbito do Programa, em conformidade com o art. 5º, §1º, da Lei nº 11.952/2009; c) o estabelecimento prévio e abstratamente de regras de impedimento e suspeição, que não sejam menos rígidas do que os eventuais parâmetros aplicáveis aos servidores do Incra; d) a observância dos instrumentos de transparência e participação social que prestigiem o controle local sobre a formulação e execução do plano de trabalho.</p>



## Ações localizadas

- Promover debates junto às Secretarias Municipais de Meio Ambiente (Semmas) de Manicoré, Careiro e Humaitá sobre estratégias de articulação e fortalecimento. Ex.: criação de um escritório de projetos ou departamento no âmbito da Sema-AM ou Associação Amazonense de Municípios (AAM); criação de um Consórcio Intermunicipal de Semmas, com foco em atividades do Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas (PPCDQ-AM) e Plano Estadual de Educação Ambiental, entre outros
- Fortalecer o Conselho Municipal e apoiar a captação de recursos para o Fundo Municipal de Meio Ambiente de Manicoré
- Apoiar a revisão e atualização das legislações voltadas para gestão ambiental e territorial no âmbito municipal em Humaitá e Manicoré (Lei Orgânica, Código Ambiental, Códigos de Postura, Código Tributário, Lei de Parcelamento do Solo, entre outras) para funcionamento dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente
- Reestruturar e reequipar os escritórios do Ibama, ICMBio e Funai em Humaitá e Manicoré
- Capacitar os Policiais Militares lotados no 4º Batalhão da Polícia Militar de Humaitá, para formação de um destacamento do Batalhão Ambiental, para atender Humaitá, Manicoré, Lábrea, Apuí, Novo Aripuanã e Borba
- Difundir as recomendações da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC-MPF) para execução do Programa Titula Brasil junto aos municípios a região da BR-319 aderentes ao programa (Careiro, Manicoré) ou em via de adesão (Humaitá)





### OE03 - GARANTIR GOVERNANÇA E CONTROLE SOCIAL PARA A PROTEÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

A centralidade das ações do Estado no ordenamento e na proteção ambiental e territorial, somadas às desigualdades de oportunidades para a participação dos povos e comunidades tradicionais e indígenas, apontam para a necessidade do fortalecimento da governança dos territórios e do controle social. Por um lado, é preciso fortalecer os espaços de coordenação e diálogo para a transparência das ações estatais e democratizar as ferramentas de acesso e produção de informação. Por outro, em contextos de baixa capacidade estatal, a vigilância e o monitoramento independente, conduzido por organizações da sociedade civil e de comunidades, com segurança para as pessoas envolvidas, podem minimizar as ameaças sobre os territórios. Tais ações servem à gestão territorial e para subsidiar com informações as estratégias coordenadas de proteção, elaboração de políticas e fiscalização. Além disso, são importantes para a articulação e o intercâmbio

de conhecimentos e saberes, a democratização da ciência e maior efetividade nas ações de gestão dos bens comuns e coletivos.

Uma das formas de aliviar as pressões sobre os territórios amazônicos é aumentar a participação da sociedade civil, inclusive comunidades tradicionais e indígenas, em ações de governança. Assim como aumentar os mecanismos de controle social sobre as ações do Estado. As atividades da sociedade civil devem ser complementares à atuação dos órgãos governamentais competentes. O monitoramento independente, conduzido por organizações da sociedade civil sem intervenções do Estado, financiadores ou empreendedores pode produzir informações estratégicas aos órgãos governamentais; mas também apoiar a conservação dos recursos naturais e da sociobiodiversidade. O intercâmbio de conhecimentos e saberes, a democratização da ciência e a maior efetividade nas ações de gestão dos bens comuns e coletivos também são instrumentos importantes para a articulação de uma maior participação social.

#### Ações propostas

Políticas Públicas	
3.1 Implementar mecanismos e ferramentas de governança e controle social para a gestão ambiental e territorial	<p>3.1.1 Ampliar os canais de diálogo entre sociedade civil e instituições fiscalizadoras da ação pública e de defesa de direitos coletivos e individuais ambientais e fundiários, como Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM), Ministério Público Estadual do Amazonas (MPAM), Tribunais de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM) e Defensoria Pública do Estado (DPE-AM). Ex.: MPF na comunidade</p> <p>3.1.2 Criar e/ou fortalecer instâncias de controle social para destinação de terras públicas e ações fundiárias. Ex.: Fórum Diálogo Amazonas; Comitê interinstitucional, com sociedade civil, academia, órgãos de governo e ministério público</p> <p>3.1.3 Promover discussões de avaliação sobre a implementação CAR com foco sobre governança, sobreposições, etapa de inscrição e CAR em áreas coletivas: SECT, PAAM, Idam e sociedade civil</p> <p>3.1.4 Implementar instâncias locais para apoiar na análise e validação do CAR, com a participação de comunidades, instituições governamentais e da sociedade civil</p>
Sociedade Civil	
3.2 Fortalecer a organização e articulação social dos territórios da BR-319	<p>3.2.1 Reconhecer a auto-organização dos povos e comunidades tradicionais e indígenas de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)</p> <p>3.2.2 Realizar formações sobre direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e indígenas e operadores do direito e de políticas públicas. Ex.: Cursos FORMAR do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB); capacitações promovidas pelo MPF-AM, entre outros</p> <p>3.2.3 Promover e apoiar a participação de organizações representativas das popu-</p>



## Ações propostas

Sociedade Civil	<p>lações tradicionais em espaços públicos de discussão em nível estadual e federal. Ex.: Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cemaam); Câmaras Técnicas, Comitês Interinstitucionais, entre outros.</p> <p>3.2.4 Apoiar financeiramente a participação de populações tradicionais e indígenas e agricultores e agricultoras em eventos em nível regional e federal relacionados a proteção de seus territórios</p> <p>3.2.5 Apoiar a consolidação de empreendimentos familiares e coletivos da agricultura familiar e comunidades tradicionais voltados às cadeias agroextrativistas sustentáveis</p> <p>3.2.6 Apoiar a implementação de políticas públicas de produção e geração de renda em assentamentos e UCs</p> <p>3.2.7 Promover discussões sobre a implementação de mecanismos financeiros para conservação em UCS, assentamentos ambientalmente diferenciados e convencionais com práticas sustentáveis de produção visando à autonomia dos territórios. Ex.: REDD+, Pagamento por Serviços Ambientais e Ecosistêmicos, entre outros</p> <p>3.2.8 Realizar encontros e intercâmbios temáticos entre comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais e indígenas dos territórios nos eixos da BR-319, BR-230 e Interflúvio Purus-Madeira</p> <p>3.2.9 Realizar encontros periódicos entre as redes de parceiros atuantes ou com possibilidades de atuação nos territórios, através da articulação: Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta), Observatório da BR-319, Rede Ciência Cidadã, Rede de Monitoramento Independente</p> <p>3.3 Promover estratégias de monitoramento independente dos recursos ambientais e da biodiversidade</p> <p>3.3.1 Promover formação para o uso de tecnologias e ferramentas de apoio ao monitoramento independente junto a agentes públicos e comunidades envolvidas, com foco nos jovens. Ex.: drones, utilização de aparelhos tablets, celulares e aplicativos e sistemas de vigilância e monitoramento como o “SMART”, entre outros</p> <p>3.3.2 Resgatar e fortalecer a estratégia de atuação do Monitoramento Participativo da Biodiversidade (ProBUC) em UCs estaduais (Sema-AM)</p> <p>3.3.3 Fortalecer a estratégia de atuação do Programa de Monitoramento da Biodiversidade em UCs (Programa Monitora) em UCs federais (ICMBio)</p> <p>3.3.4 Garantir recursos para o Programa Agentes Ambientais Voluntários (PAAV) nas UCs, com foco nos jovens, integrando as ações já existentes a outras áreas não beneficiadas como assentamentos ambientalmente diferenciados (Sema-AM e Incra)</p> <p>3.3.5 Elaborar estratégias para aumentar a participação de mulheres no PAAV</p> <p>3.3.6 Realizar debates e avaliações contínuas sobre o aprimoramento do PAAV quanto a situações de conflitos e reconhecimento da atuação dos AAVs pelas comunidades</p> <p>3.3.7 Fortalecer e ampliar a atuação do Projeto “Pé de Pincha” integrando as ações já existentes a outras áreas não beneficiadas: Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Sema-AM</p> <p>3.3.8 Promover ações para implementação do monitoramento da pesca e qualidade da água (Rede Ciência Cidadã e aplicativo “Ictio”) em locais de pressão do recurso garimpo</p> <p>3.3.9 Apoiar estudos científicos sobre o garimpo e seus impactos ecosistêmicos</p> <p>3.3.10 Promover a coalizão e ampliação das redes de monitoramento atuantes no interflúvio Purus-Madeira e junto a outras da PanAmazônia, como Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta), Rede de Monitoramento Territorial Independente, Observatório da BR-319, Rede Ciência Cidadã, Red Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG - Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada)</p> <p>3.3.11 Apoiar a sistematização e intercâmbio de experiências das organizações que conduzem monitoramento independente nos territórios</p>
-----------------	---

## Ações propostas

Sociedade Civil	
3.4 Promover ações coordenadas de monitoramento e vigilância comunitária para pressões e ameaças territoriais	<p>3.4.1 Apoiar a implementação de Acordos de Pesca e ações de monitoramento da pesca: Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura (Sepa/Sepror), Sema-AM, organizações comunitárias e da sociedade civil</p> <p>3.4.2 Divulgar informações sobre canais de denúncias e funcionamento dos mecanismos de fiscalização para as populações locais</p> <p>3.4.3 Promover treinamento e assessoria técnica para a elaboração de Planos de Vigilância e Monitoramento de pressões e ameaças pelas comunidades: Ufam, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Instituto Federal do Amazonas (Ifam) e organizações não-governamentais</p> <p>3.4.4 Apoio à elaboração e implementação de Planos de Proteção Territorial Indígena. Ex.: Planos de Vigilância e Monitoramento e Combate a Incêndios</p> <p>3.4.5 Implantar infraestrutura de comunicação de acordo com os planos de vigilância e monitoramento estabelecidos pelas comunidades</p> <p>3.4.6 Estabelecer protocolos de segurança para garantir a proteção e integridade física dos agentes de vigilância e monitoramento, servidores e patrimônio público em parceria com os órgãos de fiscalização e segurança competentes: Sema-AM, ICMBio, Ibama, Ipaam, PF e PRF</p> <p>3.4.7 Captar recursos para aquisição e manutenção de equipamentos e infraestrutura para ações de vigilância e monitoramento independente de pressões e ameaças realizadas por organizações comunitárias e da sociedade civil</p> <p>3.4.8 Apoiar ações de comunicação para divulgação de dados e publicização de informações, relatórios e avaliações dos monitoramentos independentes realizados</p> <p>3.4.9 Fomentar o uso das informações produzidas no âmbito do monitoramento independente para estruturação de políticas e ações de proteção pelo Estado</p>



## Ações localizadas

- Fortalecer e garantir ampla participação da sociedade civil e representatividade das populações locais e organizações representativas dos municípios do interflúvio Purus-Madeira no Fórum da BR-319
- Reativar as Comissões Temáticas no âmbito do Fórum da BR-319 e realizar encontros itinerantes nos municípios do interior no Interflúvio Purus-Madeira
- Implementar Acordos e Monitoramento de Pesca no Rio Manicoré, Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Jenipapo (Manicoré), Rio Tupana e Rio Araçá (Careiro)
- Captar recursos para implantar infraestrutura de apoio para a fiscalização da pesca ilegal de pirarucu na Comunidade Santo Antônio do ramal do Mamori (Careiro)
- Captar recursos para implantar infraestrutura de apoio para a fiscalização da pesca ilegal de pirarucu na Comunidade Santo Antônio do ramal do Mamori (Careiro) e fiscalização de caça ilegal e invasões na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Amapá e no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Jenipapos (Manicoré)

## AGENTES AMBIENTAIS VOLUNTÁRIOS (AAVS)

Criado em 2008 pelo Ibama, e incorporado posteriormente pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM), os Agentes Ambientais Voluntários (AAV) atuam como multiplicadores na comunicação e sensibilização ambiental junto às comunidades e de forma complementar aos órgãos responsáveis pela gestão ambiental. Implementado atualmente pelo Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (Demuc/Sema-AM) nas Unidades de Conservação estaduais, com vistas a interação com o Programa de Monitoramento da Biodiversidade (P), o Programa Agentes Ambientais Voluntários (PAAV) visa à cooperação entre órgão gestor e comunidades na proteção e conservação dos recursos naturais, no apoio às ações de fiscalização nas UCs, através do trabalho voluntário para a formação de redes de vigilância e monitoramento, combinado com ações de educação ambiental. O trabalho inicial contempla a mobilização e sensibilização das comunidades, compartilhamento dos objetivos do programa e escolha dos AAVs. Nas oficinas de formação, estes preparam o Plano de Trabalho para o monitoramento de pressões e ameaças ao território, incluindo as formas de confirmação das comunidades em participar do programa e o credenciamento dos AAVs. O processo de formação é contínuo e as atividades são iniciadas após seis meses da etapa de credenciamento. O PAAV proporciona um maior conhecimento sobre a UC e áreas do entorno pelos AAVs e comunidades; a formação e multiplicação de conhecimentos e direitos sobre os modos de vida e a proteção territorial; a formação de novas lideranças e o aumento da participação nos processos de gestão das UCs; e a promoção de ações de educação ambiental nas UCs e entorno.

## OE04 - Saberes e conhecimentos para a conservação da diversidade ambiental e o uso comum e coletivo dos territórios

O fenômeno da transculturação, isto é, a transformação dos padrões culturais locais pela adoção de padrões externos, é visível em diversos territórios amazônicos<sup>5</sup>. Há nessas localidades uma disputa de narrativas onde, por ora, o meio ambiente é colocado como entrave, fazendo das organizações socioambientais e populações tradicionais inimigos do desenvolvimento; e por ora é instrumentalizado para um processo que prejudica os modos de vida tradicionais. Para o fortalecimento destes, através do intercâmbio de saberes e conhecimentos, tanto a comunicação como a educação ambiental podem ser utili-

zados como instrumentos e foram incorporadas nas propostas de ações.

Por meio dos princípios da educação ambiental, como a interdependência socioambiental, o pluralismo, o enfoque humanista, crítico, democrático e participativo, é possível articular nas ações pedagógicas políticas setoriais normalmente fragmentadas. Por outro lado, o incentivo à pesquisa nas universidades e instituições de ensino locais, assim como a participação da sociedade civil em atividades formais produzindo conhecimento nas áreas ambiental e de conservação, por meio de abordagens como as da “ciência cidadã”, podem contribuir para o fortalecimento das identidades locais e das estratégias de proteção ambiental dos territórios.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
4.1 Implementar o Plano Estadual de Educação Ambiental (em curso)	<p>4.1.1 Fortalecer e ampliar a participação de atores locais na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Amazonas (Ciea-AM)</p> <p>4.1.2 Articular maior interação entre as Coordenações de Educação no Campo e Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (Seduc-AM)</p> <p>4.1.3 Realizar debates sobre o Programa Estadual de Educação Ambiental em Conferências municipais e estaduais de educação e meio ambiente</p> <p>4.1.4 Fomentar a articulação das Coordenadorias com a rede estadual e municipal de ensino</p> <p>4.1.5 Apoiar a formação de “formadores locais” para a Educação Ambiental pela Seduc-AM</p>
4.2 Apoiar a elaboração de políticas e ações municipais de Educação Ambiental	<p>4.2.1 Elaborar estratégias de captação de recursos para a implementação de políticas e ações municipais de Educação Ambiental</p> <p>4.2.2 Apoiar a elaboração e implementação de Projetos Político Pedagógicos (PPP) diferenciados para a conservação em escolas das redes estadual e municipais. Ex.: Empreendedorismo Verde, Economia Socioambiental, entre outros</p> <p>4.2.3 Promover discussões sobre Educação Ambiental no contexto local com instituições que atuam no território (realização de eventos como fóruns, congressos e seminários estaduais, regionais e municipais)</p>
Sociedade Civil	
4.3 Fortalecer a produção e intercâmbio de conhecimentos, práticas e saberes locais para a sensibilização ambiental e conservação e uso do território	<p>4.3.1 Fortalecer a difusão da sociobiodiversidade Amazônica, como majoritária, representativa e mais adequada para a conservação da biodiversidade, bem como dos modos de vida das populações locais</p> <p>4.3.2 Fortalecer a difusão das práticas e saberes locais como essenciais para a conservação da biodiversidade, bem como dos modos de vida das populações locais</p> <p>4.3.3 Promover rodas de conversas com diferentes públicos para troca de experiên-</p>



## Ações propostas

Sociedade Civil	<p>cias, bem como para tratar da importância de transmissão geracional das práticas e saberes, essenciais para a conservação da biodiversidade</p> <p>4.3.4 Estabelecer um Programa de Bolsas para pesquisas socioambientais, voltadas à conservação e sustentabilidade, e culturas amazônicas, em parceria com universidades e organizações locais</p> <p>4.3.5 Apoiar a formação e produção de materiais de comunicação produzidos por comunicadores locais de populações tradicionais e indígenas</p> <p>4.3.6 Fortalecer ferramentas e meios de comunicação locais para campanhas e difusão de conhecimentos, saberes e práticas locais de conservação e uso do território</p> <p>4.3.7 Realizar eventos com profissionais da área da educação e saúde sobre práticas amazônicas (Ex.: Pedagogia da Floresta, saberes sobre plantas, ervas, parteiras, benzedeiros, pegador, uso de palhas e cipós em tecelagens de instrumentos e ferramentas de trabalho, carpinteiros navais, cortadores de seringa, balata e sova, entre outros)</p> <p>4.4 Apoiar iniciativas locais rurais e urbanas de conservação e uso comum dos territórios</p> <p>4.4.1 Realizar campanhas contínuas contra queimadas e atividades predatórias dos recursos naturais</p> <p>4.4.2 Apoiar a realização de levantamentos de bens culturais, naturais e paisagísticos locais (materiais e imateriais) pelas populações locais. Ex.: identificação e construção de mapas comunitários, rotas para o turismo, entre outros</p> <p>4.4.3 Apoiar estratégias de valorização do patrimônio socioambiental e cultural local que envolvem o capital material e imaterial que não podem ser valorados pelo sistema monetário. Ex.: agroecossistemas amazônicos e serviços ecossistêmicos</p> <p>4.4.4 Promover ações para dar visibilidade sobre a importância do patrimônio socioambiental e cultural local para além do contexto amazônico, como a regulação do clima. Ex.: elaboração e difusão de estudos, realização de campanhas locais e regionais, articulação em rede, entre outras.</p> <p>4.4.5 Promover debates sobre instrumentos econômicos para a conservação junto às populações locais e povos e comunidades tradicionais e indígenas. Ex.: Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e Ecossistêmicos (PSE), REDD+, e políticas públicas correlatas</p> <p>4.4.6 Fomentar a integração entre práticas de conservação urbanas e rurais e uso dos territórios nas grades curriculares de ensinos fundamentais e básicos</p>
-----------------	--

## Ações Localizadas

- Realizar debates e consultas públicas sobre o Plano Estadual de Educação Ambiental, envolvendo as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Educação, sociedade civil, Conselhos Gestores de UCs e populações tradicionais e indígenas nos municípios de Careiro, Manicoré e Humaitá
- Apoiar a criação das Coordenadorias de Educação Ambiental pela Sema-AM, no âmbito das Secretarias Municipais de Meio Ambiente (Semmas) do Careiro, Manicoré e Humaitá
- Promover eventos sobre os impactos do agronegócio na conservação da biodiversidade em Humaitá e Manicoré (Universidades e instituições de pesquisa locais, sociedade civil, povos e comunidades tradicionais e indígenas)
- Fomentar ações de diálogos intersetoriais e fortalecimento político-institucional para estratégias de conservação e bem viver no Distrito de Realidade
- Fortalecer a Rádio Floresta (Casa do Rio) como canal de comunicação para compartilhamentos de informações sobre conservação, modos de vida e bem viver no Careiro





2

**SISTEMAS DA  
AGROBIODIVERSIDADE  
PROMOTORES  
DA SEGURANÇA  
ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL**



# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

Os modelos produtivos na Amazônia estão entrelaçados às dinâmicas culturais, socioeconômicas e à diversidade ambiental da região. São processos não excludentes entre si, necessariamente, mas que podem apresentar tensionamentos, como a especialização e a diversificação, a manutenção de práticas tradicionais e a adaptação a mercados, o fortalecimento de trocas “não monetárias” e a geração de renda “monetária”, além da dependência e a autonomia, entre outros.

O fortalecimento e a estruturação de cadeias produtivas nos territórios-alvo da ADT são capazes de impactar positivamente na conservação dos recursos florestais e na economia familiar, de viabilizar segurança alimentar e nutricional das famílias, considerando-se os riscos que possam causar à desestruturação da organização social dos territórios.

No contexto amazônico, os sistemas produtivos que integram o conceito de “agricultura familiar” são fundamentais para a sustentabilidade e autonomia das famílias, frente aos modelos vinculados à expansão do agronegócio e a práticas predatórias e ilegais, que se baseiam na exploração exaustiva dos recursos. Os sistemas rurais familiares são caracterizados pela produção constante e diversificada de produtos e alimentos e pela ocupação das famílias em diferentes atividades e ambientes<sup>1</sup>. Os alimentos são obtidos principalmente pela produção de subsistência e por trocas e doações, processos que fortalecem a manutenção dos laços comunitários<sup>2</sup>.

As pressões sobre os territórios amazônicos e seus recursos, como o desmatamento, colocam em risco a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das pessoas. Estas ameaças sobre a segurança alimentar atingem tanto as famílias produtoras nas áreas rurais quanto os consumidores dos centros urbanos, que também dependem diretamente da produção familiar. Além disso, diversos produtos extrativistas são essenciais para a geração da renda monetária de famílias rurais. Apesar do avanço nas políticas de combate à fome e à extrema pobreza em nível nacional, no passado recente, a Amazônia concentrou 18% dos lares em situação de insegurança alimentar grave do país e a fome na região voltou a ganhar evidência com a crise sanitária da Covid-19<sup>3</sup>.

O fomento à produção agroecológica, o desenvolvimento de estratégias de diversificação produtiva e o intercâmbio de conhecimento e saberes tradicionais da agrobiodiversidade<sup>4</sup> são essenciais para fortalecer a autonomia das organizações sociais e produtivas.

1 NODA et al (2007); DOS SANTOS PEREIRA et al (2015)

2 NODA et al (2007)

3 OUTRAS PALAVRAS (2021)

4 Neste documento consideramos que o termo “sociobiodiversidade”, utilizado pelas políticas públicas como referência aos produtos extrativistas. Está contido no termo mais abrangente “agrobiodiversidade” que, de acordo com Santilli (2009; p. 67) envolve as “interações e relações dinâmicas entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes, devendo repercutir sobre as políticas de conservação dos agroecossistemas cultivados, promovendo a segurança alimentar e nutricional das populações humanas, inclusão social e desenvolvimento da sustentabilidade”



**Demandas levantadas pelas comunidades nos territórios**

Desenvolver estratégias para o turismo e realizar capacitações em turismo de base comunitária (TBC) e parcerias entre comunitários e empresários de turismo

Desenvolver projetos de capacitação e emprego para manter os jovens nas comunidades

Diversificar atividades produtivas e seus canais de comercialização

Fortalecer a possibilidade de trabalho com produtos naturais e obter/manter a certificação de produtos orgânicos

Fortalecer as lideranças para que informem e planejem suas ações nas comunidades e a comunicação entre os moradores (via grupos de Whatsapp e Facebook)

Estabelecer parcerias entre as comunidades e organizações governamentais e não-governamentais para elaboração de projetos e implementação de políticas, tais como a carteira de agricultor, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e títulos de terra

Fortalecer a produção de meliponas e da pesca sustentável

Preservar a autonomia das comunidades para definir horários e tomada de decisões

Garantir a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos disponíveis, desenvolvendo e apoiando atividades extrativistas

Garantir assistência técnica permanente, ampliada e qualificada nas comunidades, principalmente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam)

Criar, fortalecer e/ou regularizar as associações comunitárias/de moradores de Unidades de Conservação (UC) e grupos produtivos

Manter e fortalecer os laços e a igualdade entre comunitários nos espaços de articulação

Fortalecer o comércio local e a profissionalização dos serviços locais, através de capacitações em informática e gestão de negócios

Melhorar a mobilidade com a pavimentação do ramal e vicinais e garantir estratégias para facilitar o escoamento da produção local

Estabelecer estratégias de mecanização da produção e eliminação de atravessadores para agregar valor e melhorar o preço dos produtos locais

Construir de entrepostos para armazenamento e escoamento da produção local

Preservar o acesso às terras para plantar em abundância e realizar capacitações sobre manejo e proteção da fertilidade da terra para assegurar uma alimentação natural

Fortalecer o empreendedorismo feminino, capacitações sobre artesanato para as mulheres e implantar um canal de vendas para os produtos produzidos pelas mulheres do território

## Banco de areia de problemas mapeados



### Transformação esperada



### Objetivos específicos

**OE05 - Fortalecer a autonomia das organizações sociais e produtivas e a governança das políticas públicas para agricultura familiar e extrativismo**

O acesso a políticas públicas e a mercados para a agricultura familiar na Amazônia exige normalmente a formalização da organização coletiva ou familiar por meio da criação de associações e cooperativas. A criação de organizações deve fortalecer e reconhecer outras formas de organização social e auto-gestão das populações rurais, povos e comunidades tradicionais e indígenas, para que elas não funcionem apenas para o cumprimento de requisitos legais, mas estejam associadas ao desenvolvimento comunitário.

A falta de compreensão sobre o conceito e funcionamento das organizações formais, as dificuldades na realização de processos legais e de gestão e o descolamento das ações das associações e cooperativas de suas bases sociais são desafios presentes nos territórios-alvo da ADT. Essas organizações devem ser vistas como uma ferramenta complementar a outras, como a mobilização de redes e coletivos. A autonomia das decisões coletivas, a garantia da segurança alimentar e a governança das políticas públicas são fundamentais para conquistas “coletivizadas, permanentes e em função da sustentabilidade dos sistemas produtivos”<sup>5</sup>.

O avanço da autonomia das organizações sociais e locais passa por ações que facilitem o entendimento sobre as possibilidades e obrigações de uma organização formal, pela apropriação dos processos e instrumentos de gestão e pelo fortalecimento das capacidades das populações locais. A participação ativa e qualificada em espaços de negociação e coordenação de políticas públicas, incluindo fóruns autônomos e conselhos municipais, estaduais e federais e câmaras de comercialização são caminhos para o fortalecimento da governança das políticas para a agricultura familiar e o extrativismo.

5 NODA et al (2007; p. 13)

## Ações propostas

Políticas Públicas	
5.1 Promover o acesso e a qualidade da política de educação nas áreas rurais dos municípios	<p>5.1.1 Apoiar a participação de organizações locais no Comitê Estadual de Educação no Campo como espaço de discussão intersetorial</p> <p>5.1.2 Implementar propostas pedagógicas e curriculares para educação no campo, fomentar a inclusão sobre cultura/modos de vida local nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas e a escolha de livros didáticos que dialoguem com a realidade local (Secretarias Municipais de Educação e Conselhos Escolares de pais, professores, alunos e alunas)</p> <p>5.1.3 Multiplicar cursos de Licenciatura em Pedagogia do Campo, através de parcerias entre organizações da sociedade civil (OSCs) e universidades. Ex.: licenciatura executada pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e Universidade Estadual do Amazonas (UEA) em Carauari</p> <p>5.1.4 Apoiar e/ou criar Projetos-Piloto de Escolas do Campo. Ex.: Escola da Floresta, no Careiro, Casa Familiar Rural (CFR), etc.</p> <p>5.1.5 Definir a construção de escolas dentro das ações do Plano de Ação Articuladas (PAR), instrumento que possibilita o acesso a recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)</p> <p>5.1.6 Acessar recursos para aquisição de transporte escolar para o atendimento das comunidades rurais e ribeirinhas (balsas e ônibus)</p> <p>5.1.7 Articular parceria com os municípios para expandir o número de escolas nas áreas rurais que ofertam ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) por meio de salas de ensino mediados por tecnologia</p>
Sociedade Civil	
5.2 Fortalecer as organizações locais e apoiar a formalização e a estruturação de empreendimentos familiares e coletivos	<p>5.2.1 Implementar e/ou fortalecer organizações locais e/ou regionais que funcionem como “centros de atendimento técnico” às organizações de base</p> <p>5.2.2 Promover debates, rodas de conversa e cursos específicos sobre associativismo e cooperativismo com organizações comunitárias e locais focadas em jovens e mulheres</p> <p>5.2.3 Realizar levantamentos regulares e divulgação local de editais e fundos de apoio a organizações. Ex.: Fundo de Promoção Social (FPS/AM), Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), dentre outros.</p>

## Ações propostas

Sociedade Civil	
<p>5.3 Apoiar ações de articulação institucional das organizações locais e sua participação em espaços públicos e de tomada de decisão</p>	<p>5.2.4 Captar recursos para promover formação continuada para o fortalecimento das associações comunitárias e empreendimentos coletivos. Ex.: cursos e treinamentos em elaboração e gestão de projetos; formações em gestão de associações, metodologias e ferramentas participativas, etc.</p> <p>5.2.5 Apoiar a captação de recursos para a realização de reuniões, assembleias e eventos culturais das associações comunitárias locais</p> <p>5.2.6 Apoiar a captação de recursos e/ou estabelecimento de parcerias para a aquisição de bens e equipamentos. Ex.: doações de materiais por instituições governamentais ou não, editais de apoio à infraestrutura, etc.</p> <p>5.2.7 Assessorar a elaboração de Planos de Trabalho para o fortalecimento de organizações comunitárias, empreendimentos coletivos e organizações locais de apoio à produção. Ex.: Departamento de Organização Comunitária (DOC), Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e organizações locais</p> <p>5.2.8 Captar recursos para a implementação dos Planos de Trabalho elaborados pelas organizações comunitárias, empreendimentos coletivos e organizações locais de apoio à produção</p> <p>5.2.9 Captar recursos para assessoria técnica na implementação e execução de projetos técnicos sócio-produtivos e organizacionais</p> <p>5.2.10 Promover formação com agricultores e agricultoras em gestão da produção e de negócios. Ex.: mapeamentos produtivos, produção integrada, educação financeira e precificação de produtos, com foco em jovens e mulheres</p> <p>5.2.11 Promover cursos sobre ferramentas tecnológicas para a produção com foco em jovens e mulheres. Ex.: programas para a gestão e comercialização de produtos, aplicativos de monitoramento de custos de produção, etc.</p> <p>5.2.12 Estabelecer parcerias para a incubação de empreendimentos coletivos</p> <p>5.3.1 Fortalecer os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) em Careiro, Manicoré e Humaitá</p> <p>5.3.2 Fortalecer os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) em Careiro, Manicoré e Humaitá</p> <p>5.3.3 Promover debates e articulações locais e regionais sobre a importância e reestruturação de espaços governamentais e órgãos colegiados extintos e/ou inoperantes. Ex.: Câmara Intergovernamental de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), Conselhos Estaduais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas)</p> <p>5.3.4 Apoiar a participação de representantes dos agricultores e agricultoras locais na Comissão da Produção Orgânica no Estado do Amazonas (CPOrg/AM)</p> <p>5.3.5 Apoiar financeiramente a participação de agricultores e agricultoras e comunidades tradicionais e indígenas em eventos em nível regional e federal. Ex.: Encontros de Populações Agroextrativistas, Semana Nacional do Alimento Orgânico, Marcha das Margaridas, Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, etc.</p> <p>5.3.6 Promover eventos locais, articulação em rede e intercâmbios entre organizações comunitárias e grupos da agricultura familiar para troca de informações e articulação conjunta para incidência política em temáticas produtivas. Ex.: mudanças específicas sobre legislações, ação em rede para o turismo regional, intercâmbio sobre práticas produtivas, etc.</p> <p>5.3.7 Promover debates e rodas de conversa sobre participação social, governança e acesso a políticas públicas no contexto das atividades produtivas locais com foco em jovens e mulheres</p> <p>5.3.8 Promover a coalizão e ampliação das redes atuantes no interflúvio Purus-Madeira com temas de produção. Ex.: Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta), Rede Maniva de Agroecologia (Rema), Observatório da Castanha (OCA), Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar, entre outras</p>



## Ações localizadas

- Reativar e fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Humaitá (em andamento) e Careiro
- Divulgar a iniciativa e apoiar financeiramente a participação de representantes das populações tradicionais e indígenas de Manicoré e Humaitá na Comissão de Alimentação Tradicional dos Povos do Amazonas (Catrapoa)
- Criação de um setor de Educação do Campo nas Secretarias Municipais de Educação de Manicoré e Careiro
- Apoiar a estratégia de descentralização do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) para área rural do Careiro (em planejamento), com foco na agricultura familiar, e capilarizar a oferta de cursos profissionalizantes nas áreas rurais em Manicoré e Humaitá, em parceria com as Secretarias Municipais e associações comunitárias
- Debater a criação de Escolas Técnicas para a Sociobiodiversidade nas áreas rurais do Careiro. Ex.: Escolas Técnicas no Projeto de Assentamento Panelão; com apoio da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti-AM)
- Implantar uma sala de aula na comunidade Jacaretinga (em execução) e comunidade Rio Novo, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Amapá (Prefeitura de Municipal de Manicoré)
- Debater e avaliar estratégias para evitar a evasão escolar de jovens em decorrência do trabalho com garimpo em Manicoré



## OE06- Apoiar práticas conservacionistas e agroecológicas, estratégias de diversificação produtiva, e fomentar a produção e o intercâmbio de conhecimento e saberes tradicionais da agrobiodiversidade

A diversificação produtiva está presente nos sistemas territoriais da agricultura familiar<sup>6</sup> amazônicos, que compreende também uma diversidade de práticas, uso e manejo dos recursos, assim como os conhecimentos e saberes associados. Nestes sistemas, caracterizados pela pluriatividade e multifuncionalidade agroextrativista, o desafio reside nas alternativas para a geração de renda monetária, que atendam às necessidades de produtos não obtidos nas unidades de produção, e que, ao mesmo tempo, assegurem a conservação dos recursos, a segurança alimentar familiar e nutricional e os modos de vida tradicionais. Isso depende da valorização dos produtos da agrobiodiversidade e também do reconhecimento do papel das mulheres e jovens nas atividades e recursos manejados nesses sistemas.

Nesse sentido, são importantes ações de valorização de espécies manejadas por mulheres nos locais onde ocupam em seus cotidianos, tais como animais de pequeno porte, ervas de uso múltiplos e outras espécies arbóreas, cultivadas ou não, de uso alimentar, medicinal e ornamental<sup>7</sup>. De grande relevância também é a inclusão produtiva e autonomia dos jovens, para garantir sua permanência nas áreas rurais e o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, para a sucessão na agricultura familiar.

Nos sistemas da agricultura convencional, em expansão na região, o desafio reside na incorporação de práticas conservacionistas, que podem ter a produção orgânica como aliada, e na reorganização dos sistemas agroalimentares para uma transição agroecológica, de apoio tanto ao desenvolvimento rural sustentável quanto no fornecimento de alimentos para a segurança alimentar das áreas urbanas<sup>8</sup>.

6 SAMPER (2016); SABOURIN et al (2014)

7 NODA et al. (2007)

8 PEREZ-CASSARINO et al (2018)

## MANEJO MADEIREIRO NA RDS IGAPÓ-AÇU

Uma iniciativa em germinação no km 260 da BR-319 é o Manejo Florestal Comunitário, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu. A atividade teve início em 2014, com a finalização do Plano de Gestão da RDS, pelo interesse dos moradores em trabalhar com a atividade madeireira. Foram formados três grupos com seis manejadores cada, que se tornaram responsáveis por um Plano de Manejo, e, com o apoio do Idam (Borba) foi realizado um inventário florestal em 2017 para a obtenção da licença de exploração. Com o documento em mãos, contudo, os moradores ainda não sabiam como fazer o manejo nem tinham estratégias para a comercialização da madeira. A exoneração da gerente da UC e a falta de apoio fizeram com que as atividades dos Planos de Manejo ficassem suspensas até 2019, quando a Casa do Rio e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) conseguiram aportes do Projeto Lira<sup>9</sup>. As atividades foram retomadas e os moradores tiveram acesso a oficinas para a elaboração de um projeto de movelaria. Por meio de outra iniciativa, o Projeto Cidades Florestais<sup>10</sup>, o Idesam propôs a revisão e atualização dos planos, de acordo com a nova estratégia da movelaria. No final de 2019, em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema-AM), a Casa do Rio ajudou na consolidação do plano de manejo florestal. Em 2021 foi criada a Cooperativa de Manejadores do Igapó-Açu (Coopmaia), mas os moradores ainda aguardam pelo documento fundiário da RDS, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). O CCDRU deve ser firmado entre a Sema-AM e a associação representante dos moradores da RDS, ou "associação-mãe", atualmente em processo de formalização.

9 O Legado Integrado da região Amazônica (Lira) é uma iniciativa do Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê), que tem como objetivo contribuir para o aumento do nível de consolidação e efetividade de gestão de áreas protegidas da Amazônia legal, por meio de chamada pública de projetos e ações complementares que visem a conservação dos recursos naturais. As ações do projeto contam com apoio do Fundo Amazônia. Mais informações em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Legado-Integrado-da-Regiao-Amazonica-LIRA/>

10 O projeto Cidades Florestais foi iniciado em 2018 com o objetivo de promover a economia florestal de municípios do interior do Amazonas através do fomento a cadeias produtivas florestais, madeireiras e de óleos vegetais. As ações do projeto são desenvolvidas pelo Idesam com apoio do Fundo Amazônia. Mais informações em: <https://www.cidadesflorestais.org.br/>



## Ações propostas

Sociedade Civil	
<p>6.1 Promover a agroecologia e produção orgânica em nível local e regional</p>	<p>6.1.1 Implementar um Programa de Formação Continuada em Agroecologia com foco em jovens, envolvendo técnicos do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), Secretarias Municipais de Produção e organizações locais</p> <p>6.1.2 Apoiar a formação e manutenção financeira de agentes comunitários de agroecologia e divulgação das ações e inovações de assistência técnica entre produtores e produtoras. Ex.: Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) por Whatsapp</p> <p>6.1.3 Apoiar a realização de Campanhas Municipais de Alimentos Orgânicos e Feiras Agroecológicas Municipais envolvendo Secretarias Municipais de Produção, Saúde e Educação, Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror-AM), Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (Seduc-AM), CAEs e organizações da sociedade civil</p> <p>6.1.4 Apoiar a realização de Campanhas Municipais de Valorização dos Produtos Locais e da Amazônia junto à população local e atores do comércio, envolvendo Secretarias Municipais de Produção, Saúde e Educação, Sepror-AM, Seduc-AM, CAEs e organizações da sociedade civil (ex. movimento “Slow Food”)</p> <p>6.1.5 Realizar intercâmbios de experiências de agroecologia da região entre agricultores e agricultoras locais (Lago do Mamori e Projeto de Assentamento Painão, no Careiro) e de outras localidades (Escola Itinerante de Agroecologia, Careiro-AM, Projeto Reça, Nova Califórnia-RO, Tomé Açú-PA, Projeto de Assentamento Agroextrativista Novo Oriente, Humaitá-AM, entre outros)</p> <p>6.1.6 Apoiar financeiramente a participação de produtores e produtoras agroextrativistas em eventos promovidos pela Sedecti-AM para implementação do Projeto InovaSocioBio. Ex.: Fóruns de tecnologias, mobilização para arranjos produtivos e coletivos vinculados às cadeias produtivas da castanha, pirarucu e meliponicultura</p> <p>6.1.7 Divulgar e debater em eventos locais a Nota Técnica sobre Meliponicultura elaborada pela Sedecti-AM em parceria com o Grupo de Trabalho (GT) da Meliponicultura e Rede Mel no âmbito do Projeto InovaSocioBio</p> <p>6.1.8 Apoiar a estratégia do Programa InovaSocioBio para implantação e manutenção de viveiros de mudas de espécies da sociobiodiversidade em Institutos de Ciência e Tecnologia no interflúvio Purus-Madeira, em parceria com o Instituto Federal do Amazonas (Ifam) e a Sedecti-AM</p> <p>6.1.9 Promover anualmente eventos locais sobre agroecologia e intercâmbios metodológicos entre diferentes tecnologias sociais e redes de agroecologia como a Rede Maniva de Agroecologia (Rema) e Escola Itinerante de Agroecologia</p> <p>6.1.10 Estabelecer parcerias com universidades e instituições de pesquisa para desenvolvimento de projetos-piloto de novas tecnologias em propriedades rurais, como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Ifam, entre outros</p> <p>6.1.11 Captar recursos para apoiar a integração entre pesquisa, formação e produção através de bolsas de pesquisa em projetos para formação de técnicos, técnicas, produtores e produtoras locais</p>
<p>6.2 Apoiar a formação e consolidação de grupos locais e redes de produtoras e produtores orgânicos</p>	<p>6.2.1 Apoiar o mapeamento de iniciativas e da oferta e demanda da produção de orgânicos e agroecológica para visualizar a situação atual do território</p> <p>6.2.2 Promover eventos sobre o potencial da Certificação Orgânica e Sistema Participativo de Garantias (SPG) para o acesso a mercados institucionais e privados e valorização dos produtos com agricultores e agricultoras locais</p> <p>6.2.3 Captar recursos para a realização de oficinas para formação de grupos lo-</p>



## Ações propostas

Sociedade Civil	
<p>6.3 Fortalecer os saberes e as práticas tradicionais, fomentar práticas sustentáveis para transição da produção agropecuária e florestal (madeira, gado e culturas agrícolas convencionais) e promover o intercâmbio de saberes e conhecimentos</p>	<p>cais de produtores e produtoras interessados em trabalhar com agricultura orgânica com bolsas para instrutores e participantes, em conjunto com Rema, Idesam, Casa do Rio, Cooperação Alemã (GIZ)</p> <p>6.2.4 Captar recursos para realizar diagnósticos e estudos de mercados locais e externos específicos para cada grupo formado, para orientar as atividades para obtenção da certificação orgânica</p> <p>6.2.5 Elaborar projetos para a implementação das etapas da certificação orgânica para os grupos de produtores e produtoras orgânicos formados</p> <p>6.2.6 Realizar formações com técnicos dos territórios sobre comercialização especializada para a Certificação Orgânica. Ex.: selos e declarações, compras públicas especiais, SeloArt, entre outros</p> <p>6.2.7 Apoiar as atividades da Escola Itinerante de Agroecologia (Casa do Rio) para outros territórios não atuantes no Careiro, em Manicoré e Humaitá</p> <p>6.3.1 Captar recursos para a realização de feiras regionais de trocas de sementes entre agricultores e agricultoras familiares e populações tradicionais e indígenas</p> <p>6.3.2 Promover debates sobre a criação de um Banco Regional de sementes</p> <p>6.3.3 Estabelecer parcerias para elaboração de inventários, criação de grupos de trabalho, para estudo da flora local e incentivo ao uso de plantas medicinais e desenvolvimento de produtos fitoterápicos regionais (Estado, municípios, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e associações comunitárias)</p> <p>6.3.4 Estabelecer parcerias para formação de grupos e organização de arranjos produtivos de Plantas Medicinais e Fitoterápicos com foco nas mulheres nas comunidades rurais dos municípios com Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES-AM), Idam, Sepror-AM, Sedecti-AM e Secretarias Municipais de Saúde e Produção e organizações comunitárias e da sociedade civil</p> <p>6.3.5 Apoiar atividades realizadas por jovens e mulheres para segurança alimentar e nutricional e conservação da biodiversidade em áreas rurais e urbanas em conjunto com organizações locais. Ex.: hortas comunitárias e escolares, ervas medicinais</p> <p>6.3.6 Promover fóruns e congressos transdisciplinares sobre Sistemas Territoriais de Agricultura Familiar junto a instituições de educação e pesquisa, como Ufam, UEA, Ifam, Embrapa e Inpa</p> <p>6.3.7 Estimular a produção extrativista nas comunidades do Careiro. Ex.: produção de óleos</p> <p>6.3.8 Promover formações intergeracionais sobre questões produtivas lideradas por extrativistas, agricultores e agricultoras familiares</p> <p>6.3.9 Apoiar a realização de cursos temáticos com instituições de ensino e pesquisa, extensionistas e produtores e produtoras rurais que utilizam práticas e sistemas convencionais sobre práticas sustentáveis de produção. Ex.: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), manejo florestal sustentável de uso múltiplo, certificação florestal e orgânica, práticas regenerativas e de manejo sustentável do solo, etc.</p> <p>6.3.10 Promover debates sobre Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e Ecosistêmicos (PSE) para sistemas de transição. Ex.: ILPF, transição orgânica e agroecológica, etc.</p> <p>6.3.11 Apoiar a implementação de projetos-piloto PSA e PSE para sistemas de transição. Ex.: ILPF, transição orgânica e agroecológica, etc.</p> <p>6.3.12 Captar recursos para implantação de projetos de pesquisa e formação com bolsas em áreas experimentais de transição de sistemas produtivos convencionais para sistemas produtivos alternativos e sustentáveis com monitoramento e divulgação de resultados, envolvendo Embrapa e outras instituições de pesquisa e ensino</p>



## Ações propostas

Sociedade Civil	
	<p>6.3.13 Captar recursos para apoiar a sistematização de experiências por organizações que conduzem iniciativas de produção agroecológica e de cadeias da sociobiodiversidade</p>
Política Pública	
<p>6.4 Fortalecer e/ou implementar atividades para o desenvolvimento do Turismo e Manejo Florestal Comunitário e de Pequena Escala Familiar</p>	<p>6.4.1 Promover cursos de profissionalização para gestão e prestação de serviços de TBC</p> <p>6.4.2 Captar recursos para realizar treinamentos em Empreendedorismo de TBC e Turismo Rural e Governança dos Processos (contabilidade, formalização de associações, formalização de empresas comunitárias, tecnologia da informação básica, etc.), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)</p> <p>6.4.3 Captar recursos para realização de treinamentos em gastronomia baseada na culinária e ingredientes amazônicos, treinamento em idiomas (inglês e espanhol) e de Guias de Turismo para comunidades com projetos de TBC e Turismo Rural</p> <p>6.4.4 Promover formação e ações de combate à exploração sexual e atividades predatórias dos recursos naturais no turismo</p> <p>6.4.5 Apoiar financeiramente a participação das comunidades em eventos regionais e nacionais sobre TBC e Turismo Rural</p> <p>6.4.6 Realizar cursos sobre temas relacionados ao Manejo Florestal Comunitário, Familiar e de Pequena Escala. Ex.: manejo florestal de uso múltiplo, legislação e gestão florestal, produção madeireira, etc.</p> <p>6.4.7 Realizar levantamentos participativos sobre potenciais de exploração de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) nas áreas de manejo florestal</p> <p>6.4.8 Captar recursos para a realização de estudos de mercado para os produtos advindos dos planos de manejo florestal sustentável de uso múltiplo</p> <p>6.4.9 Garantir assistência técnica em projetos de financiamento para o custeio das atividades florestais. Ex.: linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), como o Pronaf Custeio, Programa Mais Manejo Florestal (Sepror-AM), etc.</p> <p>6.4.10 Fortalecer a implementação do Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (Promove)</p> <p>6.4.11 Promover eventos e debates sobre Concessões Florestais nos municípios com áreas passíveis desse tipo de destinação nos municípios de Humaitá, Tapauá, Lábrea, Manicoré e Careiro</p> <p>6.4.12 Criar e implementar estratégias locais para o acompanhamento da execução das Concessões Florestais nos municípios em planejamento ou já iniciadas, junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema-AM) e ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB)</p>

## Ações localizadas

- Realizar encontros e intercâmbios temáticos entre comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais e indígenas dos territórios nos eixos da BR-319, BR-230 e Interflúvio Purus-Madeira
- Conferir visibilidade ao trabalho dos jovens nas cadeias produtivas da castanha e do açaí e apoiar a sua inserção nas atividades de gestão e beneficiamento na Cooperativa Verde de Manicoré (Covema) e Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais do Município de Manicoré (Coopema), em Manicoré
- Debater a ampliação e integração da estratégia de ensino, pesquisa e extensão na implantação de viveiros com foco na Castanha da Amazônia do InovaSocioBio existente em Humaitá para o enriquecimento e recuperação de áreas de produtores e produtoras agroflorestais dos municípios de Manicoré e Careiro
- Apoiar financeiramente as atividades da Escola Itinerante de Agroecologia (ONG Casa do Rio) para outras comunidades ou territórios não atuantes no Careiro, em Manicoré e Humaitá
- Apoiar financeiramente as ações da Rede Maniva no município de Careiro, Manicoré e Humaitá
- Garantir assistência técnica e apoio à produção agroecológica de café, abacaxi, açaí (entre outros) no Distrito de Realidade (Humaitá)
- Apoiar financeiramente atividades de promoção da Meliponicultura com apoio da Rede Mel no Careiro (comunidades apoiadas pela Casa do Rio) e Manicoré (comunidades representadas pela Central das Associações Agroextrativistas de Democracia – CAAD e Associação dos Amigos e Moradores do Lago do Capanã Grande – AMALCG)
- Promover intercâmbios entres jovens de grupos de produção orgânica do Careiro e Manicoré
- Captar recursos para a realização de oficinas de formação sobre certificação SPG de produtores e produtoras em Humaitá, Manicoré e Careiro, envolvendo a Rede Maniva de Agroecologia (Rema), Escola Itinerante de Agroecologia - Casa do Rio, Idesam, produtores certificados de cacau em Manicoré e grupos demandantes de apoio à certificação orgânica em Humaitá e Manicoré
- Fomentar e apoiar o trabalho desenvolvido com Ervas Medicinais pela Farmácia Verde em Manicoré, grupos de mulheres no Careiro e apoiar a criação e articulação de grupos de mulheres em Distrito de Realidade (Humaitá)
- Promover debates e apoiar o Turismo de Base Comunitária (TBC) e Turismo Rural na RDS Igapó-Açu, RDS do Rio Amapá, em Manicoré, na RDS Igapó-Açu e no município do Careiro (Ramal do 14, PA Espigão do Arara), envolvendo as Secretarias Municipais de Turismo e Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Turismo, Sema-AM, Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AmazonasTur), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (Neicam/UEA) e organizações da sociedade civil
- Captar recursos para implantar infraestrutura necessária aos serviços de TBC na RDS do Igapó-Açu
- Incluir e priorizar o município de Careiro nas ações de fortalecimento das Rotas do Turismo do Estado do Amazonas
- Promover consultas públicas e ampla divulgação sobre as concessões florestais incluídas nos Planos de Outorga Florestal Estadual e Federal (Pofe e Paof) da Floresta Nacional (Flona) de Humaitá em Humaitá e nas Gleba Castanho e Gleba Juma no Careiro



## OE07 - Estruturar e fortalecer as cadeias produtivas da agrobiodiversidade

Existe um crescente mercado nacional e internacional de produtos diferenciados da Amazônia que agregam valor a marcas, mas que, ao mesmo tempo, buscam promover transformações sociais, econômicas e ambientais nas cadeias produtivas nas quais se inserem. A maior parte desses produtos são recursos extrativistas tradicionalmente utilizados por povos e comunidades tradicionais, agricultores e agricultoras familiares da região. São produtos da agrobiodiversidade, atualmente também associados à bioeconomia.

O baixo retorno econômico e as dificuldades na comercialização dos produtos podem estimular a substituição de atividades extrati-

vistas pela pecuária, agricultura e outras vinculadas à exploração predatória e ilegal dos recursos naturais, como o garimpo e a extração ilegal de madeira.

Outro fator importante é a ausência de políticas incrementais de incentivos e fomento para esses produtos, que apresentam características específicas e diferenciadas entre si<sup>11</sup>.

As estratégias de estruturação das cadeias produtivas devem enfrentar vários desafios, como as diferenças entre os sistemas produtivos e os arranjos e demandas para produção em escala; os altos custos e a falta de estrutura para o escoamento da produção; a padronização e adequação dos produtos às normas vigentes e mercados e aspectos diversos de organização e gestão relacionados à comercialização.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
7.1 Realizar levantamentos de informações e mapeamentos produtivos e sobre as principais cadeias nos municípios	<p>7.1.1 Realizar eventos para debater sobre as principais ferramentas e instrumentos existentes para o levantamento e mapeamento de informações produtivas dos principais produtos comercializados e potenciais para os territórios</p> <p>7.1.2 Elaborar metodologias de levantamento simplificadas e participativas para oferta e demanda dos principais produtos das cadeias da sociobiodiversidade e da produção familiar junto a Instituições de ensino, Sepror, Idam, Secretarias Municipais e representantes dos produtores agroextrativistas e da agricultura familiar</p> <p>7.1.3 Realizar treinamentos para implementação de metodologias de levantamentos simplificados e participativos</p> <p>7.1.4 Captar recursos para implementação do mapeamento e monitoramentos periódicos para os principais produtos das cadeias da sociobiodiversidade e da produção familiar juntos às Secretarias Municipais</p> <p>7.1.5 Apoiar a implementação de Acordos de Pesca e ações de monitoramento da pesca em parceria com Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura (Sepa/Sepror-AM), Sema-AM, organizações comunitárias e da sociedade civil</p> <p>7.1.6 Promover ações para implementação do monitoramento da pesca e qualidade da água com apoio da Rede Ciência Cidadã e utilização do aplicativo "Ictio", em locais de pressão de recurso e garimpo</p> <p>7.1.7 Apoiar estudos científicos sobre o garimpo e seus impactos socioambientais e nos sistemas de produção locais com foco em jovens</p>
7.2 Fortalecer e consolidar a atuação dos órgãos públicos de controle e apoio à produção federal, estadual e municipais	<p>7.2.1 Cumprir as recomendações da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC-MPF) para a implementação do Programa Titula Brasil e dar ampla visibilidade às ações de regularização ambiental, com garantia dos direitos de populações tradicionais e indígenas, priorização de CAR coletivos e termos de adesão aos Planos de Regularização Ambiental (PRA) e fundiária nos assentamentos (Incr e municípios)</p>

11 AFONSO (2021)

## Ações propostas

Políticas Públicas	
	<p>7.2.2 Garantir salvaguardas sociais e de proteção ambiental e dos territórios coletivos na regularização fundiária em assentamentos convencionais e diferenciados (Incra)</p> <p>7.2.3 Garantir recursos contínuos para realização ou estabelecimento de convênios e/ou acordos de cooperação técnica (ACTs) entre com organizações da sociedade civil para realização de Assistência Técnica e Extensão Rural e Florestal (Aterf) (Incra e Idam) e apoio à produção sustentável nos assentamentos convencionais e diferenciados (Incra)</p> <p>7.2.4 Ampliar e priorizar a atuação das políticas públicas estaduais de consolidação de cadeias prioritárias nos territórios da BR-319. Ex.: Biópolis e InovaSocioBio (Sedecti-AM)</p> <p>7.2.5 Estabelecer chamadas públicas para contratação de serviços de assistência técnica na região pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Sepror-AM</p> <p>7.2.6 Apoiar as organizações locais de técnicos e extensionistas rurais para prestação de serviços de Ater através de chamadas públicas e/ou em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Produção</p> <p>7.2.7 Estabelecer convênios com organizações públicas ou privadas (priorizando organizações locais ou regionais), para serviços de assistência técnica em comunidades não assistidas e especificamente em assentamentos da reforma agrária (convênios com o Incra)</p> <p>7.2.8 Promover discussão sobre indicadores de avaliação e monitoramento da assistência técnica no Amazonas (Idam)</p> <p>7.2.9 Garantir a obtenção de documentação e licenças necessárias para a cadeia da pesca. Ex. licenças para pilotagem de embarcações, registros necessários junto aos órgãos de controle e fiscalização ambiental, sanitária e de comercialização</p> <p>7.2.10 Promover ampla difusão, debates e formação junto a técnicos de apoio à agricultura familiar sobre a transição da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para o Cadastro do Agricultor Familiar (CAF) (Idam e Secretarias Municipais de Produção)</p> <p>7.2.11 Estabelecer uma metodologia e promover Mutirões de Atendimento de serviços públicos vinculados a documentação necessária para a produção (Cadastro do Agricultor Familiar – CAF, antiga Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, Carteira do Produtor Rural, Cadastro Ambiental Rural - CAR, documentos fundiários, documentação para pescadores e pescadoras, etc.) nos municípios do interior uma vez por trimestre (Idam, Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - Ipaam, Secretarias Municipais de Produção, STTR e organizações comunitárias)</p> <p>7.2.12 Promover Mutirões para a retirada da documentação voltada às mulheres nas áreas rurais município de Careiro, Manicoré e no distrito de Realidade</p> <p>7.2.13 Implementar uma estratégia integrada do poder público com organizações locais de apoio à produção (STTRs, DOC) para emissão de documentos necessários às áreas de produção, como fundiários, carteira do produtor, Cadastro do Agricultor Familiar (CAF) - antiga Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) -, Cadastro Ambiental Rural (CAR), com transparência e controle social</p> <p>7.2.14 Fortalecer a atuação das Secretarias Municipais de Produção no Careiro, Manicoré e Humaitá</p> <p>7.2.15 Divulgar e debater políticas de seguro às atividades produtivas da agricultura familiar (Fundo Garantia Safra)</p>



## Ações propostas

Políticas Públicas	
7.3 Apoiar a implantação de infraestrutura de apoio às atividades produtivas	<p>7.3.1 Promover debates sobre os possíveis impactos da repavimentação da rodovia BR-319 sobre as distintas atividades econômicas e os distintos sistemas e cadeias produtivas locais</p> <p>7.3.2 Garantir recursos para o estabelecimento de convênios e parcerias para implementar infraestrutura e serviços de telecomunicações nos assentamentos (Incra)</p> <p>7.3.3 Implementar convênios com estratégias de gestão e controle social para melhorias e manutenção contínua para a trafegabilidade e infraestrutura nos assentamentos de reforma agrária (Incra e Prefeituras)</p> <p>7.3.4 Debater sobre modelos locais e fortalecer estratégias de formação de estoque, anteriormente levada a cabo por programas como o PAA, na aquisição dos produtos por mercados públicos e privados</p> <p>7.3.5 Realizar um levantamento sobre gargalos de infraestrutura de logística descentralizada nos municípios para as principais cadeias da agricultura familiar e produtos da sociobiodiversidade em conjunto com Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (Adaf), Idam, Sepror-AM, Sedecti -AM Secretarias Municipais de Produção, organizações comunitárias</p> <p>7.3.6 Captar recursos para implantar infraestrutura de logística nos municípios para a cadeia da pesca</p> <p>7.3.7 Promover estratégias locais e regionais para estabelecimento de entrepostos para as principais cadeias produtivas locais, com apoio do Idam, Adaf, Sepror-AM, Sedect-AM Secretarias Municipais de Produção, organizações comunitárias</p> <p>7.3.8 Captar recursos para aquisição de equipamentos (transportes fluviais e terrestres, máquinas agrícolas) e implantação de infraestrutura de armazenamento, processamento e beneficiamento da produção para organizações de agricultores e agricultoras familiares, pescadores e extrativistas. Ex.: Fundo de Promoção Social (FPS); Pronaf Custeio, Pronaf Eco, etc.</p> <p>7.3.9 Estabelecer parcerias para implementação de sistemas de geração de energia para comunidades rurais remotas</p> <p>7.3.10 Ampliar a produção de pesquisa aplicada para geração de energia adaptada às necessidades das comunidades remotas, junto Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico (CDEAM/Ufam). Ex.: fogões e fornos melhorados, geração de energia por biomassa, entre outros</p> <p>7.3.11 Captar recursos para estabelecer um programa de bolsas para pesquisas para garantir autonomia e eficiência energética em comunidades remotas (CDEAM/Ufam; WWF)</p> <p>7.3.12 Realizar diagnóstico das infraestruturas de conectividade disponíveis nos municípios e análise de alternativas adequadas de integração tecnológica</p> <p>7.3.13 Estabelecer parcerias entre os governos municipais e as associações comunitárias para solicitação do Projeto Wi-Fi Brasil para ampliar a oferta de conectividade digital no meio rural</p> <p>7.3.14 Articular parcerias para fomentar propostas autônomas de conectividade digital no meio rural pelos governos municipais e instituições de pesquisa</p>

## Ações propostas

Sociedade Civil	
7.4 Promover a diversificação da renda e fortalecimento da participação de jovens e mulheres em áreas produtivas extrativistas e da agricultura familiar	<p>7.4.1 Apoiar a organização e articulação de grupos e redes locais e mapeamento de demandas de fortalecimento de atividades produtivas para jovens e mulheres rurais em conjunto com organizações de apoio a empreendimentos coletivos e familiares locais, como Secretarias Municipais de Produção, organizações não-governamentais, organizações de jovens e de mulheres, Igrejas, cooperativas, associações comunitárias</p> <p>7.4.2 Captar recursos para a realização de estudos de mercado e diagnósticos para os grupos formados em cada localidade de acordo com as demandas mapeadas</p> <p>7.4.3 Captar recursos para a assessoria e acompanhamento de projetos produtivos de grupos de jovens e mulheres rurais em conjunto com organizações de apoio a empreendimentos coletivos e familiares locais como Secretarias Municipais de Produção, organizações não governamentais, organizações de jovens e de mulheres, Igrejas, cooperativas, associações comunitárias</p> <p>7.4.4 Captar recursos para promover estratégias de geração de renda a partir da produção de ervas medicinais. Ex.: escoamento das comunidades à cidade, empacotamento, corte e beneficiamento das ervas, infraestrutura para armazenamento e venda de produtos</p> <p>7.4.5 Realizar capacitações e intercâmbios sobre medicina tradicional amazônica, plantas medicinais e fitoterápicos</p> <p>7.4.6 Fomentar a inclusão e diversificação das atividades produtivas das mulheres em cadeias produtivas convencionais. Ex: manejo madeireiro</p> <p>7.4.7 Implementar políticas direcionadas às mulheres no meio rural através de articulação entre a Secretaria Executiva de Política para Mulheres (SEPM-AM), Sepror-AM e Sedecti-AM</p> <p>7.4.8 Promover formação e sensibilização em gênero para organizações de Ater públicas e privadas em parceria com a SEPM-AM</p>

## Ações localizadas

- Ampliar a cobertura dos serviços de assistência técnica do Idam através do aumento do quadro de servidores nas Unidades Locais (UnLOCs) (Humaitá, Realidade, Manicoré-sede, Igapó-Açu e Careiro)
- Apoio à formação de grupos de jovens nas comunidades de São José (Careiro), Democracia (Manicoré), Distrito de Realidade (Humaitá) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Matupiri (Borba)
- Consolidar a implementação do Centro Multifuncional em Humaitá (Ipaam)
- Apoiar a implantação de “postos de atendimento” do Idam, ADAF, Sema-AM e secretarias municipais nos Distritos de Realidade e Auxiliadora
- Promover estratégias de melhoria e manutenção contínua para a trafegabilidade dos ramais e vicinais para o escoamento da produção no Careiro pelo Programa SOS Vicinais (Sepror -AM), Inkra (no caso dos assentamentos) e prefeitura
- Fortalecer as cadeias produtivas da castanha e seringa no Distrito de Realidade
- Fortalecer as cadeias produtivas extrativismo no Careiro
- Apoiar a criação e o fortalecimento de uma rede intercomunitária de mulheres dos municípios de Careiro, Manicoré e Humaitá para o acolhimento de mulheres



- Debater e promover estratégias de profissionalização e integração da produção de Artesanato a circuitos de comercialização existentes no Careiro, em conjunto com Sebrae, Casa do Rio, setor de turismo locais e estaduais, organizações de mulheres e comunitárias
- Estruturar as cadeias produtivas extrativistas para produção de óleos e manteigas no Careiro através da recuperação da agroindústria Cupuama (Sedecti-AM)
- Implementar Acordos de Pesca no rio Manicoré (Manicoré) e comunidades Tupana e Araçá (Careiro) (Sepa/Sepror e Sema-AM)
- Apoiar ações de fortalecimento das cadeias produtivas da castanha e da seringa na Resex Lago do Capanã Grande e PAE Jenipapos em Manicoré





## OE08 - Apoiar o financiamento, a comercialização e o acesso a mercados dos produtos agroecológicos e da sociobiodiversidade

A consolidação de mercados sustentáveis vem ganhando força por meio de campanhas de consumo consciente e responsável. Por sua vez, os mercados institucionais e de compras públicas, vinculados a políticas de subvenção econômica e garantia de preços mínimos, fortalecem a regionalização e priorização de canais curtos de comercialização, contribuem para a diversificação e adequação regional dos cardápios das instituições, incentivam o planejamento dos produtores e produtoras, além de ajudar na estruturação produtiva para a comercialização em outros mercados<sup>12</sup>.

Tanto a possibilidade de maior remunera-

ção em mercados privados quanto a garantia de compra por mercados institucionais são grandes atrativos à produção familiar, mas vêm acompanhados de desafios para a inserção de produtores e produtoras nesses mercados, da produção ao beneficiamento nas cadeias produtivas, mas em grande medida também à sua comercialização. Dentre eles, a distância entre produtores e consumidores, as dificuldades logísticas e relacionadas à gestão, negociações e vendas, que podem levar à dependência de intermediários, a inexistência ou dificuldades na manutenção de espaços de comercialização, as exigências sanitárias, entre outros. As estratégias de apoio à comercialização contemplam assessorias especializadas e incorporação de selos, até estratégias coletivas, como a formação de cooperativas e redes, para a comercialização conjunta e negociações em instâncias interinstitucionais, como as câmaras de comercialização e balcões de negócios.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
8.1 Fortalecer e garantir a implementação de programas públicos de aquisição de produtos da agricultura familiar e agrobiodiversidade em nível federal, estadual e municipal	<p>8.1.1 Promover ampla divulgação e debates sobre as novas regras do Programa Alimenta Brasil, que substituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para organizações representativas e agricultores e agricultoras que acessam a política nos municípios de Careiro, Manicoré e Humaitá, junto à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Secretarias Estadual e Municipais de Educação e Produção e respectivos conselhos</p> <p>8.1.2 Manter ou ampliar o orçamento do Programa Alimenta Brasil nos patamares do seu PAA</p> <p>8.1.3 Implantar infraestrutura para armazenamento de produtos específicos. Ex.: câmaras frigoríficas e fábricas de gelo; entrepostos para a comercialização de polpas de frutos, etc.</p> <p>8.1.4 Fortalecer articulações para compras públicas com doação simultânea para o pescado</p> <p>8.1.5 Realizar cursos de formação com merendeiras, nutricionistas e comunidade escolar para elaboração de cardápios regionais para a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme)</p> <p>8.1.6 Promover articulação para elaboração conjunta de cardápios escolares, junto aos CAEs, Secretarias Municipais de Produção e Educação, merendeiras, nutricionistas, produtores e produtoras</p> <p>8.1.7 Formação e assessoria a grupos de agricultores e agricultoras interessados na elaboração de projetos para acessar o Pnae e o Preme</p>



## Ações propostas

<p><b>Políticas Públicas</b></p> <p>8.2 Fortalecer a implementação de políticas públicas de créditos e financiamentos para a produção da agricultura familiar em cadeias agroextrativistas agroecológicas e da biodiversidade</p>	<p>8.2.1 Promover debates sobre subsídios públicos estaduais e municipais de fomento à produção orgânica e extrativista, junto às Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores, Conab, Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), Secretarias Estaduais e Municipais de Produção, organizações da sociedade civil e de produtores e produtoras orgânicos</p> <p>8.2.2 Fortalecer a implementação de políticas de subvenção dos produtos da sociobiodiversidade (PGPM-Bio)</p> <p>8.2.3 Debater estratégias e assessorar a implementação de linhas específicas do Pronaf junto a organizações como Idam, Escola Itinerante de Agroecologia, STTR, Secretarias Municipais de Produção, agente bancários, cooperativas e associações comunitárias Ex.: Pronaf agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Bioeconomia</p> <p>8.2.4 Implementar políticas de subsídios e créditos com acompanhamento técnico contínuo dos projetos/agricultores apoiados com Ater governamental, pela Sepror-AM, Idam, Secretarias Municipais ou de Organizações da Sociedade Civil. Ex.: Programa de Agentes de Crédito implementado pelo Instituto Conexus e Banco da Amazônia (Basa)</p> <p>8.2.5 Instruir agentes bancários e “ativadores de créditos” sobre os programas e linhas disponíveis, avaliação dos projetos submetidos e atendimento qualificado aos agricultores e agricultoras</p>
<p><b>Sociedade Civil</b></p> <p>8.3 Fortalecer a implementação de créditos e financiamentos para a produção da agricultura familiar em cadeias agroextrativistas agroecológicas e da biodiversidade</p>	<p>8.3.1 Realizar um diagnóstico e apoiar ações de educação financeira para agricultores e agricultores familiares e suas organizações representativas</p> <p>8.3.2 Debater e implementar mecanismos de educação financeira para as comunidades. Ex.: programas de microcréditos, fundos rotativos e créditos educativos</p> <p>8.3.3 Apoiar ações de formação de agentes ativadores de créditos. Ex.: Programa Conexus e Basa, entre outros</p> <p>8.3.4 Mobilizar e/ou fortalecer redes de aprendizagem e processos grupais de acesso a crédito para os extrativistas e suas organizações</p> <p>8.3.5 Divulgar e apoiar a implementação de modelos e tecnologias de acesso ao crédito para a agricultura familiar. Ex.: ativadores de crédito – Instituto Conexus; aplicativo Basa Digital</p> <p>8.3.6 Debater e ampliar as estratégias de implementação de modelos coletivos de financiamento e operacionalização de crédito para a agricultura familiar. Ex.: Pronaf-B e Pronaf Custeio para cooperativas; compras de insumos coletivas, etc.</p> <p>8.3.7 Promover debates sobre instrumentos econômicos para a conservação (Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, Pagamento por Serviços Ecossistêmicos – PSE, REDD+, entre outros, e políticas correlatas) junto a agricultores e agricultoras familiares e povos e comunidades tradicionais e indígenas</p> <p>8.3.8 Prover assessoria para a implementação de projetos-piloto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e Ecossistêmicos (PSE)</p>

## Ações propostas

<p>Sociedade Civil</p> <p>8.4 Apoiar a criação e/ou ampliação de espaços e canais de comercialização locais e regionais</p>	<p>8.4.1 Consolidar e ampliar os recursos para a realização das feiras locais promovidas pelas Secretarias Municipais de Produção</p> <p>8.4.2 Realizar cursos e capacitações sobre certificação e selos de produção com atores das cadeias de valor dos produtos locais e regionais</p> <p>8.4.3 Estruturar redes de apoio à comercialização desses produtos em mercados consumidores potenciais</p> <p>8.4.4 Promover debates sobre a formação de preços dos principais produtos comercializados em cada localidade (organizações locais públicas e da sociedade civil de apoio à produção e organizações representativas de agricultores e agricultoras familiares)</p> <p>8.4.5 Apoiar estratégias de articulações e redes de organizações para negociação e/ou escoamento conjunto da produção</p> <p>8.4.6 Promover divulgação e informações sobre ferramentas e plataformas virtuais de compra e vendas de produtos com foco em jovens. Ex.: Cidades Florestais do Idesam, “Leilão para Você” da Conab, entre outras</p>
---	---

## Ações localizadas

- Promover ampla divulgação e debates sobre as novas regras do Programa Alimenta Brasil (que substituiu o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA) para organizações representativas e agricultores e agricultoras que acessam o PAA nos municípios de Careiro, Manicoré e Humaitá (Conab, Secretarias Estadual e Municipais de Educação e Produção e respectivos conselhos, e outras vinculados à política)
- Fortalecer as articulações entre a Secretaria de Educação e de Produção de Manicoré e Careiro organizações comunitárias - Cooperativa dos Produtores Agrícolas Do Careiro (Coopac) e Caad, respectivamente – para o apoio a elaboração de projetos para os programas de compras públicas
- Fortalecer a Coopac no Careiro
- Apoiar a formação e formalização de arranjos produtivos coletivos e redes de produção e comercialização (cooperativas de 1º e 2º grau) no Careiro
- Promover debates locais sobre a inserção e abertura de mercados e participação dos municípios nas cadeias produtivas do pescado em Humaitá (piscicultura) e Careiro (pesca)





3

**INFRAESTRUTURA  
SOCIOTERRITORIAL  
E QUALIDADE  
AMBIENTAL**



# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

O conceito de infraestrutura é dinâmico, varia no tempo e no espaço, e depende das condições sociais, culturais e técnico-produtivas do território. De modo amplo, pode ser entendido como um conjunto de equipamentos, serviços e atividades essenciais para atender necessidades básicas dos indivíduos.

No Brasil, a região Norte apresenta patamares inferiores de acesso à infraestrutura comparada com as outras regiões, especialmente em áreas rurais e comunidades remotas. Além do baixo nível de investimento no setor e dificuldades políticas e administrativas para instalação desses serviços, as características geográficas do contexto amazônico e do Amazonas exigem infraestruturas adaptadas às diversas realidades locais.

Esta estratégia aborda as demandas e os desafios de três setores de infraestrutura nos territórios-alvo da ADT: energia, saneamento básico e conectividade digital. Além disso, propõe caminhos para fortalecer e viabilizar esse conjunto de serviços essenciais para melhoria das condições de vida das pessoas em contextos urbanos e rurais.

Em relação à infraestrutura de energia, o eixo da BR-319 e dos territórios-alvo de atuação do projeto enfrenta desafios consideráveis, sobretudo, em comunidades remotas

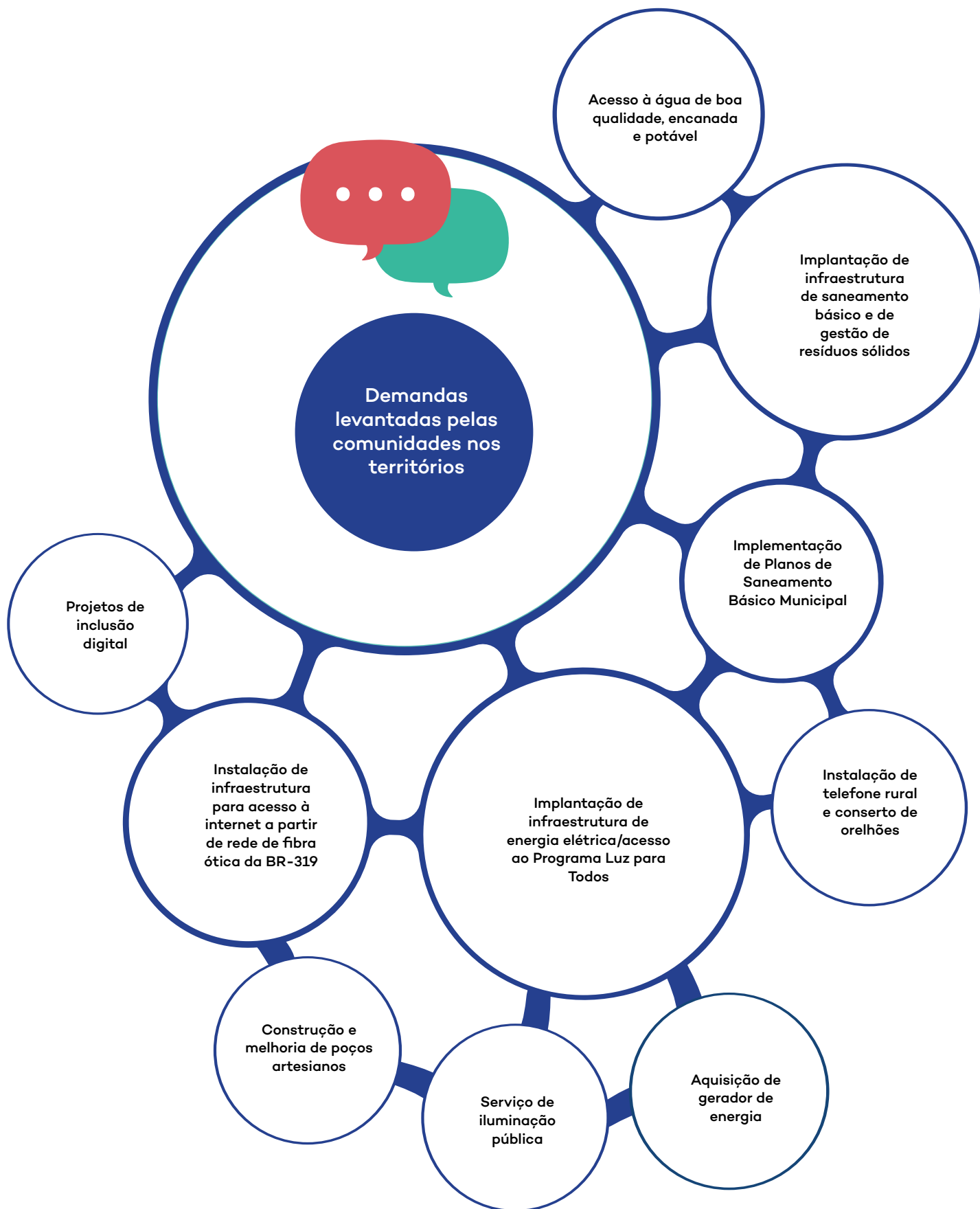
que são dependentes de geradores a diesel. Mesmo em localidades rurais que acessam o Programa Luz para Todos (PLpT) há inconsistência na oferta do serviço.

Sobre o saneamento básico, os maiores problemas estão relacionados à falta de tratamento adequado da água consumida e inexistência de estratégias de esgotamento sanitário e gestão dos resíduos sólidos.

No que se refere à conectividade digital, o trecho da BR-319 dispõe de um linhão de fibra ótica, operado pela Claro, mas faltam infraestruturas de distribuição da conexão para os municípios. Provedores locais menores ofertam o serviço nas sedes das cidades e em poucas áreas rurais, mas com desafios para garantir a estabilidade do sistema.

Esta estratégia propõe que as ações de planejamento, implantação, manutenção e expansão de infraestrutura sejam desenvolvidas e apropriadas em cooperação com a população de destino e respeitem as características sociais, ambientais, históricas e culturais do território. Esses serviços devem preservar a qualidade do ar e os recursos hídricos para contribuir com a qualidade de vida das comunidades e garantir sustentabilidade econômica, social e ambiental.





## Banco de areia de problemas mapeados

### ENERGIA

Baixo acesso ou não acesso à energia nas áreas rurais dos territórios

Oferta de energia não dimensionada de acordo com as necessidades dos territórios

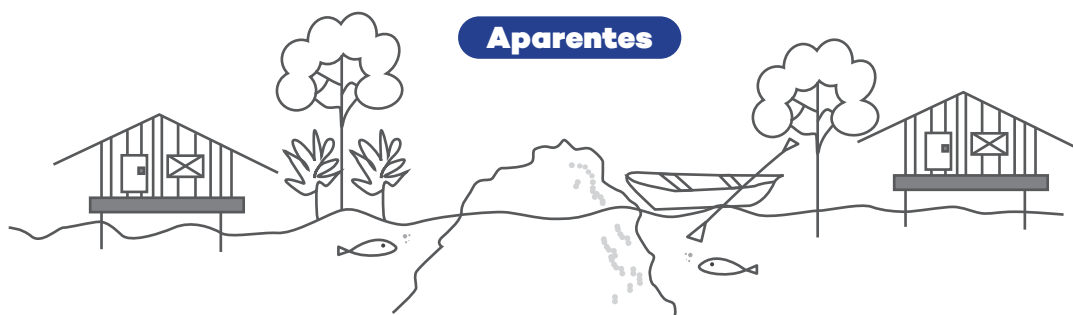
Instabilidade do serviço de energia nas áreas urbanas e nas rurais que foram atendidas por políticas públicas

Custos elevados para manutenção e implantação das infraestruturas

Ausência de monitoramento e manutenção dos equipamentos

Dependência de geradores à diesel para geração de energia nas comunidades remotas

Dependência de usinas termelétricas para geração de energia



### Aparentes

### Estruturantes

Visão acerca da produção de energia como um fim em si mesma

Fragilidade do ambiente político institucional para políticas energéticas nos níveis estadual e municipal

Ausência de intersetorialidade da política energética

Ausência de planejamentos direcionados para as comunidades remotas

Alto custo de investimentos e manutenção de tecnologias energéticas renováveis e baixa disponibilidade das mesmas



**SANEAMENTO BÁSICO**

Proximidade entre águas de consumo e área de esgoto sanitário nas zonas rurais

Ausência de tratamento de água nas zonas urbanas e rurais

Ausência de mecanismos de medição da água consumida nas residências urbanas

Inadimplência da população no pagamento do serviço de abastecimento de água

Distribuição desigual dos sistemas de abastecimento de água nas comunidades rurais

Inexistência de sanitários em comunidades rurais

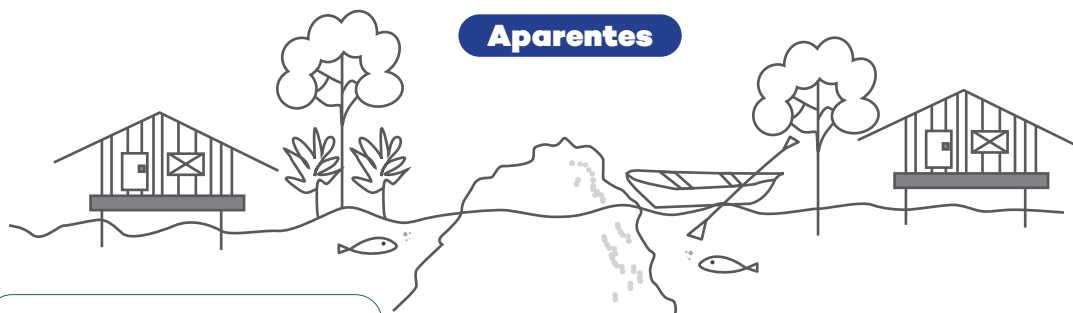
Descarte de resíduos sólidos realizados em lixões

Queima de lixo nas comunidades rurais

Lixões construídos próximos a rios e nascentes

Catadores de resíduos sólidos em condições de vulnerabilidade

**Aparentes**



Esgoto sanitário não tratado e despejado diretamente em rios

**Estruturantes**

Fragilidade nas capacidades municipais para gestão da política de saneamento básico

Ausência de apoio estadual (via Cosama) para os municípios com gestão autônoma

Contaminação dos lençóis freáticos e águas superficiais dos rios

Alta transmissão de doenças infecciosas

Complexidade na governança do setor

Fragmentação institucional das ações realizadas pelo governo federal



## Problemas mapeados

### CONECTIVIDADE DIGITAL

Baixo acesso ou não acesso à internet nas áreas rurais dos territórios

Impactos do baixo acesso à conectividade no acesso a outras políticas públicas

Necessidade de avanços na facilitação de formações junto a população, sobretudo rural, para uso e manutenção de tecnologias

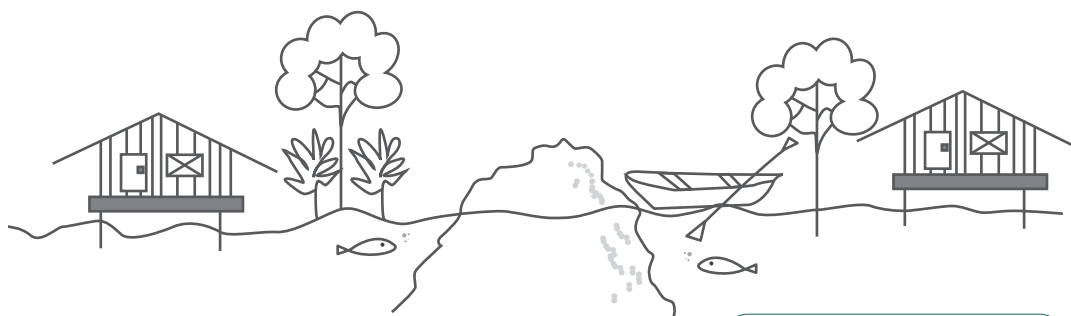
Baixo número de backbones de fibra ótica no Amazonas

#### Aparentes

Desafios do fator amazônico e desenvolvimento, implantação e manutenção das infraestruturas de conectividade digital

Baixo investimento em implantação e manutenção de infraestruturas de conectividade digital e em projetos de inclusão digital

Baixa responsabilidade social corporativa das operadoras privadas de telecomunicação



Baixa integração das infraestruturas de conectividade digital

#### Estruturantes

Ausência de instrumento de cofinanciamento federativo

Avanço da digitalização dos serviços públicos sem o devido investimento público em instalação e manutenção de infraestruturas de conectividade digital

Baixo envolvimento da população no processo de planejamento e manutenção das infraestruturas

Dificuldade de regulação dos serviços concessionários das operadoras que atuam no território

Descoordenação entre programas federais





### OE09 - Promover estratégias para aprimoramento e efetividade das políticas energéticas

O planejamento e o incentivo de políticas energéticas devem incorporar a realidade do Sistema Isolado e do contexto regional.

No caso do Amazonas, tanto o governo estadual quanto os vários municípios precisam, de forma articulada, garantir o acesso a tecnologias de geração de energia elétrica, como também fortalecer o ambiente institucional. Alguns caminhos para que isso ocorra na prática, serão apresentados na sequência.

#### Ações propostas

Políticas Públicas	
9.1 Garantir a implementação da política energética	<p>9.1.1 Reativar o Conselho Estadual de Energia</p> <p>9.1.2 Incluir nos objetivos e metas do Programa de Eletrificação Rural desenvolvido pela Amazonas Energia ações para com o atendimento à demanda produtiva das comunidades</p> <p>9.1.3 Aumentar a periodicidade de acompanhamento e manutenção dos equipamentos dos territórios que foram atendidos pelo Programa Luz para Todos (PLpT)</p> <p>9.1.4 Redirecionar maior atenção para possíveis usos e financiamentos de alternativas renováveis por intermédio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) para os Sistemas Isolados</p> <p>9.1.5 Criar o fundo para implementação da Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia e Eficiência Energética</p> <p>9.1.6 Redigir acordos de cooperação entre a Secretaria Executiva de Mineração, Petróleo, Energia e Gás (Semep) com outros atores, com ações estruturantes que auxiliem na efetivação da política energética</p>
9.2 Incentivar o planejamento energético no Amazonas	<p>9.2.1 Formar técnicos e profissionais para compreender e atuar no planejamento da política pública energética</p> <p>9.2.2 Definir plano de ação para operacionalizar a lei nº 5.350 da Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia e Eficiência Energética</p> <p>9.2.3 Elaborar continua e sistematicamente balanços energéticos para o Amazonas</p>

## Ações propostas

Políticas Públicas	
<p>9.3 Fomentar a produção de conhecimento acerca dos gargalos e oportunidades de investimento no setor energético do Amazonas</p>	<p>9.2.4 Dimensionar as atividades que são exercidas nos municípios, distritos e comunidades dos territórios-alvo para alinhar capacidades de rede</p> <p>9.3.1 Realizar levantamento acerca da cadeia de valor de diferentes fontes renováveis, para desenvolvimento de estratégias e oportunidades</p> <p>9.3.2 Incentivar parcerias com universidades por intermédio de acordos de cooperação técnica</p> <p>9.3.3 Articular com a academia apoio no levantamento acerca da situação dos territórios que passaram pela eletrificação pelo PLpT, para compreensão acerca de quais foram os resultados e de que forma houve uma sustentabilidade da iniciativa</p> <p>9.3.4 Identificar e elaborar o inventário de potencialidades de geração de energia</p> <p>9.3.5 Articular com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) a oferta de cursos sobre geração de energia por fontes renováveis, em locais e comunidades que possuem acesso à energia e ensino à distância (cursos gravados)</p>
<p>9.4 Incentivar os municípios a desenvolverem planejamentos para instituir políticas energéticas municipais</p>	<p>9.4.1 Avaliar o nível de informações acerca do setor energético municipal</p> <p>9.4.2 Instituir, com apoio da academia e de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), rodadas de incursões nas prefeituras dos municípios que compõem os territórios-alvo, para apresentação e esclarecimento acerca sobre as vantagens de geração de energia por renováveis, assim como sobre a importância e possibilidades de instituição de políticas energéticas</p> <p>9.4.3 Formar técnicos nos municípios para auxiliarem no planejamento energético</p> <p>9.4.4 Estruturar discussões sobre o setor energético nas secretarias de infraestrutura municipais</p> <p>9.4.5 Instituir Planos de Desenvolvimento Energético Municipais (PDEM), com seus respectivos eixos estratégicos e horizontes de tempo delimitados</p> <p>9.4.6 Levantar as oportunidades de cadeias produtivas ou demais setores que podem ser dinamizados a partir do estabelecimento do PDEM</p> <p>9.4.7 Articular estratégias e instrumentos para garantir recursos financeiros para sustentabilidade das ações</p> <p>9.4.8 Elaborar protocolos de manutenção dos equipamentos instalados nas comunidades, para instituir fluxo de processos e responsabilidades</p> <p>9.4.9 Levantar e registrar a eficiência energética dos prédios públicos em núcleos urbanos</p>
<p>9.5 Fortalecer espaços de participação em planejamento energético</p>	<p>9.5.1 Assegurar a participação efetiva da sociedade na gestão energética municipal, propondo espaços de discussão compostos por diferentes setores</p> <p>9.5.2 Instituir, juntamente com Conselhos Gestores das Unidades de Conservação (UCs), espaços para a discussão sobre os demandas, desafios e projetos de implementação de sistemas de geração de energia por fontes renováveis</p> <p>9.5.3 Convidar o Fórum Permanente de Energia da Universidade Federal do Amazonas (FPE/Ufam) para acompanhamento das reuniões do Fórum da BR-319</p>
<p>9.6 Instituir, juntamente com a Amazonas Energia, planejamento para a região da BR-319</p>	<p>9.6.1 Mapear, por intermédio da Amazonas Energia, quais localidades necessitam de alteração de carga dos territórios-alvo</p> <p>9.6.2 Articular, com as operadoras de telecomunicações, planejamento para instalação e melhoria do serviço de conectividade, para facilitação do canal de comunicação com as comunidades</p> <p>9.6.3 Atualizar a base de dados da Implementação do programa de Eletrificação Rural, caracterizando e especificando melhor quais são as comunidades remotas</p>



## Ações propostas

Políticas Públicas	
	e povos indígenas atendidos, como no caso de Manicoré e as “comunidades Capanã”
	9.6.4 Estruturar maior periodicidade nos protocolos de manutenção e limpeza das redes e dos linhões
9.7 Fomentar programas de crédito para financiamento de projetos a partir de fontes renováveis	9.7.1 Promover discussão sobre linhas de financiamento, como linha a Eco do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para facilitar o acesso e vincular às ações da política de produção e assistência técnica rural 9.7.2 Retomar o funcionamento da linha de crédito do programa da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), a Afeam Energia Solar 9.7.3 Incentivar os municípios a se inscreverem no Programa Nacional de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Eficientes (Procel Reluz) para apoio à iluminação pública

## Ações Localizadas

- Levantamento de demandas e planejamento de manutenção e limpeza das redes e dos linhões, assim como ações de conscientização, evitando o envolvimento dos comunitários nessas atividades, como ocorre em Democracia, no município de Manicoré
- Mensurar, com apoio de OSCs, o consumo das serrarias no distrito de Realidade, em Humaitá, para compreender a capacidade da rede
- Articular com as prefeituras dos territórios-alvo apoio a iniciativas que utilizem geração de energia por renováveis, como a iniciativa do SolarLab da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) em Boa Esperança, no município de Manicoré
- Criar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu espaços para discutir a questão energética a partir das demandas e desafios locais da área protegida
- Articular com as comunidades indígenas de Manicoré requisição para a melhor descrição dos beneficiários atendidos pelo PLpT, indicando a atualização da base de dados do programa de Eletrificação Rural

## OE10 - Garantir a inclusão energética das comunidades remotas

As comunidades remotas não possuem acesso, ou sofrem restrições à oferta de infraestrutura e de serviços essenciais, como o de abastecimento de energia. No Amazonas, 3,9% da sua população está excluída energeticamente<sup>1</sup>. Para

além dos desafios geográficos, é considerável o gargalo na elaboração de projetos que pensem no acesso à energia como um vetor de transformação social amplo. Uma das possíveis contribuições, discutida em seguida, é a proposição de alternativas para a inclusão energética das comunidades remotas, a partir de experiências das OSCs em projetos de democratização de sistemas energéticos por fontes renováveis.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
10.1 Garantir a implementação da política energética para as comunidades remotas	<p>10.1.1 Estruturar o Programa “Mais Luz para a Amazônia” (MLA), assegurando a implementação e sustentabilidade da proposta</p> <p>10.1.2 Estabelecer um comitê gestor para o MLA, aos moldes do que já existe para o Programa Luz para Todos (PLpT)</p> <p>10.1.3 Estabelecer como as fontes renováveis de geração de energia que serão implementadas pelo MLA serão aportadas em cada território</p> <p>10.1.4 Definir quais são as ações de desenvolvimento econômico almejadas pelo MLA, e de que forma a geração de energia irá garantir a execução deste objetivo</p>
10.2 Inserir nos órgãos públicos composições que articulem a política energética de forma integrada e que visibilize as comunidades remotas	<p>10.2.1 Reativar o Conselho Estadual de Energia, com garantias de participação de associações e representantes das comunidades remotas</p> <p>10.2.2 Planejar estratégias de monitoramento e levantamento de demandas por intermédio de técnicos que incursionem pelos territórios, como técnicos de assistência técnica rural</p> <p>10.2.3 Oferecer oficinas e formação para técnicos acerca dos desafios e importância do estabelecimento de políticas públicas para acesso à energia para comunidades remotas</p> <p>10.2.4 Estimular o desenho e implantação de projetos com tecnologias renováveis, a partir da criação de grupos técnicos que apoiem os territórios na elaboração de projetos</p> <p>10.2.5 Articular mutirões para coleta de demandas e registros para encaminhamento para a Amazonas Energia</p>
10.3 Fortalecer ações de educação ambiental articuladas com a garantia de autonomia energética	<p>10.3.1 Criar metodologias para o levantamento dos gastos com combustíveis nas comunidades vis a vis a economia com sistemas energéticos por renováveis, visando sensibilização</p> <p>10.3.2 Articular com Cetam, assim como com outras instituições, cursos sobre educação ambiental combinados com formação sobre a questão energética</p> <p>10.3.3 Construir com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a formação de cursos sobre relação entre a questão energética e proteção ambiental</p> <p>10.3.4 Alinhar com os municípios a formação e/ou engajamento de técnicos em elétrica para oferta de oficinas nas comunidades dos territórios</p> <p>10.3.5 Criar uma rede de trocas de experiências com inovações tecnológicas a partir dos territórios</p>
10.4 Captar e engajar parceiros para o desenvolvimento de	<p>10.4.1 Realizar levantamentos sobre estimativa e uso potencial da biomassa nas cadeias da sociobiodiversidade para geração de energia, como pela Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror)</p>

<sup>1</sup> IEMA (2021)



## Ações propostas

Políticas Públicas	
projetos em comunidades remotas	10.4.2 Elaborar, por intermédio do auxílio da academia e OSCs, projetos pilotos de eletrificação por alternativas renováveis, em comunidades remotas excluídas energeticamente
10.5 Promover discussões sobre a questão energética ampliada e adaptada para as realidades locais	10.5.1 Realizar estudos e consultas acerca da viabilidade de operação e manutenção dos sistemas energéticos pelas comunidades ou associações 10.5.2 Ampliar a produção de pesquisa aplicada para geração de energia adaptada às necessidades das comunidades remotas, ex: fogões e fornos melhorados, geração de energia por biomassa 10.5.3 Estabelecer um programa de bolsas para pesquisas acerca da questão energética 10.5.4 Incentivar a discussão sobre tecnologias para os geradores, visando diminuição do custo de aquisição e menores impactos ambientais
10.6 Estimular modelos de financiamento que sejam aderentes às realidades das comunidades remotas	10.6.1 Incentivar a Afeam no desenvolvimento e/ou adaptações nos programas existentes para financiar tecnologias de geração por renováveis para comunidades remotas; 10.6.2 Estruturar uma organização burocrática para pensar as melhores maneiras para processar os documentos necessários para estas linhas
Sociedade Civil	
10.7 Sensibilizar os jovens acerca da importância e relação do desenvolvimento energético e a proteção ambiental	10.7.1 Construir, em conjunto com os jovens, uma estratégia de disseminadores de conhecimento sobre energia 10.7.2 Compartilhar, a partir do grupo de jovens disseminadores, exemplos práticos para sensibilização do território, como levantamento acerca do gasto com combustíveis vis a vis investimento em painéis solares 10.7.3 Requisitar auxílio para o fornecimento de combustível para extensão dos horários de aula para acesso a cursos e utilização do espaço da escola para discutir a questão energética 10.7.4 Consultar a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) sobre a liberação de sinal para transmissão de cursos técnicos fora dos horários das aulas 10.7.5 Criar oficinas de sensibilização acerca da importância da autonomia energética para a proteção dos modos de vida
10.8 Buscar apoio e formação para o desenho de projetos de implementação de sistemas energéticos por alternativas renováveis	10.8.1 Articular diálogo entre governo municipal, OSCs e associações comunitárias para planejamento, instalação e manutenção das tecnologias 10.8.2 Propor oficinas para elaboração de projetos que visem a implementação de sistemas energéticos por renováveis 10.8.3 Propor à Associação Amazonense de Municípios apoio às associações nas oficinas para elaboração de projetos 10.8.4 Criar grupos de monitoramento dos equipamentos de geração de energia, assim como para fortalecer a articulação comunitária em torno da questão energética

## Ações Localizadas

- Instalar sistemas fotovoltaicos nas escolas de comunidades que não foram atendidas pelo PLpT, como em Santa Maria do Poção no município de Manicoré.
- Apresentar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) os assentamentos sem acesso ao PLpT, como o Projeto Agroextrativista (PAE) Jenipapo, PAE Lago do Acará, PAE Baeta e PAE Matupiri, no município de Manicoré.
- Levantar e direcionar a Amazonas

Energia, quais comunidades na RDS Igapó-Açu não obtiveram o acesso ao PLpT, como a comunidade de Jacaretinga.

- Articular com academia e OSCs projetos-piloto em comunidades que não possuem acesso à energia, como na Reserva Extrativista (Resex) Capanã Grande, no município de Manicoré.
- Realizar levantamento de infraestrutura e demandas das produções dos territórios, como na Resex Capanã Grande, no município de Manicoré.

### FÓRUM PERMANENTE DE ENERGIA (FPE)<sup>2</sup>

O Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico (CDEAM), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), criou em 2019 o Fórum Permanente de Energia (FPE), com o objetivo de estabelecer parcerias e propor políticas para o desenvolvimento do setor energético do Amazonas. Além da Ufam, o FPE/Ufam conta com a participação de 22 entidades, dentre elas o Governo do Estado, Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Serviço de Aprendizagem Industrial (Senai), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Instituto Federal do Amazonas (Ifam), Eletronorte, Amazonas Energia, WWF, Instituto Mamirauá, dentre outros.

Foi no âmbito do FPE/Ufam que foi elaborada a Lei estadual nº 5.350/2020, que definiu a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento de Fontes renováveis de Energia e Eficiência Energética, que visa, dentre outros pontos, estimular a discussão e o investimento em tecnologias para a geração de energia renovável. O FPE/Ufam também está contribuindo com a proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento Energético para o Amazonas.

<sup>2</sup> INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS EM ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DO CDEAM/UFAM

### EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO MAMIRAUÁ<sup>3</sup>

A governança de projetos de energia por alternativas renováveis é um ponto chave para que as demandas comunitárias sejam atendidas. Por isso, como mostra a experiência do Instituto Mamirauá, é fundamental que toda a gestão das tecnologias seja conjunta e que tenha a participação dos comunitários desde o início.

O trabalho de instalação das fábricas de gelo, desenvolvido em Mamirauá em parceria com o Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP), é um exemplo relevante. As máquinas contam com painéis solares e captação da água da chuva para funcionar. No início, a ideia era realmente criar uma tecnologia que disponibilizasse exclusivamente gelo. Mas quando se percebeu, em conjunto com os moradores locais, que a água gelada também era uma demanda importante, o projeto passou por adequações.

<sup>3</sup> INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS EM ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DO INSTITUTO MAMIRAUÁ



## TAPAJÓS SOLAR<sup>4</sup>

O Movimento Tapajós Vivo (MTV) é um coletivo que busca preservar o modo de vida dos povos da bacia do Rio Tapajós, no Pará, frente às mudanças provocadas por grandes empreendimentos. O MTV coordena desde 2019 o Projeto “Tapajós Solar”, em conjunto com o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental. A iniciativa visa incentivar o uso de sistemas fotovoltaicos em comunidades e associações que compartilhem da agenda de proteção do Rio Tapajós. Atualmente o projeto conta com 16 sistemas fotovoltaicos on-grid instalados.

Para implementação dos sistemas, o MTV requisita da comunidade, como contrapartida, a conscientização dos impactos que acompanham os projetos de infraestrutura e barramento do Tapajós, e o compromisso pela proteção de toda a bacia hidrográfica. Os projetos de instalação de sistemas fotovoltaicos são acompanhados de estratégias de conscientização coletiva, por intermédio de oficinas pedagógicas. O objetivo é mostrar que novas matrizes energéticas podem se somar à proteção do território.

Recentemente, o Projeto instalou um sistema de energia fotovoltaica em uma padaria administrada pela associação de mulheres do Projeto Mão na Massa. O empreendimento, em que trabalham 20 mulheres, funciona na comunidade de São Francisco da Volta Grande, Belterra/PA, nas margens da BR-163, onde vivem 170 famílias. O MTV apoiou a iniciativa implementando o sistema fotovoltaico na padaria, que por conta do alto custo da energia e pela pandemia do Covid-19 estava paralisada.

4 INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS EM ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DO MTV

## RESEX SOLAR<sup>5</sup>

Iniciado em 2016, o projeto Resex Solar (Reservas Extrativistas Produtoras de Energia Limpa), uma iniciativa da organização não-governamental WWF com o ICMBio, instalou 30 pequenos sistemas fotovoltaicos em comunidades localizadas no Sul do Amazonas – Ituxi e Médio Purus, no município de Lábrea.

O projeto estruturou ações que combinassem o acesso à energia ao fortalecimento da geração de renda e da produção das comunidades, e à oferta de cursos nas unidades de educação em diferentes períodos, a partir da garantia de fornecimento da eletricidade para além do que era possível anteriormente.

No desenvolvimento do projeto, a WWF engajou a Prefeitura e Secretaria de Produção de Lábrea, além da participação de outras organizações da região, como o Instituto Mamirauá, e também promoveu o envolvimento da academia, por meio da participação da Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

Ao passar a ideia de que o acesso à energia tem que ser visto como um direito, se discutiu com a comunidade que a existência de sistemas diversificados – off-grid e/ou sistemas energéticos combinados com fornecimento de forma convencional, como pelo PLpT – pode potencializar os modos de vida de áreas protegidas. A energia, neste caso, será útil para as bombas de água, para as despoldadeiras, para o lazer e para as escolas, onde, além das aulas, ocorrem as reuniões dos comunitários. O objetivo final do projeto é propor a reflexão de como pode ser amplo o significado da universalização do acesso à energia.

5 INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS EM ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA WWF-BRASIL



## OE11 - Estruturar a política municipal de saneamento básico

Os três municípios alvo do projeto, Caieiro, Humaitá e Manicoré e o território de Igapó-Açu, não possuem Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), ou o plano não foi criado com base em um diagnóstico capaz

de subsidiar a gestão pública municipal nas decisões e ações do setor. Com a intenção de transformar essa realidade, o presente objetivo foi formulado visando ter um plano municipal de saneamento robusto em cada território e um conselho municipal desta política, para que os conselheiros acompanhem e monitorem a implementação das ações na área.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
11.1 – Elaborar/Atualizar a Política Municipal de Saneamento Básico nos municípios	<p>11.1.1 – Criar Comitê Executivo de elaboração do PMSB com a participação de gestores municipais e sociedade civil</p> <p>11.1.2 – Elaborar o diagnóstico técnico-participativo dos serviços de saneamento básico</p> <p>11.1.3 – Definir metas e cenário de referência para os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos</p> <p>11.1.4 – Elaborar relatório com a proposição de programas, projetos e ações para o setor de saneamento nos municípios</p> <p>11.1.5 – Definir indicadores para acompanhamento do PMSB</p> <p>11.1.6 – Elaborar minuta do projeto de lei do PMSB e aprovar plano no poder legislativo</p>
11.2 – Criar Conselhos Municipais de Saneamento Básico	<p>11.2.1 – Mobilizar organizações da sociedade civil, associações comunitárias e catadores de resíduos sólidos para a criação do conselho</p> <p>11.2.2 – Realizar, ao menos, uma reunião ordinária mensal no âmbito do conselho para acompanhar o PMSB e a execução dos serviços de saneamento</p> <p>11.2.3 – Garantir a participação de lideranças das comunidades rurais, mulheres, trabalhadores do setor de saneamento no município e catadores de resíduos sólidos na composição do conselho</p> <p>11.2.4 – Subsidiar custos de transporte e alimentação para participação das lideranças comunitárias nas reuniões do conselho</p>



## OE12 - Ampliar a oferta de água potável nas zonas urbanas e rurais

A existência de serviços de abastecimento de água melhora a saúde pública – por meio da prevenção de doenças e promoção de hábitos de higiene -, além de trazer conforto individual e segurança coletiva<sup>6</sup>.

As manchas urbanas dos territórios analisados têm o serviço de abastecimento e distribuição de água quase universalizado, com a captação de água realizada por meio de poços artesianos. Entretanto, a água não passa por nenhum tipo de tratamento, o que aumenta os riscos de contaminação e doenças. Em acréscimo, as prefeituras cobram tarifas

únicas para todos os domicílios e enfrentam alta inadimplência por conta da vulnerabilidade socioeconômica da população. Nas comunidades rurais, os modos de provisão dos serviços de abastecimento de água são variados – captação superficial de mananciais, poços artesianos ou água da chuva - ou por vezes inexistentes.

É preciso garantir aos municípios água potável da rede, poço ou nascente, com canalização interna e, quando necessário, complementação por outras fontes, como as cisternas, por exemplo. A seguir, as ações propostas para garantir o acesso aos serviços de abastecimento e distribuição de água para todos os cidadãos que vivem nos territórios-alvo.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
12.1 – Aprimorar técnicas de tratamento de água nas zonas urbanas	12.1.1 - Regularizar os poços artesianos já criados nas sedes das cidades junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) 12.1.2 – Realizar análise de qualidade da água semestralmente nos poços artesianos 12.1.3 – Instalar filtros de tratamento da água nos poços artesianos já criados, tais como filtro Salta Z ou filtro de areia 12.1.4 – Apoiar a participação de gestores e servidores municipais dos departamentos de águas em oficinas e formações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) sobre técnicas de tratamento da água 12.1.5 – Aprimorar as instalações elétricas das bombas de água nos poços artesianos já existentes
12.2 – Reduzir o desperdício de consumo de água e garantir inclusão da população mais vulnerável nas zonas urbanas	12.2.1 – Instalar hidrômetros para realizar medição do consumo de água em cada residência 12.2.2 – Estabelecer critérios socioeconômicos para definir o valor da tarifa de água e implementar tarifa social 12.2.3 – Atualizar, anualmente, o cadastro de domicílios com acesso à água nas zonas urbanas
12.3 - Ampliar a cobertura dos serviços de abastecimento de água para comunidades isoladas	12.3.1 – Realizar oficinas com comunitários para definir o melhor tipo de captação de água para cada território (captação superficial, subterrânea ou água da chuva) 12.3.2 - Realizar parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para instalar sistemas autônomos de abastecimento de água alimentados por energia solar em comunidades situadas à margem de rios 12.3.3 – Realizar parcerias com OSCs para instalar sistemas de abastecimento de água por poço artesianos em comunidades afastadas de rios 12.3.4 – Realizar parcerias com OSCs para instalar sistemas de abastecimento de água por meio de cisternas em comunidades com maior dependência de água para consumo e produção 12.3.5 - Emitir autorização do Ipaam para elaborar o projeto de sistema de água em cada comunidade

## Ações propostas

Políticas Públicas	
12.4. Engajar e capacitar comunidades locais para a gestão e manutenção dos sistemas isolados	12.3.6 - Realizar instalação de rede hidráulica para todas as casas de cada comunidade
	12.3.7 - Realizar filtração e desinfecção das águas captadas em fontes superficiais ou subterrâneas
	12.3.8 - Instalar filtros coletivos em todas as comunidades isoladas próximas à BR-319 para deixar a água em condições para o consumo humano
	12.3.9 - Capacitar gestores municipais para prepararem projetos de convênio/cooperação com a Funasa e instituições de fomento
	12.4.1 - Mobilizar e incentivar a participação dos comunitários na gestão e manutenção dos microssistemas de captação de águas
	12.4.2 - Realizar articulações com Unidades Básicas de Saúde (UBS) e unidades escolares para capacitar Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e professores
	12.4.3 - Capacitar comunitários, lideranças comunitárias, ACS e professores para realizar reparos e manutenções dos sistemas autônomos de água
	12.4.4 - Realizar oficinas de orientação para moradores sobre o modo de funcionamento das bombas de água, controle da qualidade da água e limpeza dos poços artesanais
	12.4.5 - Realizar articulações com o Instituto Mamirauá e Projeto Saúde e Alegria para compartilhamento de técnicas de instalação do sistema de bombeamento alimentado por energia de placa solar
	12.4.6 - Realizar articulações com empresas do Amazonas especializadas na manutenção das placas solares para garantir manutenção periódica das placas
	12.4.7 - Realizar articulações com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) para compartilhamento das técnicas de instalação de cisternas
	12.4.8 - Incentivar a participação de mulheres nas ações de capacitação e apropriação das soluções
12.4.9 - Quando pertinente, engajar como contrapartida o apoio dos comunitários com materiais do território (areia, seixo, pedras, madeira) para instalação dos sistemas isolados, além de contribuir com a alimentação dos profissionais responsáveis pela instalação	
12.4.10 - Estabelecer, em conjunto com os comunitários, normas e regras para gerenciamento e manutenção dos microssistemas de águas	
12.4.11 - Avançar em pesquisa e experiência para qualificar a gestão dos sistemas autônomos de abastecimento de água	



## Ações Localizadas

- Realizar análise físico-química e microbiológica em Careiro, Igapó-Açu, Manicoré e Realidade
- Realizar projeto-piloto de sistemas isolados de captação e distribuição de águas no território de Igapó-Açu, pela ausência de soluções para oferta de água potável na comunidade
- Realizar tratamento da água com Filtro Salta Z ou Filtro de Areia nas comunidades de Democracia e Pandegal, Manicoré
- Instalar sistema de bombeamento por energia solar nas comunidades da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande, Manicoré

### ÁGUA COM ENERGIA SOLAR<sup>7</sup>

Os sistemas de abastecimento de água com energia solar fotovoltaica podem oferecer água filtrada a baixo custo para comunidades ribeirinhas. Duas iniciativas já estão em curso na região. Uma delas, desenvolvida dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, criada pelo próprio Instituto Mamirauá, e a outra, em operação em 32 comunidades rurais do Oeste do Pará, é fruto de uma iniciativa do Projeto Saúde e Alegria.

Os painéis fotovoltaicos são instalados sobre o rio em balsas flutuantes. A energia do sol bombeia a água para um reservatório elevado, conectado a um filtro de areia para pré-tratamento e remoção de resíduos. Após a filtração, parte da água é distribuída por gravidade para a comunidade com um ponto de fornecimento em cada domicílio.

O acesso à água por bombeamento solar permite diminuir o esforço familiar na captação da água, o que aumenta a qualidade de vida dos moradores, principalmente mulheres e crianças. Além disso, a tecnologia cria um ambiente mais confortável e seguro. Com exceção das placas fotovoltaicas, os demais recursos e materiais usados nos projetos são do próprio território, o que aumenta a participação dos comunitários no planejamento e na instalação da tecnologia social, além de capacitá-los para a manutenção do equipamento.

7 INSTITUTO MAMIRAUÁ (2020); PROGRAMA SAÚDE E ALEGRIA (2020)

### PROJETO SANEAR AMAZÔNIA<sup>8</sup>

O Projeto Sanear Amazônia surgiu com o objetivo de promover acesso a água para o consumo humano em comunidades extrativistas da Amazônia, por meio da disponibilidade de tecnologias sociais do Sistema de Acesso à Água Pluvial Multiuso. Em 2014, uma articulação entre o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), culminou em uma política pública de instalação desses sistemas em comunidades da região, nos moldes do Programa Cisternas. O Memorial Chico Mendes, por meio de edital, passou a executar o Projeto Sanear em quatro estados da Amazônia (Amazonas, Pará, Amapá e Acre).

A solução visa proporcionar, a cada unidade familiar, um módulo domiciliar de captação e reserva de água de chuva e um módulo comunitário complementar de abastecimento de água acionado em ocasiões de escassez pluviométrica.

O módulo familiar é constituído pela captação de água de chuva do telhado, dispositivo de tratamento, um reservatório individual elevado com capacidade de 1.000 litros, uma instalação sanitária domiciliar com fossa e a instalação de 4 pontos de uso, incluindo vaso sanitário. O módulo comunitário é composto por captação de água de fonte complementar, unidade de tratamento, reservatório comunitário de 5 mil litros e rede de distribuição de água aos módulos familiares.

Para receber o programa, as comunidades devem dispor de lideranças atuantes; e abrigar membros da diretoria do CNS que possam acompanhar os trabalhos; permitir o desenvolvimento de atividades em qualquer período e possibilitar a implantação de unidades demonstrativas nas moradias.

8 BRASIL (2020)

## OE13 - Ampliar o esgoto nas zonas urbanas e rurais

Nos territórios-alvo do projeto, praticamente não existem serviços de coleta e tratamento de esgoto. A solução mais comum nas zonas urbanas e rurais dos municípios do projeto são as fossas rudimentares, um buraco aberto no solo para onde são direcionados os dejetos gerados nos domicílios, sem tratamento do efluente.

Em algumas comunidades rurais, além das

fossas rudimentares, é comum os dejetos serem despejados no ambiente ou em igarapés. Ainda, alguns territórios, como o de Igapó-Açu, sofrem com períodos de alagamento do território durante o inverno, o que dificulta a criação de soluções para este serviço que evite contaminações e proliferação de doenças..

A seguir, propostas para garantir o acesso da população aos serviços de esgotamento sanitário, com mecanismos de tratamento e despejo pelo território.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
13.1 – Construir estações de tratamento de esgoto na zona urbana	<p>13.1.1 – Elaborar projeto de esgotamento sanitário na zona urbana para obter apoio financeiro da Funasa</p> <p>13.1.2 – Buscar parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e entidades filantrópicas para conseguir apoio financeiro para implementação do serviço de coleta e tratamento de esgoto</p> <p>13.1.3 – Criar coletores de água nas zonas urbanas dos municípios</p> <p>13.1.4 – Realizar/Atualizar instalação domiciliar e predial de encanamento para conexão às redes municipais de coletores</p> <p>13.1.5 – Criar rede de interceptores de esgoto nos municípios</p> <p>13.1.6 – Criar estações municipais de tratamento do esgoto</p> <p>13.1.7 – Definir estratégias de tratamento e reutilização do lodo para diminuir a quantidade de descarte de resíduos em aterros sanitários</p>
13.2 – Construir sistemas isolados de tratamento de esgoto sanitário em comunidades rurais	<p>13.2.1 – Buscar parcerias com OSCs para financiar os custos de aquisição e instalação para construção de sistemas de sanitários isolados</p> <p>13.2.2 – Realizar parceria com OSCs para transferência de tecnologia social de sanitários isolados</p> <p>13.2.3 – Incluir a comunidade na definição da solução a ser utilizada, a depender das condições de viabilidade técnica e desejo dos comunitários</p> <p>13.2.4 – Inserir os comunitários no planejamento e execução da instalação dos sistemas isolados, incluindo a definição da época do ano e da área a ser utilizada para a tecnologia</p> <p>13.2.5 – Engajar comunitários para contribuir na implementação dos sistemas isolados com o fornecimento de alimentação para a equipe de instalação</p> <p>13.2.6 – Definir modos de participação do poder público e das OSCs na instalação dos sistemas isolados</p> <p>13.2.7 – Definir um operador local, em cada comunidade, para contribuir com os esforços de gestão e manutenção dos sistemas individuais e coletivos</p> <p>13.2.8 – Capacitar ACS e professores para serem multiplicadores das práticas de manutenção dos sistemas</p> <p>13.2.9 – Capacitar comunitários para se apropriarem da gestão e manutenção do sistema</p> <p>13.2.10 – Garantir a existência de banheiros nos domicílios e com ambiente adequado, para promover privacidade, autoestima e higiene pessoal</p> <p>13.2.11 – Realizar esforço logístico de instalação dos sistemas de esgoto nas comunidades rurais em parceria entre OSCs e poder público municipal</p> <p>13.2.12 – Responsabilizar os comunitários pela limpeza rotineira das unidades, desobstrução de caixas e tubulações e integridade física das unidades de tratamento</p>



## Ações propostas

Políticas Públicas	<p>13.2.13 – Responsabilizar o poder público municipal por remover, tratar e destinar a espuma, o excesso de lodo e os resíduos removidos</p> <p>13.2.14 – Avançar em pesquisa e conhecimento de gestão desses sistemas</p> <p>13.2.15 - Priorizar a participação das mulheres no processo de escolha das áreas de instalação dos sistemas isolados</p>
--------------------	---

## Ações Localizadas

- Realizar substituição de sanitários com fossa rudimentar (ou sem fossa) para fossa séptica nas comunidades rurais do município de Careiro
- Realizar substituição de sanitários com fossa rudimentar (ou sem fossa) para fossa séptica em Realidade, Humaitá
- Instalar estruturas de sanitários com fossa séptica nas comunidades ao redor de Democracia, Manicoré
- Instalar sanitários para áreas de alagamento nas comunidades de Igapó-Açu, devido aos períodos de cheia durante o inverno

### ESGOTO COM FOSSAS SECAS<sup>9</sup>

Os banheiros com fossa seca não precisam de água durante o tratamento dos dejetos. É uma técnica ideal para territórios com pouca disponibilidade hídrica. Neste sistema, os dejetos são armazenados em um recipiente e cobertos com materiais orgânicos secos (serragem, folhas secas, palhas) ou materiais inertes (como o cal, cinzas ou terras secas).

O tratamento final poderá ser a desidratação ou conversão em adubo. A estrutura interna dos banheiros é idêntica às soluções com disponibilidade hídrica, com o acréscimo da instalação de um tubo de ventilação. O sanitário deve ser construído acima do solo, para evitar contaminação.

9 INSTITUTO MAMIRAUÁ (2020b)

### ESGOTO POR FOSSA SÉPTICA

As fossas sépticas são tanques construídos para reter o esgoto doméstico por tempo suficiente para que ocorra o tratamento dos dejetos. A técnica envolve a sedimentação de partículas sólidas, retenção de gordura, degradação de matéria orgânica e diminuição dos níveis de microorganismos que provocam doenças. O sistema pode ser construído de modo semi-coletivo, para até 4 residências, com um banheiro em cada casa e uma central de tratamento.

### SANITÁRIOS ADAPTADOS A ÁREAS ALAGÁVEIS<sup>10</sup>

Na solução desenvolvida pelo Instituto Mamirauá para construção de banheiros em áreas alagáveis, o sanitário e o sistema de tratamento do esgoto são construídos sobre uma estrutura de concreto e instalados acima do nível da água. Sem a mistura entre dejetos humanos e água do rio, principalmente durante as cheias, se evita a contaminação ambiental.

Este tipo de solução pode ser adaptado à condição do território. É possível criar o sanitário hídrico, quando há disponibilidade de água para tratamento do esgoto, ou o sanitário seco, quando não há disponibilidade.

10 INSTITUTO MAMIRAUÁ (2020b)

## OE14 - Reduzir a quantidade de resíduos sólidos dispensados no ambiente

Os resíduos sólidos são “um conjunto heterogêneo de materiais, substâncias, objetos ou bens descartados resultantes das atividades humanas em sociedade”<sup>11</sup>. Devem ser considerados resíduos todos os materiais nos estados sólidos, semissólidos ou gasoso em que suas particularidades impeçam seu lançamento na rede pública de esgoto<sup>12</sup>.

Nas sedes dos municípios de Careiro, Manicoré e Humaitá a coleta de lixo está próxima a universalização. Entretanto, o tratamento dos resíduos é quase inexistente, tendo em vista

que o material coletado é despejado em lixões a céu aberto. São escassas também as iniciativas de reciclagem dos resíduos. Nas comunidades rurais, poucos territórios recebem algum tipo de coleta. O mais comum é que os resíduos sejam queimados ou enterrados. Alguns materiais, como o alumínio e o plástico, são vendidos pelos comunitários como forma de complementar renda. Nessas comunidades é comum que não existam resíduos orgânicos, pois o que não é consumido pelos comunitários, é dado aos animais de criação.

O presente objetivo visa implementar uma lógica de política reversa da gestão de resíduos, que fortaleça iniciativas de reciclagem para fazer com que apenas uma pequena parcela dos materiais seja despejada no ambiente.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
14.1 - Promover ações de reciclagem dos resíduos sólidos nas áreas urbanas e rurais	<p>14.1.1 – Elaborar projeto de gestão de resíduos sólidos municipal para buscar financiamento da Funasa e de OSCs</p> <p>14.1.2 – Realizar diagnóstico de demanda por materiais recicláveis no estado do Amazonas e Rondônia para definir as prioridades de materiais a serem coletados para reciclagem</p> <p>14.1.3 – Definir materiais recicláveis prioritários para serem coletados pelos catadores</p> <p>14.1.4 – Criar pontos de coleta voluntária dos materiais recicláveis nas zonas urbanas e comunidades rurais dos municípios</p> <p>14.1.5 – Definir e divulgar cronograma de coleta seletiva dos resíduos sólidos, com frequência de, ao menos, uma vez por semana na zona urbana</p> <p>14.1.6 – Utilizar veículos alternativos para realizar a coleta de resíduos sólidos dentro das comunidades rurais</p> <p>14.1.7 – Realizar a coleta e o transporte dos resíduos sólidos em embarcações, para os casos de comunidades com acesso exclusivamente fluvial</p> <p>14.1.8 – Apoiar a separação de resíduos secos e orgânicos nos domicílios, comércios e espaços públicos</p> <p>14.1.9 – Realizar parcerias com gestores das Unidades de Conservação (UCs) para coleta de materiais recicláveis e materiais perigosos em comunidades remotas dentro de UCs</p> <p>14.1.10 – Sensibilizar moradores das zonas urbanas e comunidades rurais para interromperem a prática de queimada dos resíduos sólidos</p>
14.2 - Criar e apoiar cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis	<p>14.2.1 – Elaborar projeto para solicitar financiamento da Funasa na construção de um Centro de triagem e armazenamento dos resíduos sólidos nos municípios</p> <p>14.2.2 – Construir centro de triagem e armazenamento dos resíduos recicláveis</p> <p>14.2.3 – Regularizar o centro de triagem e armazenamento dos resíduos sólidos junto ao Ipaam</p> <p>14.2.4 – Garantir titularidade do terreno onde será realizada a triagem dos resíduos</p> <p>14.2.5 – Proibir a catação dos catadores em lixões e aterros para garantir a segurança desses trabalhadores</p> <p>14.2.6 – Adquirir equipamentos e caminhão para realizar a coleta e tratamento dos resíduos recicláveis pelos catadores</p>

11 BRASIL (2019), p.281.  
12 BRASIL (2010).



## Ações propostas

Políticas Públicas	<p>14.2.7 – Inserir os catadores na gestão e manutenção dos pontos de coleta voluntária</p> <p>14.2.8 - Diminuir a existência de atravessadores na comercialização dos materiais recicláveis</p> <p>14.2.9 - Definir descanso semanal remunerado e férias para os catadores, bem como cesta básica mensal</p> <p>14.2.10 – Garantir proteção social para todos os catadores do município, além de uma renda mínima para sobreviver</p>
Sociedade Civil	<p>14.2.11 – Realizar parcerias entre poder público e OSCs para apoiar a estruturação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis</p> <p>14.2.12 – Apoiar a regularização administrativa e jurídica das associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis</p> <p>14.2.13 – Apoiar a distribuição de catadores para os distritos e comunidades rurais</p>
Políticas Públicas	<p>14.3 – Fortalecer ações de limpeza e varrição das ruas nas sedes municipais</p> <p>14.3.1 – Definir roteiro de varrição com o parâmetro de 1,5km por trabalhador/dia</p> <p>14.3.2 – Definir padrões mínimos de equipamentos e uniformes de trabalho</p> <p>14.3.3 – Estabelecer ciclo de capina e coleta dos resíduos a cada período de três meses</p> <p>14.3.4 – Bianualmente tratar o meio fio com cal nos logradouros dos municípios</p> <p>14.4 - Criar e regularizar aterros sanitários de pequeno porte</p> <p>14.4.1 – Realizar análise para seleção de locais onde serão instalados os aterros sanitários nos municípios</p> <p>14.4.2 - Adquirir terreno público municipal para realizar instalação do aterro sanitário</p> <p>14.4.3 – Respeitar diretrizes de distância de águas superficiais e subterrâneas, solo, tráfego e proximidade com os centros urbanos para instalação do aterro sanitário</p> <p>14.4.4 - Elaborar projeto para solicitar apoio/financiamento da Funasa para instalação do aterro sanitário</p> <p>14.4.5 - Planejar um sistema de coleta de chorume e gás e um sistema de gerenciamento das águas pluviais</p> <p>14.4.6 – Implementar segurança de área e controle de roedores, parasitas e aves</p> <p>14.4.7 - Regularizar o aterro sanitário municipal junto ao Ipaam</p>







### Ações Localizadas

- Solicitar a empresas de ônibus de Igapó-Açu a redução do descarte de lixo a céu aberto dos passageiros nas paradas de ônibus pelo território
- Instalar Lixeiras comunitárias adaptadas a territórios que alagam nas comunidades de Igapó-Açu
- Realizar diagnóstico em parceria com as associações de catadores de materiais recicláveis dos municípios de Careiro e Manicoré
- Instalar lixeiras comunitárias com separação de resíduos nas comunidades de Democracia, Vista Alegre e Jatuarana, Manicoré
- Instalar lixeiras comunitárias com separação de resíduos nas zonas rurais de Careiro
- Instalar lixeiras comunitárias com separação de resíduos no Distrito de Realidade, Humaitá
- Apoiar a estruturação da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Solidária (ACRSMM) do Município de Manicoré
- Apoiar a estruturação da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Careiro
- Incentivar a criação de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis em Humaitá

## OE15 - Ampliar o acesso e a qualidade da conectividade digital nos territórios

No Brasil, a regulamentação e fiscalização do setor de telecomunicações, que inclui conectividade digital, é competência exclusiva da União, através do Ministério das Comunicações (MCOM) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A União deve operar o setor de maneira direta ou por autorização, concessão ou permissão<sup>13</sup>. Apesar de não poderem editar leis sobre as redes e serviços de telecomunicações, estados e municípios podem atuar, a partir das diretrizes federais, em estratégias para o avanço da conectividade digital em seus territórios.

Mesmo com a futura instalação de infraestrutura de fibra ótica proposta pelos atuais programas federais - Amazônia Conectada e Norte Conectado -, o Amazonas demanda a redundância de diferentes infraestruturas de conectividade digital para cobrir a diversidade de realidades locais.

Para construir soluções adequadas ao contexto estadual e da BR-319, e alinhar o acesso à internet com estratégias para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região, é preciso avançar na articulação entre o estado do Amazonas, os governos municipais, as organizações da sociedade civil (OSCs), as organizações comunitárias de base e outras instituições.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
15.1 Construir um grupo de trabalho de discussão permanente sobre conectividade digital no governo estadual no Amazonas	<p>15.1.1 Envolver as secretarias estaduais Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), Secretaria de Estado de Administração e Gestão (Sead), Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc), Secretaria de Estado de Saúde (SES), Secretaria Estadual de Assistência Social (Seas), Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror), Secretaria de Estado Do Meio Ambiente (Sema), Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus (Seinfra), Agencia de Desenvolvimento Sustentavel do Amazonas (ADS), Processamento de Dados do Amazonas (ProdAm), Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP-AM), universidades, Suframa, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-AM), Ministério Público, Procuradoria Geral do Estado (PGE), e Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) e outras instituições de interesse</p> <p>15.1.2 Reativar o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cetic)</p> <p>15.1.3 Acompanhar os programas federais de implantação de backbones executados no estado, como o Amazônia Conectada e o Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS)</p> <p>15.1.4 Acompanhar a implantação de demais infraestruturas para conectividade digital, como satélite, rádio, balões aerostatos, 5G, entre outras, que podem ter redundância entre si e com backbone de fibra ótica</p> <p>15.1.5 Discutir o papel da conectividade nas transformações econômicas do estado</p> <p>15.1.6 Construir propostas a serem submetidas à linha de crédito Brasil Mais Digital, disponibilizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para melhoria de infraestrutura de conectividade no estado</p> <p>15.1.7 Acompanhar o cumprimento da Lei de Informática Nacional e Estadual</p> <p>15.1.8 Articular canais de diálogo entre Claro e provedores locais que realizam distribuição de serviços de internet nos territórios, para construção de um modelo de negócio capaz de garantir acesso à conectividade no território</p>
15.2 Construir articulação entre estado, municípios, empresas	<p>15.2.1 Articular com Associação Amazonense de Municípios (AAM) para definição de formato de planejamento junto aos municípios</p> <p>15.2.2 Definir ações relativas à implementação da transformação digital dos serviços públicos do estado e dos municípios</p>

## Ações propostas

<p>Políticas Públicas</p>	
<p>e OSCs para planejamento de propostas a serem submetidas ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) como preparação para quando o fundo for descontingenciado</p>	<p>15.2.3 Definir política de implantação de pontos de inclusão digital nos municípios, sobretudo na área rural, considerando a necessidade de implantação de infraestrutura de energia</p>
<p>15.3 Criar parceria entre governo estadual, Ministério de Comunicação (MCOM) e OSCs para acondicionamento de computadores nos municípios, no âmbito do Programa Computadores para Inclusão, para implantação de Centros de Inclusão Digital</p>	<p>15.3.1 Parceria com o Cetam para oferta de cursos profissionalizantes aos jovens em acondicionamento de máquinas 15.3.2 Revitalização de pontos de inclusão digital nos municípios, sobretudo em escolas na área rural</p>
<p>15.4 Estimular incentivo estadual à pesquisa aplicada sobre conectividade digital no Amazonas</p>	<p>15.4.1 Priorizar recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) para o financiamento de pesquisas sobre o tema 15.4.2 Articular Instituto Federal do Amazonas (Ifam), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e Universidade Federal do Amazonas (Ufam) para estímulo a formação de grupos de pesquisas sobre o tema 15.4.3 Assegurar o investimento das empresas da Zona Franca de Manaus (ZFM), em pesquisa e desenvolvimento, previsto pela Lei de Informática Nacional e Estadual 15.4.4 Envolver institutos de pesquisa das empresas que compõem ZFM, como o Sidia. 15.4.5 Realizar diagnóstico das infraestruturas de conectividade disponíveis nos municípios e análise de alternativas adequadas de integração tecnológicas 15.4.6 Articular parceria entre Prefeituras Municipais e instituições de pesquisa como Ifam, Ufam, UEA, Inpa para fomentar propostas autônomas dos governos municipais</p>
<p>15.5. Criar parceria entre instituições de ensino e pesquisa, como Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) e Ifam, governos municipais e associações comunitárias para levar cursos de uso e manutenção de tecnologias para as áreas rurais dos municípios</p>	<p>15.5.1 Estabelecer termo de cooperação, determinando as contrapartidas de cada instituição 15.5.2 Definir oferta de acordo com a capacidade das instituições de ensino e pesquisa e as demandas dos comunitários 15.5.3 Utilizar infraestruturas de escolas ou associações comunitárias 15.5.4 Garantir a participação de jovens nos cursos 15.5.5 Garantir igualdade de gênero nos cursos</p>



## Ações propostas

Políticas Públicas	
15.6 Estabelecer parceria entre governo municipal e associações comunitárias para solicitação do Projeto Wi-Fi Brasil nas comunidades	<p>15.6.1 Disponibilizar um funcionário do poder público municipal para orientar o processo de solicitação do serviço</p> <p>15.6.2 Formar comunitários para serem multiplicadores de orientação do processo para acesso ao Projeto Wi-Fi</p> <p>15.6.3 Definir espaços públicos para instalação do serviços, tais como escolas e sedes das associações comunitárias</p>
15.7 Estabelecer parceria entre governo municipal, OCS e associações comunitárias nos processos de planejamento, instalação e manutenção das tecnologias	<p>15.7.1 Estruturar arranjo de diálogo entre governo municipal, OCS e associações comunitárias nos processos de planejamento, instalação e manutenção das tecnologias</p> <p>15.7.2 Implementar projetos voltados à implantação, manutenção e expansão de pontos de inclusão digital em escolas das comunidades rurais</p> <p>15.7.3 Implementar projetos voltados à implantação de sistemas fotovoltaicos em comunidades rurais sem acesso à energia elétrica, necessária para conectividade</p> <p>15.7.4 Implementar projetos voltados à implantação, manutenção e expansão de antenas rurais nas comunidades</p> <p>15.7.5 Implementar projetos voltados à distribuição de dispositivos de conectividade</p> <p>15.7.6 Estabelecer parceria com instituições de ensino e pesquisa</p>
15.8 Estabelecer parceria entre OSCs e associações comunitárias para realização de projetos voltados à conectividade digital	<p>15.8.1 Implantar pontos de inclusão digital em comunidades rurais, junto a implantação de sistemas fotovoltaicos</p> <p>15.8.2 Realizar formação de comunitários para manutenção básica dos equipamentos</p> <p>15.8.3 Realizar projetos de letramento digital e uso da internet para mobilização social</p> <p>15.8.4 Promover o uso dos pontos de internet para o acesso à tele saúde, em parceria com ACS, SES-AM e Secretarias Municipais de Saúde</p> <p>15.8.5 Promover uso dos pontos de internet para acesso aos serviços de educação à distância</p> <p>15.8.6 Implantar Projeto de Rede de Jovens Comunicadores</p> <p>15.8.7 Desenvolver projetos sobre o papel da conectividade para transformações econômicas</p> <p>15.8.8 Desenvolver projetos sobre o papel da conectividade na área de lazer e cultura</p>
15.9 Construir rede de trocas de experiências sobre acesso à conectividade digital nos territórios	<p>15.9.1 Mapear experiências de comunidades que já acessam internet e socializar o processo para alcance do serviço</p> <p>15.9.2 Construir articulações para que comunidades que já acessam o serviço apoiem comunidades que ainda não acessam</p> <p>15.9.3 Engajar OSCs na construção da rede</p>
15.10 Cumprir a Lei de Informática Nacional e Estadual em relação à participação das empresas da Zona Franca de Manaus em projetos de conectividade digital	<p>15.10.1 Investir o percentual previsto na Lei Nacional e Estadual em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no estado</p> <p>15.10.2 Construir plano de pesquisa, desenvolvimento e inovação a ser apresentado à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)</p> <p>15.10.3 Estabelecer parcerias com instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) ou com instituições de pesquisa ou instituições de ensino superior mantidas pelo poder público</p> <p>15.10.4 Investir em projetos tecnológicos com objetivo de sustentabilidade ambiental</p>

## Ações Localizadas

- Articular parceria entre as Prefeituras Municipais de Careiro, Manicoré e Humaitá e instituições de pesquisa como Ifam, Ufam, UEA, Inpa para fomentar soluções de conectividade digital nos territórios
- Implementar o Projeto do Cetam Careiro de capilarizar cursos para área rural no município
- Implantar o Projeto Wi-Fi Brasil nas comunidades: Tupana em Manaquiri; Antônio da Farinha em Beruri; e Jacaretinga e Rio Novo de Manicoré.
- Implantar o Projeto Wi-Fi Brasil nas comunidades rurais em Careiro e Manicoré sem acesso à internet
- Implantar o Projeto Educação Conectada em escolas das comunidades rurais em Careiro e Manicoré sem acesso à internet
- Implantar Projeto Educação Conectada na escola de Realidade (em discussão pela Secretaria Municipal de Humaitá)

### EXPERIÊNCIA DA REDE WAYURI<sup>14</sup>

Criada em 2017 no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, a Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro, Rede Wayuri, inspira a necessidade de discutir o papel da conectividade digital para além da implantação de infraestruturas físicas. A rede é formada por 26 jovens comunicadores indígenas, de 11 etnias diferentes e de até 29 anos, que mobilizam melhorias para o bem viver de suas comunidades, participam de intercâmbios com outras redes e produzem e circulam conteúdos sobre os territórios. Esse acesso à comunicação possibilita que os povos indígenas recebam informações e serviços externos, mas, sobretudo, é uma oportunidade para que os jovens comunicadores divulguem suas próprias narrativas e de-

mandas, por meio de boletins informativos em formato de podcasts, radiofonia, redes sociais e oficinas. A Rede também atuou na cobertura das eleições municipais no território, com a produção de podcasts sobre a eleição para os cargos de vereador e prefeito. Em 2020, a Rede Wayuri foi premiada pelos Repórteres Sem Fronteiras. O Instituto Socioambiental (ISA) é parceiro e apoia a Rede Wayuri, por meio de formações em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), compra e instalação de equipamentos, logística e bolsas. O acesso à internet de qualidade ainda é um desafio. O satélite é a tecnologia mais utilizada, mas há uma demanda local pela implantação de infraestrutura de fibra ótica.

14 ISA (2020)



### **EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB) NA IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CONECTIVIDADE EM COMUNIDADES DA REGIÃO DA BR-319<sup>15</sup>**

O IEB faz parte da Rede da BR-319 (conjunto de OSCs da região) e atua em terras indígenas e territórios tradicionais no Sul do Amazonas. Através do Projeto Salvaguardas Sociais e Planejamento Territorial na rodovia BR-319, no município de Humaitá, o IEB atua com as TI's dos povos Kagwahiwa: Tenharin, Parintintin, Jiahui, Tenharin do Igarapé Preto e Juma. Em Tapauá, com os Apurinã das TI's Apurinã do Igarapé São João e Apurinã do Igarapé Tawamirim. Em Manicoré atua na Resex Lago do Capanã Grande, na RDS Rio Amapá e com as TI's Ariramba, Lago do Capanã e Lago do Jauari, do povo Mura. O IEB está trabalhando com os povos indígenas e tradicionais na elaboração de Protocolos de Consulta de algumas TIs localizadas na área de influência da BR-319. A instituição implantou equipamentos para captar sinal, via satélite, junto com infraestrutura de sistema fotovoltaico, para viabilizar a comunicação e formação das lideranças das comunidades-chave para o processo de elaboração dos Protocolos. Assim como ocorre em várias comunidades rurais localizadas nos territórios-alvo da ADT, a implantação conjunta das infraestruturas de energia solar e de conectividade digital foi necessária para viabilizar o acesso à internet, uma vez que as comunidades tinham acesso à energia apenas à noite, utilizando gerador a base de combustível. A instalação de sistema fotovoltaico viabiliza o acesso à conectividade em qualquer hora do dia, com a estabilidade de transmissão de energia necessária.

15 OBSERVATÓRIO BR-319 (2020)

### **ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS) NA IMPLANTAÇÃO DE UM SOLARLAB<sup>16</sup>**

Em 2021, a FAS implantou uma infraestrutura de um SolarLab na comunidade de Boa Esperança, localizada na RDS Rio Amapá, município de Manicoré, que atende toda a região em volta da comunidade. O SolarLab é um laboratório de informática com estrutura de sistema fotovoltaico para fornecer energia 24h. A FAS atua, no geral, na implantação de infraestruturas de laboratório de informática em seus Núcleos de Conservação e Sustentabilidade (NCS) dentro de Unidades de Conservação (UC). Apesar da Comunidade Boa Esperança não possuir toda a estrutura de um NCS, o SolarLab conta com uma supervisora da FAS, moradora da região, que coordena as atividades do laboratório. A iniciativa permite a oferta de curso básico de informática através de uma parceria da FAS com o Cetam, e a comunidade ajuda no acolhimento do professor. Além do curso, os computadores podem ser usados para pesquisas escolares e o acesso ao ensino superior à distância. A internet também facilita o diálogo com o poder público municipal e o acesso à teleconsultas com médicos especialistas e psicólogos a partir de Manaus. Um dos desafios nas atividades dos SolarLab é a dificuldade de evasão de jovens para o trabalho no garimpo.

16 INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS EM ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA FAS



### PROGRAMA GESAC NA COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO DE IGAPÓ-AÇU<sup>17</sup>

A comunidade São Sebastião de Igapó-Açu é uma das poucas comunidades dos territórios-alvo da ADT que conta com acesso à internet através do programa federal Gesac que, recentemente, passou a ser chamado de Programa Wi-Fi Brasil. O Programa disponibiliza conexão gratuita à internet em banda larga por satélite e via terrestre a instituições públicas e coletivas, como escola, posto de saúde, associações, cooperativas, entre outras, em áreas em vulnerabilidade social. Em Igapó-Açu, o ponto de acesso foi instalado em 2016, no centro comunitário. A adesão ao Programa foi fruto da mobilização da

associação comunitária e de jovens lideranças engajadas com as atividades da associação. A comunidade sofreu as mudanças que ocorreram no programa, tendo a conexão desativada por um período e reativada posteriormente. Um dos desafios é superar a lentidão na manutenção do equipamento usado para conexão pelo governo federal, mas os comunitários exaltam o fato de terem um ponto coletivo de acesso à internet na comunidade, utilizado para demandas pessoais, de trabalho e para o acesso à educação, e planeja pedir o acesso para a escola e o para o futuro posto de saúde. Por falta de divulgação, quase nenhuma comunidade próxima tem informação sobre o Gesac. O Programa Wi-Fi Brasil é umas das principais alternativas para o acesso à conexão gratuita à internet nos território-alvo da ADT.

<sup>17</sup> INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS EM ENTREVISTA COM MORADORES DA COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO DE IGAPÓ-AÇU



4

**PARTICIPAÇÃO  
SOCIAL  
E TRANSPARÊNCIA  
PARA O ACESSO A  
POLÍTICAS PÚBLICAS**





# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

Se orientada por diagnósticos claros, e contar com distintos perfis de participantes, a institucionalização da participação social pode contribuir para melhorar o desempenho das políticas públicas, bem como atender melhor às necessidades dos cidadãos. Quanto maior a participação social na formulação e implementação de políticas públicas, maior seu sucesso<sup>1</sup>. Os processos participativos provocam também benefícios aos participantes, por permitir que sejam ouvidos e que escutem visões distintas das suas<sup>2</sup>.

Entretanto, a participação requer recursos diversos, como tempo, dinheiro, informação e autopercepção de eficácia. Por essa razão, é mais comum que os indivíduos participantes sejam vinculados a redes de mobilização ou convencidos por agentes mobilizadores. O ato de participar da elaboração e implementação de políticas está associado a renda, escolaridade raça e gênero. Ou seja, homens brancos, com maior escolaridade e renda têm mais chances de participar dos processos decisórios<sup>3</sup>. Portanto, ao criar e institucionalizar espaços e processos participativos para democratizar o acesso a políticas públicas, é imprescindível se atentar não apenas para o funcionamento<sup>4</sup> dessas instituições, mas para o perfil dos participantes.

De modo complementar, é fundamental garantir que a participação seja livre e informada, e que disponha de mecanismos de transparência em pleno funcionamento. Transparência envolve a disponibilização de informações de modo contínuo para as partes externas ao poder público, utilizada para melhorar a compreensão acerca das ações

realizadas pelos governos. Esta é uma ferramenta essencial para o processo de governança das políticas públicas, pois subsidia a relação dos governos e da administração pública com os cidadãos e permite responsabilizar e cobrar os representantes eleitos.

No Brasil, as características socioeconômicas, a capacidade orçamentária e a competitividade eleitoral dos municípios exercem influência positiva sobre os mecanismos de transparência. Desse modo, quanto mais rico for o governo local e mais competitiva forem as eleições municipais, maior a chance de ter canais de transparência consolidados<sup>5</sup>.

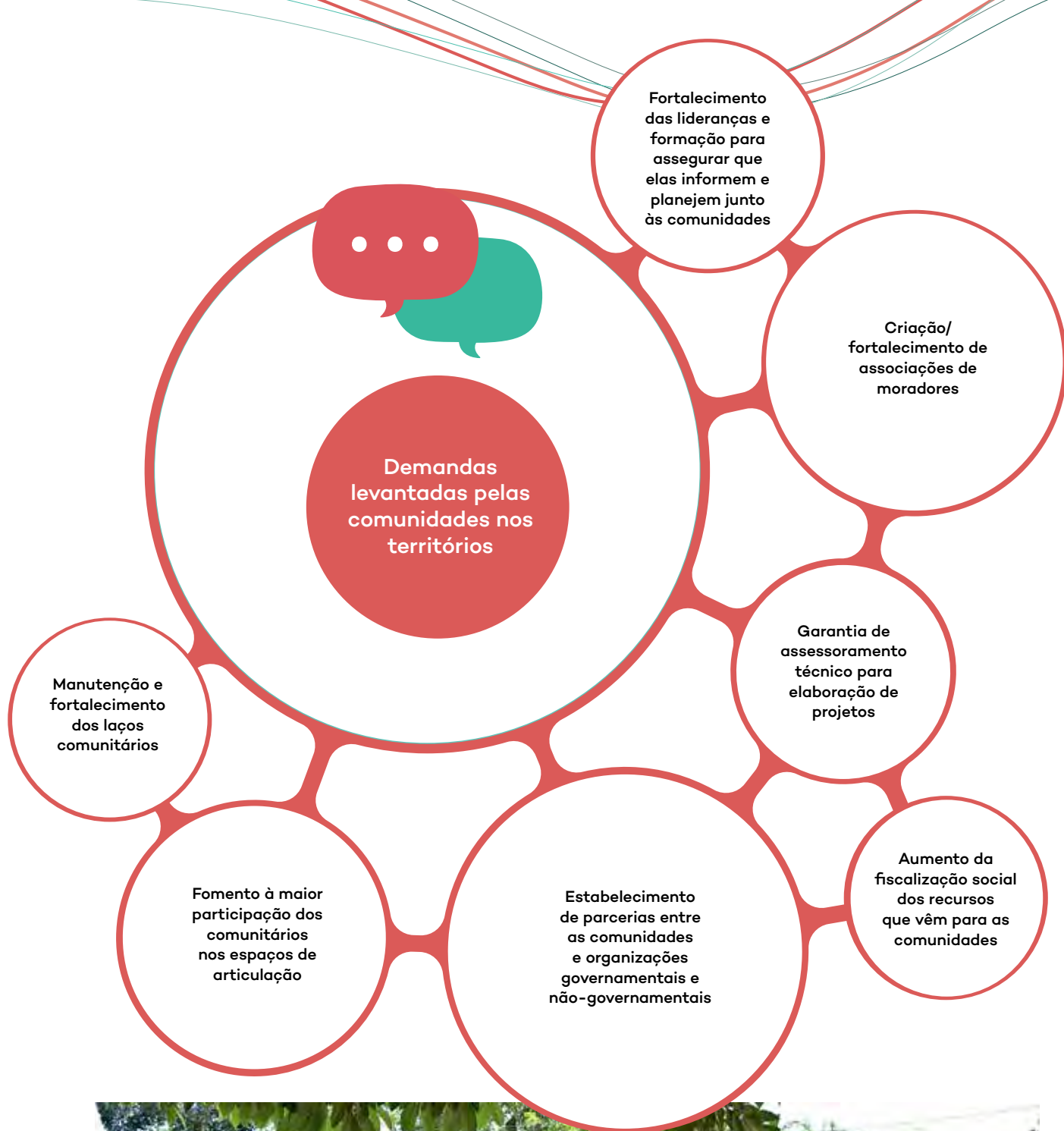
Nos territórios-alvo da ADT, há ao menos duas limitações para a consolidação da participação social e dos mecanismos de transparência: a extensão territorial dos municípios e a dispersão entre as comunidades rurais, que provoca altos custos logísticos e de locomoção; e as condições ainda precárias de acesso a instrumentos de conectividade digital para os cidadãos e a administração pública.

Se não houver esforços sistemáticos de inserção de grupos sociais, especialmente os vulneráveis, nas instituições participativas, estes espaços podem reproduzir desigualdades sociais e não contribuir para diminuí-las. Do mesmo modo, a simples existência de normas e diretrizes para fortalecer os canais de transparência não é suficiente para consolidá-los, principalmente em municípios com baixa dinâmica econômica e pouca capacidade arrecadatória.

1 BANCO MUNDIAL (2017)  
2 LAVALLE (2020A)

3 LAVALLE (2020B)  
4 CUCCINIELLO; NASI (2014)  
5 BALDISSERA et al (2020)





## Banco de areia de problemas mapeados

Fragilidade das organizações comunitárias e associações de moradores

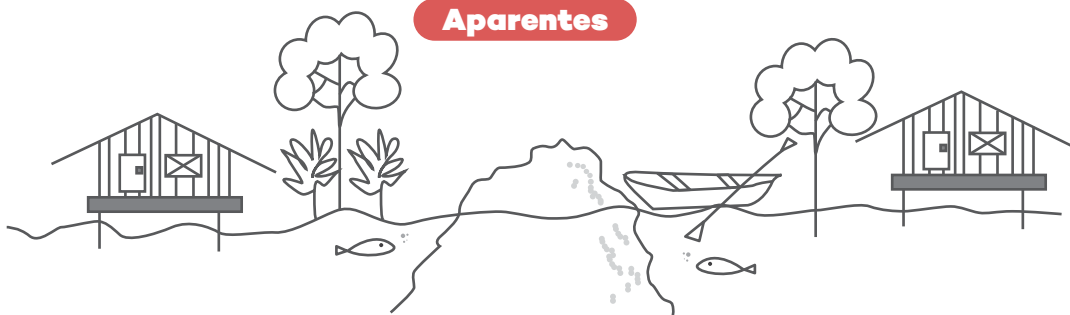
Conselhos municipais de políticas sociais não criados ou inoperantes

Ausência de portais de transparência e dados abertos dos governos municipais

Ausência/Inexistência dos Conselhos de Direitos Humanos

Documentos de planejamento e execução orçamentária não disponibilizados em formato aberto e editável

### Aparentes



### Estruturantes

Escassez de servidores públicos capacitados para gerir os portais de transparência e dados abertos

Lei de Acesso à Informação não regulamentada nos municípios

Ausência de coordenação federal e estadual para induzir a institucionalização dos espaços de participação social

Desigualdades socioeconômicas, de gênero e de raça no acesso a instituições participativas

Ausência de recursos financeiros para investir em ferramentas de transparência

Ausência de incentivos federais e estaduais para consolidação dos mecanismos de transparência nos governos municipais

Contribuir para a democratização do acesso a políticas públicas, por meio dos seguintes caminhos

**Transformação esperada**

Mecanismos de transparência consolidados

Canais de participação institucionalizados

Participação de grupos historicamente excluídos



## OE16 - Criar e fortalecer os conselhos gestores municipais

Os conselhos gestores são a instituição participativa com maior capilaridade nos municípios brasileiros e foram criados em diferentes áreas de políticas públicas, desde as clássicas, como saúde e educação, até a partir de agendas recentes, como defesa dos direitos LGBTI, comunidades tradicionais entre outros<sup>6</sup>.

Entretanto, os únicos conselhos disseminados em quase todas as cidades do país são os que possuem algum tipo de indução nacional, com destaque para o de saúde, de assistência social e dos direitos de crianças e adolescentes. Nos demais temas, há muita variação na existência desses espaços. Essa heterogeneidade ocorre

porque os conselhos dependem de duas condições básicas para serem efetivos: grupos e atores sociais que demandem sua criação e suporte de recursos econômicos para viabilizar a participação.

Nos territórios-alvo da ADT, os conselhos de políticas sociais (Saúde, Assistência Social, Educação, Criança e Adolescente) e de Meio Ambiente foram criados do ponto de vista normativo, mas não estão em pleno funcionamento.

Por outro lado, conselhos de direitos humanos, relacionados a agendas mais recentes, ainda não foram criados. Por essa razão, as ações aqui descritas são voltadas para a criação e institucionalização de conselhos municipais, além de buscar incentivar a participação de grupos mais vulneráveis.



6 LAVALLE (2020b)

## Ações propostas

Políticas Públicas	
16.1 Criar conselhos municipais de direitos humanos (mulheres, comunidades tradicionais, e de direitos LGBTI)	<p>16.1.1 Criar grupo de trabalho com servidores municipais e sociedade civil para definir regras, objetivos, estrutura e definir projetos de lei para criação dos conselhos</p> <p>16.1.2 Realizar mapeamento de movimentos sociais e organizações da sociedade civil (OSC) atuantes em cada tema no município</p> <p>16.1.3 Garantir participação paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil</p> <p>16.1.4 Garantir representação mínima de 50% de mulheres</p> <p>16.1.5 Mobilizar atores da sociedade civil e servidores públicos conhecedores dos temas</p> <p>16.1.6 Mobilizar e conscientizar os vereadores em relação aos temas dos novos conselhos, para que aprovelem projeto de lei de criação desses espaços</p> <p>16.1.7 Indicar, no projeto de lei, a quantidade de recursos necessários para garantir o funcionamento dos conselhos</p>
Sociedade Civil	
16.2 Apoiar a criação dos novos conselhos e incentivar a participação de grupos da sociedade civil	<p>16.2.1 Mapear lideranças comunitárias ou militantes nas agendas referentes aos conselhos criados</p> <p>16.2.2 Mobilizar lideranças comunitárias e jovens em cada distrito para participar das reuniões formadoras do conselho (sociedade civil)</p> <p>16.2.3 Capacitar e apoiar a participação de jovens e lideranças comunitárias nos novos conselhos gestores municipais</p>
Políticas Públicas	
16.3 Institucionalizar e garantir o funcionamento dos conselhos de políticas sociais, os de direitos humanos e o de meio ambiente	<p>16.3.1 Adquirir ou reformar espaços físicos já existentes para garantir o funcionamento dos conselhos municipais, com estrutura física para receber reuniões</p> <p>16.3.2 Realizar, ao menos, uma reunião mensal em cada conselho</p> <p>16.3.3 Atualizar os regimentos internos dos conselhos para mudar os critérios de seleção dos conselheiros de modo a priorizar grupos vulnerabilizados</p> <p>16.3.4 Elaborar e dar publicidade às atas de cada reunião ordinária e extraordinária dos conselhos</p>
Sociedade Civil	
	<p>16.3.5 Garantir a participação de representantes de todos os distritos municipais nos conselhos</p> <p>16.3.6 Apoiar a participação dos conselheiros da sociedade civil com auxílio de transporte e alimentação para as reuniões ordinárias e extraordinárias</p> <p>16.3.7 Realizar e participar de capacitações contínuas dos conselheiros do poder público e da sociedade civil</p> <p>16.3.8 Garantir a participação dos conselheiros da sociedade civil nas conferências municipais, quando forem realizadas</p> <p>16.3.9 Solicitar apoio do Ministério Público para realizar o acompanhamento do funcionamento dos conselhos</p> <p>16.3.10 Realizar reuniões conjuntas entre os diversos conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos, para aumentar a mobilização dos conselheiros</p>



## Ações localizadas

- Regularizar e retomar o Conselho Municipal de Mulheres em Humaitá e atualizar o regimento interno para garantir seu funcionamento
- Criar o Conselho Municipal de Mulheres em Careiro e Manicoré
- Criar os Conselhos Municipais de Comunidades Tradicionais e Defesa de Direitos para pessoas LGBTI + em Careiro, Humaitá e Manicoré
- Criar o Conselho Municipal do Idoso em Manicoré e colocar em funcionamento o Conselho Municipal do Idoso em Careiro e Humaitá
- Criar o Conselho Municipal dos direitos da Pessoa com Deficiência em Manicoré e colocar em funcionamento o Conselho Municipal dos direitos da Pessoa com Deficiência em Careiro e Humaitá

## OE17 - Realizar conferências municipais de políticas públicas periodicamente

As conferências são processos participativos que reúnem, com certa periodicidade, representantes do estado e da sociedade civil para avaliar o período anterior de uma determinada área de política pública e formular propostas e diretrizes para o período seguinte<sup>7</sup>.

Em geral, as conferências contam com maior participação de membros dos serviços públicos e baixo envolvimento de membros da sociedade civil, com exceção daqueles já mobilizados em determinados temas. Do mesmo modo, a participação de jovens é usualmente menor do que a de pessoas acima dos 30 anos.

No que diz respeito às mulheres, elas participam em maior proporção das conferências municipais e menor nas estaduais e federais, quando precisam ser eleitas como delegadas representantes de suas cidades ou estados. É mais frequente, ainda, que as mulheres participantes sejam do poder público (professoras, profissionais de saúde, assistentes sociais) e não da sociedade civil<sup>8</sup>.

Com base nesse quadro, as ações apresentadas a seguir são voltadas a incrementar a participação de membros da sociedade civil nas conferências de políticas públicas, especialmente grupos tradicionalmente excluídos.



<sup>7</sup> FARIA et al (2012)

<sup>8</sup> ROMÃO; MARTELLI (2020)

## Ações propostas

Políticas Públicas	
17.1 Aprimorar procedimentos para realizar conferências municipais quadrienalmente ou quando convocadas pelas conferências estaduais e nacionais (saúde, assistência social, educação, crianças e adolescentes)	<p>17.1.1 Articular junto aos conselhos municipais a realização de conferências no primeiro ano de cada gestão municipal, para elaborar diretrizes temáticas no período</p> <p>17.1.2 Garantir a existência de um espaço adequado para realização das conferências, que comporte o público estimado e seja acessível para pessoas com deficiência</p> <p>17.1.3 Constituir comissões organizadoras das conferências com paridade de gênero e de representantes do poder público e da sociedade civil</p> <p>17.1.4 Realizar a conferência de cada política pública em único dia, para facilitar a participação da sociedade civil</p> <p>17.1.5 Definir, previamente, profissionais para realizar a recepção, credenciamento e mediação das conferências</p> <p>17.1.6 Garantir a participação de secretários do poder público responsáveis pelo tema da conferência, para que acompanhem as propostas realizadas pela sociedade civil</p> <p>17.1.7 Definir uma metodologia municipal para a realização das conferências</p> <p>17.1.8 Publicar relatório final das conferências, com as propostas aprovadas a nível municipal</p>
17.2. Democratizar o acesso às conferências por grupos tradicionalmente excluídos	<p>17.2.1 Realizar ampla divulgação das datas, horários e local das conferências municipais em escolas e unidades de saúde, inclusive nos distritos distantes das sedes municipais</p> <p>17.2.2 Realizar reuniões preparatórias das conferências em distritos e comunidades rurais, para definir demandas e representantes das comunidades</p> <p>17.2.3 Garantir meios de transporte e alimentação para participação de comunitários de todos os distritos dos municípios</p> <p>17.2.4 Assegurar a participação de representantes de comunidades tradicionais nas conferências</p> <p>17.2.5 Utilizar mecanismos lúdicos e visuais para facilitar a compreensão de participantes não alfabetizados</p>
Sociedade Civil	
	<p>17.2.6 Mobilizar lideranças comunitárias e jovens para participarem das reuniões preparatórias e das conferências municipais</p> <p>17.2.7 Capacitar lideranças comunitárias e jovens sobre a forma de funcionamento e conteúdo discutidos nas conferências municipais</p>
Políticas Públicas	
17.3 Eleger representantes municipais para as conferências estaduais	<p>17.3.1 Estabelecer critérios para eleição de delegados representantes dos municípios com base em renda, gênero e idade</p> <p>17.3.2 Garantir a seleção de 50% de representantes da sociedade civil entre os delegados eleitos para as conferências estaduais</p> <p>17.3.3 Apoiar e incentivar a participação de jovens nas conferências municipais e elegê-los para serem delegados representantes nas conferências estaduais</p> <p>17.3.4 Apoiar os delegados municipais com custos de transporte e alimentação para as conferências estaduais</p>



## CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANICORÉ<sup>9</sup>

Ao longo de 2021, o município de Manicoré vem realizando conferências municipais em diversas áreas de políticas públicas, algumas convocadas pelos conselhos nacionais, outras por iniciativa do governo local.

Merece destaque a Conferência Municipal de Saúde por dois fatores principais. Primeiro, a preparação da conferência está baseada na realização de 25 encontros preparatórios em diversas Comunidades Polo do município para coletar demandas dos comunitários e eleger delegados representantes que apresentem as reivindicações das comunidades no encontro municipal. Os representantes eleitos serão, idealmente, um Agente Comunitário de Saúde

(ACS) e uma liderança da comunidade. De modo complementar, o governo municipal aproveitou a concomitância entre a realização dessas audiências e a necessidade de elaborar o Plano Plurianual (PPA) da cidade no quadriênio 2022-2025, para utilizar as informações coletadas como subsídio na elaboração do PPA e do Plano Municipal de Saúde. Como resultado, a Conferência tem a chance de ser mais democrática, pois permitirá o envolvimento de pessoas de comunidades isoladas, que não teriam condições de participar caso fosse realizado apenas um encontro municipal. Ainda, o período em que ela está sendo realizada permitirá que as demandas levantadas nos eventos sejam inseridas nos principais documentos de planejamento da gestão municipal.

9 INFORMAÇÕES COLETADAS EM ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS REALIZADAS JUNTO A REPRESENTANTES COMUNITÁRIOS DE MANICORÉ

### OE18 - Aprimorar os mecanismos de transparência da gestão municipal

A ideia de transparência envolve duas dimensões principais: o direito de acesso à informação que está sob o controle do Estado e que pode ser solicitado pelos cidadãos, e a obrigação dos governos de publicar informações sobre as atividades realizadas com uso os recursos públicos.

Quando o poder público disponibiliza uma informação a partir da solicitação de um indivíduo, a prática é chamada de transparência passiva, pois ela só ocorre a partir da provocação de um agente externo. No Brasil, os mecanismos de transparência passiva são regulamentados pela Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527 de 2011. Por outro lado, a divulgação de informações independentemente

da reivindicação de outrem é chamada de transparência ativa.

Embora sejam obrigatórios, os mecanismos de transparência no Amazonas ainda não estão plenamente consolidados, especialmente nos governos municipais. De acordo com o Ranking Nacional de Transparência, criado pelo Ministério Público Federal, os municípios amazonenses possuem média de 3,93 no Índice de Transparência, que vai até 10, e ocupam a 20ª posição na comparação com os demais estados do país. Em 2016, as notas de Careiro e Manicoré eram 1,94 e Humaitá tinha resultado muito melhor, com nota 8. Além disso, apenas esta última cidade possui um instrumento jurídico que normatiza a LAI.

As ações apresentadas a seguir voltam-se para aprimorar os mecanismos de transparência do poder público nos municípios-alvo da ADT.



## Ações propostas

Políticas Públicas	
18.1 Estruturar o Portal de Transparência e Dados Abertos Municipais	<p>18.1.1 Criar mecanismos para territorializar as despesas municipais por distrito</p> <p>18.1.2 Divulgar regularmente, de modo impresso e eletrônico (em formato editável), as peças orçamentárias do município (PPA, LDO, LOA)</p> <p>18.1.3 Divulgar regularmente, e em formato editável, o demonstrativo anual da execução de receitas e despesas</p> <p>18.1.4 Divulgar regularmente os planos municipais de Educação, Saúde e Assistência Social</p> <p>18.1.5 Divulgar amplamente, inclusive na sede da prefeitura municipal, todos os documentos disponibilizados no portal virtual da prefeitura</p> <p>18.1.6 Divulgar, mensalmente, uma lista atualizada de todas as licitações e contratos em andamento realizados pela prefeitura municipal</p> <p>18.1.7 Contratar ou designar um servidor público municipal para ser o responsável pelo esforço de transparência do município</p> <p>18.1.8 Realizar audiências anuais de prestações de contas das ações municipais em cada distrito dos municípios</p> <p>18.1.9 Realizar parceria com o programa Time Brasil da Controladoria Geral da União para receber apoio institucional no processo de consolidação dos mecanismos de transparência</p>
18.2 Criar uma Lei Municipal de Acesso à Informação	<p>18.2.1 Mobilizar servidores municipais e vereadores para apoiar a criação da LAI municipal</p> <p>18.2.2 Definir órgão central responsável pela implantação e pelo monitoramento da LAI</p> <p>18.2.3 Definir meio físico, por internet e por whatsapp, para recebimento de solicitações de acesso à informação pública</p> <p>18.2.4 Divulgar amplamente todas as solicitações realizadas pela LAI e as respostas emitidas pela prefeitura municipal</p>
18.3 Estruturar o portal da prefeitura na internet	<p>18.3.1 Apresentar a estrutura organizacional e as competências dos órgãos municipais</p> <p>18.3.2 Apresentar o nome e a trajetória profissional dos chefes de pastas e do prefeito do município</p> <p>18.3.3 Apresentar endereços e telefones dos equipamentos públicos, com horário de atendimento dessas unidades</p> <p>18.3.4 Descrever as políticas e os programas realizados por cada órgão da gestão municipal</p>



## **TIME BRASIL: TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE EM MUNICÍPIOS E ESTADOS – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU)<sup>10</sup>**

O programa “Time Brasil: Transparência e Integridade em Municípios e Estados”, criado em 2019 pela Controladoria-Geral da União (CGU), tem como objetivo auxiliar estados e municípios a aprimorar a gestão pública, por meio do fortalecimento dos mecanismos de transparência, integridade e participação social. A iniciativa é uma cooperação voluntária entre a CGU e os entes federados que

10 BRASIL (2021)

decidirem aderir ao programa. estados e municípios terão como benefício o apoio de técnicos da CGU na elaboração de um Plano de Ação para implementação do programa, acesso a sistemas e guias para execução das atividades relacionadas à transparência, além de permissão para participar de capacitações presenciais e à distância. Em contrapartida, quem participar deverá dar publicidade a todas as ações realizadas na gestão municipal, submeter-se a processos de monitoramento e avaliação do programa, multiplicar as boas práticas e divulgar os direitos dos cidadãos.

## **OE19- Fortalecer as capacidades institucionais de associações comunitárias e de moradores**

É comum em grande parte das comunidades rurais e remotas da Amazônia a existência de associações de moradores, criadas para apoiar a gestão do território e a rotina de vida das pessoas. Ao longo do tempo, essas organizações adquirem papel relevante na vida política do local, pois passam a mediar a interação entre os comunitários e o poder público, a relação dos comunitários com outras OSCs e até apoiar na administração de serviços essenciais, como fornecimento de energia elétrica ou abastecimento de água.

Consequentemente, é comum que essas entidades passem a ter vida administrativa própria, formular e implementar projetos, arrecadar e executar recursos, dentre outras atividades. No entanto, elas enfrentam diversas dificuldades para realizar essas operações, dentre elas a falta de técnicas administrativas, a ausência de infraestrutura necessária (imóvel, computadores e outros materiais de escritório) e, por vezes, irregularidades de registro dessas organizações.

Por essa razão, as ações propostas visam fortalecer as capacidades institucionais dessas organizações para que elas tenham condições de apoiar melhor a gestão dos recursos existentes nos territórios.



## Ações propostas

Políticas Públicas	
19.1 Fortalecer as capacidades institucionais de associações comunitárias e/ou de moradores	19.1.1 Designar um servidor público municipal ou um setor da administração pública para apoiar a criação e regularização de organizações/associações locais
Sociedade Civil	
	19.1.2 Realizar formações/capacitações de presidentes e outros membros de organizações comunitárias em elaboração e gestão de projetos e execução de recursos
	19.1.3 Promover interlocuções entre as associações comunitárias e os conselhos escolares e de unidades básicas de saúde
	19.1.4 Incentivar o envolvimento de mulheres e jovens na gestão dessas associações
	19.1.5 Incentivar a criação de conselhos fiscais das associações/organizações locais para tornar mais eficiente a utilização dos recursos captados
	19.1.6 Incentivar a atualização de estatuto e modelo de gestão das associações/organizações locais
	19.1.7 Apoiar construções ou reformas dos centros comunitários
	19.1.8 Apoiar a aquisição de itens básicos de infraestrutura para funcionamento das associações
	19.1.9 Realizar formações/capacitações para presidentes e representantes das organizações comunitárias
	19.1.10 Assessorar as organizações locais na elaboração de projetos para concorrer a editais

### PROGRAMA DE PEQUENOS APOIOS – INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB)<sup>11</sup>

O Programa de Pequenos Apoios (PPA) do IEB foi um componente do projeto “Fortalecimento Institucional das Unidades de Conservação situadas na Área de Influência da BR-319”, com o objetivo de apoiar a implantação das Unidades de Conservação no entorno da região de influência da rodovia BR-319. O PPA, por sua vez, foi criado para ser um fundo de financiamento de projetos comunitários, voltado ao desenvolvimento institucional de associa-

ções de moradores criadas nas comunidades do interior e no entorno das UCs próximas à BR-319. O programa visava promover ações educativas de capacitação de presidentes e lideranças dessas organizações, além de permitir que eles decidissem sobre o modo de execução dos recursos destinados para as associações. Dentre as principais lições aprendidas, destaca-se a fragilidade ou inexistência de uma rotina administrativa dessas entidades, necessidade de aprimorar os processos participativos internos à associação e dificuldades dos membros da organização para elaborar e escrever projetos a fim de captar recursos do próprio PPA e de outros programas.

<sup>11</sup> IEB (2013)



# 5

## **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**

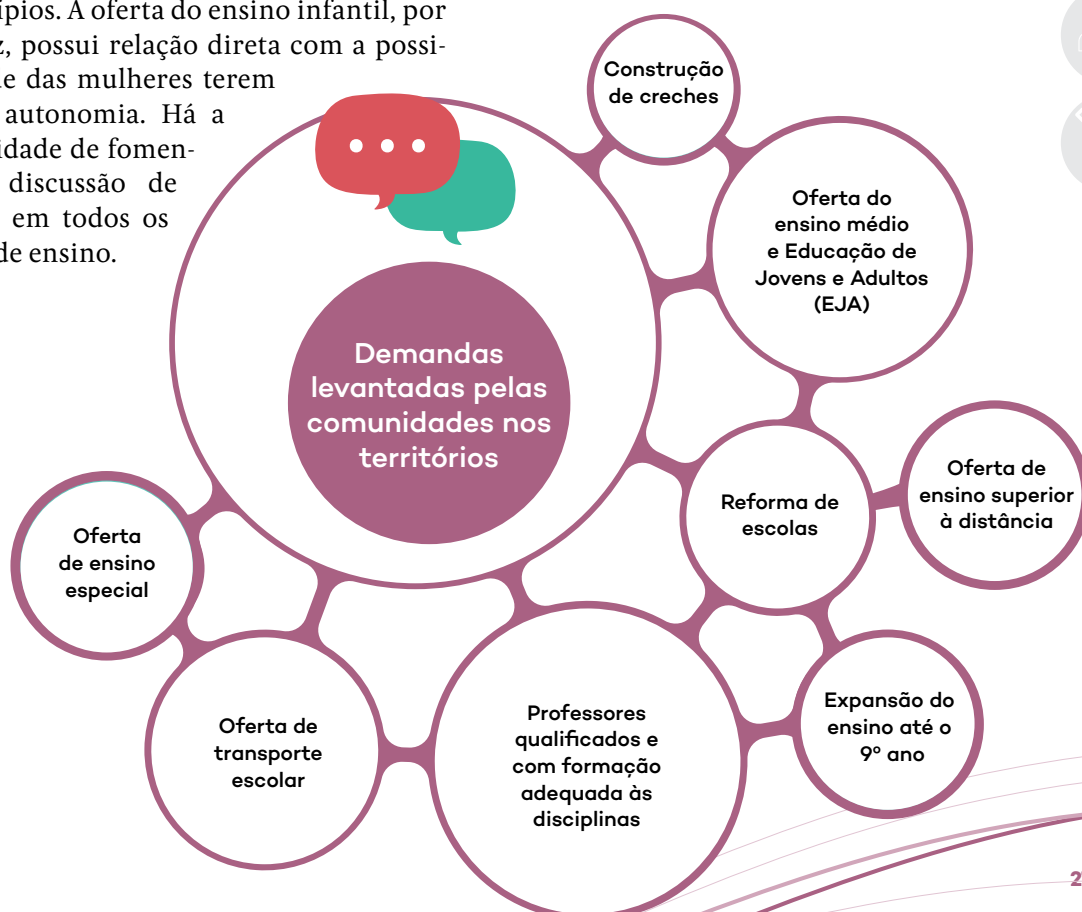
# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

O acesso à educação é um direito social garantido a todos, mas que ainda enfrenta obstáculos para ser universalizado nos diversos níveis de ensino no Brasil e no contexto amazônico. Esta estratégia busca apontar os principais desafios que se colocam para a oferta da educação nos territórios e os caminhos que podem contribuir para uma educação que dialogue com os modos de vida locais, e que avance no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para uma oferta mais descentralizada nas áreas rurais.

A importância do acesso à educação tem sentido amplo nos territórios, pois passa pela educação formal, mas também por uma formação que potencialize a cultura e as vocações produtivas de cada localidade. As comunidades rurais são afetadas pelo êxodo de jovens que vão continuar o processo de escolarização em outros lugares, uma vez que a oferta do ensino médio e superior estão concentradas nas áreas urbanas dos municípios. A oferta do ensino infantil, por sua vez, possui relação direta com a possibilidade das mulheres terem maior autonomia. Há a necessidade de fomentar a discussão de gênero em todos os níveis de ensino.

A política de educação no interior do Amazonas é atravessada por desafios relacionados ao baixo acesso a infraestruturas de conectividade digital, energia, saneamento e locomoção. Se, por um lado, o ensino mediado por TICs é a principal alternativa para aumentar a capilarização dos serviços de educação, por outro, os territórios precisam dispor de acesso à internet e à energia elétrica com qualidade e estabilidade, além de projetos de inclusão digital.

Essa estratégia aponta a cooperação entre o Governo Estadual do Amazonas e os governos municipais como um dos principais caminhos para o avanço da cobertura e qualidade da oferta da política de educação nos territórios. Ademais, para uma educação contextualizada às realidades locais urbanas, ribeirinhas, indígenas, comunidades tradicionais e assentamentos, o fortalecimento comunitário, o avanço da capacidade de gestão das Secretarias Municipais de Educação (Semed) e a integração entre espaços de aprendizagem e comunidade são fundamentais.



## Banco de areia de problemas mapeados

Concentração da oferta do ensino médio, ensino de jovens e adultos, ensino profissionalizante, ensino superior nas áreas urbanas dos territórios

Baixas condições de contratações de trabalho dos professores

Baixa oferta do ensino infantil nos territórios

Baixa adaptação da oferta dos cursos de ensino superior às demandas e às vocações locais

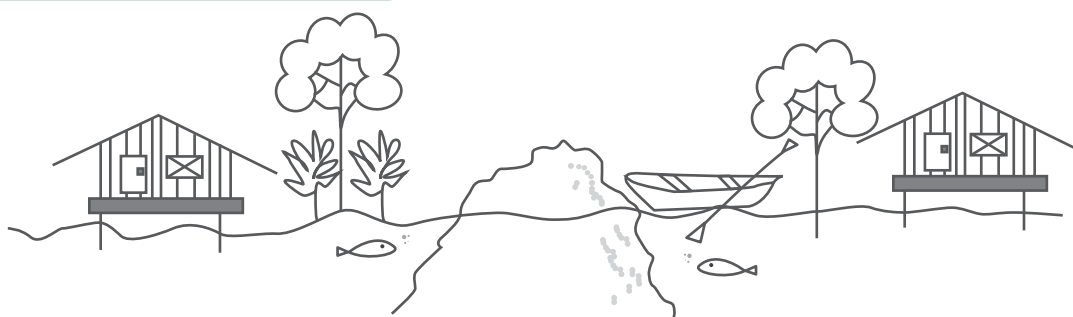
Sobreposição de responsabilidades municipais sobre uma mesma comunidade rural, no território Igapó-Açu

Baixa qualificação dos professores e formação não adequada à disciplina ministrada

Desafio da oferta e condição do transporte escolar

Baixa infraestrutura de comunicação, energia e locomoção no interior do Amazonas

### Aparentes



Baixa adaptação das políticas ao contexto do campo

### Estruturantes

Baixa coordenação entre estado e municípios

Fortalecimento da capacidade de gestão das Semeds

Implementação de instrumentos de coordenação federativa entre governo estadual e municípios

Transformação esperada

Crianças e jovens com acesso à educação formal e engajados na potencialização de suas culturas

Fortalecimento do acesso e qualidade na oferta da política de educação nos municípios, sobretudo nas áreas rurais

## OE20-Fortalecer a coordenação estadual na política de educação

A coordenação do Governo Estadual do Amazonas em conjunto com os governos municipais tem papel central na redução das desigualdades entre as capacidades institucionais e os resultados educacionais alcançados pelos municípios. As Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), braço do governo estadual presente em todos os territórios municipais, são espaços importantes para o fortalecimento dessa coordenação.

Apesar da necessária autonomia das redes públicas municipais de ensino, a atuação do governo estadual tem potencial para auxiliar na definição de padrões mínimos institucionais entre os municípios<sup>1</sup>. Um exemplo desse

potencial é o uso comum da infraestrutura das escolas municipais da área rural pela educação estadual, para a oferta de ensino mediado por tecnologia, sinalizando a existência de uma parceria. Entretanto, existe a necessidade de se avançar em contrapartidas estaduais.

Dois ações são estruturantes nesse sentido: a formulação de uma Política Estadual de Educação no Campo e a implementação da Política Estadual de Educação Ambiental, já formulada pelo governo estadual. As duas políticas demandam articulações intersetoriais entre secretarias estaduais e governos municipais. Além disso, o objetivo inclui caminhos para o avanço da formação dos professores da rede pública de ensino e a expansão da oferta do ensino médio, EJA, ensino profissionalizante e ensino superior nos territórios.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
20.1 Formular uma Política Estadual de Educação no Campo	<p>20.1.1 Fortalecer o Comitê Estadual de Educação no Campo como espaço de discussão intersetorial entre Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc), Secretaria de Estado Do Meio Ambiente (Sema), Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror), Organizações da Sociedade Civil (OSC) e movimentos sociais</p> <p>20.1.2 Implementar a proposta pedagógica para educação no campo (em curso)</p> <p>20.1.3 Construir uma proposta curricular para educação no campo</p> <p>20.1.4 Fortalecer o setor de Educação do Campo nas Semeds</p> <p>20.1.5 Multiplicar cursos de Licenciatura em Pedagogia do Campo, através de parcerias entre OSCs e universidades, como a Licenciatura executada por Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e Universidade Estadual do Amazonas (UEA)</p> <p>20.1.6 Criar Projetos Pilotos de Escolas do Campo</p> <p>20.1.7 Incentivar a participação de produtores jovens e mulheres no Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme) e Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (Promove)</p>
20.2 Implantar a Política Estadual de Educação Ambiental (em curso)	<p>20.2.1 Promover a transposição pedagógica do conteúdo ambiental local na grade da educação nas escolas</p> <p>20.2.2 Implantar Projeto Político Pedagógico que inclua educação ambiental</p> <p>20.2.3 Articular a Coordenação de Educação no Campo e Coordenadoria de Educação Ambiental, ambas da Seduc</p> <p>20.2.4 Fortalecer a articulação com os órgãos ambientais estaduais, como Sema e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam)</p> <p>20.2.5 Dialogar com gestores/conselhos de Unidade de Conservação (UC) para definir o apoio da Sema na área de educação</p> <p>20.2.6 Envolver as Semeds e Secretarias Municipais de Meio Ambiente</p> <p>20.2.7 Realizar a discussão da Política nas Conferências municipais e estaduais de educação e meio ambiente</p> <p>20.2.8 Realizar consulta pública ampliada, sobre a Política, envolvendo sociedade civil organizada e não organizada</p>

1 SILVA (2020)



## Ações propostas

Políticas Públicas	
20.3 Fortalecer a atuação das Coordenadorias Regionais de Educação	20.3.1 Fomentar a articulação das Coordenadorias com a rede estadual e, também, com a rede municipal de ensino
20.4 Fortalecer a atuação do Centro de Formação Profissional Pe. José Anchieta (Cepan) na formação dos professores da rede estadual e municipal de ensino	20.4.1 Fortalecer articulação entre Cepan, UEA e Semeds para oferta de primeira e segunda graduação de docentes da rede pública estadual e municipal 20.4.2 Mapear as temáticas de formação demandadas nos municípios 20.4.3 Utilizar as salas de aulas tecnológicas da Seduc para disponibilizar cursos de graduação e formação continuada de docentes, em parceria com a UEA 20.4.4 Ofertar cursos de curta duração em Educação à Distância (EAD) 20.4.5 Ofertar cursos voltados para educação especial
20.5 Ampliar oferta do ensino médio e EJA nas áreas rurais dos territórios	20.5.1 Expandir o número de escolas nas áreas rurais que ofertam ensino médio e EJA por meio de salas de ensino mediado por tecnologia 20.5.2 Promover formalização das parcerias com municípios para aproveitar infraestrutura das escolas municipais, mediante contrapartida do Estado 20.5.3 Ampliar a rede de internet nas escolas através de Antena bidirecional (VSAT), a partir do mapeamento das demandas dos territórios
20.6 Capilarizar a oferta de cursos profissionalizantes, pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), para as áreas rurais dos municípios	20.6.1 Estabelecer parceria entre Cetam, Secretarias Municipais e associações comunitárias, definindo contrapartidas 20.6.2 Diagnosticar as demandas de formação nas comunidades rurais com as associações 20.6.3 Aproveitar a infraestrutura das escolas municipais nas comunidades 20.6.4 Capacitar professores da rede pública estadual e municipal para uso de tecnologias 20.6.5 Ofertar cursos profissionalizantes direcionados às demandas de jovens e mulheres nas comunidades rurais
20.7 Fortalecer a oferta do ensino superior nos territórios	20.7.1 Consultar alunos das escolas de ensino médio, Prefeituras e setor privado sobre as demandas de cursos de ensino superior 20.7.2 Parceria com as Prefeituras na execução de projetos de extensão nas áreas rurais dos territórios 20.7.3 Ofertar ensino superior em salas de aulas tecnológicas já instaladas para educação básica 20.7.4 Discutir estratégias para absorção dos egressos pelo mercado local
20.8 Implementar o Projeto Busca Ativa na rede estadual de ensino	20.8.1 Estabelecer parceria com a Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para implementação do programa 20.8.2 Articular equipamentos das Secretarias Municipais de Assistência Social, Conselhos Municipais de Criança e Adolescentes e Secretarias de Saúde, para busca integrada
20.9 Expandir o Programa Estadual de Correção de Fluxo Escolar da rede estadual – Projeto Avançar	20.9.1 Mapear a demanda dos estudantes com distorção de idade e ano escolar na rede estadual 20.9.2 Implantar as turmas do Programa de Correção de Fluxo Escolar no ensino fundamental 20.9.3 Lotar professores nessas turmas



## Ações propostas

### Políticas Públicas

20.10 Discutir relações de gênero nas escolas da rede estadual de ensino

## Ações localizadas

- Expandir a oferta de curso de Licenciatura em Pedagogia no Campo, como o curso ofertado através da parceria FAS e UEA.
- Envolver as OSCs e movimentos sociais dos territórios da BR-319, na discussão da política estadual de educação no campo: Casa do Rio e associações comunitárias, no Careiro; associação de comunitários, em Igapó-Açu; Central das Associações Agroextrativistas de Democracia CAAD, Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (CAARIM), Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande (AMALCG) e associações comunitárias, em Manicoré.
- Dialogar com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu, RDS Amapá, Reserva Extrativista (Resex) Lago do Capanã Grande e futura RDS Rio Madeira, para consulta e implementação da Política Estadual de Educação Ambiental.
- Implantar uma sala de aula de ensino mediado por tecnologia, em Igapó-Açu, para oferta de ensino médio.
- Fortalecer a estratégia, já em planejamento, de descentralização do Cetam para área rural do Careiro.
- Transformar o núcleo da UEA, em Manicoré, em um Centro, que também possa atender demandas dos municípios próximos: Novo Aripuanã, Borba, Nova Olinda, Apuí.
- Implantar em Democracia, Distrito de Manicoré, o Projeto Piloto da parceria entre Seduc e UEA no uso da sala de aula tecnológica para oferta de ensino superior à distância.

### LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NO CAMPO, PARCERIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAZONAS (UEA) COM A FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS)<sup>2</sup>

A FAS e a UEA coordenam a execução de uma Licenciatura em Pedagogia no Campo na comunidade do Bauana, município de Carauari, que pode inspirar a como pensar a oferta do ensino superior adaptada aos territórios. As aulas acontecem no Núcleo de Conservação e Sustentabilidade (NCS) da FAS, na Unidade de Conservação onde a comunidade está localizada. A formação da primeira turma iniciada em 2020, conta com

50 pessoas e é composta por alunos de diversas comunidades da região do Médio Rio Juruá. A UEA coordena a parte pedagógica e a Prefeitura Municipal de Carauari apoia com transporte e alimentação. O currículo do curso foi pautado a partir das especificidades da Amazônia ribeirinha, das demandas e identidade dos alunos, que não precisaram se deslocar para Manaus para acessar o ensino superior. A maior parte do curso é ofertado em módulos presenciais, mas 20% da carga horária é ofertada mediada por tecnologia, a partir de um convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

2 FAS (2020)



## OE21 - Ampliar o acesso e a qualidade do ensino fundamental e infantil nos municípios

O ensino fundamental é a etapa de ensino da educação básica que possui maior cobertura nos territórios. Ainda assim, há necessidade de qualificação da oferta nas redes públicas municipais, que passa pelo fortalecimento da capacidade de gestão das prefeituras municipais e diretores escolares, implantação e melhorias nas infraestruturas das escolas e adaptação do processo de ensino e aprendizagem ao contexto do campo.

A oferta do ensino infantil é mais restrita nos territórios. No geral, ela possui maior cobertura nas áreas urbanas dos municípios e ainda não consegue atender toda a demanda. Com a aprovação do Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2020<sup>2</sup>, os municípios passaram a receber maiores valores para investimento no ensino infantil e, com isso, aumenta-se as possibilidades de expansão da oferta para áreas rurais dos territórios.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
21.1 Aumentar a oferta de vagas para o ensino infantil nos territórios	<p>21.1.1 Definir o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI)</p> <p>21.1.2 Planejar a execução do aumento de recursos do Novo Fundeb</p> <p>21.1.3 Mapear demandas por creches nas áreas urbanas e rurais dos territórios</p> <p>21.1.4 Fortalecer parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para projeção de natalidade e determinar a demanda por creches nos próximos anos</p> <p>21.1.5 Reativar creches desativadas nos territórios</p> <p>21.1.6 Avaliar a inclusão de turmas de educação infantil em escolas que ofertam os primeiros anos do ensino fundamental</p> <p>21.1.7 Realizar as reformas necessárias para adaptação das escolas à oferta de turmas da educação infantil</p> <p>21.1.8 Priorizar a oferta de vagas para crianças cuja família está cadastrada no Cadastro Único</p>
21.2 Fomentar a adaptação da oferta do ensino fundamental à realidade local	<p>21.2.1 Fortalecer setor de educação no campo nas Semeds</p> <p>21.2.2 Fomentar a inclusão de conteúdos da cultura/modos de vida local nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas</p> <p>21.2.3 Fomentar a escolha de livros didáticos que dialoguem com a realidade local</p> <p>21.2.4 Adaptar calendário escolar de acordo com as demandas ambientais, culturais e produtivas locais, como épocas de cheias dos rios</p>
21.3 Expandir o número e melhorar infraestrutura de escolas de ensino fundamental nas áreas rurais dos municípios e melhorar as bibliotecas	<p>21.3.1 Definir a construção de escolas dentro das ações do Plano de Ação Articuladas (PAR), instrumento que possibilita o acesso a recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)</p> <p>21.3.2 Realizar o diagnóstico e planejamento participativo, para elaboração do PAR, envolvendo diretores de escolas urbanas e rurais e Conselhos Escolares</p> <p>21.3.3 Acompanhar a execução do PAR</p> <p>21.3.4 Avaliar a aquisição de balsa escola para atendimentos de comunidades ribeirinhas</p> <p>21.3.5 Estabelecer parceria com as Semeds e/ou OSCs para implantação de bibliotecas, brinquedotecas, pontos de inclusão digital e/ou painéis solares nas escolas</p>
21.4 Garantir segurança alimentar dos alunos e geração de renda a partir das compras públicas	<p>21.4.1 Articular as Semeds e Secretarias Municipais de Produção para planejamento da execução dos programas de compras públicas para alimentação escolar: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)</p>

## Ações propostas

<p>Políticas Públicas</p> <p>21.5 Elaborar o Programa Municipal de Correção do Fluxo Escolar</p> <p>21.6 Implantar ou fortalecer o Programa Busca Ativa nos territórios, para combater a situação de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão</p> <p>21.7 Discutir desigualdade de gênero nas escolas</p> <p>21.8 Aderir ao Programa Federal Educação Conectada</p>	<p>21.4.2 Incluir o consumo de produtos locais nos cardápios escolares</p> <p>21.4.3 Sensibilizar merendeiras para uso de produtos locais na alimentação escolar</p> <p>21.4.4 Fomentar escolas autossuficientes na produção da merenda escolar, a partir da produção alimentícia de produtores do entorno da escola e garantia de compra pelos programas de compras públicas de merenda escolar</p> <p>21.4.5 Discutir a compra pública de outros produtos locais, de uso essencial para os órgãos públicos municipais</p> <p>21.4.6 Incluir cooperativas e associações comunitárias no debate</p> <p>21.5.1 Avaliar, junto às Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde, processos de exclusão social que podem ser causa de ingresso tardio, repetência e abandono da escola</p> <p>21.5.2 Reavaliar a organização pedagógico-curricular da escola e a formação dos professores que atuam no ensino fundamental, direcionando estratégias para correção do fluxo escolar</p> <p>21.5.3 Estabelecer parceria entre Semeds e Coordenadorias Regionais de Educação para troca de experiência sobre o Projeto Estadual Avançar</p> <p>21.6.1 Estabelecer termos de adesão das Semeds junto ao Programa</p> <p>21.6.2 Articular as Semeds e as Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Conselho de Criança e Adolescente para realização de visitas e, posteriormente, necessárias intervenções</p> <p>21.8.1 Implantar pontos de internet em escolas</p> <p>21.8.2 Priorizar escolas das áreas rurais</p> <p>21.8.3 Envolver associações comunitárias na implantação dos pontos de internet</p>
<p>Sociedade Civil</p> <p>21.9 Implantar estratégias de monitoramento da aprendizagem para escolas das redes municipais de ensino</p> <p>21.10 Melhorar as condições de trabalho e contratação do professor das áreas rurais dos municípios</p>	<p>21.10.1 Ofertar estrutura física adequada para ensino e aprendizagem</p> <p>21.10.2 Ofertar equipamentos necessários para o ensino aprendizagem, como quadro, pincel, impressora, materiais de papelaria, entre outros</p> <p>21.10.3 Ofertar moradia adequada na comunidade para o professor não residente na comunidade</p> <p>21.10.4 Custear logística de deslocamento (auxílio localidade), para os professores não residentes na comunidade</p> <p>21.10.5 Garantir equipe mínima para execução das atividades escolares, como: gestor, coordenador, professores, merendeira e auxiliar de serviços gerais, para</p>



## Ações propostas

Políticas Públicas	<p>não sobrecarregar a atuação do professor</p> <p>21.10.6 Priorizar que o professor seja da comunidade nas seleções por tempo determinado ou concurso público</p> <p>21.10.7 Realizar concursos direcionados para cada área rural, a fim de fomentar a contratação de professores das comunidades</p> <p>21.10.8 Em caso de contratação por tempo determinado, definir período de contratação por, no mínimo, dois anos, para aumentar a estabilidade da carreira do professor</p> <p>21.10.9 Definir Plano de Carreira para os professores das redes municipais</p>
21.11 Construir uma rede de professores da BR-319	<p>21.11.1 Discutir práticas pedagógicas e componentes curriculares para o contexto da região da BR-319</p> <p>21.11.2 Realizar fóruns regionais para troca de experiências entre os professores</p> <p>21.11.3 Mobilizar a participação de professores das áreas urbanas e rurais</p>
Sociedade Civil	
21.12 Apoiar a formação em gestão para profissionais de educação, através da parceria entre OSCs e Secretarias Municipais de Educação	<p>21.12.1 Ofertar cursos sobre gestão e planejamento escolar para funcionários das Secretarias Municipais de Educação e diretores e coordenadores de escolas rurais e urbanas</p> <p>21.12.2 Apoiar na elaboração do Plano de Ação Articulada municipal</p>
21.13 Apoiar implantação de projetos pilotos de educação no campo	

## Ações localizadas

- Reativar para período integral as três creches já construídas em Humaitá (Discussão em curso na Semed de Humaitá).
- Expandir a escola de ensino fundamental do Distrito de Realidade (Discussão em curso na Semed de Humaitá).
- Implantar sala de aula na comunidade Jacaretinga, pela Prefeitura de Municipal de Manicoré (em execução).
- Implantar sala de aula na comunidade Rio Novo, pela Prefeitura de Municipal de Manicoré em diálogo com a RDS Rio Amapá.
- Fortalecer a iniciativa da Balsa Escola em Humaitá.
- Fortalecer o diálogo entre Semed, Secretaria Municipal de Produção e Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Careiro (Coopac), no Careiro.
- Fortalecer o diálogo entre Semed, Secretaria Municipal de Produção e CAAD, em Manicoré.
- Fortalecer a estratégia de execução intersetorial do Projeto Busca ativa em Humaitá.
- Discutir a evasão escolar de jovens, decorrentes do trabalho no garimpo, em Manicoré.
- Ofertar cursos de uso de tecnologias na aprendizagem para jovens no início do ensino médio, no Careiro, através da par-

ceria com Cetam e Semed, para combater a evasão escolar.

- Discutir a implantação do Programa Educação Conectada na escola do Distrito de Realidade (Discussão em curso na Semed de Humaitá).
- Articular parceria entre Prefeitura de Manicoré e Casa do Rio para implantação de projeto piloto de educação no campo em Igapó-Açu.
- Fortalecer a atuação da Casa do Rio com

educação no Careiro e Igapó-Açu.

- Fortalecer a atuação do Centro Juvenil Salesiano na oferta de cursos profissionalizantes em Manicoré.
- Realizar concurso direcionado para escola municipal da comunidade São Sebastião de Igapó-Açu para provisão dos cargos da escola (em discussão pela Prefeitura Municipal de Manicoré).
- Fortalecer as ações da instituição Lanteriama, no Careiro

### ESCOLA DA COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO DO IGAPÓ-AÇU<sup>3</sup>

A escola inspira em como avançar na oferta de educação básica adaptada ao contexto local com adaptação da infraestrutura; articulação entre comunidade, organizações da sociedade civil e poder público municipal e estadual; e construção de uma metodologia alinhada à realidade da comunidade. A escola é fruto da parceria entre a ONG Casa do Rio, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e a comunidade da Igapó-Açu, localizada da RDS Igapó-Açu, e a Prefeitura de Manicoré. A proposta de erguer a escola trabalha o senso de coletividade desde a definição do projeto arquitetônico,

a extração da madeira, a confecção das tábuas, até a concepção do projeto político pedagógico (PPP), conectado aos saberes da floresta. A estrutura física da escola já foi concluída e o PPP está em fase de finalização, caracterizado por uma metodologia que responda às necessidades das pessoas e se comunique com o entorno. Vivências de atividades educativas e de criação artística, que exploraram conteúdos determinados pelos educadores da escola e conhecimentos tradicionais dos demais comunitários, são exemplos de métodos de aprendizagem contidos no projeto da escola. Destaca-se o fundamental protagonismo de jovens lideranças da comunidade em todo o processo de formulação e implantação da estrutura física e pedagógica da escola, que hoje também são professores da escola da comunidade.

<sup>3</sup> INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DA ESCOLA DA COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO DO IGAPÓ-AÇU.



## OE22-Fortalecer a participação e organização social na política de educação

É importante considerar a gestão democrática da política educacional. Uma educação contextualizada às realidades locais demanda o fortalecimento dos espaços institucionalizados de participação social, como conselhos, fóruns e conferências. Todos os territórios contam com Conselhos Municipais de Educação (CME) e Conselho de Alimentação Escolar (CAE), mas precisam avançar no real engajamento da sociedade civil em processos de tomada de decisão e na descentralização da participação para

as comunidades rurais. Por isso, é fundamental informar a sociedade civil sobre a relevância e o funcionamento das instâncias decisórias.

A escola, por si só, é um espaço potente de participação social e desenvolvimento da cidadania. Tanto por mecanismos institucionalizados como o Grêmios Escolares e o Conselho Escolar, que discute, entre outras coisas, a implementação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), quanto pela experimentação de formas não institucionalizadas de participação, como vivência e trocas de saberes tradicionais pelas comunidades.

### Ações propostas

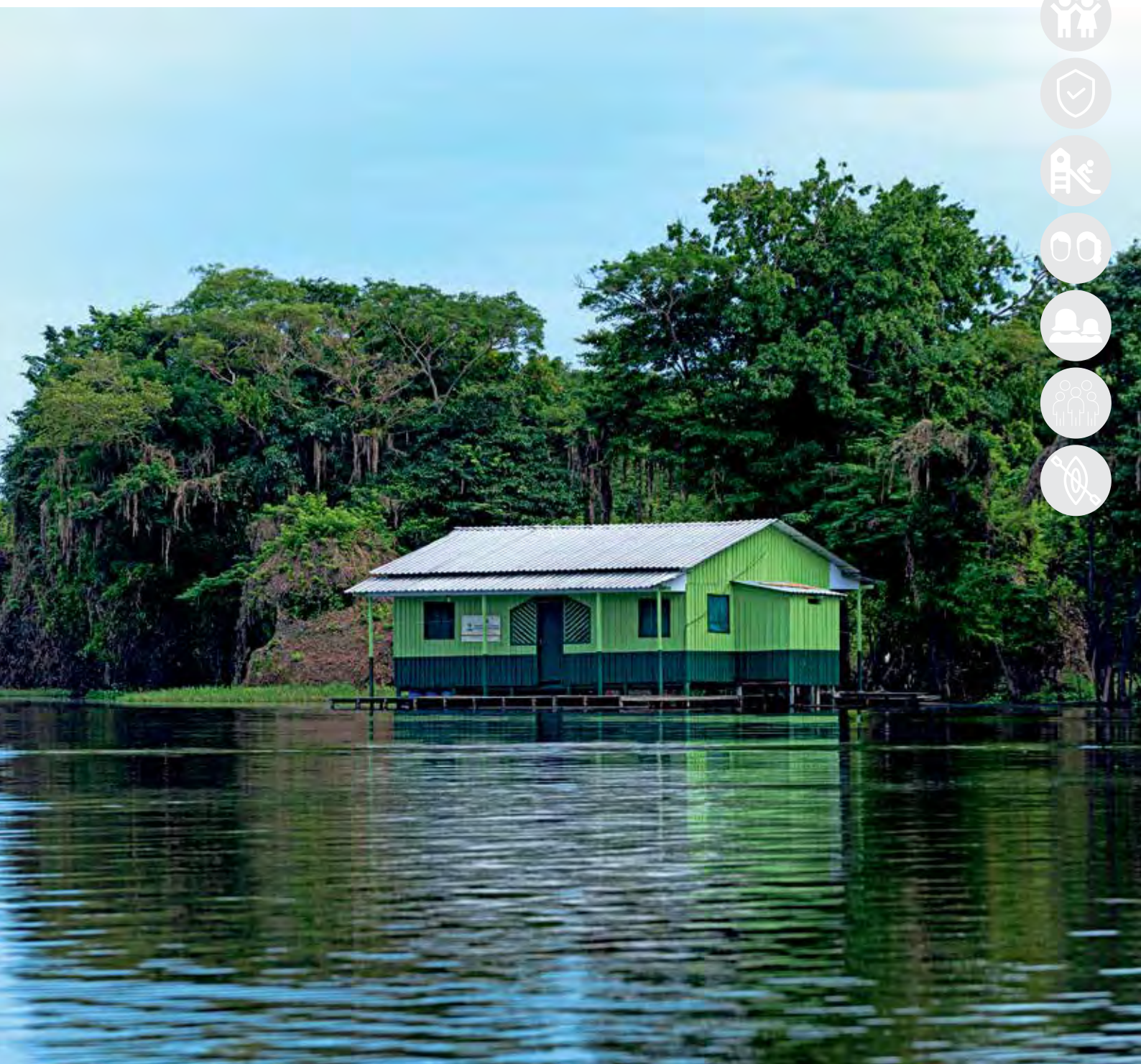
Políticas Públicas	
22.1 Fortalecer os conselhos municipais de educação	22.1.1 Formar os comunitários sobre o funcionamento e importância dos conselhos 22.1.2 Fomentar a participação de representantes das comunidades rurais nos Conselhos municipais de Educação, Merenda Escolar e Conselhos Escolares 22.1.3 Fomentar a participação de jovens e mulheres
22.2 Realizar conferências municipais de educação descentralizadas	22.2.1 Fomentar a participação de representantes das comunidades rurais 22.2.2 Envolver associações comunitárias 22.2.3 Fomentar a participação de jovens e mulheres
22.3 Debater sobre participação e organização social com pais e alunos dentro das escolas	22.3.1 Incentivar a participação de pais e alunos no Conselho Escolar e planejamento do PDDE 22.3.2 Incentivar a formação de grêmios escolares
22.4 Construir o Plano Municipal de Educação de maneira participativa	22.4.1 Fomentar a participação de moradores das comunidades rurais 22.4.2 Articular com associações comunitárias 22.4.3 Discutir os possíveis impactos da repavimentação da rodovia nas demandas/oferta da política de educação
Sociedade Civil	
22.5 Fortalecer o engajamento de pais e alunos nos Conselhos Escolares, através das discussões em associações comunitárias	
22.6 Construir núcleos comunitários para engajamento participativo e fiscalização do funcionamento da escola	22.6.1 Fiscalizar a estrutura física da escola e a oferta de merenda escolar 22.6.2 Pautar demandas e particularidades da comunidade para a política de educação frente ao governo municipal 22.6.3 Realizar vivências entre comunidade escolar e demais membros das comunidades para troca de saberes e experiências 22.6.4 Engajar jovens na organização dos núcleos comunitários

## Ações propostas

### Sociedade Civil

22.7 Estabelecer parceria entre associações comunitárias e OSCs que atuam com educação nos territórios

22.8 Apoiar associações dos professores do Cetam que atuam nas comunidades rurais





ESCOLA



PREFEITURA DE  
MANGORÉ







6

**POLÍTICA DE  
SAÚDE INTEGRAL,  
DESCENTRALIZADA  
E REGIONALIZADA**



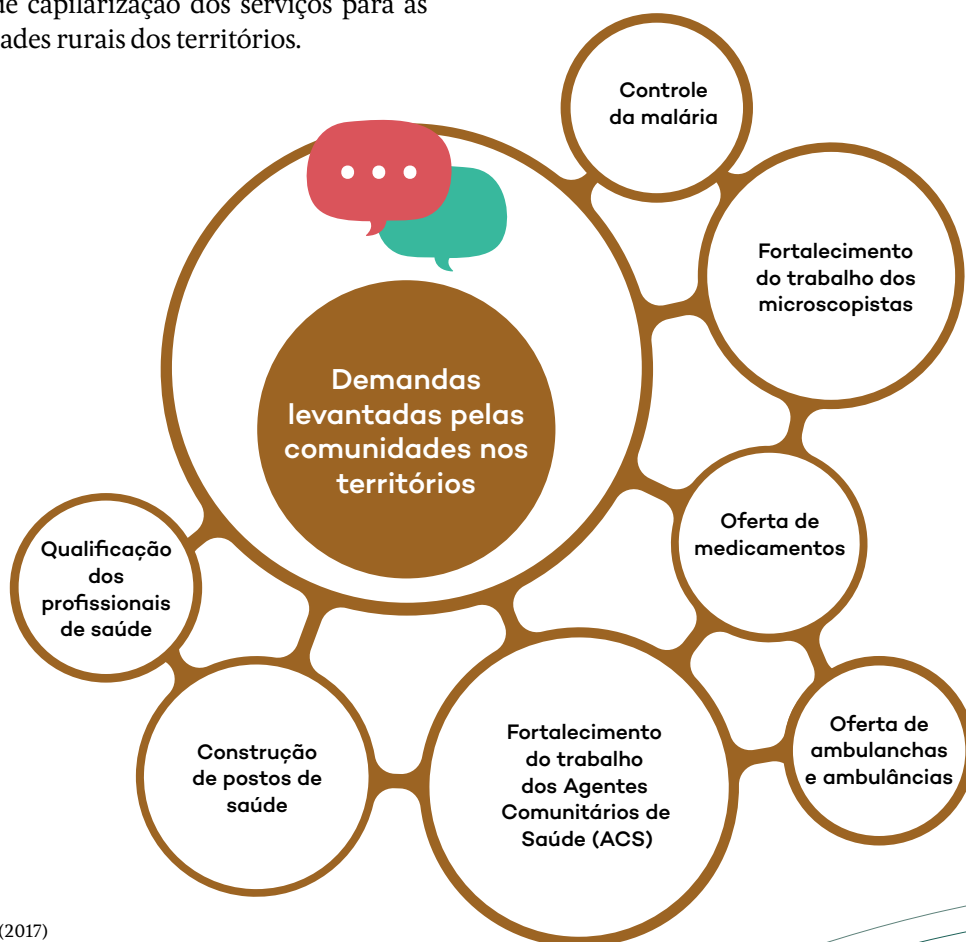
# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

A política de saúde é implementada no Brasil por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), que define as competências e a estrutura de financiamento entre o governo federal, os estados e os municípios, seguindo os princípios de universalidade, integralidade, regionalização, descentralização e participação social. Esta estratégia aborda os desafios que os territórios-alvo da ADT enfrentam e aponta caminhos para fortalecer a oferta da política de saúde.

A geografia amazônica é um elemento importante quando se pensa na regionalização e descentralização da saúde em todo Amazonas. Além do desenho atual da rede não corresponder ao real fluxo de pacientes, os serviços de média e alta complexidade estão concentrados na capital<sup>1</sup>. Em relação à oferta dos serviços de atenção primária à saúde, as maiores demandas são de capilarização dos serviços para as comunidades rurais dos territórios.

A telessaúde tem potencial de incrementar a descentralização. De maneira remota, é possível capacitar profissionais e fazer atendimentos especializados nos municípios. Atualmente, o programa estadual Saúde Amazonas tanto revisa o desenho da regionalização quanto implementa projetos de telessaúde.

Por isso, é preciso que a coordenação estadual avance no processo de regionalização da saúde e, paralelamente, fortaleça a cooperação intermunicipal. No plano local, a atuação municipal, responsável pela atenção primária, deve fortalecer a capacitação dos profissionais de saúde, a aquisição de infraestrutura de saúde itinerantes e a articulação com organizações da sociedade civil (OSC) e lideranças comunitárias.



1 GARNELO (2017)



## Problemas aparentes e estruturantes

Concentração dos serviços de saúde de média/ alta complexidade em Manaus

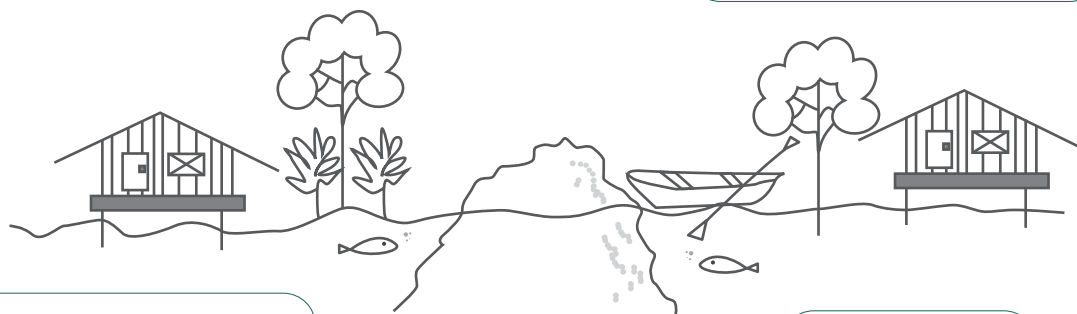
Dificuldade de atrair/fixar profissionais de saúde especializada no interior do Estado

Concentração dos serviços de atenção básica nas áreas urbanas dos municípios

Baixa infraestrutura de comunicação e locomoção no interior do Amazonas

**Aparentes**

Insuficiência do cofinanciamento federal e estadual para atenção básica



Desenho de regionalização que não contempla a realidade dos fluxos de pacientes

**Estruturantes**

Baixa articulação Intermunicipal

Redução do financiamento da política de saúde no Brasil

Baixa coordenação entre estado e municípios

Implementação de instrumentos de coordenação federativa entre governo estadual e municípios e de cooperação intermunicipal

Capilarização da oferta dos serviços de atenção primária à saúde para as áreas rurais dos municípios

**Transformação esperada**

Descentralização da oferta dos serviços de saúde de média complexidade para o interior do Amazonas

## OE23 - Descentralizar os serviços de saúde de média complexidade

A capital do estado do Amazonas, Manaus, concentra todos os serviços de alta complexidade do Estado e aproximadamente 89% dos de média complexidade<sup>2</sup>. Essa característica faz com que não exista regionalização nos municípios na oferta de saúde, mas uma relação binária entre as cidades do interior e a capital. Estado e municípios arcam com altos custos de deslocamento de pacientes, dada a distância geográfica entre os municípios.

A proposta, nessa estratégia, é apresentar caminhos para o avanço da descentralização dos serviços de média complexidade para os territórios. Uma das ações estruturantes é a implementação do programa estadual Saúde Amazonas, aprovado em 2020, e em especial o Projeto Saúde nas Calhas. Também é necessário avançar nos espaços de articulação intermunicipal já previstos pelo SUS, como as Comissões Intergestores Regional (CIR) que, atualmente, estão desmobilizadas. O avanço na cooperação intermunicipal potencializa a coordenação estadual, fundamental para regionalização e integralidade da oferta dos serviços de saúde<sup>3</sup>.

2 GARNELO (2017)

3 JULIÃO (2018)

### Ações propostas

Políticas Públicas	
23.1 Avançar na implementação das macroações do Programa Saúde Amazonas (em curso)	<p>23.1.1 Reorganizar a rede de assistência estadual definindo a carta de serviços das unidades de saúde</p> <p>23.1.2 Implementar prontuários eletrônicos e sistemas de informação que integrem as unidades de saúde</p> <p>23.1.3 Avançar na implementação do Programa Telessaúde Amazonas</p> <p>23.1.4 Avançar na parceria entre Secretaria de Estado de Saúde (SES) e Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS) na implementação de ações dentro do Programa</p> <p>23.1.5 Viabilizar Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores na área da saúde</p> <p>23.1.6 Implantar a Escola da Saúde Pública</p> <p>23.1.7 Fortalecer os mecanismos de controle interno, como a Sindicância, Auditoria e Ouvidoria</p>
23.2 Fortalecer a regionalização dos serviços de saúde de média complexidade	<p>23.2.1 Rever o desenho de regionalização de saúde do Amazonas (em curso)</p> <p>23.2.2 Avançar na implementação do Projeto Saúde nas Calhas, que busca levar atendimento de média e alta complexidade para o interior do Amazonas, dentro do Programa Saúde Amazonas (em curso)</p> <p>23.2.3 Implantar escritórios estaduais nas regiões de saúde</p> <p>23.2.4 Incluir municípios da região da Calha do Rio Madeira como cidades polo que receberão instalação de unidade de terapia intensiva (UTI), através do Projeto Saúde nas Calhas</p> <p>23.2.5 Expandir o processo estadual de planificação da atenção à saúde, integrando atenção primária e média complexidade</p>
23.3 Garantir à assistência integral à saúde da mulher nas regiões de saúde (em planejamento pela SES)	<p>23.3.1 Implementar ações do Programa Saúde Amazonas voltadas ao fortalecimento da rede de assistência materno-infantil no Estado</p> <p>23.3.2 Capacitar profissionais de saúde que atuam em serviço de atendimento às vítimas de violência sexual</p> <p>23.3.3 Qualificar os serviços de referência voltados ao diagnóstico precoce de câncer de mama e de colo de útero nos municípios</p>
23.4 Fortalecer a cooperação intermunicipal na oferta política de saúde	<p>23.4.1 Reativar as reuniões das Comissões de Intergestores Regionais (CIR), com a possibilidade de reuniões remotas</p> <p>23.4.2 Realizar reuniões da CIR resolutivas, que definam encaminhamentos de liberação para CIB</p> <p>23.4.3 Ofertar apoio das Prefeituras aos Secretários Municipais de Saúde para participação nas reuniões CIR</p>



23.4.4 Estudar a viabilidade de consórcios públicos de saúde verticais, formados pelo Estado e municípios e/ou consórcios intermunicipais, para gestão de equipamentos de saúde regionalizados

### Ações localizadas

- Redefinir a regionalização de saúde dos municípios do sul do Amazonas, que inclui Manicoré e Humaitá.
- Reestabelecer diálogo entre a Secretaria de Humaitá e o Governo de Rondônia para estudar a definição de uma pactuação interestadual entre Amazonas e Rondônia, a fim de oficializar a referência de serviços de saúde de Humaitá para Porto Velho.
- Parceria entre Estado e município para Implantação de infraestrutura e contratação de profissionais voltados a UTIs e oncologia, em Manicoré, por conta do avanço dos impactos do garimpo na saúde dos comunitários.

### O AVANÇO DOS SERVIÇOS DE TELESSAÚDE NO AMAZONAS<sup>4</sup>

No cenário da crise sanitária do Novo Coronavírus, o Governo Estadual do Amazonas aprovou o Programa Telessaúde, em novembro de 2020, que faz parte do Programa Saúde Amazonas. O Programa tem o objetivo de ofertar atendimento especializado para o interior do Estado, como cardiologia, psiquiatria clínica, reumatologia, neurologia, endocrinologia e pneumologia. O Telessaúde é custeado através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS). O Hospital Albert Einstein (HAE) oferta os atendimentos com médicos especialistas. A SES-AM encaminhou para 13 municípios, além da área rural de Manaus, os equipamentos disponibilizados pelo HAE para realização das

consultas, e a Empresa de Processamento de Dados do Amazonas (Prodam) permite a conexão do município com o hospital. A SES-AM tem planejamento de expansão com atendimentos sendo ofertados por meio da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica com o Núcleo de Telessaúde da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). O Núcleo da UEA foi criado em 2012, possui 68 pontos de Telessaúde instalados no Estado e visa ofertar conteúdo educacional, aprimoramento técnico-profissional, teleconsultorias e telediagnósticos aos profissionais de saúde que atuam em todo o Amazonas. A oferta de serviços de saúde à distância, via Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), é uma das principais alternativas para expansão da saúde especializada para o interior do Estado, mas a expansão enfrenta os desafios de conectividade digital dos municípios do interior, sobretudo nas comunidades rurais.

<sup>4</sup> SES-AM (2021)



## OE24- Fortalecer a oferta dos serviços da atenção primária à saúde nos territórios

A atenção primária à saúde, de responsabilidade dos municípios, é a porta de entrada da sociedade civil ao SUS. As ações devem seguir as diretrizes do governo federal e a coordenação do estado. A maioria dos territórios-alvo da ADT não tem cobertura total de atenção primária, cenário que pode ser agravado com a repavimentação da BR-319. O próprio Estudo de Impacto Ambiental da rodovia prevê um possível aumento da migração para os territórios.

As comunidades rurais são as mais afetadas pela carência da atenção primária. O Agente Comunitário de Saúde (ACS) é muitas vezes o único, na maior parte das comunidades, que presta algum serviço de saúde nas localidades. Esses profissionais apresentam diversas demandas de melhores condições de trabalho.

O avanço da atenção primária nos territórios passa pelo fortalecimento da articulação entre Estado e municípios, por meio de uma Política Estadual de Atenção Primária à Saúde para o Amazonas, e pela consolidação dos serviços sob responsabilidade dos governos municipais previstos na Política Nacional de Atenção Básica.

## Ações localizadas

- Construir Unidade Básica de Saúde em Igapó-Açu capaz de atender as comunidades vizinhas na BR-3110, cuja manutenção pode ser responsabilidade dos municípios de Careiro e Manicoré.
- Transformar o Unidade Básica de Saúde do Distrito de Realidade em uma UBS 24h com laboratório de análise (em curso no PPA da Prefeitura de Humaitá).
- Fortalecer a Farmácia Verde em Manicoré.
- Organizar o território de Manicoré em distritos de saúde com integração das equipes da saúde ribeirinhas e UBS Flutuantes (em curso pela Secretaria Municipal de Saúde de Manicoré).
- Implantar ponto de telessaúde em Igapó-Açu e comunidades de Manicoré que já tem acesso à internet, como Democracia e Lago do Capanã (em curso pela FAS).

## Ações propostas

Políticas Públicas	
24.1 Construir uma política estadual de Atenção Primária à Saúde para o Amazonas	<p>24.1.1 Construir grupo de trabalho e oficinas regionais sobre atenção primária</p> <p>24.1.2 Discutir o cofinanciamento federal e estadual da atenção primária como vetor de desenvolvimento regional</p> <p>24.1.3 Apoiar a formação de Núcleos de Educação Permanente dos profissionais de saúde nos municípios, a partir de ações do Estado em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA).</p>
24.2 Capilarizar os serviços de atenção primária à saúde para as comunidades rurais	<p>24.2.1 Adquirir Unidade Básica de Saúde (UBS) fluvial ou flutuantes em Careiro e Manicoré (em curso)</p> <p>24.2.2 Contratar técnicos de saúde ou enfermeiros das comunidades para apoiar ACS</p> <p>24.2.3 Contratar microscopistas para atuar nas comunidades</p>
24.3 Implantar núcleos de telessaúde nas comunidades	<p>24.3.1 Solicitar pontos de acesso à internet para as comunidades via Programa Federal Wi-Fi Brasil</p>



<p><b>Políticas Públicas</b></p> <p>24.4 Reativar o cofinanciamento estadual para assistência farmacêutica básica nos municípios</p> <p>24.5 Ofertar produtos, insumos e medicamentos fitoterápicos à população</p>	<p>24.5.1 Construir uma Política de Implantação da Fitoterapia em Saúde Pública do Amazonas para apoio aos municípios e organizações da sociedade civil na criação e manutenção de Farmácias Vivas/ Farmácias Verdes</p> <p>24.5.2 Formar grupo de trabalho entre SES, Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI), bacharelado em Saúde Pública da UEA e organizações sociais de interesse para definição de uma política, uma vez que Inpa e UEA conduzem um Projeto de Farmácia Viva</p> <p>24.5.3 Definir o Inpa e a Universidade Estadual do Amazonas como apoiadores da implantação de Farmácias Vivas/Farmácias Verdes no interior do Amazonas</p> <p>24.5.4 Estabelecer parceria entre estado, municípios, instituições de pesquisa, OSCs e associações comunitárias para elaboração de inventários e a criação de grupos de trabalho para o estudo da flora local com o intuito de incentivar o uso de plantas medicinais e desenvolver produtos fitoterápicos regionais</p> <p>24.5.5 Estabelecer parceria entre SES e Sepror e secretarias municipais de Saúde e Produção para capacitar comunitários e organizar Arranjos Produtivos Locais de Plantas Medicinais e Fitoterápicos nas comunidades rurais dos municípios, incentivando a participação de mulheres nos processos decisórios</p> <p>24.5.6 Implantar unidades de Farmácias Vivas/Farmácias Verdes em espaços governamentais e não governamentais</p> <p>24.5.7 Fomentar a produção e o uso de plantas medicinais e fitoterápicos por mulheres e para o uso da saúde da mulher</p>
---	---

### FARMÁCIA VERDE DE MANICORÉ<sup>5</sup>

O território de Manicoré já dispõe de uma Farmácia Verde na sede do município. O espaço foi criado em 1995, até então como uma iniciativa da Pastoral de Saúde, para fomento ao uso e comercialização de plantas medicinais, demandados pela própria população. A equipe era composta por mulheres que dispunham do conhecimento tradicional passado de geração em geração sobre as plantas medicinais. Em 2012, oficialmente a iniciativa passa a ser uma Farmácia Verde, mais ainda é ligada à Igreja Católica. A equipe que oferta os serviços é composta por sete pessoas, quatro funcionários e três voluntários. A Farmácia atua na comercialização de plantas medicinais e fitoterápicos e oferta de serviços de terapias integrativas, mas há também a oferta de atendimentos gratuitos. A Prefeitura auxilia com recursos financeiros à instituição, mas não há uma regularidade nesse auxílio. A Secretaria Municipal de Saúde aproximou-se da Farmácia Verde recentemente, o que é uma oportunidade para avançar na institucionalização da

relação da instituição com o governo municipal e, assim, alinhar o trabalho da iniciativa com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Atualmente, a Farmácia Verde recebe alguns encaminhamentos dos postos de saúde e, no passado, alguns médicos faziam estudos sobre as plantas medicinais no local. Dois desafios são principais na execução das ações da instituição: a formação dos funcionários e a capacitação de comunitários no processo de beneficiamento das plantas medicinais. A Farmácia compra insumos e produtos de Porto Velho porque não consegue comprar de comunidades que sigam os critérios de produção e armazenamento e emitam nota fiscal necessária para prestação de contas. Atuação conjunta da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Produção pode potencializar os serviços prestados pela Farmácia Verde, com a oferta de plantas medicinais amazônicas e fitoterápicos e organização de arranjos produtivos locais capazes de dinamizar a economia local. De maneira estratégica, também é importante a atuação do governo estadual para aproveitar o potencial da implantação de Farmácias Verdes/ Farmácias Vivas em todo o Estado.

<sup>5</sup> INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DE UMA ENTREVISTA COM A GESTORA DA FARMÁCIA VERDE DE MANICORÉ



## Ações propostas

<p>Políticas Públicas</p> <p>24.6 Avançar na intersetorialidade entre as secretarias municipais de Saúde e as Secretarias de Educação e Assistência Social</p>	<p>24.6.1 Definir um núcleo de discussão permanente entre as pastas</p> <p>24.6.2 Construir cronograma compartilhado de visitas às comunidades rurais</p> <p>24.6.3 Otimizar o uso de carros, lanchas, UBS Fluviais e Flutuantes para o deslocamento de trabalhadores de diferentes pastas</p> <p>24.6.4 Elaborar projeto intersetorial de diminuição de situação de drogadição nos territórios, envolvendo pastas de assistência, saúde, educação, produção, infraestrutura e instituições de segurança pública.</p> <p>24.6.5 Desenvolver projetos sobre gravidez da adolescência</p>
<p>24.7 Estabelecer a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher na oferta de serviços de atenção primária de saúde nos municípios</p>	<p>24.7.1 Ofertar assistência de enfermagem em saúde sexual</p> <p>24.7.2 Orientar sobre planejamento reprodutivo e disponibilizar métodos contraceptivo</p> <p>24.7.3 Organizar a distribuição de métodos contraceptivo nos municípios</p> <p>24.7.4 Ofertar atendimento à mulher gestante no pré-parto, parto e pós-parto</p> <p>24.7.5 Ofertar vacinas contra papilomavírus humano (HPV) para adolescentes, como prevenção para câncer de colo de útero, e vacina contra coqueluche (DPTA) para gestantes</p> <p>24.7.6 Implementar a linha de cuidado para atenção integral à saúde da pessoa idosa, garantindo acesso e avaliação integral da saúde.</p> <p>24.7.7 Acolher mulheres vítimas de violência, sejam elas crianças, adolescentes, adultas ou idosas</p> <p>24.7.8 Promover ações e serviços de prevenção ao câncer de mama e câncer no colo de útero</p> <p>24.7.9 Promover discussão sobre os possíveis impactos da repavimentação da BR-319 no número de ocorrências de violência contra a mulher</p> <p>24.7.10 Capacitar agentes de saúde para levarem informações a respeito do direito das mulheres às comunidades</p>
<p>24.8 Apoiar a atuação de parteiras nas comunidades rurais dos municípios</p>	<p>24.8.1 Identificar a ocorrência de partos domiciliares na região da BR-319</p> <p>24.8.2 Realizar levantamento das parteiras na região da BR-319</p> <p>24.8.3 Promover apoio às parteiras no acompanhamento de gestações e realização de partos</p> <p>24.8.4 Vincular as parteiras à Estratégia da Saúde da Família</p> <p>24.8.5 Promover capacitação das parteiras, através da parcerias entre SES e Secretarias Municipais de Saúde</p>
<p>24.9 Estabelecer a implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa na oferta de serviços de atenção primária de saúde nos municípios</p>	<p>24.9.1 Garantir oferta de serviços de promoção, prevenção, proteção, diagnóstico e reabilitação da saúde da pessoa idosa</p> <p>24.9.2 Implantar Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa</p> <p>24.9.3 Implantar Academias da Saúde ou utilizar espaços já instalados nos municípios para promoção de atividades físicas, práticas corporais e artísticas para a pessoa idosa, em parceria com a Secretaria Municipal de Lazer</p> <p>24.9.4 Articular parceria entre profissionais da atenção primária à saúde com os funcionários dos Centros de Atenção Psicossociais (Caps) para cuidado da saúde mental de idosos</p> <p>24.9.5 Levantar e registrar informações estratégicas sobre a situação de saúde das pessoas idosas no município</p>



## Ações propostas

Políticas Públicas	
24.10 Estabelecer ações para a saúde da criança	<p>24.10.1 Verificar a caderneta da criança e orientar quanto à importância da imunização</p> <p>24.10.2 Ofertar serviços voltados à saúde mental da criança</p> <p>24.10.3 Acolher crianças vítimas de violência, sejam elas crianças, adolescentes, adultas ou idosas</p> <p>24.10.4 Articular rede de proteção, envolvendo secretarias municipais de Saúde, Educação Assistência Social, Conselho Tutelar, Segurança Pública e Justiça</p> <p>24.10.5 Promover discussão sobre os possíveis impactos da repavimentação da BR-319 no número de ocorrência de violência contra crianças</p>
24.11 Captar recursos para aquisição de ambulâncias para as comunidades rurais ribeirinhas	
24.12 Implantar pontos comunitários de acesso à internet para oferta de telessaúde nas comunidades rurais	<p>24.12.1 Acessar o Programa Federal Wi-Fi Brasil</p> <p>24.12.2 Articular parceria entre OSCs, associações comunitárias e ACS para definir funcionamento e acesso a pontos de internet já instalados</p>
Sociedade civil	
24.13 Expandir experiências de programas de organizações da sociedade civil que apoiam a oferta de atenção à saúde nos municípios, como o Programa Saúde na Floresta da Fundação Amazônia	<p>24.13.1 Estabelecer parcerias com as associações comunitárias</p> <p>24.13.2 Ofertar cursos para ACS de primeiros socorros e noções básicas de saúde mental, entre outros cursos, para facilitar a triagem para o direcionamento a profissionais de saúde especializados</p> <p>24.13.3 Facilitar o acesso a serviços de telessaúde em comunidades com acesso à conectividade digital</p>
	Setor Empresarial
	24.14 Estabelecer parcerias com as prefeituras para expansão do número de UBS Flutuantes e Fluviais

### PROGRAMA SAÚDE NA FLORESTA DA FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS)<sup>6</sup>

No contexto da crise sanitária do Novo Coronavírus, a Fundação Amazônia Sustentável criou o Programa Saúde na Floresta (PSF), com o objetivo de elaborar ações direcionadas à saúde na região amazônica, sobretudo, caminhos para o avanço da atenção primária à saúde em comunidades tradicionais e povos indígenas. A captação de recursos para criação do Programa se deu via articulações através da “Aliança Covid-Amazonas”. O Programa possui 12 componentes, sendo cinco principais: i) implantação de pontos de internet para oferta de serviços de telessaúde, como conexão entre pacientes e profissionais para consulta online, teleorientações e palestras virtuais para Agentes Comunitários de Saúde (ACS); ii) aquisição de ambulâncias e canoas para ACS e oferta de combustível emergencial; iii) elaboração de pesquisas aplicadas para proposição de propostas de melhoria do SUS em aldeias e comunidades; iv) oferta de formações para ACS e outros profissionais da atenção primária; v) formação em primeira infância ribeirinha para ACS

e outros profissionais de saúde para assistência de crianças de zero a seis anos. A estratégia de telessaúde da FAS é a primeira do Estado do Amazonas que promove integração em comunidades e não na sede dos municípios. A instituição precisou instalar, além dos equipamentos para conectividade digital, painéis solares para fornecimento de energia elétrica necessária para conexão. O fortalecimento comunitário foi muito importante para o engajamento das comunidades, que foram envolvidas desde o processo de planejamento à execução dos serviços de telessaúde. O ACS é o interlocutor principal entre comunitários, FAS e Secretarias Municipais de Saúde. O agente comunitário de saúde faz a triagem para atendimento em três seguimentos: enfermagem e atendimento psicológico e consulta médica. O Programa enfrenta os desafios da conectividade digital na área rural dos municípios, mas já apresentou bons resultados no acesso das comunidades a serviços de saúde que só seriam ofertados nas sedes dos municípios do interior ou na capital do Amazonas. O Programa Saúde da Floresta da FAS pode inspirar a criação de mais iniciativas articuladas entre organizações da sociedade civil (OSCs), poder público e organizações comunitárias de base para o acesso a serviços de telessaúde, assim como, em outras áreas de políticas públicas.

## OE25 -Fortalecer a participação e organização social na política de saúde

A participação social é um dos pilares da organização do SUS e pressupõe a participação da sociedade civil no dia a dia do sistema, por meio do Conselho Municipal de Saúde e das Conferências Municipais de Saúde. Apesar de todos os territórios possuírem conselhos legalmente ativos, na prática, os municípios apresentam dificuldades de promover o real engajamento da sociedade civil nos

processos decisórios e no controle social da política de saúde.

As secretarias municipais de Saúde apontam que é preciso formar lideranças comunitárias que entendam a importância dos conselhos. Em 2021, Manicoré avançou na realização da Conferência Municipal de Saúde. O evento, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ocorreu de forma descentralizada pelo município. A experiência pode inspirar os demais territórios no fortalecimento da participação social.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
25.1 Fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde	25.1.1 Formar lideranças comunitárias sobre a importância dos conselhos municipais de políticas públicas 25.1.2 Envolver as associações comunitárias nas discussões do Conselho Municipal de Saúde
25.2 Realizar conferências municipais de saúde com consulta nas áreas rurais dos municípios	25.2.1 Garantir participação de jovens e mulheres nas conferências municipais de saúde
25.3 Elaborar o Plano Municipal de Saúde (PMS) de maneira participativa	25.3.1 Discutir como as transformações ambientais e econômicas, como queimadas, desmatamento e garimpo afetam a saúde da população 25.3.2 Discutir os possíveis impactos da repavimentação da BR-3110 nos níveis de demanda e capacidade de oferta da política de saúde 25.3.3 Organizar diagnóstico do panorama da saúde nos territórios e compartilhar informações relevantes para outras secretarias municipais, como educação e assistência social 25.3.4 Engajar a sociedade civil na elaboração do PMS
Sociedade civil	
25.4 Executar projetos voltados ao uso e produção de plantas medicinais e fitoterápicos, através de organizações da sociedade civil e associações comunitárias	25.4.1 Expandir e/ou replicar experiências de cursos voltados ao uso e produção de plantas medicinais e fitoterápicos para saúde da mulher, como o Curso Saúde e Saberes das Mulheres de Careiro, executado pela Casa do Rio e Instituto 5 Elementos no território 25.4.2 Construir hortas de plantas medicinais nas comunidades e organizar arranjos produtivos locais para comercialização das plantas 25.4.3 Implantar Farmácias Verdes nos territórios



### **CURSO SABERES E SAÚDE DA FLORESTA CAREIRO, CASA DO RIO E INSTITUTO 5 ELEMENTOS<sup>7</sup>**

O Instituto 5 Elementos e a Casa do Rio ofertaram a formação Agenda 2030 – Saúde e Saberes das Mulheres do Careiro/AM, apoiados financeiramente pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil da AG2030, União Europeia e Associação Bem-Te-Vi Diversidade. O curso já teve duas edições e atendeu jovens do município de Careiro e outros municípios da região Norte e outras regiões. A primeira edição ocorreu no primeiro semestre de 2020, com o foco no resgate e

disseminação do conhecimento sobre plantas medicinais da Amazônia, dando ênfase aos cuidados referentes à saúde da mulher e da família, além de capacitar o público de mulheres sobre a diversificação da manufatura artesanal de seus produtos para a saúde e bem-estar, tanto para uso pessoal, como familiar ou junto à comunidade onde atuam, fomentando a comercialização por meio da economia solidária. A primeira edição do curso resultou na elaboração do livro “Mulheres e as Ervas da Amazônia”. A segunda edição ocorreu no primeiro semestre de 2021, e avançou, ainda mais, na discussão de temas como políticas públicas, direitos das mulheres, economia solidária, educação sexual e conservação ambiental.

<sup>7</sup> INSTITUTO 5 ELEMENTOS (2020)







ACS



Asociación Comunal de Salud  
**ACS**  
COMUNIDAD DE BORDA



SCANIA

142

CDL-7138

LOHSCUBA

# 7

## **PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RISCO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS**



# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

Esta estratégia aborda caminhos para o fortalecimento da política de assistência social nos territórios. A política prever a oferta de benefícios assistenciais e de serviços socioassistenciais, necessários quando indivíduos e famílias possuem dificuldade de se sustentar, ou quando ocorrem eventos que aumentam o risco social.

Os serviços são ações continuadas que buscam garantir vários tipos de segurança, como acolhimento, renda, convivência e proteção contra riscos circunstanciais. Os municípios são centrais na implementação dos serviços socioassistenciais, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), e contam com o apoio dos Estados e do governo federal na formulação de padrões gerais e cofinanciamento.

A implementação da política de assistência social nos territórios é afetada por fatores de ordem nacional, como a redução, nos últimos anos, do financiamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) por parte do governo federal nos últimos anos. Como também por fatores regionais, relacionados ao chamado “Fator Amazônico”, que indica a diversidade sociocultural e de biodiversidade dentro de um mesmo território, além dos altos custos

com logística, infraestrutura e recursos humanos na oferta de serviços públicos<sup>1</sup>.

Os territórios apresentam uma demanda por benefícios e serviços maior do que a capacidade de atendimento dos governos locais. Por um lado, os municípios contam com números insuficientes de funcionários e veículos terrestres e fluviais para capilarizar a oferta da sede das cidades para as comunidades rurais. Por outro, a oferta dos serviços socioassistenciais de maior complexidade está concentrada em Manaus.

A política de assistência atende qualquer indivíduo em vulnerabilidade e/ou risco, mas mulheres, crianças, adolescentes e jovens são os grupos mais vulneráveis. Os municípios possuem dificuldade de consolidar uma rede de proteção à mulher. As crianças, os adolescentes e os jovens sofrem com violência intrafamiliar e abuso sexual, além da incidência de violação de direitos pelo uso de drogas.

A consolidação da cooperação entre estado e municípios e o avanço da intersetorialidade das ações da política de assistência com outras áreas são os principais caminhos para superar todos os desafios.

1 CARNEIRO et al (2020)



## Banco de areia de problemas mapeados

Concentração dos serviços de assistência de média/alta complexidade em Manaus

Alta demanda por benefícios eventuais nos municípios

Concentração dos serviços de assistência municipal nas áreas urbanas dos municípios

Número reduzido e alta rotatividade de profissionais no estado e nos municípios

Número expressivo de crianças, adolescentes e jovens usuárias de drogas

Necessidade de avançar na formação dos profissionais

Desafio de deslocamento das equipes volantes pela ausência ou limitação dos transportes fluviais

Baixa infraestrutura de comunicação e locomoção no interior do Amazonas

Insuficiência do cofinanciamento federal e estadual para os municípios

### Aparentes



Invisibilização da violência contra mulher e da violência relacionada a conflitos fundiários

### Estruturantes

Baixa articulação Intermunicipal

Processo de institucionalização recente do SUAS no Amazonas

Baixa coordenação entre estado e municípios

Capilarização da oferta dos serviços socioassistenciais para as áreas rurais dos municípios

Descentralização da oferta dos serviços socioassistenciais de média complexidade para o interior do Amazonas

Transformação esperada

Implementação de instrumentos de coordenação federativa entre governo estadual e municípios e de cooperação intermunicipal

Mulheres, crianças, adultos e idosos em situação de risco à violação de seus direitos com atendimento apropriado, constante e de qualidade

## OE26 – Fortalecer a coordenação estadual na política de assistência social

Os governos estaduais possuem o papel de apoiar os municípios na implementação dos serviços e no cofinanciamento da política de assistência social. Uma das ações já implementada pelo Governo Estadual do Amazonas, com potencial de ser fortalecida, é a formação dos gestores municipais pelo Programa Capacitasuas<sup>2</sup>.

O Programa ainda enfrenta desafios para alcançar todos os territórios municipais com constância. A equipe da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas) demanda

a expansão do número de funcionários para suprir as necessárias articulações junto aos municípios nesta e em outras ações.

Outras duas ações são estruturantes para fortalecer a coordenação estadual. A primeira é o incentivo à atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na complementação dos serviços do Estado pelos municípios. Atualmente essas instituições estão concentradas em Manaus<sup>3</sup>.

A segunda é o apoio a estratégias de diagnóstico e planejamento municipal, como a criação de diagnósticos socioterritoriais e Planos Municipais de Assistência Social, para o certo planejamento das ações e estratégias.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
26.1 Fortalecer a implementação do Capacitasuas	<p>26.1.1 Reavaliar as cidades polos de oferta</p> <p>26.1.2 Planejar novas formas de oferta, a partir do mapeamento das estruturas de acesso e conectividade dos municípios</p> <p>26.1.3 Estabelecer parceria com Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc) e Universidade Estadual do Amazonas (UEA) para Educação à distância (EAD)</p> <p>26.1.4 Envolver os municípios no planejamento na Comissão Intergestores Bipartite (CIB).</p> <p>26.1.5 Capacitar os municípios na implantação do Departamento de Vigilância Socioterritorial e na elaboração de diagnósticos socioterritoriais</p> <p>26.1.6 Apoiar os municípios na formação de consórcios públicos</p>
26.2 Incentivar a atuação das OSCs na complementação dos serviços pelos estados e municípios	<p>26.2.1 Realizar diagnóstico do número e perfis das OSCs no Estado</p> <p>26.2.2 Capacitar os municípios para multiplicação da formação das OSCs</p> <p>26.2.3 Envolver as OSCs nas formações do Capacitasuas</p>
26.3 Apoiar os municípios na construção dos Planos Municipais de Assistência Social	<p>26.3.1 Fomentar a discussão dos possíveis impactos da repavimentação da BR-319 nos municípios sob influência da rodovia</p> <p>26.3.2 Apoiar a elaboração de diagnósticos socioterritoriais municipais</p>
26.4 Fomentar, com os municípios e outros Estados da Amazônia, a discussão do Fator Amazônia no plano nacional	<p>26.4.1 Garantir a discussão nas conferências municipais, estaduais e nacional</p> <p>26.4.2 Garantir a discussão na Comissão Intergestores Tripartite (CIT)</p> <p>26.4.3 Realizar parceria com universidades para produção de conhecimento sobre os custos e impactos da política de assistência social na Amazônia</p>



Políticas Públicas	
26.5 Realizar concurso para a Secretaria Estadual de Assistência Social (Seas)	
26.6 Assegurar o cofinanciamento estadual para os municípios	
26.7 Apoiar os municípios no estudo da viabilidade de consórcios públicos da oferta de serviços de assistência de maior complexidade	<p>26.7.1 Realizar parceria entre Associação Amazonense de Municípios (AAM) e Seas para formar gestores estaduais sobre cooperação intergovernamental via consórcio público</p> <p>26.7.2 Apoiar os municípios em estudos sobre viabilidade de consórcios públicos municipais</p>
26.8 Fortalecer a discussão da temática de gênero da Seas	<p>26.8.1 Articular parceria entre Seas e Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc)</p> <p>26.8.2 Fomentar formações sobre a temática de gênero para os governos municipais</p> <p>26.8.3 Fomentar o levantamento de informações sobre violência de gênero nos territórios municipais</p>

### Ações localizadas:

- Realizar audiência pública nos territórios da BR-319, com a participação intersetorial das secretarias do governo estadual, a exemplo da audiência realizada no Distrito de Realidade.
- Implementar os projetos da Seas nos territórios voltados à dignidade menstrual, combate ao machismo nas escolas e Projeto Água Boa.
- Implementar proposta de benefício estadual de transferência direta de renda para pessoas em pobreza e extrema pobreza, pessoas com deficiência e mulheres chefes de família (em curso).

#### O IMPACTO DA REPAVIMENTAÇÃO DA BR-319 NA PERCEPÇÃO DE GESTORES LOCAIS<sup>4</sup>

No contexto de repavimentação da BR-319, por um lado, os gestores locais entrevistados consideram que, se facilitado o acesso a outras políticas públicas, como educação e saúde, pode haver também uma redução das vulnerabilidades locais. Por outro, eles apontam que a operação da obra e o funcionamento da estrada podem aumentar os casos de vulnerabilidade de crianças, adolescentes e mulheres nos territórios. E

consequentemente, elevará a pressão de demandas sobre as capacidades públicas voltadas às políticas sociais. Também pode ocorrer perda de vínculo de pessoas com seus locais de origem, caso haja deslocamentos forçados. Como alternativa, os gestores consideram que é preciso se construir um pacto intergovernamental para os territórios da BR-319. Seria preciso, sobretudo, ampliar a intersectorialidade nas ações das políticas sociais nas comunidades rurais. O próprio Estudo de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) da BR-319 apresenta o aumento da imigração como um possível impacto da repavimentação da rodovia e, com isso, o aumento da pressão sobre as capacidades públicas instaladas, sobretudo assistência social, educação e saúde.

<sup>4</sup> INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DAS SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS TERRITÓRIOS E DO ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (EIA/RIMA) DA BR-319

## OE27 -Fortalecer a oferta dos serviços de assistência social nos municípios

Nos territórios, os benefícios eventuais, ligados ao nascimento, à morte e à insegurança alimentar, assim como os serviços socioassistenciais disponíveis por meio dos Cras e Creas estão atrelados normalmente às esferas municipais. Os governos dos municípios também alimentam o Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal, base de dados usada para definir os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de

Prestação Continuada (BPC).

Dentro desse cenário, no caso específico dos municípios estudados, é importante contextualizar que Careiro e Humaitá são passagens para migrantes, processo que tende se acentuar com a repavimentação da BR-319, causando ainda mais pressão sobre os serviços públicos municipais. Diante das dificuldades e oportunidades específicas de cada região, aumentar as conexões entre as áreas de assistência social com as pastas de educação e saúde é especialmente importante.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
27.1 Realizar concurso para as Secretarias Municipais de Assistência Social	27.1.1 Definir salário compatível com as condições de trabalho 27.1.2 Criar carreira para profissionais de assistência
27.2 Fortalecer a intersecretorialidade das ações das políticas de assistência, educação e saúde nos municípios	27.2.1 Definir um núcleo de discussão permanente entre as pastas 27.2.2 Construir cronograma compartilhado de visitas às comunidades rurais 27.2.3 Otimizar o uso de carros, lanchas, Unidade Básica de Saúde (UBS) Fluviais e Flutuantes para deslocamento de trabalhadores de diferentes pastas 27.2.4 Elaborar projeto intersecretorial de diminuição de situação de drogadição nos territórios, envolvendo pastas de assistência, saúde, educação, produção, infraestrutura e instituições de segurança pública. 27.2.5 Desenvolver projetos sobre gravidez da adolescência
27.3 Realizar diagnósticos socioterritoriais nos municípios	27.3.1 Implantar Departamento de Vigilância Socioterritorial 27.3.2 Engajar associações comunitárias 27.3.3 Envolver as secretarias municipais 27.3.4 Fomentar a discussão da temática de gênero
27.4 Construir Planos Municipais de Assistência Social	27.4.1 Discutir os possíveis impactos da repavimentação da BR-319 nos planos municipais de assistência social 27.4.2 Fomentar a discussão sobre migração, violência contra crianças e mulheres, aumento da demanda de benefícios eventuais e outras pressões sobre a capacidade pública 27.4.3 Envolver a participação de outras Secretarias 27.4.4 Realizar Conferências capilarizadas para as áreas rurais 27.4.5 Envolver OSCs que atuem no município
27.5 Fortalecer o atendimento das mulheres em risco e/ou violação de direitos	27.5.1 Regulamentar conselho das mulheres nos territórios 27.5.2 Incentivar a construção de rede das instituições e movimentos de proteção dos direitos das mulheres 27.5.3 Implantar abrigo da mulher
27.6 Avaliar a viabilidade da formação de consórcios públicos intermunicipais para oferta de serviços de maior complexidade	27.6.1 Estabelecer parceria entre Secretarias Municipais de Assistência, Seas e Associação Amazonense de Municípios (AAM) para construção de estudo sobre viabilidade de consórcio público



## Ações propostas

Políticas Públicas	
27.7 Fortalecer a implementação das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Aepeti)	<p>27.7.1 Realizar busca ativa do trabalho infantil nos municípios</p> <p>27.7.8 Fortalecer a intersetorialidade do Grupo Gestor do Aepeti, através da rede entre educação, assistência, saúde e conselho tutelar</p>
27.8 Garantir proteção de idosos em situação de vulnerabilidade ou violação de direitos por ação ou omissão da sociedade, família e Estado, como determina o Estatuto do Idoso	<p>27.8.1 Implantar e/ou fortalecer Conselho Municipal do Idoso com participação de comunitários rurais</p> <p>27.8.2 Garantir o direito do idoso requerer o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a partir dos 65 anos de idade, desde que não possua meios para prover sua própria subsistência ou de tê-la provida pela família</p> <p>27.8.3 Estabelecer ações intersetoriais entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde para ações voltadas ao idoso, incluindo serviços de atendimento domiciliar</p> <p>27.8.4 Criação de um Centro Dia em cada município</p>
27.9 Estabelecer parceria com OSCs que possam complementar a oferta dos serviços de Assistência Social	<p>27.9.1 Identificar OSCs que atuem nos município</p> <p>27.9.2 Buscar capacitação para as OSCs a partir da Seas</p> <p>27.9.3 Incentivar participação nos editais abertos pela Seas</p>
27.10 Captar recursos financeiros para aquisição de transportes fluviais para equipes volantes	

### A COORDENADORIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE CAREIRO<sup>5</sup>

Careiro possui uma Coordenadoria da Mulher vinculada ao Gabinete da Prefeitura, que é responsável pela execução de ações e políticas públicas voltados às mulheres no município. Esta iniciativa pode inspirar a criação de departamento com o mesmo escopo em outros territórios. Embora a Coordenadoria não esteja diretamente vinculada

à Secretaria de Assistência Social, ela é uma instituição importante para mobilizar a construção de uma rede de atenção, proteção e acompanhamento da mulher em situação de vulnerabilidade e risco no território, junto ao Cras, Creas, Casa da Cidadania, Delegacia e movimentos sociais, como o Divas da Floresta, bastante atuante na escuta e orientação de mulheres no município. A Coordenadoria poderia expandir sua atuação através da regulamentação do Conselho Municipal de Mulheres, realização de Conferências Municipais da Mulher, formação de lideranças mulheres das comunidades rurais e mobilização da discussão da desigualdade de gênero em outras secretarias municipais, como a Secretaria de Assistência Social, de Educação, de Saúde e de Produção.

4. INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DAS SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS TERRITÓRIOS E DO ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (EIA/RIMA) DA BR-319

5. INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DA SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAREIRO E REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

## Ações localizadas

- Regularizar os conselhos municipais de Criança e Adolescente, de Idosos, da Coordenadoria da Mulher de Careiro (em curso) e Conselho da Mulher em Careiro.
- Reativar a casa abrigo de crianças e adolescentes do Careiro.
- Implantar Casa de Acolhimento de Criança e Adolescente em Manicoré.
- Implantar Casa da Mulher e Casa do Idoso em Humaitá (em planejamento no PPA Municipal)
- Garantir visitas mais recorrentes da equipe volante da Secretaria Municipal de Assistência Social de Humaitá ao Distrito de Realidade.
- Realizar pacto colaborativo entre as Prefeituras de Careiro e Manicoré para atendimento das comunidades do território Igapó-Açu (São Sebastião do Igapó-Açu, Tupana, Antônio da Farinha, Rio Novo e Jacaretinga).
- Consolidar a estratégia Família Acolhedora nos territórios.
- Fortalecer a Coordenadoria da Mulher no Careiro como uma organização que compõe a rede de proteção à mulher no município.
- Estudar a viabilidade de um consórcio público na região norte da BR-319, envolvendo Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Altazes e Manaquiri, para oferta de serviços de média complexidade.



## OE28 -Fortalecer a participação e organização social na política de assistência

O diálogo entre a sociedade e o poder público, nos processos decisórios e no controle social da política de assistência social, é fundamental para seu bom funcionamento, especialmente, através dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Conselho Municipal de Criança e Adolescente, Conselho da

Mulher, entre outros espaços que podem ser criados na estrutura da política.

No entanto, os territórios enfrentam desafios para efetivar a participação social via conselhos, que inclui a carência de funcionários para se dedicar à atividade nas prefeituras e as dificuldades de promover ações descentralizadas para área rural e de garantir a paridade da representação entre governo e sociedade civil.

### Ações propostas

<b>Políticas Públicas</b>	
28.1 Estabelecer estratégias de comunicação que esclareçam a relevância da política de assistência	28.1.1 Mobilizar lideranças das associações comunitárias.
28.2 Fortalecer os Conselhos Municipais de Assistência Social	28.2.1 Aproveitar o espaço de discussão das escolas 28.2.2 Utilizar rádios comunitárias e conectividade digital, quando possível, como canais de diálogo 28.2.3 Formar os comunitários sobre o funcionamento e importância dos conselhos 28.2.4 Fomentar a participação de representantes das comunidades rurais no Conselho 28.2.5 Fomentar a participação de jovens e mulheres 28.2.6 Garantir a paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil
<b>Sociedade Civil</b>	
28.3 Participar dos espaços de discussão sobre a política de assistência social	28.3.1 Participar das conferências municipais de assistência social 28.3.2 Fortalecer engajamento nos movimentos sociais e conselhos municipais
28.4 Participar dos editais municipais da estratégia Família Acolhedora de crianças e adolescentes em situação de risco	
28.5 Apoiar no Fortalecimento da intersetorialidade das ações das políticas de assistência, educação e saúde	
28.6 Apoiar no Fortalecimento da intersetorialidade das ações das políticas de assistência, educação e saúde	



## Ações localizadas

- Fortalecer e abrir turmas de Promotoras Legais Populares (PLP) nos territórios.
- Consolidar a estratégia de articuladores da assistência social nas comunidades rurais de Manicoré (em planejamento pela Secretaria de Assistência Social de Manicoré).
- Fortalecer os movimentos Divas da Floresta e Mulheres da Rede Transdisciplinar da Amazônia (RETA) entre as mulheres das comunidades de Igapó-Açu, estreitando os laços com os equipamentos e a Secretaria de Assistência Social.
- Fortalecer pequenos movimentos de mulheres que já existem em Manicoré, como o Biojatu, e promover o engajamento de um movimento mais amplo.
- Expandir o Clube de Mães, localizado na sede de Humaitá, para o Distrito de Realidade
- Fortalecer a atuação do Centro Juvenil em Manicoré na oferta de ensino profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social.

### ESTRATÉGIA DE ARTICULADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS COMUNIDADES RURAIS DE MANICORÉ<sup>6</sup>

Um dos desafios das Secretarias Municipais de Assistência Social é estabelecer o diálogo mais próximo com os moradores das comunidades rurais dos territórios. As Secretarias enfrentam desafios em relação à disponibilidade de equipe, de veículo e de recursos para deslocamento. Atualmente, a Secretaria de Manicoré está planejando uma estratégia que pode inspirar outros territórios, que é a definição de articuladores da assistência social nas comunidades. Os articuladores são pessoas das comunidades que podem comunicar as demandas por benefícios e serviços socioas-

sistenciais à Secretaria. O contato inicial para definição do articulador é realizado com a liderança da comunidade, através dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). A própria liderança e/ou ACS podem assumir o papel de articulador, mas também pode ser um professor ou qualquer outro morador. A figura do articulador pode auxiliar no avanço da intersetorialidade das ações entre as áreas de assistência, saúde e educação e na elaboração do Diagnóstico Socioterritorial de Assistência social do município. A Secretaria de Manicoré está estudando a possibilidade de disponibilizar uma bolsa para comunitários que assumam o papel de articulador. É importante destacar que é preciso ter cuidados na relação do articulador com as situações de vulnerabilidade e risco nos territórios, pensando que os equipamentos de assistência social e a própria Secretaria são os responsáveis pela oferta da política.

6 INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DA SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MANICORÉ



## CENTRO JUVENIL SALESIANO<sup>7</sup>

O Centro Juvenil Salesiano de Manicoré é um exemplo de uma experiência que mostra a relevância das OSCs na implementação dos serviços socioassistenciais por meio de contratos de parceria com os municípios. O Centro existe há 16 anos e atua na oferta de cursos profissionalizantes para adolescentes e jovens, entre 12 e 18 anos, em situação de vulnerabilidade social do município. Desde sua criação, a OSC conta com parceria com a Prefeitura Municipal de Manicoré, por vezes, de maneira mais institucionalizada e, por vezes, menos institucionalizada, dependendo das alterações na gestão do governo municipal. As regras de transferência dos recursos e de transparência das despesas poderiam ficar mais claramente estabelecidas. Atualmente, o Centro possui um convênio com a Prefeitura, além de dispor de um pedagogo do quadro do governo municipal e do pagamento da energia elétrica consumida no local. Outra fonte de rendimento é o convênio com o Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FPS) do Governo do Estado do Amazonas. Também já foi estabelecido um convênio com a Seas, através de edital disponibilizado para OSCs que atuam no Estado, mas não está mais vigente. O Centro Juvenil Salesiano tem um papel fundamental no atendimento de adolescentes e jovens vítimas de violência e em situação de drogadição de Manicoré.

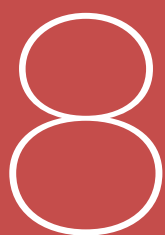
7 INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DO CENTRO JUVENIL SALESIANO DE MANICORÉ





FAROFA DE OVOS  
5,00 REAIS

CAFEZINHO  
2,00 REAIS



# **MECANISMOS DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA PRESERVAÇÃO DA VIDA E DO MEIO AMBIENTE**

# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

A segurança pública foi definida na Constituição Federal de 1988 (CF de 1988) como um dever do Estado e um direito da sociedade. Portanto, pode ser considerada uma política social, a exemplo da saúde e educação. Desse modo, o objetivo da ação estatal deve ser propiciar ambientes onde as pessoas se sintam seguras. Para isso, cinco dimensões perpassam o tema: controle do crime, da violência, aprimoramento das agências de segurança pública, justiça criminal e prevenção<sup>1</sup>.

Nas últimas décadas, o tema ganhou destaque na lista de prioridade dos brasileiros<sup>2</sup> porque o cenário da violência se agravou profundamente no país. A taxa de mortes violentas atingiu seu ápice em 2017, quando chegou a 31,6 a cada 100 mil habitantes<sup>3</sup>. No Amazonas, houve um salto de 52,1% na taxa de mortes violentas por 100 mil habitantes entre 2008 e 2018, quando o estado atingiu 37,8 homicídios a cada 100 mil habitantes.

Diversos fatores explicam esse quadro, dentre eles a explosão de conflitos entre facções criminosas oriundas do Sudeste e grupos locais<sup>4</sup>, na disputa por rotas de distribuição de

drogas e a interiorização dessas facções para comunidades rurais do estado. Além disso, diferentes atividades ilegais, como o narcotráfico, desmatamento, grilagem de terra e garimpo se tornaram mais frequentes e passaram a ser praticadas pelos mesmos grupos<sup>5</sup>.

Na contramão desses dilemas, a segurança pública enfrenta desafios de coordenação nacional na gestão e integração da política, além de dificuldades para articulação das ações das polícias estaduais – Polícia Militar (PM) e Polícia Civil (PC) - e federais – Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF). Essa descoordenação contribui para a não resolução dos problemas de segurança na região e aumenta a sensação de insegurança na população.

Existem outras questões estruturais que merecem atenção do poder público e das organizações da sociedade civil (OSC), persistentes até os dias atuais, como as múltiplas formas de violência contra mulheres, crianças e adolescentes.

Os caminhos propostos podem contribuir para diminuição da violência e o aumento da sensação de segurança no Amazonas, mais precisamente nos territórios-alvo do projeto.

1 PERES ET. AL (2014)

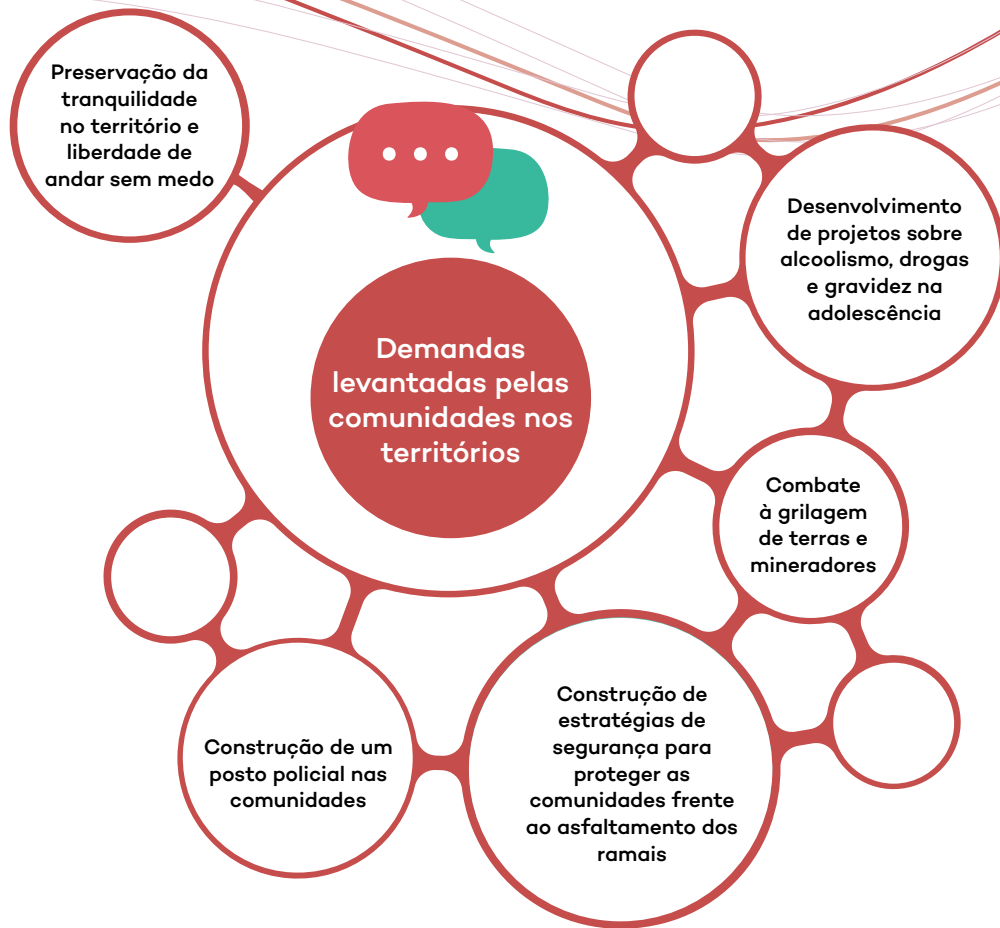
2 FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO SOU DA PAZ (2018)

3 FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA (2021)

4 IPEA (2020)

5 FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA (2020)





## Problemas mapeados

Invisibilidade da violência contra a mulher, especialmente as mais jovens

Crescimento da taxa de homicídio entre homens jovens no Amazonas

Falta de policiamento nos ramais e comunidades locais

Aumento dos conflitos por terra e recursos naturais com a abertura da BR-319

Aumento no consumo de álcool e drogas nas comunidades

Inexistência de postos policiais em diversas comunidades

Dificuldade do acesso de policiais a comunidades isoladas



### Aparentes

Desarticulação de ações da polícia federal, polícia rodoviária federal e polícias estaduais

### Estruturantes

Chegada de grupos e organizações criminosas no Amazonas

Responsabilização dos municípios e comunidades no financiamento de ações de policiamento

Fragilidade no sistema de informações de segurança pública do Amazonas

Quadro reduzido de policiais militares no estado



### OE29 - Aprimorar a estrutura de gestão do setor de segurança pública no Amazonas

A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) é responsável pela coordenação de todas as atividades do sistema de segurança pública do estado, composto por diversos órgãos : PM, PC, Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Corpo de Bombeiros, Corregedoria-Geral, Secretaria-Executiva-Adjunta de Inteligência (Seai) e Instituto Integrado de Ensino e Segurança Pública (Iesp). De acordo com o IBGE, a SSP-AM também possui um Conselho e um Fundo Estadual de Segurança Pública. Contudo, não foram encontradas informações sobre estes espaços.

Na SSP-AM, não há metodologia única para alimentação do Sistema Integrado de Segurança Pública (Sisp), onde se registram as ocorrências criminais. O que indica uma provável subnotificação das informações criminais que também não são disponibilizadas em formato editável. Consequentemente, o Anuário de 2020 do Fórum de Segurança Pública classifica o Amazonas entre os estados em que não é possível avaliar, de forma fidedigna, os indicadores criminais.

A seguir serão apresentadas ações para definição de metodologia única no registro das ocorrências criminais, aprimoramento do sistema de informação da gestão e promoção de maior transparência e participação social na SSP-AM.



## Ações propostas

Políticas Públicas	
29.1 Definir metodologia única de registro das ocorrências policiais em todo o estado	<p>29.1.1 Definir sistema informacional único para registro de todas as ocorrências criminais</p> <p>29.1.2 Realizar formações dos PMs e PCs para registrar corretamente as ocorrências</p> <p>29.1.3 Realizar parceria com unidades de ensino e de saúde para utilizar a internet desses equipamentos em comunidades remotas</p> <p>29.1.4 Registrar e divulgar informações sobre as principais demandas feitas aos canais de emergência dos municípios</p> <p>29.1.5 Realizar levantamento semestral das principais demandas e tipos de ocorrência atendidas em cada município</p> <p>29.1.6 Divulgar mensalmente, e em formato editável, os registros criminais</p> <p>29.1.7 Consolidar o funcionamento de um setor de estatísticas criminais integrado entre os órgãos da SSP-AM</p> <p>29.1.8 Formar funcionários civis para atuar na produção e sistematização de informações e estatísticas criminais</p>
29.2 Utilizar sistemas informatizados para organizar as ações SSP-AM	<p>29.2.1 Informatizar as estratégias de despacho das viaturas da PM para as diversas regiões do estado</p> <p>29.2.2 Criar sistema de monitoramento e aquisição de materiais de administração e manutenção da SSP-AM</p> <p>29.2.3 Formar servidores da SSP-AM para alimentar e atualizar o sistema administrativo</p> <p>29.2.4 Abastecer, periodicamente, os Batalhões da PM e Delegacias do interior do estado com materiais de manutenção e administração</p>
29.3 Promover maior transparência e participação social na política estadual de segurança pública	<p>29.3.1 Estruturar o portal da SSP-AM de modo a dar transparência para as ações realizadas pela pasta</p> <p>29.3.2 Institucionalizar o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Pública, com participação paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil e periodicidade mensal de reuniões</p> <p>29.3.3 Realizar, a cada quatro anos, uma Conferência Estadual de Segurança Pública para definir agendas de médio prazo em conjunto com a sociedade civil</p> <p>29.3.4 Elaborar o Plano Estadual de Segurança Pública em parceria entre o poder público e a sociedade civil</p> <p>29.3.5 Divulgar o plano estadual de segurança pública e as ações previstas para o setor no quadriênio do PPA atual (2020-2023) e nos seguintes</p> <p>29.3.6 Divulgar os critérios e resultados utilizados para definir o planejamento de efetivo policial por região do estado</p>

## Ações localizadas

- Formar PMs alocados no Batalhão da PM de Humaitá para preencher corretamente o sistema de informação as ocorrências criminais do sul do Amazonas.
- Realizar parcerias com escolas, postos de saúde, OSCs e associações comunitárias para garantir acesso à internet a policiais designados para comunidades remotas de Igapó-Açu, Careiro e Manicoré.



## PACTO PELA VIDA – GOVERNO ESTADUAL DE PERNAMBUCO<sup>6</sup>

Inspiração para aprimoramento da gestão da política de segurança pública pode ser encontrada no Pacto pela Vida, primeiro Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco, lançado em 2007. O plano foi elaborado de maneira conjunta entre atores do poder público e diversos setores da sociedade civil, com o objetivo de reduzir as taxas de criminalidade do Estado.

O plano contém sete eixos estruturantes: a repressão qualificada da violência e redução da impunidade; a modernização de processos administrativos; definição de rotinas relacionadas à capacidade operacional dos órgãos de segurança; consolidação de sistemas integrados de

6 BRASIL (2014)

registro de informações e transparência dos dados; a formação e capacitação de novos agentes; prevenção do crime; e gestão democrática, com incremento da participação e do controle social<sup>7</sup>.

As ações decorrentes do plano voltaram-se a estratégias para incentivar a redução do consumo de drogas, patrulha e rondas em bairros, oficinas para juventude, ações de acolhimento à população em situação de rua e ampliação de direitos para grupos vulneráveis.

Entre 2007 e 2014 houve uma redução no número de crimes no Estado, apontando o êxito da iniciativa. Entretanto, algumas análises criticam o envolvimento da sociedade civil apenas na elaboração do pacto, mas não no monitoramento e na avaliação.

7 ANTUNES (2019)

## OE30 - Garantir policiamento nas áreas urbanas e comunidades rurais dos municípios impactados pela BR-319

O Amazonas tem sofrido com uma diminuição do efetivo policial, em razão da aposentadoria de agentes e da não realização de novos concursos públicos há quase 11 anos. Como resultado, a distribuição de policiais pelo interior do estado é insuficiente para cobrir todo o território e tem sido sentida pela população. Essa defasagem foi tema de uma ação civil do Ministério Público do Amazonas, que orientou o governo estadual a aumentar o efetivo de PMs<sup>8</sup>. A resposta da SSP-AM foi anunciar a abertura de 1.350 vagas para a PM e outras 1.150 para serem distribuí-

8 D24 AMAZONAS (2021)

das entre os demais órgãos do sistema<sup>9</sup>.

Além da falta de agentes, há escassez de recursos para realizar a manutenção dos batallhões da PM no interior do estado e para garantir a logística de transporte, alimentação e hospedagem de policiais deslocados dos seus municípios de moradia para realizar o policiamento em cidades e comunidades distantes. Tal carência obriga as prefeituras municipais e comunitários a fazerem rateios para apoiar a ida de PMs aos territórios.

Os caminhos propostos buscam aumentar o policiamento nas áreas urbanas e rurais do Amazonas, melhorar a infraestrutura para trabalho dos agentes de segurança e definir novos padrões de desempenho dos policiais.

9 NASCIMENTO (2021)



## Ações propostas

Políticas Públicas	
30.1 Aumentar o policiamento nas áreas urbanas e comunidades rurais dos municípios	<p>30.1.1 Realizar concurso público regionalizado para ingresso na PM</p> <p>30.1.2 Anunciar, em edital de contratação, a quantidade de vagas para atuação nos municípios do interior do estado e em comunidades rurais</p> <p>30.1.3 Aumentar a quantidade de efetivo policial destinado aos municípios do sul do Amazonas</p> <p>30.1.4 Capacitar os novos PMs para atuarem em comunidades rurais do estado</p> <p>30.1.5 Financiar as despesas com alimentação e transporte dos policiais quando encaminhados para distritos e comunidades rurais</p> <p>30.1.6 Oficializar parcerias entre PM e associações comunitárias para realizar a logística de transporte, alimentação e hospedagem dos policiais</p> <p>30.1.7 Criar sistema de bonificação para PMs que atuam em comunidades rurais</p> <p>30.1.8 Orientar policiais alocados em comunidades distantes ou remotas para não realizar práticas ilegais de desmatamento e caça nos territórios</p> <p>30.1.9 Incorporar 65 policiais e adquirir 17 viaturas e outros equipamentos para a Polícia Rodoviária Federal (PRF)</p> <p>30.1.10 Definir as atribuições dos policiais durante operações nas áreas urbanas dos municípios</p> <p>30.1.11 Realizar esforço de articulação entre PM e PRF no interior do estado</p>
30.2 Melhorar a infraestrutura local de trabalho dos agentes de segurança pública	<p>30.2.1 Criar bases comunitárias da PM nos distritos mais distantes das sedes municipais</p> <p>30.2.2 Estruturar estratégias de logística e transporte para atendimento a emergências em comunidades rurais</p> <p>30.2.3 Realizar ações de manutenção e melhoria dos Batalhões da PM nas sedes municipais</p> <p>30.2.4 Adquirir equipamentos (veículos, computadores e rádios) para a PC nos municípios ao longo da BR-319</p>
30.3 Definir novos padrões de medição de desempenho de policiais	<p>30.3.1 Formar os novos policiais e policiais da ativa para atuarem orientados à proteção da vida e ao esclarecimento de homicídios</p> <p>30.3.2 Definir bonificação para cumprimento de metas de redução de mortes violentas</p> <p>30.3.3 Definir bonificação para cumprimento de metas de redução da letalidade policial</p> <p>30.3.4 Definir metas de satisfação das vítimas de crimes com o atendimento policial (percentual das pessoas que consideram que a polícia fez um bom trabalho)</p> <p>30.3.5 Definir metas de infrações levadas à justiça</p> <p>30.3.6 Definir metas de redução de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos</p> <p>30.3.7 Definir metas de redução de casos de violência contra a mulher</p>



### Ações Localizadas

- Articular com as guardas municipais de Careiro, Humaitá e Manicoré quais são as áreas e tipos de atuação da PM e as possibilidades de atuação das Guardas Civis Municipais nos municípios
- Realizar reuniões mensais entre lideranças comunitárias e PMs designados para atuar no território de Igapó-Açu para tratar da segurança na comunidade
- Realizar reformas de melhoria no Batalhão da Polícia Militar em Humaitá e garantir a destinação de materiais de manutenção e de escritório
- Instalar, no mínimo, três unidades operacionais da PRF após a pavimentação, no município de Careiro e nos entroncamentos da BR-319 com a AM-364<sup>10</sup>.
- Criar uma Delegacia da PRF no município de Humaitá<sup>11</sup>.
- Lotar pessoal (investigadores e escrivães) da PC nos municípios ao longo da BR-319<sup>12</sup>.

10 MPF (2021)

11 MPF (2021)

12 MPF (2021)

## OE31 - Tornar a vida de mulheres e jovens mais seguras

Os diferentes tipos de violência contra mulheres cresceram nos últimos anos. Em 2020, foram registradas pelas secretarias estaduais de Segurança Pública 3.913 mulheres vítimas de homicídios em todo o país, dentre essas 1.350 vítimas comprovadamente de feminicídio. Outros números são alarmantes, como 230 mil casos registrados de violência doméstica, 13 mil ameaças sofridas por mulheres e 60 mil estupros. No Amazonas, embora também sejam preocupantes, essas taxas são mais baixas do que as médias nacionais, o que pode ser ocasionado pela ausência de registro sistemático das informações. Fato é que essas tendências indicam padrões

de insegurança para a vida de mulheres, principalmente no interior do estado, onde as principais vítimas de violência atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) são meninas entre 10 e 19 anos.

Em trajetória de evolução semelhante encontra-se o envolvimento de jovens, principalmente homens, de 15 a 29 anos, em situações de violência. Nos últimos anos, houve aumento das taxas de homicídios entre pessoas dessa idade, inclusive em municípios do interior, como é o caso de Careiro.

Diante desse contexto, os caminhos propostos neste objetivo estão voltados a aprimorar a atuação das instituições de segurança pública no combate a violências contra mulheres e meninas, além de jovens.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
31.1 Desenvolver capacidade e sensibilidade dos agentes de segurança pública para atender casos de violência contra mulher	<p>31.1.1 Formar, sob a liderança da Secretaria Estadual de Mulheres, PMs e PCs para melhor atender ocorrências de violência doméstica e violência de gênero contra mulheres</p> <p>31.1.2 – Criar protocolo dos órgãos de segurança pública para aprimorar o atendimento a violências de gênero, de modo articulado com profissionais da saúde e assistência social</p> <p>31.1.3 – Criar rodas de conversas com PMs e PCs em escolas, Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e centros comunitários sobre violência de gênero e violência doméstica</p> <p>31.1.4 - Realizar oficinas lúdicas com mulheres e comunitários para informar sobre diferentes tipos de violência contra a mulher (tais como Ciranda Rural e Jogo do Espelho)</p> <p>31.1.5 - Criar grupo reflexivo terapêutico para PMs e PCs sobre as múltiplas formas de violência contra a mulher</p> <p>31.1.6 - Elaborar manuais de atendimento a mulheres, jovens e crianças vítimas de violência para aprimorar o atendimento realizado por agentes de segurança pública</p> <p>31.1.7 - Definir a necessidade de que uma PM do gênero feminino participe do acolhimento e encaminhamento de ocorrências contra mulheres</p>
31.2 Aprimorar as capacidades institucionais dos órgãos de segurança para combater casos de violência contra a mulher	<p>31.2.1 – Encaminhar casos de violência verificados para delegacias, sistema judiciário e rede de proteção social a fim de completar o ciclo de atendimento à vítima</p> <p>31.2.2 - Criar um Núcleo de Atendimento à Mulher em delegacias já existentes do interior do Amazonas</p> <p>31.2.3 – Expandir o programa Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar do Amazonas para o interior do estado</p> <p>31.2.4 – Registrar e compartilhar informações de atendimentos a mulheres vítimas de violência no estado, garantindo proteção da identidade das vítimas</p> <p>31.2.5 - Criar aplicativo para disponibilizar aos agentes de segurança pública protocolos de atendimento a mulheres vítimas de violência</p>

## Ações propostas

Políticas Públicas	
31.3 Aproximar agentes de segurança pública e jovens para diminuir os conflitos entre esses dois grupos	<p>31.3.1 Incluir a temática da juventude nos processos formativos da PM e PC do estado</p> <p>31.3.2 Incluir nos processos formativos dos agentes de segurança, visitas a escolas, equipamentos da assistência social e OSCs que atuam com jovens</p> <p>31.3.3 Promover parcerias entre assistentes sociais, conselheiros tutelares e policiais militares para trocarem experiências sobre adolescência e juventude</p> <p>31.3.4 Promover visitas de jovens aos Batalhões da PM</p> <p>31.3.5 Uniformizar os procedimentos de atendimento a ocorrências que envolvam jovens, seja como infratores ou vítimas</p> <p>31.3.6 Criar procedimentos operacionais de abordagem que respeitem os direitos da juventude</p> <p>31.3.7 Expandir o “Programa Formando Cidadão” da PM do Amazonas para municípios do interior do estado</p> <p>31.3.8 Expandir o “Projeto Prevenção e Segurança nas Escolas” da PM do Amazonas para municípios do interior do estado</p> <p>31.3.9 Promover Oficinas Agente Jovem de explicação a jovens sobre o trabalho das polícias em escolas</p> <p>31.3.10 Promover rodas de conversa entre jovens e policiais em que os jovens sejam os protagonistas e falem dos seus gostos e comportamentos</p>

## Ações localizadas

- Criar nova Delegacia da Mulher no município de Humaitá, para atender também o município de Manicoré e outras cidades próximas à BR-319
- Criar um Núcleo de Atendimento à Mulher na Delegacia Interativa de Humaitá (enquanto não for criada a Delegacia da Mulher)
- Criar um Núcleo de atendimento à Mulher na 72ª Delegacia Interativa de Auxiliadora (atende o município de Manicoré)
- Criar uma unidade do programa Maria da Penha no Batalhão da PM em Humaitá
- Criar uma unidade do Programa Formando Cidadão no Batalhão da PM de Humaitá
- Criar o Programa Formando Cidadão no Batalhão de PM de Humaitá
- Criar unidades do Projeto Segurança nas Escolas nos municípios de Careiro, Humaitá e Manicoré

### NÚCLEOS DE ATENDIMENTO À MULHER (NUAMS)

Os Núcleos de Atendimento à Mulher (Nuams) têm como função prestar atendimento a vítimas de violência doméstica e familiar em delegacias em que a área de atribuição não esteja sob responsabilidade de uma

Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam). Nas localidades onde não há uma Deam, é possível que a delegacia comum disponha de atendimento especializado. Cada Nuam é estruturado com uma sala reservada para atendimento e, pelo menos, uma profissional especificamente qualificada.



## ESPELHO COM A RONDA MARIA DA PENHA<sup>13</sup>

A Ciranda Rural e o Jogo do Espelho são ações criadas pela Ronda Maria da Penha da Polícia Militar do estado da Bahia, que tem como objetivo apresentar a mulheres de comunidades urbanas e rurais, diferentes tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha e esclarecer o significado da Medida Protetiva de Urgência. Inicialmente, a medida foi criada para atender a mulheres policiais e esposas de policiais que sofriam violência doméstica. Posteriormente, seu atendimento foi expandido para todas as mulheres do estado.

O Jogo do Espelho é um jogo de tabuleiro construído com metodologia lúdica e pedagógica para apresentar às mulheres de comunidades urbanas os diferentes tipos de violência contra mulher e as situações cotidianas que os enquadram.

A Ciranda Rural é uma atividade direcionada a comunidades rurais, que possui três rodas de conversa simultâneas: uma com mulheres da comunidade, para aplicar uma versão semelhante do Jogo do Espelho; uma com homens, em que é feita uma sensibilização sobre violência contra mulher em formato de debate; e uma com crianças, em que uma educadora desenvolve atividades de recreação. O Jogo do Espelho dentro da Ciranda Rural é adaptado para um contexto em que parte das mulheres não são alfabetizadas.

As dinâmicas podem ser aplicadas em equipamentos de assistência social, associações comunitárias, escolas e unidades de saúde. A experiência aborda diretamente as desigualdades de gênero, ao mapear comportamentos abusivos cristalizados em relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres e tem potencial para alterar a forma como a própria PM lida com a violência contra a mulher.

13 SANTOS (2018)



### PROGRAMA FORMANDO CIDADÃO - POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS<sup>14</sup>

O Programa Formando Cidadão da PM realiza atividades de práticas esportivas, recreativas, culturais, acompanhamento psicológico e prevenção às drogas para crianças de 12 a 17 anos. A formalização de parcerias da PM com algumas OSCs também permite a matrícula dos usuários em cursos profissionalizantes. A iniciativa já atendeu quase 10 mil crianças no Amazonas, mas está restrita aos municípios de Manaus, Rio Preto da Eva, Iranduba, Itacoatiara e Manacapuru.

14 SSP-AM (2021)

### PROJETO “PREVENÇÃO E SEGURANÇA NAS ESCOLAS” – SSP-AM<sup>15</sup>

O Projeto Prevenção e Segurança nas escolas foi criado em 2018, e é realizado pelo Departamento de Prevenção à Violência da SSP-AM, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação. O objetivo da iniciativa é capacitar estudantes, pais e a comunidade escolar para que se tornem multiplicadores de ações de prevenção à violência e às drogas. A implementação do programa ocorre por meio de palestras e cursos com os principais grupos-alvo do projeto. Até o momento, a experiência foi aplicada apenas em uma escola de Manaus, onde 2,4 mil pessoas foram atendidas, mas tem potencial de replicação e expansão para escolas do interior do Estado.

15 SSP-AM (2021b)

## OE32 - Elaborar estratégias de ordenamento e monitoramento territorial para prevenção da violência e ilícitos ambientais

Atualmente, o território amazônico e, em especial, o Amazonas, padece de uma sobreposição territorial de ilegalidades, que não são sentidas apenas no aumento do número de mortes violentas, mas no desmatamento, na grilagem de terras e nos garimpos ilegais. Esses fatores apontam para a existência de uma rede de atores que cometem uma série de atividades ilegais e não apenas tráfico de drogas ou desmatamento<sup>16</sup>.

No caso dos crimes ambientais, nota-se que houve forte aumento no número de queimadas e índices de desmatamento entre 2019 e 2020, que colocou o Amazonas como o terceiro estado que mais desmata na Amazônia brasileira<sup>17</sup>. O ano de 2020 também registrou aumento no desmatamento em quase todos os municípios de influência da BR-319 e nas terras indígenas da região<sup>18</sup>. Em 2021, a situ-

ação não melhorou. Informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que o Amazonas é o segundo estado com mais florestas destruídas na região Norte, com um aumento de 67,4% do total desmatado na comparação entre janeiro e maio de 2021 com o mesmo período do ano anterior<sup>19</sup>.

O contexto discutido é agravado por uma falta de coordenação entre as distintas instituições policiais e de fiscalização ambiental atuantes no interior do Amazonas. A PM e a PC, ambas estaduais, a PF e a PRF, federais, e órgãos de fiscalização ambiental como o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não costumam atuar em conjunto.

A partir desse quadro, o presente objetivo visa a melhorar a atuação das forças policiais do poder público na fiscalização e contenção de crimes ambientais, a partir do fortalecimento de mecanismos de governança e da coordenação entre essas instituições.

16 LIMA ET AL (2021)

17 TERRABRASILS (2021)

18 FONSECA et al (2020)

19 BEATRIZ (2021)



## Ações propostas

Políticas Públicas	
32.1 Aprimorar a capacidade de atuação dos agentes de segurança na gestão e fiscalização ambiental	<p>32.1.1 Capacitar Policiais Militares para atuarem na agenda de gestão ambiental</p> <p>32.1.2 Capacitar agentes policiais (PM, PC, PF, PRF) para utilizar informações geradas pelos mecanismos de monitoramento independentes</p> <p>32.1.3 Ampliar a utilização de dados de inteligência e desmatamento para fiscalizar atividades ilegais de desmatamento</p> <p>32.1.4 Promover a utilização por parte dos agentes de segurança pública dos dados e informações produzidas por iniciativas de monitoramento territorial da sociedade civil</p>
32.2 Fortalecer a coordenação entre agentes de segurança e órgãos de fiscalização ambiental	<p>32.2.1 Desenvolver protocolos integrados de controle, monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições policiais (PC, PM, PF, PRF), bombeiros e órgãos ambientais (Secretaria Estadual de Meio Ambiente - Sema, Ibama, Ipaam)</p> <p>32.2.2 Elaborar um protocolo de segurança para agentes de monitoramento ambiental em parceria com a PM e os órgãos ambientais</p> <p>32.2.3 Elaborar protocolo de segurança e atuação conjunta entre a PM, PF e PRF para garantir a proteção e integridade física de servidores e prédios, equipamentos e instalações públicos</p> <p>32.2.4 Definir representantes da PM, PC, PF e PRF na Comissão Temática sobre Gestão Ambiental e Territorial no Fórum da BR-319</p> <p>32.2.5 Apoiar a criação de um Programa de Formação Contínua de Brigadistas locais coordenado pela Sema</p> <p>32.2.6 Incentivar ações de educação ambiental para comunitários do interior do estado junto a Sema e outros órgãos ambientais</p>

## Ações localizadas

- Capacitar Policiais Militares do Batalhão de Humaitá na agenda de gestão ambiental
- Formar um Grupamento Ambiental, vinculado ao Batalhão Ambiental, no Batalhão de Humaitá
- Realizar rondas do grupamento ambiental de Humaitá nos municípios de Humaitá, Manicoré, Lábrea, Apuí, Novo Aripuanã e Borba








9

**DEMOCRATIZAÇÃO  
DE ESPAÇOS E  
INICIATIVAS DE  
LAZER EM DIÁLOGO  
COM AS CULTURAS  
LOCAIS**



# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

O lazer é uma área importante da vida em sociedade. Enquanto uma abordagem utilitarista o coloca apenas como tempo livre de recuperação das forças de trabalho, uma visão sociocultural aponta outros caminhos. Neste caso, ele está entrelaçado com os modos de vida de cada território. O lazer pode mobilizar diferentes componentes culturais, como os artísticos, físico-esportivos, intelectuais, manuais, sociais<sup>1</sup> e turísticos<sup>2</sup>.

Essa estratégia visa apresentar os principais desafios para as práticas de lazer nos territórios e os caminhos para fortalecê-lo, compreendendo a diversidade e a dinâmica do lazer no contexto amazônico e aproximando-se, assim, da abordagem sociocultural.

Assim como o acesso à educação, à saúde e à assistência social, o acesso ao lazer é um direito social no Brasil, mas, diferente dessas

políticas, a Constituição Federal de 1988 não estabeleceu uma definição clara das competências dos entes federativos para a política de lazer, o que agrava os desafios para sua implementação<sup>3</sup>. A área sofre diversas reestruturações com as mudanças de governo nos planos federal, estadual e municipal e não possui uma estrutura clara de financiamento.

Esta estratégia aponta para fortalecimento do acesso ao lazer e, ao mesmo tempo, o respeito à autonomia dos territórios, por meio da proposição de caminhos para a criação de uma estrutura no governo estadual voltada à democratização da área, que estabeleça uma relação de coordenação entre os governos municipais, a intersetorialidade das ações de lazer com outros setores no âmbito estadual e municipal, e o fortalecimento da participação e organização social.

1 DUMAZEDIER (1980)  
2 CAMARGO (2003)

3 SANTOS; CARVALHO; FROES (2019)



## Banco de areia de problemas mapeados

Baixa capilarização do incentivo ao lazer nas áreas rurais dos municípios

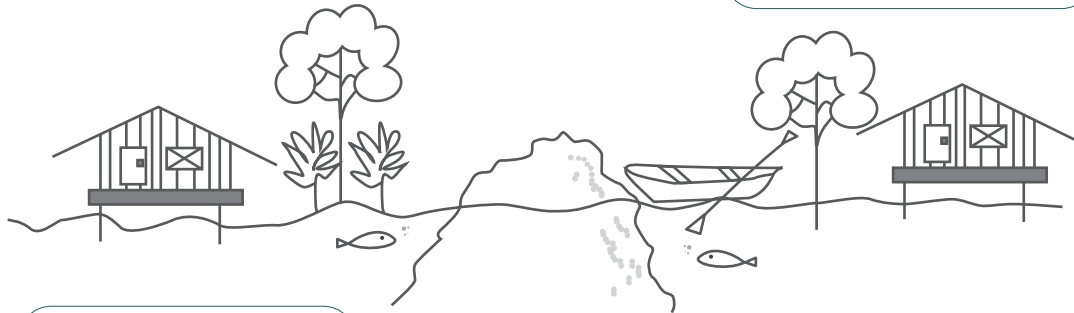
Número reduzido de profissionais de lazer no setor público e necessidade de avançar em formação

Foco do governo federal e estadual em esportes de alto rendimento em detrimento de programas de inclusão

Baixa infraestrutura de energia, comunicação e locomoção no interior do Amazonas

### Aparentes

Baixa priorização do lazer entre as pastas governamentais do município



Dependência das emendas parlamentares para financiamento executados pelo setor público

### Estruturantes

Baixa intersectorialidade do lazer com outras pastas governamentais

Baixa coordenação federativa no financiamento e execução da política de lazer

Baixo reconhecimento do lazer como direito social

Crianças, jovens, mulheres e idosos engajados em atividades de lazer, esporte e cultura

Articulação entre poder público e sociedade civil para fortalecimento das práticas de lazer e de culturas locais

**Transformação esperada**

Incentivo governamental ao lazer capilarizados para as áreas rurais dos municípios

Acesso democrático aos espaços e iniciativas de lazer nos territórios

## OE33 - Fortalecer a coordenação estadual na política de lazer

Em 2019, a reforma administrativa promovida pelo Governo Estadual do Amazonas extinguiu, entre outras pastas, a Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), com a proposta de que as responsabilidades da Sejel fossem incorporadas à Secretaria de Estado de Educação (Seduc). A fusão ocorreu no campo legal, mas, no campo prático, as estruturas, o orçamento, os programas e projetos não foram integrados à Seduc. Ou seja, as políticas públicas sobre o lazer ficaram enfraquecidas.

A proposta aqui é indicar caminhos para o fortalecimento da atuação estadual na política de lazer, por meio da recriação de uma secretaria estadual direcionada exclusivamente para a área, pelo fortalecimento da coordenação da Seduc voltada ao lazer educacional e pela aproximação entre governo estadual e os municipais. A formação de agentes de lazer para atuar nos territórios, acesso a programas estruturantes e orientações para elaboração de projetos são demandas dos municípios. O governo estadual tem potencial para realizar estas e outras ações em colaboração com as prefeituras.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
33.1 Recriar a Secretaria Estadual voltada para lazer e esporte	<p>33.1.1 Elaborar projetos de inclusão de lazer para o interior do estado</p> <p>33.1.2 Mobilizar recursos do Fundo Estadual do Esporte e Lazer (FEEL) para iniciativas inclusivas de lazer</p> <p>33.1.3 Estabelecer ações intersetoriais junto à Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc), Secretaria de Estado de Saúde (SES), Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror) e Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), com incentivo à destaques orçamentários para execução de iniciativas colaborativas</p> <p>33.1.4 Orientar municípios para proposição de projetos a programas de empresas e emendas parlamentares</p> <p>33.1.5 Capacitar municípios sobre como acessar programas federais, como o Programa Brasil em Campo do Ministério da Cidadania</p> <p>33.1.6 Orientar os municípios na elaboração de diagnósticos participativos de lazer</p>
33.2 Formular uma política estadual de capacitação de agentes de lazer	<p>33.2.1 Estabelecer parceria entre o governo estadual, a Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) para capilarizar as capacitações para o interior do estado</p> <p>33.2.2 Articular com os municípios a construção das diretrizes e ações da política</p> <p>33.2.3 Diversificar os componentes de lazer que orientará a formação, incluindo os componentes artístico, físico-esportivo, intelectual, manual, social e turístico</p> <p>33.2.4 Articular com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e movimentos sociais a construção das diretrizes e ações da política</p> <p>33.2.5 Garantir a formação e atuação de jovens e mulheres como agentes de lazer</p>
33.3 Fortalecer a Coordenação de Educação Física e Artes dentro da Seduc	<p>33.3.1 Incentivar o diálogo com a cultura local na implementação do Programa de Apoio ao Ensino da Arte nas Escolas da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas (Proenarte)</p> <p>33.3.2 Incentivar o diálogo das demandas esportivas locais na implementação do Programa de Apoio Didático e Pedagógico à Educação Física Escolar da Rede de Ensino do Estado do Amazonas (Proefe)</p> <p>33.3.3 Fortalecer a estratégia de destaque de parte da carga horária dos professores de educação física, da rede pública estadual, para aulas de práticas corporais coletivas</p>



## Ações propostas

Políticas Públicas	<p>33.3.4 Destacar parte da carga horária dos professores de artes, da rede pública estadual, para iniciativas voltadas à arte, em diálogo com a cultura local</p> <p>33.3.5 Articular parceria entre as Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) e Centro de Formação de Profissional “Padre José Anchieta” (Cepan) para formar professores dos municípios, pensando as particularidades das escolas localizadas nas áreas rurais</p>
33.4 Implantar o Conselho Estadual de Esporte e Lazer	<p>33.4.1 Garantir participação paritária de representantes governamentais e da sociedade civil</p> <p>33.4.2 Fomentar participação de OSCs e movimentos da sociedade civil voltados ao desenvolvimento de ações para democratização do lazer</p> <p>33.4.3 Garantir representantes da área de lazer do interior do estado</p>

## Ações Localizadas

- Mapear potenciais áreas de atuação dos futuros agentes de lazer nos territórios da região da BR-319.
- Formar agentes de lazer voltados ao turismo em comunidades de Manicoré, incluindo a comunidade São Sebastião do Igapó-Açu e em comunidades do Lago do Mamori, em Careiro.



## OE34 - Fortalecer a oferta dos serviços de lazer nos municípios

Os municípios são os principais implementadores da política de lazer, como ocorre na implementação de outras políticas sociais. No entanto, diferente das áreas de educação, saúde e assistência social, que possuem recursos vinculados e instrumentos de gestão compartilhados mais claros, na área de lazer, os municípios são dependentes de estruturas federais e estaduais que se alte-

ram com alternância de governos e suas respectivas priorização de investimentos.

Apesar dos desafios, é no município que o lazer está entrelaçado com as diversas dinâmicas sociais e as iniciativas de lazer de cada localidade. Por esse motivo, a construção de um Programa Municipal de Lazer e Esporte é um importante caminho para estruturar ações intersetoriais com outras pastas das prefeituras e estabelecer estratégias para acesso a programas de outras esferas federativas e recursos de outras naturezas.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
34.1 Construir um Programa Municipal de Lazer e Esporte	<p>34.1.1 Formar Grupo de Trabalho entre pastas de Lazer e Esporte, Cultura, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Assistência Social, Turismo, Infraestrutura e Produção</p> <p>34.1.2 Elaborar plano bienal integrado de esporte e lazer</p> <p>34.1.3 Implantar o Fundo Municipal de Esporte e Lazer nos municípios (em curso em Manicoré)</p> <p>34.1.4 Incentivar práticas de lazer para além do esporte e práticas culturais, como arte, dança, música, leitura, banhos, festas</p> <p>34.1.5 Definir estratégias de redução de desigualdade de gênero</p>
34.2 Elaborar diagnóstico participativo das iniciativas e espaços de lazer nos territórios	<p>34.2.1 Envolver comunidades rurais, através das associações comunitárias</p> <p>34.2.2 Mapear a percepção da sociedade civil sobre os impactos da BR-319 nas práticas de lazer</p> <p>34.2.3 Envolver OSCs que atuem na área de lazer no território</p> <p>34.2.4 Envolver Jovens e mulheres</p>
34.3 Implantar espaços de esporte e lazer nas comunidades rurais	<p>34.3.1 Acessar o Programa Brasil em Campo do Ministério da Cidadania</p> <p>34.3.2 Definir junto aos comunitários as áreas para implantação dos espaços de lazer</p>
34.4 Apoiar implantação de projetos e espaços de lazer nas comunidades rurais	<p>34.4.1 Buscar parceria com OSCs</p> <p>34.4.2 Implantar bibliotecas com narrativas locais nas escolas através de parceria entre Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Lazer, Secretaria Municipal de Cultura, comunidade escolar e comunitários idosos</p> <p>34.4.3 Implantar brinquedotecas integradas à comunidade</p> <p>34.4.4 Implantar chapéus de palhas em parceria com associações comunitárias</p> <p>34.4.5 Construir galpões em parceria com associações comunitárias</p>
34.5 Garantir o direito de lazer ao idoso	<p>34.5.1 Regular o direito a meia passagem em transportes terrestres que circulem dentro do município e intermunicipais</p> <p>34.5.2 Regular o direito a meia passagem em transportes fluviais intermunicipais e lanchas expresso entre comunidades e sedes municipais</p> <p>34.5.3 Fiscalizar o desconto de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer</p> <p>34.5.4 Implantar Academias da Saúde ou utilizar espaços já instalados nos municípios para promoção de atividades físicas, práticas corporais e artísticas para a pessoa idosa, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde</p> <p>34.5.5 Fortalecer Centros Municipais do Idoso</p>



## Ações propostas

Setor Empresarial	
34.6 Fornecer equipamentos necessários para iniciativas de lazer e cultura (materiais esportivos, arte, dança, música)	34.6.1 Articular parceria entre empresas, Secretaria de Lazer e Secretaria de Cultura
34.7 Patrocinar festivais culturais	34.7.1 Articular parceria entre empresas, Secretaria de Lazer e Secretaria de Cultura
34.8 Respeitar direitos da pessoa idosa	34.8.1 Estabelecer meia passagem em transportes terrestres que circulam dentro do município, entre comunidade e sedes municipais, e intermunicipais 34.8.2 Estabelecer meia passagem em transportes fluviais, como a Balsa que faz o trajeto do Careiro da Várzea à Manaus 34.8.3 Estabelecer o desconto de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer

## Ações Localizadas

- Implantar projetos para lazer do idoso em Careiro com parceria entre Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Saúde
- Implantação do Bolsa Atleta em Manicoré (em planejamento)
- Fortalecer o Projeto Esporte e Lazer na Comunidade e Projeto Construindo Valores, em Manicoré, com ênfase na iniciação esportiva
- Implantar centros esportivos nos oito distritos de Manicoré
- Revitalizar e arborização dos espaços de lazer nas sedes de Careiro, Manicoré e Humaitá
- Construir espaço de esporte e lazer nas comunidades de São Sebastião de Igapó-Açu, Jacaretinga e Rio Novo em Manicoré, Tupana em Manaquiri e Antônio da Farinha em Beruri.
- Construir quadra poliesportiva e galpão em Realidade
- Reformar a orla da cidade de Careiro Castanho com estrutura que possibilite prática de canoagem e natação
- Construir e/ou reformar as orlas das cidades de Manicoré e Humaitá
- Estabelecer articulação entre Prefeituras Municipais de Careiro, Manicoré e Humaitá e empresas de transportes terrestres e fluviais para garantia de meia passagem às pessoas idosas
- Estabelecer a meia passagem para idosos na Balsa que faz o trajeto do Careiro da Várzea à Manaus

### ORLA DO RIO CASTANHO NO MUNICÍPIO DE CAREIRO<sup>4</sup>

Todos os municípios que cobrem os territórios-alvo da ADT possuem orlas de rios que são utilizadas para lazer nas sedes dos municípios. No entanto, em todos os territórios as áreas carecem de reestruturação, como é o caso do Rio Castanho no município de Careiro. A orla do rio já foi um espaço muito utilizado para prática de esporte, eventos culturais, porto para embarcações e espaço de flutuantes

para banhistas. Nos últimos anos, as atividades foram paralisadas pela ausência de manutenção. Já houve discussões sobre a construção de uma grande pista de skate no local, mas a ideia não avançou. A orla conta com um campo de areia e uma quadra de futsal. Recentemente, alguns jovens tomaram a iniciativa de realizar a limpeza do espaço. A quadra de futsal é a moradia temporária de algumas pessoas que passam pela BR-319. Através de ações para revitalização da área, a orla pode voltar a ser um espaço para o lazer, além de um ponto turístico da cidade para práticas de banho no rio e implementação dos esportes aquáticos, como natação e canoagem, e implantação de flutuantes para empreendimentos locais.

4 INFORMAÇÃO EXTRAÍDA JUNTO A MORADORES DA SEDE DO MUNICÍPIO CAREIRO



## OE35 - Fortalecer a participação e organização social na política de lazer

Um dos pontos importantes na implementação da política de lazer é combinar o avanço na institucionalização da política através de programas, projetos e ações governamentais com o respeito e incentivo à autonomia dos territórios. Nesse sentido, este objetivo aponta para criação de espaços institucionalizados de discussão sobre lazer, entre governo municipal e sociedade civil,

como os Conselhos Municipais de Esporte e Lazer e as Conferências Municipais de Lazer e Esporte. Nenhum dos territórios-alvo da ADT possuem conselhos municipais na área.

Ademais, as experiências autônomas de lazer nos territórios precisam ser respeitadas e estimuladas, dada a relação essencial e dinâmica entre as práticas de lazer e as realidades culturais, sociais e econômicas de cada localidade. Várias iniciativas acontecem em todos os territórios, mas carecem de maiores incentivos, especialmente nas áreas rurais dos municípios.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
35.1 Estabelecer estratégias de comunicação que esclareçam às comunidades o direito e relevância da política de lazer	35.1.1 Estabelecer parcerias com lideranças das associações comunitárias 35.1.2 Aproveitar o espaço de discussão das escolas 35.1.3 Utilizar rádios comunitárias e conectividade digital, quando possível, como canais de diálogo
35.2 Implantar o Conselho Municipal de Lazer e Esporte para incentivar o diálogo entre lazer e engajamento sociopolítico nos municípios	35.2.1 Formar os comunitários sobre o funcionamento e a importância dos conselhos 35.2.2 Fomentar a participação de representantes das comunidades rurais no Conselho 35.2.3 Fomentar a participação de jovens e mulheres 35.2.4 Garantir a paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil
35.3 Realizar Conferências Municipais de Lazer e Esporte descentralizadas	35.3.1 Fomentar a participação de representantes das comunidades rurais 35.3.2 Envolver associações comunitárias 35.3.3 Fomentar a participação de jovens e mulheres
35.4 Construir um Programa Municipal de Lazer e Esporte de maneira participativa	35.4.1 Fomentar a participação de moradores das comunidades rurais 35.4.2 Articular com associações comunitárias 35.4.3 Discutir os possíveis impactos da BR-319 nas demandas/ofertas da política de lazer
Sociedade Civil	
35.5 Formar rede de iniciativas autônomas de esporte, cultura e lazer por território	35.5.1 Pautar demandas e particularidades da sede e comunidades rurais para a política de lazer frente ao governo municipal 35.5.2 Apoiar na capilarização de iniciativas de lazer da área urbana para as comunidades 35.5.3 Articular parceria entre Secretaria de Lazer e Secretaria de Produção 35.5.4 Fiscalizar a estrutura física dos espaços coletivos de lazer 35.5.5 Engajar jovens na organização da rede



## Ações propostas

Sociedade Civil	
35.6 Engajar em espaços de participação e organização social	35.6.1 Participar do Conselho Municipal de Esporte e Lazer
35.7 Organizar a comercialização de produtos e serviços locais durante campeonatos esportivos nas comunidades	35.7.1 Estabelecer articulação com organizadores locais dos campeonatos com associações e cooperativas comunitárias 35.7.2 Levantar a pauta de lazer nas discussões das associações comunitárias 35.7.3 Buscar apoio das Secretarias Municipais voltadas ao lazer, esporte e produção
35.8 Envolver as comunidades locais na valorização de seu patrimônio cultural	35.8.1. Apoiar a realização de levantamentos de bens materiais e imateriais pelas populações (Exemplo: identificação e construção de mapas comunitários, rotas para o turismo, entre outros)

## Ações Localizadas

- Fortalecer o grupo Amigos do Pedal em Manicoré e incentivo ao evento Pedal Rural
- Fortalecer a atuação da iniciativa Cultura e Lazer na Comunidade (CEC) em Manicoré
- Fortalecer os grupos Unidos pelo Castanho, Real Castanho, Resenha Futsal, Cirandas Flor Matizada, Tradicional Evolução, Guerreiro de Ouro, Grupo Poetas e Escritores (Epocam), do Careiro

### O BANHO DE RIO NA COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO DE IGAPÓ-AÇU<sup>5</sup>

Assim como ocorre em diversas comunidades ribeirinhas do Amazonas, a comunidade São Sebastião de Igapó-Açu usufrui do Rio Igapó-Açu como o principal espaço de lazer da comunidade. Aos finais de semana, os comunitários vão para as margens do rio para tomar banho em gru-

pos de amigos, nadar com o boto, passear de canoa. É comum também realizarem o famoso assado na beira do rio, com o peixe fresco, pescado pelos próprios comunitários. No período da seca, o Rio Igapó-Açu conta com praias e pedras submersas, conhecidas pelos moradores. Os comunitários apontam que a construção da estrutura de um flutuante poderia trazer melhorias para o lazer local e atrair mais turistas. O turismo é uma das vocações produtivas da comunidade.

<sup>5</sup> INFORMAÇÃO EXTRAÍDA JUNTO A MORADORES DA COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO DE IGAPÓ-AÇU

### INICIATIVA CULTURA E LAZER NA COMUNIDADE (CEC) EM MANICORÉ<sup>6</sup>

O CEC pode inspirar a atuação da sociedade civil no incentivo ao lazer e na capilarização desse incentivo para as áreas rurais dos municípios. A iniciativa surgiu de uma demanda da Associação de quadrilha junina Granfinos na Roça, em 2012. O estatuto da associação apontava que todos os grupos de quadrilha devem atuar por meio de um projeto social. Ainda sem se chamar CEC, o projeto começou com o incentivo à prática do futebol por crianças do Bairro Santa Lusia. Inicialmente, as atividades eram executadas apenas por duas jovens lideranças e, depois, a partir do aumento da demanda, passou a contar com a participação de mais jovens. Foi a partir de um convite da comunidade rural Jatuarana, que a escolinha de futebol se expandiu para a área rural de Manicoré, incorporando apoio ao festival folclórico da comunidade. Foi nesse momento que o projeto passou a se chamar Cultura e Esporte na Comunidade. O ICMBio é um parceiro, disponibilizando lancha para locomoção até às comunidades, mas o custo do combustível é dividido entre as jovens lideranças que atuam no projeto, sendo este um dos principais desafios na realização das ações. Hoje, o CEC está em processo de se definir uma associação própria, que se chamará Associação Cultura e Esporte na Comunidade (Acec). Atuando nas comunidades, o CEC identificou a necessidade de incluir mulheres em suas ações. Com isso, apoiou a construção do Projeto Biojatur, também na comunidade Jatuarana, orientando sobre o uso de maquinários e apoiando os instrutores para produção de biojoias. Atualmente, a Associação está estruturando suas atividades em algumas frentes: esporte, cultura, artesanato, agroecologia e comunicação, através das redes sociais e do rádio. Recentemente, o CEC realizou o evento Pedal Rural, com o objetivo de levar ciclistas até a o distrito de Democracia e, com isso, incentivar a prática dessa modalidade de esporte por jovens comunitários.

6 INFORMAÇÃO EXTRAÍDA JUNTO A COORDENAÇÃO DO GRUPO

### GRUPO AMIGOS DO PEDAL DE MANICORÉ<sup>7</sup>

O grupo de ciclismo Amigos do Pedal surgiu como uma iniciativa de professores da Escola Estadual Hermenegildo de Campos, inspirados pela experiência do Zerral, um dos ciclistas pioneiros de Manicoré. As atividades do grupo começaram com a organização de cafés da manhã às margens do Rio Atininga, evento comum na região. O diferencial era que todos deveriam ir de bicicleta, uma novidade na cidade. Com o passar do tempo, professores da Escola Estadual Pedro Aguirre se juntaram ao grupo, que ganhou o nome de Amigos do Pedal, com camisa e logo próprios. O grupo se expandiu e passou a mobilizar outros grupos de pessoas que iam tomar café da manhã à beira do Rio Atininga. Atualmente, todos os sábados, os membros dos Amigos do Pedal se reúnem para fazer uma trilha e partilhar um café nas margens de algum igarapé, sempre aliando esporte à qualidade de vida. Hoje, a equipe conta com muitos integrantes, de várias profissões e de várias idades. Quase todas as vicinais do município já foram percorridas. Uma das maiores aventuras do grupo foi a ida à BR-319.


7 INFORMAÇÃO EXTRAÍDA JUNTO A COORDENAÇÃO DO GRUPO





10

**EQUIDADE  
DE GÊNERO  
E GARANTIA DE  
DIREITOS DAS  
MULHERES**



# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

As desigualdades de gênero permeiam diversas dimensões da vida pública e privada das mulheres. Esse cenário é fruto de questões estruturais da sociedade, que sustentam lógicas de subordinação e invisibilização, mas que se articulam com características particulares de cada realidade. Essa proposta aborda caminhos que podem contribuir para o acesso das mulheres dos territórios-alvo da ADT às políticas públicas, ao trabalho e à geração de renda, à mobilização social, à participação em espaços de tomada de decisão e à garantia do direito de proteção social em situação de risco e violência.

O acesso a políticas públicas é um dos principais fatores para o combate à desigualdade de gênero. No Amazonas, os Organismos de Política para a Mulher (OPMs) do Estado estão concentrados em Manaus e enfrentam desafios orçamentários para alcançar o interior<sup>1</sup>. Até mesmo a oferta das políticas sociais de Educação, Saúde e Assistência Social não contemplam a desigualdade de gênero em seu escopo. No que se refere a desafios da política de saúde, por exemplo, o Amazonas apresentou em 2019 a maior taxa de fecundidade adolescente do Brasil, 93,2%<sup>2</sup>.

A autonomia econômica das mulheres também é central. Em 2019, das pessoas fora do mercado de trabalho no Amazonas, 64,4% eram mulheres e 35,6% eram homens. Isso está relacionado à cultura que vincula a mulher apenas às atividades domésticas e de cuidado, sem nenhuma contrapartida de remuneração<sup>3</sup>. Nos territórios-alvo da ADT, a maioria das mulheres das áreas rurais trabalha com agricultura, no entanto, seguindo a tendência nacional e estadual, as mulheres são minorias na titularidade dos estabelecimentos rurais. Elas são titulares de apenas 18,7% das proprietárias no Brasil e 20,9% no Amazonas<sup>4</sup>.

No que diz respeito à mobilização social e à participação das mulheres em espaços de tomada de decisão no Amazonas, os movimentos sociais de mulheres do interior possuem ainda mais desafios de mobilização que na capital. No geral, os movimentos possuem baixa capacidade de influenciar instituições e políticas públicas. Nas eleições municipais de 2016, apenas 12% e 32,4% dos candidatos a prefeitos e a vereadores amazonenses eram mulheres, respectivamente<sup>5</sup>. A participação das mulheres nesses cargos é importante pela representatividade e, sobretudo, para aumentar as chances de que a formulação e a implementação das políticas públicas contemplem o combate às assimetrias de gênero<sup>6</sup>.

O problema da violência contra mulher é invisibilizado na sociedade. Os territórios-alvo da ADT possuem subnotificação dos casos de violência devido, entre outros fatores, à cultura de responsabilização das mulheres, à baixa estrutura pública de acolhimento nos municípios e o medo de represália das mulheres. Entre 2006 e 2018, houve um aumento de 80,3% na taxa de homicídio de mulheres no Amazonas<sup>7</sup>.

O contexto de asfaltamento de grandes rodovias pode agravar situações de violência contra mulher. O caso da BR-174 demonstra que, após o asfaltamento da rodovia, houve o crescimento do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial<sup>8</sup>. No contexto dos territórios de influência da BR-319, torna-se necessário trazer luz às desigualdades de gênero preexistentes e que tendem a aumentar caso não sejam promovidas políticas de autonomia, empoderamento e proteção às mulheres.

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030 cria a

1 MIRANDA; BARROSO (2020)

2 IBGE (2021)

3 FAS (2021)

4 FAS (2021)

5 FAS (2021)

6 IBGE (2021)

7 FAS (2020)

8 OLIVEIRA (2008)

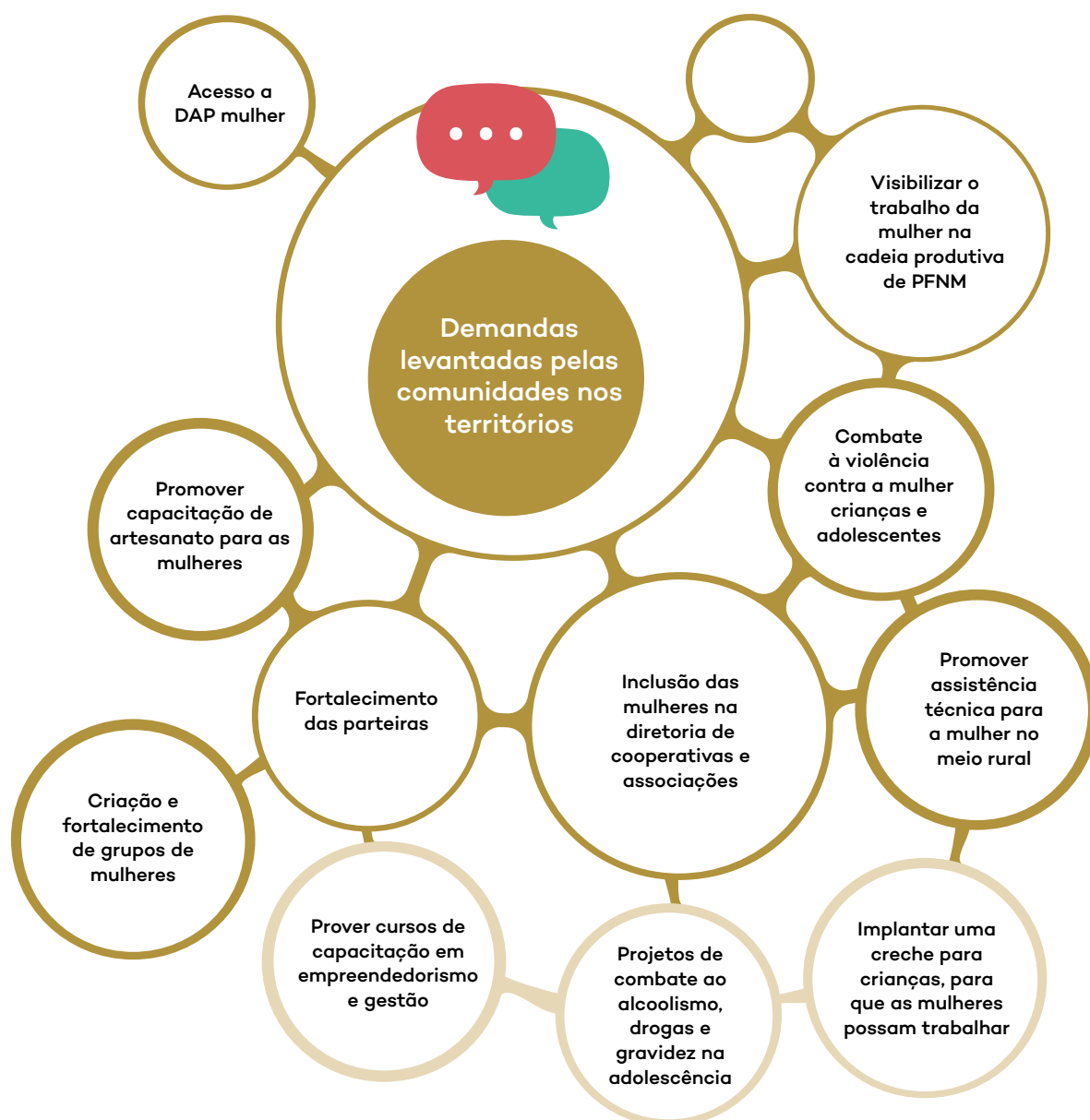


oportunidade para incorporação da perspectiva de gênero nos programas e projetos governamentais. O ODS 5 trata especificamente da questão de gênero e está transversalmente incorporado em outros ODS<sup>9</sup>. A presença efetiva das mulheres nas ações para o desenvolvimento sustentável é essencial para promover a proteção dos territórios, o crescimento econômico, reduzir as desigualdades e alcançar justiça socioambiental<sup>10</sup>.

É preciso avançar, de maneira transversal, na integração da abordagem de gênero nas políticas públicas, o que exige a aproximação entre Estado e municípios na capilarização de serviços para o interior, o avanço da intersectorialidade das políticas públicas e o fortalecimento de movimentos sociais de mulheres, a partir da compressão da diversidade de realidades nas quais as mulheres estão inseridas nos territórios.

9 IPEA (2019)  
10 ODS (2016)





As demandas em marrom claro são resultado das oficinas realizadas ao final de 2019. Contudo, para além delas, há uma série de outras demandas, em marrom escuro, que surgiram com o avanço do processo coletivo de construção da ADT, por meio do diálogo com secretarias municipais e de levantamento em encontros em que se tinham majoritariamente mulheres. A escuta sensível, capaz de proporcionar momentos e espaços em que as mulheres

dos territórios se sentissem seguras e empoderadas, foi fundamental para que elas compartilhassem seus anseios e demandas. Alguns exemplos desses espaços foram: as rodas de conversa de mulheres realizadas no Ramal São José e na comunidade da Vila dos Maranhenses no município de Careiro e a Roda de Conversa de Mulheres da BR-319, realizada virtualmente pela Reta (Rede Transdisciplinar da Amazônia) com apoio da equipe do projeto.

## Banco de areia de problemas mapeados



### OE36- Promover a transversalidade da abordagem de gênero na atuação estadual

Os desafios da desigualdade de gênero são transversais e, por esse motivo, as políticas públicas voltadas às mulheres devem passar por diferentes áreas da atuação governamental, como educação, saúde, assistência social, trabalho e segurança, entre outras. No plano estadual, o Amazonas conta com uma Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres (SEPM), vinculada à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc). A existência de uma estrutura estadual voltada a políticas para mulheres é fundamen-

tal, mas a SEPM possui limitações estruturais e orçamentárias e atua mais direcionada ao combate à violência. Diante disso, a articulação intersetorial entre diferentes secretarias estaduais é um caminho para efetivar a transversalidade na atuação do estado em políticas para mulheres.

O avanço da articulação entre as secretarias passa por um espaço de governança para integração da abordagem de gênero nas diferentes estruturas, de maneira articulada; e pela participação das secretarias na elaboração e implementação de instrumentos como o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres e a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.



## Ações propostas

Políticas Públicas	
36.1 Promover a integração da abordagem de gênero nas secretarias estaduais do Amazonas	<p>36.1.1 Fortalecer a Câmara Técnica da SEPM para discussão de ações para equidade de gênero no plano estadual, com envolvimento do Conselho Estadual da Mulher, da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), a Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror), da Secretaria de Estado de Saúde (SES), da Secretaria de Segurança Pública (SSP), Sejusc, da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus. (Seinfra) da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas).</p> <p>36.1.2 Envolver as secretarias estaduais na implementação da Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, legitimando as deliberações da câmara</p> <p>36.1.3 Envolver a Sepror, Sedecti, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Sema no Fórum Nacional de Combate a Violência contra a Mulher do Campo da Floresta e das Águas</p> <p>36.1.4 Estabelecer articulação entre SEPM e Sepror para implementação de políticas direcionadas às mulheres no meio rural</p> <p>36.1.5 Estabelecer articulação entre SEPM e Sema para inserir a ótica de gênero em programas, ações e políticas realizadas no interior de Unidades de Conservação (UC)</p>
36.2 Atualizar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres	<p>36.2.1 Envolver as secretarias estaduais, municípios, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e movimentos sociais na elaboração do plano</p> <p>36.2.2 Estabelecer articulação entre SEPM, SES, SES, Seduc, Seas, SSP, municípios e sociedade civil para coleta e sistematização de dados</p> <p>36.2.3 Estabelecer articulação entre SEPM, SEJUSC, SES, Seas, SSP, Sema, Sepror, Sedecti, Seduc e municípios para estudo dos possíveis impactos socioambientais da BR-319 no componente de gênero, como migração, violência contra crianças e mulheres e pressão sobre as capacidades públicas de atuação</p>



## OE37 - Ampliar a oferta de políticas para mulheres no interior

No Amazonas, a oferta de políticas para mulheres executadas pela Rede Nova Mulher, rede de proteção da SEPM, está concentrada em Manaus e na Região Metropolitana. Os governos dos municípios não conseguem, sozinhos, atender todas as demandas existentes no plano local. Nos territórios-alvo da ADT, apenas Careiro possui um Organismo de Política para a Mulher (OPM), uma Coordenadoria de Política para as Mulheres. A articulação entre o Governo do Amazonas, por meio da SEPM e demais secretarias, governos municipais, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e movimentos sociais é fundamental para capilarizar a oferta das políticas para

mulheres do interior e integrar a abordagem de gênero nas diversas políticas públicas já ofertadas nos municípios.

A realidade das mulheres no meio rural é ainda mais desafiadora, uma vez que a oferta de serviços é muitas vezes inexistente ou não consideram suas realidades diversas. Diante da baixa capacidade de atuação da SEPM no interior, as ações da política de assistência social acabam tendo um papel fundamental, através dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Mesmo sendo extremamente importantes, esses equipamentos não estão necessariamente preparados para atuar frente a questões específicas de gênero, assim como políticas de outras pastas.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
37.1 Estabelecer articulação entre SEPM e os governos municipais para implantação de Organismos de Política para as Mulheres (OPMs) no interior	37.1.1 Criar Coordenadorias de Políticas das Mulheres nos municípios 37.1.2 Construir diálogo entre a Coordenadoria de Política para as Mulheres e as secretarias municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Emprego, Moradia, Agricultura/Produção, Esporte e a Secretaria do Estado de Segurança Pública 37.1.3 Fomentar a atuação da Coordenadoria como organismo interlocutor das demandas sociais, econômicas, políticas e culturais das mulheres dos municípios 37.1.4 Fomentar a atuação das Coordenadorias em capacitações nas comunidades rurais e ribeirinhas, otimizando a logística de transportes com outras secretarias municipais
37.2 Promover a atuação da SEPM na regionalização da Nova Rede Mulher, rede organizacional de proteção à mulher	37.2.1 Apoiar a implementação dos Serviço de Apoio à Mulher, Idoso e Criança (Samics) nos municípios 37.2.2 Apoiar a implementação de Casa Abrigo nos municípios 37.2.3 Ativar a estratégia do Ônibus Lilás com serviço itinerante adaptados às rodovias do contexto amazônico 37.2.4 Captar recursos para a implementação de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher (Cream) nos municípios 37.2.5 Implantar Delegacia da Mulher ou Núcleos especializados de atendimento às mulheres nas delegacias comuns dos municípios
37.3 Estabelecer articulação entre SEPM e Seduc e secretarias municipais de Educação para oferta de políticas de educação destinadas às mulheres	37.3.1 Criar uma Coordenadoria de Gênero e Diversidade na Seduc 37.3.2 Implementar o projeto Educando para a Igualdade nos municípios 37.3.3 Incluir a perspectiva de gênero no projeto político pedagógico das escolas da rede pública estadual e municipais de ensino 37.3.4 Promover a formação de estudantes da educação básica para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades 37.3.5 Ampliar o acesso e a permanência na educação básica de meninas, jovens e mulheres com deficiência, por meio da identificação das barreiras para o acesso à escola, com recorte de gênero

## Ações propostas

<p><b>Políticas Públicas</b></p> <p><b>37.4 Estabelecer articulação entre SEPM, SES, secretarias municipais de Saúde e sociedade civil para garantir a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher</b></p>	<p>37.4.1 Ofertar atendimento à mulher gestante no pré-parto e no pós-parto</p> <p>37.4.2 Ofertar assistência em saúde sexual e orientar sobre planejamento reprodutivo e disponibilizar métodos contraceptivos</p> <p>37.4.3 Fortalecer a parceria com organizações da sociedade civil e secretarias municipais de Assistência social e Educação para promover discussão sobre adolescência e métodos contraceptivos</p> <p>37.4.4 Capacitar adolescentes para serem multiplicadoras em temas de saúde sexual e reprodutiva</p> <p>37.4.5 Implementar a Linha de Cuidado para atenção integral à saúde da pessoa idosa, garantindo acesso e a avaliação integral da sua saúde à mulher idosa</p> <p>37.4.6 Promover ações e serviços de prevenção ao câncer de mama e câncer no colo de útero</p> <p>37.4.7 Promover campanhas de vacinação contra a HPV</p> <p>37.4.8 Promover a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e de infecção pelo HIV/Aids na população feminina</p> <p>37.4.9 Promover a ida de uma ginecologista às comunidades uma vez por ano para a realização de exames de controle de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e para a prevenção do câncer de colo de útero</p> <p>37.4.10 Garantir que o médico responsável por realizar as ações de cuidado e direitos reprodutivos seja uma mulher</p> <p>37.4.11 Fortalecer e promover a ida periódica de uma Agente Comunitária de Saúde (ACS) mulher às comunidades</p> <p>37.4.12 Implantar a Ficha de Notificação Compulsória dos Casos de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras violências nos serviços de saúde, para avançar no registro de casos nos municípios</p>
<p><b>37.5 Valorizar conhecimentos tradicionais de saúde das mulheres dos territórios</b></p>	<p>37.5.1 Implantar Farmácias Vivas em articulação com as mulheres dos territórios</p> <p>37.5.2 Fomentar o uso e produção de plantas medicinais e fitoterápicos na saúde da mulher</p> <p>37.5.3 Capacitar profissionais de saúde na valorização e assistência de parteiras tradicionais, para que possam atuar como multiplicadores em atenção integral à saúde da mulher</p> <p>37.5.4 Apoiar a criação de um projeto piloto de uma Vila Materna-Casa de Mama (um centro de referência de parteiras dos territórios para mulheres gestantes)</p>
<p><b>37.6 Estabelecer articulação entre SEPM, Seas e secretarias municipais de Assistência Social para oferta de políticas de assistência social destinadas às mulheres</b></p>	<p>37.6.1 Promover a discussão de gênero nos Planos Municipais de Assistência Social</p> <p>37.6.2 Promover a proteção social das mulheres em situação de vulnerabilidade, por meio da articulação da Seas, Seduc, SES e SEPM e secretarias municipais</p> <p>37.6.3 Promover o apoio psicossocial à mulher nos territórios rurais</p>
<p><b>37.7 Estabelecer parceria entre SEPM, Seduc, Seas, SES e secretarias municipais para promoção de capacitações de agentes públicos a respeito de questões de gênero</b></p>	<p>37.7.1 Capacitar e sensibilizar professores da educação básica sobre questões de gênero</p> <p>37.7.2 Capacitar gestores escolares</p> <p>37.7.3 Capacitar e sensibilizar assistentes sociais do Creas e Cras</p> <p>37.7.4 Capacitar Agentes Comunitários de Saúde (ACS)</p>



## Ações propostas

Políticas Públicas	
37.8 Ampliar a promoção da participação de mulheres nas atividades de cultura, lazer e esporte	<p>37.8.1 Realizar campeonatos esportivos femininos nas áreas rurais, expandindo para além do futebol</p> <p>37.8.2 Incentivar práticas de lazer para além do esporte, como arte, dança, música, leitura em horários que sejam propícios para participação das mulheres</p> <p>37.8.3 Fortalecer redes e grupo de mulheres por meio de grupos esportivos para promover discussões em espaços sociopolíticos</p> <p>37.8.4 Apoiar a implantação de Pontos de Cultura em UCs, voltados ao saber tradicional feminino</p>
37.9 Apoiar o acesso à infraestrutura para a melhoria de qualidade de vida da mulher	<p>37.9.1 Ampliar o acesso as infraestruturas de energia, saneamento e acesso à internet</p> <p>37.9.2 Ampliar a oferta de creches nos municípios e no interior dos ramais</p> <p>37.9.3 Garantir o direito à moradia adequada às mulheres</p>
37.10 Informar as mulheres do meio rural sobre os seus direitos, garantindo sua permanência nos territórios	<p>37.10.1 Reconhecer o direito ao acesso à terra pelas mulheres</p> <p>37.10.2 Disseminar as normas referentes ao direito de acesso à terra para as mulheres nos Assentamentos de Reforma Agrária</p> <p>37.10.3 Apoiar programas de Regularização Fundiária que estimulem a concessão da titulação das moradias em nome das mulheres</p> <p>37.10.4 Promover a capacitação de técnicos de Ater (assistência técnica e extensão rural) a respeito de questões de gênero</p> <p>37.10.5 Promover discussões de gênero pelos serviços de Assessoramento de Ater do Incra em assentamentos e comunidades rurais</p> <p>37.10.6 Promover a articulação entre o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) e a SEPM, para ampliar o acesso à informação por mulheres no meio rural</p> <p>37.10.7 Promover o acesso das mulheres à documentação civil</p> <p>37.10.8 Promover a disseminação de informações a respeito dos direitos das mulheres nas comunidades rurais pelos ACS</p>
Sociedade Civil	
37.11 Ampliar a oferta de conectividade no meio rural	<p>37.11.1 Criar projetos alternativos de conectividade, como redes comunitárias com a inclusão de mulheres</p> <p>37.11.2 Realizar parcerias com a academia e OSCs para desenho e implementação de soluções alternativas</p> <p>37.11.3 Promover cursos e capacitações online no período noturno e aos fins de semana</p>

## Ações localizadas

- Implementar Coordenadorias de Políticas para as Mulheres nos municípios de Manicoré e Humaitá.
- Fortalecer a Coordenadoria de Política para as Mulheres do município Careiro, com infraestrutura e recursos.
- Realizar a implementação dos projetos da Seas voltados à dignidade menstrual, combate ao machismo nas escolas e nas comunidades rurais dos municípios de Humaitá, Careiro e Manicoré.
- Fortalecer o Ciclismo das Divas em Careiro e expandir para o município de Manicoré.
- Reativar as três creches já construídas em Humaitá (discussão em curso na Secretaria Municipal de Educação de Humaitá).

- Fortalecer a Farmácia Verde em Manicoré.
- Implantar como projeto piloto a Casa das Divas no município de Careiro.
- Promover a disseminação de informações a respeito dos direitos das mulheres com a compra de um espaço na Rádio Floresta, no município de Careiro.
- Implantar Delegacia da Mulher ou Núcleos especializados de atendimento às mulheres nas delegacias comuns nos municípios de Careiro e Manicoré.
- Apoio para o fortalecimento das parceiras da Reserva Extrativista (Resex) Lago do Capanã Grande, Projeto de Assentamento (PAE) Jenipapo e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Amapá (Manicoré).
- Articular na junto a Rádio Floresta da OSC Casa do Rio um período em sua programação, na hora do almoço ou à noite, para a disseminação de informação a respeito dos direitos da mulher no Careiro - Programa a Hora da Mulher.

### PROJETO ADOLESCENTE MULTIPLICANDO SAÚDE

Uma iniciativa desenvolvida no Maranhão pode ser inspiradora para a região da BR-319. O projeto Adolescente Multiplicando Saúde visa capacitar adolescentes (principalmente meninas) para replicar na sociedade temas como saúde sexual e reprodutiva, direitos reprodutivos, gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis. Além de outras vulnerabilidades sociais relacionadas à falta de serviços e a programas específicos. A Iniciativa da Plan International Brasil é apoiada pelo Instituto Alcoa e nas proximidades da BR-135.



## OE38- Enfrentamento da violência de gênero

A violência de gênero é uma das principais formas de violação de direitos humanos. Normalmente, os atos de violência ocorrem dentro de casa, muitas vezes praticados por companheiros e outros familiares. No entanto, ela pode se apresentar em diferentes situações e contextos: violências psicológicas, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro, assédio sexual e até violências institucionais cometidas por agentes públicos. O abuso sexual infantil e de adolescentes e de jovens é também, muitas vezes, naturalizado.

Embora o Amazonas tenha aderido ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PNPM), os números de casos de violências são crescentes no estado,

mesmo com a existência de subnotificação. No interior, sobretudo nas áreas rurais, não existe uma rede de proteção organizada para prevenção, acolhimento e acesso à serviços de segurança pública e justiça de mulheres em situação de risco e violência. Não existem Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres no interior e as delegacias comuns carecem de preparação para o trabalho com violência de gênero.

A implementação do PNPM e outros instrumentos, como a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, demanda a articulação de diferentes estruturas governamentais, além da mobilização da sociedade civil. Em Careiro, o movimento Divas das Florestas e de Promotoras Legais Populares (PLPs) realizam serviços de acolhimento de mulheres em situação de violação de direitos, mas carecem de apoio do poder público.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
38.1 Implementar a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	<p>38.1.1 Garantir a aplicação da Lei Maria da Penha, por meio de difusão da lei e do fortalecimento dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres em situação de violência</p> <p>38.1.2 Garantir o acesso à Justiça, por meio da atuação em rede de proteção à mulher e equipamentos de justiça</p> <p>38.1.3 Incluir as mulheres em situação de violência nos programas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família</p> <p>38.1.4 Promover, nas escolas, por meio da parceria entre Seduc e SEPM, atividades de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher</p> <p>38.1.5 Promover, através de parcerias com OSCs, atividades que levem para as comunidades ribeirinhas informações a respeito da violência de gênero</p> <p>38.1.6 Promover rodas de conversa a respeito de violência obstétrica (equipe de saúde em parceria com a sociedade civil) nos hospitais/maternidades dos municípios</p> <p>38.1.7 Promover a capacitação de ACS para identificarem casos de violência contra mulher e atuarem na prevenção de violências</p> <p>38.1.8 Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual</p> <p>38.1.9 Coordenar a elaboração de protocolos, fluxos, procedimentos e normatização entre os serviços do Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social; do Sistema Único de Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público</p> <p>38.1.10 Promover o atendimento qualificado às mulheres em situação de violência nos Cras e no Creas</p> <p>38.1.11 Levar informações a respeito da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 para os municípios do interior</p> <p>38.1.12 Ampliar os cursos de formação aos policiais militares realizados pela SEPM nos municípios do interior</p>

## Ações propostas

<b>Políticas Públicas</b>	
38.2 Promover o enfrentamento à violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta	38.2.1. Realizar campanhas de divulgação da Lei Maria da Penha e de combate da prostituição infantil, em comunidades que habitam UCs e comunidades rurais 38.2.2 Realizar campanha voltada ao enfrentamento da violência contra as mulheres rurais, do campo, da floresta e das regiões ribeirinhas
38.3 Implementar a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	38.3.1. Capacitar agentes da rede de atendimento às mulheres em situação de violência para acolhimento de mulheres vítimas do tráfico de pessoas e em situação de prostituição 38.3.2 Implementar projetos de qualificação profissional, geração de emprego e renda que tenham como beneficiárias diretas às mulheres vítimas de tráfico de pessoas
38.4 Garantir o enfrentamento da violência contra jovens e meninas vítimas do tráfico e da exploração sexual e que exercem a atividade da prostituição nos municípios	38.4.1 Capacitar conselheiros/as tutelares para identificação e encaminhamento adequado de situações de violência doméstica e sexual contra meninas e adolescentes 38.4.2. Fortalecer o Programa de Ações Integradas e Referenciais de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes nos territórios 38.4.3. Fortalecer os serviços de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias nos Creas e Cras 38.4.4 Promover campanhas de prevenção da violência contra as mulheres voltadas ao público escolar, considerando as dimensões étnico-raciais e de orientação sexual
<b>Sociedade Civil</b>	
38.5 Fortalecer junto a sociedade civil ações de acolhimento à mulher vítima de violência	38.5.1 Criar uma rede intercomunitária de mulheres dos municípios para o acolhimento das mulheres, incluindo movimentos sociais de mulheres e PLPs

## Ações localizadas

- Ampliar os cursos de formação aos policiais militares realizado pela SEPM para os municípios de Careiro, Manicoré e Humaitá



## OE39- Promover oportunidades para autonomia econômica das mulheres

A independência financeira da mulher é fundamental tanto para a sua autonomia pessoal quanto para que possa desfrutar plenamente de outros direitos econômicos, sociais e políticos garantidos em leis. Além dos desafios para inserção da mulher no mercado de trabalho formal, as atividades domésticas e de cuidado não são consideradas trabalho e não são contabilizadas em termos monetários. No entanto, essas atividades são fundamentais para o funcionamento da unidade familiar e dão suporte às atividades realizadas na esfera pública. Na maioria dos casos, a mulher que realiza tarefas de trabalho fora do ambiente familiar, continua acumulando essas atividades com os trabalhos domésticos e de cuidado.

Nos territórios-alvo da ADT, apesar de as mulheres participarem de grupos produtivos locais, elas atuam mais em atividades socialmente atreladas à mulher, como a cadeia de artesanato que, ainda assim, não é valorizada. As mulheres não têm autonomia em outras cadeias produtivas, como a de Produtos Florestais Madeireiros (PFM) e de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM).

A integração da abordagem de gênero nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), a garantia de acesso a documentos para adesão a programas de compras públicas institucionais, a oferta de capacitações e a valorização de saberes tradicionais são caminhos que vão aumentar a presença das mulheres nas atividades produtivas.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
39.1 Ofertar serviços de Ater para mulheres no meio rural, através de ações das secretarias municipais de Produção, Idam e Incra	<p>39.1.1 Auxiliar a emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (DAP Mulher) e acesso ao Pronaf Mulher</p> <p>39.1.2 Instruir agentes bancários de operacionalização de créditos sobre as linhas disponíveis, avaliação adequada dos projetos submetidos e atendimento qualificado à mulher agricultora</p> <p>39.1.3 Apoiar técnica e financeiramente projetos de Ater protagonizados por mulheres</p> <p>39.1.4 Capacitar trabalhadoras rurais sobre a política de crédito</p> <p>39.1.5 Ampliar e qualificar o acesso à assessoria técnica socioambiental, ao crédito especial e à agro-industrialização para assentadas da reforma agrária</p> <p>39.1.6 Promover o acesso igualitário das mulheres ao Programa Crédito Fundiário</p>
39.2 Promover abordagem de gênero nas políticas voltadas à conservação ambiental, executadas pela Sema	<p>39.2.1 Promover a integração entre as questões de gênero e projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD) executados pela Sema, garantindo a participação de mulheres</p> <p>39.2.2 Ampliar a atuação de mulheres no Projeto "Pé de Pincha"</p> <p>39.2.3 Sensibilizar e capacitar gestores/as e profissionais da área ambiental nas temáticas de gênero</p>
39.3 Valorizar os saberes das mulheres locais sobre a alimentação, nutrição, plantas medicinais e outros saberes culturais	<p>39.3.1 Estabelecer parceria entre SES, Idam, Sepror, Sedecti-AM e Secretarias Municipais de Saúde e Produção e OSCs para organização de arranjos produtivos de Plantas Medicinais e Fitoterápicos com foco em mulheres das comunidades rurais</p> <p>39.3.2 Promover encontros intergeracionais entre mulheres para a transmissão de saberes</p>





## Ações propostas

Políticas Públicas	
39.4 Incluir mulheres no mercado formal de trabalho	<p>39.4.1 Estabelecer parceria entre o Cetam e a Coordenadoria de Autonomia e Renda das Mulheres da SEPM para a promoção de cursos no interior</p> <p>39.4.2 Promover o acesso das mulheres ao crédito solidário do Fundo de Promoção Social e SEPM</p> <p>39.4.3 Estabelecer parceria SEPM e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para oferta de cursos em áreas específicas e empreendedorismo</p>
39.5 Fortalecer a atuação das mulheres em cadeias produtivas locais	<p>39.5.1 Estabelecer parceria entre OSCs e a Rede Maniva de Agroecologia (Rema) para oferta de capacitação em agroecologia para mulheres</p> <p>39.5.2 Construir hortas de plantas medicinais nas comunidades e organizar Arranjos Produtivos Locais para comercialização das plantas em Farmácias Verdes nos territórios</p> <p>39.5.3 Ampliar e fortalecer canais de comercialização, como feiras locais</p> <p>39.5.4 Incluir mulheres em cadeias de Turismo de Base Comunitária (TBC), turismo rural, turismo gastronômico, no manejo de PFNM e PFM</p> <p>39.5.5 Incorporar a lente de gênero nos programas/projetos direcionados ao fortalecimento de cadeias produtivas</p>
Sociedade Civil	
39.6. Valorizar o trabalho de mulheres em cadeias produtivas	<p>39.6.1 Incluir mulheres em cadeias que não são comumente relacionadas a elas (para além do artesanato)</p> <p>39.6.2 Apoiar serviços de comercialização e cooperativismo de grupos de mulheres rurais</p> <p>39.6.3 Incentivar o acesso de mulheres às incubadoras e empreendimentos econômicos solidários e fortalecer a rede de mulheres na economia solidária</p>

## Ações localizadas

- Promover Mutirão para a retirada da DAP mulher nas áreas rurais do município de Careiro, Manicoré e Distrito de Realidade em Humaitá.
- Formar mulheres como agentes de lazer local voltados ao turismo de base comunitária, ao turismo rural, ao turismo gastronômico na comunidade de Igapó-Açu de Manicoré e na RDS Lago do Mamori, Careiro.
- Ofertar cursos do Sebrae na Vila dos Maranhenses, Careiro.
- Estabelecer parceria entre a Casa do Rio e a Rede Maniva de Agroecologia (Rema) para oferta de capacitação em agroecologia para mulheres em Careiro.

## MANEJO DO PIRARUCU EM MAMIRAUÁ

O Plano de Manejo de Pirarucu na RDS Mamirauá, fruto de uma parceria entre pesquisadores do Instituto Mamirauá (fomentada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) com os próprios comunitários da UC, é uma ação inspiradora para a região, pois evidencia a importância de inclusão de mulheres nos processos de tomada de decisões de todas as etapas da cadeia produtiva. De forma coletiva, comunidades do interior do Amazonas estabeleceram acordos de pesca que definem épocas de defeso e cotas de pesca para garantir a sobrevivência da espécie. Durante a elaboração do plano, as mulheres participaram ativamente das discussões e das tomadas de decisão sobre o acesso aos recursos pesqueiros. As pescadoras também ocuparam cargos dentro do coletivo. Com essa inclusão na cadeia produtiva, ocorreu a ressignificação do trabalho envolvido na pesca manejada, alterando os espaços tradicionalmente ocupados pelos homens. Em suma, passaram a ser valorizadas as atividades nas etapas pré e pós captura do pirarucu, realizadas recorrentemente por mulheres, ampliando para além do ato da coleta, frequentemente realizado pelos homens.

## OE40 - Ampliar a participação de mulheres em espaços de governança

A desigualdade de gênero também emerge na baixa presença de mulheres em espaços de governança não-governamentais e governamentais. As mulheres são minoria nos conselhos de Unidades de Conservação (UCs), conselhos municipais de políticas públicas, associações e diretorias de cooperativas. Nenhum dos territórios-alvo da ADT possui Conselho Municipal da Mulher funcionando. Embora existam grupos de mulheres organizados nos territórios, ainda há inúmeras barreiras para que elas, de fato, possam influenciar nas tomadas de decisão.

Os territórios-alvo contam com mulheres que encabeçam a luta pela conservação de seus territórios e são líderes comunitárias, de associações e de cooperativas, mas que ao longo de sua trajetória enfrentaram desafios, como ameaças de violência e a falta de abertura por parte do poder público em aceitar a liderança feminina. A existência de mobilizações sociais e a legitimação da participação de mulheres em instâncias participativas são fundamentais para a integração da abordagem de gênero em ações governamentais e da sociedade civil.

## Ações propostas

<b>Políticas Públicas</b>	
40.1 Promover a participação de mulheres em Fóruns, Conferências Municipais e Estaduais	<p>40.1.1 Criar o Fórum de Políticas para as Mulheres dos territórios-alvo</p> <p>40.1.2 Fortalecer o Fórum Estadual de Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas</p> <p>40.1.3 Apoiar a participação de mulheres dos territórios-alvo no Fórum Estadual das Mulheres do Campo e da Floresta</p> <p>40.1.4 Garantir participação de jovens e mulheres nas Conferências Municipais e Estaduais de políticas públicas</p> <p>40.1.5 Qualificar a participação das mulheres nos espaços onde elas já se fazem presentes, através de capacitações, apoio logístico (creches, deslocamento, hospedagem, dentre outros)</p> <p>40.1.6 Apoiar a capacitação de lideranças femininas para atuar de forma qualificada nos conselhos, fóruns e comissões gestoras das políticas, programas e ações socioambientais</p>
40.2 Consolidar o Conselho Municipal da Mulher	<p>40.2.1 Criar Conselho Municipal da Mulher nos territórios</p> <p>40.2.2 Sensibilizar grupo de mulheres a respeito da importância de participar dos conselhos</p>
40.3 Ampliar o número de mulheres em espaços de governança de promoção da conservação ambiental geridos pela Sema	<p>40.3.1 Inserir mulheres nas atividades de monitoramento ambiental</p> <p>40.3.2 Incluir mulheres nos conselhos gestores das unidades de conservação</p> <p>40.3.3 Promover arranjos de governança participativos, que garantam a presença de mulheres na gestão das políticas ambientais e no manejo de recursos naturais</p> <p>40.3.4. Estimular a participação das mulheres nos conselhos, fóruns e comissões gestoras de estratégias socioambientais</p> <p>40.3.5. Elaborar material pedagógico para a difusão da política ambiental e capacitação de mulheres</p> <p>40.3.6 Promover a participação de mulheres nos programas e ações de mudanças climáticas, assentamentos rurais e licenciamento</p> <p>40.3.7 Promover a participação de mulheres na implementação de Acordos e Monitoramento de Pesca</p> <p>40.3.8 Fortalecer a participação de mulheres no programa de Agentes Ambientais Voluntários da Sema</p>
40.4 Ampliar o número de mulheres em espaços de governança que influenciam sua permanência nos territórios	<p>40.4.1 Apoiar a presença de mulheres em instâncias de controle social para destinação de terras públicas em nível federal</p> <p>40.4.2 Apoiar a presença de mulheres em instâncias de controle social para destinação de terras públicas e ações fundiárias em geral</p> <p>40.4.3 Garantir a participação de organizações e grupos de mulheres em todas as etapas do desenvolvimento de políticas, programas e projetos habitacionais, assim como na elaboração de novas leis, a fim de que suas necessidades específicas sejam levadas em conta</p>
<b>Sociedade Civil</b>	
40.5 Fortalecer a participação de mulheres em espaços de associativismo e cooperativismo comunitário	<p>40.5.1 Apoiar a inclusão de mulheres nas associações</p> <p>40.5.2 Apoiar a inclusão de mulheres em cooperativas</p> <p>40.5.3. Apoiar mulheres para ocupar posições de liderança em associações e cooperativas</p> <p>40.5.4 Promover a formação de associações e grupo de mulheres</p>
40.6 Promover ações para garantir paridade entre homens e mulheres no movimento sindical	<p>40.6.1 Apoiar rodas de conversa para discussões a respeito da paridade de gênero dentro dos sindicatos de produtores rurais</p>



## Ações propostas

Sociedade Civil	
40.7 Fortalecer redes de apoio às mulheres	40.7.1 Apoiar o fortalecimento de grupos de mulheres 40.7.2 Fortalecer as redes de articulação do território da BR-319, como PLPs, Divas da Floresta e Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta) 40.7.3 Promover intercâmbio entre mulheres produtoras rurais dos territórios da BR-319 40.7.4 Promover a participação de mulheres da BR-319 na Marcha das Margaridas

## Ações localizadas

- Incluir mulheres no Conselho do Lago do Capanã Grande, Manicoré.
- Fortalecer a participação de mulheres no Conselho da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu e na RDS Amapá de Manicoré.
- Criar grupo de mulheres da Comunidade São José no Careiro e na Comunidade de Democracia em Manicoré.
- Fortalecer o grupo de mulheres no Distrito de Realidade em Humaitá.
- Promover encontros de mulheres do Projeto de Assentamento Panelão em Careiro
- Promover encontros de mulheres dos Ramais de Careiro e Manicoré.
- Inserir mulheres na diretoria da Cooperativa Verde de Manicoré (Covema) e Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Manicoré (Coopema).
- Fortalecer a presença de mulheres na Central das Associações Agroextrativistas de Democracia (CAAD)
- Promover um encontro de mulheres da BR-319, a partir da articulação liderada pela Reta, Casa do Rio e demais organizações presentes nos territórios.
- Fortalecer e apoiar as PLPs, Divas da Floresta em Careiro.
- Fortalecer a Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta).
- Promover um encontro de parteiras Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Jenipapo, RDS Amapá e Lago do Capanã Grande, em Manicoré.
- Incluir e apoiar participação de mulheres na implementação de Acordos e Monitoramento de Pesca no rio Manicoré, em Manicoré, e nas comunidades de Tupana e Araçá, em Careiro.
- Promover encontros intergeracionais com mulheres para a transmissão dos conhecimentos das parteiras na Resex Lago Capanã Grande, PAE Jenipapo e a RDS Rio Amapá, em Manicoré.

## PROGRAMA LUZ PARA TODOS

As precariedades de infraestrutura da zona rural, como a falta de energia elétrica e água encanada tornam a condição do trabalho das mulheres ainda mais penosa. Em geral, compete às mulheres que vivem na zona rural buscar água para o abastecimento da casa. A falta de canalização interna dificulta muito atividades como cozinhar, lavar a louça, lavar roupas e o cuidado com as crianças. Adicionalmente, a baixa qualidade da água pode trazer problemas constantes de saúde, que sobrecarregam as mulheres que cuidam dos doentes. O acesso à energia elétrica facilita as tarefas domésticas, pois possibilita o uso

da máquina de lavar roupa, geladeira e de outros equipamentos que aliviam a carga de trabalho.

Nesse contexto, programas como o Luz para Todos – formatado para universalizar o acesso e uso de energia elétrica para todas as áreas rurais e regiões de difícil acesso no país –, por exemplo, apesar de não terem recorte específico de gênero, acabam por impactar a vida cotidiana de inúmeras mulheres. O excedente de horas que porventura ocorrer pode permitir às mulheres investir mais tempo em atividades que aumentem a autonomia e o empoderamento. Com isso, poderão ser estabelecidos novos parâmetros para uma divisão sexual do trabalho mais equânime.





11

**INCLUSÃO  
SOCIAL E  
AUTONOMIA  
AO JOVEM**

# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

Apesar das taxas de êxodo rural terem diminuído nas últimas décadas, entre os jovens elas seguem aumentando<sup>1</sup>. O que gera a frustração dos projetos de vida, o inchaço dos centros urbanos, o comprometimento da segurança alimentar e nutricional, o envelhecimento da população, a ausência de mão de obra no campo e a perda de conhecimentos e saberes tradicionais.

É comum o desinteresse da juventude pela agricultura e pelo meio rural por uma série de fatores. Entre eles, os baixos e instáveis rendimentos provenientes da atividade agrícola, às condições de trabalho pesadas, o aprendizado no ensino formal que pouco se aproxima das realidades dos agricultores e às dificuldades materiais que desafiam a vida cotidiana das famílias no campo – em especial as estradas precárias e a frequente falta de conexão com a internet<sup>2</sup>.

O caminho natural, diante de tantas dificuldades, é a migração para as cidades<sup>3</sup>. Além disso, lideranças de comunidades em Manicoré ao longo do rio Madeira relatam a adesão crescente da juventude ao garimpo. Apesar de penosa, a atividade oferece remuneração alta, se comparada aos rendimentos da agricultura.

Em um contexto de rápidas transformações do mercado de trabalho cada vez mais tecnológico, as habilidades exigidas para o fortalecimento da agricultura familiar vão além das passadas de pai para filho, processo que desafia as tradições. Faz-se necessá-

rio o desenvolvimento de competências gerenciais (como identificação e conquista de mercados específicos) e técnicas (como modernização da produção e articulação com políticas públicas), além de um engajamento com os espaços de participação social.

Com as condições e ferramentas necessárias, a juventude tem o potencial de alavancar oportunidades por meio da inovação. A conexão com conteúdos de gestão e a iniciativas que inspirem um olhar para vocações locais pode despertar o potencial empreendedor dos jovens<sup>4</sup>.

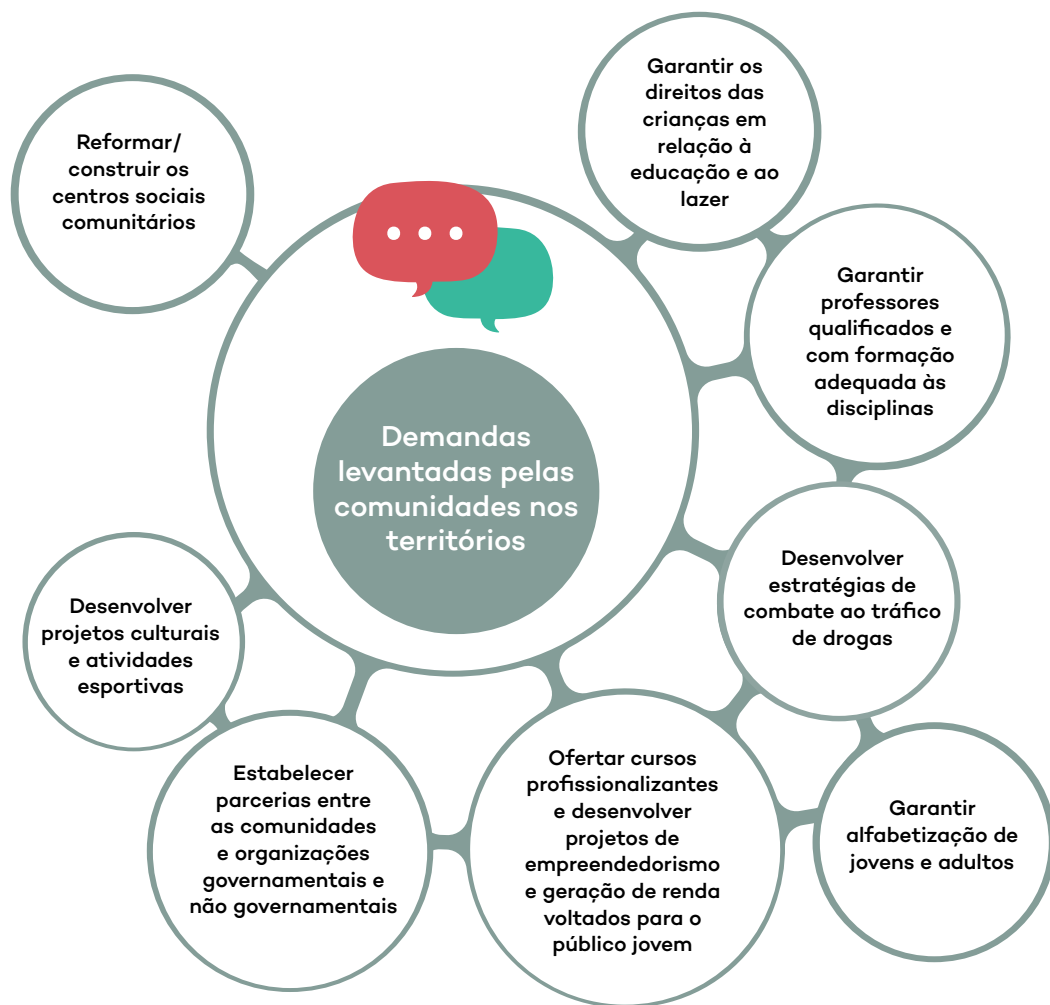
A disseminação da educação no campo e o resgate de espaços de cultura, esporte e lazer são diretrizes fundamentais para fixar os jovens no campo e prepará-los para a sucessão rural. Estimular à presença da juventude em grupos produtivos (cooperativas, associações) e fóruns públicos (conselhos municipais) é um caminho importante para que os jovens possam dar voz às suas demandas e, assim, participarem ativamente de processos decisórios<sup>5</sup>.

O cenário da Nova Ruralidade (em que não existe uma divisão clara entre o urbano e o rural) faz surgir novas demandas por outras atividades não necessariamente voltadas às atividades agrícolas. Nesse contexto, muitas políticas destinadas à juventude não incorporam as transformações ocorridas ao longo dos anos, e, portanto, não contemplam os anseios desse grupo social.<sup>6</sup>

1 MAPA (2018)  
2 IPEA (2021)  
3 IPEA (2012)

4 FGVCES (2018)  
5 SNJ (2018)  
6 IICA (2013)







## Banco de areia de problemas mapeados

Falta de perspectiva profissional

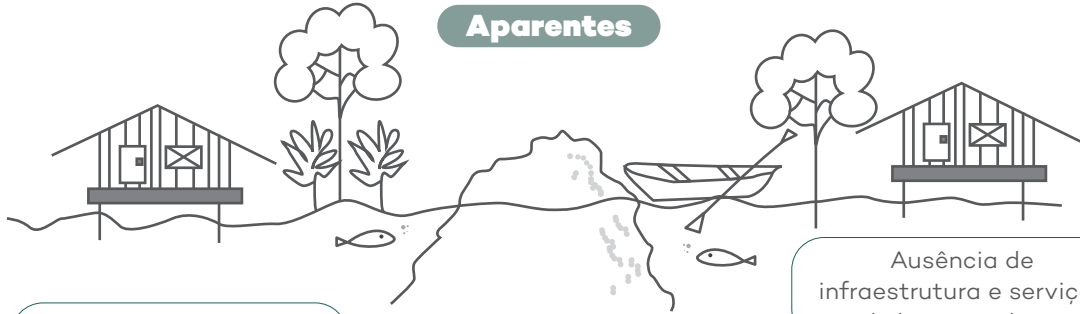
Dificuldade de reter os jovens na comunidade

Baixo engajamento em espaços de participação social e atividades coletivas

Jovens sendo cooptados para atividades predatórias e ilegais

Chegada de drogas e entrada das facções de tráfico no interior

### Aparentes



Violência e violação de direitos de crianças e adolescentes

Ausência de infraestrutura e serviços de lazer e cultura

### Estruturantes

Insuficiência e inadequação dos serviços de assistência técnica

Baixo e instável rendimento e condições extenuantes da atividade agrícola

Ensino e educação profissional não adaptados ao contexto rural

Baixa infraestrutura de comunicação e locomoção no estado do Amazonas





#### **OE41 - ADEQUAR A EDUCAÇÃO DO CAMPO À REALIDADE RURAL**

Os territórios-alvo evidenciam alguns desafios para permanência dos estudantes no contexto rural e garantia de acesso à educação adequada à sua realidade. Um dos maiores problemas recai no número insuficiente de escolas disponíveis e na disponibilidade do transporte escolar. Como as distâncias são longas, muitos alunos saem de suas casas logo cedo, mas levam cerca de 4 horas para chegar à escola, tendo que utilizar o transporte terrestre e/ou fluvial. Na escola, esses alunos já estarão desmotivados, cansados e com fome. Transporte de melhor qualidade e uma quantidade maior de escolas minimizariam os transtornos educacionais.

Outro desafio é a falta de conectividade à internet nas escolas, necessidade que se tornou ainda mais urgente durante a pandemia da Covid-19. Cursos para qualificar a atuação dos professores nas comunidades mais afastadas também é um hiato que precisa ser preenchido.

Além dos problemas de infraestrutura, a permanência do jovem no campo é muitas vezes comprometida porque a educação disponível é descolada da realidade que ele vive. Tanto a proposta pedagógica quanto a curricular, em geral, não levam em consideração a necessidade de existir uma articulação entre escola e trabalho, não intercalando tempo-escola e tempo-comunidade<sup>7</sup>. Os caminhos aqui apontados buscam introduzir ações e discussões para adequar a educação no campo e aproximar o conhecimento científico dos cotidianos locais.

A Coordenadoria da Educação do Campo (Cecampo) da Secretaria de Educação do Estado (Seduc) do Amazonas finalizou, em 2020, uma proposta político-pedagógica específica para a realidade rural. O documento, que está em análise no conselho estadual de educação, busca construir pontes com os potenciais produtivos locais. Embora a grade curricular e o material didático permaneçam os mesmos das escolas urbanas, as diretrizes educacionais tendem a seguir o que está sendo construído pelo Comitê Estadual da Educação no Campo.

<sup>7</sup> MOLINA; FREITAS (2011)

## Ações propostas

Políticas Públicas	
41.1 Formular uma Política Estadual de Educação no Campo	<p>41.1.1 Criar um Grupo de Trabalho para envolvimento das demais secretarias estaduais (Secretaria de Estado de Educação e Desporto; Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Secretaria de Estado da Produção Rural; Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação), da sociedade civil organizada na elaboração de uma Política Estadual de Educação no Campo adequada à realidade rural</p> <p>41.1.2 Construir uma proposta curricular específica para educação do campo pela Coordenadoria de Educação do Campo (Cecampo), vinculada à Seduc</p> <p>41.1.3 Incentivar à criação do setor de Educação do Campo nas Secretarias Municipais de Educação</p>
41.2 Implementar a proposta pedagógica para educação no campo (em curso)	<p>41.2.1 Incluir no projeto pedagógico da Seduc atividades que conectem a escola à comunidade, priorizando o engajamento de pais e familiares no processo educativo (ex: trabalhos em grupo para a construção de censos comunitários e diagnósticos agrícolas; assembleias, eventos, dias de campo nos quais a família toda participe)</p> <p>41.2.2 Fomentar a inclusão sobre cultura/modos de vida local nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas</p> <p>41.2.3 Fomentar a escolha e a elaboração de livros didáticos que dialoguem com a realidade local</p> <p>41.2.4 Fomentar a participação de jovens das comunidades rurais na elaboração e revisão dos projetos político-pedagógicos das escolas</p>
41.3 Promover a discussão sobre pedagogias alternativas e educação no campo	<p>41.3.1 Criar e/ou fortalecer o setor de Educação do Campo nas Secretarias Municipais de Educação para o acompanhamento das escolas rurais e articulação com o governo estadual e entidades do campo</p> <p>41.3.2 Implantar projetos-piloto de educação no campo, como Casa Familiar Rural e de promoção à inclusão da pedagogia da Alternância e Pedagogia da Floresta nas escolas, apoiados por organizações da sociedade civil</p>





## Ações Localizadas

- Implantar projetos-piloto de Casas Familiares Rurais em parceria com a sociedade civil (Conselho Nacional das Populações Extrativistas, associação comunitária) e Secretaria Municipal de Educação na comunidade Boa Esperança, no município de Manicoré
- Apoiar uma segunda Formação de Jovens Rurais do município de Careiro, promovendo um intercâmbio entre jovens da região Norte
- Envolver as OSCs e movimentos sociais dos territórios da BR-319 na discussão da Política Estadual de Educação no Campo: Casa do Rio e associações comunitárias, no Careiro; Associação de Comunitários, em Igapó-Açu; Central das Associações Agroextrativistas de Democracia (CAAD), Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (CAARIM), Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande (AMALCG), associações comunitárias em Manicoré; Cáritas, Pastoral Ribeirinha, Grupo Folclórico Caipiras de Santo Antônio, Pastoral da Juventude, Associação Comunitária de Paraisinho, em Humaitá
- Fortalecer a estratégia, já em planejamento, de descentralização do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) para área rural do Careiro
- Articular parceria entre Prefeitura de Manicoré e Casa do Rio para implantação de projeto-piloto de educação no campo em Igapó-Açu
- Criar Setor de Educação no Campo nas Secretarias Municipais de educação do Careiro e de Manicoré

## OE42- AMPLIAR O ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS PELA JUVENTUDE

Nas pesquisas sobre o tema da juventude na agricultura, além do fortalecimento da educação no campo, a oferta de lazer e cultura surge como uma das principais ações para fixar jovens no campo e prepará-los

para a sucessão rural<sup>8</sup>. Resgatar espaços de socialização em territórios rurais passa pelo fortalecimento de uma agenda cultural, construção e manutenção de infraestrutura para esportes e conectividade, disponibilidade de transporte para locomoção entre comunidades e intermunicipal, dentre outros.

### Ações propostas

Sociedade Civil	
42.1 Ampliar a oferta de conectividade no meio rural em parceria com a sociedade civil	42.1.1 Captar recursos para elaboração de projetos alternativos de conectividade, como as redes comunitárias 42.1.2 Sensibilizar e engajar os jovens das comunidades a estruturar arranjos comunitários para telecomunicações 42.1.3 Realizar parcerias com a academia e OSCs para desenho e implementação de soluções alternativas
Políticas Públicas	
42.2. Fortalecer e ampliar a conectividade para promover o ensino no meio rural	42.2.1 Promover parceria entre o Cetam, governos municipais e associações comunitárias para ofertar cursos de uso e manutenção de tecnologias aos jovens das áreas rurais dos municípios 42.2.2 Incentivar projetos-piloto de instalação de rede de internet em escolas 42.2.3 Ofertar curso de ensino superior à distância, usando salas de tecnologia do ensino mediado da Seduc 42.2.4 Expandir o número de escolas nas áreas rurais que ofertam ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA) por meio de salas de ensino mediado por tecnologia
42.3 Resgatar espaços de cultura, esporte e lazer	42.3.1 Promover a continuidade das ações de cultura por meio dos agentes de cultura local 42.3.2 Fortalecer os campeonatos esportivos nas áreas rurais, expandindo para além do futebol 42.3.3 Garantir espaço para projetos de dança e arte nas escolas 42.3.4 Capilarizar, em parceria com OSCs, iniciativas de lazer urbanas para os jovens das comunidades rurais 42.3.5 Engajar grupos de lazer em espaços de discussão sociopolíticos, com participação dos jovens
42.4 Garantir recursos e investimentos em iniciativas de cultura, esporte e lazer	42.4.1 Buscar financiar/realizar, em parceria com OSCs, iniciativas de cultura, esporte e lazer no meio urbano e rural



## Ações Localizadas

- Capilarizar os cursos do Cetam para jovens da área rural do município de Careiro
- Fortalecer o grupo Amigos do Pedal em Manicoré e garantir incentivo ao evento Pedal Rural
- Construção de uma praça no distrito de Realidade, Humaitá
- Fortalecer/captar recursos para as atividades da Associação Cultura e Esporte na Comunidade (CEC) (Manicoré)
- Fortalecer a participação dos jovens nas festas do Boto e do Tucunaré em Igapó-Açu
- Promover discussão para implantação do Programa Educação Conectada na escola do Distrito de Realidade, Humaitá (em curso na Secretaria Municipal de Educação)
- Implantar em Democracia, Manicoré, projeto-piloto de parceria entre Seduc e Universidade Estadual do Amazonas (UEA) de uso da sala de aula tecnológica para oferta de ensino superior à distância



## OE43 - Apoiar a inserção dos jovens em espaços de participação social governamentais e não-governamentais

Outro aspecto importante para que a juventude veja valor no campo é fortalecer a presença dela em grupos produtivos (cooperativas, associações) e fóruns públicos (conselhos municipais), a fim de que participe ativamente de processos decisórios.

Por ser um importante agente de mudança, desde cedo o jovem deve ser sensibilizado a se envolver em ações participativas.

Quanto mais os jovens forem estimulados a desenvolver atividades em grupo, ações co-

munitárias, projetos de valorização cultural e de desenvolvimento local (mesmo em instâncias informais da sociedade como grupos civis, religiosos e escolares), mais serão protagonistas das transformações e mais aptos estarão para atuar em instâncias formais<sup>9</sup>.

Apesar de muitas vezes ser incompreendido e inibido a participar em certos grupos sociais, quando o jovem passa a ter consciência do seu papel social ele tende a mostrar de forma mais clara suas potencialidades, tanto de resistência quanto de atuação proativa. Além de ser fundamental estimular a participação dos jovens, é necessário que existam condições para que eles possam participar desses grupos sociais, como transporte, alimentação e horários adequados à rotina de estudo e trabalho.

### Ações propostas

Sociedade Civil	
43.1 Promover a troca entre jovens do território para fortalecer seu protagonismo e autonomia nas comunidades e grupos produtivos onde estão inseridos	<p>43.1.1 Realizar encontros e rodas de conversa de jovens entre as comunidades</p> <p>43.1.2 Criar e fortalecer centros de convivência comunitários para encontro de jovens</p> <p>43.1.3 Fortalecer redes de articulação de jovens do território da BR-319 e promover intercâmbio com juventudes de outras regiões do Brasil (com Casa do Rio, Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta), Associação Cultura Esporte e Comunidade (CEC))</p>
43.2 Fortalecer e apoiar a participação dos jovens em grupos e organizações sociais locais	<p>43.2.1 Fomentar e apoiar a formação de lideranças jovens nas comunidades</p> <p>43.2.2 Fortalecer a formação de grupo de jovens</p> <p>43.2.3 Engajar jovens para participar de associações de moradores, conselhos de unidades de conservação (UCs), cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais, Fórum da BR-319, dentre outros espaços</p>
Políticas Públicas	
43.3 Sensibilizar os jovens no meio rural em conjunto com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (Idam), Seduc, Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), para a participação de espaços de governança	<p>43.3.1 Articulação entre gestores públicos do meio rural para sensibilizar e engajar o jovem em pautas e espaços coletivos de influência da BR-319</p> <p>43.3.2 Formular e realizar formação de professores de escolas do campo para engajar o jovem em espaços de governança</p> <p>43.3.3 Apoiar a formação de grêmios estudantis nas escolas</p> <p>43.3.4 Sensibilizar as comunidades para a formação de associações de pais e mestres</p>



## Ações propostas

Políticas Públicas	
43.4 Aprimorar ou resgatar espaços públicos que permitam uma rotina de interlocução da juventude com o poder público, como assembleias, conselhos, comitês e conferências	<p>43.4.1 Garantir meios de transporte e horários adequados para que os jovens participem de conselhos, comitês e conferências</p> <p>43.4.2 Fortalecer a participação de jovens nos conselhos municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e de Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA)</p> <p>43.4.3 Apoiar e sensibilizar a participação dos jovens nas conferências municipais e estaduais</p>
43.5 Reativar o Conselho Estadual da Juventude do Amazonas	<p>43.5.1 Promover articulação entre OSCs e Seduc para reativar o Conselho Estadual da Juventude do Amazonas</p> <p>43.5.2 Promover a participação de jovens dos territórios de influência da BR-319 no Conselho Estadual da Juventude do Amazonas</p>

## Ações Localizadas

- Incluir jovens no Conselho da Reserva Extrativista (Resex) Lago do Capanã Grande e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Matupiri, Manicoré
- Fortalecer os jovens no Conselho da RDS Igapó-Açu e da RDS Rio Amapá, Manicoré
- Apoiar a formação de um grupo de jovens da comunidade São José, Careiro, e em Democracia, Manicoré
- Apoiar para fortalecer o grupo de jovens no Distrito de Realidade, Humaitá
- Apoiar o fortalecimento do grupo de jovens da RDS Matupiri, Manicoré
- Promover encontros de jovens no Projeto de Assentamento (PA) Panelão, Careiro
- Apoiar para visibilizar o trabalho do jovem na cadeia da castanha, do açaí e inserção na diretoria da Cooperativa Verde de Manicoré (Covema) e Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais de Manicoré (Coopema)
- Fortalecer a presença de jovens na Central das Associações Agroextrativistas de Democracia (CAAD), Manicoré
- Promover a inclusão do jovem na associação comunitária do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Janipapo, Manicoré
- Promover a inclusão de jovens na diretoria da Cooperativa de Produtores Agrícola do Careiro (Coopac), Careiro
- Apoiar a inserção e fortalecimento de jovens no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Careiro
- Promover um encontro de Jovens da BR-319
- Promover a capacitação de conselheiros Jovens nos municípios de Careiro, Manicoré e Humaitá
- Apoiar e sensibilizar jovens urbanos e rurais para a participação nos conselhos de Educação, Saúde, Meio Ambiente e de Direitos da Criança e Adolescentes, nos municípios de Careiro, Manicoré e Humaitá



## RÁDIO FLORESTA

Um exemplo de iniciativa que fomenta a participação dos jovens em espaços de governança não-governamentais é a iniciativa conduzida por um grupo de jovens do Careiro com apoio da Casa do Rio, a Rádio Floresta. A Rádio é um dispositivo político, de contato, intercâmbio e aprendizagem coletiva que tem como objetivo promover a democratização da comunicação feita por jovens na zona urbana e rural do município. A rádio preza por levar informação valorizando também a cultura, a educação, a sustentabilidade territorial e o respeito à diversidade e principalmente infor-

mações sobre os direitos das crianças, adolescentes, jovens, mulheres e do idoso, a partir do protagonismo juvenil. Ela se configura como um corpo comum da comunidade do Careiro, onde pessoas engajadas em lutas potencializam suas vozes, os trabalhos que já desenvolvem e experimentam uma escuta ativa, já que no município a rádio é o meio de comunicação mais utilizado. A rádio, que funciona a partir do protagonismo do jovem, além de representar uma forma de organização desse grupo social para adquirir autonomia, empodera e inspira outros jovens a partir da disseminação de conhecimentos e direitos.



## OE44- Atrair jovens ao campo e à sucessão rural

Outro importante gatilho capaz de viabilizar a decisão dos jovens de permanecer no campo é diversificando a renda nas propriedades rurais. O potencial empreendedor do jovem pode ser despertado quando ele se conecta a conteúdos de gestão e a iniciativas que inspirem um olhar para vocações locais, podendo articular interesses e competências, reconhecendo potencialidades que estão no seu entorno e tornando atrativa a permanência na localidade<sup>10</sup>.

A migração dos jovens do campo para cidades é fruto, em parte, de um conflito en-

tre um projeto de vida e aquilo planejado pelos pais, que emerge por causa de uma estrutura hierarquizada de família. Há, por parte do jovem, a vontade de construir e administrar seu projeto de vida e realizar mudanças na propriedade da família. Contudo, sem autonomia, o jovem não tem poder de decisão em empreendimentos familiares e coletivos, o que coloca em xeque a produtividade e organização da comunidade, reduzindo a possibilidade de novas gerações surgirem no campo<sup>11</sup>.

Apresentamos agora oportunidades para a inserção e continuidade da juventude nas atividades produtivas. São caminhos para que os jovens seja protagonistas de suas vidas.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
44.1 Ampliar o acesso dos jovens ao crédito rural	44.1.1 Divulgar programas de acesso ao crédito, como a linha jovem do Pronaf e o Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito Fundiário nas comunidades rurais via técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e outras organizações 44.1.2 Promover mutirão realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado (Idam) para a retirada da Declaração de Aptidão ao Pronaf Jovem (DAP) 44.1.3 Instruir agentes bancários responsáveis pela operacionalização dos programas de concessão de créditos sobre as linhas disponíveis, avaliação adequada dos projetos submetidos e atendimento qualificado ao jovem 44.1.4 Promover Atividades de extensão rural voltada à gestão (Idam, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) Departamento de Organizações Comunitárias, Prefeitura (DOC) e Associações comunitárias)
Sociedade Civil	
44.2 Ampliar o protagonismo dos jovens em empreendimentos produtivos	44.2.1 Captar recursos e realizar capacitação de jovens em sistemas agroecológicos em conjunto com a Escola Itinerante de Agroecologia (iniciativa da Casa do Rio) e a Rede Maniva de Agroecologia (Rema) 44.2.2 Captar recursos e realizar capacitação de jovens em gestão de empreendimentos comunitários 44.2.3 Realizar capacitação de jovens para elaboração e submissão de projetos a editais e outras estratégias para captação de recursos
44.3 Garantir recursos/investimentos de empresas-âncora da cadeia de alimentos e cosméticos para realização de programas de formação de pequenos fornecedores	44.3.1 Financiar/realizar, em parceria com OSCs, programas de formação de pequenos fornecedores (cooperativas de agricultores familiares – foco em jovens) em competências gerenciais e técnicas

10 FGVCES (2018)

11 NASCIMENTO (2014)

## Ações Localizadas

- Ampliar a atuação do projeto Escola Itinerante de Agroecologia (EIA) da Casa do Rio (Careiro) e replicar em outros territórios, como Igapó-Açu e Manicoré
- Promover capacitações específicas para construção de projetos voltados aos programas de acesso ao crédito aos jovens das comunidades de Careiro, Manicoré e Realidade
- Promover mutirão realizado pelo Idam para a retirada do DAP Jovem, no município de Careiro, Manicoré e no distrito de Realidade, Humaitá
- Ofertar cursos de uso de tecnologias na aprendizagem para jovens no início do ensino médio, no Careiro, através da parceria Cetam e Secretaria Municipal de Educação, para combater evasão escolar
- Fortalecer e apoiar a ampliação da atuação do Centro Salesiano na oferta de cursos profissionalizantes para os jovens rurais do município de Manicoré

### CAROÁ- COOPERATIVA DE JOVENS EMPREENDEDORES RURAIS

Uma iniciativa que pode servir com inspiração para tornar possível a permanência do jovem no seu território de origem é a Cooperativa Caroá. Formada e gerida por jovens (entre 18 e 32 anos) do semiárido cearense, promove agricultura sustentável desde 2014. Após o ingresso de um grupo de jovens no programa Jovem Empreendedor Rural (PJER) da Adel (Agência de Desenvolvimento Econômico Local), a juventude rural identificou um grande gargalo na produção e comercialização no território do Vale do Curu e decidiu reunir jovens que estavam produzindo na região para pensar em como acessar novos mercados. Assim nasceu a Caroá, com o objetivo de comercializar e fortalecer a agricultura familiar na região. Ciclos formativos foram conduzidos para a

consolidação da cooperativa abrangendo temas como: valores e práticas do cooperativismo e associativismo; planejamento estratégico; e formulação de um plano de negócio.

A iniciativa visa contribuir com a participação dos jovens no cotidiano da produção agrícola e busca elevar a produtividade e rentabilidade das atividades nas pequenas e médias propriedades da região. A comercialização acontece por meio da prefeitura e nas feiras agroecológicas da Cooperativa. Os jovens cooperadores relataram que a partir da formação da cooperativa foi possível e se tornou interessante a permanência nos seus locais de origem. Além disso, o protagonismo deles na organização proporcionou que fossem realizadas inovações na forma de comercializar e produzir, como as entregas delivery durante a pandemia do COVID-19.



## OE45- Garantir oportunidades para a inserção do jovem no trabalho em comunidade

Outras alternativas econômicas e produtivas surgiram no levantamento feito com as comunidades.

Dar meios para que o jovem possa realizar atividades como cursos técnicos, capacitações e graduações são importantes para incluí-lo na cadeia de trabalho local. Nesse sentido, a valorização dos recursos humanos locais e o fortalecimento das vocações territoriais é fundamental para que os jovens não sejam transformados em profissionais ociosos.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
45.1 Criar estágios em órgãos públicos com bolsa remunerada	
45.2 Fortalecer a oferta do ensino superior nos territórios	45.2.1 Consultar alunos das escolas de ensino médio, prefeituras municipais e setor privado sobre demandas de curso de ensino superior, especialmente Universidade Estadual do Amazonas (UEA) 45.2.2 Promover parcerias com prefeituras municipais de extensão nas áreas rurais dos territórios para inclusão do jovem
45.3 Fortalecer a inclusão de jovens na cadeia do TBC e do Turismo rural	45.3.1 Sensibilizar os jovens e garantir seu protagonismo nos espaços de construção dessas atividades nas comunidades 45.3.2 Garantir a formação de jovens e mulheres como agentes de Turismo de Base Comunitária (TBC), Turismo Rural e de lazer (UEA, Cetam e Sebrae) 45.3.3 Fortalecer as práticas realizadas por agentes de lazer local 45.3.4 Ofertar treinamentos em gastronomia baseada na culinária e ingredientes amazônicos aos jovens e mulheres 45.3.5 Incentivar os jovens a participarem da promoção de eventos de lazer 45.3.6 Promover a formação de jovens agentes de cultura local
45.4 Ofertar cursos profissionalizantes ao jovem	45.4.1 Diagnosticar as demandas de formação nas comunidades rurais nas associações 45.4.2 Promover parceria com o Cetam para a oferta de cursos condizente com as demandas levantadas nas comunidades rurais 45.4.3 Promover a formação de jovens voltada ao empreendedorismo e à gestão de negócios (Sebrae), incluindo Marketing digital
45.5 Fortalecer a inclusão de jovens na cadeia do TBC e do turismo Rural	45.5.1 Sensibilizar os jovens e garantir seu protagonismo nos espaços de construção dessas atividades nas comunidades
45.6 Promover a absorção dos jovens formados no mercado de trabalho	45.6.1 Realizar levantamento dos jovens com formação técnica nas comunidades 45.6.2 Promover a absorção dos jovens formados em ciências agrárias pelo Idam 45.6.3 Identificar possíveis cruzamentos entre formações técnicas e instituições capazes de absorver os jovens
Sociedade Civil	
45.7 Promover encontros intergeracionais para a transmissão de saberes locais tradicionais (envolvendo crianças, jovens e idosos)	45.7.1 Promover capacitações com jovens para o resgate e transmissão de conhecimento das parteiras, dos desmentidores, benzedeira e seringueiros

## Ações localizadas:

- Criar estágios em órgãos públicos nos municípios de Manicoré, Careiro e Humaitá
- Promover formação de jovens do Ramal do São José, Careiro, voltada ao empreendedorismo e à gestão de negócios
- Fortalecer a atuação do Centro Salesiano na oferta de cursos profissionalizantes para os jovens do município de Manicoré
- Promover a formação de jovens agentes de lazer local voltados ao turismo em Manicoré, Igapó-Açu, e Lago do Mamuri, Careiro.
- Promover capacitações com jovens para o resgate de conhecimentos tradicionais com seringueiros na comunidade do Lago Matupiri, Manicoré

### FORMAÇÃO DE JOVENS RURAIS

Um outro exemplo inspirador que pode ser replicado em outros territórios é a Formação de Jovens Rurais. Fruto de uma parceria entre o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) e a Casa do Rio, a iniciativa Formação de Juventude na Agricultura buscou sensibilizar e capacitar jovens da área rural, nos municípios de Careiro Castanho e Manicoré, inseridos em grupos produtivos, para fortalecer seu protagonismo e autonomia.

Por meio de cinco encontros conduzidos virtualmente, foram realizados intercâmbios de experiências com jovens de diferentes territórios para engajamento dos participantes e construção de novas referências do universo rural. Também foram apresentados conceitos, ferramentas e métodos voltados ao planejamento das atividades no campo, além de exercícios individuais auto-reflexivos. Ao fim dos encontros, os jovens organizados em grupo realizaram por meio do mapeamento produtivo rural um plano de futuro de vida.

### ESCOLA ITINERANTE DE AGROECOLOGIA


Um exemplo inspirador que pode ganhar escala e ser replicado no território é a Escola Itinerante de Agroecologia. Consolidada em 2017 como um dos programas da instituição sem fins lucrativos Casa do Rio, a Escola, que atua no trecho norte da Rodovia BR-319, tem como objetivo principal fornecer ferramentas para que as comunidades de agricultores familiares possam aderir à agroecologia e assim promover uma agricultura de baixo impacto ambiental. A partir de uma metodologia participativa e dialógica, envolvendo saberes e valores locais, a Escola já atendeu mais de 400 pessoas, implantou 6 unidades demonstrativas de agroflorestas e promoveu a diversificação da produção na região, incluindo mais de 20 espécies florestais. A estratégia para driblar os desafios logísticos do território consistiu na formação de jovens monitores agroecológicos, que são os pontos de apoio da Escola e atuam na transformação do local. Em relação à comercialização dos alimentos, a Casa do Rio apoiou a formação de redes de produtores, o acesso à Política Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e a certificação orgânica com garantia de conformidade via controle social na venda direta.





12

**VALORIZAÇÃO DAS  
CAPACIDADES E  
COMPETÊNCIAS  
DAS POPULAÇÕES  
LOCAIS**



# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

O diálogo entre políticas públicas implantadas nos territórios e as realidades locais, sejam em iniciativas do setor público ou de organizações da sociedade civil (OSCs), é um desafio para o contexto amazônico. No geral, o planejamento destas ações ocorre em grandes centros urbanos, onde se concentram poder econômico e político. Como resultado desse processo, os saberes e as capacidades dos atores locais ficam ausentes, o que fortalece uma visão utilitarista sobre a biodiversidade amazônica e as comunidades.

A complexidade das interações culturais, ambientais, socioeconômicas e políticas na Amazônia habilita as populações para qualquer atividade no âmbito local. Por isso, caminhos serão apontados para que os próprios atores dos territórios-alvo da ADT ocupem funções e espaços de tomada de decisão em programas e projetos locais, o que não ocorre com frequência, sobretudo em áreas rurais.

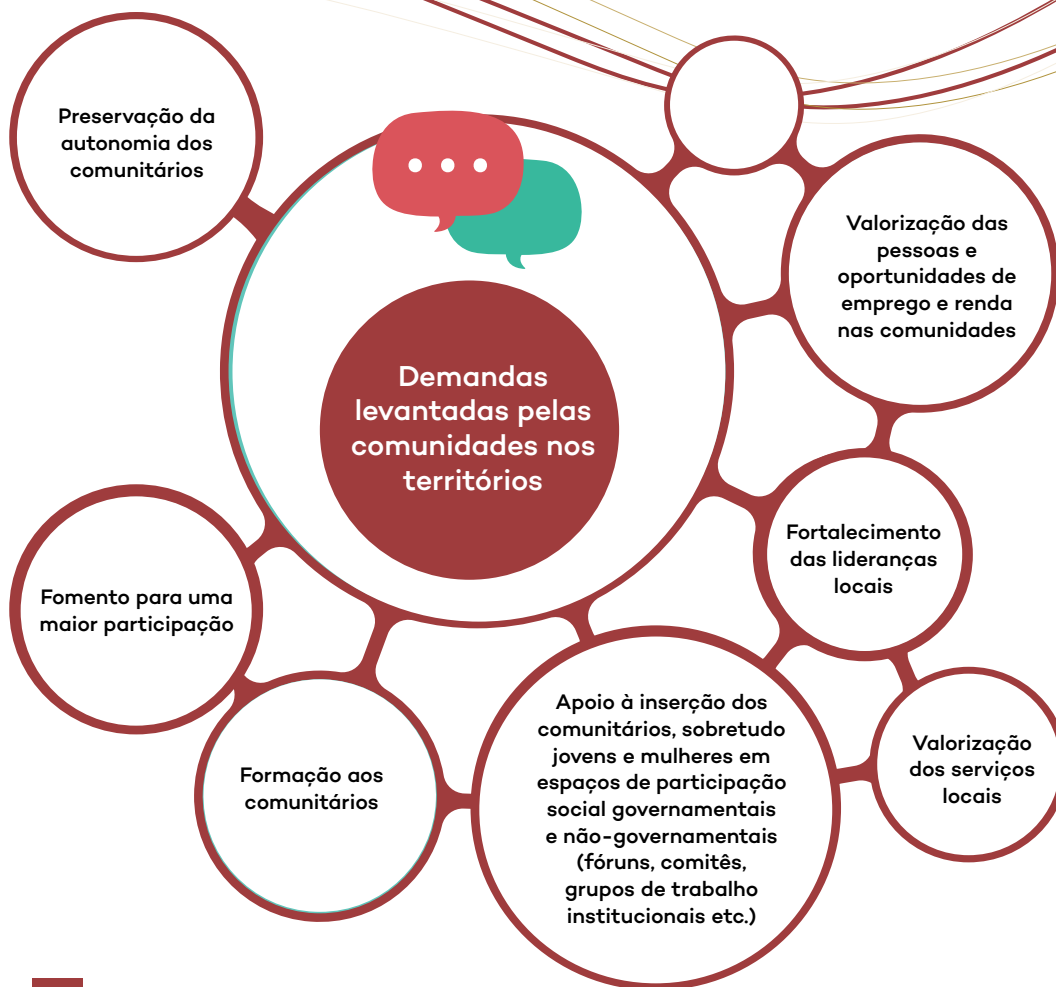
As populações possuem saberes e conhecimentos aprofundados do contexto em que vivem. Além disso, muitos comunitários, por terem formação acadêmica, estão capacitados para integrar equipes técnicas regionais. No entanto, a assimetria no acesso à informação faz com que muitas pessoas saibam das iniciativas apenas quando equipes externas chegam às comunidades.

A exclusão das oportunidades de trabalho impede que os moradores das comunidades assumam o protagonismo na implementação das ações. A conservação ou o resgate da sociobiodiversidade para o bem viver passa fundamentalmente pela capacidade da população local de interagir com o cotidiano a partir dos seus próprios modos de vida.

Os comunitários estão distantes dos processos e espaços de tomada de decisão, especialmente as mulheres e os jovens. Incluí-los é fundamental para alinhar as políticas públicas com os projetos e as especificidades locais, além de fortalecer a aderência às iniciativas propostas.<sup>1</sup>

O respeito e o fortalecimento da autonomia dos moradores na condução da vida em comunidade; o aprimoramento das capacidades das organizações locais, o que inclui processos de formação, quando necessário; e a inserção dos atores locais em espaços de participação social, governamentais e não-governamentais, e em equipes técnicas são caminhos fundamentais para valorização das capacidades e competências das pessoas dos territórios.





## Banco de areia de problemas mapeados

Dificuldade em manter jovens nas comunidades

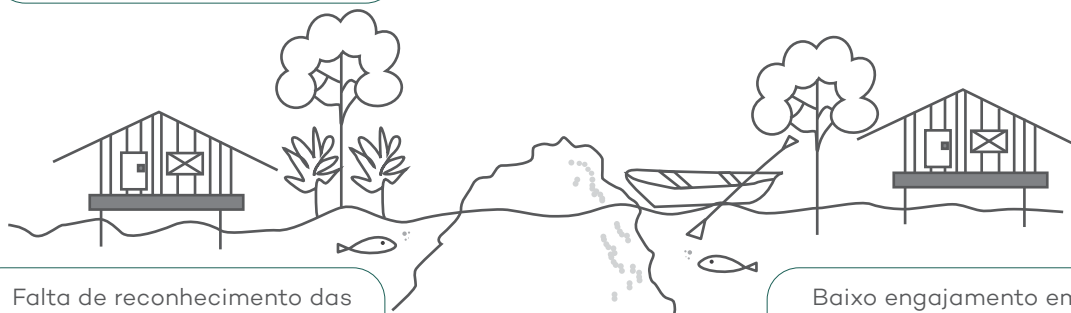
Falta de alinhamento entre as iniciativas e projetos com o modo de vida do lugar

Iniciativas que não dialogam com a vocação das populações locais

Invisibilização das mulheres como atores fundamentais no processo de trabalho

### Aparentes

Transculturização do campo de trabalho



Falta de reconhecimento das capacidades das populações locais por agentes públicos

### Estruturantes

Baixo engajamento em espaços de participação social e atividades coletivas

Alienação das populações locais das pautas e decisões envolvendo o lugar em que vivem

Deficiência no entendimento de valor no campo local (comunidades tradicionais)

Ausência de inclusão dos comunitários nas discussões de projetos para o lugar





### OE46- Fortalecer a tomada de decisão nas comunidades

Os comunitários, na maioria das vezes, tomam conhecimento de projetos públicos que vão influenciar no dia a dia perto da fase de implantação. Por isso, é essencial que instituições tanto do setor público quanto as OSCs valorizem e incluam os saberes das populações locais desde o início da definição das estratégias.

A participação das populações locais desde o início da fase de implementação está atrelada à promoção da autonomia dos comunitários na condução da dinâmica local, à contemplação das especificidades e dos interesses locais nos processos de planejamento, e ao assessoramento à elaboração de projetos de autoria das próprias comunidades.

### Ações propostas

Sociedade Civil	
46.1 Preservar a autonomia das populações locais para definir horários e tomada de decisões no trabalho	<p>46.1.1 Consultar a disponibilidade de horário dos comunitários antes de programar atividades locais</p> <p>46.1.2 Discutir com os comunitários as atividades e ações de interesse dos mesmos, antes da sua execução</p> <p>46.1.3 Garantir participação paritária de mulheres, jovens, comunidades tradicionais e membros da comunidade LGBTQIA+ entre representantes do poder público e da sociedade civil nos Conselhos Municipais</p> <p>46.1.4 Mobilizar atores da sociedade civil e servidores públicos para discussão sobre participação e inclusão social nos conselhos municipais formados e/ou em formação e nas audiências das Câmaras Municipais</p> <p>46.1.5 Incluir os jovens na mobilização para realização de conferências municipais, estaduais e nacionais em áreas como saúde, assistência social, educação, crianças e adolescentes, dentre outras</p>

## Ações propostas

Políticas Públicas	
46.2 Conhecer e valorizar os ritos e as características dos comunitários	46.2.1 Considerar as especificidades locais no planejamento e na execução de programas e projetos nas comunidades 46.2.2 Consultar e construir com as lideranças locais as iniciativas nas comunidades
46.3 Desenvolver estratégias para garantir oportunidades de acesso dos comunitários aos serviços públicos	46.3.1 Facilitar a retirada da carteira de agricultor, Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) pelos comunitários 46.3.2 Criar ferramenta para identificação de demandas e oportunidades para oferta de serviços público nas comunidades
46.4 Assessorar tecnicamente na elaboração de projetos, com formação de pessoal das comunidades	46.4.1 Formação de multiplicadores locais nas comunidades para difusão e interlocução com as políticas públicas



## OE47- Promover a inclusão de mulheres e jovens em iniciativas locais

As mulheres são atores importantes na conservação e na produção dos saberes e conhecimentos dos territórios. No entanto, suas capacidades são invisibilizadas nos espaços de tomada de decisão. Apesar do engajamento cotidiano na manutenção ou no resgate do bem viver e da sociobiodiversidade local, elas estão quase ausentes das equipes dos projetos. O processo de exclusão também ocorre com

jovens comunitários, apesar de eles representarem uma ligação entre gerações.

A inclusão de mulheres e jovens em iniciativas no âmbito local demanda a inserção desses atores em espaços de participação social governamentais e não-governamentais, o fortalecimento de suas capacidades em atividades de interesse, especialmente serviços e atividades produtivas locais, e a troca de saberes entre coletivos de jovens e de mulheres.

### Ações propostas

<b>Sociedade Civil</b>	
47.1 Inserir mulheres e jovens em espaços de participação social governamentais e não-governamentais (fóruns, comitês, grupos de trabalho institucionais etc.)	47.1.1 Facilitar a logística para participação dos jovens no Fórum da BR-319 e outros espaços de governança territorial 47.1.2 Promover o nivelamento de informações nos temas de interesse para inserção de jovens e mulheres 47.1.3 Incluir os jovens e as mulheres na mobilização para realização de conferências municipais, estaduais e nacionais em áreas como saúde, assistência social, educação, crianças e adolescentes, dentre outras 47.1.4 Constituir comissões organizadoras das conferências com paridade de gênero, inclusão de jovens e de representantes do poder público e da sociedade civil
47.2 Desenvolver as aptidões das mulheres por meio de cursos e oficinas em atividades de interesse (artesanato, produção de alimentos, dentre outros)	47.2.1 Promover a integração para troca de saberes entre coletivos de mulheres nos territórios, como o coletivo Teçume e o coletivo Doce Tapiri, em Careiro
47.3 Fortalecer a gestão de empreendimentos rurais voltados aos jovens, com o apoio da Casa do Rio, movimento Cultura e Esporte na Comunidade (CEC), Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta), etc.	47.3.1 Formar multiplicadores para difusão de conhecimento sobre empreendedorismo rural 47.3.2 Realizar intercâmbio de saberes entre os comunitários jovens
<b>Políticas Públicas</b>	
47.4 Garantir a inserção dos jovens nos serviços locais, como: pousadas, restaurantes, transportes, balsas, dentre outros	47.4.1 Aumentar a oferta de ensino técnico, através do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), com foco nas demandas levantadas junto aos jovens das comunidades 47.4.2 Capilarizar a oferta de cursos profissionalizantes nas áreas rurais dos municípios, através da parceria entre Cetam, Secretarias Municipais e Associações comunitárias 47.4.3 Debater a criação de escolas técnicas para o manejo da sociobiodiversidade nas áreas rurais dos municípios, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti-AM)



## Ações propostas

Sociedade Civil	
47.5 Promover a inserção dos jovens nos serviços locais, como: pousadas, restaurantes, transportes, balsas, dentre outros	47.5.1 Identificar oportunidades de aproveitamento das capacidades dos jovens nos serviços ofertados nas comunidades 47.5.2 Articular a inserção dos jovens junto a entidades ofertantes dos serviços
47.6 Implementar programa de bolsas para formação dos jovens das comunidades	47.6.1 Identificar as áreas de interesse para atuação dos jovens 47.6.2 Articular com as entidades público-privadas a disponibilização de bolsas de formação e experiência para os jovens das comunidades com transparência

## Ações localizadas

- Promover a integração para troca de saberes entre as mulheres da Teçume e os demais coletivos de mulheres de Careiro.
- Promover a integração para troca de saberes entre as mulheres do Doce do Tapiri e os demais coletivos de mulheres de Careiro.
- Promover a integração para troca de saberes entre as mulheres do Biojatu com os demais coletivos de mulheres de Manicoré.
- Fortalecer o projeto de descentralização do Cetam para a área rural de Careiro (em planejamento).
- Capilarizar a oferta de cursos profissionalizantes nas áreas rurais dos municípios de Manicoré e Humaitá, através da parceria entre Cetam, as Secretarias Municipais e associações comunitárias.
- Debater a criação de escolas técnicas para o manejo da sociobiodiversidade nas áreas rurais do Careiro, com apoio da Sedecti-AM. Ex.: Escolas Técnicas no Projeto de Assentamento (PA) Panelão.



## OE48- Engajar comunitários para assumir espaços de competência

Por estarem muito distantes dos centros de tomada de decisão, os comunitários têm seus espaços de competência preteridos por atores institucionais externos. O que pode causar mudanças significativas e não desejadas por parte da população. A definição que caberia ao morador local acaba sendo incumbência de servidores públicos, o que faz a relação entre Estado e comunidade se aproximar mais da tutela em vez de ser um estímulo à autonomia local.

O reconhecimento de que os comunitários

podem ocupar espaços como atores intervenientes, tanto em iniciativas do setor público, através de políticas públicas, quanto em OSCs, é fundamental. Além disso, os comunitários também devem ser respeitados, como pessoas capazes de empreender. É comum atores externos implementarem negócios com apoio institucional que são negados às populações locais.

Priorizar os comunitários na formação de equipes de projetos locais, oferecer meios para capacitá-los e promover a geração de emprego e renda são caminhos importantes frente ao desafio de valorizar os saberes e conhecimentos dos territórios.

### Ações propostas

Sociedade Civil	
48.1 Incentivar as lideranças para os processos de consulta e planejamento junto às comunidades	48.1.1 Melhorar a atuação das lideranças por meio da construção de planos de ação e relatórios simplificados junto às comunidades
48.2 Realizar levantamento dos comunitários com formação técnica nas comunidades e capacitações para gestão de informações locais	48.2.1 Realizar cursos e oficinas com técnicos e profissionais locais das áreas de agronomia, florestal e ambiental sobre ferramentas e tecnologias para zoneamentos e mapeamentos territoriais, como cartografia social, utilização de drones, GPS, elaboração de mapas, etc. 48.2.2 Desenvolver estrutura para manutenção e posse de informações estratégicas nas organizações sociais locais, por meio da criação de “centros sociais de informações sub-regionais” nos territórios 48.2.3 Captar recursos para aquisição de equipamentos e implantação de polos de geoprocessamento em instituições locais da sociedade civil, em parceria com Centros Sociais de Informações sub-regionais, universidades e outras instituições de ensino e pesquisa 48.2.4 Elaborar um banco de dados municipal, em parceria com as instituições de ensino e pesquisa, acessível às organizações públicas e da sociedade civil, com profissionais locais de todas as áreas que busquem oportunidades de trabalho
48.3 Garantir a inserção dos comunitários nas equipes de projetos das OSCs	48.3.1 Incluir jovens comunitários e comunitárias, com estratégias diferenciadas para equidade de gênero, em projetos desenvolvidos nas comunidades, como formação de jovens pesquisadores e pesquisadoras, com bolsas.
Políticas Públicas	
48.4 Garantir novas oportunidades de emprego e geração de renda para os comunitários	48.4.1 Implementar projetos e atividades de apoio ao extrativismo 48.4.2 Desenvolver as cadeias produtivas minimizando a figura do atravessador 48.4.3 Ofertar curso de ensino superior à distância, usando a salas de tecnologia do ensino mediado da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc) 48.4.4 Potencializar as iniciativas locais de turismo de base comunitária 48.4.5 Capacitar os comunitários em temas de interesse, como empreendedorismo, turismo e criação de animais



## Ações propostas

<p>Políticas Públicas</p>	<p>48.4.6 Garantir a vinculação com profissionais/instituições locais de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) em chamadas públicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam)</p> <p>48.4.7 Promover consultas públicas e ampla divulgação sobre as concessões florestais nos municípios, incluídas no Plano de Outorga Florestal Estadual (Pofe) e no Plano de Outorga Florestal Estadual Federal (Paof)</p> <p>48.4.8 Criar e implementar estratégias locais para o acompanhamento da execução das Concessões Florestais nos municípios, com processos iniciados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema-AM) e pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB)</p> <p>48.4.9 Garantir estratégias para formação e contratação de equipes/profissionais locais para a realização dos contratos de concessão florestal existentes, com observância à equidade de gênero e inclusão de jovens</p>
<p>Sociedade Civil</p> <p>48.5 Incentivar novas oportunidades de emprego e geração de renda para os comunitários</p> <p>48.6 Priorizar a alocação dos comunitários como professores, Agente Comunitário de Saúde (ACS) dentre outras funções públicas</p> <p>48.7 Fomentar empreendimentos coletivos com produtos da sociobiodiversidade de interesse dos comunitários</p> <p>48.8 Promover o aprimoramento das capacidades das organizações locais</p>	<p>48.5.1 Promover eventos e debates sobre Turismo de Base Comunitária (TBC) e Turismo Rural nas localidades solicitantes e naquelas inseridas em circuitos já estabelecidos de outras modalidades de turismo</p> <p>48.5.2 Apoiar a realização de levantamentos de patrimônio socioambiental material e imaterial pelas populações locais, por exemplo, identificação e construção de mapas comunitários, rotas para o turismo, entre outros</p> <p>48.6.1 Elaborar estratégias municipais de “jovens aprendizes” para funções de saúde e educação nas comunidades do interior</p> <p>48.6.2 Incluir a pauta de desenvolvimento profissional local nas instâncias de participação e gestão de áreas protegidas, através dos Conselhos Municipais e Conselhos de Unidades de Conservação (UC)</p> <p>48.7.1 Identificar os empreendimentos coletivos em suas diferentes fases de implementação</p> <p>48.7.2 Identificar quais são as capacidades locais para a gestão dos empreendimentos</p> <p>48.7.3 Apoiar a captação de recursos e/ou estabelecimento de parcerias para a aquisição de bens e equipamentos, como doações de materiais por instituições governamentais ou não, editais de apoio à infraestrutura, etc.</p> <p>48.8.1 Implementar e/ou fortalecer organizações locais e/ou regionais que funcionem como “centros de atendimento técnico” às organizações de base</p> <p>48.8.2 Realizar levantamentos regulares e divulgação local de editais e fundos de apoio à organizações, como o Fundo de Promoção Social (FPS/AM), a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), etc.</p> <p>48.8.3 Apoiar a captação de recursos e/ou estabelecimento de parcerias para a aquisição de bens e equipamentos, como doações de materiais por instituições governamentais ou não, editais de apoio à infraestrutura, etc.</p> <p>48.8.4 Assessorar a elaboração de Planos de Trabalho para o fortalecimento de organizações comunitárias, empreendimentos coletivos e organizações locais de apoio à produção, como Departamento de Organização Comunitária (DOC), Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e demais organizações locais</p> <p>48.8.5 Captar recursos para a implementação dos Planos de Trabalho elaborados pelas organizações comunitárias, empreendimentos coletivos e organizações locais de apoio à produção</p> <p>48.8.6 Captar recursos para assessoria técnica na implementação e execução de projetos técnicos socioprodutivos e organizacionais</p>

## Ações localizadas

- Captar recursos para aquisição de equipamentos e implantação de polos de geoprocessamento em instituições locais da sociedade civil em Manicoré e Humaitá, através de parceria com a Universidade Estadual do Amazonas em Manicoré e com o Instituto Federal do Amazonas (Ifam) e a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em Humaitá.
- Promover consultas públicas e ampla divulgação sobre as concessões florestais nos municípios de Humaitá (Floresta Nacional de Humaitá) e Careiro (Gleba Castanho e Gleba Juma), incluídas no Plano de Outorga Florestal Estadual (Pofe) e no Plano de Outorga Florestal Estadual Federal (Paof).
- Promover eventos e debates sobre Turismo de Base Comunitária (TBC) e Turismo Rural nas localidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Igapó-Açu e RDS do Rio Amapá, em Manicoré, e localidades do município do Careiro.

## A VALORIZAÇÃO DA PRATA DA CASA NA RDS IGAPÓ-AÇU


O jovem Angel Souza ilustra o que se busca com essa estratégia, uma vez que o mesmo nasceu e se criou na Comunidade de São Sebastião do Igapó-Açu, municípios de Borba, Beruri e Manicoré, trecho do meio da BR-319. A partir de 2009, viu sua comunidade ser inserida na Reserva de Desenvolvimento Igapó-Açu (RDS Igapó-Açu), ocasião em que ainda cursava o ensino médio na cidade de Careiro, por falta de oportunidade para continuar os estudos na própria comunidade. Em 2013, o jovem retornou para a comunidade e passou a contribuir com a educação das crianças na escola local, vocação que abraçou com muita determinação e que três anos depois, em 2016, o colocou na faculdade de Pedagogia. O retorno do Angel para a comunidade representou um período de engajamento nas questões importantes para a vida em comunidade, de modo que, em 2015, passou a integrar a equipe diretiva da Associação Comunitária como Secretário, passando a desempenhar um importante papel na solução de conflitos e se firmando como uma liderança respeitada na sua região. Ele também se engajou nas atividades de conservação da sociobiodiversidade, tendo sido credenciado como Agente Ambiental Voluntário pela Sema-AM no ano de 2016. Como resultado do seu engajamento pela conservação ambiental, em 2017, foi indicado pelas comunidades como membro do Conselho do Parque Estadual do Matupiri, Unidade de Conservação que faz limite com a RDS Igapó-Açu. Em 2018, passou a ser o Gestor da escola da Comunidade de São Sebastião do Igapó-Açu, resultado da sua dedicação como educador. Atualmente Angel integra a equipe de mobilizadores para a construção da ADT do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) no contexto da BR-319.





13

**PROMOÇÃO  
E CONSERVAÇÃO  
DOS MODOS  
DE VIDA PARA  
O BEM VIVER**





# POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

As complexas realidades dos territórios cortados pela BR-319 não podem ser ignoradas quando se busca a promoção do bem viver das populações locais. A heterogeneidade geopolítica e sociocultural são desafios que precisam ser enfrentados quando se pensa em proteção territorial e ambiental. A conservação dos modos de vida para o bem viver também está atrelada ao acesso à infraestrutura socioterritorial e a políticas sociais, ao fortalecimento das cadeias produtivas, à participação e organização social na democratização de políticas públicas e ao desenvolvimento das capacidades locais.

Neste contexto, o conceito do bem viver tem um sentido diverso e universal, formulado a partir dos modos de vida dos ameríndios<sup>1</sup>. Os numerosos grupos sociais que habitam a Amazônia em sinergia com o meio desenvolvem um singular estilo de vida, transmitem costumes e práticas culturais de geração em geração, sem, muitas vezes, haver um reconhecimento político de todos esses processos<sup>2</sup>. Cada palavra, cada gesto, cada pedacinho dessa gente e de seus lugares, quase invisíveis, ao se acumularem, revelam uma forma singular de vida<sup>3</sup>. Singularidades complexas que possibilitam o bem viver que resiste aos contextos históricos, políticos e econômicos, no tempo e espaço.

O conceito de bem viver está presente nas populações tradicionais, indígenas e locais da Amazônia nas organizações sociais e em relações de compadrio e de vida. Está nos mutirões e ajuris, nos trabalhos desenvolvidos a partir da ajuda mútua nos roçados, nas casas de farinha, nos castanhais, nos seringais, nas matas de igapós, nos rios e demais ecossistemas. Está presente nas trocas, na reciprocidade e circularidade de sementes, frutos, propágulos e saberes. Está nos festejos, jogos e crenças, reconstruído nas mais diver-

sas manifestações socioculturais das populações locais, nas práticas pluriativas dos agricultores familiares e multifuncionalidades<sup>4</sup> que surgem com as novas ruralidades.

É necessário criar conexões entre as demandas e estratégias emergentes no e para o território, qualificando as peculiaridades locais, visando à integração de ações coordenadas para mitigação de problemas estruturantes oriundos da instalação de grandes empreendimentos. Para isso, “é preciso reformular a legislação federal, estadual e municipal, adequando-as à realidade do novo rural no Brasil”<sup>5</sup>. Para além de análises teóricas e políticas, ferramentas de planejamento para territórios na região devem propor saberes ligados ao mundo das sociedades amazônicas, requerendo um olhar sobre a construção do conhecimento e propostas para as políticas públicas sobre e para a Amazônia.

Neste sentido, agendas de desenvolvimento territorial na/para a Amazônia não podem estar dissociadas da agrobiodiversidade<sup>6</sup> e da cultura, sendo necessário buscar alternativas para dar visibilidade às populações tradicionais e indígenas e combater os conflitos existentes entre os sujeitos produtores dos lugares de vida e imperativos da “modernidade e progresso”. A iniciativa de dar visibilidade aos povos amazônicos pressupõe considerá-los inseridos em um contexto de mudanças históricas, sujeitos às mesmas dinâmicas que permeiam o sistema socioeconômico e político-cultural da civilização contemporânea.<sup>7</sup> Trata-se de criar mecanismos que facilitem e possibilitem a participação desses grupos sociais nos processos de decisão do poder, de modo crítico e consciente. Para isso, é preciso fazer da emancipação social um projeto de todos, construído por todos os cidadãos.

1 ACOSTA (2016)

2 FRAXE (2004)

3 FRAXE et al (2009)

4 CONCEIÇÃO (2020)

5 IZQUI (2000)

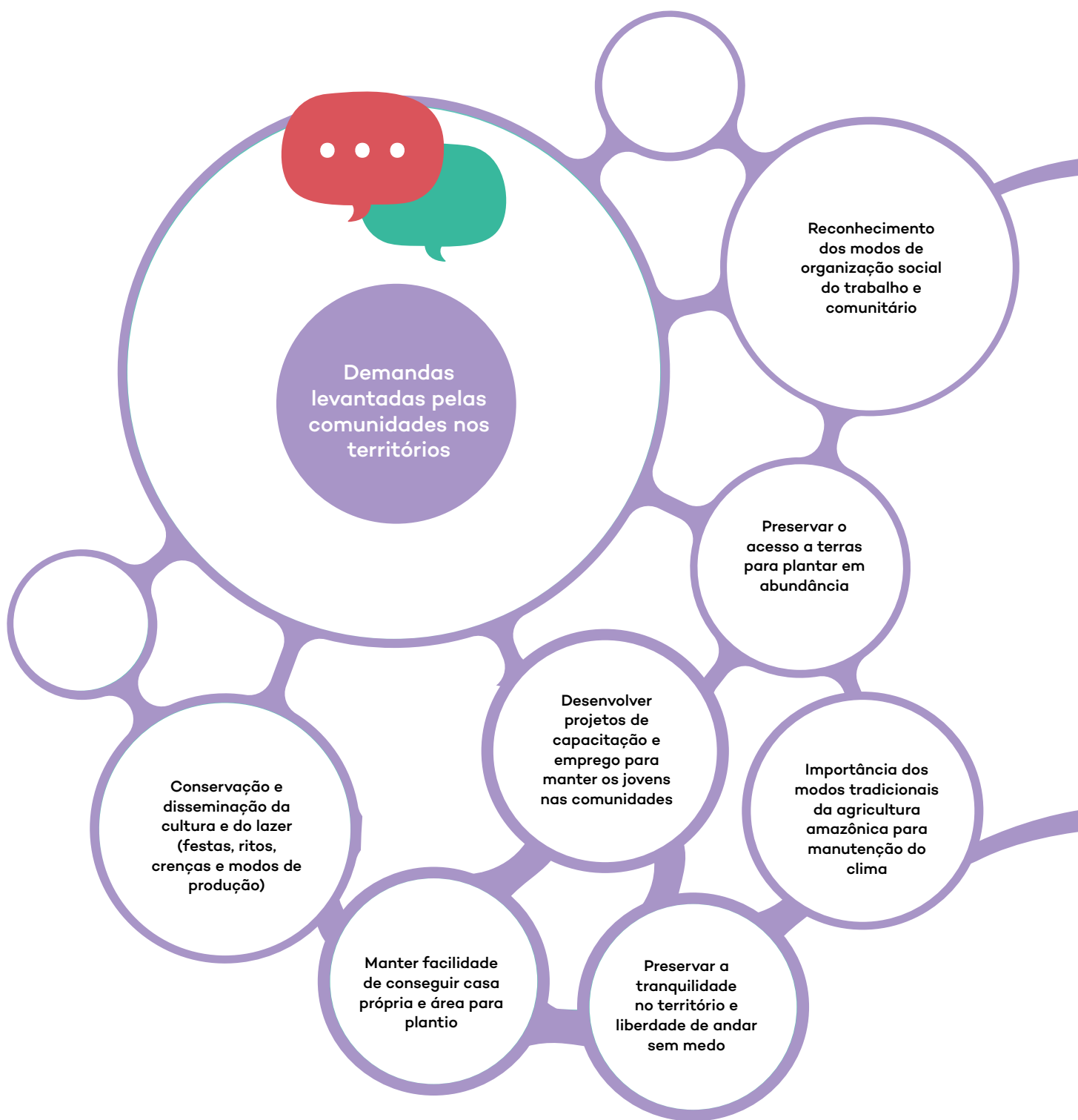
6 BOEF (2007)

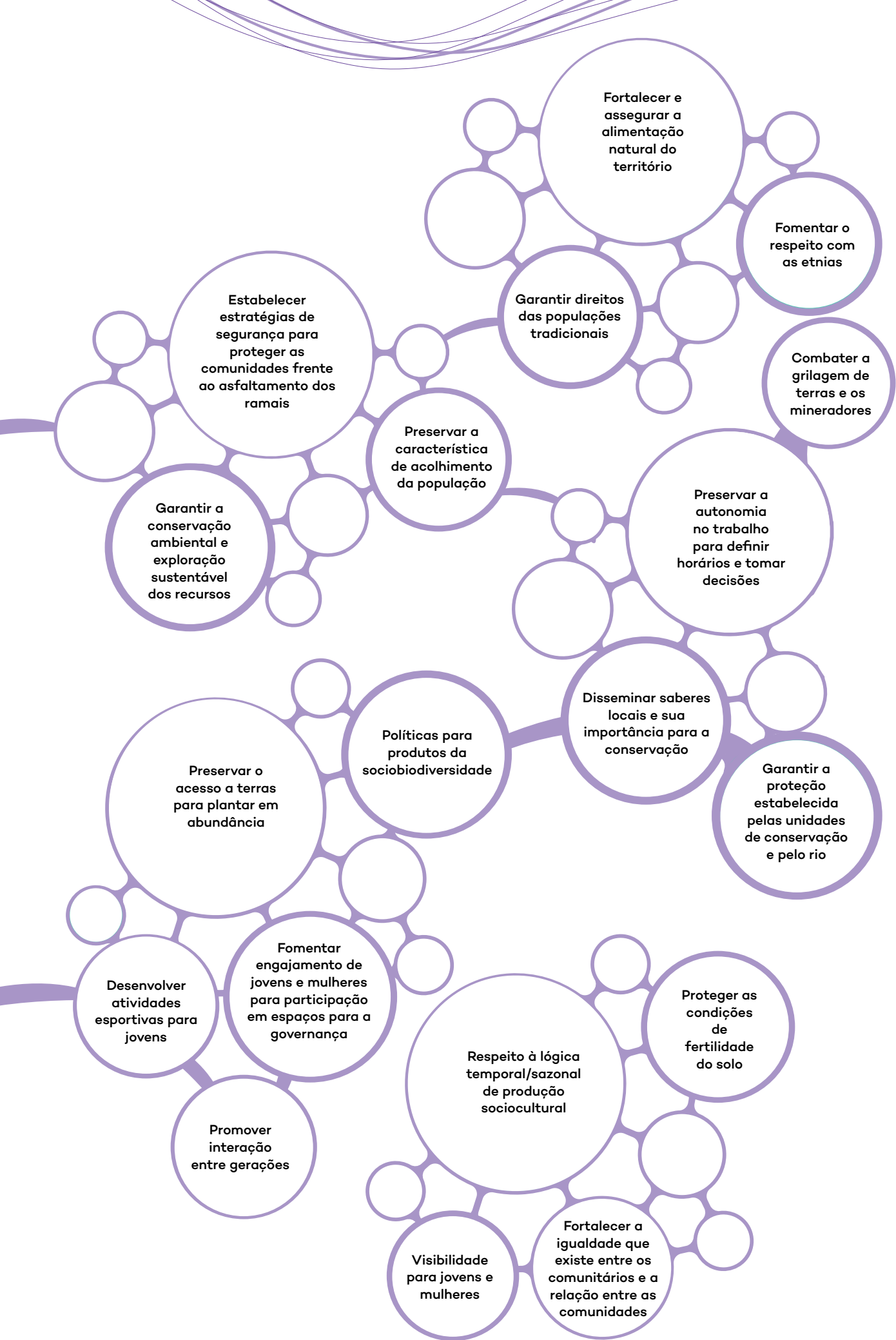
7 FRAXE et al. (2009)



Diante disso, caminhos serão indicados para a garantia dos direitos das populações locais, tradicionais e indígenas dos territórios-alvo da ADT, possibilitando a continuidade de acesso aos bens comuns

(água, terra, biodiversidade, cultura), essenciais para a manutenção dos costumes, dos modos de vida, da segurança e soberania alimentar, e da reprodução biológica, social e ambiental.





## Banco de areia de problemas mapeados

Baixa atuação dos órgãos do Estado e município

Falta de garantia de direitos às populações locais

Educação inadequada à realidade local

Fragilidades das organizações locais

Insegurança fundiária

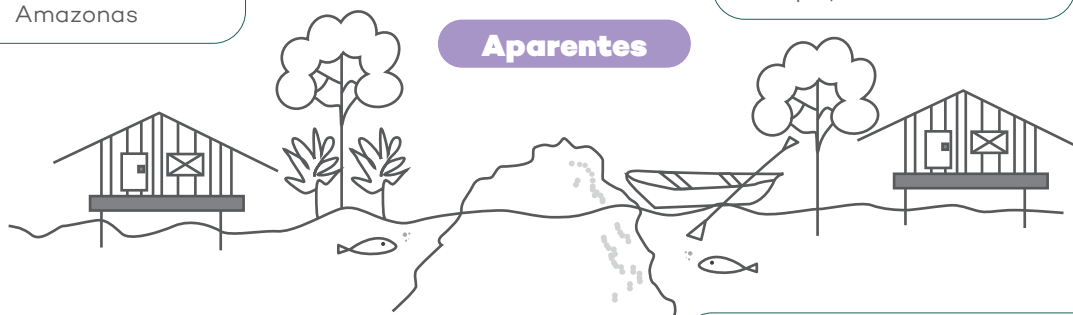
Falta de incentivos sobre a cultura local

Baixa infraestrutura de energia, comunicação e locomoção no interior do Amazonas

Número reduzido de profissionais de ASC, professores de origem local

Baixa representatividade e participação das populações locais em espaços de discussão

### Aparentes



Falta de reconhecimento da cultura local e disseminação

### Estruturantes

Desconhecimento das populações locais sobre seus direitos garantidos na constituição

Baixo reconhecimento do lazer local como direito social

Baixo conhecimento sobre modos de vida locais

Baixa coordenação federativa no financiamento e execução da política de lazer no rural

Desarticulação entre instituições que atuam junto às populações tradicionais

Legislação não adaptada à realidade da produção local

Garantir os direitos das populações locais sobre seus territórios

Propor política pública para o fortalecimento das práticas socioculturais nos territórios

### Transformação esperada

Participação de jovens e mulheres em espaços democráticos para disseminação da cultura e lazer

Participação das populações locais em espaços de discussão para a governança

## OE49- Garantir os direitos das populações locais sobre seus territórios

No sul do estado do Amazonas, a violação aos direitos humanos de populações tradicionais, povos indígenas e de seus territórios são realidades que ameaçam seus modos de vida e bem viver. Mesmo após a criação de leis que visem a garantir os direitos das populações tradicionais, ainda se percebe o avanço de atividades ilegais que põe em risco a segurança e permanência dessas populações em seus lugares de vida e o desenvolvimento de suas práticas tradicionais<sup>8</sup>.

Essas ilegalidades também ameaçam a conservação dos agroecossistemas amazônicos, perpetuado pelas práticas ancestrais desenvolvidas pelas populações tradicionais e indígenas que possibilitam a permanência dos serviços ambientais e ecossistêmicos. Nesse cenário, é fundamental o avanço no acesso a políticas públicas de direito à terra e à proteção ambiental, à elaboração de protocolos de consultas para os territórios e o incentivo à auto-organização local.

8 FONSECA et al (2021)

### Ações propostas

Políticas Públicas	
49.1 Fortalecer o acesso a políticas de direito à terra e à proteção ambiental	<p>49.1.1 Mapear os territórios de uso comunal da região da BR-319 para garantir e formalizar posses, através da articulação entre Secretaria de Estado de Cidades e Territórios (SECT), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema/AM), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)</p> <p>49.1.2 Consolidar o mosaico de áreas protegidas da região da BR-319, assegurando a participação qualificada de populações indígenas e tradicionais em conselhos consultivos, através da atuação da Sema/AM</p> <p>49.1.3 Garantir que os Estudos do Componente Indígena (ECI), do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), abranjam tanto Terras Indígenas homologadas ou não, considerando o impacto aos povos indígenas como um todo</p> <p>49.1.4 Produzir cartografias sociais dos distintos territórios ao longo da BR-319, por intermédio de parceria entre Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs)</p> <p>49.1.5 Consolidar Planos de Gestão Territoriais e Ambientais (PGTA) e/ou Socioambientais das Terras Indígenas, por meio da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI).</p> <p>49.1.6 Capacitar e fortalecer grupos de Agentes Ambientais voluntários nas Unidades de Conservação (UC) estaduais</p>
49.2 Fortalecer o acesso ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)	<p>49.2.1 Estabelecer parceria entre secretarias de produção municipais e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) para melhorias de acesso ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) pelos agricultores familiares rurais</p> <p>49.2.2 Produzir material informativo sobre o CAR em linguagem acessível, através da parceria entre academia, Idam e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam)</p> <p>49.2.3 Fortalecer os processos de acesso ao CAR coletivo junto ao Incra, Sema/AM e Ipaam (ex: assentamentos e UC)</p>



## Ações propostas

<b>Políticas Públicas</b>	
49.3 Respeitar o direito ao protocolo de consulta	<p>49.3.1 Garantir junto ao Ministério Público Federal (MPF) (5º Ofício) e órgãos internacionais, o cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT-169) e protocolos de consultas dos povos indígenas e populações tradicionais</p> <p>49.3.2 Consolidar fóruns regionais setoriais sobre patrimônio imaterial, gestão territorial e ambiental e consulta prévia aos povos tradicionais e indígenas, como preconiza a OIT-169</p> <p>49.3.3 Apoiar financeiramente a participação de populações tradicionais, pequenos agricultores e indígenas em espaços de discussão sobre a proteção de seus territórios, como o Fórum da BR-319</p> <p>49.3.4 Implementar, por meio do Fórum da BR-319 e outras instâncias de governança, estratégias de monitoramento dos impactos da BR-319, como o toolkit desenvolvido pelo Centro de Estudos Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGVCEdHE)</p>
<b>Sociedade Civil</b>	
49.4 Fortalecer os direitos à auto-organização e autogestão local	<p>49.4.1 Reconhecer a auto-organização dos povos e comunidades tradicionais e indígenas, como preconiza a OIT-169</p> <p>49.4.2 Envolver jovens, mulheres na construção dos instrumentos de proteção territorial como os Protocolos de Consulta, Planos de gestão, redes de monitoramento, agentes ambientais voluntários, entre outros</p> <p>49.4.3 Criar estratégias e ações para conservar os modos de produção tradicional e reconhecer sua relação e importância para a regulação do clima</p> <p>49.4.4 Criar estratégias e ações para reconhecer e disseminar as organizações e relações locais de trabalho</p> <p>49.4.5 Disseminar informação sobre os processos de trabalhos locais nas unidades produtivas e importância para a manutenção familiar local e ambiental</p> <p>49.4.6 Fortalecer as formas de organização do trabalho familiar, comunitário, dos festejos e outros eventos locais</p> <p>49.4.7 Fortalecer e disseminar práticas locais de ajuda mútua na organização do trabalho como: limpezas das áreas produtivas como roças, limpeza dos castanhais, construção de casa de forno, semeadura e limpezas das unidades de paisagens, limpeza dos caminhos entre as comunidades, entre outras</p> <p>49.4.8 Realizar encontros e intercâmbios temáticos entre comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais e indígenas dos territórios nos eixos da BR-319 e BR-230 (Ramal de Manicoré)</p>

## Vozes das comunidades



Aqui são nossas terras, a gente vive em família, é farto, farto de caça, de peixe, de tudo a gente come, a gente cria, é farto de fruta, porque a gente já mora há muito tempo aqui, tem para comer, vender, trocar...agora cada vez ficando melhor, porque já tem energia, já tem internet...o povo é bom, a gente se une e reúne, conversa, tem paz, vivemos bem para levar em frente a nossa comunidade.

**Dona Ana, presidente da comunidade Boa Esperança**

## Ações Localizadas

- Consolidar Planos de Gestão Territoriais e Ambientais e/ou Socioambientais das Terras Indígenas da região do Rio Madeira, Manicoré.
- Construir Protocolos de Consulta em áreas de máxima prioridade – comunidades/UCs/TI de áreas não destinadas na região do Rio Madeira, Manicoré.
- Construir Protocolos de Consulta do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Jenipapo em Manicoré, Projeto de Assentamento (PA) Panelão em Careiro e da comunidade Tupana em Manaquiri.
- Capacitar e fortalecer os grupos de Agentes Ambientais voluntários em práticas de monitoramento ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu e na RDS Amapá.

## Vozes das comunidades



[...] as coisas da zona rural é tudo natural né, diferente da cidade, é bom, no caso da pesca já não compra é tudo gratuito ... no interior as coisas ainda são gratuitas, ao invés de comprar, faz. As coisas são mais fáceis assim. As coisas naturais, tipo os óleos de copaíba extraído da natureza que já tá lá.

**Moradora da comunidade Braço Grande, PAE Lago do Jenipapo**

Agricultor colhendo açaí na comunidade de São José do Miriti, PAE Jenipapo



## OE50- Promover o diálogo entre as políticas públicas e as práticas socioculturais dos territórios

A formulação de políticas públicas para as populações locais tradicionais e povos indígenas deve considerar as relações socioespaciais ricas e sustentadas pelo conhecimento tradicional secular, ou seja, o etnoconhecimento dos agricultores familiares amazônicos<sup>9</sup>.

Os caminhos propostos evidenciam como as populações locais podem ser fortalecidas por meio de políticas públicas que considerem seus modos de vida, os manejos dos agroecossistemas, os produtos da sociobiodiversidade amazônica e o modo como as famílias, notadamente as mulheres, crianças e jovens exercem papéis primordiais na manutenção dos seus lugares de vida<sup>10</sup>.

### Ações propostas

Políticas Públicas	
50.1 Fortalecer a interação entre conhecimentos tradicionais e as políticas voltadas às cadeias produtivas locais	<p>50.1.1 Disseminar conhecimentos sobre os agroecossistemas familiares amazônicos e sua importância para a sustentabilidade em publicações acadêmicas e técnicas, por meio da parceria entre UEA e associações comunitárias</p> <p>50.1.2 Estabelecer linguagem acessível nas políticas de agricultura familiar amazônica voltadas para as populações tradicionais</p> <p>50.1.3 Apoiar a realização de campanhas de valorização dos produtos nativos, através da parceria entre secretarias municipais de Produção, Educação, Saúde, Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror), Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc) e organizações da sociedade civil</p> <p>50.1.4 Fortalecer e difundir saberes sobre cultivo de plantas de múltiplos usos em eventos nas universidades e feiras</p> <p>50.1.5 Fortalecer, através da capilarização de políticas públicas já existentes, as atividades produtivas e saberes tradicionais sobre a extração da seringa, batata, castanha, óleos, cipós, pesca, agricultura, produção de farinha e seus derivados</p> <p>50.1.6 Promover e fortalecer interações intergeracionais e culturais, através da parceria entre associações comunitárias, secretarias municipais de produção, cultura, universidade e OSCs</p> <p>50.1.7 Construir redes locais de trocas de recursos genéticos vegetais entre famílias locais e entre comunidades</p> <p>50.1.8 Valorizar o trabalho das mulheres nos processos de trabalho da agricultura e da conservação da agrobiodiversidade, por meio do acesso ao CAR e programas de compras públicas de alimentos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)</p> <p>50.1.9 Promover o acesso ao mercado dos produtos da sociobiodiversidade plantados, manejados e pescados pelas comunidades tradicionais</p> <p>50.1.10 Promover acesso de povos indígenas e comunidades tradicionais a programas de compras públicas de alimentos, como o Pnae e o PAA</p> <p>50.1.11 Formar jovens monitores agroecológicos das comunidades</p>
50.2 Fortalecer o incentivo ao lazer e à cultura nos territórios	<p>50.2.1 Resgatar história dos ancestrais e atividades desenvolvidas em distintos contextos históricos, através da atuação das secretarias municipais de Cultura</p> <p>50.2.2 Estabelecer parceria entre secretarias municipais de Cultura e Lazer para planejamento e apoio das atividades de arte, dança, música, lazer, leitura e banhos</p> <p>50.2.3 Incentivar festas locais e reconhecimento de sua importância para o fortalecimento da identidade e da cultura local</p> <p>50.2.4 Aproveitar espaços e paisagens naturais para atividade de lazer executadas pelas secretarias municipais de Lazer</p>



## Ações propostas

Políticas Públicas	
50.3 Fortalecer o uso de conhecimentos tradicionais na oferta da política e saúde	<p>50.2.5 Fortalecer e resgatar calendários socioculturais locais e festas agrícolas (festa da banana, da farinha, festa do milho, etc.), através da parceria entre secretarias municipais de Cultura, Lazer e Produção</p> <p>50.2.6 Capacitar agentes de lazer locais</p> <p>50.3.1 Estabelecer parceria entre Secretaria de Estado de Saúde (SES) e Sepror e secretarias municipais de Saúde e Produção para capacitar comunitários e organizar Arranjos Produtivos Locais de Plantas Medicinais e Fitoterápicos nas comunidades rurais dos municípios, incentivando a participação de mulheres nos processos decisórios</p> <p>50.3.2 Implantar unidades de Farmácias Vivas/Farmácias Verdes em espaços governamentais e não-governamentais</p> <p>50.3.3 Fomentar a produção e o uso de plantas medicinais e fitoterápicos por mulheres e para o uso da saúde da mulher</p> <p>50.3.4 Promover capacitações e encontros de intercâmbio para conservação de práticas ancestrais de saberes relacionados ao trabalho de parteiras, erveiras, benzedadeiras, pegador de desmentidura, uso de plantas e rituais xamânicos</p>
50.4 Fomentar participação social na gestão dos recursos hídricos dos territórios	<p>50.4.1 Criar Comitê de bacias hidrográficas dos rios Purus e Madeira, através da parceria entre Sema e Agência Nacional de Águas (ANA)</p> <p>50.4.2 Garantir a participação social qualificada das populações locais na implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), visando à conservação dos recursos hídricos, rios, igarapés, nascentes, lagos</p> <p>50.4.3 Apoiar a participação de gestores e servidores municipais dos departamentos de águas em oficinas e formações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) sobre técnicas de tratamento da água</p> <p>50.4.4 Promover encontros de discussão sobre a importância das florestas alagadas e estratégias para a conservação da vida de grupos sociais que dependem desse bioma, através da parceria entre Sema e associações comunitárias</p> <p>50.4.5 Garantir direitos das populações locais frente à privatização da água e projetos de grandes empreendimentos como barragens e hidrelétricas que afetem seus territórios</p> <p>50.4.6 Incentivar e priorizar o manejo dos recursos naturais em áreas de várzeas com métodos sustentáveis desenvolvidos por populações tradicionais, priorizando-os frente aos sistemas do agronegócio, através da parceria entre Sema, Sepror e secretarias municipais</p>
Sociedade Civil	
50.5 Estabelecer parceria entre associações comunitárias e universidades para promoção de saberes tradicionais	<p>50.5.1 Desenvolver pesquisas com uso de métodos etnoecológicos e levantamentos realizados in loco</p> <p>50.5.2 Divulgar informações sobre saberes locais e sua importância para a conservação do território entre as redes existentes</p> <p>50.5.3 Envolver e incentivar os jovens das comunidades locais em pesquisas voltadas a estudar a cultura local</p> <p>50.5.4 Estabelecer parceria entre universidades, organizações dos povos indígenas e tradicionais para a promoção da salvaguarda do patrimônio imaterial desses povos</p> <p>50.5.5 Reconhecer as lógicas de valorização material e imaterial conservadas por populações locais</p> <p>50.5.6 Consolidar protocolos comunitários para a salvaguarda do patrimônio genético e acesso a conhecimentos tradicionais</p>



## Ações propostas

Sociedade Civil	
50.6 Conservar saberes tradicionais	<p>50.6.1 Manter processos de sociabilidade das crianças e familiares nos espaços relacionais de trabalho (casa de farinha, roçado, sítio, lagos, igarapés, rio, igapós, etc.)</p> <p>50.6.2 Conservar e disseminar dialetos a partir de bibliotecas com narrativas locais nas escolas</p> <p>50.6.3 Fortalecer e incentivar capacidades locais e práxis (por carpinteiros locais) na construção de barcos, canoas e equipamentos de trabalho como: casas, casa de farinha, remos, prensas, sarilhos, entre outros</p> <p>50.6.4 Conservar e incentivar o uso de técnicas ancestrais na produção de apetrechos de pesca e caça (zagaia, caniço, flechas, distintos tecidos usando cipós e palhas, paneiros, tipiti, peneiras, cofos, abanos, jacarés, etc.)</p> <p>50.6.5 Fortalecer o trabalho de artesãos locais e construtores navais tradicionais</p>

## Ações localizadas

- Formar monitores agroecológicos nas comunidades de Careiro e Manicoré.
- Promover o Encontro de Medicina da Floresta com rezadeiras, benzedeiras e pajés em Manicoré.
- Fortalecer a Farmácia Verde em Manicoré.
- Implantar Farmácia Verde em Careiro e Humaitá.
- Formar mulheres como agentes de lazer local voltados ao turismo de base comunitária, ao turismo rural, ao turismo gastronômico na comunidade de Igapó-Açu e na RDS Lago do Mamori do Careiro.
- Apoio para o fortalecimento das parteiras da Resex Lago do Capanã Grande, Jenipapo e RDS Amapá, em Manicoré.
- Fortalecer as políticas públicas diferenciadas em saúde e em educação para os povos indígenas da região do Rio Madeira, a partir do fortalecimento dos Conselhos Locais e Regionais de Saúde.
- Apoiar os movimentos de dispersão e circulação pelos territórios, por parte de povos indígenas da região do Rio Madeira, garantindo a contratação de professores e agentes de saúde indígena e assegurando que as políticas públicas em saúde e educação sigam as mudanças de aldeias.

## Vozes das comunidades



O Capanã é lindo! É tranquilo, farto, um lugar maravilhoso que todo mundo gosta e deseja conhecer e morar no Capanã. Até porque pra nós que somos filhos capanaenses é nosso lugar, nosso refúgio, onde nós vivemos uma vida saudável, tranquila e confortável, onde temos parentes e amigos. Então Capanã é um lugar maravilhoso, de paz, amor e prosperidade, por isso que é bom. A tranquilidade é melhor do que na cidade.

**Senhor Manoel, presidente da AMALCG, Resex Capanã Grande**

## OE51 - Ampliar a participação das populações locais em espaços de discussão para o bem viver

Promover a participação da sociedade civil e das populações locais em espaços democráticos, que discutam ações voltadas para a governança local, é de extrema importância para que direitos sejam garantidos e as desigualdades sociais sejam mitigadas. Os fóruns, encontros e intercâmbios são espaços que podem ser organizados pela própria so-

cidade civil, para que a representatividade seja exercida e as demandas locais sejam corretamente endereçadas.

No entanto, é preciso envolver mulheres e jovens nos mais distintos espaços, como os conselhos municipais e as redes de monitoramento e de formação, para que eles atuem no controle social, representando, fortalecendo os territórios e conservando os modos de vida a partir do desenvolvimento com sustentabilidade.

### Ações propostas

<b>Políticas Públicas</b>	
51.1 Garantir o direito de participação em espaços de governança e tomada de decisão	<p>51.1.1 Implementar, retomar e/ou fortalecer os conselhos consultivos e deliberativos das UCs que compõem o mosaico da BR-319</p> <p>51.1.2 Promover participação das populações locais em fóruns, espaços de discussão para governança</p> <p>51.1.3 Qualificar a participação das populações locais nos espaços de discussão, onde elas já se fazem presentes, através de capacitações</p> <p>51.1.4 Promover participação em conselhos de políticas públicas municipais, incluindo jovens e mulheres</p> <p>51.1.5 Criar mecanismos para o fortalecimento de redes locais de monitoramento dos ecossistemas e recursos de uso das populações locais</p> <p>3.1.6 Envolver as organizações locais no processo de fortalecimento e planejamento de ações junto à Reta e demais redes</p> <p>51.1.6 Fortalecer espaços para planejamento e execução de ações voltadas para os agricultores e produtos da sociobiodiversidade</p> <p>51.1.7 Promover a participação de agricultores em espaços de governança dos programas de compras públicas, como os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE)</p> <p>51.1.8 Apoiar na logística para a participação das populações locais nos espaços de discussão, tais como Fórum da BR-319, Diálogo Amazonas e demais espaços de governança</p>
<b>Sociedade Civil</b>	
51.2 Promover encontros e participação das comunidades de territórios distintos	<p>51.2.1 Criar encontros locais para discussão de demandas para fortalecimento das organizações locais formais e informais</p> <p>51.2.2. Engajar jovens em associações de moradores, conselhos de UCs, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais, Fórum da BR-319, dentre outros espaços</p> <p>51.2.3. Promover intercâmbio entre jovens de distintos territórios da BR-319 sobre os impactos da rodovia, como atividades ilegais, grilagem de terra, garimpo, drogas, tráfico de mulheres, violência contra mulher e no campo, entre outras</p> <p>51.2.4 Formar lideranças jovens nas comunidades em UCs federais, por meio do Projeto Jovens Protagonistas</p> <p>51.2.5 Estimular a participação social em coalizões e redes locais e redes extensas de monitoramento e ações para conservação dos modos de vida com sustentabilidade</p>
51.3 Fomentar a organização e participação social de mulheres	<p>51.3.1 Promover participação de mulheres de comunidades rurais em organizações representativas da sociedade civil e em conselhos municipais de políticas públicas</p> <p>51.3.2 Capacitar Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para divulgação de direitos das mulheres em comunidades rurais</p> <p>51.3.3 Promover encontro de mulheres da BR-319 e encontros por território</p> <p>51.3.4 Fortalecer movimentos sociais de mulheres, como as Promotoras Locais Populares (PLP)</p>



## Ações localizadas

- Expandir ações do Projeto Polinizadores em Mudanças Climáticas nas comunidades rurais de Manicoré, que atua na área de educação socioambiental (em execução através da Diocese da Igreja Católica).
- Fortalecer as PLPs e as Divas da Floresta em Careiro.
- Fortalecer a atuação da Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta) na região da BR-319.
- Promover encontro de parteiras no PAE Jenipapo, RDS Amapá e Lago do Capanã Grande, em Manicoré.
- Promover encontros intergeracionais com mulheres para a transmissão dos conhecimentos das parteiras na Resex Lago Capanã Grande, PAE Jenipapo e a RDS Rio Amapá, em Manicoré.
- Implementar Projeto Jovens Protagonistas na Resex Capanã Grande, Comunidade de Boa Esperança e Democracia em Manicoré, Careiro e Igapó-Açu.

### EXPERIÊNCIA DE VALORAÇÃO DAS PARTEIRAS INDÍGENAS E TRADICIONAIS NA OSC MAMA EKOS EM MAUÉS, AMAZONAS

Uma experiência que pode trazer inspiração e ser também replicada nos territórios é o da OSC Mama Ekos. Formada principalmente por mulheres, mães parteiras tradicionais e artesãs indígenas e ribeirinhas da cidade de Maués, a iniciativa tem como objetivo fortalecer o cuidado a jovens gestantes, pais e famílias com parteiras tradicionais, doulas e cuidadoras. Para isso, são organizados encontros e vivência para transmissão de saberes entre parteiras e artesãs e desenvolvidas ações coletivas em atenção à mulher, à maternidade e à comunidade. Como forma de valorizar os conhecimentos tradicionais são utilizadas também as medicinas naturais. Além disso, a Casa de Mama está em construção, como uma vila materna cultural para acolhimento de gestantes indígenas e ribeirinhas da cidade Maués e região.


## Vozes das comunidades



O bom de viver no lago do Capanã é que lá tem coisas que gostamos de fazer. Tipo saímos em tempo festejo pra passar em casa em casa, com o santo, isso é uma das coisas mais esperada por todos lá, é um momento bom. As nossas riquezas são as pescas, castanhas, açaí, mandioca, caças, paneiros, etc... O povo são todos reunidos, um ajuda o outro no que puder, até porque agora nesse mês, dia 22, a maioria das pessoas vão fazer uma limpeza na boca do lago. De bom nesses momentos agora não fazemos nada de bom bem dizer até porque algumas famílias não têm muito sustento elas saem para o garimpo. Algumas comunidades marcam encontro onde todos se reúnem para decidir, tipo em que dia irá acontecer um batizado, um casamento, uma comunhão, uma crisma... Gosto de conhecer novos lugares, gosto de fazer monitoramento com os amigos, muitas coisas etc...seria ótimo se tivéssemos energia por 24h e que tivesse uma lancha em cada comunidade para usá-la em caso de emergência.

**Nubia 20 anos, Resex Capanã Grande**





# ANEXO

## Bibliografia

A PÚBLICA. Se aprovado, PL da Grilagem coroa processo de sucateamento do Incra. 2021. Disponível em: <<https://apublica.org/2021/07/se-aprovado-pl-da-grilagem-coroa-processo-de-sucateamento-do-incra/#titula%C3%A7%C3%A3o-em-assentamento>>.

ACOSTA, A. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos /Alberto Acosta; tradução de Tadeu Breda. – São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

AFONSO, S. R. Produtos florestais não madeireiros: do extrativismo vegetal à bioeconomia da floresta. In: Evangelista, W. V. (Org.). Produtos florestais não madeireiros: tecnologia, mercado, pesquisa e atualidades. Guarujá: Editora Científica, 2021. 1ª Edição. Disponível em: <<https://downloads.editoracientifica.org/articulos/210604944.pdf>>.

AGÊNCIA BRASIL. Governo publica edital para pavimentação da BR-319, no Amazonas. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/governo-publica-edital-para-pavimentacao-da-br-319-no-amazonas>>. Acesso em: 24 de junho de 2020.

AGÊNCIA C MARA DE NOTÍCIAS. Câmara aprova novas regras para o licenciamento ambiental. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/758863-camara-aprova-novas-regras-para-o-licenciamento-ambiental>>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

AGÊNCIA C MARA DE NOTÍCIAS. Câmara aprova projeto que prevê pagamento a agricultores por serviços ambientais. 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/718155-camara-aprova-projeto-que-preve-pagamento-a-agricultores-por-servicos-ambientais/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS (ADS). ADS abre edital de credenciamento para o Programa de Regionalização da Merenda Escolar. 2020. Disponível em: <<http://www.ads.am.gov.br/ads-abre-edital-de-credenciamento-para-o-programa-de-regionalizacao-da-merenda-escolar/>>. Acesso em: 29 de julho de 2021.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS (ADS). Manicoré terá agroindústria de beneficiamento de frutas. 2019. Disponível em: <<http://www.ads.am.gov.br/manicore-tera-agroindustria-de-beneficiamento-de-frutas/>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Rendimento impacta acesso da população a bens tecnológicos e internet. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27522-rendimento-impacta-meio-de-acesso>>.

-da-populacao-a-bens-tecnologicos- -e-internet >. Acesso em: 20 de maio de 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT) –2019 – 2024. 2019. Disponível em: <[https://sei.Anatel.gov.br/sei/modulos\\_pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?eEP-wqk1skrd8hSlk5Z3rN4EVg9uLJqrLY-Jw\\_9INcO4m-2N1jXIPeU1rXnv7UHFJKd-jO\\_xz5ZY-qyuXgvKFP-Ze9U7a4FRaelOEj\\_GJ3pzD2sKi\\_sQ-QhtHNHQk\\_ja-vEK](https://sei.Anatel.gov.br/sei/modulos_pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?eEP-wqk1skrd8hSlk5Z3rN4EVg9uLJqrLY-Jw_9INcO4m-2N1jXIPeU1rXnv7UHFJKd-jO_xz5ZY-qyuXgvKFP-Ze9U7a4FRaelOEj_GJ3pzD2sKi_sQ-QhtHNHQk_ja-vEK)>. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

AGÊNCIA PARÁ. Fundo da Amazônia Oriental é destaque em debate virtual. 2021. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/25749/>>. Acesso em: 31 de março de 2021.

AGÊNCIA SENADO. Após 20 anos e R\$ 22,6 bi arrecadados, Fust falha em ampliar acesso à internet. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/17/apos-20-anos-e-r-22-6-bi-arrecadados-Fust-falha-em-ampliar-acesso-a-internet>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

ALCANTRA, L. et al. Bem Viver como Paradigma de Desenvolvimento: Utopia ou alternativa possível. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 40, p. 231-251, abril, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566/32108>>.

ALENCAR, A. et al. Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades. Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM). Brasília, DF, 93p, 2016. Disponível em: <<https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Desmatamento-nos-Assentamentos-da-Amaz%C3%B4nia.pdf>>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

ALMEIDA, J. et al. Leis e práticas de regularização fundiária no Amazonas. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). 2021. Disponível em: <[https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundaria\\_Amazonas.pdf](https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundaria_Amazonas.pdf)>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

AMAZON NEWS. Conselho Nacional das Populações extrativistas (CNS) afirma em nota que a inclusão das Resex no Programa Adote um Parque, do governo federal, é mais uma jogada para “deixar passar a boiada” e continuar com o acelerado processo de destruição da floresta amazônica. 2021. Disponível em: <<https://www.amazonnews.online/amazonia-conselho-nacional-das-populacoes-extrativistas-protesta-contrainclusao-das-resex-no-programa-adote-um-parque-comunidades-das-reservas-nao-sao-orfaos-nem-estao-disponiveis-para-adocao>>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

AMAZONAS ATUAL. Deputados abrem mão de dar aval para projetos de manejo florestal no Amazonas. 2020. Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/>>.

deputados-abrem-mao-de-dar-aval-para-projetos-de-manejo-florestal-no-amazonas/>. Acesso em: 02 de setembro de 2020.

AMAZONAS ATUAL. Operação no AM contra desmatamento começa dia 1º de abril e custará R\$ 9,5 milhões. 2021. Disponível em: < <https://amazonasatual.com.br/operacao-contr-desmatamento-no-am-comeca-1o-de-abril-e-custara-r-95-milhoes/>>. Acesso em: 31 de março de 2021.

AMAZONAS ATUAL. Por falta de pessoal, Prefeitura de Manaus repassa licenciamento ao estado. 2021. Disponível em: < <https://amazonasatual.com.br/por-falta-de-pessoal-prefeitura-repassa-licenciamento-ao-governo-do-am/>>. Acesso em: 19 de julho de 2021.

AMAZONAS ENERGIA. Programa de Eletrificação Rural. S.d. Disponível em: < <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjAyZjVjNjEtYWY5Ni00MDk1LTlhYzYtZDZmYjNjOTg1MjExliwidCI6ImFkOD-dkMDk5LTk3ZGQtNDRhOC05M2M3LWE5NTlmM-zAOZTY4MCJ9&pageName=ReportSectionc602a-a928fb9760bf4d7>>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

AMAZONAS. Auditoria operacional e ambiental em sistemas públicos de abastecimento de água do Amazonas. Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. 2017. Disponível em: <[https://radarama-zonico.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Rela-t%C3%B3rio-conclusivo\\_Deamb.pdf](https://radarama-zonico.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Rela-t%C3%B3rio-conclusivo_Deamb.pdf)>.

AMAZONAS. Decreto estadual nº 44.191, de 12 de julho de 2021. Incentivo PMFSPE E Menor Impacto. (Pronaf). Polis [online]. 2016, vol.15, n.44, pp.393-414. ISSN 0718-6568. Disponível em: < <https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20>>.

AMAZONAS. Decreto estadual nº 37421 de 01 de dezembro de 2016. Institui o Programa Municípios Sustentáveis do Amazonas.

AMAZONAS. Governo do Amazonas e Prefeitura de Novo Airão inauguram escola e creche na cidade. 2020. Disponível em: < <http://www.defesacivil.am.gov.br/governo-do-amazonas-e-prefeitura-de-novo-airao--inauguram-escola-e-creche-na-cidade/>>.

AMAZONAS. Lei delegada estadual nº 122 de 15 de outubro de 2019. Dispõe sobre a organização do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Disponível em: <http://www.seinfra.am.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Lei-delegada-122-de-15-10-2019.pdf>

AMAZONAS. Lei estadual complementar nº 53, de 05 de junho de 2007. Regulamenta o inciso v do artigo 230 e o § 1º do artigo 231 da constituição estadual, institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC [...]. Disponível em: < [https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/08/lei\\_complementar\\_n\\_53\\_2007\\_amazonas.pdf](https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/08/lei_complementar_n_53_2007_amazonas.pdf)>.

AMAZONAS. Lei estadual nº 4.415, de 29 de dezembro

de 2016. Dispõe sobre a gestão de florestas situadas em áreas de domínio do Estado para produção sustentável, institui na estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA a Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Florestal - SEAGF, CRIA o Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal - FEDF e dá outras providências. Disponível em: < [https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202016/Arquivo/LE%204.415\\_16.htm](https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202016/Arquivo/LE%204.415_16.htm)>.

AMAZONAS. Lei estadual nº 3.135 de junho de 2007. Institui a política estadual sobre mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável do Amazonas, e estabelece outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=119995>.

AMAZONAS. Lei estadual nº 4266, de 1º de dezembro de 2015. Institui a Política do Estado do Amazonas de Serviços Ambientais e o Sistema de Gestão dos Serviços Ambientais, cria o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Serviços Ambientais, altera as Leis Estaduais n. 3.135/2007 e 3.184/2007, e dá outras providências. Disponível em: <[http://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202015/Arquivo/LE%204.266\\_15.htm#:~:text=LE%204.266\\_15&text=LEI%20N%C2%BA%204.266%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202015.&text=INSTITUI%20a%20Pol%C3%ADtica%20do%20Estado,altera%20as%20Leis%20Estaduais%20n](http://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202015/Arquivo/LE%204.266_15.htm#:~:text=LE%204.266_15&text=LEI%20N%C2%BA%204.266%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202015.&text=INSTITUI%20a%20Pol%C3%ADtica%20do%20Estado,altera%20as%20Leis%20Estaduais%20n)>.

AMAZONAS. Lei estadual nº 5.225, de 03 de setembro de 2020. Altera, na forma que especifica, a Lei n. 4.415, de 29 de dezembro de 2016 que “DISPÕE sobre a gestão de florestas situadas em áreas de domínio do Estado para produção sustentável; INSTITUI na estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA a Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Florestal - SEAGF; CRIA o Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal - FEDF e dá outras providências”. Disponível em: < [https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202020/Arquivo/LE%205.225\\_20.htm](https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202020/Arquivo/LE%205.225_20.htm)>.

AMAZONAS. Plano estadual de resíduos sólidos do Amazonas. Governo do Estado do Amazonas. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Manaus, 2015. 733 p. Disponível em: < [https://www.academia.edu/36844951/Plano\\_Estadual\\_de\\_Res%C3%AD-duos\\_S%C3%B3lidos\\_do\\_Amazonas\\_PERS\\_AM](https://www.academia.edu/36844951/Plano_Estadual_de_Res%C3%AD-duos_S%C3%B3lidos_do_Amazonas_PERS_AM)>.

AMAZONAS. Plano estadual de resíduos sólidos do Amazonas. Governo do Estado do Amazonas. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Manaus, 2015. 733 p. Disponível em: <[https://www.academia.edu/36844951/Plano\\_Estadual\\_de\\_Res%C3%ADduos\\_S\\_%C3%B3lidos\\_do\\_Amazonas\\_PERS\\_AM](https://www.academia.edu/36844951/Plano_Estadual_de_Res%C3%ADduos_S_%C3%B3lidos_do_Amazonas_PERS_AM)>.

AMAZONASTUR. Compilação dos Resultados: Am-



biente de negócios do Turismo no Amazonas 2020. 2020 Disponível em: < <http://www.amazonastur.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Compila%C3%A7%C3%A3o-Pesquisa-Ambiente-de-Neg%C3%B3cios-do-Turismo-no-Amazonas-2020-1-1.pdf>>. Acesso em: 29 de julho de 2021.

AMAZONIA LATITUDE. Grilagem como causa de desmatamento na Amazônia. 2021. Disponível em: < <https://amazonialatitude.com/2021/03/23/como-a-grilagem-causa-o-desmatamento-na-amazonia/>>. Acesso em: 25 de março de 2021.

AMAZONIA LATITUDE. Riquezas da floresta. 2021. Disponível em: < <https://amazonialatitude.com/2021/03/25/riquezas-da-floresta-3-castanheira/>>. Acesso em: 29 de julho de 2021.

AMAZÔNIA REAL. Garimpeiros ligados ao PCC atacam aldeia Yanomami. 2021. Disponível em: < <https://amazoniareal.com.br/garimpeiros-liga-dos-ao-pcc-atacam-aldeia-yanomami/>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

ANDRADE, C. S. Energia Elétrica e as Populações Tradicionais do Estado do Amazonas: Aprendizados a Partir da Experiência na Comunidade do Roque na Reserva Extrativista do Médio Juruá. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Energético (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Manaus, 2010. Disponível em: < [http://www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/doutorado/Celia\\_Salama\\_A Andrade.pdf](http://www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/doutorado/Celia_Salama_A Andrade.pdf)>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

ANHEIER, H. K.; ALTER, R. The infrastructure challenge: changing needs, persistente myths. Hertie School of Governance. In: Allain-Dupré, D. The governance report 2016. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2016. p. 15-30.

ANTUNES, G. Sobre limites e possibilidades da participação da sociedade civil na política de segurança pública - Pacto pela Vida (PPV). Revista brasileira de Segurança Pública. São Paulo. v. 13, n. 1, 215 - 233, fev/mar, 2019. Disponível em: < <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1034/317>>.

ARIMA, E. Y.; CALDAS, M.; WALKER, R. Loggers and Forest Fragmentation: Behavioral Models of Road Building in the Amazon Basin. In: Annals of the Association of American Geographers. 2005. Disponível em: < <https://www.researchgate.net/publication/227636546>>.

ARRETCHE, M. A geografia digital no Brasil: um panorama das desigualdades regionais. Núcleo de informação e Coordenação do ponto BR, p. 55-80. 2019. Disponível em: < [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades\\_digitais\\_no\\_espaco\\_urbano.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf)>.

ARRETCHE, M. Relações federativas nas políticas so-

ciais. Educação & Sociedade [online]. v. 23, n. 80, p. 25-48, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000003>>. Acesso em: 30 julho de 2021.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). Abaixo assinado pela retomada urgente do PAA. 2019. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/abaixo-assinado-pela-retomada-urgente-do-paa/>>.

ASSIS, T. R. P. et al. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. Rev. Econ. Sociol. Rural v. 57, n.4 Brasília Oct./Dec. 2019. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032019000400577](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032019000400577)>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INFRAESTRUTURA E INDÚSTRIAS DE BASE (ABDIB). Orçamento da CDE para 2020 será de R\$ 21,91 bilhões. 2019. Disponível em: < <https://www.abdib.org.br/2019/12/19/orcamento-da-cde-para-2020-sera-de-r-2191-bilhoes/>>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

AVILA; MALHEIROS. O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios. 2012. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902012000700004&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902012000700004&script=sci_abstract&lng=pt)>.

BALDISSERA, J. et al. Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. Revista Brasileira de Administração Pública. Rio de Janeiro 54(2):340-359, mar/abr. 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rap/a/dJJVG8kkMSGNS4hS4skdCS-c/?lang=pt>>.

BANCO DO BRASIL (BB). Projetos Fundação Banco do Brasil - Fundo Amazônia. Fundação Banco do Brasil (FBB). Disponível em: < <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fundacao-Banco-do-Brasil-Fundo-Amazonia/>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

BANCO MUNDIAL. Governança e a lei - Visão Geral. 2017 Disponível em: < <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25880/210950o-vPT.pdf?sequence=15&isAllowed=y>>.

BANCO MUNDIAL. Relatório de Desenvolvimento Mundial 2017: Governança e a Lei. Folheto da Visão Geral. Banco Mundial, Washington, D.C. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

BANDEIRA, L; ALMEIDA, T. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. Revista do CEAM. Centro de estudos avançados multidisciplinares. v.2. 2013, p 35-46. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075>>.

BARBOSA, A. A. T. M. A competência do município para legislar sobre meio ambiente. 2013. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito. Universidade de São Pau-

- lo (USP). São Paulo, 2013. Disponível em: < [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-08012014-083658/publico/ARTHUR\\_BARBOSA\\_A\\_COMPE-TENCIA\\_DO\\_MUNICIPIO\\_PARA\\_LEGISLAR\\_SOBRE\\_MEIO\\_AMBIENTE\\_versao\\_final.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-08012014-083658/publico/ARTHUR_BARBOSA_A_COMPE-TENCIA_DO_MUNICIPIO_PARA_LEGISLAR_SOBRE_MEIO_AMBIENTE_versao_final.pdf)>.
- BARBOSA, R. J. P. Distrital de Educação 4 da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amazonas. Universidade Feral de Fora Centro de Políticas Públicas e a Avaliação da Educação. Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, v. 151, p. 10–17, 2015.
- BARNABÉ, A. P.; STAREPRAVO, F. A. Reflexões a respeito da proposta de criação do sistema nacional de esporte e lazer (SNEL) no Brasil. 2015. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/341287561\\_REFLEXOES\\_A\\_RESPEITO\\_DA\\_PROPOSTA\\_DE\\_CRIACAO\\_DO\\_SISTEMA\\_NACIONAL\\_DE\\_ESPORTE\\_E\\_LAZER\\_SNEL\\_NO\\_BRASIL](https://www.researchgate.net/publication/341287561_REFLEXOES_A_RESPEITO_DA_PROPOSTA_DE_CRIACAO_DO_SISTEMA_NACIONAL_DE_ESPORTE_E_LAZER_SNEL_NO_BRASIL)>.
- BARROS, L. S. DE C.; LEUZINGER, M. D. Planos de Manejo: panorama, desafios e perspectivas. Cadernos Do Programa de Pós-Graduação - Direito/UFRGS, 13(2), 281–303, 2018.
- BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária – diversidade de olhares e experiências brasileiras. 2009. Disponível em: < [http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_DE\\_BASE\\_COMUNITARIA.pdf](http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf)>. Acesso em: 26 de julho de 2021.
- BASTOS, W. R.; LACERDA, L. D. A contaminação por mercúrio na Bacia do Rio Madeira: uma breve revisão. 2014. Disponível em: < <http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/geobras/article/view/10217>>. Acesso em: 30 de julho de 2021.
- BBC. Pandemia vai permitir aceleração do desmatamento na Amazônia, prevê consultoria. 2020 Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52436205>>. Acesso em: 05 de abril de 2021.
- BEATRIZ, R. Desmatamento no Amazonas cresce 67,4% nos cinco primeiros meses de 2021. Reportagem publicada no portal G1 em 16 de junho de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/06/16/desmatamento-no-amazonas-cresce-674percent-nos-cinco-primeiros-meses-de-2021-aponta-inpe.ghtml>.
- BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados 19 (53), 2005. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.
- BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Em: Revista Parcerias Estratégicas, vol. 6 (12), p. 135–159. 2001. Disponível em: < [http://seer.cgeeg.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/article/view-File/178/172](http://seer.cgeeg.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view-File/178/172)>.
- BECKER, BERTHA K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parcerias Estratégicas, Vol. 6, No 12 (2001). Setembro, 2001. Disponível em: < [http://200.130.27.16/index.php/parcerias\\_estrategicas/issue/view/33](http://200.130.27.16/index.php/parcerias_estrategicas/issue/view/33)>, Acesso em: 24 de nov. de 2020.
- BERDEGUE, J, et al. Determinantes de las Dinámicas de Desarrollo Territorial Rural en América Latina. Chile, 2011. Documento de Trabajo N°101. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile; BERDEGUE, J.A; BEBBINGTON, A & ESCOBAL, J. (2015). Conceptualizing spatial diversity in Latin American rural development: structures, institutions and coalitions. World Development, 73, 1–10.
- BERNARD E.; PENNA L. A. O.; ARAÚJO, E. Downgrading, Downsizing, Degazettement, and Reclassification of Protected Areas in Brazil. In: Conservation Biology, vol. 165(28), p. 939–950. 2014. Disponível em: < <https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/cobi.12298>>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.
- BICALHO, R. et al. Políticas públicas de educação do campo: reflexão sobre o Pronacampo. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação, v. v.2, n 1, p. 19–32, 2020.
- BICHIR, R. et al. National Systems of public policies and their effects on implementation: The case of the Unified System of Social Assistance (SUAS). Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 102, 2020.
- BID. Inter-American Development Bank. What is sustainable infrastructure?. A framework to guide sustainability across the Project Cycle. Technical note n°1388, 2018. Disponível em: < [https://publications.iadb.org/publications/english/document/What\\_is\\_Sustainable\\_Infrastructure\\_\\_A\\_Framework\\_to\\_Guide\\_Sustainability\\_Across\\_the\\_Project\\_Cycle.pdf](https://publications.iadb.org/publications/english/document/What_is_Sustainable_Infrastructure__A_Framework_to_Guide_Sustainability_Across_the_Project_Cycle.pdf)>.
- BIODIVERSIDADLA. Organizações e movimentos sociais se mobilizam contra o programa “Adote um Parque”. Abril de 2021. Disponível em: < <https://www.biodiversidadla.org/Recomendamos/Organizacoes-e-movimentos-sociais-se-mobilizam-contr-o-programa-Adote-um-Parque>>. Acesso em: 09 de abril de 2021.
- BNDES. AVISO SUP/ADING n° 13/2021-BNDES.2021. Disponível em: < <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/b3515d32-d110-41ec-8ec3-def47424783/21ava-dig13+Suspens%C3%A3o+Protocolo+e+Con+trata%C3%A7%C3%A3o+PAGFs.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nAZ-vO6>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.
- BOEF, W. S. DE. Biodiversidade, agricultura e conservação: conceitos e estratégias. In: Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário. (Org.) Walter S. de Boef... [et al.] (editores); [tradução Julia-

na Vitoria Binttencurt e Gustavo Rinaldi Althoff; Maria José Guazzelli e Andrea Lucia Paiva Padrão (org.) Hatsi C. G. do Rio Apa (ilustrações)] – Porto Alegre, RS: L & PM, 2007.

BORGES, G; TEIXEIRA, S. Participação, juventude e protagonismo Juvenil: aproximações. XI Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2013. Disponível em: < [https://educere.bruc.com.br/ANAI2013/pdf/9008\\_6048.pdf](https://educere.bruc.com.br/ANAI2013/pdf/9008_6048.pdf)>.

BORJA, J. Society and reform of the State: case study Barcelona, an urban transformation of a metropolitan city . MARE , 26-28.mar . 1998 (página 1)

BRAND, U. Estado e políticas públicas. Sobre os processos de transformação. Em: Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. (Org.); traduzido por Igor Ojeda. 472p, 2016.

BRASIL. Caderno didático técnico para curso de gestão de sistemas de esgotamento sanitário em áreas rurais do Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Brasília: Funasa, 2020B. Disponível em: <[http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/CADERNO\\_SUSTENTAR\\_Gestao\\_de\\_Sistemas\\_de\\_Esgotamento\\_Sanitario\\_em\\_areas\\_rurais.pdf/ca2ec945-8327-4756-a9c1-a9aaf329be1c](http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/CADERNO_SUSTENTAR_Gestao_de_Sistemas_de_Esgotamento_Sanitario_em_areas_rurais.pdf/ca2ec945-8327-4756-a9c1-a9aaf329be1c)>.

BRASIL. Compendio de boas práticas em segurança pública no Brasil. Ministério da Justiça, Brasília, 2014. Disponível em: < [https://www.novojustica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras\\_publicacoes\\_externas/pagina-3/O3compendio-de-boas-praticas-na-gestao-de-sp-no-brasil-luis-flavio-sapori.pdf](https://www.novojustica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes_externas/pagina-3/O3compendio-de-boas-praticas-na-gestao-de-sp-no-brasil-luis-flavio-sapori.pdf)>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 de set de 2021.

BRASIL. Decreto federal no 10.143, de 28 de novembro de 2019. Altera o Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10143.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10143.htm)>.

BRASIL. Decreto federal no 10.239, de 11 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10239.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10239.htm)>. Acesso em: 03 de novembro de 2020

BRASIL. Decreto Federal nº 10.253 de 20 de fevereiro de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [...]. Disponível em: < [\[planalto.gov.br/ccivil\\\_03/\\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10253.htm#art7\]\(http://planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10253.htm#art7\)>.](http://www.</a></p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Decreto federal nº 10.623 de 09 de fevereiro de 2021. Institui o Programa Adote um Parque, com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das unidades de conservação federais por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10-623-de-9-de-fevereiro-de-2021-302915383>>.

BRASIL. Decreto federal nº 1775 de 08 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm)>.

BRASIL. Decreto federal nº 4.297 de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9o, inciso II, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4297.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.htm)>.

BRASIL. Decreto federal nº 4.326, de 8 de agosto de 2002. Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4326.htm)>.

BRASIL. Decreto federal nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007. Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia [...]. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6321.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6321.htm)>.

BRASIL. Decreto federal no 6.527, de 1º de agosto de 2008. Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6527.htm)>.

BRASIL. Decreto federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental [...]. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7830.htm)>.

BRASIL. Decreto federal nº 8.505, de 20 de agosto de 2015. Dispõe sobre o Programa Áreas Protegidas da Amazônia, instituído no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8505.htm#art7](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8505.htm#art7)>. Acesso em: 27 de jan. de 2020.

BRASIL. Lei federal nº 11.132, de 4 de julho de 2005. Acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unida-

des de Conservação da Natureza. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11132.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.132%2C%20DE%204%20DE%20JULHO%20DE%202005.&text=225%2C%20%20%A7%201%C2%BA%20%2C%20incisos%20,Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11132.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.132%2C%20DE%204%20DE%20JULHO%20DE%202005.&text=225%2C%20%20%A7%201%C2%BA%20%2C%20incisos%20,Art)>.

BRASIL. Lei federal nº 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,Nacional%20de%20Desenvolvimento%20Florestal%20%2D%20FNDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,Nacional%20de%20Desenvolvimento%20Florestal%20%2D%20FNDF)>.

BRASIL. Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>.

BRASIL. Lei federal nº 12.114 de 09 de dezembro de 2009. Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12114.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12114.htm)>.

BRASIL. Lei federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm)>

BRASIL. Lei Federal nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PnAter e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12188](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188)>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

BRASIL. Lei federal nº 12.305 de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>.

BRASIL. Lei federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de

1965, [...]. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>.

BRASIL. Lei federal nº 13.334, de 13 de setembro de 2016. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13334.htm#:~:text=Cria%20o%20Programa%20de%20Parcerias,2003%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.&text=III%20%2D%20as%20demais%20medidas%20do,9%20de%20setembro%20de%201997%20](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13334.htm#:~:text=Cria%20o%20Programa%20de%20Parcerias,2003%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.&text=III%20%2D%20as%20demais%20medidas%20do,9%20de%20setembro%20de%201997%20)>.

BRASIL. Lei federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal [...]. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm)>.

BRASIL. Lei federal nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14119.htm)>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

BRASIL. Lei federal nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm)>.

BRASIL. Lei federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>.

BRASIL. Lei federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>.

BRASIL. Lei nº 14.109, de 16 de dezembro de 2020. Altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a finalidade, a destinação dos recursos, a administração e os objetivos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.109-de-16-de-dezembro-de-2020-294614977>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

BRASIL. Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021. Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.180-de-1-de-julho-de-2021-329472130>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

BRASIL. Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9472.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9472.htm)>. Acesso em: 09 de novembro de 2020

BRASIL. Medida provisória (MP) nº 1061, de 09 de agosto de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimentar Brasil, e dá outras providências. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 726, 30 de setembro de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: < <https://www.congressional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/125733>>.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de saneamento / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. – 5.ed. Brasília: Funasa, 2019. 545 p. Disponível em: < [http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/Manual\\_de\\_Saneamento\\_Funasa\\_5a\\_Edicao.pdf/278113a8-2cda-4b9f-8611-9087912c9dff](http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/Manual_de_Saneamento_Funasa_5a_Edicao.pdf/278113a8-2cda-4b9f-8611-9087912c9dff)>.

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Portaria Interministerial nº 239, de 21 de julho de 2009. Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca\\_alimentar/\\_doc/portarias/2009/PCT%20Portaria%20Interministerial%20MDA-%20MDS%20e%20MMA%20no%20239-%20de%2021%20de%20julho%20de%202009.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/_doc/portarias/2009/PCT%20Portaria%20Interministerial%20MDA-%20MDS%20e%20MMA%20no%20239-%20de%2021%20de%20julho%20de%202009.pdf)>. Acesso em: 24 de julho de 2021.

BRASIL. Portaria conjunta Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) Nº 1, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020. Institui o Programa Titula Brasil e dispõe sobre seus objetivos e forma de implementação. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-1-de-2-de-dezembro-de-2020-291801586>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

BRASIL. Portaria do Ministério Do Meio Ambiente (MMA) nº 295, de 22 de setembro de 2008. Institui Grupo de Trabalho - GT para elaborar diretrizes e acompanhar o Licenciamento Ambiental da BR 319, no Estado do Amazonas, com o objetivo de definir e planejar medidas preventivas em relação aos impactos derivados do empreendimento. Disponível em: < [https://www.normas-brasil.com.br/norma/portaria-295-2008\\_207480.html](https://www.normas-brasil.com.br/norma/portaria-295-2008_207480.html)>.

BRASIL. Programa Nacional de Saneamento Rural. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. Brasília: Funasa, 2019B. 260 p. Disponível em: < [http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL\\_PNSR\\_2019.pdf/08d94216-fb09-468e-ac98-afb4e-d0483eb](http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL_PNSR_2019.pdf/08d94216-fb09-468e-ac98-afb4e-d0483eb)>.

BRASIL. Projeto de decreto legislativo nº 28/2019. Exclui da Terra Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima. Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135175>>.

BRASIL. Projeto de lei nº 2.633/2020. Altera a Lei nº 11952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; [...]. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2252589>>.

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2020. Aprova o Regimento Interno do Conselho da Amazônia Legal e dá outras providências. Disponível em: < <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia/resolucao-no-1-de-17-de-junho-de-2020-regimento-interno-do-cnal-dou-versao-pdf.pdf>>.

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAMARGO, L. O. de L. O que é lazer? São Paulo: Brasiliense, 2003.

CANO, I. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização ver sus a guerra contra o crime. Revista Internacional de Direitos Humanos. V. 3, n.5, dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452006000200007>. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sur/a/nkKZBphPZC-Q3s-sHDHwTLN3F/?lang=pt>>.

CARNEIRO, F. et al. A participação dos entes federados no financiamento ao esporte e lazer no Brasil. PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review, São Paulo, v. 10, n. 1, 163- 86, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5585/podium.v10i1.17786>. Disponível em < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41043>>.

CARNEIRO, F. et al. A Realidade Empírica do Sistema Único de Assistência Social (Suas) nas Regiões Norte e Nordeste. Revista de Políticas Públicas, v. 24. N. Especial da IX JOINPP - Civilização ou Barbárie - o futuro da humanidade. 2020. Disponível em: < <file:///C:/Users/karine.juliao/OneDrive%20-%20FGV/Documents/Assist%C3%Aancia/15098-45213-1-SM.pdf>>.

CASA DO RIO. Jovens. Disponível em: <https://casadorio.org/jovens/>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.

CAVALCANTE, A. S. Atendimento e inclusão: impactos socioambientais da política pública de energia elétrica

na construção da sustentabilidade em contexto amazônico. Tese (Doutorado Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2015.

CAVALCANTE, A. S.; QUEIROZ, S. O Desafio da Sustentabilidade Energética no Interior Amazônico. In: Somanlu. Ano 12, nº 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/download/466/296>>.

CENSO SUAS. Portal do Censo SUAS. 2019. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirm/portal/-censo/>>.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (CEDHE). Rodovias e impactos socioambientais: o caso da BR-319. 2021. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30185>>.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGVCS). Agricultura familiar e o abastecimento de grandes centros urbanos – “Bota na Mesa”. 2018. Disponível em: <<http://mediadrawer.gvces.com.br/publicacoes-2/original/fgvces-bota-na-mesa-2017.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGVCS). Debatendo Capacidades Públicas No Entorno Da BR-319. Encontro no 2 – Políticas Ambientais. Registro do evento virtual realizado em 14 de março de 2021.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGVCS). Infraestrutura e tecnologia: demandas e oferta qualificada de recursos financeiros. Diretrizes “Bota na Mesa”. 2019. Disponível em: <<http://diretrizesbotanamesa.gvces.com.br/demanda-e-oferta-qualificada-de-recursos-financeiros/#1550060009515-261315c1-90fa>>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGVCS). Juventude na agricultura. 2018. Disponível em: <<http://diretrizesbotanamesa.gvces.com.br/juventude-na-agricultura/>>. Acesso em: 30 agosto de 2021.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGVCS). Novas abordagens na gestão pública para a cadeia de alimentos: Juventudes da agricultura familiar como protagonistas da transição agroecológica. 2021. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30204>>.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGVCS). Grandes obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes. 2018. Disponível em: <<https://www.gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia-aprendizados-e-diretrizes?locale=pt-br>>.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGVCS). Ordenamento territorial: balanços, obstáculos e oportunidades para a proteção territorial e ambiental. Texto para discussão no 2.2020 Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=T-lhm\\_p3eh4](https://www.youtube.com/watch?v=T-lhm_p3eh4)>.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGVCS). Construindo a participação em agendas para cidades sustentáveis - Análise de quatro Experiências no Brasil. 2017. Disponível em <[http://mediadrawer.gvces.com.br/publicacoes/original/2017\\_participacao-cidades-sustentaveis-final.pdf](http://mediadrawer.gvces.com.br/publicacoes/original/2017_participacao-cidades-sustentaveis-final.pdf)>

CHAGAS, J. Caracterização do cultivo de plantas medicinais, aromáticas e condimentares em duas comunidades Amazônicas. 2012. 96 f. Tese (Doutorado em Agronomia Tropical) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

CLIMA INFO. Em um mês, GLO na Amazônia gastará quase o orçamento anual da fiscalização do Ibama. Maio de 2020. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2020/05/15/em-um-mes-glo-na-amazonia-gastara-quase-o-orcamento-anual-da-fiscalizacao-do-ibama/>>. Acesso em: 06 de abril de 2021.

CNN BRASIL. Bolsonaro entrega a Pacheco e Lira lista com 35 projetos prioritários. Janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/02/03/bolsonaro-entrega-a-pacheco-e-lira-lista-com-35-projetos-prioritarios>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

CNN BRASIL. Governo discute retorno das Forças Armadas à floresta amazônica até fim de julho. Maio de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/05/21/governo-discute-retorno-das-forcas-armadas-a-floresta-amazonica-ate-fim-de-julho>>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Boletim da Sociobiodiversidade (2020). Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/ana-lises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/boletim-da-sociobiodiversidade>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). 2017. Disponível em: <[https://www.conab.gov.br/liticaspublicas\\_sulam.pdf](https://www.conab.gov.br/liticaspublicas_sulam.pdf)>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

CONCEIÇÃO, F. Multifuncionalidade e pluriatividade rural: uma revisão bibliográfica. Revista Tocantinense de Geografia Araguaína, v. 10, n. 18. 2020.

- CONJUR. Destaques da nova Lei de Pagamento por Serviços Ambientais. 2021. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2021-jan-20/ana-franco-lei-pagamento-servicos-ambientais>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.
- CONJUR. Fundo da Amazônia: STF retoma audiência pública nesta segunda-feira (26/10). 2020. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2020-out-26/fundo-amazonia-stf-retoma-audiencia-publica-nesta-segunda-2610>>. Acesso em: 03 de novembro de 2020.
- CONJUR. PSB e PT questionam criação do Conselho Nacional da Amazônia Legal. 2020. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2020-set-25/psb-pt-questionam-criacao-conselho-nacional-amazonia-legal>>. Acesso em: 03 de novembro de 2020.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Como é feita a demarcação de Terras Indígenas. 2021. Disponível em: < <https://cimi.org.br/terras-indigenas/demarcacao/>>. Acesso em 20 de julho de 2021.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Decisões em série enfraquecem normativa da Funai que facilita grilagem de terras indígenas. Disponível em: < <https://cimi.org.br/2020/11/decisoes-enfraquecem-normativa-funai-grilagem-terras-indigenas/>>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Nota técnica: Análise do PL 490/2007 e seus apensos. 2021 Disponível em: < <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/05/nota-tecnica-pl-490-assessoria-juridica-cimi.pdf>>.
- CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (CONASS). Planificação da Atenção à Saúde. 2016. Disponível em: < <https://www.conass.org.br/consensus/planificacao-da-atencao-saude-por-meio-da-realizacao-de-oficinas-tematicas-e-a-companhamento-contínuo-vislumbra-se-uma-mudanca-pratica-se-dimentada-em-processos-estruturados-em-planejamento-execu/>>.
- CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL. Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal (PRV). 2021. Disponível em: < <https://www.sema.ma.gov.br/files/2021/07/Plano-de-Recup-ac%CC%A7a%C-C%83o-Verde-PRV-julho-2021.Pdf>>. Acesso em: 26 de julho de 2021.
- COSTA FILHO, J. P. A interiorização da educação superior pública e sua relação com o Contexto Local: o caso da Universidade do Estado do Amazonas. 2019. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais. 2019.
- COSTA, A; GROSSI, B. Relações intergovernamentais e segurança pública: uma análise do fundo nacional de segurança pública. Revista Brasileira de Segurança Pública. v. 1 n. 1, 2007. Disponível em: < <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/4>>.
- CUCCINIELLO, N; NASI, G. Transparency for trust in government: How effective is formal transparency?. International Journal of Public Administration, v. 37, n. 13, p. 911-921, 2014. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01900692.2014.949754>>.
- D24 AMAZONAS. Ministério Público consegue na justiça aumento de efetivo em município com três PMs no Amazonas. 2021. Disponível em: < <https://d24am.com/amazonas/ministerio-publico-consegue-na-justica-aumento-de-efetivo-em-municipio-com-tres-pms-no-am/>>. Acesso em: 7 de outubro de 2021.
- DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: Estrutura, Processo, Forma e Função na Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 16, n. 2, p. 63-78, 2020.
- DAVOUDI, S. et al. Territorial governance in the making, approaches, methodologies, practices. Boletim de la Asociacion de Geografos Espanoles, v. 46, n. 46, p. 351-355, 2008.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da BR-319 - Segmento do Km 250,00 ao Km 655,70. 2020. Disponível em: < <http://licenciamento.ibama.gov.br/Rodovias/BR%20319%20AM%20segmento%20entre%20os%20km%20250%20e%20km%20655/>>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.
- DIAS, J. M.; PEREIRA, N. M. Considerações sobre a evolução do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o ordenamento territorial da Amazônia: interações entre o Estado e a Ciência. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 21(0), 69-88, 2010. Disponível em: < <https://doi.org/10.5380/dmav21i1.15933>>.
- DILGER, G. et al. Descolonizar o Imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo. Fundação Rosa de Luxemburgo, Autonomia, Elefante, 2017.
- DINIZ, R. F; NEVES NETO, C. C.; HESPANHOL, A. N. A emergência dos mercados institucionais no espaço rural brasileiro: agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional. 2016. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/19161/19566>>. Acesso em: 27 de julho de 2021.
- DOS SANTOS PEREIRA. et al. A multifuncionalidade da agricultura familiar no Amazonas: desafios para a inovação sustentável. 2015. Terceira margem Amazônia, v. 1, n.5. Disponível em: < <http://revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/54/58>>.

DUMAZEDIER, J. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: SESC, 1980.

EIA BR-319. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) - Segmento do Km 250,00 ao Km 655,70 da BR-319/AM. 2020. Disponível em: < <http://licenciamento.ibama.gov.br/Rodovias/BR%20319%20AM%20segmento%20entre%20os%20km%20250%20e%20km%20655/>>.

EL PAÍS. Governo Bolsonaro enfraquece o INPE e retira do órgão divulgação sobre dados de queimadas. 2021. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-13/governo-bolsonaro-enfraquece-o-inpe-e-retira-do-orgao-divulgacao-sobre-dados-de-queimadas.html>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

ELS, R. et al. The Brazilian experience of rural electrification in the Amazon with decentralized generation – The need to change the paradigm from electrification to development. In: Renewable and Sustainable Energy Reviews. 2012. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1364032111005776>>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

EM TEMPO. Projeto Amacro promete solucionar problemas socioeconômicos no AM. 2021. Disponível em: < <https://d.emtempo.com.br/economia/297353/projeto-amacro-promete-solucionar-problemas-socioeconomicos-no-am>>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). Sistemas Isolados: Planejamento do Atendimento aos Sistemas Isolados – Horizonte 2023 – Ciclo 2018. 2018. Disponível em: < [https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-346/EPE-NT-Planejamento%20SI-ciclo\\_2018\\_rev1.pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-346/EPE-NT-Planejamento%20SI-ciclo_2018_rev1.pdf)>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (EESP-FGV). Zona Franca de Manaus: Impactos, efetividade e oportunidades. 2019. Disponível em: < [https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/estudos\\_fgv\\_zonafranca\\_manaus\\_abril\\_2019v2.pdf](https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/estudos_fgv_zonafranca_manaus_abril_2019v2.pdf)>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

ESTÁCIO, M. A Universidade do Estado do Amazonas e o processo de interiorização do ensino superior: entre a falácia e a concretização. educação: políticas, Estrutura e Organização, v. 3, 2018.

ESTADÃO. Fundo Amazônia: 1,4 bilhão paralisado. 2020. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/fundo-amazonia-r-14-bilhao-paralisado/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Dia das Mulheres Rurais - agentes essenciais no desenvolvimento da sociedade. 2018. Disponível

em: < <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1157560/>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2020.

FARIA, C. et al. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?. Revista Brasileira de Ciência Política, no7. Brasília, jan/abril, pp. 249-284, 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/CnsYtw5c9v5rqDFnphSGyP/?lang=pt>>.

FEITOSA, R. M. O programa agente ambiental voluntário no Estado do Amazonas: guia de ferramentas práticas para implantação. 2014. Disponível em: < <https://btdt.inpa.gov.br/handle/tede/1520>>. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Bolsonaro incrementa verba para ruralistas e reduz quase a zero a reforma agrária. 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/bolsonaro-incrementa-verba-para-ruralistas-e-reduz-quase-a-zero-a-reforma-agraria.shtml>>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ministro do STF suspende lei que autoriza uso de mercúrio no garimpo em Roraima. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/02/ministro-do-stf-suspende-lei-que-autoriza-uso-de-mercurio-no-garimpo-em-roraima.shtml>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

FOLHA DIRIGIDA. Sem concursos, área Ambiental perdeu 10% de servidores em dois anos. 2021. Disponível em: < <https://folhadirigida.com.br/concursos/noticias/instituto-brasileiro-do-meio-ambiente-e-dos-recursos-naturais/sem-concursos-area-ambiental-perdeu-10-de-servidores-em-dois-anos>>. Acesso em: 17 de julho de 2021.

FONSECA, A. et al. Ameaça e Pressão de Desmatamento em Áreas Protegidas. SAD, Belém: Imazon, p. 2, ago. 2020 a jul. 2021. Disponível em: < <https://imazon.org.br/publicacoes/ameaca-e-pressao-de-desmatamento-em-areas-protegidas-sad-de-agosto-2020-a-julho-2021/>>. Acesso em: 07 de outubro de 2021.

FONSECA, A. et al. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal. SAD, Belém: Imazon, set., 2020. Disponível em: < <https://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-setembro-2020-sad/>>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Atlas da violência. 2021. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>.

FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA E INSTITUTO SOU DA PAZ. Agenda segurança pública é a solução: agenda de prioridades para o governo federal. 2018. Disponível em: < [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/FBSP\\_Agenda\\_prioritaria\\_eleicoes\\_2018-1.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/FBSP_Agenda_prioritaria_eleicoes_2018-1.pdf)>.



FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 15ª ed. 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>>.

FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 14ª ed. 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>.

FRAXE, T. Cultura cabocla/ribeirinha: mito, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume. 2004.

FRAXE, T. et al. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. Cienc. Cult. [online], v. 61, n.3, p.30-32, 2009. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252009000300012](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300012)>. Acesso em: 21 de set de 2021.

FREITAS, G. F.; OLIVEIRA, M. L. R. Uma Análise do Programa Luz para Todos do Governo Federal. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/revista/view/3346/1606>>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

FUNAI. Terras Indígenas. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS). Diagnóstico de gênero no Amazonas: políticas públicas e inclusão de mulheres. 2020. Disponível em: <[https://fas-amazonia.org/novosite/wp-content/uploads/2020/12/diagnostico-de-genero-no-amazonas-politicas-publicas-e-inclusao-de-mulheres.pdf#:~:text=Quanto%20%C3%A0%20rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20sexo,\(PNAD%20Cont%C3%ADnua%2C%202018\)>](https://fas-amazonia.org/novosite/wp-content/uploads/2020/12/diagnostico-de-genero-no-amazonas-politicas-publicas-e-inclusao-de-mulheres.pdf#:~:text=Quanto%20%C3%A0%20rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20sexo,(PNAD%20Cont%C3%ADnua%2C%202018)>)>.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS). Manejo Florestal: proteção para a floresta e comunidades ribeirinhas. Soluções para sustentabilidade. 2020. Disponível em: <<https://fas-amazonas.org/wp-content/uploads/2020/04/RF-Informativo-Solu%C3%A7%C3%B5es-Para-a-Sustentabilidade-MF.pdf>>. Acesso em: 22 de novembro de 2020.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS). Recortes e cenários educacionais em localidades rurais ribeirinhas do Amazonas. 2020. Disponível em: <<https://fas-amazonas.org/wp-content/uploads/2020/03/Recortes-e-Cenários-Educacionais-em-Localidades-Ribeirinhas-do-Amazonas.pdf>>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS). Trajetórias de gênero e conservação para o desenvolvimento sustentável no Amazonas. 2020. Disponível em: <<https://fas-amazonia.org/novosite/wp-content/uploads/2020/12/trajetorias-de-genero-e-conservacao-para-o-desenvolvimento-sustentavel-no>

-amazonas.pdf#:~:text=Como%20apontam%20Shanley%20et%20al,nejo%20de%20produtos%20n%C3%A3o%20florestais.&text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20a%20pesquisa%20observou,os%20PFM%20que%20os%20PFNMs.>.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE ALTO RENDIMENTO. A Instituição. 2020. Disponível em: <[tp://www.faar.am.gov.br/a-instituicao/](http://www.faar.am.gov.br/a-instituicao/)>.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS). Conectividade digital em comunidades ribeirinhas remotas no interior do Estado do Amazonas [livro eletrônico] / [Fundação Amazônia Sustentável]. Manaus, AM : Fundação Amazonas Sustentável, 2021. Disponível em: <<https://fas-amazonia.org/novosite/wp-content/uploads/2021/02/Conectividade-digital-v3.pdf>>.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS). Jovens ribeirinhos da Amazônia realizam o sonho da graduação sem sair da floresta. 2020. Disponível em: <<https://fas-amazonia.org/jovens-ribeirinhos-da-amazonia-realizam-o-sonho-da-graduacao-sem-sair-da-floresta/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS). Saúde na Floresta. 2021 Disponível em: <<https://fas-amazonia.org/programa/programa-saude-na-floresta/>> e entrevista com gestor do Programa Saúde na Floresta.

FUNDAÇÃO FHC. Projeto “Amazônia 4.0”: Definindo uma Terceira Via para a Amazônia. 2019. Disponível em: <<https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/projeto-amaz%C3%B4nia-4-0-definindo-uma-terceira-via-para-a-amaz%C3%B4nia-46d221951ac6>>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

G1. Amazônia tem 1º semestre de 2021 com maior área sob alerta de desmate em 6 anos. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/07/02/primeiro-semester-de-2021-tem-o-maior-numero-de-alertas-de-desmatamento-na-amazonia-em-6-anos.ghtml>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

G1. Após alerta de desmatamento recorde na Amazônia, governo exonera coordenadora do Inpe. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/13/apos-recorde-de-alerta-de-desmatamentos-na-amazonia-governo-exonera-coordenadora-do-inpe.ghtml>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

G1. Após mais de um mês sem titular, Marcellus Campêlo é efetivado no cargo de secretário de Saúde do AM. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/08/31/apos-mais-de-um-mes-sem-titular-marcellus-campelo-e-efetivado-no-cargo-de-secretario-de-saude-do-am.ghtml>>.

G1. Atual proposta de orçamento para Ministério do

Meio Ambiente é a menor em 21 anos, aponta relatório. Janeiro de 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/01/22/atal-proposta-de-orcamento-para-ministerio-do-meio-ambiente-e-a-menor-em-21-anos-aponta-relatorio.ghtml> >. Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

G1. Coordenador de monitoramento de queimadas do Inpe diz que mudança de comando na área para o Inmet é 'desconexa'. 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2021/07/13/coordenador-de-monitoramento-de-queimadas-do-inpe-diz-que-desconhece-mudanca-de-comando-na-area-pelo-inmet.ghtml> >. Acesso em: 16 de julho de 2021.

G1. Desmatamento no Amazonas cresce 67,4% nos cinco primeiros meses de 2021. 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/06/16/desmatamento-no-amazonas-cresce-674percent-nos-cinco-primeiros-meses-de-2021-aponta-inpe.ghtml> >. Acesso em: 5 de out de 2021.

G1. Exército gasta R\$ 39 milhões em cinco anos em programa 'Amazônia Conectada' e não consegue levar internet a nenhuma cidade do AM. 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/08/19/exercito-gasta-r-39-milhoes-em-cinco-anos-em-programa-amazonia-conectada-e-nao-consegue-levar-internet-a-nenhuma-cidade-do-am.ghtml> >. Acesso de 20 de agosto de 2021.

G1. Exoneração de diretor do Inpe é publicada no 'Diário Oficial'. Agosto de 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/07/exoneracao-de-diretor-do-inpe-e-publicada-no-diario-oficial.ghtml> >. Acesso em: 16 de julho de 2021.

G1. Governo e Exército assinam cooperação técnica com meta de fortalecer programa Amazônia Conectada. 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/07/06/governo-e-exercito-assinam-cooperacao-tecnica-com-meta-de-fortalecer-programa-amazonia-conectada.ghtml> >. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

G1. TCU dá 120 dias para governo dizer como vai 'corrigir' fiscalização do desmatamento na Amazônia. 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/21/tcu-da-120-dias-para-governo-dizer-como-vai-corriger-fiscalizacao-do-desmatamento-na-amazonia.ghtml> >. Acesso em: 23 de julho de 2021.

G1. Desmatamento indireto: entenda como a Amazônia passou a emitir mais CO2 do que absorver. Julho de 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2021/07/14/amazonia-emite-mais-carbono-do-que-absorve-diz-pesquisadora-do-inpe-na-nature.ghtml> >. Acesso em: 19 de julho de 2021.

G1-AM. Desmatamento aparece pela primeira vez em terras indígenas do AM preservadas há mais de 10 anos. 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/09/17/desmatamento-aparece-pela-primeira-vez-em-terras-indigenas-do-am-preservadas-ha-mais-de-10-anos.ghtml> >. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

G1-AM. Governador sanciona lei que autoriza concessões florestais em Unidades de Conservação no AM. 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/09/03/governador-sanciona-lei-que-autoriza-concessoes-florestais-em-unidades-de-conservacao-no-am.ghtml> >. Acesso em: 17 de junho de 2020.

G1-AM. Queimadas urbanas causam transtornos em Manicoré, no AM. 2021. Disponível em: < <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/07/queimadas-urbanas-causam-transtornos-em-manicore-no-am.html> >. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

G1-RO. Garimpo em rios de Rondônia é regulamentado por decreto do governador Marcos Rocha. 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/01/29/marcos-rocha-regulamenta-garimpo-em-rios-de-rondonia.ghtml> >. Acesso em: 12 de maio de 2021.

GARNELO, L. et al. Health regionalization in Amazonas: Progress and challenges. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 22, n. 4, p. 1225-1234, 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/j77vcsPR76Hxb6zjPzD9bHS/abstract/?lang=en> >. Acesso em: 17 de nov de 2020.

GASPAROTTO, G.; GROSSI, P. A perspectiva de gênero na política de assistência social: um debate necessário. *O Social em Questão - Ano XX - n° 38*, pg 207 - 226, Mai a Ago. 2017. Disponível em: < [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_38\\_art\\_11\\_Gasparotto\\_Grossi.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_11_Gasparotto_Grossi.pdf) > .

GOMIDE, A.; PEREIRA, A. Os desafios da governança da política de infraestrutura no Brasil: aspectos políticos e administrativos da execução do investimento em projetos de grande vulto. Capítulo 1, p.p 13-36. In: Gomide, A; Pereira, A. K. Governança da política de infraestrutura: condicionantes institucionais ao investimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

GOV.BR. Aderir ao Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/servicos/aderir-ao-programa-esporte-e-lazer-da-cidade> >.

GOV.BR. Linha de crédito de US\$ 1 bilhão do BID apoiará Estados e municípios na digitalização de serviços públicos. 2021 Disponível em: < <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/noticias/linha-de-credito-de-us-1-bilhao-do-bid-apoiara-estados-e-municipios-na-digitalizacao-de-servicos-publicos> >. Aces-

so em: 20 de agosto de 2021.

GOV.BR. Wi-Fi Brasil poderá ter parceiros das áreas pública e privada. 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2021/04/wi-fi-brasil-podera-ter-parceiros-das-areas-publica-e-privada> >. Acesso em: 27 de julho de 2021.

GOVERNO DO AMAZONAS. Centro Integrado de Comando e Controle manterá operação conjunta em grandes eventos e ocorrências emergenciais. 2014. Disponível em:< <http://www.amazonas.am.gov.br/2014/07/centro-integrado-de-comando-e-controle-mantera-operacao-conjunta-em-grandes-e-eventos-e-ocorrencias-emergenciais/>>. Acesso em: 13 de julho de 2021.

GOVERNO DO AMAZONAS Aceleradores e Direcionadores – PPA 2020 – 2023. 2019 Disponível em:< [http://www.seplancti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/aceleradores\\_direcionadoresv2.pdf](http://www.seplancti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/aceleradores_direcionadoresv2.pdf)>. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

GOVERNO DO AMAZONAS. Estratégia Amazonas 2030 + PPA 2020/2023. 2019. Disponível em:< [http://www.seplancti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/apresentacao\\_estrategica\\_ppa\\_2020-2023.pdf](http://www.seplancti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/apresentacao_estrategica_ppa_2020-2023.pdf)>. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

GOVERNO DO AMAZONAS. Governo do Estado amplia estratégias de monitoramento contra desmatamento e queimadas na Operação Tamoiotatá. Março de 2021. Disponível em:< <http://www.casacivil.am.gov.br/governo-do-estado-amplia-estrategias-de-monitoramento-contradesmatamento-e-queimadas-na-operacao-tamoiotata/>>. Acesso em: 13 de julho de 2021.

GOVERNO DO AMAZONAS. Plano de Outorga Florestal Estadual (POFE) 2019. 2019 Disponível em:< <http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/POFE-SEMA-FINAL-2019.pdf>>. Acesso em: 06 de abril de 2021.

GOVERNO DO AMAZONAS. Seplancti reúne comitê gestor da execução do Zoneamento Ecológico e Econômico da região do rio Madeira e baixo Amazonas. Dezembro de 2017. Disponível em:< <http://www.amazonas.am.gov.br/2017/12/seplancti-reune-comite-gestor-da-execucao-do-zoneamento-ecologico-e-economico-da-regiao-do-rio-madeira-e-baixo-amazonas/>>. Acesso em: 24 de junho de 2020.

GOVERNO FEDERAL. Programa Titula Brasil quer aumentar capacidade operacional para promover regularização fundiária. 2020. Disponível em:< <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/12/programa-titula-brasil-quer-aumentar-a-capacidade-operacional-para-promover-regularizacao-fundiaria#:~:text=O%20Governo%20criou%20o%20Programa,Oficial%20da%20Un%C3%A3o%20>

(DOU)>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

GREENPEACE. Câmara aprova lei que acaba com o licenciamento ambiental no Brasil. Maio de 2021. Disponível em:< <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/camara-aprova-lei-que-acaba-com-o-licenciamento-ambiental-no-brasil/>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

GREENPEACE. O avanço do desmatamento mostra que a destruição das florestas continua fora de controle. 2020. Disponível em:< <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/dados-divulgados-pelo-inpe-apon-tam-aumento-do-desmatamento-na-amazonia-entre-2019-e-2020/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

GURGEL, H. C. et al. Unidades de Conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. Regional, Urbano e Ambiental. IPEA, 03, 109–119, 2009.

HEALEY, PATSY. Collaborative Planning in Perspective. Julho, 2003. V.2 p: 101-123.

HOCHSTETLER, K. A. Conflicts between state and civil society related to infrastructure projects. Brasília: Rio de Janeiro: Discussion paper / Institute for Applied Economic Research, 2016. Disponível em < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7265/1/DiscussionPaper\\_217.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7265/1/DiscussionPaper_217.pdf) >

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). Revista “ICMBio em foco”. Edição 557, maio, 2020, Ano 12. Disponível em:< <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/icmbioemfoco557.pdf>>.

INFOAMAZÔNIA. Forças Armadas receberam orçamento 10 vezes maior que Ibama, mas não conseguiram frear desmatamento. 2020. Disponível em:< <https://infoamazonia.org/2020/07/09/portugues-forcas-armadas-receberam-orcamento-10-vezes-maior-que-ibama-mas-nao-conseguiram-frear-desmatamento/>>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

INFORME MANAUS. Federações e entidades esportivas são favoráveis a recriação da SEJEL. 2021. Disponível em:< <https://informemanaus.com/2021/federacoes-e-entidades-esportivas-do-amazonas-sao-favoraveis-a-recriacao-da-sejel/>>.

INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL. Critérios de sustentabilidade para o crédito rural devem contribuir para combater o desmatamento.2021. Sérgio Guimarães (apresentador). GT Infraestrutura. Podcast. Disponível em:< <https://anchor.fm/gt-infraestrutura/episodes/Critrios-de-sustentabilidade-para-o-credito-rural-devem-contribuir-para-combater-o-desmatamento-e10qmed/a-a5ia0mg>>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

INSTITUTO 5 ELEMENTOS. AGENDA 2030 – Saúde e Saberes das Mulheres de Careiro-AM. 2020. Disponível em: <<https://5elementos.org.br/projeto/agenda-2030-saude-e-saberes-das-mulheres-de-careiro-am/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

INSTITUTO AGRONÔMICO DA AMAZÔNIA (IAA). Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. 2017. Disponível em:< [https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/dono\\_e\\_quem\\_desmata\\_conexoes\\_entre\\_grilagem.pdf](https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/dono_e_quem_desmata_conexoes_entre_grilagem.pdf)>. Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018. 2020. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf)>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agro-pecuário, 2017. 2017. Disponível em:< [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_re-sultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_re-sultados_definitivos.pdf)>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Domicílios Brasileiros. 2019. Disponível em:< <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/21130-domicilios-brasileiros.html>>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2021. Disponível em:< [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf)>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?=&t=downloads>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) de 2019. 2019. Disponível em:< <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?=&t=downloads>>.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). Nota Técnica. Desafios e Oportunidades para a Implementação da Lei de Serviços Ambientais do Amazonas. Análise do Progresso após 180 dias da Lei Estadual. 2016. Disponível em: <https://idesam.org/publicacao/analise-lei-servicos-ambientais.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2020

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). Análise da implementação de Unidades de Conservação no contexto da rodovia BR-319.2018. Disponível em: <https://idesam.org/publicacao/analise-ucs-br319.pdf>

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). 2021. Observatório da BR-319. Disponível em: <https://idesam.org/wp-content/uploads/2021/07/Nota-Tecnica-O-BR-319-n01-julho2021-v3.pdf>

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). Análise da implementação de Unidades de Conservação no contexto da rodovia BR-319.2018. Disponível em:< <https://idesam.org/publicacao/analise-ucs-br319.pdf>>.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). Análise ambiental e socioeconômica dos municípios sob influência da rodovia BR-319. 2018. Disponível em:< <https://idesam.org/publicacao/analise-municipios-br319.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). Observatório da BR-319. Informativo no 20. Junho, 2021. Disponível em:< [https://idesam-br319.s3.amazonaws.com/Informativo-OBR-319-n20-Junho2021\\_v4.pdf](https://idesam-br319.s3.amazonaws.com/Informativo-OBR-319-n20-Junho2021_v4.pdf)>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). Análise Ambiental e Socioeconômica dos Municípios sob influência da Rodovia BR-319. 2018. Disponível em: <https://idesam.org/publicacao/analise-municipios-br319.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). ICMS Verde: Incentivo para produção sustentável e redução do desmatamento nos municípios do Amazonas. 2016. Disponível em:< <https://idesam.org/publicacao/icms-verde-preliminar.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). Nota Técnica. Desafios e Oportunidades para a Implementação da Lei de Serviços Ambientais do Amazonas. Análise do Progresso após 180 dias da Lei Estadual. 2016. Disponível em:< <https://idesam.org/publicacao/analise-lei-servicos-ambientais.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS (IDAM). Projetos Prioritários.2019. Disponível em:< <http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Revista-Idam-Projetos-Prioritarios.pdf>>

C3%A1rios-CDR\_19-dezembro-2019.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS (IDAM). Informações sobre o concurso do Idam. 2020. Disponível em:< <http://www.idam.am.gov.br/informa-coes-sobre-o-concurso-do-Idam/>> Acesso em: 29 de abril de 2021.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS (IDAM). Informações sobre o concurso do IDAM. 2020. <Disponível em: <http://www.idam.am.gov.br/informacoes-sobre-o-concurso-do-idam/>> Acesso em: 29 de abril de 2021

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. Tecnologias sociais: sistemas de abastecimento de água. 2020. Disponível em:< <https://www.mamiraua.org.br/projeto-tecnologias-sociais-sistemas-de-abastecimento-de-agua>>.

INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE (IEMA). Acesso aos Serviços Jurídicos de Energia Elétrica nas Comunidades Isoladas da Amazônia: Mapeamento Jurídico – Institucional. 2018. Disponível em: < <http://energiaeambiente.org.br/produto/acesso-aos-servicos-de-energia-eletrica-nas-comunidades-isoladas-da-amazonia-mapeamento-juridico-institucional>>. Acesso em: 08 de set. de 2021

INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE (IEMA). Amazônia Legal: Quem Está Sem Energia Elétrica. 2021. Disponível em: <https://energiaeambiente.org.br/wp-content/uploads/2021/02/infografico-iema-amazonia.png>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE (IEMA). GT Infraestrutura: 8o Webinar o arco norte e a busca por novos cenários de logística. Disponível em:< [https://www.youtube.com/watch?v=GUK\\_njLd5rl](https://www.youtube.com/watch?v=GUK_njLd5rl)>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE (IEMA). Quem Ainda Está sem Acesso à Energia Elétrica no Brasil?. 2020. Disponível em: <<http://energiaeambiente.org.br/produto/quem-ainda-esta-sem-acesso-a-energia-eletrica-no-brasil>>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA (IMAFLOA). Concessões Florestais Federais: participação, transparência e efetividade no uso dos recursos dos estados, municípios e comunidades locais. 2018. Renato Pellegrini Morgado, Gianini Montagna, Paulo Sérgio Camargo e Roberto Hofmann Palmieri. Piracicaba, SP. 40p. Disponível em:< <http://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/3761-concessoes-florestais-federais/file>>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA (IMAFLOA). Extrativismo sustentável mantém renda familiar de comunidades na Floresta Amazônica. 2021. Disponível em: <<https://www.imaflora.org/noticia/extrativismo-sustentavel-mantem-renda-familiar-de-comunidades-na-floresta-amazonica#:~:text=Al%C3%A9m%20do%20reduzido%20impacto%20ambiental,da%20crise%20sanit%C3%A1ria%20provocada%20pelo>>. Acesso em: 11 de agosto de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da violência. 2020. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Educação no Meio Rural: diferenciais entre o rural e o urbano. 2021. Disponível em: < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10501/1/td\\_2632.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10501/1/td_2632.pdf)>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Objetivos de Desenvolvimento sustentável- 5: Igualdade de gênero- Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. 2019. Disponível em:< <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: indicadores. 2017. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/retrato/>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). GiZ. Avaliação do Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento da Amazônia Legal: PPCDAM 2007-2010. 2011. Disponível em:< [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/884/1/IPEA\\_GIZ\\_Cepal\\_2011\\_AvaliacaoPPCDAm\\_2007-2011\\_web.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/884/1/IPEA_GIZ_Cepal_2011_AvaliacaoPPCDAm_2007-2011_web.pdf)>. Acesso em: 19 de julho de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (IPAM). A better Amazon road network for people and the environment. fev., 2020. Disponível em:< <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/03/PNAS-estradas.pdf>>, Acesso em: 28: 20 de outubro de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (IPAM). A Região da Transamazônica rumo à economia de baixo carbono: estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável. 2011. Disponível em:< [https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2011/03/a-regiao-cc%83o-da-transamazonia-cc%82nica-rumo-a-cc%80\\_econom.pdf](https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2011/03/a-regiao-cc%83o-da-transamazonia-cc%82nica-rumo-a-cc%80_econom.pdf)>.

INSTITUTO DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (IPAM). Assentamentos Sustentáveis na Amazônia: Agricultura Familiar e Sustentabilidade Ambiental na maior floresta tropical do mundo. 2016. Disponível em:< <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/05/IPAM-Li>

vro-Projeto-Assentamentos-Sustentaveis-na-Ama-  
zo%CC%82nia.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (IPAM). Desmatamento nos assentamentos da Amazônia: histórico, tendências e oportunidades. Brasília, DF, 2016, 93p. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Desmatamento-nos-Assentamentos-da-Amaz%C3%B4nia.pdf>.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). Avanço das estradas endógenas na Amazônia. 2013. Disponível em: < <https://amazon.org.br/avanco-das-estradas-endogenas-na-amazonia/>>.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (setembro de 2020), produzido pelo Sistema de Alerta do Desmatamento, do Imazon. 2020. Disponível em: < <https://amazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legalseptembro-2020-sad/>>.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). Leis e práticas de regularização fundiária no Estado do Amazonas. 2021. Disponível em: < [https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiarria\\_Amazonas.pdf](https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiarria_Amazonas.pdf)>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). Nota Técnica sobre o Projeto de Lei nº 2.633/2020. Disponível em: < [https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Imazon\\_Nota\\_Tecnica\\_PL2633\\_2020-1.pdf](https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Imazon_Nota_Tecnica_PL2633_2020-1.pdf)>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). O Estado de áreas protegidas: cadastro ambiental em áreas protegidas. 2018. Disponível em: < <https://amazon.org.br/publicacoes/o-estado-de-areas-protegidas-car/>>. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

INSTITUTO ENERGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (INEDES). Políticas energéticas regionais: guias para internalizar o uso de energias renováveis e eficiência energética na gestão pública. 2021. Disponível em: < [http://www.inedes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Políticas\\_Energeticas.pdf](http://www.inedes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Políticas_Energeticas.pdf)>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

INSTITUTO ENERGIA E DESENVOLVIMENTO-AM. Relatório de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas. Ciências Exatas da Terra e Engenharias. 2016. Disponível em: <<https://riu.Ufam.edu.br/handle/prefix/5164>>.

INSTITUTO ENERGIA E DESENVOLVIMENTO-AM. Relatório de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas. Ciências Exatas da Terra e Engenharias. 2016. Disponível em: <<https://riu.Ufam.edu.br/handle/prefix/5164>>.

[handle/prefix/5164](https://riu.Ufam.edu.br/handle/prefix/5164)>.

INSTITUTO ESCOLHAS. Uma nova economia para o Amazonas: Zona Franca de Manaus e Bioeconomia. 2019. Disponível em: < [https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2019/10/RELATORIO\\_Uma-nova-economia-para-o-Amazonas-Zona-Franca-de-Manaus-e-Bioeconomia.pdf](https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2019/10/RELATORIO_Uma-nova-economia-para-o-Amazonas-Zona-Franca-de-Manaus-e-Bioeconomia.pdf)>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras, v.21, 476 p, nov. 2013. Disponível em: < <http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF>>.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA (IICA). Universalização de acesso e uso da energia elétrica no meio rural brasileiro: lições do Programa Luz para Todos. Brasília. 2011. Disponível em: < <http://repiica.iica.int/docs/B2112p/B2112p.pdf>>. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB). Apoio a organizações comunitárias na Amazônia: a experiência do Programa de Pequenos Apoios na região de influência da BR-319. 2013. Disponível em: < <https://iieb.org.br/conteudo/apoio-a-organizacoes-comunitarias-na-amazonia-a-experiencia-do-programa-de-pequenos-apoios-na-regiao-de-influencia-da-br-319-amazonas-rondonia/>>.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB). Fórum Diálogo Amazonas: Regularização Fundiária Urgente! Mobilização Social e Inovação Processual para a Garantia dos Direitos Territoriais de Comunidades Tradicionais do Amazonas. Brasília: IEB. 2015. Disponível em: < [http://www.arquivo.iieb.org.br/files/9214/3706/7350/Diologo\\_amazonas\\_site.pdf](http://www.arquivo.iieb.org.br/files/9214/3706/7350/Diologo_amazonas_site.pdf)>.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB). Organização Social na Amazônia: uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira (Novo Aripuanã e Manicoré/AM). 2011. Disponível em: < [https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/public\\_ieb\\_RDS\\_madeira.pdf](https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/public_ieb_RDS_madeira.pdf)>. Acesso em: 21 de novembro de 2020

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB). Organização da produção na Amazônia: a experiência de comercialização coletiva da castanha em Manicoré, AM. 2012. Disponível em: < [https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/18jul12\\_COVEMA\\_para\\_internet\\_final.pdf](https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/18jul12_COVEMA_para_internet_final.pdf)>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB). Políticas públicas de apoio ao fortalecimento das cadeias de valor do agroextrativismo no sul do Amazonas. 2016. Disponível em: < [http://www.fundovale.org/wp-content/uploads/2017/10/10\\_politicaspublicas\\_sulam.pdf](http://www.fundovale.org/wp-content/uploads/2017/10/10_politicaspublicas_sulam.pdf)>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

bro de 2020.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB). Programa BECA. Disponível em: < [https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Brochura\\_Beca\\_final.pdf](https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Brochura_Beca_final.pdf)>.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB). Políticas públicas de apoio ao fortalecimento das cadeias de valor do agroextrativismo no sul do Amazonas. 2016. Disponível em: < [http://www.fundovale.org/wp-content/uploads/2017/10/10\\_politicaspublicas\\_sulam.pdf](http://www.fundovale.org/wp-content/uploads/2017/10/10_politicaspublicas_sulam.pdf)>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Gabinete do Secretário de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. SEDUC/AM, 2019. Disponível em: < <http://www.educacao.am.gov.br/institucional/estrutura/gabinete/>>,. Acesso em: 03 de dez. de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Ideb Escola. Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resumo Técnico do Estado do Amazonas: Censo da Educação Básica Estadual 2019 [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2020. Disponível em: < [http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6880708](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6880708)>.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Rede Wayuri comemora três anos de comunicação indígena no Rio Negro. 2020. Disponível em: < <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/rede-wayuri-comemora-tres-anos-de-comunicacao-indigena-no-rio-negro>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Tragédia anunciada: organizações alertam para explosão do desmatamento na Amazônia Legal. 2020. Disponível em: < <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/tragedia-anunciada-organizacoes-alertam-para-explosao-do-desmatamento-na-amazonia-legal>>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

IZIQUI, C. O novo rural no brasileiro: reduziu-se o abismo tradicional entre meios urbanos e rurais. Edição 52. abril. 2020. Disponível em: < <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-novo-rural-brasileiro/>>. Acesso em: 21/09/2021.

JORNAL A CRÍTICA. Visto como incentivo, ICMS Ecológico é pauta na Assembleia Legislativa do Amazonas. 2016. Disponível em: < <https://www.acritica.com/channels/governo/news/icms-ecologico-e-pauta>

-na-assembleia>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

JORNAL DO COMERCIO. Sepror e Idam incentivam bioeconomia no programa 'Amazonas Mais Verde'. 2021. Disponível em: < [https://www.jcam.com.br/noticias/Sepror-e-Idam-incentivam-bioeconomia-no-programa-amazonas-mais-verde/?\\_\\_cf\\_chl\\_jschl\\_tk\\_\\_=pmd\\_6dda2e6507aefe9e3308347ad79a5e8e5a2919d6-1627352694-0-gqNtZG-zNAjjcnBszQi6](https://www.jcam.com.br/noticias/Sepror-e-Idam-incentivam-bioeconomia-no-programa-amazonas-mais-verde/?__cf_chl_jschl_tk__=pmd_6dda2e6507aefe9e3308347ad79a5e8e5a2919d6-1627352694-0-gqNtZG-zNAjjcnBszQi6)>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

JORNAL NACIONAL. Termina o uso das Forças Armadas no combate ao desmatamento e às queimadas na Amazônia. Abril de 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/30/termina-o-uso-das-forcas-armadas-no-combate-ao-desmatamento-e-as-queimadas-na-amazonia.ghtml>>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

JULIÃO, K. Cooperação Intergovernamental na saúde: os Consórcios Públicos de Saúde no Ceará como estratégia de coordenação estadual. São Paulo, 2018. 202f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-04072018-183138/pt-br.php>>.

JUSTIFICANDO. A extinção da SECADI e o campo da Educação na conjuntura atual. 2019. Disponível em: < <http://www.justificando.com/2019/01/17/extincao-secadi-campo-educacao-conjuntura-atual/#:~:text=Segundo%20informa%C3%A7%C3%B5es%20no%20portal%20eletr%C3%B4nico,e%20da%20sustentabilidade%20socioambiental.%E2%80%9D%20E>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2020.

KADRI, M. R. E. A regionalização da saúde: o caminho para o sus em todos os territórios? . Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 15, n. 33, p. 67-76, 22 nov. 2019. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/51677>>.

KANAI, M. et al. Pavimentando Roraima: a BR-174 como exemplo das lógicas neoliberais de transnacionalização do território na Amazônia Ocidental. 2012. Soc. nat. [online]. 2012, vol.24, n.1, pp.67-81.

LAMEIRA, W. J. M.; ALMEIDA, A. S.; VIEIRA, I. C. G. Síntese de Ocupação em Estradas Não-Oficiais na Amazônia Brasileira. In: Revista Brasileira de Cartografia. nº 62, Edição Especial, 01, 2010. Disponível em: < <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/262/1/Revista%20Brasileira%20de%20Cartografia%20n62%202010%20Lameira.pdf>>. Acesso em: 19 de julho de 2021.

LAVALLE, A. Engajamento e participação. Matéria produzida para o jornal NEXO. Nexo, 2020A. Disponível em: < <https://pp.nexojournal.com.br/glossario/Engajamento-e-participa%C3%A7%C3%A3o>>.

LAVALLE, A. A participação social em políticas públicas explicada em 9 questões. Perguntas que a ciência já respondeu. Nexa, 2020B. Disponível em: < <https://pp.nexojournal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2020/A-participa%C3%A7%C3%A3o-social-em-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-explicada-em-9-quest%C3%B5es1>>.

LIMA, R. S. D; BUENO, S; MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. Revista Direito GV, v. 12, n.1, 49-85, 2016. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322016000100049&script=s-ci\\_arttext&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322016000100049&script=s-ci_arttext&lng=pt)>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

LIMA, R. et al. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. Revista Direito FGV. v. 12, n.1, 49-85, jan/abr. 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/jrdgv/a/k8CfD9XbDpJ8vzyfJqXP3qN/abstract/?lang=pt>>.

LIMA, R. et al. Evolução das mortes violentas internacionais no Brasil. In: Fórum de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 14ª ed. 2021. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>>.

LIMA, R. Notas sobre as políticas públicas para as mulheres no estado do Amazonas. Revista Artigos. Com, v. 15, p. e2972, 26 mar. 2020. Disponível em: < <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/2972>>.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Anuário antropológico, v. 28, n. 1, p. 251-290. 2003. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7433387>>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. Arranjos Institucionais de Coordenação dos Investimentos em Infraestrutura no Brasil: Uma Análise Sobre Seis Grandes Projetos do Programa de Aceleração do Crescimento. In: GOMIDE, A. A.; PEREIRA, A. K. (Eds.). Governança da Política de Infraestrutura: Condicionantes Institucionais ao Investimento. Brasília: IPEA. 2018.

LOTTA, G. (Org). Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: < [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro\\_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20no%20Brasil.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20no%20Brasil.pdf)>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). O desmonte do licenciamento ambiental não interessa ao povo brasileiro. Maio de 2021. Disponível em: < <https://mab.org.br/2021/05/24/o-desmonte-do-licenciamento-ambiental-nao-interessa-ao-povo-brasileiro/>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

MÄKI, S.; KALLIOLA, R.; VUORINEN, K. Road Construction In The Peruvian Amazon: Process, Causes And Consequences. In: Environmental Conservation. Environmental Conservation, Volume 28, Issue 3, September 2001, pp. 199 – 214. Disponível em: < <https://doi.org/10.1017/S0376892901000212>>.

MAPBIOMAS. Relatório Anual de Desmatamento 2019. 2020. Disponível em: < <http://alerta.mapbiomas.org/relatorios>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

MARCELINO, N. C. (Org). Políticas Públicas de Lazer. Campinas: Editora Alínea, 2015. 2ª edição.

MARGARIT, E. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar. Geografia em questão, v. 6, n.1, pág. 12-31 (2013).

MARQUES, E. Condições habitacionais e urbanas no Brasil. In: ARRETCHE, Marta (org.). Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2015, p.223-247.

MARTIGNONI, L. Lazer no assentamento rural Oito de Junho: análise a partir da multifuncionalidade da agricultura. 2013. 128f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, 2013.

MAZIERO, C. et. al. O lazer como fator de permanência e reprodução social no meio rural: estudo do município de Saudade do Iguaçú, PR. In: Interações. Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, abr./jun. p. 509-522, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/inter/a/8rJVkcZ-b8wNHGgyPY3hMD5d/abstract/?lang=pt>>.

MARTINS, A. L. U. Conservação da agro- biodiversidade: Saberes e estratégias da agricultura familiar na Amazônia. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Disponível em: < <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5239>>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

MASSUDA, A. Primary health care financing changes in the Brazilian healthsystem: Advance ou setback? Ciencia e Saude Coletiva, v. 25, n. 4, p. 1181-1188, 2020.

MATIELLO, S. et al. Energia e Desenvolvimento: Alternativas Energéticas para Comunidades Isoladas da Amazônia. In: Revista Presença Geográfica. 2018. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/profile/Caio-Pagani/publication/335161648\\_ENERGIA\\_E\\_DESENVOLVIMENTO\\_ALTERNATIVAS\\_PARA\\_AREAS\\_ISOLADAS\\_DA\\_AMAZONIA/links/5e2b6b3c299bf152167b2a9d/ENERGIA-E-DESENVOLVIMENTO-ALTERNATIVAS-ENERGETICAS-PARA-AREAS-ISOLADAS-DA-AMAZONIA.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Caio-Pagani/publication/335161648_ENERGIA_E_DESENVOLVIMENTO_ALTERNATIVAS_PARA_AREAS_ISOLADAS_DA_AMAZONIA/links/5e2b6b3c299bf152167b2a9d/ENERGIA-E-DESENVOLVIMENTO-ALTERNATIVAS-ENERGETICAS-PARA-AREAS-ISOLADAS-DA-AMAZONIA.pdf)>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

MATURANA, R. A árvore do conhecimento: as bases



biológicas da compreensão humana. São Paulo. Palas Athenas, 2001.

MAZIERO, C. et. al. O lazer como fator de permanência e reprodução social no meio rural: estudo do município de Saudade do Iguazu, PR. In: Interações. Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, abr./jun. p. 509-522, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/inter/a/8rJ-VkcZb8wNHGgyPY3hMD5d/abstract/?lang=pt> >.

MEIRELLES, F. Al. Análise ambiental e socioeconômica dos municípios sob influência da rodovia BR319. / Fernanda de Almeida Meirelles; Gabriel Cardoso Carrero; José Guedes Fernandes Neto; Mariano Colini Cenamo; Paula Carolina Paes Guarido. - Manaus: IDESAM, 2018. Disponível em: <https://idesam.org/publicacao/analise-municipios-br319.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Governo Federal inclui concessão florestal no portfólio de prioridades do PPI. Dezembro de 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/tres-projetos-de-concessoes-florestais-na-amazonia-sao-incluidos-no-ppi> >. Acesso em: 23 de fevereiro de 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). População rural envelhece e jovens são minorias no campo. 2018. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/populacao-rural-envelhece-e-jovens-sao-minoria-no-campo> >. Acesso em: 20 de junho de 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA (MC). Ministério da Cidadania apresenta Brasil em Campo, projeto que democratiza o livre acesso a estruturas esportivas de qualidade. 2020. Disponível em: < [https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/noticias\\_esporte/ministerio-da-cidadania-apresenta-brasil-em-campo-projeto-que-democratiza-o-livre-acesso-a-estruturas-esportivas-de-qualidade](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/noticias_esporte/ministerio-da-cidadania-apresenta-brasil-em-campo-projeto-que-democratiza-o-livre-acesso-a-estruturas-esportivas-de-qualidade) >.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC). Programa Norte Conectado: Programa Amazônia Integrada e Sustentável – PAIS. 2020. Disponível em: < [https://norteconectado.rnp.br/sites/default/files/2020-09/NoCoPAISCompleto\\_rev\\_final.pdf](https://norteconectado.rnp.br/sites/default/files/2020-09/NoCoPAISCompleto_rev_final.pdf) >. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Consulta de escolas que receberam recursos PDDE educação conectada. 2021b. Disponível em: < <http://educacao-conectada.mec.gov.br/consulta-pdde> >. Acesso em: 27 de julho de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Educação Conectada. 2021. Disponível em: < <http://educacao-conectada.mec.gov.br/> >. Acesso em: 27 de julho de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATA-SUS). 2019. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/> >.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). E-Gestor Atenção Básica. Disponível em: <https://egestorab.saude.gov.br/>. Acesso em: 03 de novembro de 2020.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (MCOM). Wi-Fi Brasil. Disponível em: < <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/wi-fi-brasil> >. Acesso em: 27 de julho de 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR). MDR e Defesa vão elaborar planos de ordenamento do entorno das BRs 163 e 319. 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/mdr-e-defesa-va-elaborar-planos-de-ordenamento-do-entorno-das-brs-163-e-319> >. Acesso em: 17 de novembro de 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR). Sistema Nacional de Indicadores sobre Saneamento. 2019. Disponível em: < <http://www.snis.gov.br/> >.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). A Política de Municípios Prioritários. 2021. Disponível em: < <http://combateadodesmatamento.mma.gov.br/municipios-prioritarios> >. Acesso em: 20 de julho de 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Floresta + Carbono incentiva conservação de vegetação nativa. Programa prevê a geração de créditos de carbono por meio da conservação e recuperação da vegetação nativa. 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2020/10/floresta-carbono-incentiva-conservacao-de-vegetacao-nativa> >.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Floresta + Carbono. 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/floresta-20carbono-pdf> >. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA); MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DA BAHIA (MPBA). Os desafios da Implementação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente. 2018. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/publicacoes-mma> >. Acesso em: 19 de novembro de 2020.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS (MDH). Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas. 2018. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf> >.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF-AM). Relatório

Parcial Conclusivo do Fórum permanente de discussão sobre o processo de reabertura da BR-319. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF-AM). Audiência Pública: “Fusão IBAMA e ICMBio”. Fevereiro de 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=mrkQ54MkH-O>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF-AM). Audiência Pública “Fusão ICMBio e Ibama”: assista ao vivo pelo canal do MPF no Amazonas no YouTube. Janeiro de 2021. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/audiencia-publica-fusao-icmbio-e-ibama-assista-ao-vivo-pelo-canal-do-mpf-no-amazonas-no-youtube>. Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

MIRANDA, C. M.; BARROSO, M. F. Gênero e desenvolvimento na Amazônia: acesso das mulheres às políticas públicas nos estados do Amazonas, do Pará e do Tocantins. *Novos Cadernos NAEA*, v. 23, n. 2, p. 39-60, 2020. Disponível em: < <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/7184>>.

MOLINA, M; FREITAS, H. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. *Educação do Campo*. Revista em Aberto, v. 24, n. 85, p. 1-177, abr. 2011. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Educa%C3%A7%C3%A3o+do+Campo/a2fa9177-5611-429d-a62f-ae0a6fcb3502?version=1.3>>.

MORAIS, M. P.; COSTA, M. A. Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, v. 2, 912 p., 2010. Disponível em: < [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/42543\\_Livro\\_InfraestruturaSocial\\_vol2.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/42543_Livro_InfraestruturaSocial_vol2.pdf)>.

MOREIRA, F. N.; SIQUEIRA, J. R. M.; IRIGARAY, H. A. R. Sombras e Silêncio: Análise dos Relatórios Socioambientais do Setor Elétrico. In: *Sociedade, Contabilidade e Gestão*. Vol. 11, nº 1, jan./abr. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: < <https://revistas.ufjr.br/index.php/scg/article/view/13370/0>>, Acesso em: 08 de set. de 2021.

MORIN, E. A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012.

NASCIMENTO, A. Contexto de uma Juventude Rural na Amazônia: discussão sobre mobilidade e gênero em Roraima. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Pós-Graduando do programa de mestrado Sociedade e Fronteira da UFRR. Disponível em: < [http://www.29rba.abant.org.br/recursos/anais/1/1401222178\\_ARQUIVO\\_ARTIGOU-FRN.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/recursos/anais/1/1401222178_ARQUIVO_ARTIGOU-FRN.pdf)>

NODA, S. et al. Segurança Alimentar em Comunidades

Tradicionais do Alto Solimões, Amazonas. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife (PE). 2007. Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=114&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=114&Itemid=171)>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC). Desigualdades digitais no espaço Urbano: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo. *Cadernos NIC BR: Estudos Setoriais*, SP, 2019. Disponível em < [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades\\_digitais\\_no\\_espaco\\_urbano.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf)>.

O ANTAGONISTA. Mourão diz que foi surpreendido com mudança na divulgação de queimadas. 2021. Disponível em: < <https://www.oantagonista.com/brasil/mourao-diz-que-foi-surpreendido-com-mudanca-na-divulgacao-de-queimadas/>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

O ASSUNTO. Desmonte da proteção ambiental, fase 2. Renata Lo Prete (apresentadora). Portal de Notícias G1. Podcast #458. 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2021/05/24/o-assunto-458-desmonte-da-protacao-ambiental-fase-2.ghtml>>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

O ECO. Câmara de Meio Ambiente do MPF vê inconstitucionalidade na desafetação de UCs em Rondônia. 2021. Disponível em: < <https://www.oeco.org.br/noticias/camara-de-meio-ambiente-do-mpf-ve-inconstitucionalidade-na-desafetacao-de-ucs-em-rondonia/>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

O ECO. Decisão sobre urgência do PL da Grilagem é adiada pela quarta vez. 2021. Disponível em: < <https://www.oeco.org.br/noticias/decisao-sobre-urgencia-do-pl-da-grilagem-e-adiada-pela-quarta-vez/>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

O ECO. Deputados de Rondônia aprovam nova muti- lação de UCs no estado. 2021. Disponível em: < <https://www.oeco.org.br/noticias/deputados-de-rondonia-aprovam-nova-mutilacao-de-ucs-no-estado/>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

O ECO. Deputados reverterem criação de unidades de conservação em Rondônia. 2018. Disponível em: < <https://www.oeco.org.br/reportagens/deputados-revertem-criacao-de-unidades-de-conservacao-em-rondonia/>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

O ECO. Grupo pede recomposição do orçamento do Ministério do Meio Ambiente. 2021. Disponível em: < <https://www.oeco.org.br/noticias/grupo-pede-recomposicao-do-orcamento-do-ministerio-do-meio-ambiente/>>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

O ECO. Grupo que discute extinção do ICMBio já se reuniu 26 vezes; a última na semana passada. 2021.

Disponível em: < <https://www.oeco.org.br/noticias/grupo-que-discute-extincao-do-icmbio-ja-se-reuniu/>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

O ECO. Justiça Federal suspende licenças para garimpo no Amazonas. 2017. Disponível em: < <https://www.oeco.org.br/noticias/justica-federal-suspende-licencas-para-garimpo-no-amazonas/>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

O ECO. MP entra na justiça contra lei que mutilou UCs em Rondônia. 2021. Disponível em: < <https://www.oeco.org.br/noticias/mp-entra-na-justica-contra-lei-que-mutilou-ucs-em-rondonia/>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

O ECO. Urgente: Ricardo Salles deixa o Ministério do Meio Ambiente. 2021. Disponível em: < <https://www.oeco.org.br/noticias/urgente-ricardo-salles-deixa-o-ministerio-do-meio-ambiente/>>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

O GLOBO. Bloco da esquerda no Parlamento Europeu adverte para danos de nova lei de licenciamento ambiental brasileira. 2021. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/bloco-da-esquerda-no-parlamento-europeu-adverte-para-danos-de-nova-lei-de-licenciamento-ambiental-brasileira-1-25033813>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

O GLOBO. Conselho da Amazônia teve 'dificuldade de relacionamento' com órgãos civis, diz relatório. 2021. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/conselho-da-amazonia-teve-dificuldade-de-relacionamento-com-orgaos-civis-diz-relatorio-24984849>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

O GLOBO. GLO da Amazônia termina com diminuição de queimadas, mas desmatamento cresce. 2019. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/glo-da-amazonia-termina-com-diminuicao-de-queimadas-mas-desmatamento-cresce-1-24041354>>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS). Os 17 objetivos do desenvolvimento Sustentável. 2019. Disponível em: < <http://www.agenda2030.org.br/ods/5/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

OBSERVATÓRIO DA BR-319. Informativo nº14. nov., 2020. Disponível em: < <https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Informativo-OBR-319-n14-Novembro2020.pdf>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

OBSERVATÓRIO DA BR-319. Nota Técnica nº 01: a bioeconomia em Unidades de Conservação do sul do Amazonas e o impacto da pandemia do novo coronavírus. 2021. Disponível em: < <https://idesam.org/wp-content/uploads/2021/07/Nota-Tecnica-OBR-319-n01-julho2021-v3.pdf>>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

OBSERVATÓRIO DA CASTANHA (OCA). Diálogos Pró-Castranha. Políticas Públicas para a Castanha: Situação Atual, Desafios e Perspectivas. 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=4L-wMhag-NTI>>. Acesso em: 06 de maio de 2021.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA (OC). Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas de clima do Brasil 1970-2019. 2020. Disponível em: < [https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG\\_8/SEEG8\\_DOC\\_ANALITICO\\_SINTESE\\_1990-2019.pdf](https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_8/SEEG8_DOC_ANALITICO_SINTESE_1990-2019.pdf)>. Acesso em: 27 de novembro de 2020.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA (OC). O "Plano Mourão": um rascunho para a militarização da Amazônia. Análise das propostas apresentadas pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal. 2020. Disponível em: < <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2020/12/Ana%CC%81lise-Plano-Moura%CC%83o.pdf>>. Acesso em: 26 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, B. O. S.; MEDEIROS, G. A. Gestão de resíduos sólidos urbanos: um estudo de caso na Amazônia brasileira. 2º Congresso Sul-Americano de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade. Foz de Iguaçu, 2019. Disponível em: < <http://www.ibeas.org.br/conresol/conresol2019/IV-093.pdf>>.

OLIVEIRA, S. Um olhar sobre as redes de prostituição e tráfico de mulheres na fronteira Brasil-Venezuela a partir das rodovias BR-174 e Troncal 10. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona. 2008. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/222.htm>>.

ONU MULHERES. Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social. 2016. Disponível em: < [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/08/encarte\\_mais\\_igualdade\\_para\\_as\\_mulheres\\_brasileiras.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/08/encarte_mais_igualdade_para_as_mulheres_brasileiras.pdf)>.

ONU. Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?. 2011. Disponível em: < [http://www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2011\\_ONU\\_Direito\\_das\\_Mulheres\\_a\\_Moradia.pdf](http://www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2011_ONU_Direito_das_Mulheres_a_Moradia.pdf)>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (FILAC). Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques. Una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe. Santiago. 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.4060/cb2953es>>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

OUTRAS PALAVRAS. As perversas engrenagens da fome na Amazônia. 2021. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/outrasmidias/as-perversas-engrenagens-da-fome-na-amazonia/>>. Acesso em: 11 de agosto de 2021.

PÁGINA 22. Amazônia: desenvolvimento para

- quem?. 2020. Disponível em: <https://pagina22.com.br/2020/11/24/amazonia-desenvolvimento-para-quem/>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.
- PÁGINA 22. Amazônia: desenvolvimento para quem?. 2020. Disponível em: <https://pagina22.com.br/2020/11/24/amazonia-desenvolvimento-para-quem/>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.
- PAULA, M; et al. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnpqia.embrapa.br/digital/bitstream/item/102681/1/Mercados-institucionais-na-agricultura.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2021.
- PEREIRA, G. A governança da política de assistência social na cidade de São Paulo: um olhar para as burocratas de médio escalão. 2019.
- PEREIRA, H. et al. A multifuncionalidade da agricultura familiar no Amazonas: desafios para a inovação sustentável. 2015. Terceira margem Amazônia, v. 1, n. 5. Disponível em: <http://revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/54/58>. Acesso em: 27 de julho de 2021.
- PERES, U. et al. Novo Fundeb: que educação pública vamos priorizar? Centro de Estudos da Metrópole. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opinia0/2020/Novo-Fundeb-que-educac0o-p0blica-vamos-priorizar>. Acesso em: 03 de novembro de 2020.
- PERES, U. et al. Os Municípios e a Segurança Pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 10 n. 2, 2016. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/693>.
- PERES, U. et al. Segurança Pública: reflexões sobre o financiamento de suas políticas públicas no contexto federativo brasileiro. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 8, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/issue/view/16>.
- PEREZ-CASSARINO et al. Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais. 2018. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/85pnz>.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS (Pnad). Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-Pnad-continua.html?edicao=27138&t=downloads>.
- PFAFF, A. et al. Impactos de Estradas na Amazônia Brasileira. In: Amazonia and Global Change. 2009. Disponível em: [https://daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia\\_global\\_change/7\\_Impactos\\_Estradas\\_Pfaff.pdf](https://daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia_global_change/7_Impactos_Estradas_Pfaff.pdf).
- PINTO, M. P. G. Qualidade da água nos bairros da Olaria e Santo Antônio no município de Huamitá-AM. Relatório de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas. Ciências Exatas da Terra e Engenharias. 2016. Disponível em: <https://rii.Ufam.edu.br/handle/prefix/5164>.
- PIRES, R. R. Diálogos para o Desenvolvimento - Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação. Brasília: Ipea, v. 7, 2011.
- PLAN INTERNACIONAL. Adolescentes Multiplicando Saúde. 2019. Disponível em: <https://plan.org.br/adolescente-multiplicando-saude/>.
- PODER360. Bolsonaro reduz quase a zero orçamento da reforma agrária em 2021. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-reduz-quase-a-zero-orcamento-da-reforma-agraria-em-2021/>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.
- PODER360. No Brasil, pandemia é usada como “escudo” para retrocessos, aponta estudo. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/no-brasil-pandemia-e-usada-como-escudo-para-retrocessos-aponta-estudo-dw/>. Acesso em: 01 de abril de 2021.
- PODER360. Orçamento do governo para parques nacionais cai quase pela metade em 3 anos. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/orcamento-do-governo-para-parques-nacionais-cai-quase-pela-metade-em-3-anos/>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.
- PONTES, R. Emergências ambientais da agricultura familiar na Amazônia. 2018. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2018.
- PORTAL G. Maioria das vagas de concurso público no AM será para Polícia Militar, diz governador. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/07/19/maioria-das-vagas-de-concurso-publico-no-am-sera-para-policia-militar-diz-governador.ghtml>. Acesso em: 20 de set. 2021.
- PRADO FILHO, C. R. S. O. Do isolamento à integração des governada da Amazônia: a “febre do ouro” e o “outro Estado dentro do Estado” no caminho da rodovia Interoceânica por Madre de Deus: um estudo dos primeiros anos de impacto socioambiental da rodovia Interoceânica na Amazônia do Peru. São Paulo, 2018.
- PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO (PFDC). MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Ação Coordenada PFDC/MPF Programa Titula Brasil. 2021. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pfdc/temas/acoes-coordenadas/acao-coordenada-progra>

ma-titula-brasil-guia>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano. 2019. Disponível em: < [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2019\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf)>.

PROGRAMA SAÚDE E ALEGRIA. Água boa nas comunidades da floresta. 2020.

PULHEZ, M. Nova regulação do saneamento básico no Brasil: o avanço da mercantilização da água e os desafios de sua garantia como direito humano. Artigo de Opinião publicado no Portal NEXO. 2020. Disponível em:< <https://pp.nexojournal.com.br/opinioao/2020/Nova-regula%C3%A7%C3%A3o-do-saneamento-b%C3%A1sico-no-Brasil-o-avan%C3%A7o-da-mercantiliza%C3%A7%C3%A3o-da-%C3%A1gua-e-os-desafios-de-sua-garantia-como-direito-humano>>.

PUNTEL, J. et al. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. I Circuito de Debates Acadêmicos das Ciências Humanas. Associação de Pós-graduação e IPEA. 2012. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>>.

REDE DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (RCA). Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. 2016. Disponível em:< <https://rca.org.br/wp-content/uploads/2016/08/2016-Livro-RCA-DPLf-Direito-a-Consulta-digital.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

REUTERS. Mourão diz que é preciso preparar fiscalização para quando GLO na Amazônia acabar. 2020. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/ambiente-mourao-amazonia-posglo-idBRKBN28A32K-OBRDN>>. Acesso em: 06 de abril de 2021.

REVISTA EXAME. Governo cria programa para exportar crédito de carbono. 2020. Disponível em:< <https://exame.com/esg/governo-cria-programa-para-exportar-credito-de-carbono/>>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.

REVISTA VEJA. Em meio à pandemia, o desmatamento dispara na Amazônia. 2020. Disponível em:< <https://veja.abril.com.br/brasil/em-meio-a-pandemia-o-desmatamento-dispara-na-amazonia/>>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

REVISTA VEJA. Satélite mostra que proibição de queimadas na Amazônia ainda não funcionou. 2020. Disponível em:< <https://veja.abril.com.br/blog/impacto/satelite-mostra-que-proibicao-de-queimadas-na-amazonia-ainda-nao-funcionou/>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

RICHTS RESOURCES. A Global Baseline of Carbon Storage in Collective Lands: indigenous and local

community contributions to climate mitigation. Setembro, 2018.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. Revista De Administração Pública, v. 42, n. 6, p. 1069 a 1094, 2008. Disponível em:< <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6666>>.

ROMÃO, W.; MARTELLI, C. Gênero e participação em nível local: estudo sobre conferências municipais de políticas públicas. Revista de Sociologia Política. v. 28, n. 76, e010, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/TfXG7wqT9Rf6XJbB536w7YG/?format=pdf&lang=pt>>.

RONDÔNIA. Lei estadual nº 1089 de 20 de maio de 2021. Altera os limites da Reserva Extrativista Jaci - Paraná e do Parque Estadual de Guajará - Mirim e cria o Parque Estadual Ilha das Flores, o Parque Estadual Abaitará, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro e a Reserva de Fauna Pau D`Óleo. Disponível em:< <https://leisestaduais.com.br/ro/lei-complementar-n-1089-2021-rondonia-altera-os-limites-da-reserva-extrativista-jaci-parana-e-do-parque-estadual-de-guajara-mirim-e-cria-o-parque-estadual-ilha-das-flores-o-parque-estadual-abaitara-a-reserva-de-desenvolvimento-sustentavel-bom-jardim-a-reserva-de-desenvolvimento-sustentavel-limoeiro-e-a-reserva-de-fauna-pau-d-oleo>>.

SABOURIN, E. et al. (Cord.). Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: balance, desafios e perspectivas. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/37193>>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

SAMPER, M. Sistemas territoriales de agricultura familiar. Sistema de Gestión Estratégica para el Desarrollo Territorial y la Agricultura Familiar (SIGET). Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA). 2016. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B4236e/B4236e.pdf>>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

SANT ANNA, A.; YOUNG, C. Direitos de propriedade, desmatamento e conflitos rurais na Amazônia. Economia Aplicada, v. 14, n. 3, p. 381-393, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/eco/a/yBz9w-qYyWHz7b-qjfjLSSfG/?lang=pt&format=pdf>>.

SANTOS, E. S., CARVALHO, M. J., & FROES, G. S. Investimento na Função Desporto e Lazer (FDL) por parte dos municípios dos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Revista Intercontinental de Gestão Desportiva, v. 9, n.2, p.1-16, 2019. Disponível em < <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=view&path%5B%5D=7991>>.

SANTOS, M. et al. Qualidade da água de abastecimento público em escolas da rede públicas no município de Humaitá, Amazonas, Brasil. *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, v.7, 2019. Disponível em: <<https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/210>>.

SANTOS, P. C.; ALMEIDA, M. E. B. T. M. P. de. Educação e fake news: construindo convergências. *Revista Exitus*, v. 10, n.1, 2020. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1216>>.

SANTOS, S; CARVALHO, E. Solução alternativa coletiva simplificada de tratamento de água destinada ao consumo humano em pequenas comunidades. *Nota Informativa. Funasa, Coordenação de Controle da Qualidade de Água para Consumo Humano*, 2018. Disponível em: <[http://www.funasa.gov.br/documentos/20182/99386/Nota\\_Informativa\\_SALTA-z.pdf](http://www.funasa.gov.br/documentos/20182/99386/Nota_Informativa_SALTA-z.pdf)>

SANTOS, T. Ciranda Rural e Jogo do Espelho com a Ronda Maria da Penha. In: *Fórum de Segurança Pública. Práticas de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e do sistema de justiça – Casoteca FBSP 2018 / Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Série Casoteca, FBSP, v.2, p 49 – 64, 2019*

SARDENBERG, CECILIA. Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque. *Campinas, Cad. Pagu*, n. 52, 2018. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=SO104-83332018000100201&script=sci\\_arttext&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=SO104-83332018000100201&script=sci_arttext&lng=pt)> Acesso em: 03 de dez. de 2020.

SCHERER, E. Amazônia: Políticas públicas e diversidade cultural/Elenise Scherer e José Aldemir de Oliveira [org.]. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 260p.

SCHITTINI, G. Políticas públicas, conservação e movimentos sociais em uma área de expansão de fronteira: a criação de unidades de conservação no âmbito do Plano BR 163 sustentável. 252 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS (SEDECTI). Amazonas Mais Verde' integra órgãos no controle do desmatamento e queimadas. 2020. Disponível em: <<http://www.seducti.am.gov.br/amazonas-mais-verde-integra-orgaos-no-controle-do-desmatamento-e-queimadas/>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEAS). Diagnóstico socioterritorial do estado do Amazonas. 2019. Disponível em: <<http://www.seas.am.gov.br/>>.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SEDECTI). Último painel da SCT discutirá "Conectividade Digital e a internet em regiões remotas do Amazonas". 2020. Disponível em: <<http://www.seducti.am.gov.br/ultimo-painel-da-sct-discutira-Conectividade-digital-e-a-internet-em-regioes-remotas-do-amazonas/>>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SEDECTI). Estratégia Amazonas 2030 +PPA 2020/2023. 2020. Disponível em: <[http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/apresentacao\\_estrategica\\_ppa\\_2020-2023.pdf](http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/apresentacao_estrategica_ppa_2020-2023.pdf)>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SEDECTI). InovaSocioBioAmazonas: Projeto piloto para o fortalecimento das cadeias produtivas da SocioBioDiversidade no Estado do Amazonas. 2021. Disponível em: <<http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao-curta-INOVASOCIOBIO-AMAZONAS-11-02-2021.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SEDECTI). Sedecti destaca, em Fórum Mundial, oportunidades para investimentos em bioeconomia no Amazonas. 2021. Disponível em: <<http://www.seducti.am.gov.br/Seducti-destaca-em-forum-mundial-opportunidades-para-investimentos-em-bioeconomia-no-amazonas/>>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS (SEDUC/AM). Com Projeto Avançar, SEDUC beneficia estudantes que apresentam distorção idade-série, em Manaus e no interior do Amazonas. Amazonas, 2018. Disponível: <<http://www.educacao.am.gov.br/com-projeto-avancar-seduc-beneficia-estudantes-que-apresentam-distorcao-idade-serie-em-manaus-e-no-interior-do-amazonas/>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS (SEDUC/AM). Gabinete do Secretário de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. 2019. Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br/institucional/estrutura/gabinete/>>. Acesso em: 03 de dez. de 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS (SEDUC/AM). SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (Promove). 2020. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/programa-de-regionalizacao-do-mobiliario-escolar-Promove/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

- SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE (SES- AM). Saúde Amazonas: Assistência no interior do Estado será reforçada. 2020. Disponível em: < <http://www.saude.am.gov.br/visualizar-noticia.php?id=4983>>.
- SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE (SES- AM). SES-AM alcança mais de 700 atendimentos pelo programa de Telessaúde no interior. 2021. Disponível em: < <http://www.saude.am.gov.br/visualizar-noticia.php?id=6715>> Acesso em: 20 de agosto de 2021
- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO AMAZONAS (SEMA-AM). Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amazonas (PPCDQ-AM 2020-2022). 2020. Disponível em:< <http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/PPCDQ-AM-LOGO-CI-ALTERADA.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS (SSP). Programas Sociais: Programa Formando Cidadão da Polícia Militar do Amazonas. 2021. Disponível em: < <http://www.ssp.am.gov.br/programas-modelo/>>.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SEPM). II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2008. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional\\_politicamulheres.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf)>.
- SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAZONAS (SES-AM). Saúde Amazonas: assistência no interior do estado será reforçada. Amazonas, 2020. Disponível em: < <http://www.saude.am.gov.br/visualizar-noticia.php?id=4983>>.
- SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE (SNJ). Diagnostico situacional e diretrizes para políticas públicas para as juventudes rurais brasileiras. 2018. Disponível em:< [https://social.mg.gov.br/images/Direitos\\_humanos/coordenadoria\\_politica\\_dos\\_direitos\\_da\\_juventude/Diagn%C3%B3stico%20da%20Juventude%20Rural.pdf](https://social.mg.gov.br/images/Direitos_humanos/coordenadoria_politica_dos_direitos_da_juventude/Diagn%C3%B3stico%20da%20Juventude%20Rural.pdf)>.
- SEGATTO, I. S. O papel dos governos estaduais nas políticas municipais de educação: Uma análise dos modelos de cooperação intergovernamental. 196 f, 2015. Tese (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2015. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13542/tese\\_Catarina%20282%29%20281%29.pdf?sequence=6&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13542/tese_Catarina%20282%29%20281%29.pdf?sequence=6&isAllowed=y)>.
- SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (SEINFRA). Levantamento de Vicinais e/ou ramais. Documento digital compartilhado, 2018.
- SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- SENADO FEDERAL. Consulta pública ao Projeto de Lei nº 510 de 2021 (PL 510/2021). 2021. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/cidadania/visualizacao-materia?id=146639>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.
- SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL DO AMAZONAS (SEPROR). S.O.S Vicinais.2021. Disponível em:< <http://www.sepror.am.gov.br/s-o-s-vicinais/>>. Acesso em: 29 de julho de 2021.
- SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Povos e Comunidades Tradicionais e o Cadastro Ambiental Rural. 2019. Disponível em:< <http://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/2590-cadastro-ambiental-rural-para-territorios-de-povos-e-comunidades-tradicionais/file>>. Acesso em: 26 de agosto de 2020.
- SILIPRANDI, E; CINTRÃO, R. Mulheres Rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil, v. 1, p. 571-594, 2015. Porto Alegre. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>.
- SILVA, A. L. N. da. Os Estados Importam! Determinantes da cooperação subnacional nas políticas de educação e saúde do Brasil. São Paulo, 2020. 320f. Tese (Doutorado CDAPG) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2020. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29647>>.
- SILVA, A. S. Definição das competências constitucionais dos estados-membros e do distrito federal em matéria de energia. Revista Digital Constituição e Garantia De Direitos, v. 2, n. 01, 2, out, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/4279>>. Acesso em: 08 de set. de 2021.
- SILVA, E; ALENCAR, E. O trabalho de pescadoras no Manejo de Pirarucus, setor Caraura, RDS Mamirauá. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. 2017. Florianópolis. Disponível em:< [http://www.enwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499380133\\_ARQUIVO\\_Artigofazendogenero.SilvaeAlencarOtrabalhodepescadoras-nosetorcaruara.pdf](http://www.enwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499380133_ARQUIVO_Artigofazendogenero.SilvaeAlencarOtrabalhodepescadoras-nosetorcaruara.pdf)>.
- SILVA, J. A. Educação de Jovens e Adultos mediada por tecnologia : uma prática inovadora no Estado do Amazonas. Primeiras palavras: contextualizando o estudo. v. 1, p. 1–12, 2015.
- SILVA, I. C. E. O papel da Coordenadoria Regional de Educação de Coari/AM na implementação de políticas educacionais para o ensino médio. 2017. Disponível em: < <http://mestrado.caedufjf.net/o-papel-da-coordenadoria-regional-de-educacao-de-coariam-na>>

-implementacao-de-politicas-educacionais-para-o-ensino-medio/>.

SILVA, M. L. A.; OLIVEIRA, M. L. de. A Bioeconomia como alternativa complementar ao modelo de desenvolvimento do Amazonas. Edição Especial: 58º Congresso da Sober,

Gepec, Toledo, v. 25, p. 46-65, 2020. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26297/16925>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

SINCONFI. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Disponível em: <[https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf)>

SIOP. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Ministério do Planejamento. 2021. Disponível em: <<https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

SISTEMA NACIONAL DE METEOROLOGIA (SNM). Nota conjunta INMET/INPE/CENSIPAM. 2021. Disponível em: <[https://portal.inmet.gov.br/uploads/notas-tecnicas/NOTA\\_CONJUNTA\\_SNM\\_INCENDIOS.pdf](https://portal.inmet.gov.br/uploads/notas-tecnicas/NOTA_CONJUNTA_SNM_INCENDIOS.pdf)>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

SOLERA, M. et al. Infraestrutura verde: alternativa para a criação de cidades resilientes e sustentáveis. Redução do risco de desastres e a resiliência no meio rural e urbano. p. 814-854. 2020. Disponível em: <[https://www.agbbauro.org.br/publicacoes/Reducao2020/Reducao\\_2ed-2020-49.pdf](https://www.agbbauro.org.br/publicacoes/Reducao2020/Reducao_2ed-2020-49.pdf)>.

SOUZA, R. C. R. Setor Energético na Amazônia: Oportunidades e Desafios. 2010. Disponível em: <[https://www.cdeam.ufam.edu.br/images/Publicacoes\\_e\\_artigos/2011/2011\\_Cap\\_livro\\_1\\_CDEAM.pdf](https://www.cdeam.ufam.edu.br/images/Publicacoes_e_artigos/2011/2011_Cap_livro_1_CDEAM.pdf)>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

SPANVELLO, R. M. et al. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Polis [Online], v. 44. 2016.

STADUTO, J. et al. Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. 348 p. (Série Estudos Rurais). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/desenvolvimento-rural-e-genero-abordagens-analiticas-estrategicas-e-politicas-publicas>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2020.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STF). Audiências Públicas do STF - Fundo do Clima (1/4). 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AVXETmlp9KA>>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STF). Partidos e

confederações questionam atuação do governo federal na condução da reforma agrária. 2020. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456989&ori=1>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Decisão sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 769. Brasília, DF. 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/stf-adpf-marco-aurelio-reforma-agraria.pdf>>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

TATAGIBA. Os Conselhos e a Construção da Democracia no Brasil: um rápido balanço de duas décadas de participação conselhistas. In: Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2802/1/colecao%20cult\\_8\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2802/1/colecao%20cult_8_RI.pdf)>. Acesso em: 19 de novembro de 2020.

TEIXEIRA, T. A violência contra as mulheres como um problema de saúde pública: o acesso e a interface de gênero na saúde em Parintins-AM. 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

TELESSAÚDE AMAZONAS. Núcleo Telessaúde Estadual do Amazonas. Disponível em: <<http://www.telessaudeam.org.br/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

TERRA DE DIREITOS. 10 perguntas e respostas sobre a nova lei de regularização fundiária urbana. 2017. Disponível em: <<https://terradereitos.org.br/noticias/noticias/10-perguntas-e-respostas-sobre-a-nova-lei-de-regularizacao-fundiaria-urbana/22705>>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

TERRABRASILIS. Mapa do Desmatamento – PRODES. 2021. Disponível em: <[http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates)>.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020. Disponível em: <<https://todos-pelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/securepdfs/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf>>. Acesso em: 19 de nov de 2020.

TORRES, M. Grilagem para Principiantes: Guia de Procedimentos Básicos para o Roubo de Terras Públicas. In: MARQUES, M.I.M. et alii. Perspectivas de Natureza: Geografia, Formas de Natureza e Política. Annablume, 2018. Disponível em: <[https://www.academia.edu/38799592/Grilagem\\_para\\_principiantes\\_guia\\_de\\_procedimentos\\_b%C3%A1sicos\\_para\\_o\\_roubo\\_de\\_terras\\_p%C3%BAblicas](https://www.academia.edu/38799592/Grilagem_para_principiantes_guia_de_procedimentos_b%C3%A1sicos_para_o_roubo_de_terras_p%C3%BAblicas)>.

TRATA BRASIL. Saiba como anda o saneamento básico na região Amazônica. 2020. Disponível em: <<https://www.tratabrasil.org.br/blog/2020/09/03/saiba-co>>.



- mo-anda-o-saneamento-basico-na-regiao-amazonica/>.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Acórdão no 2641/2019 – Plenário. 2019. Disponível em: <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/2977520167>. PROC/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%- 252C%2520NUMACORDAINT%2520desc/O/%2520?uuid=bc9c-0980-ff50-11e9-a55b-ab2bf8594545>.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Auditoria coordenada em Unidades de Conservação da Amazônia. 2013. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-coordenada-em-unidades-de-conservacao-da-amazonia.htm>>. Acesso em: 21 de setembro de 2020.
- TUPIASSU, L; FADEL, L. P. S. L.; GROS-DÉSORMEAUX, J.R. ICMS Ecológico e desmatamento nos municípios prioritários do estado do Pará. In: Revista Direito GV. Vol. 15, nº 3, São Paulo, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322019000300202&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322019000300202&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17 de jan. de 2020.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA). Cursos Ofertados. 2020. Disponível em: <<http://www3.uea.edu.br/sobre.php?dest=unidade>>. Acesso em: 27 de nov. de 2020.
- UOL. Protesto de indígenas no DF termina com 6 feridos após uso de bombas de gás. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/06/22/protesto-indigenas-pl-490-congresso-nacional.htm>>. Acesso em: 23 de junho de 2021.
- VALOR ECONÔMICO. BNDES espera por consenso para aprovar novos projetos no Fundo Amazônia. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/11/06/bndes-espera-por-consenso-para-aprovar-novos-projetos-no-fundo-amazonia.ghtml>>. Acesso em: 27 de novembro de 2020.
- VALOR ECONÔMICO. Brasil não cumprirá a meta de corte de emissões em 2020. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/11/06/brasil-no-cumprir-a-meta-de-corte-de-emissoes-em-2020.ghtml>>. Acesso em: 27 de novembro de 2020.
- VEDOVETO, M; et al. Desafios para a consolidação das Unidades de Conservação Estaduais do Pará: financiamento e gestão. Belém: Imazon. 2014. Disponível em: <<http://imazon.org.br/publicacoes/desafios--para-a-consolidacao-CC%A7a%CC%83o-das-unidades-de-conservacao-CC%A7a%CC%83o-estaduais-do-para/>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.
- VIANA, A. et al. Condicionantes estruturais da regionalização na saúde: tipologia dos Colegiados de Gestão Regional. Ciênc. saúde coletiva [online], v.15, n.5, p. 2317-2326, 2010.
- WENZEL, Fernanda. Depois da madeira vem o gado: o desmatamento em Santo Antônio do Matupi. OECO, 2020. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/depois-da-madeira-vem-o-gado-o-desmatamento-em-santo-antonio-do-matupi/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2020.
- WWF. Potencial Produtivo de Comunidades Remotas na Amazônia. 2021. Disponível em: <[https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/estudo\\_abordagemterritorial\\_final\\_v2.pdf](https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/estudo_abordagemterritorial_final_v2.pdf)>. Acesso em: 08 de set. de 2021.
- WWF-BRASIL. Jovens processam governo por “pedalada” climática. 2021. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?78190/jovens-processam-governo-por-pedalada-climatica>>. Acesso em: 16 de abril de 2021.
- WWF-BRASIL. Perfil socioeconômico e ambiental do sul do estado do Amazonas: Subsídios para Análise da Paisagem. 2017. Disponível em: <[https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/perfil\\_sul\\_amazonas.pdf](https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/perfil_sul_amazonas.pdf)>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.
- YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Conservação Internacional, 180p. 2018. Disponível em: <<https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Quanto-vale-o-verde.pdf>>.

# Lista de Abreviaturas

AAE - Atenção Ambulatorial Especializada  
AAM - Associação dos Municípios do Amazonas  
AAV - Agente Ambiental Voluntário  
AB - Atenção Básica  
ABC - Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono  
ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base  
ACADEBIO - Academia Nacional da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
ACEC - Associação Cultura e Esporte na Comunidade  
ACRSMM - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Solidária  
ACS - Agente Comunitária de Saúde  
ACT - Acordo de Cooperação Técnica  
ADAF - Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas  
ADEL - Agência de Desenvolvimento Econômico Local  
ADI - Ação Direta de Institucionalidade  
ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental  
ADS/AM - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas da Secretaria de Estado da Produção Rural  
ADT - Agenda de Desenvolvimento Territorial  
AEPETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
AFEAM/AM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas  
ALAP - Área de Limitação Administrativa Provisória  
ALEAM - Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
AMACRO - Zona de Desenvolvimento Sustentável dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia  
AMALCG - Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande  
AMAZONASTUR - Empresa Estadual de Turismo do Amazonas  
ANA - Agência Nacional da Águas  
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica  
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações  
APDM - Associação Polo Digital de Manaus  
APS - Atenção Primária  
ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia  
ASAVIDA - Consórcio Alto Solimões Saúde  
ATB - Atenção Básica  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
ATERF - Assistência Técnica e Extensão Rural e Florestal  
BBC - Corporação Britânica de Radiofusão  
BDI - Base de Dados Integrada  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BIFMA - Batalhão de Incêndio Florestal e Meio Ambiente  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BNH - Banco Nacional de Habitação  
BPA/PMAM - Batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar do Amazonas  
BPC - Benefício de Prestação Continuada  
CAAD - Central das Associações Agroextrativistas de Democracia  
CAARIM - Central das Associações Agroextrativistas

do Rio Manicoré  
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais  
CAE - Conselho de Alimentação Escolar  
CAF - Cadastro Nacional Da Agricultura Familiar  
CAPACITASUAS - Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAPS - Centros de Atenção Psicossociais  
CAR - Cadastro Ambiental Rural  
CBMAM - Corpo de Bombeiros do Amazonas  
CCC - Conta de Consumo de Combustíveis  
CCPLI - Consentimento Prévio, Livre e Informado  
CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica  
CDEAM/UFAM - Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico da Universidade Federal do Amazonas  
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético  
CDRU - Concessão de Direito Real de Uso  
CEC - Cultura e Esporte na Comunidade  
ACEC - Associação Cultura e Esporte na Comunidade  
CECAMPO - Coordenadoria de Educação do Campo  
CEDHE - Centro de Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getulio Vargas  
CEFP - Cadastro Estadual de Florestas Públicas  
CEFA - Coordenação de Educação Física e Artes  
CEMAAM - Conselho Estadual de Meio Ambiente  
CEMEAM - Centro de Mídias de Educação do Amazonas  
CENIMA - Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais  
CENSO SUAS - Censo de Monitoramento do Sistema Único de Assistência Social  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CEPAN - Centro de Formação de Profissional "Padre José Anchieta"  
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço  
CETAM - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas  
CETIC - Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação  
CF - Constituição Federal  
CG - Conselho Gestor  
CGE - Comitês Gestores Estaduais  
CGN - Comitê Gestor Nacional de Universalização  
CGU - Controladoria-Geral da União  
CIB - Comissão Intergestores Bipartites  
CICC - Centro Integrado de Comando e Controle  
CIEA/AM - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Amazonas  
CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
CIR - Comissões Intergestores Regionais  
CIT - Comissão Intergestores Tripartite  
CLPI - Consulta Livre, Prévia e Informada  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CME - Conselhos Municipais de Educação  
CMDCA - Conselhos Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e de Direitos da Criança e Adolescente  
CMMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente  
CNAL - Conselho Nacional da Amazônia Legal  
CNEAS - Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social  
CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde  
CNPE - Conselho Nacional de Política Energética

CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CR - Coordenação Regional

CRE - Coordenadorias Regionais de Educação

COHSAB - Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde

CONNECTI - Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação

CONJUR - Consultor Jurídico

COOPAC - Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Careiro

CONSED - Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

COSAMA - Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas

CONTRAF-BRASIL - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil

COPAC - Cooperativa de Produtores Agrícola do Careiro

COPEMA - Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais de Manicoré

COVEMA - Cooperativa Verde de Manicoré

COVID-19 - Doença por Corona Vírus

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social

CREAM - Centros Estaduais de Referência e Apoio à Mulher

CVP - Cernambi Virgem Prensado

DABE - Departamento de Atenção Básica e Ações Estratégicas da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas

DAP - Declarações de Aptidão ao PRONAF

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DEAM - Delegacia de Atendimento à Mulher

DEDIAC - Departamento de Distribuição de Água do Careiro

DEMUC - Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente

DETER - Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real

DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DOC - Departamento de Organizações Comunitárias

DST - Doença Sexualmente Transmissível

DTPA - Vacina contra Difteria, Tétano e Coqueluche

DPE/AM - Defensoria Pública do Estado do Amazonas

EAD - Educação à Distância

ECI - Estudo do Componente Indígena

EESP/FGV - Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

EF - Ensino Fundamental

EI - Educação Infantil

EIA - Escola Itinerante de Agroecologia

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EM - Ensino Médio

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

EPOCAM - Grupo Poetas e Escritores

EQSF - Equipes Saúde da Família

ESTADIC - Pesquisa de Informações Básicas Estaduais

F2IBAM - Fórum de Inovação em Investimentos na Bioeconomia Amazônica

FAAR - Fundação Amazonas de Alto Rendimento

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAO - Fundo Amazônia Oriental

FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

FAS - Fundação Amazônia Sustentável

FEDF - Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal

FEEL - Fundo Estadual do Esporte e Lazer

FEMA - Fundo Estadual de Meio Ambiente

FGVCES - Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas

FINBRA - Finanças do Brasil

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FLONA - Floresta Nacional

FLORESTA - Florestas Estaduais

FMMA - Fundo Municipal de Meio Ambiente

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FOPES - Fórum Permanente das Secretarias Municipais do Meio Ambiente do Amazonas

FPE - Fórum Permanente de Energia

FPS - Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

FT - Fundo de Transição

FVS - Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas

GCF - Fundo Verde para o Clima

GEE - Gases de Efeito Estufa

GEF - Fundo para o Meio Ambiente Mundial

GESAC - Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão

GLO - Garantia da Lei e da Ordem

GIZ - Agência Alemã de Cooperação Internacional

GR - Gerência Regional

GT - Grupo de Trabalho

GTON - Grupo Técnico Operacional da Região Norte

HAE - Hospital Albert Einstein

HPV - Papilomavírus Humano

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMP/UFAM - Instituto de Computação da Universidade Federal do Amazonas

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICT - Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDESAM - Instituto De Conservação E Desenvolvimento Sustentável Da Amazônia  
IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil  
IEE/USP - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo  
IEMA - Instituto de Energia e Meio Ambiente  
IESP - Instituto Integrado de Ensino e Segurança Pública  
IFAM - Instituto Federal do Amazonas  
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura  
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas  
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IMAFLOA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola  
IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia  
IN - Instrução Normativa  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEDES - Instituto Energia e Desenvolvimento Sustentável  
INFOSANBAS - Informações sobre saneamento básico na palma da mão  
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
INEP - Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais  
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor  
ISA - Instituto Socioambiental  
IPTV - Internet por Televisão  
ITEAM - Instituto de Terras do Amazonas  
KFW - Banco de Desenvolvimento da Alemanha  
LAC - Licença por Adesão e Compromisso  
LAI - Lei de Acesso à Informação  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LGFP - Leis de Gestão de Florestas Públicas  
LOA - Leis Orçamentária Anual  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MAPBIOMAS - Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil  
MCOM - Ministério das Comunicações  
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
MD - Ministério da Defesa  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDH - Ministério dos Direitos Humanos  
MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MEC - Ministério da Educação  
MEO - Satélites de Órbita Média  
MFCF - Manejo Florestal Comunitário e Familiar  
MLA - Programa Mais Luz para a Amazônia  
MP - Medida Provisória  
MPAM - Ministério Público do Estado do Amazonas  
MPBA - Ministério Público da Bahia  
MPE/RO - Ministério Público do Estado de Rondônia  
MPF - Ministério Público Federal  
MPF/AM - Ministério Público Federal do Amazonas  
MPF/PA - Ministério Público Federal do Pará  
MPF/RO - Ministério Público Federal de Rondônia  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MME - Ministério de Minas e Energia  
MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil  
MTV - Movimento Tapajós Vivo  
NCS - Núcleos de Conservação e Sustentabilidade  
NGI - Núcleo de Gestão Integrada  
NMRF - Núcleo Municipal de Regularização Fundiária  
NUAM - Núcleo de Atendimento à Mulher  
OAB/AM - Ordem dos Advogados do Brasil do Amazonas  
OC - Observatório do Clima  
OCA - Observatório Castanha-da-Amazônia  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONG - Organização Não Governamental  
OSC - Organização da Sociedade Civil  
OPITAMPP - Organização dos Povos Indígenas Torá, Tenharim, Apurinã, Mura, Parintintim e Pirahã  
OPM - Organismos de Políticas para as Mulheres  
PA - Projeto de Assentamento  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAAR - Plano Anual de Aplicação de Recursos  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PAC - Programa Amazônia Conectada  
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento  
PADDD - Protected Areas Downgrading, Downsizing and Degazettement  
PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista  
PAF - Projeto de Assentamento Florestal  
PAI/CNAL - Plano de Ações Imediatas do Conselho da Amazônia Legal  
PAIS - Programa Amazônia Integrada e Sustentável  
PAMFC - Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar  
PAOF - Plano Anual de Outorga Florestal  
POFE - Plano de Outorga Florestal Estadual  
PAR - Plano de Ação Articuladas  
PAS - Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia  
PAV - Projeto Assentamento Verde  
PAAV - Programa Agentes Ambientais Voluntários  
PBF - Programa Bolsa Família  
PC - Polícia Civil  
PCC - Primeiro Comando da Capital  
PCDOB - Partido Comunista do Brasil  
PDA - Plano de Desenvolvimento de Assentamento  
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola  
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável  
PDEM - Plano de Desenvolvimento Energético Municipal  
PEAS - Plano Estadual de Assistência Social  
PEC - Proposta de Emenda à Constituição  
PEMC-AM - Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas  
PERS/AM - Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Amazonas  
PEVS - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura  
PF - Polícia Federal  
PFDC/MPF - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal  
PFM - Produtos Florestais Madeiros  
PFNM - Produto Florestal Não Madeiros

PGPM-Bio - Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade  
 PGTA - Plano de Gestão Territorial e Ambiental  
 PIB - Produto Interno Bruto  
 PIEC - Política de Inovação Educação Conectada  
 PIM - Polo Industrial de Manaus  
 PJER - Programa Jovem Empreendedor Rural  
 PL - Projeto de Lei  
 PLEC - Programa Lazer e Esporte na Cidade  
 PLP - Projeto de Promotoras Legais Populares  
 PLPT - Programa Luz para Todos  
 PM - Polícia Militar  
 PM - Plano de Manejo  
 PMFC - Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar  
 PMS - Plano Municipal de Saúde  
 PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico  
 PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
 PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
 PNBL - Programa Nacional de Banda Larga  
 PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente  
 PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar  
 PNMC - Política Nacional sobre Mudanças do Clima  
 PNP - Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres  
 PNPSB - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade  
 PNRA - Política Nacional de Reforma Agrária  
 POA - Plano Operacional Anual  
 PPA - Plano Plurianual  
 PPA - Programa de Pequenos Apoios  
 PPCADI AMAZÔNIA - Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia  
 PPCDAM - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal  
 PPCD-AM - Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento do Amazonas  
 PPCDQ-AM - Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas  
 PPI - Programa de Parcerias de Investimentos  
 PLOA - Projeto de Lei Orçamentaria Anual  
 PMFS - Planos de Manejo Florestais Sustentáveis  
 PMPI - Plano Municipal pela Primeira Infância  
 PMS Amazonas - Programa Municípios Sustentáveis do Amazonas  
 PMMA - Política Municipal de Meio Ambiente  
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
 PNE - Planos Nacionais de Energia  
 PNGATI - Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas  
 PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos  
 PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
 PPP - Projeto Político Pedagógico  
 PRA - Programa de Regularização Ambiental  
 PRDA - Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia  
 PREME - Programa de Regionalização da Merenda Escolar  
 PREVFOGO - Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais  
 PRF - Polícia Rodoviária Federal  
 PROADI-SUS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde  
 PROBUC - Programa De Monitoramento Da Biodiversidade e uso Dos Recursos Naturais  
 PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo  
 PROCEL RELUZ - Programa Nacional de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Eficientes  
 PRODAM - Empresa de Processamento de Dados do Amazonas  
 PROEFE - Programa de Apoio Didático e Pedagógico à Educação Física Escolar da Rede de Ensino do Estado do Amazonas  
 PROENARTE - Programa de Apoio ao Ensino da Arte nas Escolas da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas  
 PROFLORAM - Projeto de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Conservação da Floresta no Estado do Amazonas  
 PROINFÂNCIA - Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil  
 PROMOVE - Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar  
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
 PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo  
 PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
 PRV - Plano Recuperação Verde da Amazônia Legal  
 PRO-RNP - Programa Interministerial Rede Nacional de Ensino e Pesquisa  
 PSA - Pagamento por Serviço Ambiental  
 PSA - Projeto Saúde e Alegria  
 PSB - Partido Socialista Brasileiro  
 PSE - Pagamento por Serviços Ecossistêmicos  
 PSF - Programa Saúde na Floresta  
 PSOL - Partido Socialismo e Liberdade  
 PSB - Partido Socialista Brasileiro  
 PST - Programa Segundo Tempo  
 PT - Partido dos Trabalhadores  
 RAS - Redes de Atenção à Saúde  
 RCA - Rede Cooperação Amazônica  
 RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
 REDD+ - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal  
 REMA - Rede Maniva de Agroecologia  
 RESEX - Reserva Extrativista  
 RETA - Rede Transdisciplinar da Amazônia  
 RIMA - Relatório de Impacto Ambiental  
 RMM - Região Metropolitana de Manaus  
 RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa  
 SAF - Sistema Agroflorestal  
 SAF - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo  
 SAPEM - Serviço de Apoio Emergencial à Mulher  
 SAMIC - Serviço de Apoio à Mulher, Idoso e Criança  
 SAN - Segurança Alimentar e Nutricional  
 SC - Sociedade Civil  
 SCT - Semana de Ciência e Tecnologia do Amazonas  
 SE - Setor Empresarial  
 SEAD/AM - Secretaria de Estado de Administração e Gestão  
 SEAF/MAPA - Secretaria Especial de Assuntos Fundi-

ários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
SEAI - Secretaria-Executiva-Adjunta de Inteligência  
SEAS/AM - Secretária de Estado de Assistência Social do Amazonas  
SEAPS/AM - Secretaria Executiva Adjunta de Políticas em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas  
SEAPAF/AM - Secretaria Executiva Adjunta de Política Agrícola, Pecuária e Florestal do Amazonas da Secretaria de Estado da Produção Rural  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEC/AM - Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa  
SECADI/MEC - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação  
SECT/AM - Secretaria de Estado das Cidades e Territórios  
SECTI/SEDECTI - Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação  
SEDECTI/AM - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação  
SEDUC/AM - Secretaria de Estado de Educação  
SEFAZ/AM - Secretaria de Estado da Fazenda  
SERFAL - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário  
SEINFRA/AM - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus  
SEJEL/AM - Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer  
SEJUSC/AM - Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania  
SEUC/AM - Sistema Estadual de Unidade de Conservação  
SEMA/AM - Secretaria de Estado de Meio Ambiente  
SEMAS - Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Sustentabilidade  
SEMAS/PA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará  
SEMED - Secretarias Municipais de Educação  
SEMEP/AM - Secretaria Executiva de Mineração, Energia, Petróleo e Gás da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação  
SEMINF - Secretaria de Infraestrutura de Humaitá  
SEMINFRA - Secretaria municipal de Infraestrutura de Manicoré  
SEMOUR - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Careiro  
SEPA/AM - Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura da Secretaria de Estado da Produção Rural  
SEPM/AM - Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania  
SPF - Secretaria de Política Fundiária  
SEPROR/AM - Secretaria de Estado da Produção Rural  
SES/AM - Secretaria De Estado De Saúde  
SFB - Serviço Florestal Brasileiro  
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária  
SIN - Sistema Interligado Nacional  
SISAGUA - Sistema de Abastecimento de Água de Manicoré  
SISARPA - Sistema de Gerenciamento das Unidades de Conservação

SISMUMA - Sistema Municipal de Meio Ambiente  
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SISUC - Sistema de Indicadores Socioambientais  
SICAR - Sistema de Cadastro Ambiental  
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento  
SIRGAS - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas  
SISFRON - Programa Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras  
SISOL - Sistema Isolado  
SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
SNJ - Secretaria Nacional de Justiça  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SISP - Sistema Integrado de Segurança Pública  
SPM/AM - Secretaria Executiva de Política para as Mulheres da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania  
SMART - Ferramenta de Monitoramento Espacial e Criação de Relatórios  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus  
SUS - Sistema Único de Saúde  
SSP/AM - Secretaria de Segurança Pública do Amazonas  
STF - Superior Tribunal Federal  
STTR - Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
TBC - Turismo de Base Comunitária  
TCE - Tribunal de Conta Estadual  
TCE/AM - Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TF/GCF - Força Tarefa de Governadores para o Clima e Florestas  
TI - Terra Indígena  
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação  
UAB - Programa Universidade Aberta do Brasil  
UBS - Unidades Básicas de Saúde  
UBSF - Unidades Básicas de Saúde Fluviais e Flutuantes  
UC - Unidade de Conservação  
UE - União Europeia  
UEA - Universidade Estadual do Amazonas  
UFAM - Universidade Federal do Amazonas  
UMF - Unidade de Manejo Florestal  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNLOC - Unidades Locais  
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação  
ONU - Organização das Nações Unidas  
UTI - Unidade de Terapia Intensiva  
VSAT - Antena bidirecional  
WWF - Fundo Mundial da Natureza  
ZEE - Zoneamento Econômico Ecológico  
ZFM - Zona Franca de Manaus

## Atores e Instituições Consultadas

Instituições Públicas Federais	Subdivisões
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)	Superintendência Regional do DNIT/AM
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	Fiocruz Amazônia
Fundação Nacional do Índio (Funai)	Coordenação de Licenciamento Ambiental Coordenação Regional de Manaus
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Amazônia Ocidental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Núcleo de Licenciamento Ambiental do Estado do Amazonas
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Gerência Regional Norte - Base Manaus Gerência Regional Norte - Base Porto Velho Gestor Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam)	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	Superintendência Regional 15
Ministério da Economia (ME)	Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI)
Polícia Federal no Amazonas (PF/AM)	
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)	
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)	SEBRAE/AM
Ministério Público Federal (MPF)	9º Ofício Procuradoria da República no Amazonas 5º Ofício Procuradoria da República no Amazonas Força Tarefa Amazônia
Instituições Públicas Estaduais	Subdivisões
Amazonas Energia	Departamento de Universalização de Energia Escritório Careiro
Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AmazonasTur)	
Companhia Nacional de Abastecimento no Amazonas (Conab/AM)	
Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM)	
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim)	
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam)	
Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS)	
Empresa de Processamento de Dados do Amazonas (Prodam)	
Secretaria de Assistência Social (Seas)	Secretaria Adjunta Gerência de Vigilância Socioterritorial (GVS) Departamento de Proteção Básica (DPSB) Departamento de Proteção Especial (DPSE)
Secretaria de Cidades e Territórios (SECT)	Secretaria Executiva Adjunta
Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti)	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) Secretaria Executiva de Desenvolvimento Econômico (Sedec) Secretaria Executiva de Mineração, Energia, Petróleo e Gás (Semep) Departamento de Diversificação Econômica (DDE)

Secretaria de Educação (Seduc)	Gerência de Infraestrutura e Redes (GEINF) do Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação (DETIN)	
	Gerência de Ensino Regular (GER)	
	Coordenação da Educação do Campo (CECAMPO) da Gerência de Atendimento Educacional Específico e da Diversidade (GAEED)	
	Gerência de Programas e Projetos Complementares (GPPC)	
	Coordenação de Educação Ambiental (CEA) do Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE)	
	Gerência de Parcerias para a Formação Profissional (GFPF) do Centro de Formação Profissional Padre José Anchieta (CEPAN)	
	Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)	
	Coordenação de Ensino Fundamental (CENF)	
	Gerência de Atendimento Específico Educacional e da Diversidade (GAEED)	
	Programas e Projetos Complementares (GPPC) do Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE)	
	Secretaria Executiva Adjunta do Interior (SEAI)	
	Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação (DGTI)	
	Coordenação de Educação Física e Artes (CEFA)	
	Secretaria de Infraestrutura (Seinfra)	Setor de Planejamento
Setor de Licenciamento Ambiental		
Secretaria de Meio Ambiente (Sema)	Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental (SEAGA)	
	Departamento de Gestão Ambiental, Territorial e Recursos Hídricos (DEGAT)	
	Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de UC (DEMUC)	
	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM)	
Secretaria de Produção (Sepror)	Secretaria Executiva Adjunta de Política Agrícola, Pecuária e Florestal (SEAPAF)	
	Secretaria Executiva Adjunta de Pesca e Aquicultura (SEPA)	
	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS/Unidade Técnica Humaitá)	
	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM)	Gerência de Apoio à Agroecologia e Produção Orgânica (GEAPO)
		Gerência de Apoio ao Crédito Rural (GECRER)
		Unidade Local Careiro
		Unidade Local Humaitá
	Unidade Local Manicoré	



Secretaria de Saúde (SES)	Secretaria Executiva Adjunta de Políticas em Saúde (SEAPS)
	Departamento de Atenção Básica (DABE)
	Coordenadoria da Saúde da Mulher
	Secretaria Executiva de Descentralização e Regionalização Assistencial do Interior
Secretaria de Estadual de Políticas para as Mulheres (SEPM)	
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas/PA)	
Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará (Seduc/PA)	
Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM)	
Tribunal de Contas Estadual (TCE/AM)	
<b>Instituições Públicas Municipais</b>	<b>Subdivisões</b>
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades) e Setor de Terras de Manicoré	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (SEMDAS) de Humaitá	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Sema) do Careiro	Departamento de Meio Ambiente do Careiro
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Careiro	
Conselho Municipal de Criança e Adolescente (CMDCA) de Manicoré	
Conselho Municipal de Educação de Humaitá	
Conselho Tutelar de Manicoré	
Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) de Manicoré	
Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) de Humaitá	
Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) de Careiro	
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Manicoré	
Centro de Referência em Assistência Social (Cras) do Careiro	
Departamento de Organizações Comunitárias da Secretaria Municipal de Produção Rural, Pesca e Meio Ambiente (DOC/SEMPROPMA) de Careiro	
Secretaria Municipal de Assistência Social de Iranduba (SEMAS)	Assessoria Técnica
Casa da Cidadania do Careiro	
Câmara Municipal de Manicoré (CMM)	
Câmara Municipal de Humaitá (CMH)	
Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Manicoré	
Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Humaitá	Coordenação da Educação do Campo
Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Careiro	Escola Municipal Fred Fernandes da Silva da Comunidade Projeto de Assentamento (PA) Panelão
Secretaria Municipal de Saúde (Semsas) de Manicoré	
Secretaria Municipal de Saúde (Semsas) de Humaitá	Assessoria técnica de Humaitá
Secretaria de Juventude, Desporto e Lazer (Semjel) de Manicoré	
Secretaria de Esporte e Lazer (Semel) de Humaitá	
Secretaria de Infraestrutura (SEMINF) de Humaitá	
Secretaria Municipal de Interior (SEMINT) de Humaitá	
Companhia Humaitaense de Saneamento Básico (COHSAB) de Humaitá	
Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminfra) de Manicoré	
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismos (Semour) de Careiro	
Departamento de Águas do Careiro (Dediac)	
Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura (Semapa) de Humaitá	
Seceraria Municipal de Agricultura, Produção e Abastecimento (Semapa) de Manicoré	
Subprefeitura do Distrito de Santo Antônio do Matupi em Manicoré	

Sociedade Civil	Subdivisões
Associação Amazonense de Municípios (AAM)	
Casa do Rio	Presidência e Secretaria Executiva
	Escola do Igapó Açú
	Escola Itinerante de Agroecologia
Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS)	CNS - Manicoré
	CNS - Assessoria
	CNS - Secretaria Geral
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)	
Fórum de Trabalhadores da Assistência Social/ Amazonas	
Fundação Amazônia Sustentável (FAS)	Programa Saúde da Floresta
	Programa Educação para Sustentabilidade
	Supervisor Técnico de Projetos na calha do rio Madeira
	Supervisora da FAS/ SolarLab na comunidade Boa Esperança de Manicoré
Projeto Saúde e Alegria (PSA)	
Wildlife Conservation Society (WCS/AM)	
Instituto Socioambiental (ISA)	Assessoria da Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro (Rede Wayuri)
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Programa Ordenamento Territorial
	Programa Povos Indígenas
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	Programa de Qualidade de Vida
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam)	Projeto Café Apuí agroflorestal
	Programa Políticas Públicas
Movimento Tapajós Vivo (MTV)	
World Wide Fund For Nature (WWF)	Gerência de Conservação
Centro Juvenil Salesiano de Manicoré	
Coletivo Divas da Floresta do Careiro	
Coletivo de Jovens Tupigá	
Pastoral da Saúde do Distrito de Realidade (Humaitá)	
Pastoral da Criança do Distrito de Realidade (Humaitá)	
Pastoral da Juventude do Distrito de Realidade (Humaitá)	
Pastoral Ribeirinha da Diocese de Humaitá	
Farmácia Verde de Manicoré	
Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)	
Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta)	
Fórum de Discussão Permanente do Processo de Reabertura da Rodovia BR-319	
Movimento Cultura e Esporte na Comunidade (CEC) de Manicoré	
Cooperativa Verde de Manicoré (Covema)	
Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais do Município de Manicoré (Coopema)	
Central das Associações Agroextrativistas de Democracia (CAAD) (Manicoré)	
Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande (AMALCG) (Manicoré)	
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Comissão de Direito Digital
	Comissão de Desenvolvimento da Amazônia
	Comissão Nacional da Mulher
Mama Ekos	
Instituto Serenas	
Central Agroextrativistas do Rio Manicoré (CAARIM)	

Associação de Moradores Agroextrativistas da Comunidade de Terra Preta do Ramal 464 em Manicoré	
Associação Comunitária São Sebastião do Igapó Açú	
Associação Comunitária Rural São Sebastião Igapó Açú	
Associação Comunitária e Produtiva de Santo Antônio do Ramal do Mamori em Careiro	
Associação de Moradores do PA Panelão em Careiro	
Associação de Moradores do Ramal do São João em Careiro	
Cooperativa de Manejadores de Igapó Açú	
Cooperativa de Produtores Agrícola do Careiro (COOPAC)	
Associação de Produtores Rurais do KM 22 (ASPROD)	
Associação Comunitária Agrícola Rural São José	
Associação Comunitária agrícola rural do Ramal Floresta (ACARRF)	
Associações de Produtores do Tupana	
Associação de Produtores de Jacaretinga	
Associação das Costureiras e Artesãs de Humaitá	
Associação de Produtores Rurais de Realidade em Humaitá	
Coletivo de Mulheres do Distrito de Realidade em Humaitá	
Centro Catequético de Realidade em Humaitá	
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	
Fundação Vitória Amazônica (FVA)	
Associação dos Amigos e Defensores da BR 319	
Rede Maniva de Agroecologia (Rema)	
Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado Amazonas do Amazonas (FETAGRI/AM)	
Barco Orgânico PA Panelão	
Sindicato de Pescadores (SINDPESCA) do Distrito de Araça em Careiro	
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Careiro (STTR) de Careiro	
<b>Academia</b>	<b>Subdivisões</b>
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)	Coordenação de Dinâmica Ambiental (CODAM)
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) Pós-graduação em Temas Transversais (IFSP - Salto)	
Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	Centro de Ciências do Ambiente (CCA/UFAM)
	Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico (CDEAM)
	Instituto de Computação (ICOMP)
	Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Gênero, Família, Conflitos e Sexualidade (AZULILÁS)
	Núcleo de Socioeconomia (NUSEC)
Núcleo de Etnoecologia da Amazônia Brasileira (NETNO)	
Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra)	Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH)
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Instituto de Agriculturas Amazônicas (IN-EAF/UFPA)
	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGD-STU) / Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Universidade Estadual do Amazonas (UEA)	Polo Manicoré
	Programa de Pós Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (PPGSP)
	Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Turismo e Hotelaria, parceria UEA e Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
	Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM)
Universidade Federal de São Carlos (Ufscar)	Departamento de Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH)
Universidade de São Paulo (USP)	Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH)
<b>Setor Empresarial</b>	<b>Subdivisões</b>
Jornal Folha de São Paulo	Reporter especial
Claro	Área de Operacionalização de serviços na BR-319
RealNet	
Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM)	Presidência e Coordenadoria de Meio Ambiente
Águas de Manaus	Presidência

Essas organizações foram consultadas no processo de checagem das estratégias, objetivos e caminhos para a ADT, entretanto, elas não validam a ADT, que é de autoria e responsabilidade exclusiva do FGVces





# Agenda de Desenvolvimento Territorial para a região da **BR-319**

fortalecendo  
territórios  
de bem viver

Parceiros:

